

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo  
PUC-SP

Isabela Agostinelli dos Santos

Morte e vida palestina: a reorientação tática do colonialismo israelense na Faixa de Gaza

Doutorado em Relações Internacionais

São Paulo  
2023

Isabela Agostinelli dos Santos

Morte e vida palestina: a reorientação tática do colonialismo israelense na Faixa de Gaza

Doutorado em Relações Internacionais

Tese apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), como exigência parcial para obtenção do título de Doutora em Relações Internacionais, na área de concentração “Paz, Defesa e Segurança Internacional”, na linha de pesquisa “Conflitos internacionais e violência na sociedade contemporânea”, sob orientação do Prof. Dr. Reginaldo Mattar Nasser.

São Paulo

2023

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”  
Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais – Biblioteca  
Graziela Helena Jackyman de Oliveira – CRB 8/8635

Santos, Isabela Agostinelli dos.

S237 Morte e vida palestina : a reorientação tática do colonialismo israelense na Faixa de Gaza / Isabela Agostinelli dos Santos. – São Paulo, 2023.

314 f. : il.; 30 cm.

Orientador: Reginaldo Mattar Nasser.

Tese (Doutorado em Relações Internacionais) –  
UNESP/UNICAMP/PUC-SP, Programa de Pós-graduação em  
Relações Internacionais San Tiago Dantas, 2023.

1. Faixa de Gaza – História. 2. Faixa de Gaza – Política e governo. 3. Faixa de Gaza – Colonização. 4. Relações árabe-israelenses. I. Título.

CDD 956.943

## **IMPACTO POTENCIAL DESTA PESQUISA**

Esta tese reuniu e disponibilizou dados e análises sobre a infraestrutura urbana, socioeconômica e política de Gaza (Palestina), no intuito de fornecer insumos para acompanhamento e reflexões sobre as dinâmicas políticas regionais e internacionais do Oriente Médio, como a situação de direitos humanos e dos refugiados, que impactam cotidianamente as populações do mundo inteiro e, em particular, do Brasil.

## **POTENTIAL IMPACT OF THIS RESEARCH**

This thesis gathered and made available data and analyses on the urban, socioeconomic and political infrastructure of Gaza (Palestine), with the aim of providing input for monitoring and reflecting on the regional and international political dynamics of the Middle East, such as the situation of human rights and refugees, which daily impact populations around the world and, in particular, in Brazil.

## **IMPACTO POTENCIAL DE ESTA INVESTIGACIÓN**

Esta tesis recopiló y puso a disposición datos y análisis sobre la infraestructura urbana, socioeconómica y política de Gaza (Palestina), con el objetivo de proporcionar insumos para seguimiento y reflexión sobre las dinámicas políticas regionales e internacionales de Oriente Medio, como la situación de derechos humanos y refugiados, que diariamente impactan a las poblaciones de todo el mundo y, en particular, en Brasil.

Isabela Agostinelli dos Santos

Morte e vida palestina: a reorientação tática do colonialismo de israelense na Faixa de Gaza

Tese apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), como exigência parcial para obtenção do título de Doutora em Relações Internacionais, na área de concentração “Paz, Defesa e Segurança Internacional”, na linha de pesquisa “Conflitos internacionais e violência na sociedade contemporânea”, sob orientação do Prof. Dr. Reginaldo Mattar Nasser.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Reginaldo Mattar Nasser (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo)

Profa. Dra. Arlene Elizabeth Clemesha (Universidade de São Paulo)

Prof. Dr. Bruno Huberman (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo)

Profa. Dra. Cláudia Alvarenga Marconi (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo)

Profa. Dra. Mariela Cuadro (Universidad Nacional de San Martín)

---

---

---

---

---

São Paulo, 16 de outubro de 2023.

À minha família: Adil, Angela e Ana.

Ao meu amor, Rodrigo.

Aos palestinos de Gaza.

## **AGRADECIMENTOS**

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001 – processo número 88887.634393/2021-00. As opiniões, hipóteses e conclusões ou recomendações aqui expressas são de responsabilidade dos autores e não necessariamente refletem a visão das instituições que apoiaram esta pesquisa.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha família por ser minha maior base de apoio e fonte de amor. À minha mãe, Angela, por ser exemplo de força, amor e cuidado, e por sempre confiar e acreditar em mim. Obrigada por ser minha leitora mais ávida, sempre interessada e disposta a corrigir os mínimos detalhes da escrita desde o dia um. Ao meu pai, Adil, pela leveza do seu ser, que é incomparável, e pela doçura e calma que salvam os dias mais caóticos. Obrigada por ser “*easy like a Sunday morning*”. À minha irmã de sangue e de alma, Ana, por ser minha cúmplice nas aventuras da vida, por crescermos juntas e compartilharmos tantos sonhos e conquistas. Palavras nunca serão suficientes para traduzir a nossa conexão. Obrigada por tudo, mana.

Ao meu marido, Rodrigo, amor dessa e outras vidas, por me compreender como ninguém, pela paciência durante os períodos mais turbulentos da pesquisa e por tornar o cotidiano feliz e doce. À nossa companheirinha felina, Sarabi, que me acompanhou diariamente no último ano e nunca deixou o processo de escrita ser solitário.

Às minhas amigas e aos meus amigos pela parceria inestimável: Bia Cris, Gi, Bia Maria, Sarah, Aline, Dari, Ingrid, Teffy, João, Lay, Livia, Lucas, Math, Carol, Gui, Rafa Miranda, Leo e tantos outros.

Ao Grupo de Estudos sobre Conflitos Internacionais (GECI) da PUC-SP, por ser um espaço acolhedor e no qual aprendi a ser pesquisadora. Aos colegas do GECI que durante os últimos quatro anos me ajudaram a montar essa pesquisa – obrigada por todas as leituras atentas, críticas e sugestões. É um prazer participar de um grupo tão engajado não apenas na pesquisa, mas em tantos projetos de extensão. Ao Rodrigo Amaral por todo apoio e incentivo.

Agradeço em especial ao Bruno Huberman, que desde o início dessa empreitada sobre a Palestina me ajudou com incontáveis bibliografias, provocações e trocas de conhecimento que resultaram em trabalhos em conjunto. Agradeço também a oportunidade de ter sido sua estagiária em docência em uma disciplina dedicada totalmente à Questão Palestina/Israel. Obrigada pela confiança e inspiração.

Ao Arturo Hartmann, por compartilhar seu intenso conhecimento sobre a Questão Palestina/Israel e indicar caminhos possíveis para esta pesquisa.

Aos professores e colegas da PUC-SP, onde me graduei em Relações Internacionais, e que me inspiraram, auxiliaram e deram oportunidades incríveis. Agradeço às professoras Natália Félix, Priscila Villela e Terra Budini por serem exemplos de mulheres na ciência e por instigaram o pensamento crítico.



À Professora Cláudia Marconi, não apenas pela confiança desde o primeiro ano da graduação, mas pelo carinho e estímulo que me guiaram em toda a minha trajetória acadêmica. Obrigada por ser tão inspiradora e por toda a atenção e apoio nesse caminho desafiador da pesquisa. Sou muito grata por podermos caminhar juntas.

Aos palestinos de Gaza que gentilmente concederam entrevistas para esta pesquisa.

À Anali e ao Rogério pelo acompanhamento atencioso e generoso nesse processo.

Aos meus alunos do Colégio Fecap, que embarcaram comigo na experiência nova da docência e me mostram que, embora a educação tenha seus desafios, ela também pode ser divertida. Agradeço ainda à Fecap por me acolher tão bem na instituição.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas (Unesp, Unicamp, PUC-SP), pela formação e ensinamentos inestimáveis. Agradeço também aos colegas do programa, em especial a Verônica D'Angelo, por desbravarmos juntas aquele novo mundo da pós-graduação.

Aos professores que aceitaram fazer parte da banca de defesa desta tese: Profa. Dra. Arlene Clemesha (USP), Profa. Mariela Cuadro (UNSAM), Prof. Dr. Bruno Huberman (PUC-SP) e Profa. Dra. Cláudia Marconi (PUC-SP).

Por fim, agradeço imensamente ao Prof. Dr. Reginaldo Mattar Nasser, pela orientação acadêmica e de vida. A sua inquietude e paixão pelo conhecimento são contagiantes. Obrigada pela confiança depositada ao longo de todo o processo, por me encorajar, aconselhar e, principalmente, acalmar nos momentos de ansiedade em que acreditei que nada fazia sentido na pesquisa. Agradeço pela paciência e por todas as oportunidades que me ofereceu no meu desenvolvimento enquanto pesquisadora. Foi uma honra ser sua orientanda.

De volta após uma morte curta, reanimo a tevê para que ela nos diga os nomes sequestrados pela arma na mão de um estúpido e nos transmita – temendo que esqueçamos – o instante de aniquilação da memória e os lamentos de cidades e capitais.

O vermelho, nossa cor, testemunha, ferida, massacre, ataque, cor de linha que nos chora apressada, vexada.

Nossa missão são os papéis. Reunimos as provas de nossos nomes, sujeitos a esquecimento, e as certidões de nascimento, para não confundirmos a idade, lembrando que, se sobrevivermos, teremos quatro guerras de vida e a sobrevivência será nosso milagre.

As vozes são carregadas de repreensão, perguntamos aos deuses “e o que vem depois?”, as vozes são perguntas que nos rondam o tempo todo.

Você balbucia, todos voltam o olhar para você e uma só resposta você procura: quando a casa vai parar de girar?

Calmaria, aviso implacável, emboscada familiar, repetimos os versículos que acodem fácil à nossa mente, colocamos o ouvido à prova: quem ouve é porque sobreviveu e quem não ouve é porque virou notícia.

Os números são nosso pesadelo... acordados, martelam nossos dedos, contamos um a um os pontos por onde a vida entrou, e a morte entra logo depois pela porta dos fundos.

Cessar fogo, a guerra termina e começa outra: a guerra nos atravessa e em nosso interior encontra uma irmã, de um mesmo fogo: não chega ao fim, porque não sai de nós. (Alkahlut, 2022, p. 100-101).

## RESUMO

Em agosto de 2005, pela primeira vez o Estado israelense retirou seus assentamentos de um território palestino que estava militarmente ocupado desde 1967: a Faixa de Gaza. Desde então, Israel alega não ter mais qualquer responsabilidade por aquele espaço e sua população, com a justificativa de que não existe mais ocupação militar em Gaza. Contudo, longe de se “desengajar” de Gaza, Israel passou a exercer uma espécie de dominação por controle remoto, na qual as redes de infraestrutura se tornaram o principal mecanismo de controle sobre a vida e a morte dos palestinos da região. Essa dominação é exercida não apenas pelo controle sobre as fronteiras de Gaza, mas principalmente pela implementação de políticas de “de-desenvolvimento econômico” e isolamento socioespacial. Esta tese tem como objetivo analisar tais políticas, a fim de responder às seguintes perguntas: como e por que o Estado de Israel reorientou a sua tática de dominação colonial em Gaza? Argumentamos que o desengajamento foi uma reorientação tática das formas de dominação colonial, que se materializa no funcionamento das *policies* de mobilidade, de controle da infraestrutura econômica e de recursos. Nesse processo, há uma articulação fundamental entre a *politics* colonial, entendida em termos de ideologia e grande estratégia, cujo objetivo é conquistar a maior quantidade de terra com o menor número de nativos possível, e as *policies*, compreendidas em termos de táticas e políticas públicas, que são informadas pela *politics* e dão sentido ao projeto de colonialismo por povoamento israelense da Palestina. Uma genealogia do de-desenvolvimento econômico e do isolamento socioespacial da Faixa de Gaza revela que, pelo menos desde os anos 1980, ela se tornou uma grande ameaça demográfica para o estabelecimento de um Estado israelense com maioria judaica. O desengajamento seria uma forma de resolver essa equação demográfica, que estava desfavorável aos israelenses, ao mesmo tempo em que se manteria o controle sobre o espaço, a população e os recursos de Gaza, agora de forma “remota”. Os impactos da implementação de tais *policies* são vivenciados cotidianamente pelos palestinos de Gaza, os quais são impossibilitados de desenvolver a sua própria vida socioeconômica em um ambiente cujos recursos são escassos, e constantemente colocados em um limbo entre vida e morte, por conta da violência infraestrutural que enfrentam. Neste cenário, a vida em Gaza, narrada por seus próprios habitantes, se assemelha mais a uma “morte lenta” do que propriamente uma vida digna.

**Palavras-chave:** colonialismo; Faixa de Gaza; Israel; morte; violência.

## ABSTRACT

For the first time, in August 2005, the Israeli State withdrew its settlements from a Palestinian territory that had been under military occupation since 1967: the Gaza Strip. Since then, Israel claims it no longer has any responsibility for that space and its population, with the justification that there is no longer a military occupation in Gaza. However, far from “disengaging” from Gaza, Israel began to exercise a type of domination by remote control, in which infrastructure networks became the main mechanism of control over the life and death of Palestinians in the region. This domination is exercised not only through control over Gaza’s borders, but mainly through the implementation of “economic de-development” and policies of socio-spatial isolation. This thesis aims to analyze such policies in order to answer the following questions: how and why did the State of Israel reorient its tactics of colonial domination in Gaza? We argue that disengagement was a tactical reorientation of forms of colonial domination, which materializes in the functioning of mobility policies, control of economic infrastructure and resources. In this process, there is a fundamental articulation between colonial politics, understood in terms of ideology and grand strategy, whose objective is to conquer the greatest amount of land with the smallest number of natives possible, and the policies, understood in terms of tactics and public policies, which by its turn are informed by politics and give meaning to the project of Israeli settler colonisation of Palestine. A genealogy of the economic de-development and socio-spatial isolation of the Gaza Strip reveals that, at least since the 1980s, it has become a major demographic threat to the establishment of an Israeli state with a Jewish majority. Disengagement would be a way to resolve this demographic equation, which was unfavorable to the Israelis, while maintaining control over the space, population, and resources of Gaza, now operating “remotely”. The impacts of implementing such policies are daily experienced by Gazans, who are unable to develop their own socioeconomic life in an environment where resources are scarce. Gazans are also constantly placed in a limbo between life and death, due to the infrastructural violence they face. In this scenario, life in Gaza, narrated by its own inhabitants, resembles more a “slow death” than a dignified life.

**Keywords:** settler colonialism; Gaza Strip; Israel; death; violence.

## RESUMEN

En agosto de 2005, por primera vez el Estado de Israel retiró sus asentamientos de un territorio palestino ocupado militarmente desde 1967: la Franja de Gaza. Desde entonces, Israel afirma que ya no tiene ninguna responsabilidad sobre ese espacio y su población, con la justificación de que ya no hay ocupación militar en Gaza. Sin embargo, lejos de “desconectarse” de Gaza, Israel comenzó a ejercer una especie de dominación por control remoto, en la que las redes de infraestructura se convirtieron en el principal mecanismo de control sobre la vida y la muerte de los palestinos en la región. Esta dominación se ejerce no sólo a través del control sobre las fronteras de Gaza, sino principalmente a través de la implementación de políticas de “des-desarrollo económico” y aislamiento socioespacial. Esta tesis pretende analizar dichas políticas para responder a las siguientes preguntas: ¿cómo y por qué el Estado de Israel reorientó sus tácticas de dominación colonial en Gaza? Sostenemos que la desconexión fue una reorientación táctica de las formas de dominación colonial, que se materializa en el funcionamiento de las *policies* de movilidad, el control de la infraestructura económica y los recursos. En este proceso, hay una articulación fundamental entre la *politics* colonial, entendida en términos de ideología y gran estrategia, cuyo objetivo es conquistar la mayor cantidad de tierra con el menor número posible de nativos, y las *policies*, entendidas en términos de táctica y política pública, que por su vez están informadas por la *politics* y dan significado al proyecto de colonialismo por poblamiento israelí en Palestina. Una genealogía del des-desarrollo económico y el aislamiento socioespacial de la Franja de Gaza revela que, al menos desde la década de 1980, se ha convertido en una importante amenaza demográfica para el establecimiento de un Estado israelí con mayoría judía. La retirada sería una forma de resolver esta ecuación demográfica, que era desfavorable para los israelíes, manteniendo al mismo tiempo el control sobre el espacio, la población y los recursos de Gaza, ahora de forma “remota”. Los impactos de la implementación de tales políticas los experimentan diariamente los palestinos de Gaza, quienes no pueden desarrollar su propia vida socioeconómica en un entorno donde los recursos son escasos y se encuentran constantemente en un limbo entre la vida y la muerte debido a la violencia infraestructural que enfrentan. En este escenario, la vida en Gaza, narrada por sus propios habitantes, se parece más a una “muerte lenta” que a una vida digna.

**Palabras clave:** colonialismo; Franja de Gaza; Israel; muerte; violencia.

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 –	Média mensal de saídas de Gaza para o Egito (pessoas).....	204
Gráfico 2 –	Média mensal de saídas de Gaza para/via Israel (pessoas).....	207
Gráfico 3 –	Incidentes relacionados à infraestrutura de agricultura, energia e água em Gaza.....	213
Gráfico 4 –	Médias mensais de cargas saindo de Gaza por Kerem Shalom e Rafah....	217
Gráfico 5 –	Fontes de água potável para uso doméstico na Cisjordânia e em Gaza (2014).....	236
Gráfico 6 –	Demanda <i>versus</i> oferta de eletricidade em Gaza (média diária de megawatts).....	248

## LISTA DE MAPAS

Mapa 1 –	As diferentes realidades geopolíticas da Palestina e dos palestinos .....	24
Mapa 2 –	Proposta da ONU de partilha da Palestina (1947).....	89
Mapa 3 –	Linhas de armistício de 1949 em comparação ao plano de partilha da ONU de 1947.....	93
Mapa 4 –	Fluxo de refugiados palestinos durante a Nakba (1948).....	96
Mapa 5 –	Atuais campos de refugiados palestinos administrados pela UNRWA.....	103
Mapa 6 –	Territórios ocupados por Israel após a Guerra dos Seis Dias (1967).....	111
Mapa 7 –	Faixa de Gaza (1998) com demarcações previstas no Acordo Gaza-Jericho (1994).....	136
Mapa 8 –	Divisão geopolítica da Palestina conforme os Acordos de Oslo.....	137
Mapa 9 –	Bloqueio da Faixa de Gaza .....	156
Mapa 10 –	Postos de passagem de produtos e pessoas operantes na Faixa de Gaza...	180
Mapa 11 –	Área de pesca permitida na Faixa de Gaza .....	227
Mapa 12 –	Reservas de gás natural nas águas marítimas israelenses e palestinas.....	253

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Palestinos mortos, feridos e detidos em incidentes na *buffer zone* marítima 225



## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACNUR	Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados
AGNU	Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas
AP	Autoridade Palestina
ARAs	Áreas de Acesso Restrito
ATC	Certificado Antiterrorismo
BESA Center	<i>Begin Sadat Center for Strategic Studies</i>
BG Group	<i>British Gas Group</i>
BTS	<i>Breaking the Silence</i>
CCC	<i>Consolidated Contractors Company</i>
CDAT	Comitê para o Desenvolvimento dos Territórios Administrados
COGAT	Coordenador de Atividades Governamentais nos Territórios
CWMU	Serviço de Água dos Municípios Costeiros
DCO	Escritório de Coordenação do Distrito de Gaza
DERs	Regulamentos de Emergência de Defesa
EGAS	<i>Egyptian Natural Gas Holding Company</i>
EIB	<i>European Investment Bank</i>
EUA	Estados Unidos da América
FAO	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura
FDI	Forças de Defesa de Israel
Gaza CLA	Coordenação e Administração de Contato de Gaza
GCDP	<i>Gaza Central Desalination Plant</i>
GEDCO	<i>Gaza Electricity Distribution Company</i>
GIWEH	<i>Global Institute for Water, Environment and Health</i>
GPC	<i>Gaza Protection Consortium</i>
GPO	<i>Government Press Office</i>
GRM	Mecanismo de Reconstrução de Gaza
GSG	<i>Gaza Sky Geeks</i>
G4G	<i>Gas for Gaza</i>
ICRC	Comitê Internacional da Cruz Vermelha
IDB	<i>Islamic Development Bank</i>
JISS	<i>Jerusalem Institute for Strategic Studies</i>
JWC	Comitê Conjunto Israelense-Palestino da Água

KRCS	Sociedade do Crescente Vermelho do Kuwait
MAP	<i>Medical Aid for Palestinians</i>
MHPC	Centro de Promoção de Saúde Mental e Capacitação
MOCA	Ministério de Assuntos Cívicos
MW	Megawatts
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OCHA	Escritório das Nações Unidas para a Coordenação de Assuntos Humanitários
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OLP	Organização para a Libertação da Palestina
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONGs	Organizações Não Governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
PCAC	Gabinete para a Coordenação de Bens do Comitê de Assuntos Cívicos Palestinos
PCBS	<i>Palestinian Central Bureau of Statistics</i>
PCHR	<i>Palestinian Centre for Human Rights</i>
PEC	<i>Palestine Electric Company</i>
PIB	Produto Interno Bruto
PIF	Fundo de Investimento da Palestina
PITA	Associação Palestina de Empresas de Tecnologia da Informação
PWA	Autoridade de Água Palestina
QRCS	Sociedade do Crescente Vermelho do Catar
RI	Relações Internacionais
SNS	<i>Special Night Squads</i>
TIC	Tecnologia da Informação e Computadores
TPO	Territórios Palestinos Ocupados
TRI	Teorias das Relações Internacionais
UE	União Europeia
UfM	União para o Mediterrâneo
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
UNOPS	Escritório das Nações Unidas de Serviços para Projetos
UNRWA	Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados da Palestina no Próximo Oriente

UNSCO	Coordenador Especial das Nações Unidas para o Processo de Paz no Oriente Médio
USAID	Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional
VP	<i>Visualizing Palestine</i>
WFP	Programa Alimentar Mundial
WYEEE	<i>Women and Youth Empowerment, Entrepreneurship and Employment in the north of West Bank and Gaza</i>

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>20</b>
<b>1.1</b>	<b>O “problema de Gaza”: entre marginalidades, violências e morte.....</b>	<b>20</b>
<b>1.2</b>	<b>Aporte teórico-conceitual.....</b>	<b>31</b>
<b>1.3</b>	<b>Metodologia.....</b>	<b>34</b>
<b>1.4</b>	<b>Organização da tese.....</b>	<b>36</b>
<b>2</b>	<b>VIOLÊNCIAS E MORTE: O QUE A FAIXA DE GAZA REVELA SOBRE O COLONIALISMO?.....</b>	<b>37</b>
<b>2.1</b>	<b>Colonialismos e Relações Internacionais: um olhar a partir da Palestina.....</b>	<b>40</b>
2.1.1	Interpretações da Questão Palestina/Israel.....	42
2.1.2	Os estudos sobre colonialismo por povoamento.....	46
<b>2.2</b>	<b>Faixa de Gaza: o corpo-território marginal.....</b>	<b>51</b>
2.2.1	Espectros de violência e poder colonial: corpo, espaço e cotidiano.....	54
2.2.2	Espacialidade e demografia: o isolamento do corpo-território de Gaza.....	61
<b>2.3</b>	<b>Morte e vida como elementos políticos centrais em Gaza .....</b>	<b>67</b>
<b>3</b>	<b>DA NAKBA À OCUPAÇÃO MILITAR (1948-1967): O PROCESSO HISTÓRICO DE CONSTRUÇÃO SOCIOESPACIAL DA FAIXA DE GAZA.....</b>	<b>75</b>
<b>3.1</b>	<b>Preâmbulo: do sionismo à criação do Estado de Israel.....</b>	<b>76</b>
3.1.1	Enquadramentos ideológicos e a fundação da <i>politics</i> sionista.....	76
3.1.2	O “problema árabe”: planejando o controle de espaço, população e recursos.....	79
3.1.3	O Mandato Britânico e apoio internacional à colonização sionista da Palestina.....	83
3.1.4	A criação do Estado de Israel: Nakba, expulsão e direito de retorno.....	90
<b>3.2</b>	<b>As mudanças no espaço e na população de Gaza entre 1948 e 1967.....</b>	<b>96</b>
3.2.1	O papel das agências de ajuda humanitária internacional.....	100
3.2.2	A administração egípcia (1948-1967).....	106
<b>3.3</b>	<b>A ocupação israelense dos TPO e a instauração do governo militar (1967) .....</b>	<b>110</b>
<b>3.4</b>	<b>Conclusão.....</b>	<b>123</b>

<b>4</b>	<b>O PRELÚDIO DO ISOLAMENTO DA FAIXA DE GAZA: DA PRIMEIRA INTIFADA AO DESENGAJAMENTO ISRAELENSE (1987-2005) .....</b>	<b>125</b>
<b>4.1</b>	<b>A Primeira Intifada como um divisor de águas (1987-1993) .....</b>	<b>125</b>
<b>4.2</b>	<b>Políticas de fechamento e de separação no despontar do processo de paz</b>	<b>129</b>
<b>4.3</b>	<b>Acordos de Oslo e a institucionalização da fragmentação socioespacial dos TPO.....</b>	<b>132</b>
<b>4.3.1</b>	<b>A terceirização da ocupação e a ajuda internacional.....</b>	<b>140</b>
<b>4.4</b>	<b>Os descontentamentos com o processo de paz: a eclosão da Segunda Intifada (2000) .....</b>	<b>144</b>
<b>4.5</b>	<b>Resolvendo a equação demográfica: o plano unilateral de desengajamento israelense da Faixa de Gaza (2005) .....</b>	<b>149</b>
<b>4.5.1</b>	<b>Fechando o cerco: a fragmentação política palestina e o bloqueio de Gaza (2007) .....</b>	<b>155</b>
<b>4.6</b>	<b>Conclusão.....</b>	<b>157</b>
<b>5</b>	<b>AS POLÍTICAS DE MOBILIDADE.....</b>	<b>160</b>
<b>5.1</b>	<b>Política de alimentos.....</b>	<b>160</b>
<b>5.2</b>	<b>Política de itens de dupla utilização.....</b>	<b>177</b>
<b>5.3</b>	<b>Política de mobilidade humana.....</b>	<b>192</b>
<b>5.4</b>	<b>Conclusão.....</b>	<b>212</b>
<b>6</b>	<b>AS POLÍTICAS DE CONTROLE DE INFRAESTRUTURA ECONÔMICA E RECURSOS.....</b>	<b>213</b>
<b>6.1</b>	<b>Infraestrutura econômica.....</b>	<b>214</b>
<b>6.1.1</b>	<b>Agricultura.....</b>	<b>214</b>
<b>6.1.2</b>	<b>Pesca.....</b>	<b>223</b>
<b>6.2</b>	<b>Recursos.....</b>	<b>234</b>
<b>6.2.1</b>	<b>Água.....</b>	<b>234</b>
<b>6.2.2</b>	<b>Eletricidade.....</b>	<b>247</b>
<b>6.3</b>	<b>Conclusão.....</b>	<b>261</b>
<b>7</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>262</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>269</b>

## 1 INTRODUÇÃO

### 1.1 O “problema” de Gaza: entre marginalidades, violências e morte

Em agosto de 2005, um evento sem precedentes na história da chamada Questão Palestina/Israel chamou a atenção do mundo. Pela primeira vez, o Estado de Israel retirava todos os seus assentamentos da Faixa de Gaza, um território palestino militarmente ocupado desde 1967. Coordenado pelo então primeiro-ministro israelense, Ariel Sharon – conhecido como o “pai dos assentamentos”<sup>1</sup> –, o chamado plano de desengajamento de Gaza recebeu apoio do então presidente dos EUA, George W. Bush, que chegou a afirmar que a decisão de Sharon levaria à criação de um Estado democrático em Gaza e abriria um caminho para a paz no Oriente Médio (Peters, 2015). Isto porque, de acordo com o plano, a retirada dos assentamentos significaria o encerramento da ocupação israelense da região e o fim das responsabilidades do Estado de Israel para com os palestinos de Gaza (Israel, 2004). Nesse sentido, argumentava-se que a Faixa de Gaza finalmente se tornaria autônoma, levando a uma espécie de autodeterminação há muito tempo requisitada pelos palestinos.

Pesquisas de opinião pública realizadas pelo *Palestinian Center for Policy and Survey Research*, entre novembro de 2004 e junho de 2005, revelaram que 52,8% dos palestinos entrevistados acreditavam que a retirada dos assentamentos era um passo para a paz e 46,7% achavam que o plano de Sharon foi resultado da pressão dos movimentos de resistência palestina. Mais de 60% acreditavam que o desengajamento facilitaria a circulação de pessoas e produtos para dentro e fora de Gaza, levaria à reconstrução e à reabertura do aeroporto e abriria portas para o desenvolvimento da infraestrutura da região (JVL, 2005). Embora desconfiados das consequências futuras da implementação do plano – 76,7% acreditavam que ele reforçaria a ocupação na Cisjordânia (JVL, 2005) –, em geral os palestinos de Gaza estavam prontos para comemorar a saída dos israelenses. O porta-voz do Hamas, Mahmoud al-Zahar, chegou a dizer que o desengajamento tinha um significado “histórico e simbólico de imensa proporção” e que “Israel não teria decidido deixar Gaza se ela não tivesse se tornado um fardo pesado para Israel”, portanto se tratava de uma vitória da resistência armada (Amayreh, 2005, tradução nossa).

Por sua vez, parte dos israelenses que viviam nos assentamentos de Gaza repudiava a iniciativa de Sharon, argumentando que se tratava de uma traição ao sionismo, movimento

---

<sup>1</sup> Ariel Sharon era chamado de “pai dos assentamentos” e “*bulldozer*” (destruidor) por conta de sua defesa irredutível da expansão desenfreada de assentamentos israelenses em territórios palestinos, que significava consequentemente a destruição de casas palestinas.

político que almeja estabelecer um Estado judaico na Palestina histórica, por conta do apagamento da presença judaica em Gaza (Lewin, 2015). Certos opositores inclusive diziam que o plano seria um primeiro passo para futuras concessões territoriais aos palestinos, bem como uma recompensa aos “terroristas” do Hamas (Thousands [...], 2005). Alguns colonos israelenses, no dia do desengajamento, tiveram que ser retirados à força, o que gerou grande comoção por parte da opinião pública israelense, passando a imagem de que se tratava de um esforço imenso e difícil (Macyntire, 2018).

Essa também era a opinião de parte do Likud, partido de direita secular do qual Sharon fazia parte e que estava em debate interno sobre o que poderia significar o plano de desengajamento. Havia aqueles que entendiam que a retirada dos assentamentos seria uma traição ao princípio ideológico de *Eretz Israel* (Terra de Israel), área que envolve toda a Palestina histórica e que deveria ser povoada por uma maioria judaica. Os opositores internos apontavam que essa decisão unilateral não traria ganhos claros para Israel e que seria visto como uma vitória do terrorismo (Rynhold; Maxman, 2008), qualificação dada por Israel e aliados a alguns movimentos de resistência palestinos, particularmente ao Hamas. Por outro lado, havia aqueles que concordavam com o argumento de Sharon de que, para consolidar a solução de dois Estados a longo prazo, Israel teria que dar um passo para trás, retirando seus assentamentos de regiões com alta densidade demográfica de palestinos, o que era o caso de Gaza, que contava com 1,5 milhão de palestinos e 8 mil israelenses (Rynhold; Maxman, 2008, p. 23-24). Isso permitiria a manutenção da essência judaica do Estado israelense.

No final da década de 1980, o geógrafo e demógrafo israelense Aron Soffer (1989) alertava para uma espécie de ameaça demográfica palestina: em Gaza, 98% da população era “não-judia”. Diante do alto crescimento populacional dos palestinos, Soffer previa que a demografia colocaria o futuro de Israel em perigo, portanto o Estado deveria abandonar o controle de certos territórios ocupados (Moffett III, 1989). Por conta de sua aproximação com a *National Defense College* das Forças de Defesa de Israel (FDI), Soffer teve grande influência no desenho e implementação do plano de desengajamento de Gaza, sendo consultado por Sharon em diversas ocasiões (Blum, 2004).

Alguns autores apontam que havia uma dimensão de estratégia internacional por parte de Sharon ao se retirar de Gaza, que seria reduzir o criticismo da comunidade internacional em relação à ocupação israelense, bem como em relação às repressões violentas das FDI à Segunda Intifada (2000-2005), movimento anticolonial palestino (Lewin, 2015; Rynhold; Maxman, 2008). No começo dos anos 2000, o Estado israelense também vinha recebendo críticas por conta da construção do muro de separação da Cisjordânia, que impedia a livre circulação dos

palestinos (Rynhold; Maxman, 2008). Porém, o contexto de Guerra Global ao Terror em resposta aos ataques do 11 de setembro de 2001 tornou forte o argumento do contraterrorismo, que justificou também o bloqueio israelense a Gaza, em 2007, após o Hamas vencer as eleições legislativas e derrotar o Fatah na guerra civil que se seguiu, tomando o poder em Gaza. Na ocasião, EUA e União Europeia afirmaram não apoiar um grupo terrorista no comando, ao passo que Israel declarou Gaza como uma “entidade hostil”, instaurando ali um bloqueio territorial, juntamente ao Egito na fronteira sul (Bhungalia, 2012). A partir de então, vemos uma tendência do Estado de Israel e da mídia internacional em estabelecer uma identidade entre a Faixa de Gaza e o Hamas (Roy, 2013).

Outros autores apontam para uma estratégia doméstica de readequação das variáveis espaço e população frente ao objetivo maior de estabelecimento de um Estado de maioria judaica quase que absoluta (Crousaz, 2005; Li, 2006; Mansour, 2011; Salamanca, 2011). Dessa forma, ao retirar Gaza da equação demográfica, Israel garantiria a maioria judaica dentro de suas fronteiras nacionais, além de diminuir os custos da ocupação, que já consumia parte significativa do orçamento militar do Estado (Rynhold; Maxman, 2008).

Sete anos após o desengajamento israelense em Gaza, em agosto de 2012, a Organização das Nações Unidas (ONU) publicou um relatório em que previa que, em 2020, a região se tornaria um lugar inabitável. A conclusão da ONU partiu de uma avaliação da situação social, econômica e política de Gaza, sobretudo em relação ao acesso a infraestrutura básica, como água, eletricidade, saneamento, e serviços sociais, como saúde e educação. Segundo o relatório, o crescimento populacional de 1,6 milhão para dois milhões de pessoas, combinado ao *status* de isolamento de Gaza, tornaria aquele espaço altamente precário, visto que a economia essencialmente urbana, naquele momento já muito dependente de financiamento externo e do comércio dos túneis, entraria em colapso. A indústria e a agricultura de Gaza são insuficientes para atender às necessidades da população, ao passo em que o bloqueio israelense e egípcio da região, em curso desde 2007, dificulta a troca comercial com o exterior (UNCT, 2012).

Em 2022, dez anos depois da publicação do relatório, Gaza abrigava mais de dois milhões de habitantes, dentre os quais 66% são refugiados palestinos<sup>2</sup> que foram expulsos de suas terras na ocasião da criação do Estado de Israel, em 1948, que culminou na expulsão de 700 mil palestinos – destes, 200 mil buscaram refúgio em Gaza, que à época contava com

---

<sup>2</sup> De acordo com definição da Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados da Palestina no Próximo Oriente (UNRWA), o termo “refugiado palestino” se refere a qualquer pessoa – e seus descendentes – cujo local de residência era a Palestina durante 1 de junho de 1946 a 15 de maio de 1948 e que perdeu sua casa e meios de sobrevivência como resultado da guerra que levou à criação do Estado de Israel, em 1948.



apenas 80 mil habitantes. Atualmente, o território de Gaza é de 365 km<sup>2</sup> e abriga cerca de 5,533 pessoas por km<sup>2</sup> (PCBS, 2020), o que a torna uma das regiões de maior densidade populacional do mundo. Esse desenho demográfico, que conta com 40,9% de jovens até 15 anos, somado à situação econômica de Gaza, resulta atualmente em uma taxa de desemprego de aproximadamente 47% e na insegurança alimentar de 68,5% da população. O produto interno bruto (PIB) de Gaza em 2020 foi de US\$ 2,4 milhões, ao passo que o PIB da Cisjordânia foi de US\$ 11,5 milhões no mesmo período (PCBS, 2021). Além disso, cerca de 95% da água é imprópria para consumo humano e 80% do esgoto é despejado no mar, devido à falta de saneamento básico. Em geral, um habitante de Gaza recebe apenas 21 litros de água por dia, enquanto o recomendado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) é 100 litros por dia – em comparação, um cidadão israelense tem acesso a 280 litros diariamente. A população de Gaza tem acesso a eletricidade por cerca de 6 a 8 horas por dia, o que também afeta o sistema de saúde e a indústria, por exemplo (Yahia; Westheimer; Gilboa, 2022). Diante dessa situação, 80% dos palestinos de Gaza dependem de ajuda internacional (EC, 2022).

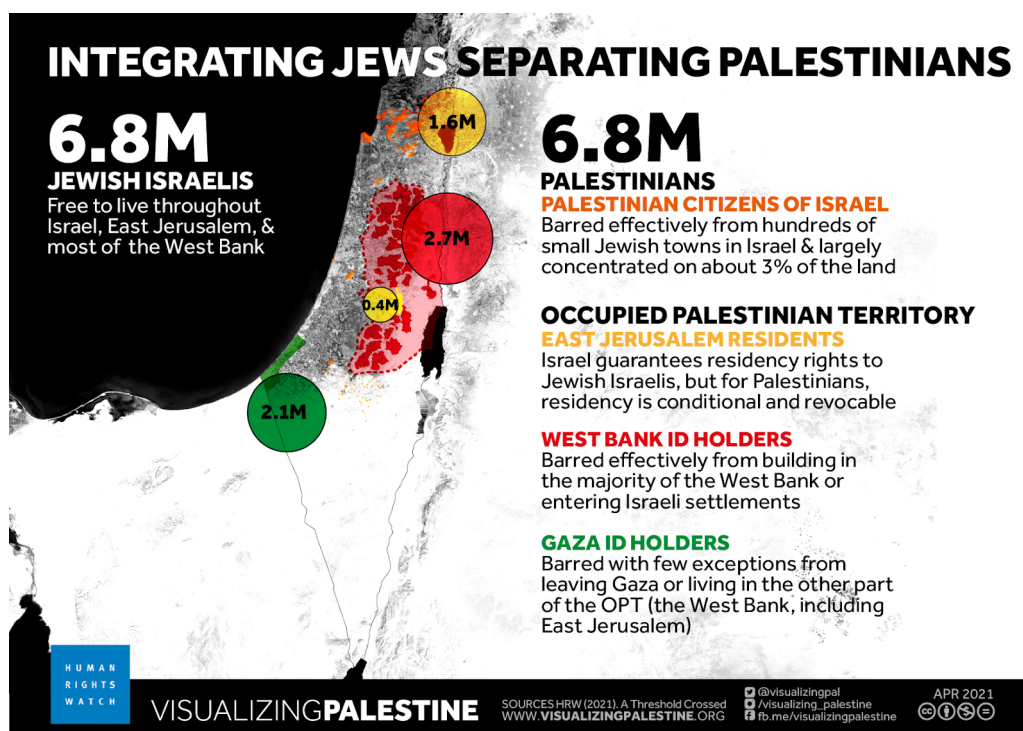
Nesse sentido, é possível avaliar o que de fato restou do desengajamento israelense: se em um primeiro momento havia expectativa de autonomia para os palestinos de Gaza, na realidade o que se consolidou foi o controle israelense de elementos-chave da vida da população, como a infraestrutura básica e o direito de movimento. Isso porque, embora o Estado israelense tenha retirado todos seus assentamentos, ele continuou seu domínio sobre as fronteiras terrestres e o espaço aéreo e marítimo, controlando tudo o que entra e sai de Gaza.

Assim, desde 2005, Faixa de Gaza se encontra em uma situação particular dentro da Questão Palestina/Israel: apesar de ser o único território palestino teoricamente com acesso ao mundo exterior – com exceção de Israel e Jordânia – e ao mar, Gaza está isolada dos demais territórios palestinos ocupados (TPO), como a Cisjordânia e Jerusalém Oriental, e do resto do mundo. O aeroporto internacional de Gaza, inaugurado em 1998, teve suas pistas destruídas em 2002 pelas forças israelenses, o que o tornou inoperante desde então. Diferentemente dos demais TPO, os palestinos de Gaza não convivem diretamente com os israelenses, de forma que a Faixa de Gaza pode passar uma imagem de autonomia palestina.

A Cisjordânia, por exemplo, ainda vivencia a expansão de assentamentos israelenses e é internamente fragmentada, com a circulação dos palestinos sendo controlada por diversos *checkpoints*. Já Jerusalém Oriental, desde os anos 2000, vive processos contraditórios de integração neoliberal e despossessão colonial (Huberman, 2020). Os palestinos de Israel, por sua vez, são submetidos a leis discriminatórias em relação aos cidadãos israelenses judeus. Por exemplo, os palestinos de Israel podem votar nas eleições nacionais, mas não têm os mesmos

direitos civis e políticos que os israelenses. Isso consolida um sistema de apartheid, em que a Palestina e os palestinos são fragmentados socioespacialmente com vistas à dominação, à segregação e ao controle, fato denunciado por grandes organizações de direitos humanos como a Anistia Internacional, a Human Rights Watch e a B'Tsellem.

**Mapa 1** – As diferentes realidades geopolíticas da Palestina e dos palestinos



Fonte: Visualizing Palestine (2021)

O Mapa 1 ilustra a atual fragmentação socioespacial da Palestina. Em verde está localizada a Faixa de Gaza, pequena, com alta concentração de palestinos e isolada dos demais TPO. A Faixa de Gaza é atualmente considerada uma prisão a céu aberto (Chomsky; Pappé, 2010). Tudo que entra ou sai de Gaza deve passar pelo crivo do Estado israelense e, em menor medida, do Egito, em especial na fronteira sul. Com isso, as possibilidades de uma vida digna se tornam altamente precarizadas.

No entanto, embora o desengajamento e o bloqueio de Gaza sejam eventos sem precedentes na história da Questão Palestina/Israel, é possível identificar algumas políticas que já estavam em curso e contribuíram para o isolamento de Gaza. O fenômeno mais importante que acometeu a Faixa de Gaza é o de-desenvolvimento, conceito cunhado por Sara Roy (2007) e que significa uma política sistemática e progressiva de incapacitação do desenvolvimento econômico da sociedade palestina por meio da expropriação dos recursos econômicos. Como argumentaremos nesta pesquisa, essa situação de estrangulamento de Gaza teve início com a

política de fechamento<sup>3</sup> no final dos anos 1980 e início dos 1990, e foi agravada com a o desengajamento de 2005 e, finalmente, com o bloqueio israelense e egípcio de 2007. Esse “controle remoto” faz com que os confrontos diretos com os israelenses ocorram por meio de ataques aéreos, por exemplo, o que não acontece na Cisjordânia nem em Jerusalém Oriental.

Apesar de seu caráter *sui generis*, a Faixa de Gaza não aparece com frequência na mídia internacional, tampouco nos estudos sobre Palestina, que tendem a focar mais na Cisjordânia e em Jerusalém. No máximo, Gaza aparece quando há operações militares<sup>4</sup>, momentos considerados de violência direta entre as forças israelenses e o Hamas. Por outro lado, é cada vez mais comum depoimentos de habitantes de Gaza dizendo que experimentam uma sensação de estrangulamento, de “morte lenta”. Em uma iniciativa de contar as histórias palestinas escondidas por trás dos números de mortos nessas operações militares, e como forma de organizar e divulgar vozes a fim de atravessar o silenciamento da imprensa dominante, a organização *We Are Not Numbers* tem publicado depoimentos de palestinos de Gaza que contam as experiências cotidianas de viverem sob o bloqueio e as diversas violências que os acometem. Um desses depoimentos é o da jovem palestina de Gaza, Haneen Abed Elnaby:

Eu me sinto como se estivesse dentro de uma garrafa vazia, *incapaz de respirar e prestes a morrer*. Eu sou como um carro que fica sem óleo no meio da rua, com os outros carros prestes a bater. [...] você sente que não tem valor neste lugar e que todos os seus esforços darão em nada. Você vai morrer um ‘ninguém’. Tenho 23 anos e me sinto perdida **nesta prisão** onde apenas o ar que respiro é de graça – e quem sabe se mesmo isso acabará tendo um preço. Sinto necessidade de me desculpar comigo mesma, como uma espécie de garantia: ‘**Sinto muito, Haneen. Esta realidade não é sua culpa**’. (Elnaby, 2020, tradução nossa, grifos nossos).

A frase em destaque de Haneen nos levar a indagar a paisagem de morte que ali se instaurou. O bloqueio israelense gera uma série de impossibilidades de vida – por exemplo, 40% dos pacientes com câncer morreram pois não conseguiram autorização dos israelenses para buscarem tratamento fora de Gaza, que conta com um sistema de saúde altamente debilitado (Israel [...], 2022). Os argumentos dados pelas autoridades israelenses para a não

---

<sup>3</sup> A política de fechamento começou a ser implementada após a eclosão da Primeira Intifada (1987), levante anticolonial palestino, mas consolidou-se a partir de 1993 com os Acordos de Oslo. Trata-se de uma política de fechamento do mercado israelense para os trabalhadores palestinos da região, gerando altos níveis de desemprego. A partir de então, as condições de vida em Gaza começaram a deteriorar com maior velocidade: na região, “o desemprego, a má nutrição e a violência passaram a ser fatores característicos da vida cotidiana” (Roy, 2007, p. 102, tradução nossa). Analisamos mais detalhadamente essa política no Capítulo 4.2 desta tese.

<sup>4</sup> Desde 2007, Israel conduziu seis operações militares em Gaza: Operação Chumbo Fundido (2008-2009), Operação Pilar Defensivo (2012), Operação Margem Protetora (2014), Operação Guardião das Muralhas (2021), Operação Amanhecer (2022) e Operação Escudo e Flecha (2023).

autorização da saída dos pacientes têm como base “razões de segurança”. A violência do bloqueio atinge também os agricultores de Gaza, que têm suas plantações e a própria saúde física contaminada pelos pesticidas israelenses (Hussaini, 2020). Além disso, Amani Tawahina, diretora geral do Centro de Promoção de Saúde Mental e Capacitação (MHPC) de Gaza, denuncia que as misérias provocadas pelas políticas israelenses têm gerado fortes impactos na saúde mental da população:

O estado contínuo de miséria, de um futuro desconhecido e inseguro, cinza e sem esperança, nos esvaziou de nossa energia positiva. Os palestinos em Gaza estão sempre esperando o pior por vir; sempre tensos, sentindo-se **derrotados e acorrentados, presos e esgotados**. [...] Gaza hoje enfrenta duas escolhas: uma **morte rápida** sob os escombros das bombas da ocupação ou uma **morte lenta** em meio ao cerco de anos. (Tawahina, 2019, tradução nossa, grifos nossos).

Nesse sentido, para compreender essa realidade é pertinente recorrer ao conceito de necropolítica formulado pelo filósofo camaronês Achille Mbembe (2003) e que significa uma política deliberada e sistemática de produção da morte de determinadas populações. Mbembe (2003, p. 27, tradução nossa) inclusive atesta que “a forma mais bem-sucedida de necropoder é a ocupação colonial contemporânea da Palestina”. No trecho abaixo, o autor ilustra as diversas maneiras pelas quais o poder colonial é capaz de criar mundos de morte:

Uma **sabotagem orquestrada e sistemática da rede de infraestrutura social e urbana** do inimigo complementa a **apropriação de recursos de terra, água e espaço aéreo**. Um fator crítico para essas técnicas de incapacitação do inimigo é a terra arrasada [*bulldozing*]: demolir casas e cidades; arrancar oliveiras; encher de tiros tanques de água; bombardear e causar interferência em comunicações eletrônicas; escavar estradas; destruir transformadores de eletricidade; destruir pistas de aeroportos; desativar transmissores de televisão e rádio; esmagar computadores; saquear símbolos culturais e político-burocráticos do Estado proto-palestino; saquear equipamentos médicos. [...] Populações inteiras são o alvo do soberano. **As vilas e cidades sitiadas são cercadas e isoladas do mundo**. [...] O movimento entre as células territoriais requer permissões formais. Instituições civis locais são sistematicamente destruídas. A população sitiada é privada de seus meios de renda. A **matança invisível** é adicionada às execuções absolutas. (Mbembe, 2003, p. 29-30, tradução nossa, grifos nossos).

Ao descrever como se dá a destruição da infraestrutura de espaços colonizados cujos habitantes são tratados como sujeitos não valiosos, Mbembe (2003) nos mostra que a necropolítica opera não apenas em seu sentido mais imediato de matar, como o que vemos em operações militares conduzidas por Israel em Gaza, mas também em seu sentido de criação de mundos de morte, onde a morte lenta toma lugar. Essa criação depende justamente da dominação sobre as infraestruturas de produção e reprodução da vida humana, bem como os recursos e a circulação de pessoas.

As leituras específicas sobre a Faixa de Gaza, inclusive dentro dos próprios Estudos sobre Palestina, ainda ocupam um lugar marginalizado. Já na década de 1980, Ann Lesch (1985), em *Gaza: Forgotten Corner of Palestine*, alertava para o fato de que a Faixa de Gaza tendia a ser marginalizada quando acadêmicos e diplomatas discutiam a Questão Palestina/Israel. Sua situação particular, suas necessidades e demandas especiais geralmente não ganham tanta atenção quando comparadas às da Cisjordânia ou de Jerusalém (Lesch, 1985, p. 43). Por outro lado, alguns autores tendem a abordar Gaza de forma essencializada, desconectando-a do processo histórico de colonialismo por povoamento dos demais territórios palestinos (Biger, 2013; Joudeh, 2021).

Um número razoável de produções bibliográficas sobre Gaza se debruça sobre os eventos de conflito armado direto, como as operações militares de 2008-2009, 2012 e 2014 (Lock; Irving, 2010; Finkelstein, 2014, 2018; Macintyre, 2018). Há também uma tendência em abordar Gaza em associação direta ao Hamas e suas políticas desenvolvidas na região, com alguns autores dando destaque aos aspectos do islamismo político do grupo (Brenner, 2017; Milton-Edwards, 2008). O Hamas é abordado tanto a partir de uma lógica do que alguns autores qualificam como terrorismo (Levitt, 2008), quanto a partir de sua organização e finalidade política, levando em consideração o contexto em que emerge e atua (Baconi, 2015; 2018; Roy, 2013; Sen, 2020). No campo do Direito Internacional, alguns autores abordam a região como sofredora de um problema essencialmente humanitário (Butt; Butt, 2016), ao passo que outros avaliam como esse tratamento de Gaza assume um caráter despolitizador da Questão Palestina/Israel, isto é, não levam em consideração as condições políticas e estruturais da situação que Gaza enfrenta (Bhungalia, 2015; Feldman, 2009; Smith, 2016; Weizman, 2011).

Essas abordagens apresentam ganhos analíticos dentro daquilo em que se propõem a investigar. Porém, para os fins desta pesquisa, elas nos apresentam alguns limites. Analisar Gaza com foco apenas nos momentos de conflito armado não nos diz muito sobre as violências cotidianas e estruturais vividas pelos palestinos. Abordá-la em associação única e direta ao Hamas pode prejudicar uma leitura contextualizada e histórica do conflito. Ademais, entender o problema da região como essencialmente humanitário pode gerar despolitização e descontextualização do problema central que gerou e mantém a situação precária de Gaza, que avaliamos ser o problema da dominação colonial em suas diversas facetas.

É possível observar um crescimento recente de produções acadêmicas sobre Gaza que levam em conta as características históricas e estruturais do colonialismo por povoamento na Palestina – o processo histórico de colonização de um território a partir da eliminação da população nativa e sua substituição pela nova sociedade colona (Baconi, 2020; Mansour, 2011;

Pace; Yacobi, 2021; Salamanca, 2011). Alguns autores mobilizam conceitos como violência infraestrutural e espacial (Salamanca, 2011; Winter, 2016), biopolítica e necropolítica (Bhungalia, 2012; Erakat, 2019; Musleh, 2018; Puar, 2015; 2017; 2021) para compreender os diferentes aspectos da dominação colonial israelense em Gaza após o desengajamento. Essas abordagens, por sua vez, carecem de uma sistematização histórica do processo de isolamento socioespacial de Gaza, que acreditamos ocorrer de forma mais proeminente desde 1987, quando tem início o levante anticolonial palestino conhecido como Primeira Intifada, que por sua vez gerou uma série de restrições à economia palestina de Gaza. Além disso, esse corpo da literatura aborda Gaza apenas como um exemplo das violências israelenses, não como uma questão específica e central da mudança das táticas de dominação colonial.

Como vimos anteriormente, o desengajamento israelense dava a impressão inicialmente de que se finalizava o processo de colonialismo por povoamento em Gaza, já que não havia mais presença física de assentamentos de colonos, tampouco a exploração da terra e trabalho palestinos. Mas, justamente em decorrência das mudanças havidas, o colonialismo se metamorfoseou, baseando-se numa lógica de dominação colonial pautada por aquilo que Salamanca (2011) denominou de “controle remoto” por parte de Israel. A partir de 2005, portanto, o controle das fronteiras, de redes de infraestrutura e da circulação de pessoas e produtos tornou-se tática central da dominação colonial, que agora se concentra menos na presença física interna e mais na **gestão de espaço, população e recursos**, ainda que a certa distância. Isso não significa que os confrontos diretos deixaram de existir, haja vista as operações militares e os momentos de insurgência. O que ocorre é que as redes de infraestrutura se tornaram um elo de “dependência [palestina] severa e duradoura” (Salamanca, 2011, p. 26, tradução nossa), de forma que o controle sobre elas impacta diretamente nas possibilidades de vida e de morte dos habitantes de Gaza.

Nossa proposta nesta tese é investigar como essa reorientação tática do Estado de Israel foi capaz de manter a dominação colonial em novas configurações de poder articulando as variáveis espaço, população e recursos. Portanto, dialogando com os autores supracitados e seguindo a linha de pensamento que compreende as violências infraestruturais e as políticas de morte perpetradas por Israel na Faixa de Gaza como fases dentro de um mesmo processo histórico de colonização israelense da Palestina, a **pergunta que norteia a pesquisa** é: como e por que o Estado de Israel reorientou a sua tática de dominação colonial em Gaza?

O nosso argumento é desenvolvido em dois movimentos interrelacionados: um primeiro movimento se dedica a uma genealogia do isolamento socioespacial de Gaza, com destaque para a fundação do sionismo enquanto ideologia e princípio norteador das ações coloniais de

Israel em relação à terra e à população palestinas. Essa genealogia nos mostra a importância crucial e a preocupação com as variáveis geográficas e demográficas do movimento sionista desde o início da colonização da Palestina, notadamente o objetivo final de adquirir a maior porção de território possível com o mínimo de nativos. Logo, este objetivo caracterizaria e justificaria as *policies* implementadas na Palestina, em geral, e em Gaza, em particular. Com base nisso, o segundo movimento investiga as maneiras pelas quais o objetivo estratégico do colonialismo por povoamento sionista é alcançado, inclusive apontando para as suas aparentes contradições ao longo do processo. A contradição central investigada nesta tese é justamente o desengajamento israelense de Gaza a partir de 2005, quando a região passa a viver uma espécie de “colonialismo por povoamento sem colonos” (Pace; Yacobi, 2021) fisicamente presentes no interior de Gaza. Diante desta realidade, argumentamos que a reorientação tática se materializa na implementação de políticas de isolamento socioespacial e violência infraestrutural, de forma que elas constituem os principais exemplos do funcionamento do controle colonial israelense feito à distância no pós-desengajamento.

O recorte temporal do contexto pós-2005 nos permite investigar como o espaço da Faixa de Gaza, embora não seja mais povoado por colonos e esteja isolado dos demais TPO e do resto do mundo, é um *locus* de articulação de políticas coloniais israelenses e transnacionais, o que leva à problematização do aparente afastamento das responsabilidades do Estado de Israel para com os palestinos de Gaza e a atribuição de certas responsabilidades a atores externos, como organizações de ajuda internacional, que agem de forma a “terceirizar” a ocupação. Essa realidade é exemplificada, principalmente, pela atuação de organizações de ajuda humanitária que tem certa abertura concedida por Israel para atuar em Gaza em projetos específicos, como educação, e para fornecer alimentos para a população.

O **objetivo geral** da tese é avaliar e compreender o funcionamento e impacto das *policies* de isolamento socioespacial e violência infraestrutural na vida cotidiana dos palestinos da Faixa de Gaza, revelando suas conexões não apenas com o Estado de Israel, mas com atores como EUA, Egito, Hamas, ONGs internacionais de ajuda humanitária e agências de ajuda internacional. Esta avaliação considera a sua íntima articulação com a *politics* colonial de Israel, que basicamente se resume na estratégia de aquisição e colonização da maior parte das terras palestinas com o menor número de nativos possível, isto é, uma preocupação demográfica e geográfica com o objetivo final de estabelecer um Estado com a maioria demográfica judaica.

Como **objetivos específicos**, elencamos:

(1) contextualizar historicamente a Faixa de Gaza em relação aos princípios ideológicos e as práticas históricas do colonialismo por povoamento na Palestina conduzido inicialmente

pelo movimento sionista e posteriormente pelo Estado de Israel, analisando como o espaço de Gaza foi sendo produzido ao longo do tempo;

(2) explorar as contradições do colonialismo por povoamento em Gaza, em especial a partir do final dos anos 1980, quando Israel dá início à implementação de políticas de desenvolvimento e separação da região em relação tanto a Israel quanto aos demais TPO;

(3) analisar o funcionamento e os efeitos de implementação das políticas de isolamento socioespacial e violência infraestrutural em Gaza a partir do desengajamento israelense;

(4) avaliar e compreender como e por que atores estatais e não-estatais – Israel, EUA, Egito, ONGs, agências de ajuda internacional – estão envolvidos e articulados com tais políticas, revelando suas motivações, racionalidades e limites.

Essas políticas serão tratadas em termos de *policies*, isto é, políticas públicas, de governo e ações táticas. A avaliação das *policies* considera a sua articulação com a *politics*, entendida em termos de “grande política”, ideologia e estratégia. No caso de Gaza/Palestina, a *politics* é o colonialismo sionista e as *policies* são as táticas e políticas que Israel implementa para avançar seu empreendimento colonial. Buscamos compreender essas *policies* não como o poder colonial em si, haja vista a impossibilidade de uma definição precisa do que seria poder. Seguindo Foucault (2008, p. 3-4), entendemos ser mais produtivo investigar o poder enquanto um conjunto de mecanismos de poder – que aqui entendemos como *policies* – e seu funcionamento: “saber por onde isso [mecanismo de poder] passa, como se passa, entre quem e quem, entre que ponto e que ponto, segundo quais procedimentos e com quais efeitos”.

Como principais *policies* estudadas, elencamos (i) o controle da mobilidade de pessoas e produtos e (ii) o controle de infraestrutura e recursos – agricultura, pesca, água e eletricidade. Estas *policies* foram identificadas a partir do levantamento de dados e do estudo dos principais relatórios elaborados por organizações internacionais de direitos humanos que investigam as condições de vida da população da Faixa de Gaza sob dominação israelense. Dividimos a análise das *policies* em duas partes por conta de sua condução ser feita de maneira diferente. As *policies* de mobilidade de pessoas e produtos (Capítulo 5) são formalmente reguladas pelo Estado de Israel, com destaque para a atuação do Coordenador de Atividades Governamentais nos Territórios (COGAT), autoridade vinculada ao Ministério da Defesa de Israel e que é responsável pela coordenação e administração das questões civis entre Israel, a Autoridade Palestina, diplomatas e outros atores internacionais que atuam em Gaza. Já as *policies* relacionadas ao controle de infraestrutura e recursos (Capítulo 6), embora estejam intimamente ligadas às *policies* de mobilidade, operam por uma outra lógica. Neste caso, há uma maior responsabilização dos palestinos e a terceirização de certas responsabilidades, como a



implementação de projetos de desenvolvimento e ajuda humanitária, para organizações de ajuda internacional. Logo, é aqui que a ajuda internacional aparece de forma mais proeminente. Essas *policies* revelam a contínua operação do de-desenvolvimento de Gaza e a sua total impossibilidade de desenvolver os dois setores principais da economia da região: agricultura e pesca. Além disso, em termos de recursos, água e eletricidade dependem da oferta de Israel, o qual os utiliza, a um só tempo, como alvo e arma de controle da população de Gaza.

Como procedimento metodológico, avaliamos que, ao identificar e compreender o funcionamento das *policies*, articuladas à *politics* colonial, será possível entender uma questão maior – no caso, a Questão Palestina/Israel – e as implicações para a possibilidade de um futuro Estado palestino. Em outras palavras, a fragmentação socioespacial dos palestinos institucionalizada com os Acordos de Oslo (1993-1995) e intensificada com o desengajamento e o bloqueio de Gaza parece retirar do horizonte qualquer solução da Questão Palestina/Israel na configuração de dois Estados, o qual era o objetivo declarado do processo de paz.

Para compreender as políticas de Israel em Gaza, adotamos uma concepção de Estado que considera sua relação intrínseca com a sociedade civil e atores externos, além dos processos e das dimensões internas e externas que tornaram esse Estado possível de existir e se sustentar. Com isso, almejamos identificar e analisar as condicionantes internacionais da Questão Palestina/Israel, como o apoio das grandes potências ao empreendimento colonial do sionismo. Também consideramos importante, principalmente a partir dos anos 1990, o papel de agências de ajuda internacional e de organizações de assistência humanitária. Abordamos a relação entre esses atores e o Estado de Israel, que em última instância é quem regula a ajuda internacional para os palestinos de Gaza.

Por fim, consideramos que a investigação aqui proposta é uma maneira de contribuir, minimamente, para a área do conhecimento das Relações Internacionais, de modo geral, ao se debruçar sobre estudos de colonialismo contemporâneo – como experiência nodal do sistema internacional – e suas articulações transnacionais, bem como para a área específica dos Estudos sobre Palestina, principalmente no Brasil, cuja produção sobre Gaza ainda é exígua.

## **1.2 Aporte teórico-conceitual**

Para além do enquadramento do *apartheid*, esta pesquisa parte da premissa de que a relação estruturante da Questão Palestina/Israel é de ordem colonial (Sayegh, 2012; Veracini, 2013). Algumas teorias de Relações Internacionais se distanciam da contextualização de processos históricos, como o colonialismo, experiência nodal para a consolidação dos Estados

modernos e cujos legados são base da atual ordem global (Krishna, 2001). Contrapondo-nos a essa tendência, nos apoiamos nos estudos de colonialismo e pós-colonialismo nas RI como alicerce teórico, dando especial atenção ao paradigma teórico do colonialismo por povoamento, que em linhas gerais significa um processo de expulsão da população nativa de seu território e sua ocupação pela sociedade colona (Wolfe, 2006). O objetivo final do colonialismo por povoamento é a eliminação da nação indígena – não apenas física, mas também simbólica. Falaremos sobre esse conceito mais adiante. Por ora, vale esclarecer que se trata de um processo histórico contínuo que vai adquirindo novas táticas ao longo do tempo.

No caso da Questão Palestina/Israel, o colonialismo por povoamento é a estratégia adotada pelo sionismo – movimento político nacionalista surgido na Europa, no final do século XIX, com vistas ao estabelecimento de um “lar judaico” na Palestina. Por mais que o sionismo tenha emergido em parte como reação à perseguição antissemita que os judeus sofriam no leste europeu no fim do século XIX, e que se intensificou com a ascensão do nazismo nos anos 1930 e culminou no genocídio de mais de 6 milhões de judeus, seu projeto na realidade material se transformou em um empreendimento colonial de despossessão dos palestinos e apropriação de terras da Palestina (Khalidi, 2007; Masalha, 1992).

Na análise e interpretação que propomos nesta tese, pretendemos observar sobretudo os momentos que se situam entre operações militares, nos quais a violência direta não é a questão central. Estes momentos de armistício, frequentemente entendidos como o final da violência e o início da paz, nos permitem identificar as condicionantes estruturais da violência em Gaza e como elas revelam e estão conectadas à grande estratégia israelense de fragmentação dos territórios palestinos e, conseqüentemente, ao objetivo último do projeto colonial do movimento sionista: a eliminação da população nativa e a aquisição da maior quantidade de território possível (Masalha, 1992). Portanto, ao analisar Gaza, nos baseamos na noção de violência estrutural elaborada por Galtung (1969), um tipo de violência que denota estabilidade e padronização e atinge a população de forma indireta. Esse tipo de violência difere da violência direta – ainda que não sejam mutuamente excludentes –, a qual é manifestada em agressão corporal direta em um evento específico, tal como operações militares. De maneira semelhante, a noção de violência infraestrutural em espaços urbanos (Salamanca, 2011; Winter, 2016) possibilita investigar a triangulação entre espaço, população e recursos. As maneiras pelas quais uma sociedade é organizada e governada em termos materiais revelam as relações de poder envolvidas na produção socioespacial do sofrimento humano e da vulnerabilidade de certas populações (Rodgers; O’Neill, 2012). No caso de Gaza, onde a violência direta dos israelenses não é mais tão presente – salvo os momentos de operações militares –, as redes de infraestrutura

se tornaram o principal mecanismo que submete o espaço e os corpos palestinos de Gaza a uma dependência extrema de Israel e que, no limite, leva à morte lenta.

Como estamos falando de um espaço marcado pela experiência colonial, consideramos a lógica racial e sua relação intrínseca com a narrativa e a prática da segurança, que tornam violento o cotidiano dos espaços e povos colonizados, trazendo consequências materiais para os seus próprios corpos (Fanon, 2005; Mbembe, 2003; 2018). Nesse sentido, recentes produções em torno da noção de corpo-território (Gago, 2020) como chave de compreensão das relações simbióticas entre população e espaço nos provocam a pensar uma pluralização da violência, a qual é manifestada nas redes de infraestrutura que garantem ou impossibilitam as condições de uma vida digna. Embora seja parte do chamado feminismo indígena ou feminismo comunitário latino-americano, o conceito de corpo-território ilumina como a dominação sobre um espaço significa também a dominação sobre a população – ou corpo coletivo – de forma que se torna impossível separar as pessoas do espaço em que vivem. Além disso, a noção de corpo-território indica que é nele que as violências em suas diversas facetas se manifestam, inclusive as violências globalmente estruturadas. Em realidades marcadas pelo colonialismo, como é o caso da Palestina, tanto o território quanto o corpo do nativo são entendidos como objetos a serem dominados e colonizados, mesmo que as táticas de colonização mudem a depender das circunstâncias históricas.

Como arcabouço teórico-conceitual, mobilizamos os conceitos de governamentalidade (Foucault, 2008), biopolítica (Foucault, 1999) e necropolítica (Mbembe, 2003), os quais desenvolvemos no Capítulo 2 da tese. Por ora, vale mencionar que as noções de governamentalidade e biopolítica desenvolvidas por Foucault (1999; 2008) revelam as relações de poder e técnicas de controle sobre a população, no sentido de corpo coletivo. A biopolítica diz respeito ao poder de produção da vida, de seu prolongamento, com vistas à manutenção de corpos coletivos para que sirvam à lógica da produção e acumulação capitalistas. Nesse cenário, a medicina, por exemplo, tem um lugar importante. Por sua vez, a governamentalidade é definida por Foucault (2008) como:

[...] o conjunto constituído pelas instituições, os procedimentos, análises e reflexões, os cálculos e as táticas que permitem exercer essa forma bem específica, embora muito complexa, de poder que tem por alvo principal a população, por principal forma de saber a economia política e por instrumento técnico essencial os dispositivos de segurança. (Foucault, 2008, p. 143).

Isso significa que a população é tratada como um problema político e que deve ser administrada em termos econômicos e de segurança. Nesse cenário, o conhecimento estatístico

demográfico é fundamental para fazer a gestão populacional, inclusive à distância, como é o caso de Gaza. Ainda segundo Foucault (2021):

a população [...] não é a simples soma dos indivíduos que habita um território. [...] **a população** não é um dado primeiro, ela **está na dependência de toda uma série de variáveis**. A população varia com o clima. **Varia com o entorno material**. Varia com a intensidade do comércio e da atividade de circulação de riquezas. (Foucault, 2021, p. 92, grifos nossos).

Em outras palavras, a gestão populacional envolve também a gestão do espaço, dos recursos e da infraestrutura, uma vez que há uma imbricação entre corpo e território. Isso fica claro quando analisamos, nos Capítulos 5 e 6, o funcionamento das *policies* israelenses para a Faixa de Gaza no pós-desengajamento. Diante disso, consideramos que gestão de corpos coletivos e o conhecimento estatístico demográfico necessário para administrar os TPO compõem a lógica organizacional que baseia as *policies* israelenses de isolamento socioespacial e violência infraestrutural em Gaza, as quais, no limite, relegam a população a viver cotidianamente um limbo entre a vida e a morte.

Por fim, a necropolítica se refere a uma política de produção deliberada e sistemática da morte (Mbembe, 2003), que opera não apenas em seu sentido imediato de matar, como o que vemos em operações militares, mas também em seu sentido de sistemática deterioração das condições de vida, sendo uma noção fundamentalmente infraestrutural – daí sua conexão com o conceito de violência espacial e infraestrutural. Esse conjunto teórico não exaustivo nos auxilia a compreender os diferentes aspectos da dominação colonial israelense sobre a Faixa de Gaza, com foco nas violências que se manifestam no cotidiano e na infraestrutura socioeconômica e que colocam os palestinos de Gaza num limbo constante entre morte e vida.

### 1.3 Metodologia

Esta pesquisa foi conduzida por meio de dois grandes movimentos. O primeiro movimento (Capítulos 3 e 4) foi dedicado à análise e compreensão do processo histórico que levou ao atual grau de isolamento socioespacial da Faixa de Gaza, com destaque ao período de 1987 a 2005, mas levando em conta eventos históricos que datam do início do movimento sionista, no final do século XIX, a fim de identificar elementos que são determinantes na história de Gaza, como a organização das variáveis espaço, população e recursos pelo pensamento e prática sionistas. No segundo movimento (Capítulos 5 e 6), nos debruçamos sobre o contexto pós-2005, identificando, avaliando e compreendendo as diversas *policies* de isolamento socioespacial de Gaza e seus efeitos, além de explorar as interconexões dessas

*policies* com a ação de atores estatais, como Israel, EUA, Egito, e não-estatais, como o Hamas, ONGs, agências humanitárias internacionais etc.

Em ambos os movimentos nos valem da genealogia enquanto método de investigação. Segundo Foucault (2021, p. 55), “a genealogia é cinza; ela é meticulosa e pacientemente documentária. Ela trabalha com pergaminhos embaralhados, riscados, várias vezes reescritos”. Isto porque estamos falando de relações de poder difusas, embora o Estado de Israel seja o ator proeminente, e que se materializam nos espaços mais cotidianos na vida. Logo, como buscamos compreender as *policies* israelenses no dia a dia da vida em Gaza, e não apenas investigar os momentos de violência direta, a genealogia se mostra como uma metodologia possível que contribui para a identificação das relações de força em acontecimentos que aparentemente estão fora do campo da política, como por exemplo as relações das pessoas com os alimentos que consomem. Além disso, a genealogia não significa realizar uma pesquisa da origem, da essência única de determinado fenômeno (Foucault, 2021, p. 56). Nesta tese, não é nosso objetivo saber exatamente quando e onde se originou o isolamento socioespacial de Gaza, mas **como** ele foi emergindo ao longo da história, inclusive identificando as contradições que foram surgindo nesse processo. No caso de Gaza, a contradição central é a saída dos colonos daquela região, ao mesmo tempo em que se recrudescem as táticas de controle populacional e espacial.

Esta pesquisa observou os dados demográficos da Faixa de Gaza, geográficos, cartográficos e aqueles relacionados a recursos básicos como acesso a eletricidade, água e alimentos. O importante aqui é mapear quais atores detêm o controle sobre esses três elementos. Assim, o conceito de colonialismo por povoamento é operacionalizado nesta pesquisa para compreender quais foram as condições de possibilidade e os resultados do processo de construção e implementação das *policies* de isolamento socioespacial de Gaza. Com isso, identificamos os contextos, os atores envolvidos, suas ações, racionalidades e justificativas.

Como fontes primárias e secundárias, utilizamos a historiografia sobre Israel, Palestina e a Faixa de Gaza, materiais jornalísticos como reportagens feitas por jornalistas palestinos e israelenses em campo, duas entrevistas *online* semiestruturadas com palestinos de Gaza<sup>5</sup>, relatórios e pesquisas de ONGs sediadas em Gaza, como o *Palestinian Centre for Human Rights*, o *Al Mezan Center for Human Rights* e a *Gisha*, ou em outras cidades, mas que conduzem pesquisas em Gaza, como a *B'Tselem*. Também contamos com relatórios e bases de

---

<sup>5</sup> A pesquisa de campo em Gaza é extremamente difícil de ser realizada por conta dos controles israelense e egípcio da entrada de estrangeiros no território. Em geral, apenas diplomatas, jornalistas credenciados e trabalhadores de organizações internacionais de ajuda humanitária conseguem solicitar autorização para entrar na Faixa de Gaza.

dados de organizações como a Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados da Palestina no Próximo Oriente (UNRWA), a *Human Rights Watch*, a *United Nations Office for the Coordination of Humanitarian Affairs* (OCHA), entre outras. Como fontes primárias, utilizamos os documentos oficiais do Estado de Israel sobre políticas conduzidas na Palestina, sobretudo os relacionados ao Coordenador de Atividades Governamentais nos Territórios (COGAT), bem como dados do *Palestine Palestinian Central Bureau of Statistics* (PCBS), ambos disponíveis online e em inglês.

#### 1.4 Organização da tese

A tese está organizada em mais seis capítulos, além desta introdução. Em sua essência, o Capítulo 2 apresenta uma discussão teórica e uma revisão sobre o que a literatura recente tem elaborado em relação à violência israelense na Faixa de Gaza em suas diversas dimensões. Partindo do geral para o particular, discutimos a noção de colonialismo por povoamento como eixo basilar das relações entre Palestina e Israel ao longo do tempo, dando destaque ao seu funcionamento em Gaza. Também desenvolvemos uma breve discussão sobre a necessidade de as Relações Internacionais compreenderem o colonialismo como experiência nodal da política internacional. Identificamos dois principais grupos da literatura recente sobre Gaza com os quais buscamos dialogar ao longo da tese: os estudos dedicados à espacialidade, sobretudo oriundos da Geografia Política e Humana, e os estudos voltados à dimensão corpórea da violência, em especial as abordagens que mobilizam os conceitos de biopolítica e necropolítica. Argumentamos que a noção de corpo-território permite compreender as diversas dimensões articuladas da violência e do poder colonial, com destaque para o espaço, o corpo e o cotidiano, bem como à morte enquanto aspecto político. Buscamos articular essas perspectivas a fim de utilizá-las como lentes de análise das políticas discutidas nos capítulos seguintes.

De caráter mais histórico, o Capítulo 3 realiza uma genealogia do isolamento socioespacial da Faixa de Gaza. Partimos de uma avaliação da fundação da *politics* sionista como pedra angular do empreendimento colonial na Palestina. Mostramos como, desde seu início, o movimento sionista buscou lidar com duas variáveis essenciais para a concretização do Estado judeu: espaço e população. Isso é fundamental para compreender as diversas táticas adotadas ao longo do tempo para adquirir mais terras com menor quantidade de nativos possível. Também abordamos a administração egípcia de Gaza (1948-1967) e as duas primeiras décadas de ocupação israelense (1967-1987). O período da administração egípcia consolidou uma das características centrais de Gaza: a sua composição demográfica majoritariamente

refugiada e a atuação fundamental das organizações de assistência humanitária, notadamente a UNRWA. Já as duas primeiras décadas de ocupação israelense de Gaza foram marcadas por tentativas, ainda que tímidas, de integração dos palestinos ao mercado israelense, com vistas à pacificação dos nativos, à dependência em relação a Israel e ao de-desenvolvimento de Gaza.

O Capítulo 4 partiu da Primeira Intifada como ponto de inflexão importante na história da Faixa de Gaza, pois é a partir de então que Israel instaura as políticas de fechamento e separação, que aceleram o de-desenvolvimento de Gaza. Identificamos, no período de 1987 a 2005, as principais contradições do colonialismo por povoamento em Gaza, haja vista o gradual abandono da exploração do trabalho nativo até a retirada dos assentamentos israelenses. Avaliamos as mudanças trazidas pelo processo de paz de Oslo, nos anos 1990, dando especial atenção ao que parte da literatura chama de “terceirização da ocupação”, tanto em relação à criação da Autoridade Palestina quanto à maior atuação dos atores não-estatais, como ONGs, instituições financeiras e agências de ajuda internacional. Ao fim, chegamos ao plano de desengajamento israelense de Gaza, em agosto de 2005, e avaliamos a sua racionalidade com base nas preocupações demográficas do movimento sionista, inclusive os seus debates ideológicos em relação a o que deveria ser feito com esse problema demográfico que Gaza se tornou. Com isso, analisamos essa particularidade da Faixa de Gaza de forma contextualizada dentro dos esforços históricos do colonialismo por povoamento israelense da Palestina. Argumentamos que o desengajamento inaugura uma nova modalidade de controle colonial israelense, baseado agora na dominação de espaço, população e recursos à distância, o que faz cair por terra o argumento de que Israel não ocupa mais a Faixa de Gaza.

Os Capítulos 5 e 6, parte mais empírica da tese, buscam revelar as maneiras pelas quais essa dominação é exercida. Para tanto, investigamos as *policies* israelenses de controle da mobilidade (Capítulo 5) e de infraestrutura e recursos (Capítulo 6). A análise das *policies* envolve um entendimento de sua implementação, seu funcionamento e, principalmente, os seus efeitos na vida cotidiana dos palestinos da Faixa de Gaza, que argumentamos ser a instauração de mundos de morte, narrados pelos próprios habitantes como uma paisagem em que se vivencia uma “morte lenta” ou uma “morte em vida”. Ao longo da pesquisa, identificamos também as manifestações de resistência palestina e seus inúmeros limites, bem como as limitações impostas à ajuda internacional.

Por fim, o Capítulo 7 tece as principais conclusões da pesquisa, apontando algumas lacunas deixadas em aberto e possibilidades de pesquisas futuras.

## 2 VIOLÊNCIAS E MORTE: O QUE A FAIXA DE GAZA REVELA SOBRE O COLONIALISMO?

Por muito tempo, a disciplina de Relações Internacionais (RI) não se engajou com atenção sobre uma série de processos e atores que constituíram o chamado sistema internacional, tido como objeto de estudo e unidade de análise deste campo de conhecimento pelas teorias mais tradicionais. Na busca por uma identidade e por consolidação de um campo de conhecimento específico, as RI se defrontaram com variadas tentativas de explicar a complexidade da política internacional. Nos debates teóricos sobre quais deveriam ser as funções das Teorias das Relações Internacionais (TRI), é comum ver tensões entre aqueles que defendem um engajamento metateórico, a fim de questionar as epistemologias e ontologias que sustentam esse campo de estudo, e aqueles que sugerem que as teorias devem servir para solucionar problemas do “mundo real” (Zalewski, 1996). Na tentativa de criar teorias capazes de dar conta da complexidade do internacional, apela-se para uma abstração excessiva da realidade material e dos próprios sujeitos das relações internacionais. Isso influencia, por exemplo, leituras da Questão Palestina/Israel como um conflito entre dois atores igualmente poderosos, ou entre um ator soberano e uma entidade política que reivindica soberania. Tendo essas entidades como os atores principais do sistema internacional, o *mainstream* teórico das RI ignora ou silencia uma série de processos e tantos outros atores que o constituem.

Talvez a maior questão marginalizada pelas Teorias de RI seja o colonialismo e suas intersecções com as dimensões de raça, etnia, classe, gênero e sexualidade. Embora seja uma experiência nodal das relações internacionais, o fenômeno colonial aparece como algo secundário ou até mesmo naturalizado. Isso faz parte do que Krishna (2001, p. 401-402) chama de uma amnésia intencional em relação a processos imbuídos na lógica de produção e acumulação capitalista global, como a escravidão, o roubo de terras e a violência contra os povos colonizados. Oferecendo-nos uma leitura do que a historiografia europeia chama de “expansão marítima” ou “descobrimento”, por meio do ponto de vista das colônias, Krishna (2001) defende que a condição de existência dos Estados modernos, formadores do sistema internacional, é indissociável das políticas genocidas das populações indígenas do continente americano, da escravidão dos povos africanos e da colonização de sociedades asiáticas. Ou seja, a “vida” dos Estados modernos europeus só foi possível com a morte física ou simbólica das



figuras abjetas da modernidade. Logo, essa amnésia intencional seria fruto de uma política do esquecimento atrelada a uma valorização exacerbada da abstração<sup>6</sup> no fazer teórico:

A valorização [...] da abstração no discurso das RI, tem como premissa o desejo de escapar da história, de apagar a violência, o genocídio e o roubo que marcaram o encontro entre o Ocidente e o resto na era pós-colombiana. A abstração, geralmente apresentada como o desejo da disciplina de se envolver na construção de teorias em vez de na análise descritiva ou histórica, é uma tela que simultaneamente racionaliza e **omite os detalhes desses encontros**. (Krishna, 2001, p. 401, tradução nossa, grifo nosso).

Contra essa tendência descontextualizadora e despolitizadora dos processos e dos atores que constituem o internacional, Krishna (2001) nos alerta dos perigos de separar as teorias dos processos históricos, materiais e subjetivos que as envolvem. Isso é muito comum quando se discute a Questão Palestina/Israel, particularmente no que tange à Faixa de Gaza, um espaço altamente estigmatizado e equalizado quase que imediatamente ao Hamas, grupo considerado terrorista por Israel, EUA e União Europeia. Quando ocorre alguma operação militar israelense em Gaza, seja um ataque preventivo ou reativo, as notícias que saem na mídia em geral não atentam para o contexto histórico de Gaza. Algumas perguntas que deveriam ser feitas – Quem é o Hamas? Como e por que ele surgiu? Por que Gaza é bloqueada? – são deixadas de lado.

Buscamos seguir a recomendação de Souza (2017) de as Relações Internacionais irem além de si mesmas, buscando não apenas fontes de conhecimento de outras disciplinas, como a Antropologia, a Economia Política e a Geografia, mas admitindo a importância de outras categorias de análise para além dos Estados soberanos, entidades políticas e organizações internacionais. Isso nos permite buscar inspiração e *insights* em outros campos do conhecimento que são mais sensíveis a temas não abordados diretamente pelas RI, como a raça e o racismo (Anievas; Manchanda; Shilliam, 2015). Damos especial atenção às experiências epidérmicas – aqui emprestando os termos de Frantz Fanon (2008) –, no sentido de que elas são experiências viscerais e concretas, buscando evidenciar de que maneira o corpo está intimamente ligado e é fortemente dependente de infraestruturas e políticas sociais para que sua sobrevivência seja minimamente garantida (Butler, 2016).

Sendo assim, esta tese não trata as violências vividas pelos palestinos da Faixa de Gaza dentro de uma perspectiva meramente estadocêntrica, tampouco compreende a Questão Palestina/Israel como uma disputa entre dois atores igualmente poderosos. Partimos da

---

<sup>6</sup> Krishna (2001) não desconsidera a relevância de certas formas de abstração na produção de conhecimento, mas nos lembra que ela faz parte de estruturas de poder. Veremos mais adiante como a relação entre conhecimento e poder é fundamental para compreender as narrativas existentes sobre a Questão Palestina/Israel, geral, e sobre a Faixa de Gaza, em particular.

consideração de que a Questão Palestina/Israel é fundamental, essencial e estruturalmente uma questão colonial (Sayegh, 2012; Veracini, 2013).

## **2.1 Colonialismos e Relações Internacionais: um olhar a partir da Palestina**

Entender a Questão Palestina/Israel como uma questão colonial nos permite tratar dos diferentes tipos de colonialismo ao longo da história e suas manifestações contemporâneas. Os estudos mais recentes sobre Palestina, assentados no paradigma do colonialismo por povoamento (ver seção 2.1.2), nos permitem compreender os novos contornos e práticas que o colonialismo apresenta na política internacional contemporânea, desafiando a ideia de que o colonialismo é algo do passado e que se resume à dominação imperial europeia dos continentes africano e asiático no século XIX. Diferentemente dos Estados pós-coloniais, que passaram por processos de descolonização na segunda metade do século XX – como a maioria dos Estados da África e da Ásia –, a Palestina não se encontra em uma situação pós-colonial, tampouco a Faixa de Gaza pode ser considerada autônoma após o desengajamento israelense de 2005. Pelo contrário, o colonialismo israelense continua avançando, principalmente com a expansão de assentamentos na Cisjordânia e a expulsão de palestinos de suas casas em Jerusalém Oriental.

De antemão, vale clarificar algumas diferenças entre o colonialismo por exploração e o colonialismo por povoamento, ainda que não sejam dois processos históricos mutuamente excludentes (Veracini, 2011). Segundo Young (2008, p. 17), essa é a distinção feita por historiadores modernos, baseada nas diferentes práticas ou objetivos do colonialismo, a saber, a exploração econômica, como foi o caso da Índia, das Filipinas, Porto Rico, entre outros, nos quais há uma relação clara entre metrópole e colônia, e o estabelecimento de colônias para a constituição de uma nova sociedade por meio povoamento. Ambos os processos, porém, envolvem violências materiais e subjetivas. Um exemplo de violência material seria o que Edward Said denominou de violência geográfica, que ocorre tanto no colonialismo por povoamento quanto no de exploração, visto que envolve a apropriação da terra e do espaço (Young, 2008, p. 20). São esses processos que o grande grupo chamado de Estudos Pós-Coloniais<sup>7</sup> e suas correntes buscam analisar, levando em consideração a história e experiência

---

<sup>7</sup> “Pós-Colonial” é um termo genérico que agrupa uma ampla gama de estudos e teóricos que se dedicam à análise e compreensão do colonialismo e seus legados. Trata-se de um grupo com diversas correntes, que estudam também os diferentes tipos de colonialismo nas diferentes regiões do mundo. Como exemplo, pode-se citar os Estudos Subalternos, voltados à experiência asiática, particularmente a indiana; o grupo Modernidade-Colonialidade, dedicado aos processos ocorridos na América Latina; o grupo anticolonial, voltado principalmente às experiências do colonialismo europeu no continente

dos colonizados como pontos de partida para compreender o colonialismo como um processo histórico, uma estrutura e uma força social (Go, 2016, p. 24). Com isso, esse grupo de pesquisadores buscam ir contra o que Fanon (2008) denominara de colonialismo epistemológico, isto é, as características coloniais da produção de conhecimento que desconsideram qualquer produção que não seja baseada na epistemologia europeia dominante.

Compreendendo o encontro colonial como momento e espaço fundadores da co-constituição do colonizador e do colonizado, as perspectivas pós-coloniais lançam luz às experiências históricas do colonialismo, marcadas por desigualdades de poder. Com isso, as trajetórias de colonizados e colonizadores são interseccionadas por meio de alguns princípios basilares, sendo a raça um deles. Baseando-se no trabalho de W.E.B Du Bois, Anievas, Manchanda e Shilliam (2015) discutem raça e racismo nas Relações Internacionais como dois princípios organizadores da hierarquia e opressão que estruturam material e ideologicamente a política mundial. Nessa perspectiva, é possível analisar criticamente categorias como “novas guerras” – que alguns autores atribuem ao conflito entre israelenses e palestinos, conforme denuncia Smith (2011) – e Estados “párias” ou “falidos”, evidenciando as premissas ontológicas por trás de tais termos.

Em recente contribuição, Acharya (2022) discorre sobre como raça e racismo fazem parte das fundações do mundo moderno. Longe de compreender o racismo como algo interno às sociedades, o autor analisa a imbricação entre “racismo, escravidão e império na formação da ordem mundial contemporânea, liderada primeiro pela Europa e depois pelos EUA” (Acharya, 2022, p. 24). Isso nos permite compreender a chamada ordem internacional liberal considerando as relações intrínsecas entre (neo)liberalismo e colonialismo. Por exemplo, um fato importante para compreendermos a Questão Palestina/Israel é o sistema de mandatos criado ao final da Primeira Guerra Mundial (1914-1918). Enquanto o americano Woodrow Wilson discursava em prol da autodeterminação dos povos, em um claro exemplo do internacionalismo liberal, a métrica para determinar quais Estados estariam prontos para serem independentes era baseada nos parâmetros europeus de civilização e progresso. Se esses Estados não estivessem prontos, eles deveriam ser tutorados por um outro Estado até que chegassem à “maturidade”. Alguns autores dizem que esse sistema foi uma continuação, por outros métodos, de uma dominação colonial (Feldman, 2007a, p. 6). Falamos sobre o impacto do mandato britânico da Palestina e suas conexões com o movimento político do sionismo no Capítulo 3 desta tese.

---

africano e no Oriente Médio; e os estudos sobre o Orientalismo e o discurso colonial, que focam nas experiências subjetivas do colonialismo no chamado “Oriente”. Sobre as diversas correntes e ondas do pensamento pós-colonial, ver Capítulo 1 de Julian Go (2016).

Ainda para Acharya (2022), as ordens mundiais europeia, no século XIX, e americana, nos séculos XX e XXI, constituem duas fases sobrepostas da ordem mundial “moderna”. Isto porque “ambas refletem a primazia do Oeste sobre o resto e o modo de produção capitalista” (Acharya, 2022, p. 27, tradução nossa). A relação entre colonialismo e liberalismo, tendo como eixo basilar a raça e o racismo, também é abordada por Manchanda e Plonski (2022). As autoras se debruçam sobre a exportação de técnicas de controle de mobilidade por parte de Israel, mostrando como a construção histórica de fronteiras em Palestina/Israel é racializada e transplantada para outros contextos. Israel se tornou modelo global de produção e controle de fronteiras, e Manchanda e Plonski (2022, p. 185) apontam para as ontologias violentas – raciais, coloniais e capitalistas – que dão forma à indústria de segurança doméstica israelense. No centro da fronteirização estão linhas de divisão e diferenciação raciais que permitem a categorização e separação de terras e corpos, dinâmica fundamental para compreender o isolamento socioespacial da Faixa de Gaza. No caso de Palestina/Israel, a construção de fronteiras – fixas ou móveis – datam desde o mandato britânico e o início da colonização sionista, passando por momentos como a declaração de Balfour (1917), a Comissão Royal Peel (1937), o plano de partição da ONU (1947), a criação do Estado de Israel (1948), a Guerra dos Seis Dias (1967), os Acordos de Oslo (1993) e, para o que nos interessa aqui, o plano de desengajamento de Gaza (2005) e posteriormente o bloqueio israelense e egípcio à região (2007).

Segundo Anievas, Manchanda e Shilliam (2015, p. 10), ter em mente a operação da raça e do racismo na política internacional nos auxilia a compreender práticas globais de construção e controle de fronteiras, explicitando as cartografias coloniais e como elas são sustentadas por ideologias raciais. Eles trazem como exemplo o regime de vistos, controles de migração e modos liberais de encarceramento transnacional. Para eles, “a consagração e reificação de tais práticas excludentes é o *modus operandi* das relações internacionais” (Anievas; Manchanda; Shilliam, 2015, p. 10, tradução nossa). No caso de Gaza, o controle rígido da fronteira por parte das forças israelenses, que envolve infraestruturas políticas, geográficas e tecnológicas (Stockmarr, 2016), deve ser compreendido dentro do processo contínuo de colonialismo por povoamento, considerando suas nuances e adaptações ao longo do tempo.

### 2.1.1 Interpretações da Questão Palestina/Israel

O conflito entre Palestina e Israel é um tema sensível que gera debates calorosos e seus significados são alvo de disputas políticas. O próprio marco inicial do conflito é objeto de uma disputa de narrativas. Se, por um lado, a narrativa hegemônica mobilizada pela historiografia

tradicional israelense avalia que a criação do Estado de Israel, em 1948, foi resultado de uma guerra legítima por independência e consolidação de um Estado judeu, para os palestinos esse momento é narrado pelo signo da *Nakba*, que em árabe significa catástrofe. Isto porque a criação do Estado de Israel só foi possível, entre outros fatores, por meio de um processo de limpeza étnica e expulsão de cerca de 700 mil palestinos do lugar onde viviam (Pappé, 2016). Mas, como veremos mais adiante, a Questão Palestina não começou em 1948, mas no final do século XIX, com o surgimento do movimento político sionista e seu projeto de colonização e estabelecimento de um Estado judeu na Palestina.

Em se tratando de uma questão essencialmente e estruturalmente colonial, não é surpreendente que, por muito tempo, a historiografia acadêmica dominante sobre a história contemporânea de Palestina/Israel tenha sido a israelense, um exemplo claro de colonialismo epistemológico. Kimmerling (1995) investiga como a construção da sociedade colona foi feita conjuntamente com a construção da historiografia acadêmica nacionalista israelense, de forma que fosse possível criar uma narrativa específica que funcionasse como base para a criação de uma identidade nacional. Para o autor, a historiografia israelense e sionista se utiliza de alguns métodos para lutar em dois fronts: contra outras correntes do judaísmo e contra os árabes e palestinos. Com isso, a história é utilizada também como uma arma para legitimar o sionismo (Kimmerling, 1995, p. 43), combinando as variáveis conhecimento e poder.

Os sete métodos identificados por Kimmerling (1995) na historiografia israelense são: (i) conceitos chaves, como *Eretz Israel*, nome atribuído à toda Palestina histórica e que seria a terra prometida dos sionistas, e *aliyah*, termo em hebraico que significa literalmente ascensão ou subida, mas que é comumente utilizado para nomear a imigração judaica para Palestina/Israel; (ii) periodização, uma forma de dividir e categorizar o passado – um exemplo é abordar a história de Israel antes e depois da criação do Estado, uma divisão binária que implica em certa falácia de que o processo de construção de Estado e sociedade acabara em 1948; (iii) explicações teleológicas, que dariam significados para eventos históricos levando em conta um certo “destino” em direção ao qual a história está avançando; (iv) excepcionalismo, como se a criação do Estado de Israel fosse um caso específico e que não pudesse ser comparado a outros eventos históricos; (v) fronteiras/limites da coletividade examinada, no sentido de construção de uma unidade política sempre diferenciada dos árabes e até mesmo do poder britânico durante o período do mandato – sendo assim, a historiografia israelense dominante tende a tratar os judeus como uma coletividade específica, excluindo a população palestina da História e tratando-a como uma força externa; (vi) antiguidade, uma estratégia que envolve a invenção de mitos e/ou o argumento de que a região da Palestina era habitada há dois mil anos

por judeus, portanto estes teriam o direito histórico de retornar a ela; e por fim (vii) intenção *versus* consequências, ou seja, a contradição entre os argumentos dos primeiros colonos sionistas de que a colonização da Palestina traria progresso e prosperidade para todos os povos da região e sua consequência que foi a expulsão e/ou subalternização da população palestina nativa (Kimmerling, 1995, p. 48-56).

Ao elencar esses métodos de produção de conhecimento sobre a Questão Palestina/Israel, Kimmerling (1995) nos auxilia a compreender que a historiografia não é neutra, mas pode estar atrelada a práticas de dominação menos visíveis. Isto porque, ao termos como parâmetro a narrativa histórica sionista, é por meio dela que entenderemos os tipos de resistências palestinas – que podem ser caracterizadas como *pogroms*, motins, terrorismo, entre outros –, além de gerar despolitização e descontextualização histórica do tema. Mais do que isso, os palestinos podem ser tratados como objetos, não como sujeitos de sua própria história. Em A Questão da Palestina, Edward Said (2012, p. 38, ênfase original) aponta que:

O que devemos observar [...] é o problema da representação, um problema sempre à espreita da questão palestina. [...] o sionismo sempre se incumbiu de falar em nome da Palestina e dos palestinos; isso sempre significou uma operação de obstrução, em que o palestino não pode ser ouvido (ou representar a si mesmo) no palco do mundo. Assim como o orientalista acreditava que somente ele podia falar (paternalista que era) pelos nativos e pelas sociedades primitivas que estudara – a **presença** daquele denotava a **ausência** destes –, os sionistas falavam ao mundo em nome dos palestinos.

Não é à toa, portanto, que críticas às violências que o Estado de Israel exerce contra os palestinos sejam caracterizadas pelos sionistas como uma forma de antissemitismo (Butler, 2017, p. 11). Trata-se de um malabarismo argumentativo que acaba igualando judaísmo (religião) e judaicidade (identidade, cultura) ao sionismo (movimento político) e, dessa forma, enquadra as críticas às políticas do Estado de Israel como ataque ou perseguição aos judeus.

A propósito, é muito comum que as relações entre Palestina e Israel sejam tratadas como um conflito entre judeus e árabes, por vezes automaticamente igualados a muçulmanos, em uma perspectiva orientalista e generalista. Investigando o nexos conhecimento-poder na narrativa histórica sionista, Anne de Jong (2018, p. 365, tradução nossa) aponta que a noção de que a Questão Palestina/Israel é um conflito binário, em termos de dois atores simétricos, é na verdade “uma distração ideológica e um instrumento para justificar práticas de colonialismo por povoamento”. Às interpretações das relações entre palestinos e israelenses como um conflito religioso soma-se a noção de que se trata de um conflito étnico-nacionalista, ou seja, entre dois nacionalismos legítimos de libertação nacional com base em diferenciações étnicas (Masalha,

2011, p. 19). No entanto, como veremos na análise histórica desta tese, o que está em disputa é um nacionalismo de caráter colonial e um nacionalismo anticolonial palestino.

Essa percepção de um conflito binário rígido, criada pelos próprios sionistas nas origens do movimento, conforme argumenta Jong (2018, p. 372, tradução nossa), serve a alguns propósitos, tais como: “(1) angariar o apoio de possíveis aliados poderosos, como a Grã-Bretanha e os Estados Unidos; (2) persuadir ou sufocar a oposição diaspórica judaica e (3) transformar a narrativa e a experiência nativa palestina em um Outro inimigo desprezível e sem rosto”. A autora ainda acrescenta que essa imagem do conflito entre palestinos e judeus israelenses sustenta o argumento de autodefesa dos sionistas, que enquadram o palestino/árabe como um constante agressor, um inimigo a sempre ser combatido, reativa ou preventivamente. Isso, por sua vez, esconde as relações entre colonos e colonizados/nativos, um binarismo que organiza estruturalmente as relações sociais entre israelenses e palestinos desde o início da colonização sionista da Palestina.

Foi apenas no final dos anos 1980, com os chamados novos historiadores israelenses, ou historiadores revisionistas, que alguns termos da historiografia dominante sionista da Questão Palestina/Israel foram desafiados – em particular, os eventos da *Nakba* e da criação do Estado de Israel, em 1948. Segundo Masalha (2011, p. 4), esse campo de estudos surgiu tanto como um dos resultados da divulgação de documentos oficiais dos primeiros anos de existência do Estado israelense, antes indisponíveis ao público, quanto como uma reação à deterioração da imagem internacional de Israel nos anos 1980 devido à invasão do Líbano (1982) e à Primeira Intifada palestina (1987). Embora essas novas produções tenham desmistificado algumas narrativas, como a de que a Palestina era uma “terra sem povo para um povo sem terra”, e reconhecido que 1948 foi o marco inicial do “problema dos refugiados” palestinos, ela também serviu como criadora de novos mitos, como o de que a colonização israelense começou em 1967, com a Guerra dos Seis Dias e a consequente ocupação da Cisjordânia e de Gaza, e não em 1948 (Masalha, 2011, p. 17).

Além disso, de acordo com Masalha (2011, p. 19-21), alguns historiadores revisionistas, como Benny Morris, entendem que há uma corresponsabilidade de palestinos e sionistas pelos eventos da *Nakba*. A exceção dessa nova leva de historiadores talvez seja apenas o israelense Ilan Pappé, cuja obra “A Limpeza Étnica da Palestina”, originalmente publicada em 2006, causou grande fervor ao provar, por meio de análise minuciosa dos arquivos militares oficiais israelenses, que a expulsão dos palestinos em 1948 havia sido meticulosamente planejada desde o fim do século XIX – algo que Masalha (2021) já havia argumentado em sua obra de 1992. Essa preparação envolveu tanto a organização paramilitar Haganá quanto a coleta de dados

demográficos e geográficos sobre os vilarejos palestinos que deveriam ser conquistados pelos sionistas (Pappé, 2016, p. 36-37).

Assumindo que a colonização sionista na Palestina começa em 1967, os historiadores revisionistas, à exceção de Pappé, deliberadamente ignoram que os estabelecimentos de assentamentos judaicos ainda no final do século XIX e início do XX já faziam parte do empreendimento colonial, bem como evitam tratar do direito de retorno dos palestinos que foram expulsos em 1948. Isso, por sua vez, tem seus reflexos para a Faixa de Gaza, como veremos mais adiante, pois atualmente a população da região é composta em cerca de 70% por refugiados palestinos e seus descendentes. De acordo a UNRWA (2023), há cerca de 5,8 milhões de refugiados palestinos registrados no Oriente Médio, sendo que 2,3 milhões se encontram na Jordânia, quase 1,5 milhão na Faixa de Gaza e 871 mil na Cisjordânia. Esse breve panorama nos mostra a importância do cálculo demográfico e da distribuição espacial da população na Palestina, variáveis essenciais para compreender as ações israelenses e suas racionalidades ao longo do tempo na Faixa de Gaza.

De maneira geral, os novos historiadores israelenses se tornaram quase que a autoridade acadêmica sobre o que aconteceu em 1948 (Masalha, 2011, p. 23). A história oral, as experiências e narrativas palestinas parecem não contar como fonte de conhecimento, o que torna sua história subalternizada. Como denuncia Peteet (2005, p. 154, tradução nossa), “narrativas, vozes e seu léxico têm sido constantemente marginalizados ou silenciados em uma tentativa de estruturar como o conflito é escrito, entendido e, por fim, entra no discurso popular, acadêmico e oficial, na imaginação e no registro histórico”. Nesse sentido, devemos nos atentar para o fato de que a escolha de termos e conceitos para narrar e compreender a Questão Palestina/Israel em geral, e a Faixa de Gaza em particular, não é neutra.

### 2.1.2 Os estudos sobre colonialismo por povoamento

A eliminação é um dos elementos centrais do colonialismo por povoamento, que vem sendo considerado como um enquadramento teórico fundamental para compreender o sionismo e a colonização da Palestina (Barakat, 2017). Embora os chamados *Settler Colonial Studies* tenham ganhado força nos Estudos sobre Palestina a partir dos anos 1990 (Amoruso; Pappé; Richter-Devroe, 2019), em especial após a publicação dos trabalhos de Patrick Wolfe (1999; 2006), a associação entre sionismo e colonialismo já havia sido detalhada por Fayez A. Sayegh, acadêmico palestino-americano que fundara o *Palestine Research Center*, em 1965, em Beirute.



Neste mesmo ano, Sayegh publicou o texto “*Zionist Colonialism in Palestine*”, em que sintetiza as características coloniais do sionismo na Palestina, ao mesmo tempo em que difere esse empreendimento do colonialismo europeu na África e na Ásia no século XIX. Em uma perspectiva internacional, terceiro-mundista e no contexto da Guerra Fria, Sayegh (2012) desenvolve uma abordagem histórica e política da colonização por povoamento da Palestina. Segundo ele, há três características estruturantes do colonialismo por povoamento sionista: (i) o padrão de conduta racista, (ii) a violência e o terrorismo, e (iii) a expansão territorial. Esses três pilares de sustentação do colonialismo sionista nos ajudam a compreender a relação estrutural entre palestinos e sionistas-israelenses, ou entre colonizados e colonizadores.

Sayegh (2012) também descreve a organização do programa sionista, dividida em três linhas principais: (i) a organização tática, ilustrada pela Organização Mundial Sionista, fundada em 1897 com o objetivo de avançar os sentidos práticos da colonização da Palestina; (ii) os recursos materiais para a colonização, materializados em instituições como o *Jewish Colonial Trust* (1898), a *Colonization Commission* (1898), o *Jewish National Fund* (1901) e o *Palestine Office* (1908); (iii) a negociação com autoridades e grandes potências, no sentido de estabelecer laços diplomáticos que criariam condições políticas para uma colonização de grande escala (Sayegh, 2012, p. 210). Isso nos mostra como, desde o seu início, o sionismo tem um caráter transnacional, se organizou política e financeiramente e buscou o apoio de grandes potências para avançar seu empreendimento colonial.

Segundo Veracini (2011, p. 4-5, tradução nossa), diferentemente dos estudos pós-coloniais que focam nos processos de exploração econômica, os estudos de colonialismo por povoamento demandam uma estrutura analítica específica para que se compreenda “a situação colonial em sua operação específica”. Enquanto o colonialismo por exploração demanda sua continuidade e reprodução – e a manutenção entre colonizadores e colonizados, a fim de continuar a exploração do trabalho nativo, por exemplo –, o colonialismo por povoamento visa, segundo Veracini (2013, p. 28), a sua própria extinção, pois é com ela que o colono deixa de ser colono e passa a ser nativo, concretizando, assim, uma nova.

O historiador e antropólogo australiano Patrick Wolfe talvez seja o pesquisador mais relevante dos estudos sobre colonialismo por povoamento. Seu artigo de 2006, *Settler Colonialism and the elimination of the native*, é a grande referência desse campo de estudos. Nele, Wolfe (2006) descreve as relações entre as variáveis população e espaço nos esforços do colonialismo por povoamento. Para o autor, o território é o elemento irredutível e específico desse processo, de forma que o motivo da eliminação da população nativa não é primariamente a raça, mas o acesso ao território. Sendo assim, a raça – e sua construção – aparece mais como

um princípio organizador do que como motivo primeiro para a invasão colona. Wolfe (2006, p. 387), ainda, diz que o colonialismo por povoamento opera por uma **lógica da eliminação**, que não é meramente uma ocorrência única, mas um processo contínuo. Em outras palavras, “a invasão é uma estrutura, não um evento” (Wolfe, 2006, p. 388, tradução nossa), de forma que seu projeto é contínuo e vai adotando novas táticas ao longo do tempo.

A expansão do colonialismo por povoamento ocorre por meio da eliminação tanto física quanto simbólica – no caso da assimilação – da população nativa, uma estratégia que inclui a supressão das características culturais da população nativa para que ela possa viver na sociedade do colono. Nesse sentido, o “colonialismo por povoamento destrói para substituir” (Wolfe, 2006, p. 389, tradução nossa), seguindo a lógica de construção de uma nova sociedade, por meio principalmente da conquista da terra e do trabalho. Vale mencionar que o colonialismo por povoamento é um projeto que envolve uma variedade de agentes, sem a necessidade de uma instituição estatal formal (Wolfe, 2006, p. 393). Isso é fundamental para compreendermos como o sionismo operou na Palestina antes da criação do Estado de Israel, em 1948.

Além de um processo histórico e um paradigma teórico, o colonialismo por povoamento é um indicador para compreender outros processos, no sentido de que devemos “monitorar as situações em que o colonialismo por povoamento se intensifica ou nas quais as sociedades que ainda não são, ou não são totalmente, coloniais assumem mais de suas características” (Wolfe, 2006, p. 403). É fundamental identificar o funcionamento do colonialismo por povoamento mesmo quando ele parece não mais existir, como é o que ocorre na Faixa de Gaza desde 2005, quando houve a retirada de todos os assentamentos de colonos israelenses daquela região. Em sua tese de doutorado, Bruno Huberman (2020) investiga neoliberalismo em Jerusalém, onde as estruturas do colonialismo estão escondidas, por conta da razão neoliberal que ali impera, mas que na verdade coaduna os aparatos coloniais que estão em pleno funcionamento.

Embora o colonialismo por povoamento enquanto processo histórico vem ocorrendo na Palestina desde o final do século XIX, foi apenas recentemente que se formou um campo de estudos específico que adota o colonialismo por povoamento como lente analítica para compreender a história contemporânea de Palestina/Israel (Salamanca *et al.*, 2012, p. 1). A edição especial sobre *Settler Colonialism in Palestine*, da revista acadêmica *Settler Colonial Studies*, foi a primeira a reunir produções acadêmicas desse tema. Salamanca *et al.* (2012) afirmam que, na ausência de um corpo teórico coeso sobre o colonialismo na Palestina, as práticas sionistas aparecem como eventos distintos, ainda que relacionados. Na avaliação dos autores, falta uma abordagem que leve em conta o colonialismo por povoamento como uma estrutura, como afirmava Wolfe (2006).

O diagnóstico feito por Salamanca *et al.* (2012) do estado da arte dos estudos sobre a Palestina é o seguinte: há aqueles que focam na Palestina como um caso excepcional, isto é, que não tem paralelos com outros lugares do mundo; aqueles que focam apenas no contexto local da Cisjordânia; aqueles que estudam as políticas sionistas a partir de 1967, quando Israel passou a ocupar a Cisjordânia e a Faixa de Gaza; e aqueles que abordam as micropolíticas ou práticas administrativas do Estado de Israel em um contexto específico. Essas abordagens, apesar de trazerem ganhos analíticos dentro do que se propõem, falham ao não investigarem as questões estruturais do colonialismo por povoamento sionista-israelense na Palestina. Engajar uma abordagem estrutural nos permite identificar as diferentes realidades geopolíticas da Palestina – Cisjordânia, Jerusalém Oriental, Faixa de Gaza, palestinos em Israel – não como entidades analiticamente separadas, mas como componentes de um mesmo projeto colonial que se vale de diferentes táticas de dominação.

Uma outra edição especial sobre colonialismo na Palestina foi publicada na revista *Interventions*, em 2019, na qual Amoruso, Pappé e Richter-Devroe (2019, p. 452, tradução nossa) reafirmam a necessidade de compreender o colonialismo por povoamento como um processo histórico que renova suas estratégias de “desposseção, deslocamento, violência e eliminação da população nativa da Palestina”. Eles também apontam os dois principais argumentos dos sionistas contra a perspectiva do colonialismo por povoamento, que dizem que “Israel é um caso excepcional na história, portanto o movimento nacional judeu não pode ser entendido vis-à-vis o impacto que gerou nos palestinos” (Amoruso; Pappé, Richter-Devroe, 2019, P. 452, tradução nossa). Nesse sentido, há uma tentativa de desconectar o empreendimento colonial sionista das experiências coloniais europeias da modernidade, como se fossem processos totalmente diferentes. Contudo, como os próprios pesquisadores dos *Settler Colonial Studies* argumentam, trata-se de um processo histórico internacional, que teve diversos exemplos no mundo inteiro e que, portanto, podem ser compreendidos em perspectiva comparada, tal como fez Wolfe (2006) ao analisar Austrália, EUA, Israel, entre outros.

Vale pontuar que os *Settler Colonial Studies* possuem grande influência do pensamento marxista, particularmente a atenção voltada para as estruturais sociais e econômicas para compreender a realidade material dos fenômenos. Porém, assim como recomenda Fanon (2005), a dimensão da raça adquire especial importância, uma vez que a hierarquia racial desde o início da colonização sionista da Palestina funciona como organizadora das relações sociais, bem como permite com que a população palestina seja “sujeita tanto à gestão quanto à eliminação gradual” (Lloyd, 2012, p. 67, tradução nossa). A dimensão subjetiva, no sentido de construção imagética e de representação, também tem sua relevância para analisar a Questão

Palestina/Israel, sobretudo por conta da influência dos escritos do palestino Edward Said sobre o Orientalismo e o discurso colonial. Nesse sentido, a raça não pode ser tomada como dada, mas como deliberadamente construída para sustentar projetos políticos. No caso da Questão Palestina/Israel, o árabe palestino é construído como o Outro, o inimigo, seguindo uma dicotomia maniqueísta característica do pensamento e da prática coloniais<sup>8</sup>.

Veracini (2013, p. 27) sugere analisar as diferentes realidades geopolíticas da Palestina para compreender de que maneira, a depender da espacialidade analisada, o colonialismo israelense deixa de ser um esforço de povoamento e passa a adquirir novas formas de controle sobre a terra e populações nativas, controles esses que ainda são caracterizados pelo que ele chama de formas coloniais, ainda que não defina precisamente o que quer dizer com isso. Para o autor, o colonialismo por povoamento israelense falhou em algumas áreas, pois não conseguiu atingir o objetivo final de substituir a população nativa palestina por uma nova sociedade, principalmente na Cisjordânia, Faixa de Gaza e Jerusalém Oriental, ocupadas após a Guerra dos Seis Dias, em 1967 (Veracini, 2013, p. 28). Um dos grandes motivos para o “insucesso” do colonialismo por povoamento israelense é a própria continuação da existência e resistência dos palestinos. Como veremos adiante, um dos grandes entraves é a Faixa de Gaza, tratada há muito tempo pelos sionistas como fonte do grande problema árabe – um problema fundamentalmente demográfico – e, após 2007, como um problema de terrorismo.

Para avançar em seu argumento, Veracini (2013, p. 29, tradução nossa) afirma que a “ocupação dos territórios por Israel não é a mesma coisa que seu projeto de colonização por povoamento nesses territórios”, mas reconhece que a ocupação é uma pré-condição para o avanço dos assentamentos israelenses. Nesse sentido, o autor entende essa realidade como um paradoxo, uma vez que “quanto mais infraestrutura e assentamentos são estabelecidos e quanto mais terra é apropriada à força, mais a constituição recíproca de colonizador e colonizado se torna arraigada” (Veracini, 2013, p. 30, tradução nossa). Dessa forma, não há supressão da figura do colonizador e sua transformação em nativo, que seria o objetivo do colonialismo por povoamento. Assim, o colonialismo por povoamento fracassado se converte em colonialismo por exploração (Veracini, 2013, p. 32).

A noção de um projeto fracassado de colonialismo por povoamento é criticada por Barakat (2017), que argumenta que Veracini (2013) não dá a devida atenção a um processo que

---

<sup>8</sup> Fanon (2005, ap. 56-59) argumenta que o “mundo colonial é um mundo maniqueísta”, no qual o colono transforma o colonizado em uma espécie de mal absoluto. Essa dicotomia se manifesta não apenas nas paisagens contrastantes da cidade do colonizado e da cidade do colonizador – em termos materiais, como infraestrutura –, mas na própria sociedade colona, tida como ideal e pura, e a sociedade colonizada, vista como desprovida de valores e, no limite, de humanidade.

ocorre continuamente nos territórios palestinos ocupados: “a demografia da eliminação” (Barakat, 2017, p. 2, tradução nossa). Com isso, a autora defende que, embora haja uma contradição aparente entre colonialismo por povoamento e ocupação, na verdade os métodos de eliminação da população nativa diferem a depender do tempo e espaço, mas ainda fazem parte do grande projeto de colonização por povoamento. Ter em mente o caráter estrutural desse processo é crucial para compreendermos o que se passa hoje na Faixa de Gaza. Ademais, o paradigma teórico do colonialismo por povoamento deve nos servir como aparato teórico e metodológico, como lente analítica que auxilia a compreensão do processo histórico de colonização sionista da Palestina – suas continuidades, mudanças e contradições – e não como um conceito rígido. Isso permite compreender as relações entre colonialismo e neoliberalismo, por exemplo, como feito por Huberman (2020) em relação a Jerusalém Oriental, e por Hartmann Pacheco (2020) em relação à reorganização espacial da Palestina por meio dos Acordos de Oslo, duas recentes produções brasileiras sobre a Questão Palestina/Israel.

Por conta de o território ser o elemento irredutível do colonialismo por povoamento (Wolfe, 2006), esse paradigma pode parecer insuficiente, num primeiro momento, para compreender o controle israelense da Faixa de Gaza, visto que esta não possui mais colonos israelenses em seu interior desde sua retirada em 2005. Porém, embora as táticas de expulsão variem a depender do contexto, o que importa para o projeto colonial de povoamento é que elas estejam de acordo com **a intenção**, com o **objetivo final**: a necessidade de adquirir terras a todo e qualquer custo (Hughes, 2020; Wolfe, 2006), mesmo que isso signifique se retirar de um território anteriormente ocupado por assentamentos, como foi o caso de Gaza.

## 2.2 Faixa de Gaza: o corpo-território marginal

Embora a Faixa de Gaza enquanto um espaço específico da Palestina receba bastante atenção da mídia em momentos de conflito armado direto, como o mais recente ocorrido em maio de 2023, fazendo proliferar análises sobre o bloqueio israelense e egípcio à região, é ainda escassa a produção bibliográfica tanto sobre a construção socioespacial da Faixa de Gaza ao longo do tempo quanto sobre a vida cotidiana das pessoas que lá vivem. Em comparação aos estudos sobre a Cisjordânia e sobre Jerusalém Oriental, Gaza tende a ser marginalizada quando se discute a Questão Palestina/Israel (Lesch, 1985; Peteet, 2011). Se a historiografia palestina já é subalternizada, a de Gaza é ainda mais, principalmente no Brasil, onde quase não há pesquisas sobre a região. Contudo, isso não quer dizer que não existam produções acadêmicas e de pesquisadores qualificados internacionalmente sobre Gaza, com variadas lentes analíticas.

De maneira geral, no campo das Ciências Humanas, a maioria das pesquisas sobre a Faixa de Gaza destacam as operações militares que Israel conduziu desde 2008 (Lock; Irving, 2010; Finkelstein, 2010; 2014, 2018; Macintyre, 2018), o que mostra que são os momentos de violência direta que ainda recebem mais atenção. Como Gaza tende a ser associada diretamente ao Hamas (Roy, 2013, p. 106), é possível encontrar abordagens referentes ao governo deste grupo na região, atentando para sua organização política (Brenner, 2016; Mishal; Sela, 2000) e contextualizando suas ações enquanto um grupo de resistência anticolonial (Baconi, 2018; Roy, 2013; Sen, 2020). Ademais, são comuns discussões sobre o *status* legal de Gaza no campo do Direito Internacional (Aronson, 2005; Luft, 2018; Samson, 2010; Scobbie, 2005) e sobre a questão humanitária no território desde o bloqueio de 2007, em sua abordagem despolitizadora (Butt; Butt, 2016) ou crítica (Bhungalia, 2015; Feldman, 2009; Smith, 2016; Weizman, 2011).

Outras leituras têm ganhado espaço na literatura específica sobre Gaza dentro da Questão Palestina, as quais focam em geral no momento pós-desengajamento unilateral israelense de 2005 (Amir, 2021; Li, 2006; Mansour, 2011; Pace; Yacobi, 2021; Roy, 2011), mobilizando conceitos como violência infraestrutural e espacial (Salamanca, 2011; Winter, 2016), biopolítica e necropolítica (Bhungalia, 2012; Erakat, 2019b; Musleh, 2018; Puar, 2015; 2017; 2021). Essas abordagens, no entanto, carecem de uma sistematização histórica do processo de isolamento socioespacial de Gaza, que ocorre pelo menos desde os anos 1980. Esse corpo de literatura também não analisa de forma tão detida as políticas as *policies* israelenses para Gaza no pós-desengajamento, mas trabalham de uma forma mais “macro” essas questões. As *policies* em geral são analisadas por relatórios de organizações de direitos humanos, como a Gisha e a B’Tselem, que por sua vez não se detêm de forma mais substancial sobre alguma perspectiva teórica específica para compreender o funcionamento dessas *policies* dentro do contexto histórico do colonialismo por povoamento israelense da Palestina.

As abordagens históricas sobre a Faixa de Gaza (Feldman, 2005a, 2007b, 2007c; Filiu, 2014a; Western, 2009; 2017) são fundamentais para esta pesquisa, pois nos fornecem dados e fatos importantes para compreendermos o processo de construção daquele espaço, embora não adotem uma abordagem teórica específica<sup>9</sup> para analisar os diferentes períodos da história de Gaza. Por fim, vale mencionar a abordagem pela Economia Política de Gaza, da qual Sara Roy (1987; 2007) talvez seja a autora mais proeminente, bem como a perspectiva da ajuda

---

<sup>9</sup> Os trabalhos de Ilana Feldman são exceção, pois se baseiam nas noções foucaultianas de genealogia enquanto método investigativo e governamentalidade como perspectiva teórica para compreender as mudanças no espaço e população de Gaza, sobretudo entre os anos 1948 e 1967.

internacional à Gaza (Farsakh, 2016; Roy, 1996; Qarmout; Béland, 2012; Tabar, 2016), geralmente ligada à questão humanitária.

A Faixa de Gaza, principalmente após o desengajamento israelense e o bloqueio, tende a ser tratada como um espaço único, hostil e excepcional na narrativa israelense (Biger, 2013; Joudeh, 2021), sendo por vezes caracterizada como uma “gaiola humana” ou “um inferno na terra” (Butt; Butt, 2016, p. 157, tradução nossa). Baconi (2020), por exemplo, aponta que Gaza é tanto hipervisível, no que diz respeito à sua situação que beira a catástrofe, como invisível, principalmente em discussões sobre o futuro da Cisjordânia, como se essas duas realidades geopolíticas não tivessem conexões. Acreditamos que essa excepcionalização de Gaza serve a dois propósitos: sedimentar o processo de fragmentação socioespacial da Palestina e avançar as políticas israelenses de isolamento confinamento daquela população, baseadas no argumento de que se trata de um espaço hostil e que abriga terroristas, dessa forma não estabelecendo qualquer distinção entre civis e combatentes (Allen, 2012; Bhungalia, 2009; Joudeh, 2021).

Essa caracterização discursiva de Gaza faz parte de um fenômeno global, principalmente com o início da Guerra Global ao Terror liderada pelos EUA, de criar espaços e regimes de exceção, com respaldo em leis internacionais, e que se constituem como uma outra modalidade de controle sobre determinados espaços, populações e recursos (Bhungalia, 2009; Joudeh, 2021). Assim, diferentemente do que se pensa, e obviamente guardadas as devidas proporções, o que acontece em Gaza não é muito diferente do que ocorreu em Bagdá ou Cabul no contexto da Guerra ao Terror, especialmente quando levamos em consideração a construção do “Outro” como inimigo e as sanções e os bloqueios como armas de guerra. A excepcionalização, ao transformar determinado espaço em um caso único e descontextualizado, abre margem para a compreensão do que ali se passa somente pelo prisma da catástrofe humanitária, gerando, portanto, uma despolitização do caso.

Diante disso, e em que pese a marginalização da Faixa de Gaza na produção acadêmica sobre a Questão Palestina/Israel – em comparação aos estudos sobre Cisjordânia e Jerusalém Oriental –, recentes esforços têm sido feitos para reverter esse quadro. Duas publicações coletivas merecem destaque. A primeira refere-se à coleção de apresentações feitas no âmbito da conferência “*Gaza – Palestine: Out of the Margins*”, na Universidade de Birzeit (Cisjordânia), publicada em livro com edição de Larudee (2011). O conjunto de capítulos da obra trata três aspectos da marginalização de Gaza: o físico, em relação aos demais TPO; de percepção global, no sentido de que comumente não se enxerga os habitantes de Gaza como seres humanos, mas como terroristas, devido à visão orientalista; e de consciência, em relação à não investigação e não punição dos crimes israelenses cometidos contra Gaza (Larudee, 2011,

p. 209). Essa publicação talvez tenha sido a primeira que compilou estudos dedicados exclusivamente ao que acontece em Gaza, mas não tratando-a como algo excepcional e descolado do que acontece nos demais TPO.

Um segundo esforço que merece destaque é a edição “*Gaza in Context: War and Settler Colonialism*” da revista JADMAG. Trata-se de uma publicação pedagógica, organizada por Noura Erakat e Tareq Radi (2016) com o objetivo de compreender as ações e políticas israelenses em relação à Faixa de Gaza a partir da perspectiva teórica do colonialismo por povoamento. Com isso, os autores visam reverter a imagem excepcionalizada de Gaza, combinando análises calcadas na História, no Direito, na Economia Política, nos estudos sobre desenvolvimento e sobre gênero. Produzida no contexto pós-Operação Margem Protetora (2014), a mais sangrenta conduzida pelos israelenses em Gaza – mais de 2 mil palestinos foram mortos, 11 mil feridos e 100 mil desabrigados –, o compêndio busca elucidar que a guerra contra os palestinos de Gaza é “sistêmica, sistemática e de longa data, e é uma extensão da política mais ampla de Israel para todos os palestinos” (Erakat; Radi, p. 4, tradução nossa). Ou seja, ao contrário do que comumente se entende, que as operações militares israelenses em Gaza compõem “ciclos de violência”, o que se tem na verdade é um **continuum de violência** que não envolve apenas a violência visível e direta contra os corpos palestinos de Gaza, mas também o que se chama de violência estrutural e infraestrutural.

### 2.2.1 Espectros de violência e poder colonial: corpo, espaço e cotidiano

*“Na verdade, nada é mais material, nada é mais físico, mais corporal que o exercício do poder”* (Foucault, 2021, p. 237).

Os próprios habitantes de Gaza (Elnaby, 2020; Roy, 2012, p. 84) e alguns autores têm a caracterizado como uma prisão a céu aberto (Chomsky, Pappé, 2016; Western, 2009), uma área encapsulada (Western, 2017, p. 182) ou até mesmo um estado de exceção (Allen, 2012; Joudeh, 2021, p. 74), particularmente após o desengajamento e o bloqueio. Esta violência está intimamente ligada ao exercício de poder e controle sobre espaços, populações e recursos. Em interpretação sobre a ocupação israelense dos territórios palestinos, Neve Gordon (2008) aponta que a ocupação funciona com base em meios de controle que foram criados – ou adaptados – em uma tentativa de normalizar a sua existência. Ele define os meios de controle como:

[...] não apenas os mecanismos coercitivos usados para proibir, excluir e reprimir pessoas, mas principalmente toda a matriz de instituições, dispositivos legais, aparatos burocráticos, práticas sociais, e edifícios físicos



que operam tanto sobre o indivíduo quanto sobre a população a fim de produzir novos modos de comportamento, hábitos, interesses, gostos e aspirações. [...] o propósito e a função dos mecanismos de controle são frequentemente determinados pelo contexto, de modo que às vezes certas práticas controlam e dirigem os seres humanos de forma a expandir as possibilidades disponíveis para eles, enquanto em outras instâncias as mesmas práticas são empregadas para limitar dramaticamente as possibilidades. (Gordon, 2008, p. 3, tradução nossa).

Isso significa que a dominação israelense sobre os corpos e os espaços da Palestina não funcionam apenas por meio do poder repressivo, e sim têm mais sucesso, em grande medida, ao adotar mecanismos de controle baseados em um poder produtivo. Isso fica claro quando analisamos os esforços de pacificação dos palestinos com base na implementação de programas de desenvolvimento econômico e admissão do trabalho palestino em Israel, que ao fim significavam um modelo de contrainsurgência e pacificação da população nativa, temas que desenvolvemos no Capítulo 3.3.

Esses meios de controle baseados em aparatos burocráticos, jurídicos e infraestruturais, por vezes, tornam a violência um fenômeno menos visível. No campo das RI, a discussão sobre violência por muito tempo ficou restrita ao fenômeno da guerra, particularmente em seu sentido mais tradicional e estadocêntrico de um conflito entre dois atores com certa simetria de poder. Contudo, no final da década de 1960, os chamados Estudos de Paz abriram margem para uma atenção mais detida para tipos de violência além daquelas perpetradas em momentos de guerra. Tem destaque, dentro desses estudos, o norueguês Johan Galtung (1969), que propôs a expansão dos conceitos de violência e de paz, a fim de nos afastarmos da ideia de que ausência de violência física necessariamente significa paz. Para tanto, Galtung (1969, p. 183) distingue a **violência pessoal e direta** da **violência estrutural e indireta**. A violência direta se refere à agressão física, ao dano infligido diretamente ao corpo de alguém. Por sua vez, a violência indireta está relacionada a questões de injustiça social, “está **embutida na estrutura** e se mostra como poder desigual e, conseqüentemente, como oportunidades de vida desiguais” (Galtung, 1969, p. 171, tradução nossa, grifo nosso).

Este tipo de violência nos permite notar como o acesso desigual a recursos e serviços sociais impacta a vida de certa população, como é o caso dos palestinos de Gaza. Cabe esclarecer que tal desigualdade se constitui como violência quando ela seria facilmente evitada. Portanto, a negligência – deliberada ou não – de atores políticos também é uma manifestação de violência indireta ou estrutural. O autor ainda argumenta que a paz negativa remete à ausência da violência direta e a paz positiva à ausência de violência estrutural. Esta, por sua vez, se assemelha à noção de violência cotidiana, pois trata-se de um tipo de violência que

mostra certa estabilidade e padronização (Galtung, 1969, p. 173).

A tipologia da violência elaborada por Galtung (1969), cujo objetivo foi estabelecer uma distinção básica entre violência pessoal e violência estrutural, e conseqüentemente entre paz negativa e paz positiva, ensejou diversos debates e análises, em especial no campo dos Estudos Críticos de Segurança, que expandiram e aprofundaram agenda de segurança para temas como segurança humana, econômica, ambiental, entre outros (Behera; Hinds; Ticker, 2021, p. 9). Contudo, o próprio conceito de segurança ainda não é bem definido (Huysmans, 1998) e uma problematização do que é violência e sua conexão intrínseca com as práticas de segurança não foram discutidas suficientemente nas RI, em particular nos Estudos de Segurança (Aradau, 2012; Baron *et al.*, 2019).

Desafiando concepções da segurança e da violência que se restringem ao fenômeno da guerra tradicional e aos estudos das forças militares, as abordagens feministas das RI engajaram uma preocupação com as distintas formas de violência na política internacional e como elas são sentidas de maneiras diferentes pelas mulheres. O trabalho de Cinthya Enloe (2000), por exemplo, aborda a experiência das mulheres na guerra, discutindo fenômenos como a feminização da pobreza e como ela contribui para a submissão de certas mulheres ao turismo sexual ou a prostituição em bases militares. Com isso, é possível desestabilizar noções dicotômicas enraizadas nas RI, como a distinção entre o interno e o externo, ou entre o doméstico e o internacional. Nesse sentido, uma avaliação da violência de gênero – e colonial – deve passar por aspectos sociais, econômicos e políticos. Isso tem sido feito pelo campo teórico do feminismo interseccional, pós-colonial ou decolonial, que advogam por uma abordagem atenta não apenas à dimensão de gênero, mas de raça, classe e colonialidade, uma vez que essas diferentes categorias envolvem manifestações distintas de violência sobre os corpos – individuais ou coletivos – que as sofrem (Gago, 2020; Lugones, 2008).

Apesar de esta tese não trazer a especificidade da violência de gênero, acreditamos que a discussão sobre violência feita por feministas como Butler (2016), Wilcox (2015) e Gago (2020) é uma fonte potente para reconceitualizar a violência. Gago (2020, p. 72, grifo nosso) aponta que, ao adotarmos uma **definição pluralizada da violência**, “conseguimos deixar de falar ‘só’ da violência contra as mulheres e corpos feminizados para relacioná-la a um **conjunto de violências** sem as quais ela não se explica, e sem as quais se compreende menos ainda seu crescimento histórico”. Pluralizar a violência, porém, não se resume a meramente listar uma variedade de violências, e sim “um modo de cartografar sua **simultaneidade** e sua **inter-relação**” (Gago, 2020, p. 72, ênfase original). Avaliamos ser possível aplicar essa mesma lógica à violência colonial vivenciada pelos palestinos de Gaza. Não se trata de uma violência pontual,

que se manifesta apenas em momentos de operações militares, mas de violências econômicas, políticas, raciais, entre outras, que são produzidas e mantidas tanto pelo Estado de Israel, quanto por atores como os EUA, o Egito, ONGs e agências ajuda humanitária.

Um ponto fundamental para compreender a violência estrutural é a articulação entre as três variáveis que analisamos nesta tese: espaço, população e recursos. A filósofa feminista e pós-estruturalista Judith Butler (2016), por exemplo, elaborou uma reflexão instigante sobre as conexões entre violência, política e morte em escala global. Provocada pelas denúncias de tortura no contexto da Guerra Global ao Terror, Butler (2004; 2016) buscou entender as justificativas pelas quais algumas vidas eram matáveis e não passíveis de luto público. A autora se preocupa com as maneiras pelas quais a vulnerabilidade é distribuída de forma desigual, reconhecendo que algumas populações estão mais sujeitas à violência arbitrária do Estado do que outras. Com isso, Butler (2016) aponta que o corpo tem uma dimensão política e pública, que implica em sua maior exposição à violência e à morte.

A discussão em torno da dimensão corpórea da existência humana é feita por Butler (2016) a partir da noção de vulnerabilidade. Ela parte de uma preocupação com a ontologia do corpo do ser humano, uma ontologia que ela define como social. Todos os corpos são vulneráveis por definição e estão sujeitos a outros corpos, normas, instituições e organizações sociais e políticas, e, nesse sentido, a vulnerabilidade existe em relação ao outro, portanto é sempre relacional. A vulnerabilidade como condição ontológica universal significa, em linhas gerais, que todos os corpos são interdependentes e, para sua sobrevivência, dependem de instituições sociais e políticas. Nesse sentido, o corpo deve contar com que está fora dele para sobreviver, ou seja, ele não é autônomo. De acordo com Butler (2016, p. 87), “[o] que limita o que eu sou é o limite do corpo, mas o limite do corpo nunca pertence plenamente a mim”. Logo, a condição de existência do corpo depende das condições materiais no tempo e espaço social que o cercam. Com o intuito de mostrar que, apesar de todos sermos vulneráveis, alguns são mais do que outros, Butler (2016) nos apresenta o conceito de condição precária, que significa:

[...] a condição **politicamente induzida** na qual certas populações sofrem com redes sociais e econômicas de apoio deficientes e ficam expostas de forma diferenciada às violações, à violência e à morte. Essas populações estão mais expostas a doenças, pobreza, fome, descolamentos e violência sem nenhuma proteção. (Butler, 2016, p. 46, grifo nosso).

A condição precária designa a produção deliberada da vulnerabilidade para além de sua característica ontológica. Ou seja, uma condição induzida por atores políticos. Isto porque, para a autora, a apreensão da vulnerabilidade não significa, necessariamente, que se produzirão políticas para mitigá-la. Pelo contrário, a apreensão da precariedade pode conduzir à

potencialização da violência contra determinados corpos e à perpetuação de formas de dominação (Butler, 2016). Assim, “o ‘ser’ do corpo [...] é um ser que está sempre entregue aos outros, a normas, organizações sociais e políticas que se desenvolveram historicamente a fim de maximizar a precariedade para alguns e minimizar para outros” (Butler, 2016, p. 15).

A também feminista Lauren B. Wilcox (2015) investiga as condições constitutivas da violência na política internacional a partir de um olhar voltado à dimensão corpórea e como ela se relaciona com a materialidade da violência. Seu argumento central é de que, apesar de os corpos terem sido tradicionalmente ignorados nas RI, eles são corpos políticos, constituídos a depender de condições históricas e políticas e sobre os quais as práticas de violência operam. A autora identifica que a relação entre corpos, sujeitos e violência ainda é subteorizada nas RI, mesmo que o fenômeno da guerra seja o principal objeto de estudo da disciplina e um dos motivos pelos quais ela mesma nasceu. Na epistemologia dominante nas RI, o corpo aparece como uma categoria abstrata ou como mero objeto manejado pelas teorias e práticas políticas (Souza, 2019, p. 98). Para Wilcox (2015), porém, o corpo é o foco das práticas de segurança nas relações internacionais, seja como alvo da violência, seja como a própria arma. Portanto, é necessário darmos atenção a como “os corpos são mortos e feridos, mas também formados, reformados, generificados e racializados por meio das relações corpóreas da guerra” (Wilcox, 2015, p. 3, tradução nossa).

A discussão sobre a dimensão corpórea na política internacional de Butler (2016) e Wilcox (2015) é bastante provocadora para repensarmos a violência. Porém, o foco excessivo no corpo – individual ou coletivo – pode limitar uma reflexão sobre sua conexão intrínseca com o espaço e a infraestrutura social em que ele se encontra. Isso tem sido discutido pelo chamado feminismo indígena ou feminismo comunitário da América Latina, o qual tem articulado o conceito de **corpo-território** como uma chave de compreensão das relações simbióticas entre a população e o espaço em que vive – seja o campo ou a cidade. Um exemplo é a violência contra povos indígenas por corporações ou pelo próprio Estado que buscam avançar projetos neoextrativistas em territórios comunitários. Nessa perspectiva, corpo e espaço/território aparecem com categorias analíticas que expandem a noção mais estática de violência – como a violência direta e pessoal. Apesar de o feminismo comunitário latino-americano possuir um *locus* de enunciação de experiências e lutas específico, o conceito de corpo-território nos permite enxergar aspectos gerais da dominação colonial sobre espaços e populações em diferentes contextos, como é o caso da Palestina, em geral, e de Gaza, em particular. Antes de discutirmos com mais profundidade o conceito de corpo-território, vale tecer alguns pontos sobre a violência em contextos coloniais.

Como partimos da premissa de que a Questão Palestina/Israel é essencial e estruturalmente uma questão colonial (Veracini, 2013), avaliamos que uma discussão sobre violência colonial é crucial para compreender a dominação israelense na Faixa de Gaza. Portanto, nesta tese também nos apoiamos nas reflexões de Frantz Fanon (2005) sobre a violência nos espaços colonizados. Em sua obra *Os Condenados da Terra*, o psiquiatra martinicano discorre sobre o processo de descolonização – partindo da experiência argelina –, afirmando que toda descolonização é sempre um fenômeno violento. Isto porque a colonização se forma e se sustenta pela linguagem da violência, e é somente por ela que poderá ser destruída.

Em certo momento de sua obra, Fanon (2005) faz uma descrição do mundo dicotômico inaugurado pelo colonialismo: uma paisagem fragmentada, marcada pela diferença explícita entre o colonizador e o colonizado, como se fossem duas espécies diferentes. O princípio organizador dessa relação dicotômica é a raça, que inclusive Fanon (2005) afirma ser uma categoria fundamental que os marxistas devem incluir em suas análises. Nesse cenário, a ordem colonial, dividida em metrópoles e colônias, é baseada na diferenciação racial. Aos colonizados é atribuída a inferiorização, materializada inclusive na arquitetura da cidade onde vivem:

A cidade do colonizado [...] é um lugar mal afamado, povoado de homens mal afamados. Ali, nasce-se em qualquer lugar, de qualquer maneira. Morre-se em qualquer lugar, de qualquer coisa. [...] A cidade do colonizado é uma cidade faminta, esfomeada de pão, de carne, de sapatos, de carvão, de luz. A cidade do colonizado é uma cidade agachada, de joelhos, uma cidade prostrada. (Fanon, 2005, p. 55-56).

Em outras palavras, a cidade do colonizado é marcada por uma série de ausências e precariedades: a falta de saneamento básico, de eletricidade, de alimentos e medicamentos ilustra uma cartografia na qual o corpo-território é relegado a uma experiência de morte em vida. Essa é a paisagem na qual os palestinos de Gaza hoje vivem.

Apoiando-se nas reflexões de Fanon (2005), Mbembe (2018) se debruça sobre a lógica racial nos espaços colonizados e como ela está intimamente relacionada com a segurança. O autor defende ser necessário compreendermos a raça, o racismo e a diferença racial como uma “matriz privilegiada para as técnicas de dominação”, tanto no passado – na inauguração da modernidade europeia – quanto no presente (Mbembe, 2018, p. 106):

Para sua reprodução, o princípio de raça depende de um conjunto de práticas cujo alvo imediato, direto, é o **corpo** do outro e cujo **campo de aplicação é a vida em sua generalidade**. [...] Por princípio de raça se deve entender, aliás, uma forma espectral da divisão e da diferença humana, suscetível de ser mobilizada para fins de estigmatização, de exclusão e de segregação, por meio das quais se **busca isolar, eliminar e até mesmo destruir fisicamente determinado grupo humano**. (Mbembe, 2018, p. 106, grifos nossos).

A citação de Mbembe (2018) e a caracterização de Fanon (2005) da cidade do colonizado nos permitem avaliar as relações entre violência, corpo e território. Conforme introduzido anteriormente, a noção de corpo-território auxilia na investigação e compreensão da relação entre “corpos feminizados e dissidentes e terras/territórios comuns, ambos entendidos como superfícies de colonização, conquista e domínio” (Gago, 2020, p. 77). Essa relação envolve um exercício de afirmação da autoridade – colonial – por meio da noção de propriedade sobre os corpos (Gago, 2020, p. 78). Tal perspectiva parte da premissa de que o corpo, para sua sobrevivência, depende de possibilidades materiais de vida, as quais muitas vezes são espoliadas por Estados e corporações. Como exemplo, tem-se a espoliação de terras indígenas por meio dos projetos extrativistas. Contudo, a espoliação também acontece em espaços urbanos, por exemplo por meio da especulação imobiliária.

De acordo com Gago (2020, p. 107), o corpo-território ilustra como a exploração de territórios envolve uma violação do corpo individual e coletivo por meio da espoliação:

A conjunção das palavras corpo-território fala por si mesma: diz que é **impossível recortar e isolar o corpo individual do corpo coletivo, o corpo humano do território e da paisagem**. Corpo e território compactados como única palavra desliberaliza a noção do corpo como propriedade individual e especifica uma continuidade política, produtiva e epistêmica do **corpo enquanto território**. O corpo se revela, assim, composição de afetos, recursos e possibilidades que não são “individuais”, mas se singularizam, porque passam pelo corpo de cada um na medida em que **cada corpo nunca é só “um”**, mas o é sempre com outros, e com outras forças também não humanas. (Gago, 2020, p. 107, grifos nossos).

Embora muito vinculada às lutas indígenas latino-americanas, a noção de corpo-território oferece *insights* instigantes para esta pesquisa sobre a Faixa de Gaza, pois “expande um modo de ‘ver’ a partir dos corpos experimentados como territórios e os territórios vividos como corpos (p. 107)”. O conceito nos permite compreender a imbricação entre espaço e população, inclusive em espaços urbanos, como Gaza. Afinal, a própria categorização da Faixa de Gaza como entidade hostil por Israel em 2007 implica que todo aquele território é, em primeiro lugar, equalizado ao Hamas, considerado terrorista, de forma que as ações israelenses direcionadas a Gaza são justificadas em nome da segurança nacional, enquanto os direitos humanos dos palestinos são deixados de lado ou tratados como mera exceção. Mais do que isso, a própria dominação israelense sobre a infraestrutura e os recursos da região revela a dependência do corpo coletivo de Gaza em relação às possibilidades de vida, as quais são instrumentalizadas e restringidas pelo poder colonial.

### 2.2.2 Espacialidade e demografia: o isolamento do corpo-território de Gaza

A articulação entre espaço e população para analisar Gaza tem sido mobilizada por alguns poucos autores. Salamanca (2011, p. 25), por exemplo, ao analisar a Faixa de Gaza após o desengajamento, afirma que houve uma reformulação da violência colonial israelense naquele espaço, passando a ser uma ocupação por controle remoto. Se na Cisjordânia continua ocorrendo a expansão de assentamentos israelenses às custas da expulsão da população palestina, em Gaza o que se tem é um recrudescimento do controle das redes infraestruturais, como os sistemas de distribuição de energia elétrica, água e combustível. Introduzindo o conceito de violência infraestrutural, Salamanca (2011) parte de uma perspectiva de Geografia Humana para mostrar como a combinação de controle espacial e biopolítico funcionam como instrumentos de regulação da vida da população de Gaza. Com isso, o autor afirma que a infraestrutura se tornou, a um só tempo, uma arma e um alvo, de forma que o isolamento e vulnerabilização de Gaza fizeram com que seus habitantes passassem a viver de forma mais intensa o de-desenvolvimento, a destruição e a desumanização (Salamanca, 2011, p. 25).

Na esteira desse pensamento, Pace e Yacobi (2021) buscam explorar a contradição entre o colonialismo por povoamento e a ausência de assentamentos em Gaza, por meio de uma reflexão sobre o que eles qualificam como violência lenta (*slow violence*). Os autores argumentam que, no pós-desengajamento israelense, instaurou-se uma nova geografia em Gaza, baseada na estratégia colonial de confinamento, exploração – embora não definam que tipo de exploração – e eliminação da população nativa. Nessa realidade, há a consolidação de uma espécie de colonialismo por povoamento sem colonos. Para Pace e Yacobi (2021), o bloqueio de Gaza fez com que seus habitantes passassem a vivenciar uma espécie de “não-vida”.

Com o “colonialismo por povoamento sem colonos”, Gaza passa a ser um caso em que a “violência colonial é mediada pelo exercício do poder a uma distância ‘segura’, principalmente por meio do uso de tecnologias de guerra” (Pace; Yacobi, 2021, p. 1223), como drones e cercas elétricas. O objetivo em Gaza passa a ser não a permanência dos colonos, mas controlar à distância a vida dos nativos de forma a torná-la intolerável, a ponto de os palestinos quererem sair por conta própria daquele espaço ou forçar o Hamas a aceitar os termos da dominação israelense (Falah, 2005, p. 1349; Pace; Yacobi, 2021, p. 1226). Nesse sentido, “o colonialismo por povoamento de Israel não só priva os habitantes de Gaza de espaço, mas também de possibilidades de ser” (Pace; Yacobi, 2021, p. 1227, tradução nossa).

Mais do que o controle das fronteiras e o uso de armamentos não tripulados, a dominação israelense da Faixa de Gaza no pós-desengajamento se baseia na instrumentalização

da infraestrutura e dos recursos como forma de governar a vida da população à distância. De acordo com Rodgers e O'Neill (2012, p. 402, tradução nossa), a infraestrutura é “um fator chave que molda as relações diretas das pessoas entre si e com seu ambiente nas cidades”. É na infraestrutura que as relações de poder e hierarquia em determinado espaço se tornam palpáveis e podem gerar danos físicos e emocionais. Diante disso, analisando seu funcionamento, é possível refletir sobre formas sistêmicas de violência que ocorrem por meio dos modos pelos quais uma sociedade é organizada e governada (Rodgers; O'Neill, 2012, p. 404). Portanto, para os autores, a noção de violência infraestrutural é capaz de iluminar a economia política da produção socioespacial do sofrimento e do dano em contextos urbanos contemporâneos.

Graham e McFarlane (2015) também investigam como as redes de infraestrutura mediam a vida cotidiana urbana e entendem a infraestrutura como um “processo social e tecnológico complexo que possibilita – ou impossibilita – tipos particulares de ação na cidade” (Graham; McFarlane, 2015, p. 1, tradução nossa). Ou seja, não se trata de uma concepção rígida e estática de infraestrutura, mas uma avaliação de como ela age como um processo, no qual o cotidiano revela sua funcionalidade e reflete as relações desiguais de poder e dominação em determinada sociedade. Em outra ocasião, Graham (2011, p. 227, tradução nossa) utilizara a noção de urbicídio para qualificar “a destruição ou morte deliberada de uma cidade”. Nesse sentido, o espaço social e infraestrutural da cidade é usado, a um só tempo, como arma e alvo geopolítico para minar a resistência e dificultar as possibilidades de vida da população atingida – no caso analisado por Graham (2011), a população palestina da Cisjordânia e de Gaza.

Como mencionamos anteriormente, Salamanca (2011), ao analisar a Faixa de Gaza no pós-desengajamento, mobiliza a noção de violência infraestrutural para mostrar como as redes de “suporte de vida” – água, eletricidade, combustível etc. – são tomadas e controladas pelo poder colonizador para diminuir as possibilidades de uma vida digna dos colonizados. O autor ainda nos diz que “as redes de infraestrutura são concebidas como um cordão umbilical que amarra os **corpos e o território** colonizados ao colonizador ao mesmo tempo em que impõem uma dependência severa e duradoura” (Salamanca, 2011, p. 26, tradução nossa, grifo nosso). De forma semelhante, Winter (2016) adota o conceito de violência espacial para compreender o cerco israelense a Gaza desde 2005. O autor afirma que o isolamento forçado de Gaza é uma formação espacial particular da violência, com o cerco sendo um mecanismo para “controlar pessoas e populações por meio do reordenamento do espaço físico” (Winter, 2016, p. 309, tradução nossa). Nesse sentido, a governamentalidade da população de Gaza opera não apenas a partir de controle populacional, mas principalmente pelo controle do território e seus recursos.



Ambos Salamanca (2011) e Winter (2016) advogam uma maior atenção às manifestações cotidianas da violência espacial-infraestrutural, pois elas revelam as condições e manifestações da violência colonial não apenas durante grandes eventos, como guerras e operações militares. Segundo Salamanca (2011, p. 27), as redes infraestruturais do poder colonial são visíveis em espaços da vida cotidiana. Esses espaços são tratados, por vezes, como não-políticos, privados e não-excepcionais (Enloe, 2011), como as cozinhas, as salas e os banheiros dos lares palestinos. A falta de energia elétrica, saneamento básico e água não se encerra nas redes de distribuição, e sim se manifestam concretamente nesses espaços mais “privados” da vida dos palestinos de Gaza. Nesse sentido, podemos inferir que o cotidiano e o urbano são indissociavelmente ligados (Lefebvre, 2008, p. 17), e o poder pode estar profundamente em ação onde é menos aparente (Enloe, 2011, p. 447).

Em geral, a preocupação da maioria dos autores que se baseiam na geografia política, humana e urbana de Gaza (Allen, 2012; Amir, 2021; Hanafi, 2012; Mansour, 2011; Smith, 2011; 2016) está mais voltada para os mecanismos pelos quais Israel controla aquela região desde 2005. Uma exceção talvez seja o geógrafo Ghazi-Walid Falah (2005), que mobiliza a noção de enclavização como um processo de demolição e estrangulamento espacial, conduzido por Israel em Gaza desde o começo da Segunda Intifada, em 2000. O autor aponta que a enclavização, ou seja, o ato de produzir enclaves<sup>10</sup>, significa “cortar o interfluxo e aumentar o controle espacial [...], confinando e enfraquecendo drasticamente a população de maneira econômica, política e social” (Falah, 2005, p. 1344, tradução nossa). Escrevendo no contexto das discussões sobre o plano de desengajamento israelense unilateral de Gaza, o autor analisa esse processo e suas possíveis consequências para a chamada solução de dois Estados. A separação não significaria dar autonomia política e econômica para Gaza, visto que Israel continuaria sendo o detentor do controle sobre as fronteiras, as infraestruturas e os recursos, como água, eletricidade e combustível.

Para Falah (2005, p. 1343, tradução nossa), a política israelense de enclavização começou a ser implementada ainda em 1967, com vistas a “desmembrar o espaço do restante

---

<sup>10</sup> O conceito de enclave, próprio da Geografia, significa, em linhas gerais, um território cujas fronteiras geográficas se localizam dentro de um outro território autônomo. Como exemplo, cita-se Lesoto, um país localizado dentro das fronteiras da África do Sul. Também é comum a discussão sobre enclaves urbanos, espaços segregados que podem ser tanto favelas, guetos e bantustões, como podem ser condomínios fechados, vigiados e protegidos por empresas de segurança privada, os chamados enclaves fortificados. É interessante a pontuação de Falah (2005, p. 1345) de que a produção de enclaves data desde a colonização dos EUA, quando os colonizadores enclavizavam territórios dos indígenas que, por sua vez, eram “sufocados e subjugados”. Não é à toa que os territórios indígenas são comumente chamados de reservas.

da população palestina vista como uma ameaça para a geografia da imaginação<sup>11</sup> que governa a elite israelense”. Isso, por sua vez, comprometeria a criação de um Estado palestino viável, com espaços contíguos e fronteiras controladas pelos próprios palestinos. Esse imaginário colonial do espaço, segundo Pace e Yacobi (2021, p. 1225), seria uma forma de legitimar a agenda violenta e invasiva do colonialismo por povoamento, com base também na demonização do nativo como ameaça que deve ser eliminada a todo custo.

Um outro conceito complementar ao de enclavização, e que também vem da Geografia Política, é o de cerco – *siege*. O geógrafo Ron J. Smith (2011; 2016) tem trabalhado essa noção para compreender as políticas israelenses direcionadas a Gaza. O cerco se refere a um “fenômeno geopolítico que funciona por meio do afastamento das sociedades de redes globais de comércio e movimento” (Smith, 2016, p. 750, tradução nossa), com vistas a uma mudança política (no caso de Gaza, retirar o Hamas do poder). Há duas críticas gerais que o autor desenvolve: a primeira é de que, ao contrário do que se tenta fazer acreditar em algumas análises, o que se passa em Gaza não se configura como “novas guerras” – conceito muito discutido nos Estudos de Segurança Internacional nas RI –, mas é parte de uma estratégia histórica de dominação colonial, combinada atualmente com práticas neoliberais (Smith, 2011); e a segunda é de que o cerco ou as sanções não são uma alternativa humanitária à guerra, mas sim faz parte da máquina de guerra (Smith, 2016).

Em relação à primeira crítica, Smith (2011, p. 81, tradução nossa) argumenta que o cerco a Gaza é “simultaneamente neoliberal e colonial, ou talvez neoliberalizado a serviço do colonialismo, enquanto o colonialismo é o processo final”. Ele tem o cuidado de não essencializar a Faixa de Gaza, de maneira que compreende o cerco como uma estratégia maior de dominação colonial e compara com os outros TPO, particularmente a Cisjordânia. Para Smith (2011, p. 83), o cerco e o de-desenvolvimento são um modo de exploração neoliberal, visto que se trata de uma política anti-Estado, uma maneira de enfraquecer todas as estruturas governamentais palestinas – no caso de Gaza, o Hamas. Uma expressão do neoliberalismo servindo aos interesses coloniais é a ajuda humanitária internacional, que na verdade é uma terceirização das obrigações do poder ocupante sobre a população ocupada (Smith, 2011, p. 92)

---

<sup>11</sup> Conceito referente aos discursos nacionalistas de legitimação territorial, baseados em pelo menos uma de três ideologias: (i) o Estado é a manifestação de um lar histórico de um grupo étnico distinto; (ii) de uma unidade física ou ambiental distinta; (iii) ou é a encarnação moderna de uma entidade territorial e política de longa data (Falah, 2005, p. 1344). A geografia da imaginação do sionismo seria a ideia da *Eretz Israel*, que engloba toda a Palestina histórica e que, portanto, deve ser colonizada em sua totalidade pelos israelenses.

– desenvolvemos uma análise deste processo com mais detalhes no Capítulo 4.4, quando abordamos as mudanças trazidas pelos Acordos de Oslo dos anos 1990.

Para desenvolver seu argumento de que o cerco não é uma alternativa humanitária à guerra ou à violência direta, o autor parte da noção de uma geopolítica subalterna, olhando para os eventos políticos de Gaza considerando as experiências cotidianas daqueles que os sofrem. Com base nos trabalhos de Frantz Fanon sobre colonialismo, Smith (2016, p. 750, tradução nossa, grifo nosso) entende que este é “um sistema e uma estrutura de violência que está necessariamente inscrita na **vida cotidiana** do colonizado”. Como argumentamos anteriormente, o cotidiano é um espaço-tempo fundamental de ser analisado para compreender as nuances e os diferentes aspectos da violência colonial israelense sobre os palestinos da Faixa de Gaza. A perspectiva de uma geopolítica subalterna permite ao autor colher testemunhos dos habitantes de Gaza – como jovens, pescadores e agricultores – sobre suas experiências diante do cerco israelense e global. Com isso, é possível avaliar os impactos humanos do cerco e concluir que ele não é uma alternativa humanitária à guerra, mas serve a ela, pois funciona por meio do impedimento da entrada de bens básicos para a população sitiada.

Importante na análise de Smith (2016) é a noção de população excedente. Segundo o autor, os palestinos de Gaza – 70% refugiados –, desde o desengajamento, compõem um corpo populacional que não serve a qualquer propósito ao governo israelense. A população de Gaza, diferentemente da população de certas partes da Cisjordânia e de Jerusalém Oriental, não está integrada ao trabalho israelense. O alto grau de isolamento socioespacial na Faixa de Gaza é diferente do que acontece em partes de Jerusalém Oriental, pois ali ocorre um processo de inclusão pela exclusão (Huberman, 2020). Já em Gaza, desde a Primeira Intifada (1987-1991), o mercado de trabalho israelense fechou suas portas para os trabalhadores, o que se intensificou a partir de 2005. Sendo assim, conforme aponta Smith (2016, p. 753), o cerco israelense é uma maneira a longo prazo de isolar e gerenciar essa população excedente.

Já vimos anteriormente que o colonialismo por povoamento se preocupa primariamente com a conquista da terra. Porém, como afirma Veracini (2013, p. 33, tradução nossa), “o projeto do colonialismo por povoamento é obcecado por questões demográficas”. A demografia da Faixa de Gaza aparece, portanto, como um problema a ser manejado. O geoestrategista e demógrafo israelense Arnon Soffer, um dos arquitetos do plano de desengajamento de Gaza, alertava, já nos anos 1980, que o número de palestinos superaria o número de judeus israelenses em 2000, o que seria uma ameaça ao projeto sionista de colonização da Palestina (Derfner; 2004; Soffer, 1989, p. 97), o que Crousaz (2005, p. 81) qualifica como teoria demográfica alarmista. Nesse cenário, Gaza se tornaria cada vez mais uma pressão demográfica, pois era

composta em 98% por palestinos. Em análise sobre os motivos que levaram à retirada dos assentamentos israelenses de Gaza, Crousaz (2005) argumenta que a preocupação demográfica era a determinação central, visto que o Estado de Israel visa estabelecer uma maioria populacional judaica dentro de suas fronteiras. Logo, a alta densidade populacional árabe em Gaza representaria um perigo demográfico, portanto o Israel deveria rever seu controle sobre essa população (Crousaz, 2005, p. 67). Veremos no Capítulo 4.5 os outros motivos que influenciaram a implementação do plano de desengajamento israelense de Gaza, tais como os altos custos da manutenção da ocupação, as mudanças ideológicas internas do Likud e o contexto da Segunda Intifada e da Guerra Global ao Terror.

Michael (2014, p. 36) argumenta que qualquer análise demográfica deve ser acompanhada de considerações sobre segurança, política, economia e ética, inclusive em perspectiva internacional. De maneira semelhante, Elkahout (2018, p. 213) investiga a relação entre conflito e tendências demográficas, analisando o que está por trás de alta taxa de natalidade, crescimento populacional e motivos de migração. Isso nos permite compreender que as políticas israelenses para Gaza têm seus efeitos também em outras partes da Palestina, como na Cisjordânia. Afinal, o desengajamento de Gaza não significou o fim da ocupação, tampouco um avanço para a paz, uma vez que o número de assentamentos israelenses na Cisjordânia só aumentou (Mansour, 2011). Trata-se de táticas de controle e fragmentação socioespacial dos palestinos que estão em consonância com estratégia de colonialismo por povoamento israelense.

Apesar de não engajar uma discussão explícita com conceitos da Geografia Política, Hanafi (2012) adota o conceito de “espaçocídio” para analisar as configurações espaciais da colonização israelense na Palestina em geral e na Faixa de Gaza em particular, afirmando que o projeto do colonialismo por povoamento foca na terra, portanto o alvo das políticas sionistas é, em primeiro lugar, o espaço. Para a autora, o projeto de espaçocídio, aqui entendido como destruição do espaço, é possível por meio de algumas estratégias, tais como: (i) aniquilação do espaço; (ii) limpeza étnica; e (iii) *apartheid* (Hanafi, 2012, p. 192). Os princípios que norteiam essas práticas são a colonização, que envolve a despossessão sistemática e dependência econômica, a separação, que envolve fragmentação territorial e controle do movimento palestino, e o estado de exceção, que envolve a governança por meio de leis administrativas e militares. Em oposição ao genocídio, Hanafi (2012, p. 192, tradução nossa) afirma que o espaçocídio é mais um espetáculo de destruição sem/com pouca morte”. Embora sua pesquisa se aproxime do que outros autores chamam de violência infraestrutural (Salamanca, 2011) ou violência lenta (Pace; Yacobi, 2021), Hanafi (2012) não adota esses termos, tampouco

desenvolve uma análise mais histórica e contextual do processo de isolamento da Faixa de Gaza. Há uma lacuna a respeito dos efeitos letais do cerco israelense a Gaza, de forma que as mortes dos palestinos desta região parecem ser apenas um efeito colateral do controle do espaço, e não parte de um projeto central de eliminação da população nativa. Sendo assim, nos parece faltar uma consideração das preocupações demográficas do projeto sionista.

Ao analisar as conexões entre espaço e violência, Winter (2016) entende o cerco de Gaza como um mecanismo de controle populacional que se realiza por meio da reordenação do espaço – neste caso, por meio do isolamento forçado. O autor afirma que o cerco é uma formação particular da violência espacial (Winter, 2016, p. 309) que, combinada a medidas econômicas como o de-desenvolvimento, relega a população de Gaza a posições de trabalho informais ou até mesmo ao desemprego. Isso produz sistematicamente situações de precariedade. O alvo da violência é primeiramente as infraestruturas, que tem suas repercussões nas condições de reprodução da vida, colocando a vida cotidiana dos palestinos em um limbo entre a vida e a morte. Nesse cenário, Winter (2016, p. 311, tradução nossa) afirma que o cerco israelense de Gaza é um protótipo de modelo de controle populacional, o que ele chama de “o cerco humanitário indefinido”. A indefinição aqui diz respeito à temporariedade, pois não há qualquer perspectiva de encerramento desta estratégia, mesmo que os israelenses argumentem que é por conta do governo do Hamas que o bloqueio a Gaza existe.

A manifestação cotidiana da violência infraestrutural no corpo-território da Faixa de Gaza, no limite, leva à criação do que Mbembe (2003) chamara de mundos de morte, um espaço no qual a morte se tornou em alguma medida a condição normalizada da existência. Nesta realidade, os palestinos de Gaza são submetidos a um regime bio-necropolítico, orquestrado por Israel e apoiado e normalizado pelos EUA e o Egito, bem como por atores não-estatais, como as agências de ajuda internacional e ONGs de assistência humanitária, até mesmo quando essas organizações buscam aliviar os efeitos do bloqueio.

### **2.3 Morte e vida como elementos políticos centrais em Gaza**

A noção de morte lenta ou morte em vida tem sido recorrente nos depoimentos de palestinos de Gaza. Ela acomete, por exemplo, pacientes com câncer a espera de permissões para terem tratamento fora de Gaza, onde os hospitais são poucos e precários (Aburamadan, 2018). A burocracia israelense e as recorrentes negações de pedidos de tratamento com a justificativa de “razões de segurança” fazem com que os palestinos tenham seus direitos humanos constantemente violados e os colocam numa espiral de vulnerabilidades, sem

condições minimamente razoáveis de manutenção da vida. Ismail Abu Zor, agricultor palestino de Gaza, conta como as violações de Israel não se restringem às violências mais diretas:

Cada agricultor na Faixa [de Gaza] está sofrendo as consequências das práticas israelenses que miram neles e nas suas terras agrícolas regularmente. A mensagem é clara: eles não querem que Gaza dependa de seus próprios produtos para sobreviver. [...] Pode-se dizer que os moradores são condenados a uma **morte lenta**. (Abu Zor *apud* Hussaini, 2020, tradução nossa, grifo nosso).

Em entrevista para esta pesquisa, um palestino que vive na Faixa Gaza, descendente de refugiados da Nakba, e que nasceu nos anos 1990, nos contou a sua relação com a morte por conta das políticas israelenses voltadas para a região:

A gente já **viu a morte desde criança**. Eu não esqueço o cheiro de morte. Até às vezes, do nada, eu sinto um cheiro e eu já sei que vai acontecer alguma coisa e vai morrer uma pessoa. [...] Às vezes eu ando com meus amigos e falo: estou sentindo cheiro de morte. Do nada, assim. Depois, você vai ver e aconteceu alguma coisa, morreu uma pessoa que a gente conhece, um parente, uma coisa assim. [...] A maioria das pessoas que moram na Faixa de Gaza falam que elas vivem uma **morte em vida**. Elas falam isso porque elas não estão vivendo uma vida básica. Luz, não tem. Água, não tem. Gás, não tem. Tudo é difícil de você conseguir. (Abud, 2023).

A morte lenta significa a sistemática deterioração das condições de vida de uma determinada população, sendo uma noção fundamentalmente infraestrutural, ao passo que a morte rápida seria o ato imediato de matar (Haritaworn; Kuntsman; Posocco, 2014). Conforme ilustrado pelas citações acima, a morte em Gaza tem se tornado a condição normalizada da existência, seja em sua concretude ou na sua grande possibilidade de ocorrência. Isso nos leva a inferir que, dentro de um contexto de dominação colonial, o poder ocupante orquestra uma espécie de política de sobrevivência, que coloca os colonizados no limite entre a vida e a morte. Com ataques sistemáticos à infraestrutura local e o controle contínuo da entrada e saída de bens e pessoas, os problemas imediatos de Gaza passam a ser de sobrevivência.

Em geral, a relação que as Relações Internacionais estabelecem com a morte é de pouca familiaridade ou, no máximo, quantificadora, limitando-se a elencar o número de mortos em determinado conflito. Não vemos grandes esforços em compreender a morte em sua manifestação mais mundana, como uma categoria política e/ou como um projeto deliberado e sistemático de Estado. Contudo, é possível engajar algumas reflexões em torno do tema, principalmente a partir de abordagens recentes e não tradicionais, não apenas das RI, mas da filosofia política contemporânea. Merece destaque o conceito de necropolítica, cunhado por Mbembe (2003), incluindo suas limitações analíticas. Voltando nossa atenção para as experiências contemporâneas e específicas da Faixa de Gaza, é possível ensaiar uma reflexão

mais apurada sobre o lugar da morte em sua configuração mais mundana – isto é, não como algo excepcional – na política internacional.

Nos espaços colonizados, como a Palestina, o controle sobre a morte e o morrer é exercido explicitamente a partir da articulação entre segurança e soberania, dois conceitos quase que basilares das teorias mais tradicionais das RI. A soberania, porém, aparece aqui não como uma categoria jurídica, e sim como um poder de ditar quem deve morrer ou viver, uma discussão que foi feita de maneira proeminente por Foucault (1999). Nessa concepção, a raça desempenha papel fundamental para separar as populações entre as vivíveis e as matáveis. Portanto, como diz Shalhoub-Kevorkian (2015, p. 117, tradução nossa), em relação a Palestina/Israel: “A experiência da alteridade na morte está ligada à política de raça e racismo. [...] O controle sobre o cadáver, a economia da vida e da morte, e da vida na morte, e o racismo embutido na divisão que separa o Outro regulam a capacidade de ‘matar’ e a capacidade de morrer com dignidade”. Com isso, é possível afirmar que a morte e o morrer são chaves importantes para compreender a política e a relação entre colonizador e colonizado.

A morte como uma política deliberada é justamente a noção que Mbembe (2003) mobiliza quando constrói seu conceito de necropolítica. O conceito significa, em linhas gerais, a subjugação da vida ao poder da morte, uma política de produção da morte de certos grupos que sofreram ou ainda sofrem uma dominação colonial. O autor parte de uma concepção da soberania não como categoria jurídica, mas a partir de seu poder sobre a produção da mortalidade (Mbembe, 2003, p. 12), cuja base está na categorização daqueles que podem viver e aqueles que devem morrer e cujo princípio organizador é a raça. Aqui, ele se refere ao termo biopolítica desenvolvido por Foucault (1999; 2008), que significa um tipo de poder que se realiza sobre os corpos em seu sentido mais massificante – como a categoria de população, que passa a ser um problema científico e político – e cujo objetivo primordial é o prolongamento da vida. Para Foucault (1999), a biopolítica seria o poder de **fazer viver e deixar morrer**, isto é, a morte vem como uma espécie de dano colateral.

Mbembe (2003), por sua vez, está mais preocupado com espaços nos quais o poder de **fazer morrer** opera de maneira mais visível. No regime de biopolítica, a morte torna-se “aquilo que se esconde; [...] a coisa mais privada e vergonhosa” (Foucault, 1999, p. 295). Isso faz sentido dentro de uma lógica de produção capitalista, para a qual o prolongamento da vida é interessante para a manutenção da força de trabalho. Aqui, a medicina adquire uma importância crucial, a fim de evitar doenças, entendidas como empecilhos e custosas para o trabalho (Foucault, 1999, p. 290-291). Com as tecnologias de biopoder, que fazem viver, a morte aparece então como aquilo que **aparentemente** está fora do domínio do poder – assim, a morte passa a

ser associada ao âmbito privado da vida social (Foucault, 1999, p. 296). Isso toma lugar precisamente na Europa a partir do século XVIII.

Por outro lado, Mbembe (2003) nos alerta que, em espaços colonizados, como é o caso da Palestina, a política de produção da vida é ofuscada pela política de produção da morte, pela criação de mundos de morte e da condição de uma “morte em vida” para os habitantes. O que interessa para Mbembe (2003, p. 12) é a morte enquanto estruturadora de processos políticos em um contexto de ocupação colonial contemporânea, bem como as condições práticas e materiais que permitem o exercício de matar, deixar viver ou expor à morte. Alegando que vida e morte não devem ser tomadas como categorias abstratas, o autor conduz uma reflexão sobre um tipo de soberania que tem como projeto central a “instrumentalização generalizada da existência humana e a destruição material de corpos humanos e populações” (Mbembe, 2003, p. 14, tradução nossa).

Apoiando-se nos escritos de Foucault (1999), que já iniciava uma preocupação com a raça e o racismo enquanto uma das condições permissivas do direito soberano de matar, Mbembe (2003) se debruça sobre o problema da alteridade, da criação de inimigos a partir da categorização do *Eu versus* o Outro, mostrando que, em algumas sociedades, a existência do Outro é percebida como uma ameaça à vida do *Eu*, de forma que sua eliminação biofísica fortaleceria a segurança. Para o autor, esse é um dos imaginários da soberania característicos da modernidade. A filosofia existencialista do século XX já havia promovido análises sobre isso. Contudo, no trabalho de Mbembe (2003), percebemos uma preocupação direcionada fundamentalmente à dimensão da raça enquanto a “sombra sempre presente na prática e no pensamento políticos ocidentais” (Mbembe, 2003, p. 17, tradução nossa), em especial no que se refere à desumanização de povos nativos e as justificativas para a dominação sobre eles. O colonialismo é a clara expressão dessa dinâmica.

Particularmente, em *Crítica da Razão Negra*, Mbembe (2018) se debruça sobre a lógica racial em espaços colonizados e sua relação intrínseca com a narrativa e a prática da segurança. Para Mbembe (2018, p. 50), a lógica racial acompanha “o fortalecimento da ideologia da segurança e da instalação de mecanismos destinados a calcular e minimizar os riscos, e a fazer da proteção a moeda de troca da cidadania”. Nesse sentido, a raça é uma das categorias que permitem que as vidas sejam classificadas em vidas matáveis: “a raça é uma das matérias-primas com as quais se fabrica a diferença e o **excedente**, isto é, uma espécie de vida que pode ser desperdiçada ou dispendida sem reservas” (Mbembe, 2018, p. 73, ênfase original). Esse excedente é justamente aquelas vidas que serão objetificadas e tornadas matáveis. A citação abaixo de Mbembe (2018, p. 190-191, grifo nosso) ilustra precisamente as relações entre



colonialismo, violência, morte e segurança:

[...] as raízes profundas da colônia devem ser buscadas na experiência sem reservas da **morte** ou então do **dispêndio da vida** – experiência que sabemos ter sido um dos principais traços da história da Europa, de suas operações sociais de produção e de acumulação, de sua forma estatal, de suas guerras e também de suas produções religiosas e artísticas –, mas cujo ponto de incandescência é a **raça** [...].

Dessa forma, tendo o espaço colonial como *locus* onde a morte se manifesta cotidianamente e de diversas maneiras, Mbembe (2018, p. 227, ênfase original) afirma que o potestado colonial era “um poder tipicamente **funerário**, tamanha era sua tendência a reificar a morte dos colonizados e a negar a suas vidas qualquer tipo de valor”.

Em que pese a grande contribuição de Mbembe (2003) para compreendermos a morte enquanto uma condição normalizada da existência em certas sociedades, no campo das RI o conceito de necropolítica parece estar sendo mobilizado acriticamente. No livro *Necrogeopolitics: On Death and Death-Making in International Relations*, Alphin e Debrix (2020) apontam que o estudo da necropolítica na disciplina de RI estão sendo articulados em torno de processos que envolvem mortes em larga escala, extremamente brutais e violentas produzidas por atores soberanos e seus aparatos militares. Com isso, a necropolítica parece não ser capaz de desafiar as concepções mais tradicionais do campo, como a centralidade da soberania na produção da violência. Os autores argumentam que o foco em situações extremas ou de larga escala de morte faz com que as operações mais comuns e cotidianas da necropolítica ganhem pouca atenção. Com efeito, aqueles que morrem nesses regimes de bio-necropolítica mais triviais passam despercebidos nas análises (Alphin; Debrix, 2020).

Na tentativa de trazer a discussão de necropolítica para suas manifestações mais mundanas, cotidianas e localizadas em um tempo-espaço específico, os autores propõem a noção de **necrogeopolítica** para que compreender as nuances e diversidades das políticas de produção de morte. O foco no geo da necrogeopolítica é fundamental pois, para os autores, a necropolítica, bem como a biopolítica, não tomam lugar em lugares abstratos. Pelo contrário, a materialidade do espaço é crucial para a produção de políticas de morte (Alphin; Debrix, 2020, p. 5). Analisando Gaza, será possível identificar as políticas específicas de morte que atores estatais e não-estatais implementam naquela região em específico. Uma delas, por exemplo, é o controle muito restrito do acesso a alimentos e medicamentos, bem como o regime de mobilidade humana, que colocam a população em uma situação de morte lenta.

A situação de violência infraestrutural e populacional que apontamos anteriormente tem influenciado alguns poucos autores a ler a Faixa de Gaza pela perspectiva da biopolítica e da

necropolítica (Amir, 2021; Bhungalia, 2012; Erakat, 2019; Puar, 2015; 2021; Shalhoub-Kevorkian, 2015), refletindo como vida e morte são categorias políticas em Palestina/Israel. O que conecta a escolha pela abordagem da biopolítica por todos esses autores é a atenção voltada fundamentalmente aos impactos do bloqueio israelense e egípcio à circulação de pessoas e produtos. Especial atenção é dada ao controle dos **corpos** palestinos – o cálculo de quantas calorias um palestino deveria consumir para sobreviver é um exemplo dessa política. Todos esses autores, porém, adotam o contexto pós-desengajamento para analisar as dimensões biopolítica e necropolítica do controle israelense sobre o espaço e os corpos palestinos da Faixa de Gaza, sem atentar, portanto, à construção histórica dessas políticas de maneira suficiente.

Um outro exemplo da relação entre biopolítica e necropolítica é desenvolvido por Jasbir Puar (2015; 2017; 2021). Em seus trabalhos sobre a produção deliberada e sistemática da incapacidade (*disability*) por parte das forças militares israelenses sobre os corpos palestinos, a autora desenvolve o que ela chama de direito de mutilar, uma categoria de poder que estaria entre a biopolítica e a necropolítica. O direito de mutilar aparece como uma noção que desmistifica o que os israelenses comumente classificam como efeitos colaterais de suas ações violentas em Gaza: o alto número de civis feridos. Escrevendo nos contextos da operação militar de 2014 (Puar, 2015) e das Marchas do Retorno (Puar, 2021), a autora nos mostra como opera essa política e a que ela serve. Ao atirar deliberadamente nos membros inferiores e superiores dos palestinos, e não em órgãos considerados vitais, as forças israelenses produzem uma incapacidade nesses corpos, que não é mitigada pois, em contrapartida, não há qualquer investimento em infraestrutura adaptada para Pessoas com Deficiência (PCDs). Puar (2015) ainda argumenta que o atirar para aleijar serve como um método de contrainsurgência, uma forma fracassada de evitar que os palestinos engajem uma nova intifada. Nesse sentido, o alvo não é apenas o corpo-território, mas a própria resistência (Puar, 2015, p. 5). Um dos efeitos é justamente transferir a atenção midiática das demandas de resistência para a situação de calamidade que necessita de ajuda médica urgente (Puar, 2021, p. 398).

O interessante no trabalho de Puar (2015; 2021) é sua avaliação de que o direito de mutilar é um tipo de poder produtivo, nos termos foucaultianos, no sentido de que a aplicação de novas tecnologias sobre os corpos palestinos, como *drones* de gás lacrimogêneo e munições que explodem ao entrar no tecido muscular, faz com que a indústria militar israelense torne os espaços e os corpos palestinos um laboratório onde é possível testar e comprovar a eficácia dessas inovações tecnológicas – algo já investigado por Li (2006), Musleh (2018) e Dana (2020). Além disso, como o direito de mutilar também diz respeito à “mutilação” da infraestrutura, Gaza fica ainda mais dependente da ajuda externa de ONGs e de alguns Estados

do Golfo Árabe, de forma que a região se torna uma “uma economia de reabilitação especulativa” (Puar, 2015, p. 3, tradução nossa). Nesse cenário, os palestinos de Gaza não têm seu valor, na acumulação capitalista, enquanto trabalhadores, e sim enquanto corpos mutiláveis e/ou matáveis. Sendo assim, dos palestinos, que antes seriam considerados um excedente, são extraídos valor e lucro para as empresas militares israelenses e para a economia política da assistência humanitária (Puar, 2021, p. 397).

Se para os colonos o projeto colonial diz respeito à vida, para os colonizados a face da morte é mais visível. Em discussão interessante sobre morte e colonialismo, e com base em epistemologias feministas que mobilizam o corpo e o cotidiano como categorias de análise, Shalhoub-Kevorkian (2015) investiga a relação entre a política do medo e a teologia da segurança israelenses como forma de gerenciar o controle sobre a morte e o morrer. Para a autora, investigar atividades do cotidiano, que parecem ligadas apenas à esfera privada da vida e aparentemente fora do domínio do poder, é capaz de revelar como as estruturas de poder do colonialismo por povoamento estão intimamente ligadas a atividades rotineiras dos palestinos. As violências cotidianas das forças israelenses contra os palestinos são fundamentadas no que ela denomina de política do medo, uma estratégia retórica, incrustada na ideologia e ontologia sionistas, de caracterizar os palestinos enquanto ameaças e justificar medidas de punição e vigilância contra eles (Shalhoub-Kevorkian, 2015, p. 7).

Embora não trate especificamente de Gaza, Shalhoub-Kevorkian (2015) traz discussões interessantes sobre o corpo palestino morto enquanto uma ferramenta para continuar produzindo medo nos israelenses, por meio, por exemplo da detenção de corpos palestinos mortos e sua negociação de devolução conforme algumas regras, como a não promoção de luto público. A investigação de Shalhoub-Kevorkian (2015, p. 121) nos permite ver como a morte e o morrer são usados como uma tecnologia a serviço do poder colonial, de forma que a despossessão dos nativos se materializa, também, na negação de seu direito de lutar o ente familiar a sua própria maneira. O palestino morto, assim como o vivo, é securitizado tratado como ameaça, justificando as tecnologias de controle israelenses.

Em relação à Faixa de Gaza em particular, Bhungalia (2012) concorda com Mbembe (2003) quanto à operação simultânea da biopolítica e da necropolítica. Ao avaliar a maioria dos estudos sobre o controle israelense sobre os palestinos foca na dimensão do poder disciplinar – como as táticas e tecnologias de vigilância e encarceramento –, Bhungalia (2012) defende uma visão mais complexa da relação entre vida e morte, que ela também considera insuficientemente desenvolvida por Foucault. Para a autora, em Gaza não há uma política “pura” da vida ou da morte, mas uma complexa relação entre as duas por meio da “modulação entre fluxos que

sustentam e eliminam a vida” (Bhungalia, 2012, p. 257, tradução nossa). Isso é possível por meio da articulação entre geopolítica e biopolítica, isto é, entre corpo e território. Por exemplo, o Estado de Israel, ao definir o Hamas como um grupo terrorista, estende essa definição ao espaço de Gaza, considerado um território hostil, de forma que todos os habitantes, por extensão, são tidos como potencialmente ameaçadores ou inimigos, justificando assim o bloqueio. Nesse cenário, afirma a autora, território e corpo se tornam um só (Bhungalia, 2012, p. 259-271), o que nos remete novamente à noção de corpo-território elaborada por Gago (2020). Embora o trabalho de Bhungalia (2012) seja extremamente importante para revelar aspectos não tão discutidos do controle israelense sobre a vida e os corpos dos palestinos de Gaza, ela pouco engaja sobre a produção sistemática e mundana da morte naquela região. Buscamos, em alguma medida, suprir essa lacuna nos Capítulos 5 e 6 da tese.

O corpo teórico discutido neste capítulo, com destaque para os conceitos de biopolítica, necropolítica e governamentalidade, bem como as noções de violência infraestrutural e corpo-território, nos permite investigar a instauração das políticas israelenses em Gaza a partir de lentes de análise que revelam a pluralidade e simultaneidade dos mecanismos de poder e da violência colonial. A importância do corpo e do espaço como categorias analíticas nas RI, atrelada a processos históricos marcados pelo colonialismo, abre margem para investigarmos de forma mais detalhada não apenas as políticas israelenses de isolamento socioespacial de Gaza, mas o próprio enquadramento ideológico que dá sentido a elas. Nesse sentido, no Capítulo 3, nos debruçamos sobre a construção histórica socioespacial da Faixa de Gaza, levando em consideração a sua relação com o empreendimento colonial sionista da Palestina, bem como as mudanças ocorridas ao longo do processo de colonialismo por povoamento.

### 3 DA NAKBA À OCUPAÇÃO MILITAR (1948-1967): O PROCESSO HISTÓRICO DE CONSTRUÇÃO SOCIOESPACIAL DA FAIXA DE GAZA

Há pouquíssimas produções acadêmicas históricas sobre a região de Gaza antes de 1948, isto é, antes de se tornar oficialmente a Faixa de Gaza. Atualmente, o trabalho mais completo sobre o período pré-Nakba e pré-ocupação israelense em Gaza é o da historiadora e antropóloga Ilana Feldman (2005a, 2005b, 2006, 2007a, 2007b, 2007c, 2007d, 2008a, 2008b, 2010, 2012), que investigou as dinâmicas governamentais do Mandato Britânico (1917-1947) e da administração egípcia (1949-1967) em Gaza. Embora pouco discutido na literatura sobre a região, esses dois períodos foram determinantes para a constituição espacial e demográfica de Gaza, e analisá-los nos permite compreender muito das dinâmicas atuais da região.

Em termos de classificação administrativa, antes de 1948 Gaza era considerada um dos 18 subdistritos da Palestina, assim como os subdistritos de Jerusalém, Nablus, Ramallah, Haifa, entre outros. A cidade de Gaza era o centro administrativo e comercial do subdistrito, cuja população era majoritariamente formada por camponeses, os *fellahin*. Na época, Gaza era uma região mais atrasada em comparação aos demais subdistritos, pois a sua economia era totalmente dependente da agricultura e não havia uma atividade industrial significativa (Feldman, 2007a, p. 21-22). Pode-se dizer que um dos motivos foi a destruição que sofreu durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), quando foi palco de batalhas entre os britânicos e o exército otomano em 1917 (Halevy, 2018, p. 54). Na ocasião, Gaza foi bombardeada e 40 mil habitantes foram forçadamente deslocados, que ao final da guerra voltaram para a região, cuja reconstrução se mostrava financeiramente impossível (Filiu, 2014b; Halevy, 2018). Ademais, durante o Mandato Britânico, Gaza esteve distante do centro da ação política e tomada de decisão governamental de Jerusalém (Feldman, 2007a, p. 22).

Foi apenas em 1949, com o acordo entre Egito e Israel que definiu as linhas de armistício, que passou a existir uma entidade territorial única chamada Faixa de Gaza. Como veremos neste capítulo, durante a após a Nakba, Gaza foi completamente transformada (Feldman, 2007a, p. 7). Em perspectiva histórica, Western (2017, p. 181-182) adota o território da Faixa de Gaza como categoria analítica para dividir a sua história em três períodos diferentes: (i) o processo de “esvaziamento” de terras palestinas por Israel, feito pela expulsão de palestinos, em 1948, quando a região se torna uma “área de expulsão” e passa a abrigar 200 mil refugiados; (ii) a ocupação de 1967, com o início da fragmentação territorial de Gaza, a destruição de habitações dos nativos e a construção de assentamentos israelenses; e (iii) o

encapsulamento de Gaza, iniciado no fim dos anos 1980 e que culmina, em 2005, na retirada dos assentamentos, permeado por políticas israelenses de isolamento socioespacial da região.

O objetivo deste capítulo é oferecer uma genealogia e contextualização do processo histórico que resultou na criação da Faixa de Gaza, evidenciando as mudanças no espaço e na população. Fazemos esta contextualização dentro do processo de colonização por povoamento israelense na Palestina, partindo do geral e indo para os aspectos particulares de Gaza. Abordamos o início do movimento político sionista no final do século XIX, dando especial atenção às discussões internas sobre como lidar com as variáveis espaço, população e recursos diante do chamado problema árabe, um problema essencialmente demográfico. Em seguida, investigamos os impactos da administração egípcia de Gaza e o papel das agências internacionais de ajuda humanitária na construção da região neste momento. Por fim, passamos ao início da ocupação israelense de Gaza, analisando as primeiras duas décadas da ocupação (1967-1987), até a eclosão da Primeira Intifada, que consideramos ser um divisor de águas na história de Gaza.

### **3.1 Preâmbulo: do sionismo à criação do Estado de Israel**

#### 3.1.1 Enquadramentos ideológicos e a fundação da *politics* sionista

Nas décadas finais do século XIX, 75% dos judeus do mundo viviam na Europa, e a sua posição na sociedade europeia era de estigmatização, racismo e subalternização. As perseguições que sofriam, como os *pogroms*, a destruição de suas casas e a vivência em guetos, foram aumentando ao longo dos anos devido ao antissemitismo, que era mais exacerbado na Europa Oriental, como na Rússia e Polônia, e mais velado na Europa Ocidental, como na França e Alemanha. Neste cenário, os judeus passaram a se organizar visando uma solução para a chamada Questão Judaica. Não havia um único grupo judeu, tampouco uma concordância dentro dos próprios movimentos que iam surgindo. Mas, vale destacar dois grandes exemplos. Um deles é União Geral dos Trabalhadores Judeus na Lituânia, Polônia e Rússia, o Bund, movimento formado por operários de orientação ideológica comunista que entendiam que a luta contra o antissemitismo e a emancipação do judeu viria pela luta de classes em dimensão internacional (Clemesha, 1998).

O segundo exemplo, de extrema importância para esta tese, pois funda, empreende e mantém o processo de colonização da Palestina, é o movimento político sionista. Para os sionistas, a libertação do judeu do antissemitismo viria por meio da construção de um Estado

nacional judaico. Diante da premissa que os judeus eram uma presença “alienígena” em Estado pertencentes a outra nacionalidade, a solução para a Questão Judaica viria por uma solução nacional (Finkelstein, 2005).

Segundo Wolfe (2012, p. 141, tradução nossa), ideologicamente o sionismo era “orgânico ao século XIX, um movimento colonial europeu nacionalista”. Isso significa que os colonos sionistas, principalmente os de estrato social mais alto, carregavam uma bagagem de séculos de expansão e dominação colonial europeia, uma espécie de capital histórico que combinava uma série de atributos econômicos, culturais, tecnológicos, militares e morais, o que Wolfe (2012, p. 137) chama de pré-acumulação. Algumas das dimensões dessa pré-acumulação são as ideologias de raça, nação e classe, que enquadraram o pensamento sionista desde o início como um movimento racista. Para o sionismo, segundo Sayegh (2012, p. 207), a colonização era um instrumento para a construção da nação – *nation-building*.

Embora os sionistas tenham considerado territórios como Uganda, Argentina e Madagascar, a Palestina foi o lugar escolhido para o empreendimento colonial, muito por conta da narrativa de que os judeus habitavam essa região há dois mil anos e, portanto, tinham um alegado direito histórico de retorno, além da importância e do significado cultural e religioso da região para a religião judaica. Alguns mitos davam força ao movimento, em especial aquele que dizia que a Palestina era “uma terra sem povo para um povo sem terra”. Partia-se do pressuposto de que os habitantes da Palestina não constituíam uma nação específica, e sim faziam parte de uma nação árabe maior, portanto poderiam viver em países como Síria e Iraque (Finkelstein, 2005; Masalha, 2021).

Os dirigentes sionistas divergiam quanto aos métodos e às táticas empregadas para atingir o objetivo final do empreendimento colonial: um Estado de maioria demográfica judaica na Palestina. O sionismo político, por exemplo, cujas figuras principais foram Theodor Herzl – considerado o pai do sionismo – e Chaim Weizman, defendia que o estabelecimento de um Estado judeu viria pela via diplomática, contando com apoio de grandes potências, como Grã-Bretanha. Já os sionistas trabalhistas acreditavam que a diáspora judaica era formada em sua maioria por comerciantes e pequenos negociantes, o que gerara um déficit na classe trabalhadora judaica. David Ben-Gurion talvez tenha sido o maior expoente dessa vertente. Assim, o sionismo trabalhista ou socialista via como prática importante a busca por uma economia nacional independente, dando especial atenção à classe trabalhadora a fim de alterar o equilíbrio demográfico. Em outras palavras, este sionismo de esquerda também era racista ao não admitir sequer o emprego da mão-de-obra nativa. Por fim, vale mencionar o sionismo revisionista, liderado por Vladimir Ze’ev Jabotinsky, que defendia a criação de uma “muralha

de ferro”, isto é, uma organização militar forte para fazer frente à resistência dos Estados árabes, ao mesmo tempo em que deveria estar permanentemente aliado ao colonialismo europeu. Trata-se de uma concepção geoestratégica, que incluía também a crença de que o sionismo deveria implementar a civilização ocidental e seus valores no Oriente, uma concepção orientalista e racista de que os árabes eram atrasados em termos civilizatórios e que, portanto, os judeus sionistas levariam o desenvolvimento àquela região (Shlaim, 2004).

Embora os próprios sionistas divergissem sobre as táticas que deveriam ser empregadas para a colonização da Palestina, havia um consenso ideológico em torno de seus pressupostos. Conforme descreve Finkelstein (2005, p. 68):

[...] o direito de preempção do povo judeu de todo o mundo à Palestina decorria de três ‘fatos’ inter-relacionados: (1) a ligação do povo judeu com a terra da Palestina era *sui generis*; (2) os habitantes árabes da Palestina, embora efetivamente constituíssem uma nação, não formavam uma nação separada, antes fazendo parte de uma nação árabe maior, para a qual a Palestina não tinha especial ressonância; *ergo* (3) o povo judeu tinha um direito ‘histórico’ à Palestina, ao passo que a população árabe local podia na melhor das hipóteses reivindicar simples direitos ‘residenciais’ na região.

Em outras palavras, em que pese as divergências práticas, os sionistas nunca divergiram de sua orientação ideológica: a criação de um Estado etnicamente judeu, se não completamente, pelo menos em sua maioria demográfica, na Palestina. Logo, as *policies* ou táticas poderiam mudar, mas a *politics*, a grande estratégia, permanece a mesma. Veremos nesta tese como essa dinâmica entre *politics* e *policies* tomou lugar na Faixa de Gaza ao longo do tempo, revelando as suas lógicas e contradições.

A lógica da eliminação enquadra o comportamento dos Estados de colonialismo por povoamento diante da população nativa (Wolfe, 2006). No caso da colonização sionista, uma prática adotada para lidar com os palestinos, os nativos indesejados, é a sua caracterização enquanto ameaça – seja à segurança nacional, seja em relação à demografia. Desta maneira, a raça e o racismo funcionam como os demarcadores da diferença humana no encontro colonial e os princípios organizacionais das relações colonizadores-colonizados. Como aponta Sayegh (2012), o padrão de conduta racista é uma das três características estruturantes do colonialismo por povoamento sionista da Palestina, seguido da violência e do terrorismo e da expansão territorial. A aspiração política do sionismo sempre foi a segregação racial em relação aos árabes nativos da Palestina, portanto o racismo nunca foi uma mera adição ao projeto colonial ou um aspecto passageiro, e sim é inerente à ideologia sionista (Sayegh, 2012, p. 214).

Os três corolários produzidos pela identificação racial sionista são, segundo Sayegh (2012, p. 214), a autosegregação racial, a exclusividade racial e a supremacia racial. Isso é



crucial para compreendermos o funcionamento do *apartheid* e das diferentes modalidades de controle israelense-sionista nas diferentes realidades geopolíticas da Palestina – Jerusalém Oriental, Cisjordânia, Faixa de Gaza e palestinos que vivem em Israel. A lógica racial também permite e fundamenta a ideologia da segurança e os mecanismos derivados dela (Mbembe, 2018, p. 50), como a instalação de fronteiras, dispositivos de vigilância, controle de mobilidade, como os checkpoints, entre tantos outros. Logo, a racialização dos palestinos serve para a manutenção e expansão do colonialismo por povoamento sionista, de forma que eles devem ser controlados, excluídos, expulsos e mortos (Erakat, 2019a).

### 3.1.2 O “problema árabe”: planejando o controle de espaço, população e recursos

Para se criar um Estado puramente judeu, os líderes sionistas precisaram agir inicialmente em duas direções: aumentar a população judaica e conquistar terras para assentar esta população (Martin, 2018, p. 3). Logo, desde o início, o sionismo visava atuar em duas variáveis fundamentais para a construção do Estado judeu na Palestina: espaço e população. Como em todo colonialismo por povoamento, a terra era o elemento irreduzível, a conquista primeira e crucial para o sucesso do empreendimento colonial (Wolfe, 2012). Porém, para que o espaço de fato ficasse nas mãos dos colonos, era preciso povoar aquela terra e alterar o equilíbrio demográfico, o que demandava um planejamento para lidar com a população nativa (Clemesha, 2008; Masalha, 2021). Diferentemente de outros colonialismos europeus, inicialmente a coexistência com os nativos não era admitida, nem mesmo para a exploração do trabalho (Sayegh, 2012, p. 209). Houve propostas de “transferência populacional” dos nativos e de implementação do trabalho exclusivamente hebreu. Assim, pode-se afirmar que os pilares da colonização sionista foram a conquista da terra e do trabalho (Clemesha, 2008; Wolfe, 2006), processos que ocorriam concomitantemente.

O colonialismo por povoamento opera por uma lógica da eliminação, segundo a qual os nativos devem ser expulsos de suas terras ou assimilados, isto é, devem renegar a sua cultura e integrar-se à cultura dos colonos. Assim, a eliminação pode ser tanto material quanto simbólica. Analisando a economia política do colonialismo por povoamento, Huberman (2020, p. 60-66) aponta que ao longo do tempo as dicotomias terra-trabalho e exploração-eliminação dos nativos palestinos foram gerando contradições ao processo colonial, de forma que, embora o objetivo sionista seja a construção de um Estado puramente judeu, o movimento sionista teve que lidar, em certos momentos e em certos espaços, com a realidade da exploração de mão-de-obra

palestina e a sua subalternização no sistema de produção capitalista. Isso fica mais claro a partir da ocupação israelense da Faixa de Gaza, da Cisjordânia e de Jerusalém Oriental em 1967.

A colonização sionista da Palestina começou efetivamente nos anos 1890, antes mesmo da criação da Organização Sionista Mundial, em 1897, que viria a ser a principal articuladora e incentivadora do empreendimento colonial. Nas primeiras décadas de colonização, foram iniciadas as primeiras ondas imigratórias, que hoje são caracterizadas como a primeira *aliyah* – termo hebreu que significa “ascender” (Gelvin, 2017, p. 77-78). Na primeira *aliyah*, entre 1892 e 1914, cerca 80 mil colonos judeus chegaram na Palestina, que em 1914 continha uma população de cerca de 800 mil árabes (Clemesha, 2008, p. 172; Martin, 2018, p. 3). A maioria dos imigrantes judeus se estabeleceram em regiões como Jerusalém, Jaffa e Haifa. Outros imigrantes estabeleceram colônias agrícolas, tomando os conhecimentos dos nativos no que diz respeito às técnicas de plantio e à organização da propriedade coletiva. Contudo, com o fracasso da produção, os colonos sionistas buscaram financiamento do Barão de Rothschild, que entre 1882 e 1914 destinou 1,5 milhão de libras para as colônias agrícolas, que agora deveriam funcionar no sistema de *plantation*. Isso gerou crises para os colonos, que tiveram que contratar mão-de-obra nativa para dar conta da produção, o que minou os planos de uma colônia independente. Com efeito, os dirigentes sionistas passaram a planejar as futuras ondas migratórias tendo em vista a separação da economia colona da economia nativa (Gelvin, 2017, p. 81-85). Mesmo com esses “problemas”, os judeus já representavam cerca de 10% da população total da Palestina e eram proprietários de 2% das terras (Masalha, 1992, p. 14).

As seguintes ondas migratórias mudaram o perfil da colonização sionista. A partir de 1918, com o fim da Primeira Guerra Mundial e o início do Mandato Britânico da Palestina, os colonos sionistas começaram a estabelecer enclaves para judeus, começando pelas coletivas agrícolas *moshav* e depois instaurando os famosos *kibutzim*, fazendas comunais baseadas nos ideais do sionismo trabalhista. Ben-Gurion foi um dos imigrantes judeus que chegaram à Palestina na segunda *aliyah*, e foi um dos grandes expoentes da ideia de conquistar o trabalho como forma de sobrevivência do futuro Estado judeu (Gelvin, 2017, p. 91). A conquista do trabalho judeu significava a “provisão e manutenção de um circuito de produção, consumo e troca fechado, protegido e reproduzido autonomamente – isto é, uma economia exclusiva e preferencialmente subsidiada” (Wolfe, 2012, p. 151, tradução nossa). Sendo assim, a conquista do trabalho constituiu uma das táticas da colonização, cuja campanha foi financiada pelo Fundo Nacional Judeu, instituição fundada por Theodor Herzl em 1901 a fim de levantar fundos para a compra de terras pelos sionistas na Palestina.

Por sua vez, a compra de terras esteve diretamente ligada às ambições demográficas (Martin, 2018). Toda terra comprada pelos colonos e seus financiadores era tratada como terra coletiva, e as organizações sionistas impuseram condições para evitar que qualquer terra comprada eventualmente voltasse para as mãos dos nativos. Ademais, os colonos compravam terras até mesmo antes de os imigrantes judeus chegarem à Palestina, como forma de garantir vastas porções de terras cultiváveis (Wolfe, 2012, p. 154-156). O propósito, segundo Wolfe (2012, p. 158), era menos a compra em si e mais a saída dos cultivadores antigos daquela porção de terra. O resultado, portanto, sempre foi o deslocamento da população nativa. Isso revela a imbricação entre espaço e população e como os sionistas deliberadamente usavam a compra de terras como forma de alterar o equilíbrio demográfico da Palestina (Martin, 2018, p. 13).

Por conta das grandes ondas de migração judaica, entre 1922 e 1935, a atividade econômica da Palestina quadruplicou. Com mais 280 mil judeus chegando à Palestina, a população judaica aumentou para cerca de 30% em 1936 (Masalha, 2021, p. 56). Para ajudar ainda mais o crescimento econômico, houve investimentos britânicos em infraestrutura, como a criação de um porto em Haifa (Gelvin, 2017, p. 130-131). Obviamente, o crescimento econômico da população nativa não era uma realidade. A crise de 1929 afetou os agricultores palestinos, que adquiriam enormes dívidas e perderam seus terrenos em hipotecas. Nesse cenário, mais da metade da população masculina palestina teve de buscar emprego fora de seus vilarejos. Ao mesmo tempo, os imigrantes judeus adquiriam mais e mais terras: em 1931, 20 mil famílias camponesas nativas foram expulsas de suas terras que foram compradas por sionistas. O problema da terra se agravou nos anos seguintes, levando 30% dos fazendeiros palestinos à condição de “sem-terra” e, do restante, cerca de 75% não possuía terras o suficiente para o sustento (Gelvin, 2017, p. 133).

Outra tática central do pensamento estratégico do empreendimento colonial foi o conceito de transferência, uma das soluções para o que os sionistas consideravam ser o problema árabe: a grande maioria demográfica nativa na Palestina (Masalha, 2021, p. 23). Por meio da transferência, se realizaria a “transformação étnico-religiosa-demográfica radical” objetivada pelas lideranças sionistas (Masalha, 2021, p. 17). Os sionistas acreditavam não existir uma “nação palestina”, e sim uma grande “nação árabe”, da qual os habitantes da Palestina faziam parte e que, portanto, poderiam se mudar para países como Iraque e Síria. Para eles, a Palestina era um vazio civilizatório – de acordo com parâmetros europeus dominantes – e os seus habitantes não tinham uma conexão com aquela terra (Masalha, 2021, p. 22).

Embora de fato não houvesse, ainda, a ideia de uma nação palestina, havia sim um senso de identidades locais específicas, sobretudo ligada às cidades ou subdistritos, como Jerusalém.

Antes das primeiras imigrações sionistas, havia na Palestina a identificação não pela chave da nação, mas pela ideia de pertencimento a um lugar (Said, 2012; Salgado Neto, 2010). Com o avanço do colonialismo sionista a partir dos anos 1920 e a presença britânica, a identidade palestina começou a ser forjada em torno da ideia de nação. Para Salgado Neto (2010), a identidade nacional palestina foi construída em decorrência de dois processos: como reação ao sionismo – e aqui o nacionalismo palestino anticolonial se diferencia do nacionalismo sionista colonial – e como percepção de diferenciação de um grupo dentro do mundo árabe.

As propostas iniciais de transferência da população árabe de Palestina foram feitas por Theodor Herzl, que escrevera em seu diário, em 12 de junho de 1895, que os colonos sionistas deveriam “expropriar com cuidado as propriedades privadas”, “incentivar os despossuídos a cruzarem as fronteiras, para procurar trabalho em países de trânsito, enquanto lhes negamos emprego em nosso próprio país”, que “o processo de expropriação e remoção dos pobres devem ser feitos discreta e cautelosamente” e que não venderiam nada de volta aos proprietários que venderam as suas terras (*apud* Masalha, 2021, p. 25). Se antes essas ideias estavam mais restritas ao âmbito do planejamento, após a Declaração de Balfour, de 1917, elas foram colocadas em prática com mais afinco. Nas décadas de 1930 e 1940, as transferências eram feitas menos por compra de terras e mais pela força militar das milícias sionistas, como a Haganah (Clemesha, 2008).

Para muitos historiadores (Clemesha, 2008; Finkelstein, 2005; Masalha, 2021; Pappé, 2016), e principalmente para os próprios palestinos que a viveram, a transferência nada mais foi que a expulsão dos nativos palestinos de suas terras. Embora posta em prática principalmente durante a Nakba, a expulsão foi orquestrada e planejada muito antes de 1948. Um elemento crucial para a sua implementação foi a compilação do que ficou conhecido como os *Village Files*, o Arquivo dos Vilarejos (Pappé, 2016, p. 37). Trata-se de um inventário sugerido por Bem-Zion Luria, historiador da Universidade Hebraica, ao Fundo Nacional Judeu, com a justificativa de que um registro detalhado de todos os vilarejos árabes da Palestina ajudaria a conquista da terra. O registro incluiria não apenas dados topográficos, mas as “origens hebraicas” de cada vilarejo. Ao final da década de 1930, o arquivo já estava quase completo, com fotografias aéreas, localização topográfica, qualidade da terra, fontes de água, fonte de renda, idade da população masculina, composição sociopolítica, entre outros dados populacionais e geográficos.

Havia também um dado que indicava o “índice de hostilidade” ao projeto sionista, calculado a partir do grau de participação dos habitantes dos vilarejos na revolta árabe de 1936. Já na década de 1943, os arquivos contaram com descrições mais detalhadas das terras,

incluindo até mesmo a quantidade de árvores de cada pomar, a extensão média de terra por família, os nomes dos artesãos, o número de carroças, nomes de membros de corporações etc. Em 1947, os arquivos contavam com uma lista dos “procurados” de cada vilarejo, aqueles envolvidos no movimento nacional palestino e que seriam executados nas operações de busca e apreensão em 1948 (Clemesha, 2008; Pappé, 2016, p. 39-41).

Este planejamento sistemático, presente nos documentos analisados pelo historiador Ilan Pappé (2016), comprovam que a Nakba não foi um evento espontâneo, tampouco que o êxodo palestino foi um “milagre”, como dissera certa vez Chaim Wieszman. O planejamento revela a preocupação com a população enquanto um problema político, uma ameaça demográfica. Logo, havia a necessidade de conduzir pesquisas estatísticas, demográficas e topográficas a fim de elaborar um plano factível de expulsão dos palestinos.

### 3.1.3 O Mandato Britânico e apoio internacional à colonização sionista da Palestina

O Mandato Britânico da Palestina (1922-1947) é um período chave da história da colonização daquele espaço, por conta de três processos principais interrelacionados: (i) a consolidação da existência do colonialismo por povoamento sionista (Martin, 2018); (ii) a declaração formal do apoio de uma grande potência (Feldman, 2007a); e (iii) o surgimento dos primeiros planos de partição territorial da Palestina (Finkelstein, 2005).

O empreendimento colonial sionista na Palestina não teria tido sucesso sem apoio financeiro e institucional internacional. Historicamente, os sionistas receberam apoio da Grã-Bretanha e, principalmente a partir da década 1970, dos EUA (Khalidi, 2007; Masalha, 1992). O sionismo surgiu como um movimento internacional, porém os dirigentes evitaram se apoiar em uma única metrópole, e sim buscaram um guarda-chuva transnacional sob o qual estariam protegidos (Wolfé, 2012, p. 136). Ainda durante os anos finais do Império Otomano na Palestina, os sionistas asseguraram o apoio dos poderes imperiais e de fontes privadas, como agências de financiamento – *Jewish Colonial Truste* e *Jewish Colonial Fund* – e financiadores individuais, com destaque para o Barão de Rothschild (Sayegh, 2012). Assim, o “capital externo foi a principal pré-acumulação do sionismo” (Wolfé, 2012, p. 152, tradução nossa).

O sistema de mandatos surgiu no âmbito da Liga das Nações no fim da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), momento em que o Império Otomano foi dissolvido. Os membros da Liga determinaram que os territórios anteriormente administrados pelo Império ainda não estavam prontos para serem Estados modernos independentes. Assim, a Palestina ficou formalmente sob administração britânica a partir de 1922. De acordo com Feldman (2007a, p.

6), tratava-se de uma forma distinta de colonialismo, uma espécie de tutela (*trusteeship*) em que os britânicos seriam responsáveis por guiar os nativos rumo à independência. Em um claro exemplo de paternalismo colonial, os poderes mandatários administrariam os Estados recém dissolvidos do Império Otomano enquanto eles ainda não estavam prontos para serem independentes, segundo os parâmetros da civilização europeia.

A Palestina adquiriu especificidades neste sistema, sobretudo por conta das “múltiplas e conflitantes responsabilidades que os britânicos assumiram ali” (Feldman, 2007a, p. 6, tradução nossa). O poder britânico assumiu uma espécie de “duplo” mandato: ele deveria levar a população nativa à independência ao mesmo tempo em que apoiava a instauração de um lar judeu na Palestina (Feldman, 2005, p. 865). Tal compromisso com a migração judaica foi publicamente assumido na Declaração de Balfour, uma carta que Arthur Balfour, secretário britânico de Assuntos Estrangeiros, escreveu ao líder da comunidade judaica do Reino Unido, Walter Rothschild em 2 de novembro de 1917, declarando que a Grã-Bretanha apoiaria o estabelecimento de um lar nacional judeu na Palestina (Masalha, 1992, p. 12). Esta carta foi um marco crucial para o destino da população e do território palestinos, bem como do Oriente Médio em geral. A posição britânica favorável aos sionistas já delineava seus interesses geopolíticos e imperialistas na região. Um deles era garantir uma posição britânica na região do Canal de Suez a fim de proteger a rota para a Índia (Gelvin, 2017, p. 107).

Muito embora o poder britânico tenha tentado se colocar como neutro em relação a essas duas parcelas populacionais, fato é que palestinos e judeus receberam tratamentos diferentes durante o mandato. Isso pode ser observado pelo “enquadramento constitucional pelo qual a Grã-Bretanha administrou sua ocupação da Palestina” (Khalidi, 2007, p. 31). Segundo Khalidi (2007, p. 31), essa administração foi marcada por uma espécie de gaiola de ferro da qual os palestinos nunca conseguiram escapar. Se por um lado a estrutura constitucional do mandato britânico reconhecia a existência de uma comunidade judaica e dava indícios de esforços para o estabelecimento de um Estado judeu, ainda que não usasse esse termo em específico, por outro lado não fazia qualquer referência aos palestinos enquanto uma população, tampouco ao seu direito de autodeterminação (Khalidi, 2007, p. 32). Interessante notar que o documento afirma, no artigo 2º, que o poder mandatário garantirá o estabelecimento de um lar nacional para os judeus, assim como salvaguardará os direitos civis e religiosos dos habitantes da Palestina. Ou seja, não há sequer uso do termo “palestino”. Os palestinos na verdade são ou tratados na categoria abrangente de árabes ou como “não-judeus”. Ademais, ao longo de todo o texto, não é garantido qualquer tipo de direito nacional ou político aos palestinos.

O tratamento desigual da Grã-Bretanha em relação aos judeus e aos árabes palestinos também tem suas raízes no racismo. Enquanto os judeus imigrantes eram tratados como pessoas cuja importância era incontestável, os palestinos eram subalternizados e ignorados. Essa discriminação racial foi institucionalizada pelos britânicos: para que fosse garantido o estabelecimento de um lar judeu na Palestina, a Grã-Bretanha permitiu um alto grau de autonomia para a Organização Sionista, que passou a gozar de instituições representativas dos judeus, inclusive com representação diplomática própria por meio da Agência Judaica, e exercer controle da administração interna (Khalidi, 2007, p. 36-37). Era como se houvesse uma organização paraestatal judaica já em formação ao lado do poder mandatário britânico.

Durante os anos 1930 e 1940, no contexto da ascensão do nazismo e da radicalização do antissemitismo na Europa, o apoio britânico à migração judaica para a Palestina se fortaleceu. Nos primeiros anos, porém, este suporte era feito nos bastidores, de forma secreta. O mais famoso talvez tenha sido o plano de transferência elaborado por Chaim Weizman, em 1930, e apresentado ao secretário britânico para as colônias, Lorde Passfield. Segundo Masalha (2021, p. 49), foi a primeira vez que uma liderança sionista do Yishuv apresentou aos britânicos uma proposta oficial de transferência dos palestinos para a Transjordânia, embora essa proposta tenha sido feita por canais secretos. Ela envolvia um empréstimo de um milhão de libras palestinas para o reassentamento dos camponeses palestinos na Transjordânia em troca de autorização britânica para o estabelecimento de colônias sionistas próximas ao Rio Jordão.

A proposta não foi aceita por Lorde Passfield, que logo em seguida, por receio do tamanho da oposição palestina ao sionismo, que culminara na revolta de 1929, emitiu o Livro Branco de 1930, documento no qual recomendava restrições à migração judaica para a Palestina. O Livro Branco apontava que mais de 29% da população rural palestina, isto é, 30 mil pessoas, já tinha perdido as suas terras por conta da colonização sionista. Weizman e os demais sionistas acreditaram que o Livro Branco apresentava uma tendência pró-árabes dos britânicos, mas não desistiram dos planos de transferência (Masalha, 2021, p. 49-50), tampouco a imigração judaica para a Palestina cessou. Pelo contrário, os anos 1930 e 1940 testemunharam a migração em massa dos judeus. De 1930 a 1946, mais de 290 mil judeus chegaram à Palestina (Haddad, 2020).

Os sionistas também buscaram negociar a transferência dos palestinos com setores da elite árabe, por vezes com mediação britânica. Um exemplo foram as negociações secretas entre líderes da Agência Judaica, o Emir Abdallah, da Transjordânia, e o rei Ibn Saud, da Arábia Saudita. As conversas privadas envolviam esquemas de absorção dos palestinos “transferidos”

em troca de benefícios financeiros, cooperação técnica e influência internacional (Masalha, 2021, p. 37).

O aumento da colonização sionista certamente surtiu efeitos na população nativa, principalmente a partir dos anos 1920. Na época, ocorreram rebeliões palestinas em cidades como Jerusalém, em 1920, e Jaffa, em 1921 (Erakat, 2019a, p. 23). Teve destaque a revolta de agosto de 1929, que embora pequena e restrita a Jerusalém, já indicava o incômodo com a desapropriação e as reocupações forçadas dos camponeses palestinos (Gelvin, 2017, p. 120).

Contudo, foi na segunda metade dos anos 1930 que a resistência palestina tomou uma proporção maior e mais organizada. A revolta de maior organização e adesão palestina foi a chamada Revolta Árabe de 1936, que teve como estopim o assassinato de dois judeus, sua retaliação e sua contrarretaliação, o que gerou dois tipos de reações: uma da população geral e outra das elites palestinas e aliados (Gelvin, 2017, p. 136-137). Por parte da elite, houve a criação da Alta Comissão Árabe ou Alto Comitê Árabe, liderada por Hajj Amin al-Husayini, líder religioso (*mufti*) de Jerusalém e defensor do nacionalismo palestino. Duas importantes ações da rebelião eram mais voltadas à desobediência civil: greves gerais e boicote a negócios judaicos. Por sua vez, os britânicos utilizaram como uma medida de contrainsurgência a substituição dos trabalhadores palestinos em greve por trabalhadores judeus.

Inicialmente uma greve geral, a revolta árabe se transformou em uma insurreição armada que foi pacificada por forças britânicas (Khalidi, 2007, p. 105). Com um exército de 20 mil soldados enviados à Palestina no final de 1938, as forças britânicas também contaram com apoio dos sionistas na repressão violenta à revolta. Algumas táticas de contrainsurgência usadas naquela época foram “punição coletiva de vilarejos, assassinatos seletivos, prisões em massa, deportações, destruição de casas de suspeitos guerrilheiros e simpatizantes” (Gelvin, 2017, p. 140). A punição coletiva ocorria, por exemplo, nas operações de “procurar e limpar”, que incluíam o saque e/ou a destruição de sacos de açúcar, farinha e arroz armazenados nas casas dos camponeses (Norris, 2008, p. 34).

Um dos primeiros desdobramentos da revolta árabe de 1936 foi a *Royal Peel Commission*, comissão britânica chefiada por Lord Peel e enviada em novembro de 1936 para a Palestina. A comissão publicou, no mesmo ano, um relatório atestando as problemáticas envolvidas entre os judeus migrantes e os nativos palestinos que levaram à eclosão da revolta árabe. Esta comissão gerou o que se considera a primeira proposta oficial de partilha da Palestina e, para Ben-Gurion, ela “marcou o início do fim do mandato britânico na Palestina e o surgimento de um estado judeu como um programa político realista” (Shlaim, 2004, p. 57). Argumentando que os objetivos palestinos e judeus eram incompatíveis, a comissão apresentou



um plano de partilha da Palestina, que seria dividida em três áreas: um Estado árabe, com cerca de 74% do território da Palestina; um Estado judeu, com 17% do território; e uma zona sob mandato britânico, que incluía os lugares sagrados, abrangendo cerca de 8%. Enquanto os sionistas inicialmente trataram a proposta com cautela, a reação do Alto Comitê Árabe foi de imediata rejeição, de forma que a comissão reacendeu a chama da revolta árabe.

Os palestinos continuaram manifestando o seu descontentamento na revolta árabe, que entrava agora em sua fase mais devastadora (Gelvin, 2017, p. 146). Ao passo em que os protestos palestinos se intensificavam, o mesmo ocorria com a repressão britânica (Erakat, 2019a, p. 24). Foi neste cenário que se instaurou uma dinâmica de insurgência palestina e contrainsurgência britânica. A revolta se tornava cada vez mais um estorvo aos britânicos, que tiveram que gastar uma quantidade significativa de dinheiro para o sucesso da contrainsurgência. Naquele momento, com o fortalecimento do nazismo na Alemanha e fascismo na Itália, a Grã-Bretanha precisaria concentrar seus esforços de defesa em âmbito doméstico, portanto a revolta árabe na Palestina prejudicava os ingleses. A importância estratégica da Palestina, do Canal de Suez e de alguns territórios do Golfo fez com que a Grã-Bretanha desse um passo para trás a fim de evitar perder sua influência na região para a Alemanha (Khalidi, 2007, p. 108-110; Norris, 2008, p. 37).

No entanto, a negociação com os árabes só seria feita depois que a revolta fosse reprimida pelas forças britânicas. Para que a repressão tivesse sucesso, nos meses finais de 1938, os britânicos fortaleceram as medidas de contrainsurgência, instaurando permanentes toques de recolher noturnos e a obrigatoriedade de palestinos homens acima de 16 anos carregarem consigo documentos de identidade e permissão de viagem (Norris, 2008, p. 30), além de recrudescer as demais táticas anteriormente mencionadas. Como resultado, em três anos as forças britânicas mataram cinco mil palestinos, feriram 10 mil, prenderam mais de cinco mil e destruíram duas mil residências (Erakat, 2019a, p. 42).

Merece destaque a atuação das organizações paramilitares sionistas, como a Haganah, palavra hebraica que significa “defesa”, e a Irgun Zvai Leumi (IZL)<sup>12</sup>. O crescimento destes grupos foi possível, entre outros fatores, graças ao fornecimento de armamentos e ao treinamento britânico de táticas e tecnologias de contrainsurgência e pacificação, o que envolvia desde o compartilhamento da coleta de informações e inteligência até o próprio trabalho

---

<sup>12</sup> A Haganah foi fundada em 1920 e a Irgun em 1931, como um braço dissidente da Haganah. Por conta dos ataques feitos às vilas palestinas, incluindo implantação de bombas em mercados em Jerusalém e Haifa, a Irgun chegou a ser considerada terrorista (Bauer, 2006; Masalha, 2021, p. 45). A Haganah, por sua vez, foi transformada nas Forças de Defesa de Israel (FDI), em 1948, quando da criação do Estado israelense.

conjunto (Bauer, 2006; Khalidi, 2007; Hughes, 2015). Um exemplo da colaboração militar entre britânicos e sionistas foi a chamada *Special Night Squads* (SNSs), criada em 1938 para derrotar os palestinos que protestavam durante a revolta árabe. Muitos soldados sionistas da Haganah passaram pela SNS, incluindo aqueles que seriam os futuros comandantes das forças armadas israelenses, Yigal Allon e Moshe Dayan (Hughes, 2015).

Com efeito, os treinamentos britânicos das forças paramilitares sionistas durante a revolta árabe contribuíram para o fortalecimento e expansão da Haganah, que na criação do Estado israelense em 1948 viria a se tornar as Forças de Defesa de Israel (FDI), isto é, o exército do país. Os anos 1930 e 1940 na Palestina foram marcados pela convicção cada vez maior que o problema demográfico árabe seria resolvido não pela via diplomática, mas pela via militar. Concretizava-se, assim, a proposta da muralha de ferro elaborada por Ze'ev Jabotinsky, cuja ideia central era a criação de uma força militar e de fatos consumados – *facts on the ground* – que começariam a se impor na Palestina. Estes fatos poderiam ser econômicos, militares e territoriais, com destaque aos assentamentos. O foco de Jabotinsky e seu sionismo revisionista, porém, era o fortalecimento de uma guarnição judia armada que defenderia os judeus sem depender totalmente de uma força externa, como os britânicos (Masalha, 2021, p. 41-44).

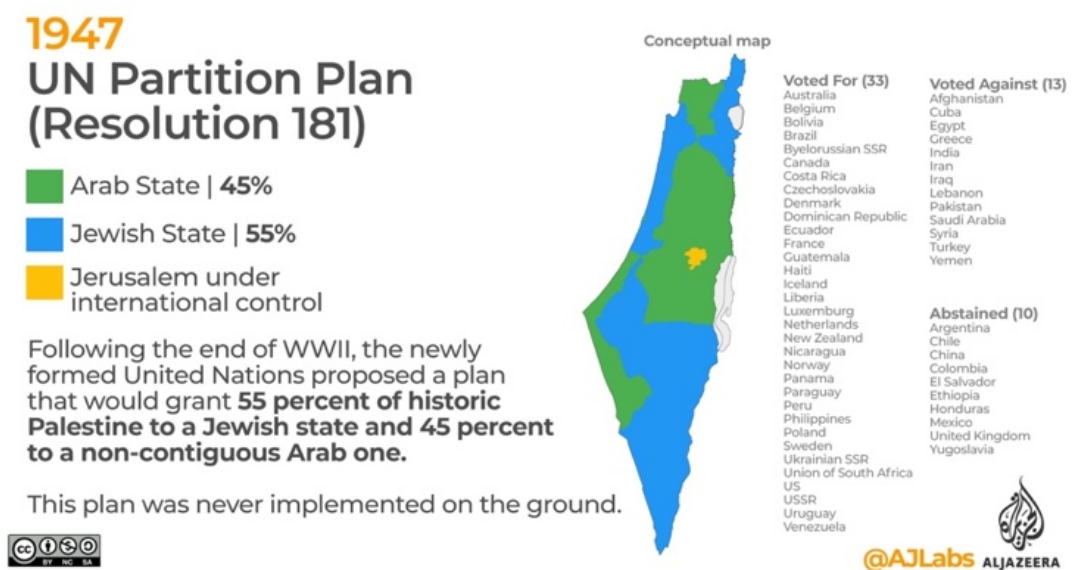
A revolta árabe de 1936-1939 obrigou a Grã-Bretanha a reavaliar o seu compromisso com o empreendimento sionista (Shlaim, 2004, p. 47). Depois de fracassar uma solução política com membros do Alto Comitê Árabe, exceto al-Husayini, o governo britânico emitiu um novo documento com algumas propostas, que ficou conhecido como o Livro Branco de 1939. Nele, houve um recuo da ideia de partilha, prometendo agora “a independência de uma Palestina unificada condicionada a um bom relacionamento entre judeus e árabes” (Gelvin, 2017, p. 147). O Livro Branco estipulava limites à imigração judaica, que deveria contar com no máximo 75 mil pessoas por ano e ter consenso da população nativa, bem como deixava nas mãos do alto comissariado para a Palestina a regulação da venda de terras. Sem surpresas, nem os sionistas nem os palestinos aceitaram qualquer uma dessas recomendações (Gelvin, 2017, p. 148).

A imigração judaica aumentou nas décadas de 1930 e 1940, principalmente após a ascensão do nazismo. Também houve um crescimento econômico e da capacidade produtiva dos colonos judeus, em cerca de 200%, enquanto a capacidade das fábricas palestinas cresceu em 77% (Gelvin, 2017, p. 149). A situação mudaria no pós-guerra, principalmente a partir de 1947, ano em que os britânicos, altamente prejudicados pela Segunda Guerra Mundial, transferiram à recém-criada ONU a responsabilidade sobre a Palestina, os palestinos e os judeus (Gelvin, 2017, p. 153).

Em 29 de novembro de 1947, a Assembleia Geral da ONU emitiu a Resolução 181, que aprovava o famoso plano de partilha da Palestina. De acordo com Ilan Pappé (2016, p. 50), dividir a Palestina era originalmente uma solução britânica, visto que o objetivo dos sionistas era de fato tomar toda a Palestina histórica. Ao longo do tempo, porém, os dirigentes mais pragmáticos, como Ben-Gurion, perceberam que deveriam aceitar, pelo menos por um período, a partição da Palestina, a fim de criar o Estado judeu e, futuramente, expandi-lo para toda a Palestina. Inclusive, Ben-Gurion chegou a declarar que as fronteiras de Israel seriam determinadas não por uma resolução da ONU, mas pela força (Pappé, 2016, p. 56).

O plano de partição da Palestina foi elaborado por um comitê que não tinha qualquer membro palestino, tampouco algum membro especializado em resolução de conflitos ou que conhecia suficientemente a história da Palestina (Pappé, 2006). Marcado também pelo fim da Segunda Guerra Mundial e o trauma do Holocausto, o plano favoreceu majoritariamente as ambições sionistas, ignorando a composição étnica da Palestina e as demandas nacionalistas dos nativos (Pappé, 2016, p. 51). Até 1947, os colonos judeus eram proprietários de 6% das terras da região e formavam 30% da população local, com cerca de 600 mil habitantes. A eles foi atribuído 55% do território da Palestina. Já para os palestinos, que à época representavam mais de 1,3 milhão (70%) da população total, foram alocados os 45% restantes. Jerusalém se tornaria um território internacional, isto é, não seria de propriedade nem dos palestinos nem dos judeus, e sim estaria num regime de *trusteeship* internacional (Erakat, 2019a, p. 46).

**Mapa 2 – Proposta da ONU de partilha da Palestina (1947)**



Fonte: Haddad (2020)

Os sionistas representados pela Agência Judaica aceitaram o plano de partilha, embora não tenham de fato aprovado a possibilidade de criação de um Estado palestino. O que era importante para eles, porém, era o reconhecimento internacional da possibilidade de criação do Estado judeu – a conquista do restante da Palestina, como abordado anteriormente, viria pela força militar. Por sua vez, os palestinos representados pelo Comitê Superior Árabe, assim como a Liga Árabe, afirmaram que o plano era ilegal e ameaçaram resistir à sua implementação. O argumento dos palestinos e dos Estados árabes era de que a distribuição arbitrária da terra e a supressão do direito da maioria nativa de se autogovernar violava o princípio de autodeterminação (Erakat, 2019a, p. 46). Esses embates em torno do plano, bem como as condições materiais da época, dariam início às guerras de 1947 e 1948 (Shlaim, 2004, p. 64).

A Resolução 181 da ONU é um exemplo de como instituições internacionais favorecem as ambições sionistas. O plano de partilha, porém, não era determinante, visto que as resoluções da Assembleia Geral da ONU não têm poder vinculativo. Assim, os meios para que essa partilha ocorresse não foram estipulados pela proposta. Esta resolução demarcou a posição da ONU frente à Questão Palestina/Israel, indicando que a solução de dois Estados seria a defendida pela instituição ao longo dos anos (Allen, 2021, p. 145). Mais do que isso, a resolução legitimou a expulsão e despossessão dos palestinos, bem como a tomada de diversos territórios palestinos pelas forças sionistas entre 1947 e 1948 (Allen, 2021, p. 173).

Semanas após a ONU emitir a Resolução 181, a Palestina testemunhou o que seria o principal marco da história recente da região, a guerra civil entre os colonos sionistas e os nativos palestinos (Masalha, 2003, p. 26). Os meses seguintes, até a declaração da criação do Estado de Israel, em 15 de maio de 1948, foram marcados por diversos massacres, expulsões e roubos de terras dos palestinos.

#### 3.1.4 A criação do Estado de Israel: Nakba, expulsão e direito de retorno

É consenso na literatura acadêmica sobre a Questão Palestina/Israel o fato de 1948 ser um ano divisor de águas para os sionistas e para os palestinos. Se para os sionistas este ano é celebrado como a independência alcançada pela criação de um Estado judeu na Palestina, o objetivo incontestável do sionismo, para os palestinos este momento foi vivido e marcado na memória coletiva pelo signo da Nakba, palavra árabe que significa catástrofe. Muito já se escreveu sobre o que ocorreu em 1948, com diferentes análises e interpretações do evento. Até meados dos anos 1980, o consenso hegemônico da historiografia israelense era de que o deslocamento dos palestinos durante os eventos que levaram à criação do Estado de Israel foi

resultado da ação consciente dos próprios palestinos, isto é, eles teriam saído de suas casas por vontade própria ou teriam sido aconselhados por seus líderes a se deslocarem (Masalha, 2011, p. 2). Foi a partir dos anos 1980, com a desclassificação dos arquivos israelenses sobre os anos da Nakba e a ascensão dos chamados novos historiadores ou historiadores revisionistas – como Avi Shlaim, Benny Morris e Ilan Pappé<sup>13</sup> –, que algumas informações sobre a Nakba, baseadas em documentos históricos, mudariam as interpretações sobre a criação de Israel.

Para Morris (2004), a guerra de 1948 foi a responsável pela criação do êxodo palestino, que ele considera ter sido em grande parte espontâneo. Em análise crítica da obra de Benny Morris, Finkelstein (2005, p. 119-120) argumenta que o autor chegou a uma conclusão errônea de suas próprias provas, substituindo um mito por um novo, e afirma que a ênfase no aspecto puramente militar acabou por obscurecer as orientações ideológicas do sionismo que levaram à Nakba. Tanto Finkelstein (2005) quanto Pappé (2016) discordam de Morris e afirmam, com base nos documentos históricos, que de fato houve planejamento da expulsão dos palestinos nativos. O êxodo palestino ocorreu em duas fases: a primeira, de novembro de 1947 a maio de 1948, e a segunda, de junho de 1948 até meados de 1949, quando foram assinados os acordos de armistício com Egito, Síria, Líbano, Iraque e Transjordânia (Finkelstein, 2005, p. 131). A primeira fase corresponde à guerra travada entre os colonos e os árabes palestinos, enquanto a segunda refere-se à guerra entre o recém-criado Estado israelense e os Estados árabes vizinhos, cuja coalizão não constituía um grupo monolítico, tampouco unificava objetivos e coordenação (Clemesha, 2008, p. 183; Gelvin, 2017, p. 155).

Foi durante a primeira fase que os sionistas colocaram em prática o famoso Plano Dalet, ou Plano D, cujo objetivo era “limpar o interior do país de elementos árabes declarada ou potencialmente hostis e, neste sentido, fornecer uma justificação para expulsar civis” (Shlaim, 2004, p. 70). Entrando em contradição com seus próprios argumentos, o historiador revisionista Avi Shlaim (2004, p. 70) aponta que o Plano Dalet “não era um projeto político para a expulsão dos árabes da Palestina; era um plano militar com objetivos militares e territoriais”. A obra detalhada de Pappé (2016) e as pesquisas do historiador palestino Masalha (2011; 2021)

---

<sup>13</sup> Ilan Pappé é uma exceção dentro do grupo revisionista, pois talvez seja o único que não adota a concepção de que a colonização sionista da Palestina tenha começado com a ocupação de 1967. Os demais, apesar de desafiar as concepções sionistas hegemônicas, como os mitos de que a Palestina era uma terra sem povo e que os sionistas fariam o deserto florescer, continuam adotando algumas premissas e práticas coloniais, como o reforço da superioridade israelense nonexo poder-conhecimento. Além disso, Pappé é o único historiador revisionista que compreende a Questão Palestina/Israel pelo enquadramento teórico e histórico do colonialismo por povoamento e defende inequivocadamente o direito de retorno dos refugiados palestinos de 1948 (Masalha, 2011).

contestam essas interpretações e comprovam que os planos sionistas de limpeza étnica da Palestina tinham como elemento central a demografia, daí a importância da expulsão.

Como esperado por Ben-Gurion desde a década de 1930, o momento histórico oportuno para lidar com o problema demográfico árabe na Palestina finalmente chegara. O fim do mandato britânico, a emissão da Resolução 181 da ONU e a eclosão da guerra entre colonos e nativos abriu margem para que os planos de limpeza étnica fossem postos em prática. Com isso, Pappé (2016) afirma que a Nakba, a expulsão e a criação do problema dos refugiados palestinos foi resultado não meramente da guerra, como defende Morris (2004), e sim da combinação de momento histórico oportuno, conhecimento topográficos e demográficos adquiridos por anos pelos dirigentes sionistas– e do emprego das forças paramilitares sionistas.

Ao longo das décadas, as ideias sionistas de transferência foram sendo transformadas em planos de campanhas ofensivas militares da Haganah nas regiões urbanas e rurais da Palestina, planos que foram ficando cada vez mais mortíferos. Pappé (2016) descreve os objetivos do Plano C, que não fora posto em prática, mas que já delineava as condutas que os sionistas seguiriam futuramente:

- Matar a direção política palestina.
- Matar agitadores palestinos e seus financiadores.
- Matar palestinos que agiam contra judeus.
- Matar oficiais graduados palestinos e funcionários graduados palestinos [do sistema do Mandato].
- Danificar transportes palestinos.
- Danificar os recursos básicos dos meios de sustento palestinos: minas d'água, moinhos etc. [...] (Pappé, 2016, p. 48).

O Plano C é um exemplo claro do que Mbembe (2003) classifica como necropolítica. Para além da morte física dos palestinos, a infraestrutura básica, como água e transporte, também eram objeto de destruição, uma forma de minar as possibilidades de vida e resistência dos nativos palestinos. O foco excessivo na morte – rápida e lenta – revela e comprova a preocupação do projeto colonial de eliminar a população palestina para dar lugar à sociedade colona. Como é demonstrado nos capítulos 5 e 6 desta tese, as táticas de controle e destruição da infraestrutura básica da vida humana na Faixa de Gaza ainda está em voga, e inclusive se tornou o principal meio de produção da morte lenta, por parte dos israelenses, naquele espaço.

Mais ambicioso e agressivo do que o Plano C, o Plano Dalet foi elaborado e implementado nos meses seguintes, e acabou por determinar o destino de centenas de milhares de palestinos: a expulsão e a vivência em exílio permanente. O Plano Dalet tinha como parâmetro geográfico muito mais áreas do que as estabelecidas pelo seu antecessor, e se fosse completamente implementado com sucesso, teria estendido a soberania judaico-sionista por

toda a Palestina. Os detalhes do plano comprovam a preocupação sionista com o controle do espaço e recursos palestinos, bem como a expulsão da população nativa para garantir a superioridade demográfica judaica:

Essas operações podem ser encaminhadas da seguinte maneira: seja destruindo os vilarejos (ao tocar fogo neles, ou explodi-los, e plantar minas nos escombros), e especialmente naqueles centros povoados que são difíceis de controlar de maneira permanente; seja montando operações de pente fino e controle de acordo com as seguintes diretrizes: cerco aos vilarejos, condução de buscas neles. Em caso de resistência, as forças armadas devem ser exterminadas e a população expulsa além das fronteiras do Estado. Plano Dalet, 10 de março de 1948. (Pappé, 2016, p. 60).

Até o começo de maio de 1948, antes da declaração de Estado israelense, os sionistas conseguiram implementar 13 operações militares que resultaram na expulsão de 250 mil palestinos. Na Faixa de Gaza, na região de Beit Affa, as forças sionistas atacaram seus habitantes, mas foram fortemente derrotados e não conseguiram conquistar aquele espaço à força (Pappé, 2016, p. 76). Em 14 de maio de 1948, os sionistas declaram a independência do Estado de Israel, com os EUA sendo o primeiro país a reconhecer a soberania israelense. A partir de então, os confrontos se deram não apenas entre palestinos e sionistas, mas também envolveu os países árabes da região, principalmente Egito, Síria, Iraque e Transjordânia.

**Mapa 3** – Linhas de armistício de 1949 em comparação ao plano de partilha da ONU de 1947



Fonte: Erakat (2019a, p. 53)

Ao fim da guerra árabe-israelense, em março de 1949, a população palestina no território adquirido por Israel foi reduzida de um milhão para 160 mil, e mais de 500 vilarejos foram destruídos ou despovoados (Erakat, 2019a, p. 51-52; Pappé, 2016). Com isso, concretizava-se a ambição sionista de instauração de uma maioria judaica na Palestina. Os acordos que deram fim à guerra árabe-israelense e definiram as linhas territoriais de Israel estabeleceram que o Estado recém-criado ocupava agora 78% do território da Palestina histórica (Clemesha, 2008, p. 183). Como ilustrado no Mapa 3, o Estado israelense recém-criado abrangeu muito mais do que o proposto pelo plano de partilha da ONU, de 1947, que já havia sido muito criticado por não ter levado em consideração a composição étnica da região e as demandas dos palestinos.

A resistência árabe armada à criação do Estado de Israel, composta pela coalizão dos Estados árabes, era fraca. Segundo Clemesha (2008, p. 183), Egito, Transjordânia, Síria e outros países árabes enviaram apenas forças expedicionárias para o território palestino, que somavam cerca de 25 mil soldados, ao passo em que o exército israelense recém-criado, fruto da Haganah, já passava dos 95 mil soldados em dezembro de 1948. Contribuiu para a derrota palestina “a falta de forças palestinas regulares e treinadas, a ausência de uma estrutura de comando centralizada e de uma fonte confiável de armas”, além da “fraqueza estrutural do movimento nacional palestino sob a liderança de Hajj Amin al-Husayni”, o *mufiti* de Jerusalém (Clemesha, 2008, p. 183). Isso desmistifica em grande parte o mito e a analogia sionistas de que a “guerra de independência” foi travada entre um Davi pequeno, que seria Israel, contra um Golias grande e forte, que seriam os Estados árabes (Shlaim, 2004, p. 73). Em geral, na guerra árabe-israelense de 1948-1949, a coalizão dos Estados árabes não tinha uma coordenação clara e um objetivo comum. O Rei Abdullah da Transjordânia, por exemplo, visava criar um Grande Estado Sírio que abrangeria uma parte da Palestina (Gelvin, 2017, p. 161).

Para desencorajar o retorno dos refugiados palestinos, os sionistas buscaram criar *facts on the ground* – fatos concretos –, que seriam alcançados pela implementação de planos que envolviam a destruição de vilarejos palestinos, o assentamento de judeus nas terras evacuadas e a expropriação de propriedades árabes (Petersen-Overton, 2008). Isso levou a um longo processo de desarabização e judaicização de diversos espaços palestinos que não se encerrou em 1948, e sim se intensificou com a ocupação de 1967 e se estende até atualmente, com bem detalha Huberman (2014). No entanto, 1948 marca a gênese deste processo, que se valeu de instrumentos legais para a sua realização.

Um desses instrumentos legais foram as leis marciais, isto é, as leis instauradas durante o estado de emergência, declarado pelo Conselho Nacional Provisório de Israel, o precursor do Knesset. Chamadas de Regulamentos de Emergência de Defesa (*Defense Emergency*



*Regulations* – DERs), essas leis derivaram do próprio DER que a Grã-Bretanha firmara durante o mandato na Palestina para lidar com a revolta árabe. Israel incorporou estas leis em seu sistema de governança cotidiano para lidar com os palestinos, com a justificativa de necessidade de segurança nacional, um argumento que servirá de base para diversas políticas israelenses em relação aos palestinos de Gaza. Os DERs permitiram aos israelenses ceder cidadania para parte dos palestinos que ficaram no território, confiscar terras e propriedades, instaurar documentos de identidade, controlar o movimento dos palestinos, entre outras medidas. Muitas propriedades palestinas foram demolidas e sobre elas foram construídos diversos assentamentos israelenses. Em outras ocasiões, sobre as propriedades palestinas demolidas foram implementados projetos de reflorestamento como forma de argumentar que o deserto floresceria.

O exemplo mais claro desta expulsão legalizada foi a Lei da Propriedade Ausente de 1950, que expropriava as propriedades palestinas deixadas para trás por aqueles que foram expulsos e se tornaram refugiados durante a Nakba. O processo legal transformava a terra palestina em terra nacional israelense, ou seja, o espaço que antes era palestino foi “israelizado” e “judaicizado” (Huberman, 2014, p. 51). Com isso, o Estado recém-criado nacionalizava os territórios estabelecendo os fatos concretos que, de um lado, dificultavam o retorno dos refugiados palestinos e, por outro, incentivavam a migração judaica. Esta era complementada pela Lei do Retorno, criada e aprovada pelo Knesset em 1950, com vistas à povoação dos territórios, visto que determinava que todos os judeus do mundo têm o direito de migrar para Israel. Em 1953, o Knesset aprovou a Lei de Aquisição de Terra, que confiscava propriedades dos palestinos não-ausentes, com base no estado de emergência que determinava que algumas terras palestinas poderiam ser usadas para fins militares. Desta forma, o argumento de segurança nacional foi utilizado para expropriar ainda mais terras palestinas, dando continuidade ao longo processo de acumulação por despossessão e colonização sionista. Consequentemente, em 1954, mais de um terço da população israelense já vivia ou trabalhava nas terras palestinas classificadas como propriedade ausente (Erakat, 2019a, p. 56).

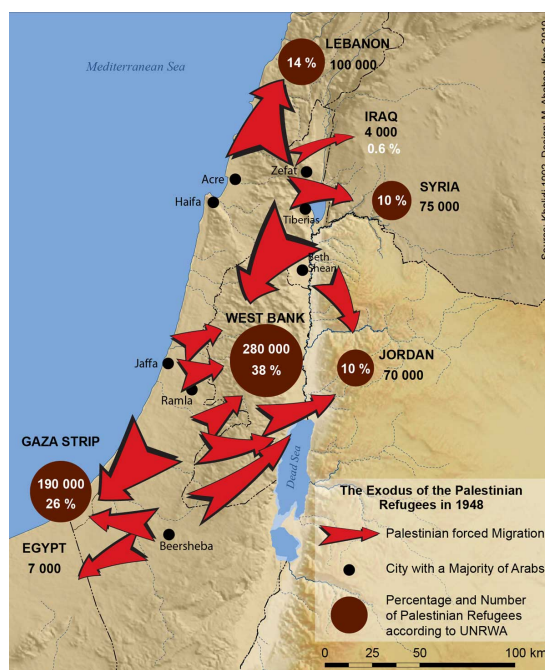
Todas essas medidas legalizadas pelo Estado de Israel foram parte de uma política anti-repatriação dos palestinos, seguindo a política sionista de estabelecer um Estado com maioria demográfica judaica (Pappé, 2004). Isto porque, após a Nakba, cerca de 160 mil nativos palestinos que permaneceram em seus lares ou que foram internamente deslocados dentro das fronteiras de Israel passaram a constituir um “desafio demográfico e existencial” para a soberania judaica-sionista (Erakat, 2019a, p. 54, tradução nossa). Logo, a presença dos palestinos nativos foi racializada e tratada como uma ameaça física e metafísica, justificando assim as inúmeras políticas de segregação e expulsão sob o pretexto do estado de exceção.

### 3.2 As mudanças no espaço e na população de Gaza entre 1948 e 1967

Assim como em toda a Palestina, a Nakba foi um marco fundamental e um ponto de inflexão que mudou radicalmente a realidade espacial e demográfica de Gaza. Antes da expulsão em massa de 1948, a região esteve relativamente calma, visto que os sionistas priorizavam as regiões de Haifa, Jaffa, Jerusalém e outros territórios designados pelo plano de limpeza étnica (Pappé, 2016). Os poucos assentamentos sionistas que existiam em Gaza foram palco de conflitos entre os colonos e a guerrilha palestina e egípcia sob liderança da Irmandade Muçulmana (Filiu, 2014a, p. 58).

O evento que marcou especialmente a Faixa de Gaza foi a chegada de cerca de 200 mil refugiados palestinos, em uma época em que a população local contava com pouco mais de 80 mil habitantes. Isso significa que um quarto de toda a população palestina passaria a viver em Gaza, como demonstra o Mapa 4. Logo, houve uma explosão demográfica sem precedentes. Além disso, com os Acordos de Armistício de 1949, Gaza passou a ser denominada de Faixa de Gaza, pois a configuração espacial da região resultou em uma faixa de terra de 40 km de extensão ao longo da costa e entre 6 e 12 km de largura, o que lhe confere uma área de aproximadamente 365 km<sup>2</sup> (Filiu, 2014, p. 73).

**Mapa 4** – Fluxo de refugiados palestinos durante a Nakba (1948)



Os desdobramentos da Nakba geraram o que se tornaria uma das grandes especificidades de Gaza em relação aos demais territórios palestinos pós-1948: a sua maioria demográfica composta de refugiados. Em nenhum outro território palestino o influxo de deslocados internos foi tão significativo. A sua chegada e permanência, que deveria ser temporária, transformou-se em um dos grandes desafios populacionais a serem manejados. Ao mesmo tempo, não havia um governo palestino instaurado, e sim uma espécie de regime de administração egípcia da Faixa de Gaza, que desenvolveremos com mais detalhes na seção subsequente. Por ora, vale pontuar que o governo egípcio não almejava ocupar militarmente a região ou anexá-la à sua soberania, mas protegê-la e garantir o seu caráter palestino para a formação de um futuro Estado palestino.

Os administradores britânicos estavam preocupados com o que seria de Gaza no pós-Nakba. Para eles, era importante esclarecer que tipo de espaço Gaza se tornou e sob qual soberania ele ficaria. Em carta escrita em 1953 pelo diplomata britânico G. H. Baker endereçada à Junta Comercial britânica, concluía-se que Gaza era *res nullius*, isto é, “coisa de ninguém”:

A 'Faixa de Gaza' (conforme definido pelo Artigo 8 do Acordo de Armistício de 23 de fevereiro de 1949)... não está sob soberania egípcia. A sua posição no direito internacional parece ser a de que, com o término do mandato britânico para a Palestina em 15 de maio de 1948, **tornou-se *res nullius***; que foi posteriormente ocupada por forças egípcias; e que desde então **permaneceu sob ocupação e controle egípcios efetivos**. (Baker *apud* Feldman, 2008b, p. 453, tradução nossa, grifos nossos).

Isto não significa que não havia autoridade ou práticas de governo para a organização daquele espaço e daquela população. Como a própria carta confirma, Gaza ficou sob controle egípcio efetivo. Essa autoridade foi compartilhada entre dois principais atores: de um lado, o Egito, e de outro, as agências de ajuda humanitária, com destaque para o AFSC e a UNRWA. Dessa forma, o período da administração egípcia inaugurou mudanças significativas não apenas no espaço e na população de Gaza, mas nas próprias dinâmicas de governamentalidade.

Os primeiros dois anos pós-Nakba envolveram tentativas de estabelecer novas categorias para a constituição populacional de Gaza, tendo como base as diferenças entre os nativos e os refugiados. A transformação de Gaza de um distrito provincial sob mandato britânico em um território novo com governo indefinido gerou confusões em relação ao *status* de seus habitantes. Isto porque a Nakba significou a perda não só das terras e lares palestinos, mas do seu próprio *status*, ou seja, a sua categorização enquanto cidadãos palestinos<sup>14</sup>.

<sup>14</sup> Durante o mandato britânico (1922-1947), a emissão de passaportes palestinos, em certa medida, reconhecia a cidadania dos árabes que viviam na Palestina histórica, mesmo que à época não houvesse um Estado palestino. Os palestinos que permaneceram nos territórios que foram incorporados por Israel

O primeiro censo populacional da Faixa de Gaza foi feito em 1949 pelo *American Friends Service Committee* (AFSC). A estimativa era de que havia 202,606 palestinos refugiados na região, 50% vindos de vilas pequenas, que tinham menos de 2,500 habitantes, e 90% eram iletrados (Cheal, 1988, p. 138). Cerca de 65% dos refugiados eram agricultores ou trabalhadores sem qualificação, 17% eram comerciantes ou donos de terras e 18% eram trabalhadores qualificados (Baster, 1955, p. 324). O desastre econômico logo se instaurou: a grande quantidade de trabalhadores fez com que os salários abajassem drasticamente, além de não ter oferta suficiente de vagas de trabalho. Antes da Nakba, muitos habitantes do distrito de Gaza trabalhavam nas cidades próximas, mas as linhas de 1949 cortaram a região de suas fontes de suprimentos e do mercado do recém-criado Estado israelense (Cheal, 1988, p. 139).

Nos primeiros meses e anos após a Nakba, os refugiados palestinos tiveram que se abrigar onde puderam: em escolas, mesquitas, casas e até mesmo cavernas cavadas na areia, tamanha era a precariedade encontrada em Gaza (Feldman, 2007a, p. 135). As linhas de armistício de 1949 não impediram que os palestinos tentassem voltar a suas casas. Afinal, eles imaginavam que o refúgio seria temporário – muitos saíram apenas com a roupa do corpo e a chave de casa, a qual, inclusive, se tornou símbolo da demanda pelo direito de retorno. Nessa época, os refugiados cruzavam a fronteira recém-demarcada para buscar suas posses, alimentos e colher a produção agrícola que outrora plantaram. Ao mesmo tempo, eles também cruzavam a fronteira para roubar esses mesmos itens dos colonos que agora viviam em suas casas. Esses atravessamentos de fronteiras eram perigosos, pois os israelenses podiam prender ou matar qualquer um que considerassem infiltradores. O Egito, por sua vez, tentava bloquear as passagens, por receio de que Israel retaliasse e por acreditar que alguns habitantes de Gaza atuavam como espiões para os israelenses (Feldman, 2006).

Além das tensões nas fronteiras, as condições de vida em Gaza após a Nakba eram marcadas por falta de alimentos, de privacidade e de residências para atender a explosão demográfica. Isso esteve relacionado também aos conflitos entre os próprios habitantes, que enfrentavam as dificuldades das divisões entre nativos e refugiados, caracterizada por Feldman (2006, p. 31) como uma fronteira sociológica. Se, por um lado, alguns palestinos se uniam em torno de uma mesma causa – o direito de retorno e de autodeterminação –, outros enxergavam aqueles que haviam se refugiado como “fracos” ou “traidores” por terem deixado as suas casas para os israelenses (Feldman, 2006, p. 27). Em outras palavras, havia aqueles que ofereciam

---

receberam cidadania, mesmo que ela não englobasse os mesmos direitos sociais e políticos dos cidadãos judeus. Já os habitantes de Gaza, no imediato pós-Nakba, viveram um período de indefinição de sua cidadania, como descrito e analisado em detalhes por Feldman (2008b).

suas próprias casas para abrigar os refugiados, mas também havia nativos que se sentiam muito prejudicados pelas consequências do enorme influxo populacional vivido em Gaza.

A situação precária atingia não apenas os refugiados, mas também os nativos, o que adicionava mais uma camada de crise no tecido social palestino pós-Nakba. Em Gaza, muitos passaram a viver em extrema pobreza, pois perderam parte das suas terras – o distrito de Gaza durante o Mandato britânico era maior do que o território demarcado pelas linhas de armistício de 1949 – e enfrentaram a crise econômica gerada pela guerra e o enorme influxo demográfico. Muitas crianças se tornaram pedintes e as famílias passaram a vender o pouco que tinham, por exemplo portas e janelas de suas próprias casas, a fim de conseguir alguma quantidade de dinheiro e para comprar comida e tentar sobreviver (Macintyre, 2018, p. 11).

Diante dessas condições, ambos refugiados e nativos, embora de formas diferentes, vivenciavam os efeitos da Nakba em sua vida cotidiana, muito por conta da devastação econômica que se instaurou em Gaza. Logo após 1948, quase a totalidade dos habitantes de Gaza – nativos e refugiados – necessitavam de algum tipo de assistência (Feldman, 2007a, p. 130). Para além do influxo demográfico, um dos maiores problemas foi justamente a linha de armistício de 1949: as fronteiras de Gaza com Israel, a leste e ao norte, fizeram com que a região fosse separada e isolada de suas fontes comuns de suprimento e trocas comerciais (Baster, 1955). A mobilidade humana para dentro e fora de Gaza também foi impactada, uma vez que as autoridades egípcias restringiam a emissão de autorizações. Baster (1955, p. 324, tradução nossa) aponta que, de 1949 a 1955, “mais de 300.000 pessoas atingidas pela pobreza foram fisicamente confinadas a uma área do tamanho de um grande parque de cidade”.

Em termos de recursos, apenas metade da área total da Faixa de Gaza é cultivável – o resto diz respeito às dunas, portanto a economia de Gaza sempre dependeu das importações. Em 1955, estimava-se que 60% das importações eram compostas de alimentos, 30% de produtos derivados do petróleo e 10% de produtos têxteis e outros itens (Baster, 1955, p. 325). A situação nos primeiros anos pós-Nakba foi se deteriorando de tal forma que o espaço de Gaza foi se transformando no que Baster (1995, p. 325) classificou como uma favela rural desgastada:

As roupas estão gastas, o gado foi morto para alimentação, a área está sendo quase completamente desmatada, pois os refugiados coletam madeira para combustível e construção, e os trilhos da ferrovia foram em grande parte desativados pela remoção de vários milhares de dormentes [de trilhos de trem] que estão inutilizáveis para construção de madeira e trabalho de carpintaria [...]. Para um recém-chegado, **a Faixa [de Gaza] tem o ar de uma favela rural desgastada.** (Baster, 1955, p. 325, tradução nossa, grifo nosso).

Em Gaza, portanto, a Nakba produziu uma transformação espacial e populacional sem precedentes, assim como inaugurou um período de administração governamental compartilhada entre o Egito e agências de ajuda humanitária internacional.

### 3.2.1 O papel das agências de ajuda humanitária internacional

Agora composta em dois terços por refugiados, Gaza necessitava de ajuda em diversos setores da sociedade. As agências internacionais de ajuda humanitária se tornaram as principais fontes de assistência para a população de Gaza. Inicialmente, o *American Friends Service Committee* (AFSC)<sup>15</sup> esteve à frente dos esforços humanitários em Gaza. Em dezembro de 1948, o então Secretário-Geral da ONU, o norueguês Trygve Lie, convidou o AFSC para estabelecer um programa de assistência emergencial destinado aos refugiados palestinos que não estavam dentro do território do recém-criado Estado de Israel. O programa teria duração de um ano e contava com um orçamento de 32 milhões de dólares, cuja metade fora doada pelos EUA. O AFSC ficou responsável apenas pelos palestinos da Faixa de Gaza, para os quais forneceria alimentos, educação e serviços de saúde pública. Um dos grandes desafios que surgia era justamente a distinção entre nativos e refugiados em Gaza, o que colocava limites ao AFSC, pois impossibilitava que a ajuda se estendesse para toda a população (Feldman, 2007a).

Embora a distinção entre nativo e refugiado não dissesse muito sobre o nível de necessidade de assistência de cada um, ela era a base sobre a qual o trabalho humanitário poderia ser feito. Para Feldman (2007a, p. 131), as distinções entre nativo e refugiado não foram decorrentes apenas da transformação de Gaza em um espaço superlotado e com falta de recursos, mas principalmente fruto dos primeiros trabalhos humanitários conduzidos na região e que faziam parte do regime internacional humanitário do pós-Segunda Guerra Mundial. Logo, embora as ações do AFSC fossem mais voltadas a alívios imediatos, a categorização da população para propósitos de ajuda acabaram gerando um vocabulário específico e uma identificação política entre os habitantes de Gaza, refugiados ou não, e que diziam respeito a direitos, comunidade e cidadania, temas essenciais para a reorganização política dos palestinos após a despossessão e a expulsão causadas pelo empreendimento colonial sionista e o estabelecimento do Estado israelense (Feldman, 2007a, p. 132).

---

<sup>15</sup> O *American Friends Service Committee* (AFSC) é uma organização humanitária religiosa com sede na Pensilvânia (EUA), fundada em 1917 a fim de auxiliar vítimas civis na Europa durante a Primeira Guerra Mundial. O AFSC faz parte da Sociedade Religiosa dos Amigos, também chamada de Quaker.

A ajuda humanitária do AFSC baseava-se em fornecer alimentos, roupas e cobertores fracionados, isto é, em rações. Em algumas ocasiões a organização conseguiu prover assistência médica, escolas e orientou alguns projetos de trabalhos voltados a marcenaria, sempre voltados aos refugiados (Feldman, 2007a, p. 137). O AFSC pontuava constantemente a dificuldade de distinguir os palestinos entre nativos e refugiados, visto que ambos viviam em situações precárias no pós-Nakba. Alguns trabalhadores chegaram a afirmar que esta distinção, além de ineficaz para o trabalho humanitário, era injusta (Feldman, 2007a, p. 140).

Uma das grandes necessidades do processo de fornecimento de assistência humanitária era a gestão populacional, atribuição que foi incorporada pelas agências. Isso ocorria porque, para que a assistência humanitária funcionasse corretamente, era necessário criar um sistema de registro, documentação e administração da população, a fim de que as rações de suprimentos fossem distribuídas de maneira justa. Com isso, foi criado um sistema de cartões de rações, que seriam destinados para cada família. As famílias usariam os cartões para receber as rações de suprimentos e, cada vez que as recebessem, ficaria marcado nos cartões (Feldman, 2008a, p. 180). Esse sistema depois foi aperfeiçoado pela UNRWA e é utilizado até hoje. Inclusive, os cartões da UNRWA são uma forma de registro pessoal, um cartão de identidade dos palestinos, sobretudo da Faixa de Gaza. Para eles, o cartão é a prova documental de sua situação de despossessão e da responsabilidade internacional dessa condição (Feldman, 2007a, p. 144).

Esse sistema de registro e gestão populacional enfrentou alguns problemas desde a sua criação. Por conta das problemáticas geradas pela distinção entre nativos e refugiados – apenas estes deveriam receber ajuda –, muitos palestinos nativos de Gaza se registravam como refugiados, de forma que a fraude se tornou uma prática comum daqueles que buscavam alguma forma de sobreviver na precariedade extrema. Era comum que famílias registrassem um número maior de filhos e mantivessem na lista os nomes daqueles que faleciam. Em algumas ocasiões, os *mukhtars*, líderes dos vilarejos, se aproveitavam da vulnerabilidade da população de Gaza e exigiam dinheiro para registrar as pessoas como refugiadas. Os trabalhadores do AFSC compreendiam essas ações desesperadas, mas pressões financeiras e de recursos faziam com que eles impusessem controles mais rígidos no registro (Feldman, 2007a).

O AFSC atuava em conjunto com o Egito na coordenação logística do fornecimento de alimentos – o governo egípcio disponibilizou serviços gratuitos de transporte e armazenamento dos produtos que chegavam em Gaza (Cheal, 1988, p. 145). Contudo, a distribuição era a etapa mais complicada, pois chegavam cada vez mais refugiados, o que impactava diretamente no cálculo de rações que deveriam ser distribuídas em cada área. Segundo Cheal (1988, p. 146), ao final de 1949, mais de 260 mil pessoas haviam recebido rações de alimentos. As ações

humanitárias do AFSC eram complementadas por outros voluntários. No setor de saúde, por exemplo, médicos locais se voluntariaram para auxiliar os refugiados, enquanto organizações religiosas transnacionais, como a *Red Crescent Society of Egypt* e *Church Mission Society*, foram responsáveis por manter em funcionamento alguns hospitais para uso exclusivo dos refugiados palestinos (Cheal, 1988).

O AFSC atuou por um ano em Gaza, sendo substituído, em 1950, pela UNRWA, a Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados da Palestina no Próximo Oriente, criada em 8 de dezembro de 1949 pela Resolução 302 da Assembleia Geral da ONU. A UNRWA é um órgão subsidiário da AGNU e seu mandato se baseia nesta resolução, o que indica que a organização não é obrigada a promover soluções duráveis para os refugiados, como é o caso do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), que trabalha com questões de repatriação, reassentamento e integração (Berg; Jensehaugen; Tiltnes, 2022).

A partir de maio 1950, a UNRWA assumiu a responsabilidade e começou as suas operações para os refugiados palestinos na Faixa de Gaza (Bocco, 2010). Diferentemente do AFSC, a UNRWA iniciou os seus serviços e a sua administração já sabendo que o problema do refúgio não seria solucionado a curto prazo. A UNRWA buscou estabelecer parâmetros mais claros para conduzir as suas atividades não apenas em Gaza, mas em todos os campos de refugiados palestinos na Cisjordânia, na Jordânia, no Líbano e na Síria. Inclusive, foi a própria UNRWA que definiu o que constituía um refugiado palestino, embora essa definição seja utilizada para fins administrativos e não é necessariamente reconhecida no campo do Direito Internacional:

Refugiados palestinos são definidos como “pessoas cujo local de residência normal foi a Palestina durante o período de 1º de junho de 1946 a 15 de maio de 1948 e que perderam suas casas e meios de subsistência como resultado do conflito de 1948”. Os serviços da UNRWA estão disponíveis para todos aqueles que vivem em sua área de atuação que se enquadram nessa definição, que estão registrados na Agência e que precisam de assistência. Os descendentes de homens refugiados da Palestina, incluindo filhos adotivos, também são elegíveis para registro. (UNRWA, 2013, tradução nossa).

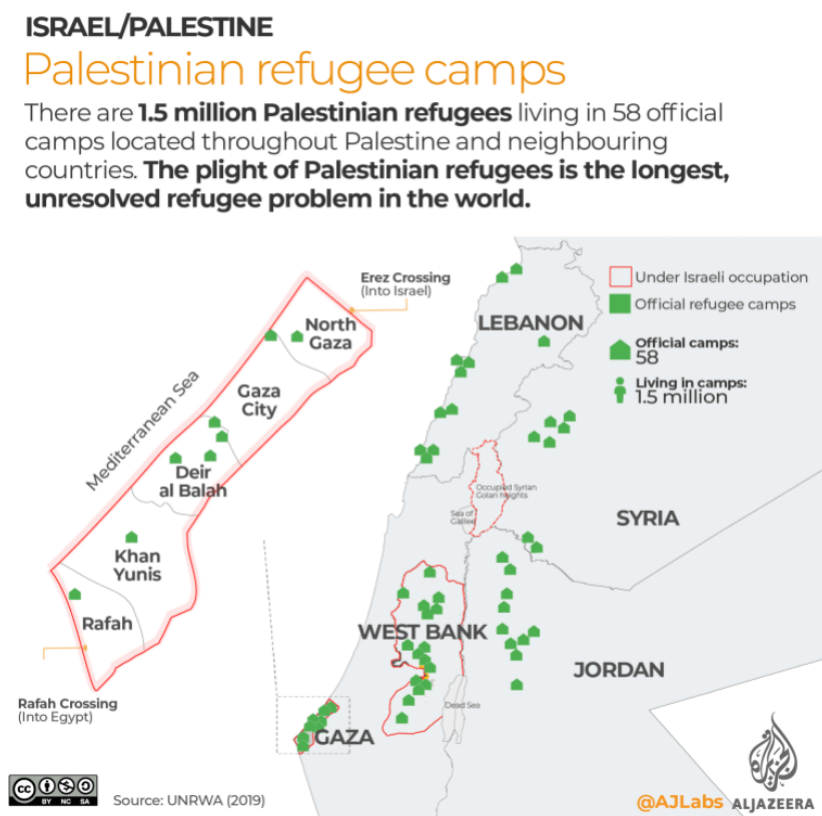
O mandato da UNRWA é caracterizado como provisório e prevê a finalização da oferta de serviços assim que seja implementada uma solução política para o problema do refúgio palestino e o direito de retorno. No entanto, como essa solução não foi encontrada até hoje, a UNRWA continua operando e seu mandato é renovado a cada três anos pela AGNU. A UNRWA é vista pela comunidade internacional e pelos palestinos como uma das grandes representantes institucionais dos refugiados palestinos, bem como uma reafirmação da responsabilidade internacional pela situação deles. A agência também auxilia palestinos que



não se enquadram na categoria de refugiados, por exemplo os que foram deslocados forçadamente em decorrência da Guerra dos Seis Dias (1967) e da invasão israelense do Líbano (1982). Estes são categorizados como “pessoas elegíveis não-registradas” e podem usufruir de alguns serviços ofertados pela UNRWA (Berg; Jensehaugen; Tiltnes, 2022, p. 10). Em Gaza, por exemplo, há uma categoria intitulada “pobres de Gaza”, pessoas em situação de vulnerabilidade extrema que são assistidas por programas emergenciais da agência. Até dezembro de 2022, 7.562 pessoas estavam enquadradas nesta categoria. Outras categorias incluem descendentes adotados, descendentes não refugiados e esposos e esposas não refugiados (UNRWA, 2023).

De 1948 a 2023, o número de refugiados palestinos e seus descendentes aumentou de 700 mil para quase 6 milhões. Dados de dezembro de 2022 indicam que, atualmente, a UNRWA atende os 5,8 milhões de refugiados palestinos registrados pela agência, dos quais 27% estão na Faixa de Gaza, 40% na Jordânia, 15% na Cisjordânia, 10% na Síria e 8% no Líbano (UNRWA, 2023). A UNRWA opera 58 campos de refugiados, sendo oito deles sediados em Gaza, os quais foram instalados entre 1948 e 1950.

### Mapa 5 – Atuais campos de refugiados palestinos administrados pela UNRWA



Fonte: Haddad (2021)

Desde a sua fundação, a UNRWA opera em torno de alguns serviços, os quais são divididos entre educação, saúde, serviços sociais e de alívio, recursos de emergência, micro finanças e melhoria de infraestrutura dos campos – estes dois últimos foram incorporados mais recentemente. Contudo, educação, saúde e serviços sociais e de alívio são o foco principal da agência e para onde grande parte dos recursos são destinados. Além disso, cerca de 99% dos funcionários da UNRWA são refugiados palestinos, o que os garante algum tipo de salário e promove certa estabilização da sociedade aos olhos dos governos anfitriões. No entanto, os trabalhadores palestinos da UNRWA enfrentam insegurança em seus empregos, pois todas as atividades da agência dependem do financiamento por meio de doações internacionais, as quais têm sofrido cada vez mais cortes, o que limita e prejudica o escopo de ação da UNRWA (Berg; Jensehaugen; Tiltnes, 2022).

Logo em 1950 a UNRWA desempenhou um papel fundamental na governança do espaço e da população de Gaza. Como a Faixa de Gaza estava sob administração egípcia, mas sob a soberania de ninguém, entre 1948 e 1967, a UNRWA tomou para si algumas funções essenciais, o que a tornou uma agência com funções de “quase-Estado”. É como se a UNRWA fosse um provedor paralelo de serviços públicos (Bocco, 2010, p. 234). Em 1950, a agência já administrava 64 escolas primárias que atendiam 41 mil alunos e empregava 800 professores (Michael; Hatuel-Radoshitzky, 2020, p. 19). Este papel da UNRWA de “quase-Estado” começou justamente em 1950, quando passou a atuar como uma administração não-territorial e sem poder coercitivo, voltada primariamente para a assistência humanitária (Bocco, 2010, p. 234; Tayeh, 2022, p. 5). Apesar de se definir como uma organização apolítica, a UNRWA desde o início lidou com questões profundamente políticas (Bocco, 2010, p. 232). A provisão de serviços básicos e essenciais para a população constitui a principal forma de assistência social. Por conta disso, a UNRWA também é chamada de o “Estado azul”, em referência à cor da bandeira da ONU (Bocco, 2010, p. 234). A agência também representa, segundo Bocco (2010, p. 234), um microcosmo da sociedade palestina e os seus documentos e registros constituem importantes arquivos nacionais para os palestinos. Neste sentido, a UNRWA é um grande exemplo da zona nebulosa entre governo e humanitarismo (Feldman, 2008a, p. 175).

Em termos espaciais, o período da administração egípcia consolidou uma das principais características da paisagem de Gaza: a existência de grandes campos de refugiados. Inicialmente, os refugiados palestinos se organizavam e se abrigavam em tendas – cerca de 12 mil foram doadas pela Turquia. Uma estimativa da ONU revelou que 80 mil pessoas viviam em tendas, com uma média de 10 pessoas por tenda (Cheal, 1988, p. 147). Desde 1950, os campos de refugiados administrados pela UNRWA em Gaza deixaram de ser pequenos bairros

urbanos ou vilas rurais, caracterizados por tendas temporárias, e se transformaram em pequenas cidades, como é o caso dos maiores campos da região – Jabalyia, Khan Younis, Rafah e Beach Camp. Todos os campos foram instalados perto de cidades já existentes, como a Cidade de Gaza, Rafah e Khan Younis, para que os refugiados palestinos tivessem acesso a serviços públicos municipais, como água e eletricidade (Tayeh, 2022, p. 9) e ao mercado de trabalho, embora, no caso de Gaza pós-Nakba, a economia estivesse praticamente destruída. Ao longo das décadas após a Nakba, os campos em Gaza foram se expandindo sem planejamento infraestrutural, o que, segundo Tayeh (2022, p. 9, tradução nossa), resultou em um “tecido social desestruturado”, com acessibilidade empobrecida e alta densidade populacional. Com essas mudanças, Gaza passou a ter os campos de refugiados como uma paisagem permanente. Em termos demográficos, o refúgio deixou de ser a exceção e se tornou a norma (Tayeh, 2022).

Segundo Bocco (2010, p. 248), as relações econômicas, sociais e espaciais dos refugiados palestinos dos campos com o seu entorno, devido à porosidade – ou inexistência – de fronteiras, influenciaram o imaginário político do nacionalismo palestino, trazendo os campos para o centro da ação política. Desse modo, os campos também têm o papel simbólico de representar a despossessão palestina, as demandas por direito de retorno e o papel ambíguo da comunidade internacional, aqui representada pela UNRWA, a um só tempo mantenedora do *status quo* e de responsável por impedir o colapso da população palestina de Gaza. Em entrevista para pesquisa desta tese, Abud, palestino de Gaza e morador de Khan Younis, onde seus avós se refugiaram durante a Nakba, afirmou que “se um dia eles [UNRWA] forem embora, muita gente vai morrer” (Abud, 2023).

As atividades da UNRWA dependem de financiamento, majoritariamente arrecadado por meio de contribuições voluntárias de Estados individuais – com destaque para os EUA e Alemanha –, países da União Europeia e atores não-governamentais, incluindo a ONU, a qual paga o salário de cerca de 200 dos funcionários. Alguns doadores também incluem o setor privado, grandes bancos, indivíduos, organizações religiosas de caridade, entre outros (Berg; Jensehaugen; Tiltnes, 2022, p. 24). A agência possui três grandes portais de financiamento: o “Orçamento do Programa”, “Recursos de Emergência” e “Orçamento de Projeto”. Educação, saúde e serviços sociais e de ajuda são cobertos pelo “Orçamento do Programa” e compõem a maior parte dos gastos (Berg; Jensehaugen; Tiltnes, 2022). Se nas década de 1950 e 1960 a maior parte (60%) do orçamento da UNRWA era voltado a gastos com ajuda emergencial, nos anos 1970 esse número caiu para 38%, pois o foco passou a ser a educação (Michael; Hatuel-Radoshitzky, 2020, p. 20). Em 2021, por exemplo, cerca de 60% dos fundos foram destinados para educação e 16% para saúde (Berg; Jensehaugen; Tiltnes, 2022, p. 23).

O financiamento é um dos aspectos mais frágeis da organização, pois a quantidade de dinheiro recebida limita o escopo das atividades e a sua autonomia, visto que, em certas ocasiões, as iniciativas devem acompanhar as pretensões e os interesses políticos dos doadores (Bocco, 2010, p. 233). Isso significa que, embora esperem que a UNRWA seja uma organização apolítica, a própria condicionalidade das doações ilustra como a ajuda aos palestinos é em si politizada (Berg; Jensehaugen; Tiltnes, 2022, p. 25). Além disso, a partir dos anos 1990 com o processo de neoliberalização no sistema internacional, a adoção de medidas de austeridade, os desdobramentos dos Acordos de Oslo – que analisaremos com mais detalhes no Capítulo 4 – e o crescimento populacional, a UNRWA teve que realizar diversos cortes no orçamento, o que até hoje prejudica as suas atividades (Michael; Hatuel-Radoshitzky, 2020, p. 21).

Não obstante o seu trabalho fundamental no provimento de ajuda humanitária, a UNRWA é caracterizada por diversas contradições, a principal delas sendo a manutenção da condição de refugiado e, conseqüentemente, do *status quo*, de forma que o direito de retorno é mantido em suspenso (Bocco, 2010). Isto acontece justamente pela pretensão de separar o âmbito da política e o âmbito da ajuda humanitária, como se esses dois processos não estivessem intimamente conectados (Feldman, 2009). Mesmo que o assentamento dos palestinos refugiados em campos seja uma ação fundamentalmente humanitária, ela tem conseqüências políticas, inclusive para as aspirações de um futuro Estado palestino.

As atividades da UNRWA para os refugiados palestinos, em geral, e para os da Faixa de Gaza, em particular, revela as dinâmicas espaciais e de governamentalidade naquela região. Atuando como um “quase-governo”, a UNRWA tem sido responsável por Gaza não colapsar. Ao mesmo tempo, porém, esta e outras agências de ajuda humanitária internacional têm sido alvo de críticas quanto ao seu papel de mantenedoras do *status quo*. Feldman (2009) argumenta que muitas vezes as boas intenções das agências humanitárias acabam gerando conseqüências políticas não intencionais, como o fato de Gaza passar a ser lida como um problema essencialmente humanitário. Isso faz com que não se questione o motivo de Gaza ter chegado a este estado e, principalmente, o controle que Israel ainda exerce naquela região.

### 3.2.2 A administração egípcia (1948-1967)

A administração egípcia na Faixa de Gaza foi período marcado por um governo tático, visto que se tratava de um momento excepcional em que o Egito não tinha grandes preocupações em adotar medidas de longo prazo. O que ocorria era uma espécie de governo

burocrático que lidava com questões cotidianas e ordinárias em um momento extraordinário (Feldman, 2005a, p. 880). Após os acordos de armistício de 1949, o Egito se viu cumprindo um papel de custódia sobre Gaza, sem exercer sua soberania e mantendo o caráter palestino da região. O máximo de soberania que exerceu foi o controle das fronteiras recém-estabelecidas. O Egito, inclusive, chegou a adotar medidas consideradas humanitárias, como a provisão dos “trens de misericórdia” (*mercy trains*), uma política que consistia em levar comidas e roupas do Cairo para Gaza. Isso foi considerado por alguns habitantes de Gaza como uma atitude publicitária e uma forma de controlar uma população em total estado de privação (Feldman, 2008a, p. 188-189).

Em um primeiro momento, o Egito não se engajou em grandes iniciativas políticas em termos de organização da sociedade palestina, mas isso mudaria com a ascensão de Gamal Abdel Nasser à presidência do Egito, em 1954. A partir de então, Nasser diminuiu as restrições para que os palestinos de Gaza pudessem trabalhar no país e abriu as universidades para que palestinos qualificados pudessem estudar gratuitamente. Já os demais termos da governança egípcia não eram claros, mas a prática cotidiana foi a responsável por lhe conceder certo grau de autoridade no controle de alguns aspectos da Faixa de Gaza (Feldman, 2005a; 2007b).

Ilana Feldman (2005a; 2005b; 2007a; 2007b; 2007c; 2008a; 2010) é a pesquisadora que mais se dedicou a investigar histórica e etnograficamente as dinâmicas de governamentalidade na Faixa de Gaza durante a administração egípcia, portanto os seus trabalhos são fontes fundamentais para investigar este período. De acordo com a autora, a autoridade e persistência da administração egípcia derivou menos da sua legitimidade e mais das “formas, modelos e hábitos de sua prática cotidiana” (Feldman, 2007b, p. 13, tradução nossa). Em outras palavras, a burocracia cotidiana, inclusive derivada de práticas adotadas durante o mandato britânico, funcionava em Gaza e dava certa estabilidade para a região em um momento extraordinário. Por outro lado, a valorização da tática em detrimento da estratégia não permitia prever o que poderia acontecer com Gaza no futuro.

O governo tático significava a adoção de medidas mais emergenciais e de respostas adequadas às condições momentâneas, sobretudo diante dos recursos limitados e do caráter temporário da administração (Feldman, 2007, p. 18-19). Neste sentido, para avaliar a administração egípcia, Feldman (2005a, 2005b, 2007b) se volta principalmente para os serviços, analisando como eles produziram espaços, populações e governo. Por exemplo, a existência ou não de avenidas pavimentadas, de infraestrutura de acesso a água e de provisão de alimentos impactaram também as próprias relações sociais entre os palestinos de Gaza, tanto nativos quanto refugiados (Feldman, 2007b, p. 24). Estas práticas “mundanas” e “ordinárias”

são capazes de revelar a microfísica do poder e evidenciam como a governamentalidade funciona menos por meio de uma institucionalidade formal e mais por práticas cotidianas.

A política egípcia para habitação na Faixa de Gaza é um exemplo da governança da inquietação que foi utilizado como instrumento de resposta aos problemas centrais daquele momento (Feldman, 2005a, p. 882). A construção de casas e abrigos, embora tenha ocorrido de forma emergencial, está intimamente conectada com questões de planejamento urbano, propriedade da terra, regulamento de construções e dinâmicas sociais. No caso de Gaza, a divisão dos palestinos entre as categorias de nativos e refugiados contribuiu para que houvesse tensões entre eles em relação às casas existentes. Segundo Feldman (2005a, p. 866), os refugiados palestinos que chegavam em Gaza durante a Nakba procuravam se abrigar onde fosse possível, incluindo propriedades privadas de outros palestinos nativos da região.

Para evitar mais transtornos sociais, o governo egípcio compreendeu que a política de habitação deveria ser adotada em caráter emergencial e, mais do que oferecer abrigo, ela deveria se desenvolver enquanto uma política social. Assim, além de ser uma resposta à uma crise sem precedentes, a política de habitação egípcia para a Faixa de Gaza se tornou um mecanismo de regulação da vida dos refugiados e dos nativos (Feldman, 2005a, p. 866). O Egito chegou a vender terras públicas a preços baixos aos refugiados palestinos que atuavam como servidores públicos como um pré-requisito dos serviços deles ao governo egípcio em Gaza. Um dos resultados da ação egípcia em relação às habitações em Gaza foi diminuir em certa medida das distinções entre nativos e refugiados, que de muitas maneiras sofrem os mesmos efeitos da precarização da vida cotidiana em Gaza (Feldman, 2005a, p. 888). Além disso, algumas ações egípcias que foram consideradas benéficas pelos palestinos foram a transformação de Gaza em uma zona de livre comércio e a criação de uma indústria do turismo (Feldman, 2007c, p. 417).

Em termos de segurança, o Egito instaurou um sistema de policiamento e vigilância que, embora não tenha revelado muitas informações sobre atividades políticas ou criminais dos palestinos de Gaza, serviu como uma “observação do cotidiano” (Feldman, 2007c, p. 416, tradução nossa), isto é, uma vigilância diária que a um só tempo permitia e limitava a participação cívica. O contexto da época era de conflito de alguns Estados árabes com Israel e um momento de “guerra suspensa” em que o desenvolvimento de aparatos de segurança, policiamento e vigilância era encorajado. Sob o governo de Nasser e seu nacionalismo árabe, alguns partidos políticos eram vistos como ameaças à unidade nacional, portanto eram objetos de policiamento. As práticas egípcias de vigilância da vida cotidiana – política ou não – modelavam o comportamento dos habitantes de Gaza, ambos refugiados e nativos. Assim, a vigilância egípcia era um dos poucos serviços que não distinguiam os palestinos de Gaza em

refugiados e nativos. Tratava-se de uma forma de controle social em que a mera possibilidade de vigilância já determinava o comportamento de certas pessoas. Com isso, a administração egípcia era capaz de prever uma potencial crise social e política (Feldman, 2007c).

De maneira geral, a atividade política em Gaza foi cerceada durante a administração egípcia. No caso de Gaza, os partidos mais proeminentes eram a Irmandade Muçulmana – da qual surgirá o Hamas em 1987 – e o Partido Comunista. Eventos políticos como a tentativa de assassinato de Nasser por um membro da Irmandade Muçulmana, em 1954, e a revolução iraquiana de 1958, levaram à vigilância e repressão de ambos os partidos (Feldman, 2007c, p. 417). O único partido permitido em Gaza foi criado apenas em 1959, a União Nacional, que pregava as premissas do nacionalismo árabe (Feldman, 2005b, p. 9). A organização política palestina em Gaza se tornaria mais ativa em 1964, com a criação da Organização para a Libertação da Palestina (OLP).

Durante um breve período da administração egípcia, a Faixa de Gaza foi ocupada militarmente pelos israelenses. Em 1956, o presidente egípcio Nasser nacionalizou o canal de Suez, importante rota de passagem comercial no Mediterrâneo que por muito tempo esteve sob domínio inglês e francês. Na ocasião da nacionalização, Inglaterra, França e Israel orquestraram uma invasão ao Egito, com Israel ocupando Gaza com base na justificativa de reprimir e eliminar os ataques que sofriam dos *fedayin* baseados na região (Gelvin, 2017, p. 205). A ocupação durou de novembro de 1956 a março de 1957, um breve período que ficou marcado por dois grandes massacres nos campos de refugiados de Khan Younis e Rafah. Cerca de 1200 palestinos morreram, mil fugiram e 239 desapareceram (Filiu, 2014b, p. 53; Masalha, 1996, p. 57). Israel só se retirou por pressão dos EUA, grande potência que liderava o bloco ocidental durante a Guerra Fria. Contudo, a experiência da ocupação israelense de Gaza fez com que os militares aprendessem técnicas de gestão populacional que seriam utilizadas na ocupação de 1967 (Gordon, 2008, p. 10). Exemplos incluem os planos de substituir a moeda egípcia pela moeda israelense, a formação de um conselho municipal com lideranças locais submissas às políticas israelenses e a formação de um comitê para investigar a possibilidade de reassentar os refugiados palestinos que moravam em Gaza para outras localidades (Masalha, 1996, p. 60).

Além disso, o aumento das tensões nas relações entre Egito e Israel trouxeram mudanças e consequências para a Palestina em geral e Gaza em particular. Talvez a mais importante delas tenha sido a própria criação da OLP, com apoio financeiro e militar do Egito, como uma organização formal que lideraria a luta pela libertação nacional palestina em caráter secular. A OLP surge em 1964, composta por diversos movimentos e partidos políticos palestinos, com destaque para o Fatah, que havia sido criado em 1959. Liderada por Yasser Arafat, a OLP

passaria a ser uma representante dos interesses nacionalistas palestinos, atuando por meio de negociações e/ou resistência armada (Gelvin, 2017). A OLP atuou por muito tempo no exílio, principalmente no Líbano, banida de Israel e considerada um grupo terrorista pelos EUA. A organização só seria reconhecida por Israel e aliados como representante oficial do povo palestino na década de 1990, no contexto das negociações de paz dos Acordos de Oslo.

Em geral, as mudanças ocorridas em Gaza durante o período da administração egípcia consolidaram as características principais da região que permanecem até hoje: a sua população composta em grande maioria por refugiados palestinos e a dependência em relação às agências de ajuda humanitária internacional. Em termos políticos, entre 1948 e 1967, Gaza esteve “sob autoridade egípcia, mas sob soberania de ninguém” (Feldman, 2008b, p. 448, tradução nossa), o que irá mudar radicalmente em junho 1967, quando Israel ocupa militarmente os TPO.

### **3.3 A ocupação israelense dos TPO e a instauração do governo militar (1967)**

Em junho de 1967, um novo capítulo se abria na história da Questão Palestina/Israel. Se, durante a administração egípcia, a Faixa de Gaza vivenciou um período em que os colonos sionistas não estiveram fisicamente presentes naquele território, isso mudaria após a Guerra dos Seis Dias. A partir de então, Israel ocupou militarmente a Cisjordânia, incluindo Jerusalém Oriental, e a Faixa de Gaza, que passaram a ser chamadas de Territórios Palestinos Ocupados (TPO). Como veremos ao longo desta seção, a ocupação de 1967 significou uma série de mudanças no espaço, na população e nos recursos dos TPO em geral e da Faixa de Gaza em particular (Western, 2017).

A ocupação israelense dos TPO foi um dos resultados da Guerra dos Seis Dias, conflito armado entre Israel, Síria, Egito e Jordânia durante os dias 5 a 10 de junho de 1967. Ao final do conflito, Israel ocupava as Colinas de Golã, anteriormente sob poder sírio; a península no Sinai, que assim como Gaza estava sob controle egípcio; e a Cisjordânia, anteriormente ocupada pela Jordânia (Mapa 6 a seguir). Não é objetivo desta tese esmiuçar todo o processo da guerra. Para os propósitos da pesquisa, vale destacar os resultados da guerra para o espaço, a população e os recursos de Gaza e como a ocupação dos TPO esteve e ainda está intimamente atrelada aos objetivos estratégicos do colonialismo por povoamento sionista, cujo objetivo central, como já vimos, é estabelecer um Estado de maioria judaica em todo o território da Palestina histórica.

Nas primeiras décadas da ocupação, os esforços eram de integração da sociedade palestina e israelense, tendo em vista a colonização e exploração daquele espaço. A partir dos anos 1990, porém, a tática israelense foi mudando, dando lugar à política de separação, cujo



exemplo exímio é a Faixa de Gaza. Em 1968, Israel auxiliou os palestinos de Gaza a plantarem 618 mil árvores e ofereceu diversas sementes para os agricultores da região aumentarem e melhorarem sua produção agrícola. Essa atitude mudou radicalmente a partir da Segunda Intifada (2000), quando as forças israelenses destruíram 10% da área agricultável de Gaza (Gordon, 2008, p. 2).

**Mapa 6** – Territórios ocupados por Israel após a Guerra dos Seis Dias (1967)



Fonte: Erakat (2019a, p. 66)

Uma das primeiras ações foi adotar um regime militar para lidar com a população palestina ocupada – isto é, para administrar a população enquanto um problema político, como

diz Foucault (2008) ao elaborar a noção de governamentalidade. O Estado israelense se aproveitou das leis existentes antes da ocupação, como as leis do mandato britânico, da administração egípcia e da ocupação jordaniana, mas adicionou sua própria matriz de ordens militares e instaurou um sistema de governança interna. Neste regime, o comandante militar reunia diversos poderes: de ativar, cancelar ou suspender leis.

Exemplos incluem restrições na liberdade de circulação e proibições de atividades políticas contra a ocupação. Manifestações a favor do Fatah ou qualquer outro grupo que reivindicasse o nacionalismo palestino eram brutalmente reprimidas. Os decretos militares determinavam a necessidade de licenças para construção de casas, abertura de negócios, prática de atividades do Direito e da Medicina, trabalhar no setor público, além de determinar quais tipos de frutas e vegetais um habitante poderia plantar. Quem violasse os decretos seria punido com sanções criminais. Em outras palavras, o regime militar afetava diversas esferas da vida cotidiana dos palestinos dos TPO. O regime também impunha toques de recolher, demolia casas, deportava lideranças palestinas e torturava palestinos detidos em prisões administrativas, isto é, aquelas que prendiam sem julgamento. Em adição, Israel expandiu os seus serviços secretos para os TPO, o que permitiu a prática cotidiana da vigilância (Gordon, 2008).

Nas duas primeiras décadas da ocupação, o regime militar israelense funcionava por meio de arbitrariedade e uma temporalidade que se fazia parecer incerta. Além de tornar a ocupação “invisível”, o objetivo era fazer com que ela parecesse temporária, mesmo que não houvesse qualquer previsão de desocupação. Não é à toa que se utilizava muito mais o termo ocupação do que colonização (Gordon, 2008, p. 24), embora o avanço da construção de assentamentos israelenses e desapropriação de lares palestinos demonstrasse que o empreendimento colonial estava a todo vapor. Essa incerteza rege o cotidiano dos palestinos do TPO, em geral, e da Faixa de Gaza, em particular, até hoje. Como veremos no Capítulo 5 desta tese, o regime de mobilidade humana e de produtos relega os habitantes de Gaza a um estado de permanente incerteza quanto às decisões das autoridades israelenses.

É inclusive no início da ocupação que surge o Coordenador de Atividades Governamentais nos Territórios (COGAT), autoridade vinculada ao Ministério da Defesa de Israel e que desde então é responsável por lidar com os assuntos civis dos TPO. Após os Acordos de Oslo, o COGAT passou a coordenar essas atividades com a Autoridade Palestina. Atualmente, na Faixa de Gaza no pós-desengajamento, embora Israel argumente não mais ocupar a região, o COGAT ainda é responsável por diversos setores, principalmente a coordenação da passagem de pessoas e produtos na fronteira de Gaza. O COGAT funciona

quase que como uma autoridade soberana, pois no limite é ele que decide tudo que entra e sai de Gaza com base em alegações de segurança nacional, como veremos nos Capítulos 5 e 6.

Segundo Gordon (2008, p. 25, tradução nossa), a ocupação israelense dos TPO não é garantida apenas pela força militar, mas principalmente por um “aparato jurídico-burocrático colossal” aplicável apenas à população palestina. Os colonos judeus, por sua vez, respondem às leis civis do Estado de Israel. Isso esteve baseado na distinção entre o espaço – a terra que militarmente ocupada – e seus habitantes nativos, isto é, a população palestina. A célebre analogia feita pelo então primeiro-ministro israelense, Levi Eshkol, de que se desejava o dote, mas não a noiva, é exemplo claro da racionalidade do colonialismo por povoamento. Com efeito, uma das justificativas para a não anexação *de jure* dos TPO era que, se de fato ela ocorresse, o Estado israelense teria que incorporar mais de um milhão de árabes aos seus dois milhões e meio de cidadãos judeus, o que constituía uma ameaça demográfica.

Os eventos de 1967 também levaram à elaboração de um novo mapa conceitual do território de Palestina/Israel (Hartmann Pacheco, 2020). O chamado Plano Allon, elaborado por Yigal Allon, na época ministro do Trabalho (1961-68) e posteriormente da Imigração (1968-69), indicava quais áreas da Palestina, principalmente da Cisjordânia, seriam anexadas pelos israelenses e cedidas aos jordanianos. No caso da Faixa de Gaza, 75% da região seria anexada. A preocupação de Allon era com segurança e demografia, de forma que o plano previa a inclusão do menor número possível de palestinos nas terras que seriam anexadas por Israel, além da construção de assentamentos judaicos e bases militares israelenses (Shlaim, 2004, p. 315). As fronteiras de defesa estabelecidas pelo Plano Allon englobavam quase a totalidade dos TPO, o que significava, ao cabo, que a aderência ao plano minava a perspectiva de “terra por paz” orquestrada pela Resolução 242 da ONU (Erakat, 2019a).

De acordo com Hartmann Pacheco (2020, p. 57), a Resolução 242 da ONU, aprovada pelo Conselho de Segurança em novembro de 1967, materializava uma representação do espaço palestino e “definiu os caminhos de um novo consenso de como o território seria moldado, entendido e manipulado”. De modo geral, a Resolução 242 determina a retirada das forças israelenses dos territórios ocupados, o fim do estado de beligerância, o reconhecimento da soberania, integridade territorial e independência política dos Estados e o direito de viverem pacificamente com fronteiras reconhecidas e seguras. Interessante notar que a resolução é um tanto vaga quanto à definição dos territórios que devem ser desocupados pelos israelenses. Não há qualquer menção aos palestinos, seja como território ocupado ou como protagonistas do conflito (Gelvin, 2017, p. 209). O documento determina a “retirada das forças armadas israelenses dos territórios ocupados no recente conflito” (UNSC, 1967, tradução nossa). Em

outras palavras, a discussão no âmbito internacional não era mais a existência de Israel. Mais do que isso, a própria questão dos refugiados palestinos de 1948 ficou em segundo plano. O que se discute a partir de então é a solução de dois Estados, com destaque à formação do Estado palestino formado apenas por Cisjordânia e Faixa de Gaza. Essa discussão só será aprofundada de fato em âmbito internacional na ocasião dos Acordos de Oslo, de 1993.

Entre 1967 e 1987, os esforços israelenses estiveram mais voltados à normalização da ocupação por meio da pacificação dos palestinos. Assim que a guerra acabou, o Estado israelense iniciou uma série de levantamento de dados estatísticos e um inventário da quantidade de televisões, geladeiras, tratores e cabeças de gado havia nos TPO. Os israelenses também fizeram uma avaliação dos hábitos nutricionais da população e calculou o valor nutricional da cesta básica palestina (Gordon, 2008, p. 9). Trata-se de uma tática de biopoder e governamentalidade que compreende a população como problema político e sobre a qual as políticas de organização da vida são direcionadas. Esse conhecimento foi crucial para o funcionamento das instituições de governança colonial, seja a nível individual ou coletivo. Afinal, a população, como nos diz Foucault (2008, p. 56), é tanto o sujeito quanto o objeto sobre o qual são “dirigidos os mecanismos para obter sobre ela certo efeito [...] já que é a ela que se pede para se comportar deste ou daquele jeito”. Isto é, os mecanismos de controle da população palestina nas primeiras décadas da ocupação tinham como objetivo certo comportamento, no caso a pacificação dos nativos.

Com base em documentos do governo israelense que foram desclassificados e liberados ao público nos últimos anos, Shafer Raviv (2020) investigou os esforços de pesquisa social feito por acadêmicos e oficiais israelenses com vistas à administração da população palestina recém-ocupada, que contabilizava cerca de um milhão. Em um clássico exemplo da combinação entre conhecimento e poder, uma equipe de pesquisadores foi formada ainda em julho de 1967 para produzir conhecimento sobre a sociedade palestina para fins militares e governamentais. Isso significa que houve uma parceria entre elites políticas, militares e acadêmicas que resultou na elaboração de *polícies* de acordo com os estudos produzidos e a orientação ideológica por trás das ambições sionistas para o território palestino.

A equipe de oito pesquisadores<sup>16</sup> foi formada por Eshkol e denominada de Comitê para o Desenvolvimento dos Territórios Administrados (CDAT). Em reunião do dia 16 de julho de 1967, Eshkol (*apud* Shafer Raviv, 2020, tradução nossa) explicou que o “comitê estudará os

---

<sup>16</sup> Todos os pesquisadores do CDAT – demógrafos, matemáticos, sociólogos e economistas – tinham ligações pessoais ou profissionais com a elite política, tendo já trabalhado em ministérios do governo israelense (Shafer Raviv, 2020, p. 174).

aspectos econômicos e sociológicos do império inteiro. Há um milhão e meio de árabes em adição aos árabes que já estão conosco, como isso funcionará?”. Em outras palavras, o CDAT fora criado para servir de base à formulação das *policies* israelenses para os TPO. Essas *policies* eram de longo prazo, diferentemente do que fazia a administração egípcia em Gaza.

Os temas investigados por meio de entrevistas, questionários, observações e produção de estatísticas envolviam, entre outros, emprego, educação, valores morais, nacionalismo, migração e comunicação. O objetivo era juntar informações demográficas, sobre práticas e costumes cotidianos e visões de mundo. Nas entrevistas, os pesquisadores perguntavam, por exemplo, qual foi a razão para a pessoa ter saído de seu lar em 1948 e no que ela estava pensando na época; se a pessoa geralmente faz suas refeições com outros membros da família (Shafer Raviv, 2020, p. 166-167); se ela vê o Estado israelense como inimigo mesmo após observando os benefícios do estilo de vida moderno; se há perspectiva de emigração ou retorno (Shafer Raviv, 2020, p. 174), entre outros. Essas perguntas visavam medir e avaliar a aderência a valores modernos ou tradicionais na sociedade palestina.

Com base na teoria da modernização, os acadêmicos do CDAT buscavam identificar o grau de aproximação aos valores da modernidade ocidental, notadamente os processos de mudança na economia, na política e na sociedade. Os elementos tradicionais diziam respeito às comunidades rurais, religiosas e iletradas, ao passo que os elementos modernos se referiam ao grau de instrução educacional, estilo de vida urbano e secular, mais presente na juventude (Shafer Raviv, 2020, p. 165). Com isso, os israelenses se aproximavam da tendência estadunidense, durante a Guerra Fria, de exportar valores ocidentais a fim de apoiar o estabelecimento de Estados estáveis nas regiões de interesse americano, sendo o Oriente Médio uma delas. No entanto, a teoria da modernização usada como paradigma e política em Israel na verdade expressava a tendência contrária – os palestinos mais jovens, modernos e educados estavam muito mais ligados aos valores do nacionalismo palestino (Shafer Raviv, 2020, p. 170), que estava crescendo após a criação da OLP. O desafio, portanto, era combinar valores tradicionais e modernos a fim de pacificar mais de um milhão de palestinos sob ocupação.

Os relatórios analisados por Shafer Raviv (2020) indicam três preocupações norteadoras da pesquisa do CDAT em Gaza: (i) pacificação, (ii) demografia e (iii) *status* dos refugiados palestinos de 1948. Era de interesse primordial manter a população palestina pacificada e normalizar a vida civil e a ocupação (Gordon, 2008). Para tanto, o Estado israelense começou a implementar uma série de políticas voltadas ao desenvolvimento econômico e à integração econômica entre palestinos e israelenses. Algumas medidas foram o treinamento agrícola para

fazendeiros e treinamento de eficiência no atendimento para funcionários dos comércios locais (Shafer Raviv, 2020, p. 169).

Em relação às preocupações demográficas e *status* dos refugiados palestinos, é possível afirmar que a ocupação de 1967 reviveu as alegações sobre a ameaça demográfica representada pelo número de palestinos sobre domínio israelense. Só na Faixa de Gaza havia 400 mil palestinos antes da eclosão da Guerra dos Seis Dias, a maioria refugiados de 1948. Para garantir que a balança demográfica fosse favorável à população judaica – isto é, que o Estado israelense fosse composto majoritariamente por judeus –, o CDAT buscou soluções como o incentivo à emigração dos palestinos para países árabes da região, como a Jordânia. Os oficiais israelenses chegaram a providenciar gratuitamente ônibus que atravessavam a Ponte Allenby, na fronteira da Cisjordânia com a Jordânia, que transportava palestinos que desejavam emigrar e encontrar as suas famílias que estavam na Jordânia, ou pelo menos trabalhar no país e enviar dinheiro para a família que permaneceu nos TPO.

Vale lembrar que, em Gaza, a preocupação maior era com a grande quantidade de refugiados, que eram basicamente administrados pela UNRWA. Logo, a resolução do problema dos refugiados palestinos estava intimamente ligada ao *status* político da Faixa de Gaza (Shafer Raviv, 2021). Ainda nos primeiros meses após a ocupação de 1967, o Estado israelense elaborou tentativas de emigração dos palestinos para reduzir a população da Faixa de Gaza. Os documentos oficiais desclassificados recentemente e analisados por Shafer Raviv (2021) revelam uma reelaboração da ideia de transferência – eufemismo para expulsão, como argumentado por Masalha (2021). Essa postura decorreu, em grande parte, de uma necessidade de evitar as críticas internacionais a uma nova limpeza étnica, bem como de manter ou até mesmo aumentar o apoio dos EUA.

Diferentemente do período pré e durante a Nakba, a expulsão durante os primeiros anos da ocupação israelense em Gaza esteve ligada à implementação de políticas econômicas. O objetivo, em primeiro lugar, era precarizar as condições de vida na região para que seus habitantes emigrassem de forma “voluntária”. Isso ocorreria naturalmente diante da alta taxa de desemprego e a baixa qualidade de vida, principalmente para os refugiados. No primeiro ano da ocupação, essa política levou à emigração de cerca de três mil palestinos de Gaza. Contudo, em 1968, a Jordânia baniu a entrada dos palestinos de Gaza, e Israel se viu obrigado a mudar a sua tática. Foi no início de 1969 que o Estado israelense começou a adotar políticas de desenvolvimento para Gaza, a fim de pacificar a população e diminuir a aderência ao movimento de resistência nacional palestino. Os incentivos econômicos israelenses para os palestinos de Gaza envolviam ofertas de trabalho na agricultura e na construção de uma rodovia

ao longo do Mar Morto; bolsa de 35 libras israelenses – o equivalente a um salário semanal em Gaza – para todo refugiado palestino que migrasse para o Vale do Jordão; e cestas básicas para famílias inteiras que emigrassem de Gaza (Shafer Raviv, 2021). O então primeiro-ministro Eshkol estava tão otimista que estimou que 80% dos refugiados palestinos em Gaza emigrariam por conta própria, diante da situação socioeconômica precária, e os 20% restantes receberiam os incentivos econômicos para saírem de Gaza (Shafer Raviv, 2021, p. 349).

Contudo, os israelenses precisavam lidar com a resistência palestina, seja ela armada ou baseada na desobediência civil ou no *sumud*<sup>17</sup>. Em fevereiro de 1969, Israel passou a permitir que palestinos de Gaza trabalhassem em Israel como trabalhadores manuais e com pouca qualificação – os trabalhadores da Cisjordânia já tinham permissão desde 1968. Isso fez com que o número de trabalhadores palestinos de Gaza em Israel crescesse de 6 mil, em 1970, para 36 mil, em 1980. O trabalho em Israel, por oferecer salários maiores em comparação aos de Gaza, contribuiu para uma certa melhoria no padrão de vida – por exemplo, o número de lares com geladeiras passou de 5,7% para 66,2% de 1972 a 1981. Para os palestinos de Gaza, porém, a melhoria na qualidade de vida ajudava na manutenção do *sumud* (Shafer Raviv, 2021, p. 353).

Os esforços para fazer a população de Gaza emigrar continuaram. Dessa vez, porém, o público-alvo era a juventude educada, que cada vez mais se aproximava da luta por libertação nacional encabeçada pelo Fatah e pela OLP. Para tanto, o então ministro da Defesa, Moshe Dayan, permitiu a volta da utilização de livros escolares egípcios<sup>18</sup>, pois se os palestinos de Gaza seguissem o currículo escolar israelense, eles não poderiam se matricular em universidades do Egito. Ao aprovar a utilização dos livros egípcios, portanto, os palestinos poderiam emigrar de Gaza e adquirir educação no ensino superior do Egito. Em 24 de abril de 1969, em uma reunião do Comitê Ministerial para os Territórios, Dayan previu que se esse incentivo desse certo, cerca de seis mil jovens de Gaza emigrariam anualmente para o Egito:

Se der certo, e vamos supor que haja um subsídio financeiro e pagamento parcial das despesas de viagem, então 5.000 a 6.000 desses jovens iriam [todos os anos] e esperamos nunca mais vê-los de volta [aqui]. Se estamos preparando planos de emigração, **essa emigração é a mais importante, porque essa multidão é a mais turbulenta** [...]. Como eu disse antes, essa é a minha razão para apoiá-la [a política], **para me livrar deles**, porque **a Faixa**

<sup>17</sup> O *sumud*, palavra árabe sem tradução direta para o português, é uma prática de resistência palestina baseada na permanência no espaço, na terra nativa, apesar das dificuldades impostas pelo poder colonial. Em inglês, *sumud* é traduzido em geral como *steadfastness*, que remete à ideia de firmeza. Na resistência palestina, o *sumud* é um ato cotidiano, espacial e sobretudo político adotado como estilo de vida por parte dos palestinos. O *sumud* é a prática de recusar o desenraizamento forçado (Busse, 2022).

<sup>18</sup> Em 1967, as autoridades israelenses baniram o uso de livros egípcios em escolas palestinas, com a justificativa de que eles continham retórica anti-Israel (Shafer Raviv, 2021, p. 351).

**de Gaza é um lugar de onde as pessoas têm que ser removidas.** (Shafer Raviv, 2021, p. 351, tradução nossa, grifos nossos).

Esta citação de Dayan revela que Gaza já estava sendo vista como um grande problema ou ameaça demográfica, pois a sua população era a “mais turbulenta”, em comparação à Cisjordânia. Dayan também aponta que a Faixa de Gaza é um território do qual as pessoas devem sair, uma concepção que mudará radicalmente a partir dos anos 2000, com o desengajamento de Gaza. Como veremos no Capítulo 5, na seção sobre o regime de mobilidade, Gaza se tornará um espaço de expulsão, para o qual os palestinos devem se mudar e permanecer.

O plano de emigração proposto por Dayan foi aceito pela maioria dos ministros e, com mediação da UNESCO, Israel e Egito chegaram a um acordo em que este garantiria a matrícula de 1,5 mil a 5 mil palestinos de Gaza em universidades egípcias. Entre 1970 e 1978, cerca de 1,5 mil palestinos de fato se matricularam em instituições de ensino superior egípcias, o que parou de acontecer nas vésperas do acordo de paz entre Egito e Israel, assinado em 1979, por conta das grandes demonstrações de insatisfação por parte dos palestinos de Gaza, o que levou o presidente egípcio a cancelar o programa (Shafer Raviv, 2021, p. 351).

A resistência à ocupação era violentamente reprimida pelas forças israelenses. A Lei 112 de 1945, parte dos Regulamentos de Emergência de Defesa (DER) adotados durante o Mandato Britânico e mantidos por Israel, foi reforçada. Esta lei permitia a deportação dos palestinos considerados ameaças ao Estado. Segundo Lesch (1979), 1,151 foram deportados entre 1967 e 1978, sendo 1970 o pico das deportações e Gaza o distrito de origem da maioria dos deportados. As autoridades militares dividiram os deportados em cinco categorias: incitadores ou deportados por razões de segurança; infiltradores ou pessoas de países árabes que tinha sido sentenciadas por terrorismo ou ofensas à segurança; infiltradores terroristas; pessoas que escolheram migrar em lugar de completar o tempo de prisão; prisioneiros cuja libertação foi negociada com um Estado árabe (Lesch, 1979, p. 102-103). Em outras palavras, as deportações ocorriam como forma de punição àqueles que demonstravam algum tipo de resistência mais violenta e para diminuir a superlotação das prisões de Gaza e Ashkelon. Vale mencionar que a maioria dos detidos e deportados não eram as lideranças do movimento de resistência, mas suspeitos e suas famílias (Lesch, 1979, p. 110).

Gaza era o distrito de origem da maioria dos deportados justamente porque nos 1970 a resistência na região adotava táticas mais agressivas do que as articuladas na Cisjordânia, que consistiam majoritariamente atos de desobediência civil. Quando saíram de Gaza, os egípcios deixaram grandes quantidades de armamentos que foram utilizados pelo Exército de Libertação da Palestina, braço armado da OLP. Isso permitia que as lideranças da OLP, que viviam nos



campos de refugiados de Gaza, orquestrassem e conduzissem ataques às forças israelenses (Lesch, 1979, p. 110). Em 1971, Israel já tinha conseguido suprimir a resistência armada de Gaza com base nas medidas coercitivas voltadas à supressão de todas as formas de resistência caracterizadas como insurgência (Gordon, 2008, p. 50-51). Neste mesmo ano, os campos de refugiados em Gaza ficaram sob toque de recolher durante 24 horas por dia (Roy, 1988, p. 67).

As ações repressivas eram complementadas pelas políticas de desenvolvimento com vistas a instaurar um poder produtivo e pacificar a população palestina. Isso ocorreu por meio da integração econômica entre Israel e os TPO. No caso da Faixa de Gaza, cuja população era majoritariamente refugiada e onde os campos de refugiados concentravam a resistência armada, os esforços de pacificação foram voltados à oferta de postos de trabalho, a fim de que as condições socioeconômicas da região melhorassem e aqueles que vivessem em condições precárias não aderissem ao movimento de resistência nacional palestino (Gordon, 2008, p. 87). Essa tática mudaria radicalmente após a eclosão da Primeira Intifada, em 1987.

As políticas de integração e desenvolvimento econômico permitiram que a taxa de desemprego caísse de 13% para 1% na Faixa de Gaza entre 1968 e 1975 (Efrat, 2006, p. 174). Em termos de infraestrutura e recursos, Israel tomou controle das linhas telefônicas, da infraestrutura elétrica e do acesso a água. Três anos após a Guerra dos Seis Dias, a Faixa de Gaza contava com 24 mil lares com acesso a energia elétrica, em comparação aos cinco mil pré-ocupação (Gordon, 2008, p. 65). Embora elas significassem certo nível de prosperidade e melhoria nas condições de vida, essas políticas econômicas representavam, acima de tudo, uma forte dependência dos palestinos em relação a Israel (Roy, 1988).

O crescimento econômico de Gaza não veio acompanhado do desenvolvimento, e sim do de-desenvolvimento (Roy, 1987; 1988). Isto porque os setores-chave da economia local, notadamente agricultura e, em menor medida, indústria, foram colocados em desvantagem em relação aos produtos subsidiados e mais baratos de Israel, que entraram no mercado de Gaza em grandes volumes e preços competitivos. Somado a isso, Israel tomou controle de um terço das terras de Gaza, grande parte delas produtivas, sobretudo após o incentivo à construção dos assentamentos no final dos anos 1970. Vale mencionar também as restrições à exportação de produtos de Gaza para o mercado israelense, exceto produtos não competitivos, como morangos, abobrinha e beringelas. Além disso, logo após a guerra de 1967, as exportações de Gaza para os mercados ocidentais foram proibidas. No máximo, Gaza conseguia exportar por meio da Jordânia e para os países da COMECON, organização econômica dos países comunistas que existiu durante a Guerra Fria (Gelvin, 2017; Lesch, 1985; Roy, 1988).

De 1970 a 1985, a força de trabalho palestina de Gaza em Israel cresceu em 600%, passando de 10% para 45%. Esses números são apenas os registrados e não contam os trabalhos informais, que também aumentaram substancialmente. A maior parte dos salários não vinha da produção interna, mas do trabalho dos palestinos de Gaza em Israel ou em empresas israelenses subcontratadas em Gaza (Lesch, 1985). Logo, as fontes de renda eram majoritariamente externas e o dinheiro ganhado não era reinvestido. O campo industrial, por exemplo, era muito fraco: até 1985, a Faixa de Gaza contava com apenas 14 fábricas que produziam papel higiênico, biscoitos, cadernos, refrigerantes e pacotes para transporte de laranjas. Durante os anos de ocupação, a indústria não foi desenvolvida, tampouco recebeu inovações estruturais (Roy, 1988). Diante disso, embora tenham produzido um crescimento econômico limitado, as políticas israelenses para Gaza nas primeiras décadas de ocupação não resultaram no desenvolvimento econômico (Lesch, 1985). Na verdade, elas contribuíram para “minar a habilidade da economia de Gaza de criar a infraestrutura necessária para um crescimento econômico sustentado” (Roy, 1988, tradução nossa).

Vale pontuar que, apesar de Israel abrir seu mercado para os trabalhadores de Gaza, isso não significava necessariamente que as condições de trabalho eram adequadas. Os palestinos de Gaza que trabalham em Israel não podiam permanecer dentro do território estatal entre as uma e cinco da manhã. No entanto, para não perder tempo fazendo a trajetória Gaza-Israel, muitos trabalhadores passavam a noite ilegalmente no país em condições precárias: dormiam em locais de construção, no chão de restaurantes, em ônibus abandonados, nos campos de laranja ou até mesmo em barracas dos fazendeiros (Lesch, 1985, p. 48).

Em análise das políticas israelenses voltadas para Gaza nos vinte primeiros anos da ocupação, Mandell (1985) e Roy (1988) chegam à conclusão de que a Faixa de Gaza foi se tornado a Soweto<sup>19</sup> de Israel, isto é, um espaço segregado, baseado em um regime de apartheid que separa etnicamente os colonos e os colonizados. Estes basicamente servem como mão-de-obra barata e não possuem direitos. Para Mandell (1985), nos anos 1980 Gaza já era uma espécie de gueto. Isso foi ficando cada vez mais claro após a expansão dos assentamentos em Gaza, impulsionada no final dos anos 1970. A visita a Jerusalém, em 1977, do então presidente egípcio Anwar Al Sadat, que governou entre 1971 e 1981, significou para muitos palestinos de Gaza um certo abandono do apoio do Egito à futura libertação dos palestinos. No final de 1977, havia apenas 500 colonos vivendo na Faixa de Gaza, o que mudou drasticamente até 1983,

---

<sup>19</sup> Soweto é a sigla de *South Western Townships*, ou Bairros do Sudoeste, em referência ao conjunto bairros habitados por negros de Joanesburgo durante o regime de apartheid na África do Sul.

quando os israelenses confiscaram mais de 30% da terra da região (Mandell, 1985). A expropriação de terras, majoritariamente agricultáveis, foi acompanhada da construção de novos assentamentos israelenses, em um momento em que o Likud chegou pela primeira vez ao poder, em 1977. O primeiro-ministro, Menachem Begin, apoiou os planos de seu ministro da Agricultura, Ariel Sharon, a expandir as colônias judaicas na Cisjordânia e na Faixa de Gaza, o que o tornou conhecido como o “pai dos assentamentos”.

Os assentamentos israelenses foram estabelecidos em três regiões principais: a área norte, perto da fronteira com Israel, e os blocos de Nezarim e Katif (Efrat, 2006). Até 2005, antes do desengajamento, havia 21 assentamentos judaicos em Gaza. Diferentemente das táticas adotadas na Cisjordânia, baseadas na política de verticalidade (Weizman, 2007), os assentamentos israelenses em Gaza não foram posicionados em locais vantajosos ou estratégicos, até porque a região como um todo é historicamente pobre em recursos naturais. O pouco que tinha, como os aquíferos, foram monopolizados pelos colonos, o que também impactou a produção agrícola local, que necessita da extração de água dos aquíferos para irrigação. O regime militar de Israel em Gaza proibiu a abertura de novos poços de águas pelos palestinos, para evitar o excesso de extração e a contaminação pela água do mar (Lesch, 1985). Por conta da precariedade da Faixa de Gaza, o governo israelense teve que fornecer incentivos e subsídios atrativos para que colonos se mudassem para lá (Mandell, 1985). Não surpreendentemente, até 2005 havia apenas 8 mil colonos judeus em Gaza, enquanto na Cisjordânia havia mais de 230 mil e em Jerusalém Oriental mais de 180 mil.

No seção 3.2, vimos como a paisagem da Faixa de Gaza no imediato pós-Nakba foi dominada pelos campos de refugiados palestinos. Com a ocupação de 1967, o regime militar israelense teve de lidar com este problema espacial. Para as autoridades israelenses, os campos eram tratados como um corpo externo que deveria ser removido do mapa de Gaza, por exemplo por meio de sua assimilação aos habitantes nativos. A tentativa de integrar os campos de refugiados em Gaza com os entornos urbanos foi conduzida com vistas a diminuir o *ethos* palestino nacional e as demandas por retorno, ou seja, uma forma de pacificação (Abreek-Zubiedat; Nitzan-Shiftan, 2018). Em outras palavras, a mudança espacial geraria mudança na política de resistência dos refugiados palestinos.

Em 1971, Israel deu início ao esquema de reassentamento dos refugiados palestinos de Gaza, que deveriam se mudar para unidades habitacionais no Sinai ou na própria Faixa de Gaza e abandonar os seus lares nos campos administrados pela UNRWA. Esse esquema era justificado pelas autoridades como uma ação humanitária em sua natureza e em seu objetivo. Contudo, os esquemas de reassentamento – e não repatriação – podem ser compreendidos como

uma *policy* israelense informada pela *politics* sionista. Em sua investigação sobre as demolições de casas e os esquemas de reassentamento dos refugiados palestinos em Gaza, Dahlan (1990) mostra como essa política específica buscava, no fim das contas, expurgar de Gaza a paisagem dos campos de refugiados e, junto com ela, o seu simbolismo do direito do retorno dos palestinos para os seus lares dos quais foram expulsos durante a Nakba. Embora tenha promovido a demolição das casas, essa política falhou em atingir seu objetivo final. Os próprios refugiados se recusavam em aceitar os esquemas de assentamento, visto que ele não resolvia a condição crônica do refúgio (Dahlan, 1990).

Outra tática israelense para aprofundar a crise de habitação e tentar expulsar os refugiados palestinos era conduzir demolições punitivas contra lares de famílias de pessoas que tinham sido acusadas de ofensas à segurança. Embora oficialmente o Estado de Israel afirmasse que as demolições não eram punitivas, o próprio chefe do COGAT, Shlomo Gazit, declarou em uma entrevista que “o ato de explodir casas é essencialmente... uma ação de deterrência, uma punição deveria dissuadir os outros” (Dahlan, 1990, p. 391, tradução nossa). De fato, grande parte das guerrilhas palestinas se organizavam dentro dos campos, e não apenas em Gaza<sup>20</sup>. Contudo, a Faixa de Gaza é o espaço em que mais há refugiados palestinos, atrás apenas da Jordânia. Apenas em 1971, mais de 3,900 famílias tiveram suas casas demolidas nos campos de Gaza. Destas famílias, apenas 1,100 foram reassentadas. Outras casas também foram demolidas em 1982, após a desocupação do Sinai, resultado dos acordos de paz de Camp David entre Israel e Egito, mediado pelos EUA, em 1979. Na fronteira de Gaza com o Egito, o campo de refugiados palestinos na cidade de Rafah foi foco da demolição de casas de 299 famílias, com o pretexto de criação de uma zona tampão. Às famílias foram dado o prazo de uma semana para evacuar (Dahlan, 1990).

Os Acordos de Camp David também abriram caminho para a criação da Administração Civil, em 1981, como uma forma de separar a administração da ação armada organizada e do cotidiano dos palestinos que não representavam ameaça aos israelenses. A Administração Civil contaria com elites palestinas locais em posição de liderança no aparato burocrático, o que

---

<sup>20</sup> Ganhou notoriedade, por exemplo, o caso do massacre aos campos de refugiados palestinos de Sabra e Chatila, no Líbano, em 1982. Na ocasião, o sul do Líbano fora invadido pelo exército israelense. Este, comandado pelo então ministro da Defesa, Ariel Sharon, cercou os campos de Sabra e Chatila a pedido dos falangistas – milícias cristãs – que queriam se vingar da morte do Bashir Gemayel, morto após a explosão de um carro bomba, ação que foi atribuída aos militantes palestinos. O massacre de Sabra e Chatila foi possível com o apoio de Sharon, que na ocasião lhe deu a fama de “o carniceiro de Beirute”. Sharon permitiu o cercamento do campo e a entrada de milícias falangistas do Líbano, que assassinaram cerca de 3 mil refugiados (Ahmed, 2019). O caso também chamou atenção internacional da condição de vida dos refugiados palestinos nos campos.

contribuiria para a normalização da ocupação. Essas lideranças, obviamente, não poderiam estar ligadas à OLP ou outros grupos nacionalistas. Na Cisjordânia, o projeto Liga das Vilas foi o grande exemplo de como lideranças locais opostas à OLP poderiam organizar-se politicamente, com eleições locais, por exemplo, mas sempre com a autorização do poder ocupante (Hartmann Pacheco, 2020, p. 91).

Foi também na tentativa de dar certa autonomia para os TPO que começaram as discussões, encabeçadas pelo então presidente egípcio Sadat, sobre a desocupação de Gaza. Conhecida como “*Gaza First*”, a ideia era que Israel desocupasse Gaza primeiro, o que seria uma concessão que atrairia os palestinos moderados e, eventualmente, a Jordânia, para negociações de paz para a Cisjordânia. Essa ideia seria aprofundada nos Acordos de Oslo, nos anos 1990. Por sua vez, a OLP via “*Gaza First*” não como uma etapa rumo à libertação nacional, mas como uma estratégia de dividir e conquistar e uma forma de Gaza ficar sob influência do Egito (JPS, 1980). Em entrevista, o então prefeito de Gaza, Rashad Shawa, declarou:

Nós insistimos que a Faixa de Gaza e a Cisjordânia sejam tratadas da mesma forma. E nós rejeitamos a ideia de autogoverno ou qualquer outra medida implementada na Faixa de Gaza antes da Cisjordânia, porque sentimos que seria uma medida destinada a enfraquecer a resistência nos territórios ocupados. Nós o rejeitamos completamente. (Shawa *apud* JPS, 1980, p.180, tradução nossa).

Isso significa a recusa em fragmentar o espaço e a população palestina, bem como em aceitar qualquer solução que trataria os TPO como divisíveis. Veremos no próximo capítulo como essa lógica de separação e fragmentação socioespacial será aceita pela liderança palestina, representada pela OLP, durante as negociações do processo de paz de Oslo.

### 3.4 Conclusão

Este capítulo buscou compreender como a fundação da *politics* sionista orienta a implementação das *policies* de dominação socioespacial da Palestina em geral, e de Gaza em particular. Identificamos que as preocupações demográficas e geográficas estiveram presentes desde o início do movimento sionista de colonização da Palestina. A genealogia da construção socioespacial de Gaza desde o surgimento do movimento sionista até as duas primeiras décadas de ocupação revela que a implementação de *policies* de transferência, de destruição de vilas palestinas, de criação de legislação discriminatória, das tentativas de emigração, entre outras, é uma extensão lógica da ideologia, da *politics* sionista. Logo, foi possível observar que as *policies* mudavam de acordo com as necessidades do contexto, mas sempre respondiam ao

enquadramento ideológico sionista. Em outras palavras, as táticas foram se adaptando às circunstâncias, mas em geral estiveram direcionadas ao objetivo final de reduzir a população árabe para que a população judaica estivesse em maioria demográfica.

Desde o início da ocupação de 1967, as políticas israelenses para a Faixa de Gaza eram baseadas em um processo de de-desenvolvimento, que foi se intensificando ao longo das décadas. Em poucos e breves momentos, o poder ocupante israelense até tentou estabelecer alguma espécie de desenvolvimento na região, embora com o objetivo de pacificar a resistência e normalizar a existência da ocupação. Gordon (2008) argumenta que a alteração das *policies* ou táticas israelenses para os TPO das duas primeiras décadas da ocupação em relação às décadas seguintes revela uma mudança de uma política da vida para uma política da morte. Concordamos com o autor, visto que, conforme abordado no próximo capítulo, a partir de 1987 as políticas israelenses direcionadas a Gaza serão voltadas para o de-desenvolvimento da região, bem como ao seu gradual isolamento e fechamento em relação a Israel e os demais TPO, o que irá colocar a população de Gaza em situações limítrofes de vida e morte de forma cotidiana, principalmente a partir do desengajamento de 2005.

## **4 O PRELÚDIO DO ISOLAMENTO DA FAIXA DE GAZA: DA PRIMEIRA INTIFADA AO DESENGAJAMENTO ISRAELENSE (1987-2005)**

Este capítulo analisa as principais contradições do colonialismo por povoamento na Faixa de Gaza que emergem a partir da eclosão da Primeira Intifada (1987), momento que marca a implementação de uma série de políticas de fechamento do mercado israelense para os trabalhadores da região e de restrição da circulação de pessoas e produtos para Israel e outras partes da Palestina, caracterizando, assim, o prelúdio do isolamento de Gaza. As contradições se revelam por meio do gradual “abandono” da exploração do trabalho palestino de Gaza, chegando, em 2005, à contradição central: a retirada de todos os assentamentos israelenses, pela primeira vez, de um território palestino ocupado. Trata-se de uma contradição pois, embora Israel afirme não ter mais qualquer responsabilidade sobre aquela população, uma vez que não há mais israelenses vivendo dentro da Faixa de Gaza, a continuação do controle sobre espaço, fronteiras, recursos e circulação de pessoas e produtos demonstra que o Estado de Israel se mantém como o poder ocupante.

Passamos por outros momentos de inflexão na história da Palestina, em geral, e de Gaza em particular, como os Acordos de Oslo (1993) e a Segunda Intifada (2000), que de certa forma institucionalizaram a fragmentação social, política e espacial dos TPO. Destaque especial é dado ao plano de desengajamento de 2005, às eleições parlamentares que levaram à guerra civil entre Fatah e Hamas e, por fim, à implementação do bloqueio israelense e egípcio da Faixa de Gaza em 2007, momento em que se consolida o isolamento socioespacial de Gaza. Em todos esses processos, buscamos identificar as racionalidades dos principais atores envolvidos, bem como as principais mudanças no espaço, na população e nos recursos da Faixa de Gaza.

### **4.1 A Primeira Intifada como um divisor de águas (1987-1993)**

Conforme exposto no Capítulo 3 desta tese, as primeiras décadas da ocupação israelense da Cisjordânia e da Faixa de Gaza foram marcadas por esforços de desenvolvimento e integração econômica da população ocupada ao poder ocupante, com vistas à sua pacificação. A integração ao mercado de trabalho israelense contribuiu para uma tímida melhora na qualidade de vida da população de Gaza, por conta da oferta de postos de trabalho formais e informais em Israel. Ao mesmo tempo, os primeiros sinais de descontentamento com a ocupação já começavam a surgir, sobretudo com o avanço dos assentamentos israelenses na

Cisjordânia, resultado da política orquestrada, nos anos 1970, pelo então ministro da agricultura Ariel Sharon, que a partir de então ficou conhecido como o “pai dos assentamentos”.

Como todo levante, a manifestação dos palestinos surgiu de um estopim. Em 8 de dezembro de 1987, no campo de refugiados de Jabalia, localizado ao norte da Faixa de Gaza, um acidente entre um tanque de transporte que saía de Gaza e carros de trabalhadores palestinos deixou quatro palestinos mortos e sete severamente feridos. Rumores de que o motorista do tanque era parente de um comerciante israelense que tinha sido esfaqueado até a morte no centro de Gaza rapidamente se espalharam pela região. O funeral dos mortos no acidente, considerado planejado por muitos habitantes de Gaza, reuniu diversos moradores e rapidamente se desdobrou em diversos protestos em massa contra a ocupação israelense nos demais TPO. Os protestos eram feitos diariamente por centenas de palestinos em diversas vilas e cidades palestinas (Gordon, 2008, p. 147).

A Primeira Intifada (1987-1993) pode ser compreendida como o primeiro grande movimento de resistência nacional palestina desde a revolta árabe de 1936. Foi a primeira vez em muito tempo que houve certa unidade nacional da resistência palestina, bem como manifestações contínuas e distribuídas geograficamente. Os protestos se organizavam de duas principais maneiras: de um lado, os palestinos utilizavam pedras e paus contra a força assimetricamente maior dos soldados israelenses. De outro lado, os palestinos se valeram da dependência econômica para praticar atos de desobediência civil, como greves, boicotes a produtos israelenses e recusa em pagar as taxas cobradas pelo poder ocupante.

No campo dos confrontos mais diretos, os palestinos utilizavam paus e pedras – tanto que o levante ficou conhecido como a “Intifada das Pedras” – contra os tanques israelenses. Também eram utilizados pneus queimados e pilhas de lixo para bloquear a passagem das FDI nos campos de refugiados e, assim, expulsar os ocupantes. Em casos raros, os palestinos usaram armas de fogo e coquetéis molotov, mas isso era a exceção. O levante foi duramente reprimido pelas forças israelenses, o que a mídia internacional reverberou fortemente e explicitou a grande assimetria de forças entre israelenses e palestinos na ocupação que se pretendia “iluminada” e “pacífica”. Apenas nas duas primeiras semanas do levante, 800 palestinos foram detidos na prisão de Ansar, na Faixa de Gaza, e 400 nas prisões dentro de Israel (Gordon, 2008, p. 148). Entre 1987 e 1993, o saldo de mortes foi de aproximadamente 1,100 palestinos, 100 civis israelenses e 18 soldados israelenses. Mais de 18 mil palestinos ficaram feridos e 175 mil passaram pelas prisões israelenses, dos quais 23 mil foram torturados. Além disso, mais de 2 mil casas palestinas foram destruídas como punição (Gelvin, 2017, p. 258). Isso contribuiu para revelar à comunidade internacional que a ocupação não era nem um pouco “iluminada”, mas



um regime de apartheid com diversas formas de controle, e impactou negativamente a imagem internacional de Israel.

As políticas econômicas da ocupação israelense para os palestinos já vinham dando sinais de descontentamento e abrindo o caminho para a radicalização da resistência. A alta taxação, o desemprego e exploração dos trabalhadores palestinos dentro de Israel podem ser consideradas as forças motoras da organização política contra a ocupação durante a Primeira Intifada (Gordon, 2008, p. 150). Sendo assim, no âmbito da desobediência civil, os palestinos pararam de pagar as taxas cobradas pelo poder ocupante, organizaram greves de comerciantes, boicotaram a compra de produtos israelenses, entre outras táticas. Com isso, segundo Gordon (2008, p. 155, tradução nossa), “os palestinos esperavam transformar a ocupação de um empreendimento lucrativo para um projeto custoso, o qual teria um alto preço político, econômico e moral”.

Como de praxe, a reação do Estado de Israel foi brutal e desproporcional, inclusive no campo da infraestrutura econômica. É aqui que se delineia o início do isolamento da Faixa de Gaza. Em termos de trabalho, houve grandes danos econômicos aos palestinos de Gaza, pois Israel iniciou a implementação de uma política de fechamento do mercado israelense para os trabalhadores palestinos da região. A força de trabalho palestina de Gaza, muito dependente do mercado de Israel, passou para uma situação de vulnerabilidade, devido à crescente taxa de desemprego, que chegou a 40%. Por conta dessa situação, a fome e a má nutrição passaram a ser problemas cotidianos, especialmente entre as crianças (Roy, 2007, p. 63).

Apesar de o estopim ter se dado em dezembro de 1987, diversas mobilizações pontuais dos palestinos contra a ocupação israelense já estavam ocorrendo pelo menos desde 1982 e foram se tornando mais frequentes a partir de 1985 (Hartmann Pacheco, 2020, p. 103). Afinal, como vimos no capítulo anterior, os palestinos já estavam se organizando institucionalmente via OLP e organizações da sociedade civil, como ONGs. Foi inclusive em meados dos anos 1980 que organizações islâmicas foram ganhando mais adesão e apoio da população palestina. É o caso de organizações sob o guarda-chuva da Irmandade Muçulmana, fundada no Egito em 1928. Nos anos 1970 e 1980, organizações religiosas palestinas recebiam auxílio político e financeiro do próprio Estado de Israel, em uma tentativa de enfraquecer a resistência secular palestina, representada pela OLP (Baconi, 2018; Gordon, 2008).

Logo, os próprios militantes que viriam a fundar o Hamas – o Movimento de Resistência Islâmica –, em 1988, receberam apoio importante de Israel. Os próprios ex-funcionários do governo israelense admitem isso: Yitzhak Segev, que serviu como governador militar de Gaza no começo dos anos 1980, afirmou ao *New York Times* que o governo de Israel ajudou a

financiar o Hamas para que ele servisse de alternativa ou contrapeso à OLP (Hasan, 2018). Isso faz parte da estratégia colonial de dividir e governar, o que de fato surtiu efeitos na sociedade palestina e que levou à fragmentação política, escancarada nas eleições parlamentares de 2006. O pesquisador Mehid Hasan (2018) caracteriza a criação do Hamas e sua posterior transformação em inimigo de Israel como “um tiro que saiu pela culatra”. O Hamas ganhou notoriedade e aderência dos palestinos da Faixa de Gaza, não por conta de sua radicalização e resistência armada, tampouco por sua ideologia religiosa, mas por ter emergido como uma força contra hegemônica em relação ao Fatah. No entanto, a adesão ocorreu principalmente por ter sido um grupo que promoveu serviços sociais e organizou atividades comunitárias em uma região que paulatinamente vivia um de-desenvolvimento (Roy, 2007, p. 72).

Na política doméstica de Israel, a Primeira Intifada forçou a sociedade e os governantes a considerar alternativas para solucionar aquela agitação. Dentro do próprio governo havia divisões quanto a qual solução adotar. Na esquerda política, havia uma percepção de que o momento demandava negociações com a OLP e que provavelmente teria que se colocar na mesa a possibilidade de criação de um Estado palestino. Mais à direita, defendia-se o uso da força bruta para acabar de vez com o levante. Até mesmo dentro do Knesset, o Likud e o Alinhamento, à época os principais partidos que compunham o governo, discordavam quanto à forma de lidar com a Intifada. Shimon Peres reviveu a ideia de “*Gaza First*” sugerida por Sadat no fim dos anos 1970, ou seja, a noção de desmilitarizar Gaza e retirar todos os assentamentos israelenses, ao mesmo tempo em que se manteria a supervisão, i.e., o controle de Israel. O então primeiro-ministro Yitzhak Shamir rejeitou a sugestão, assim como o então ministro da Defesa, Yitzhak Rabin, que em um primeiro momento defendeu o uso da força militar para reprimir a Intifada, sem possibilidade de negociação com a OLP. Isso, no entanto, só fomentou ainda mais a resistência palestina, que se unificava cada vez mais e envolvia a participação tanto de áreas urbanas quanto rurais dos TPO (Shlaim, 2004, p. 509-511).

A Intifada também significou um ponto de mudança na relação de Israel com os EUA. A opinião pública estadunidense tinha certa simpatia pela demanda dos palestinos, afastando-se um pouco da tendência de alinhamento automático a Israel. No campo governamental, havia uma preocupação de que uma aliança forte e acrítica com Israel repercutisse negativamente para os interesses estratégicos nos EUA no grande Oriente Médio, com destaque para a relação com os países do Golfo Pérsico. Assim, ao final de 1988, o governo Reagan reconheceu a OLP como uma parte legítima das negociações, dando uma força institucional ao grupo (Shlaim, 2004, p. 513). Isso também abriu o caminho para as futuras conversas de paz na Conferência de Madrid, em 1991, e nas negociações secretas que levariam aos Acordos de Oslo, em 1993.

Para os palestinos da Faixa de Gaza, porém, os desdobramentos da Primeira Intifada significaram, acima de tudo, o prelúdio de seu isolamento socioespacial, sobretudo devido à implementação das políticas de fechamento e separação que se seguiram e aprofundaram nos primeiros anos da década de 1990 e que continuam em voga até hoje.

#### **4.2 Políticas de fechamento e de separação no despontar do processo de paz**

Vimos ao longo desta tese como o projeto do colonialismo por povoamento envolve, em muitos aspectos, a política de de-desenvolvimento da sociedade nativa. Na Faixa de Gaza isso é muito evidente a partir da Primeira Intifada. De acordo com a proponente do conceito, Sara Roy (2007, p. 33, tradução nossa), de-desenvolvimento significa “o desmembramento deliberado, sistemático e progressivo de uma economia nativa por uma [economia] dominante, onde o potencial econômico – e por extensão, social – não é apenas distorcido, mas negado”. O de-desenvolvimento é, portanto, um processo sistemático e contínuo de debilitação de qualquer capacidade de desenvolvimento econômico de uma determinada sociedade. Isso significa que a economia palestina deveria ser dependente da israelense, a fim de que qualquer possibilidade de autonomia palestina fosse minada.

O de-desenvolvimento é possibilitado por meio de diversas ações do poder colonial. No caso da Faixa de Gaza, a partir de 1987, o de-desenvolvimento passou a se intensificar por meio de duas políticas específicas: a de fechamento e a de separação. De maneira geral, **a política de fechamento**, ou *closure policy*, refere-se à restrição, ou até mesmo proibição, o direito de ir e vir dos palestinos (Hass, 2002). Ela foi primeiramente introduzida em janeiro de 1991, quando as autoridades israelenses revogaram a autorização geral de saída, medida adotada ainda nos primeiros anos da ocupação dos territórios palestinos e que permitia que os palestinos circulassem entre os TPO sem tantas restrições. Isso ocorreu no contexto das tentativas de Dayan de integrar a economia palestina à israelense, como forma de pacificar a população e a resistência armada por meio do crescimento econômico (Gordon, 2008; Hass, 2002).

Em 1989, os israelenses implementaram um sistema de passagem que envolvia o uso de cartões magnéticos de identificação dos palestinos de Gaza que trabalhavam em Israel ou que desejassem entrar na Cisjordânia, para que a sua circulação fosse mais vigiada e controlada (Lein, 2005). Já na Cisjordânia, os cartões de identidade verdes eram atribuídos a ex-prisioneiros e ativistas palestinos, tratados como casos de segurança e cuja passagem pela Linha Verde era proibida. Os cartões magnéticos usados pelos palestinos de Gaza continham diversos

dados, como seu *status* de segurança, seu histórico de pagamento de impostos e taxas, suas contas de eletricidade e água, entre outras informações (Gordon, 2008, p. 161).

O controle da mobilidade foi adotado como uma medida de punição coletiva aos palestinos por conta da Intifada. No final de 1988, por exemplo, mais de 60% da população palestina já tinha sido confinada em suas casas durante os toques de recolher impostos por Israel, que ocorriam mais em Gaza do que na Cisjordânia (Gordon, 2008, p. 160; Tannira, 2020, p. 86). Como consequência do início da política de fechamento, a perda de renda vinda do trabalho dos palestinos de Gaza em Israel foi de quase 300 milhões de dólares (Roy, 2007, p. 104). As crises decorridas da Guerra do Golfo (1990-1991) também impactaram a renda dos palestinos, pois as remessas que palestinos que viviam na região do Golfo e o fim da ajuda financeira direta recebida do Kuwait e da Arábia Saudita – cerca de 350 milhões de dólares – fez a economia de Gaza beirar a catástrofe. Além disso, nos meses finais de 1992, a situação de desemprego estava tão precária que a UNRWA anunciou oito postos de emprego para coleta de lixo e teve mais de 11 mil inscrições (Roy, 2007, p. 105-106).

Embora estivesse ocorrendo desde janeiro de 1991, a política de fechamento só foi oficialmente anunciada em 30 de março de 1993, quando Israel barrou 140 mil trabalhadores palestinos de Gaza e da Cisjordânia de entrarem no país (Roy, 2007, p. 104). A medida ocorreu após casos de palestinos esfaquearem israelenses se tornarem recorrentes e foi adotada não apenas em Gaza, mas envolvia restrições no movimento de pessoas e produtos palestinos para dentro de Jerusalém e entre Gaza, Cisjordânia e Israel (Peteet, 2017, p. 10).

A política de fechamento, colocada em prática principalmente por meio regime de mobilidade, “transformou um direito básico universal em um privilégio cobiçado – ou parte de um privilégio – atribuído a uma minoria com base em caso-a-caso” (Hass, 2002, p. 8, tradução nossa). A proibição da circulação livre se tornou a norma, enquanto a permissão se tornou a exceção. Somado a isso, a imprevisibilidade e a incerteza quanto à autorização de circulação “roubam” dos palestinos o próprio tempo (Hass, 2002, p. 10). Isso porque, além de separar palestinos e israelenses, a política de fechamento cria zonas espaço-temporais nas quais a previsibilidade acaba se tornando um recurso escasso (Peteet, 2017, p. 10).

De acordo com Peteet (2017, p. 18, tradução nossa), o fechamento pode ser compreendido como uma “expressão espacial do biopoder”, uma vez que tem como alvo a população, ou o corpo coletivo, e o seu ritmo da vida cotidiana. Isso nos remete à ideia de corpo-território de Gago (2020), na medida em que expressa a indivisibilidade entre o corpo – coletivo e individual – e o espaço. Isto é, ao intervir nos territórios por meio da construção de fronteiras fixas e/ou móveis, como barreiras e *checkpoints*, as autoridades israelenses foram

capazes de controlar as próprias possibilidades de vida dos palestinos. Atividades aparentemente mundanas e cotidianas como trabalhar, ir ao hospital, viajar, entre outras, se tornaram imprevisíveis e fonte de ansiedade. Além disso, a política de fechamento funciona como uma forma de imobilizar os palestinos, de-desenvolver a sua economia e impedir a criação de um Estado palestino com território contíguo (Peteet, 2017, p. 31).

Como vimos no Capítulo 3, a ideia de separação tem a sua genealogia nas ideias de transferência e expulsão presentes no pensamento sionista desde o seu surgimento, ainda no final do século XIX. Embora nas duas primeiras décadas de ocupação tenha havido um esforço de integrar os palestinos à economia israelense, a separação – seja via exclusão ou de-desenvolvimento – sempre esteve presente como princípio norteador do projeto colonial. Afinal, estamos falando de um colonialismo por povoamento, cuja eliminação da população nativa para a instauração de uma nova sociedade colona é o objetivo central (Wolfe, 2006). Os eventos da Primeira Intifada retomaram a noção de separação, agora de forma mais concreta e se afastando das iniciativas de integração econômica das décadas de 1970 e 1980.

Em relação a Gaza, quando o trabalhista Rabin chegou ao poder como primeiro-ministro, ele passou a defender a separação – o mesmo Rabin que tinha rejeitado a ideia de “*Gaza First*” no final dos anos 1970. Em 1992, ainda no contexto da Primeira Intifada, Rabin chegou a declarar que era necessário “decidir sobre **a separação como uma filosofia**. Tem que haver uma fronteira clara. Sem fronteira demarcando as linhas, quem quiser engolir 1,8 milhão de árabes só trará mais apoio ao Hamas” (Rabin *apud* Makovsky, 2004, p. 52, tradução nossa, grifo nosso). Dois anos depois, em 1994, Rabin ordenou a construção de uma barreira física de 48 km de extensão na fronteira de Gaza com Israel (Saddiki, 2017). De acordo com Makovsky (2004), a construção da barreira de metal coincidiu com a promessa de retirada de Gaza estabelecida pelo Acordo de Gaza-Jericho (1994), sobre o qual falaremos com mais detalhes na próxima seção deste capítulo.

De maneira geral, a política de fechamento e a política de separação geraram efeitos imediatos na economia e na sociedade de Gaza, com destaque para a situação do emprego. No começo de 1994, cerca de 8,5 mil palestinos de Gaza trabalhavam na indústria local e 14 mil na agricultura local. O salário médio diário de um palestino de Gaza em Israel era de 71 dólares, enquanto em Gaza apenas 14 dólares. O aumento do desemprego impactou a renda, o que fez com que muitos comerciantes locais reportaram o aumento massivo de pessoas comprando no crédito. Além disso, muitas famílias não conseguiam nem mesmo pagar as contas de energia elétrica, de forma que tiveram a sua eletricidade cortada (Roy, 2007, p. 96-97).

O Estado de Israel até tentou aliviar a crise ao permitir um pequeno número de palestinos voltarem a trabalhar no país e ao implementar um programa de trabalho local para até 9 mil pessoas. A maioria dos postos era para limpeza de rua, pela qual os trabalhadores poderiam ganhar 9 dólares por dia em um regime rotacional quinzenal (Roy, 2007, p. 97). Nos meses finais de 1992, a situação de desemprego estava tão precária que a UNRWA anunciou oito postos de emprego para coleta de lixo e teve mais de 11 mil inscrições (Roy, 2007, p. 106).

De acordo com Hass (2002), a política de fechamento começou como uma medida burocrático-militar, mas logo se transformou em uma política institucionalizada pelos Acordos de Oslo. O objetivo por trás desta política não era apenas conter a resistência da Intifada, mas instaurar a separação entre duas populações – israelense e palestina – com a aparência de uma separação territorial e política, mas com apenas um ator capaz de controlar o destino de ambas – o Estado israelense. Os Acordos de Oslo selaram este objetivo.

#### **4.3 Acordos de Oslo e a institucionalização da fragmentação socioespacial dos TPO**

*“Chamemos, em primeiro lugar, o acordo pelo seu nome: instrumento de rendição palestina, Versalhes palestino”*  
(Said, 1995, p. 45, tradução nossa).

Em Palestina/Israel, os anos 1990 foram marcados pelas negociações secretas entre israelenses e palestinos, mediadas pelos EUA, em Oslo, na Noruega. Conhecido como Acordos de Oslo, o processo de paz trouxe mudanças em relação à possibilidade de criação de um Estado palestino – a partir da criação da Autoridade Nacional Palestina (AP) –, a abertura para maior intervenção estrangeira, no campo da ajuda internacional, e consolidou diversas fragmentações no espaço e na população palestina. Marcado pela lógica da “Terra por Paz”, os acordos tinham como ideia central a “devolução” gradual de territórios palestinos ocupados, que viria acompanhada do reconhecimento de Israel pelos palestinos e do fim das hostilidades entre as partes. De acordo com Hartmann Pacheco (2020, p. 129), “a lógica central de Oslo, o mecanismo de construção de confiança que condicionava seu sucesso, sequenciava primeiro a ‘paz’ de Israel e depois a ‘terra’ palestina”. Isso significa que, para que os palestinos tivessem autoridade sobre as suas terras, em primeiro lugar era necessário o fim das hostilidades entre as partes e a garantia de segurança para Israel, com o fim da resistência armada palestina.

O contexto internacional da época era marcado pelo fim da Guerra Fria, pelo colapso econômico da URSS e o avanço dos ideais neoliberais. A abertura econômica e o livre comércio

entre as nações eram princípios cada vez mais valorizados internacionalmente. Israel, grande aliado dos EUA no Oriente Médio, também buscava, nessa nova ordem mundial baseada nos pilares da globalização e multilateralismo, a inserção regional e a possibilidade de expandir suas trocas comerciais com os países árabes. Para tanto, seria necessário, em primeiro lugar, algum horizonte de paz que cessasse as hostilidades entre palestinos e israelenses, cujo ponto máximo tinha sido alcançado nos anos da Primeira Intifada. Com a noção da “paz de mercado”, Israel mudava a sua postura frente aos países árabes, considerados inimigos de longa data, em um esforço de economizar nas despesas com defesa e competir no mercado global (Gelvin, 2017, p. 272).

Embora a Questão Palestina/Israel tivesse suas particularidades, o contexto da Guerra Fria e a disputa entre EUA e URSS por áreas de influência no Oriente Médio desempenhou um papel importante na sustentação do conflito entre árabes e israelenses no geral (Gelvin, 2017, p. 269). Portanto, com o fim do sistema internacional bipolar e o início da nova ordem mundial, com os EUA enquanto ator hegemônico, abria-se caminho para mudanças significativas em relação a Palestina/Israel. Essas mudanças, no entanto, materializavam-se em certa continuidade de um processo longo e contínuo do colonialismo por povoamento sionista-israelense da Palestina. Isso significa que, embora as *policies* e táticas de lidar com os palestinos pudessem mudar, a *politics* permaneceria mesma.

No contexto regional, o início dos anos 1990 foi marcado pela Primeira Guerra do Golfo (1990-1991), quando o Iraque invadiu o Kuwait, e a Organização pela Libertação da Palestina, liderada por Arafat, viu sua influência diminuir ao apoiar publicamente as ações de Saddam Hussein. Com isso, grande parte do apoio financeiro que os palestinos recebiam de países do Golfo deixou de existir. Em 1990, a ajuda regional somava US\$ 120 milhões, enquanto em 1992 ela já caiu para US\$ 45 milhões. Por outro lado, os EUA conseguiram reunir uma aliança internacional com Egito, Síria e Arábia Saudita com o objetivo de expulsar as forças iraquianas do Kuwait (Hartmann Pacheco, 2020, p. 110). Nesta aliança, o grande parceiro dos EUA, Israel, ficara de fora, uma vez que os estadunidenses buscavam evitar que Israel atacasse os membros árabes da coalizão (Gelvin, 2017, p. 272). Nesse cenário, os EUA começavam a intervir de forma mais assídua na região do Oriente Médio, e uma resolução para o conflito Israel-Palestina, mediada pelos EUA, seria um grande triunfo para a emergência dos EUA como única superpotência no contexto pós-Guerra Fria.

O início do processo de paz entre árabes em geral, palestinos em particular, e israelenses, com mediação dos EUA, havia começado com a Conferência de Paz de Madrid, em outubro de 1991. O objetivo era estabelecer um acordo de paz entre Israel, Síria, Jordânia, Líbano e os

palestinos. Contudo, os palestinos não teriam uma representação política própria, mas participariam das negociações por meio de uma delegação conjunta de palestinos e jordanianos. Logo, os termos da conferência de paz, desde o início, eram muito desfavoráveis aos palestinos (Erakat, 2019a, p. 137-138). No fim, a Conferência de Madrid pouco fez para avançar o processo de paz entre Palestina e Israel, embora tenha sido uma ocasião importante que demonstrou o papel dos EUA como forte mediador do conflito entre árabes e israelenses no emergir da nova ordem mundial.

Com a chegada do trabalhista Rabin ao cargo de primeiro-ministro em junho de 1992, o governo israelense se posiciona de forma diferente da do Likud, partido de direita que estava no poder até então. Se o Likud promovia uma política de expansão dos assentamentos israelenses, incentivada também pela imigração de judeus das ex-repúblicas soviéticas para Israel, o Partido Trabalhista passa a “congelar” a construção de novos assentamentos, reduzindo-as para apenas uma por ano, além de assumir um compromisso de chegar a um acordo de paz com os palestinos (Gelvin, 2017, p. 272). Isso veio acompanhado da pressão dos EUA de estabelecer uma área “pacífica” no grande Oriente Médio, no imediato pós-guerra fria, que garantiria o livre comércio naquela região e a possibilidade de exploração dos recursos energéticos, principalmente o petróleo. Como a Questão Palestina/Israel estava no centro dos diversos conflitos da região, selar um acordo de paz entre palestinos e israelenses seria o primeiro passo para se fundar esse “novo” Oriente Médio, pautado pelas relações de mercado.

Foi nesse contexto político e econômico internacional que, entre 1992 e 1993, em Oslo, palestinos e israelenses sentaram-se pela primeira vez, frente a frente, em mesa de negociações secretas para decidir o futuro de Palestina/Israel (Gelvin, 2017, p. 269). Vale ressaltar a assimetria de poder de barganha entre esses dois atores. Israel estava em uma posição muito mais favorável, capaz de ditar os termos do acordo, além de contar com o apoio dos EUA. Dessa forma, os papéis de colonizados e colonizadores, ocupados e ocupantes, foram mantidos durante todo o processo de paz, mesmo com as promessas de fim da ocupação.

Foi em setembro de 1993, com a Declaração de Princípios, que se apresenta pela primeira vez a “Autoridade Palestina Interina de Autogoverno” (Oslo I, 1993, tradução nossa), ou a Autoridade Palestina, corpo político que representaria os palestinos durante cinco anos, isto é, o momento negociado de transição até a formação de um Estado palestino independente. A promessa de Estado até agora não se tornou realidade, e a Autoridade Palestina segue sendo, pelo menos na Cisjordânia, a representação política palestina aceita pelos israelenses. A criação da Autoridade Palestina seria uma forma de realizar a transição gradual entre controle israelense e controle palestino dos territórios ocupados. Este controle, porém, tinha inúmeros limites.



Nenhum acordo deu autonomia de tomada de decisão aos palestinos sobre seus recursos, principalmente água e terra, tampouco acesso a mercados externos (Roy, 2007, p. 117).

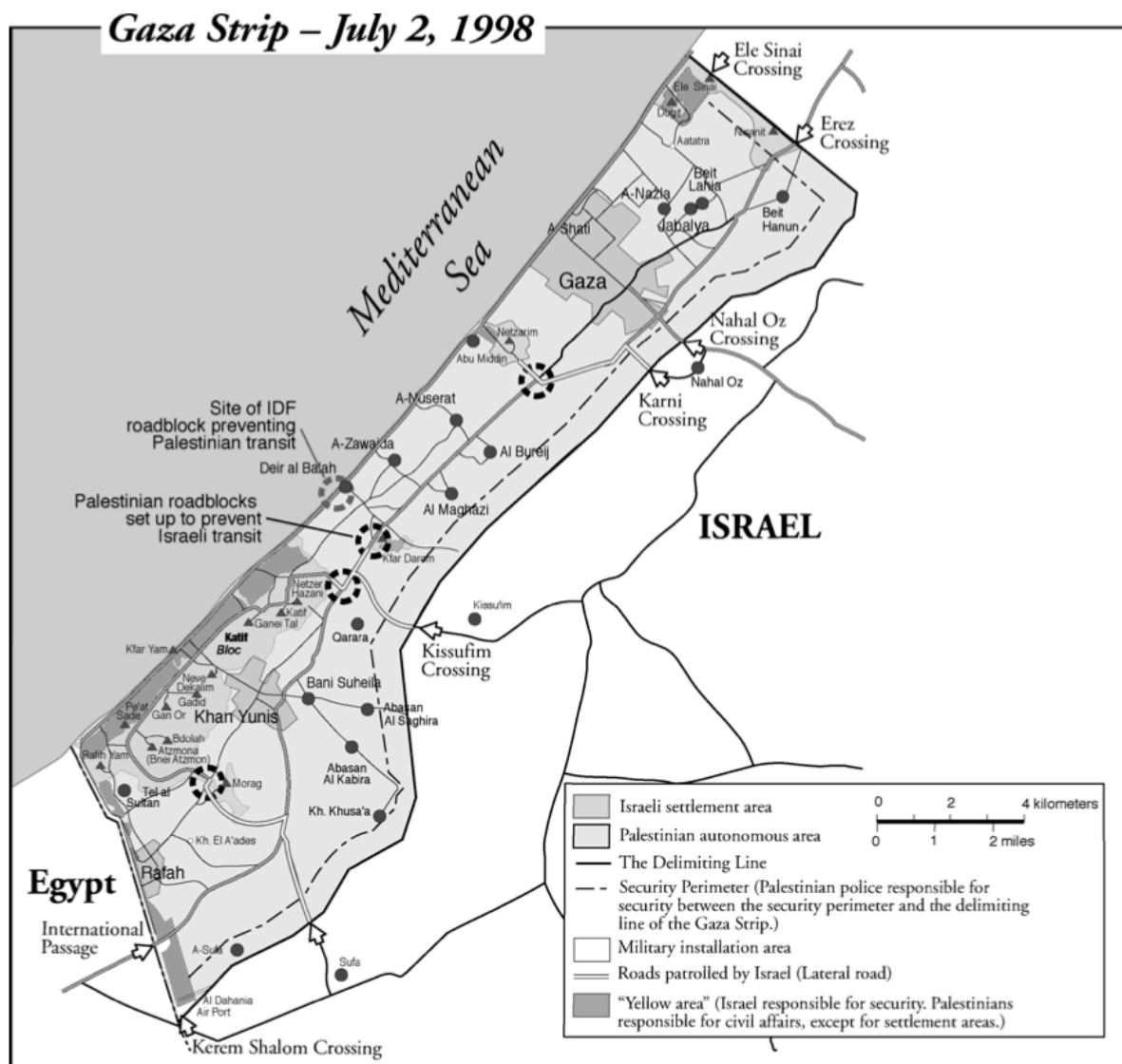
Mesmo assim, entre 1993 e 1995 havia certa esperança de resolução, ainda que mínima, de temas centrais da Questão Palestina/Israel. Embora nos primeiros estágios do processo de paz a OLP tenha reconhecido a existência do Estado de Israel, o governo israelense, representado por Rabin, apenas declarara publicamente, em carta, que reconhecia “a OLP como representante do povo palestino” e que começaria “as negociações com a OLP para o processo de paz no Oriente Médio” (Gelvin, 2017, p. 274). Nesta declaração de Rabin não havia qualquer reconhecimento do direito de os palestinos estabelecerem um Estado nacional próprio. Por outro lado, o reconhecimento da OLP da existência do Estado de Israel significava que os únicos territórios que poderiam ser negociados em troca de paz eram a Cisjordânia e a Faixa de Gaza, ocupadas militarmente por Israel desde 1967. Logo, todos os demais territórios que pertenciam à Palestina histórica e foram colonizados por Israel estariam fora da mesa de negociação. Jerusalém, por sua vez, era um tema que ficaria para depois, assim como o direito de retorno e a situação dos refugiados palestinos (Gelvin, 2017, p. 275).

Os primeiros territórios palestinos negociados no processo de paz foram a Faixa de Gaza e a “Área de Jericó”, situada no centro-leste da Cisjordânia. Na Declaração de Princípios (Oslo I, 1993), ficou estabelecido que, no período transicional de cinco anos, Israel iniciaria a sua retirada militar dessas duas regiões. Isso não significava, contudo, a retirada dos assentamentos israelenses dessa região. A forma pela qual aconteceria essa retirada das forças militares ficou definida pelo chamado Acordo Gaza-Jericho, de 1994.

Além de formalmente criar a AP – com suas estruturas organizacionais e perspectiva de transferência de autoridade – o acordo estabelecia algumas particularidades da dominação sobre espaço e recursos de Gaza já se delineavam no Acordo Gaza-Jericho. No artigo IV do acordo, referente aos arranjos ou medidas de segurança na Faixa de Gaza, ficou estabelecido que a linha delimitadora da fronteira de Gaza com Israel, em sua extensão ao norte e a leste, seguiria a barreira Israel-Gaza (Gaza-Jericho, 1994). Atualmente conhecida como *Gaza fence*, esta barreira segue também a Linha Verde ou a Linha Delimitadora. Entre a linha delimitadora e a barreira, haveria um espaço de aproximadamente 1 km, chamado de perímetro de segurança e no qual a autoridade responsável pela segurança, notadamente por prevenir pessoas e armas de entrarem em Israel sem autorização, seriam as forças policiais da AP (Gaza-Jericho, 1994; Gisha, 2018a). Ademais, no artigo VI, intitulado “Arranjos de segurança relativos ao planejamento, construção e zoneamento”, ficou determinado que prédios, instalações e culturas naturais e artificiais de Gaza a uma distância de 100 metros da linha delimitadora deveriam

permanecer como estavam, de forma que nenhuma nova construção dentro da área de 100 metros pudesse ser implementada. Novas restrições para construção de prédios a 500 metros da linha delimitadora também foram criadas (Gaza-Jericho, 1994; Pereira, 2014, p. 16).

**Mapa 7** – Faixa de Gaza (1998) com demarcações previstas no Acordo Gaza-Jericho (1994)

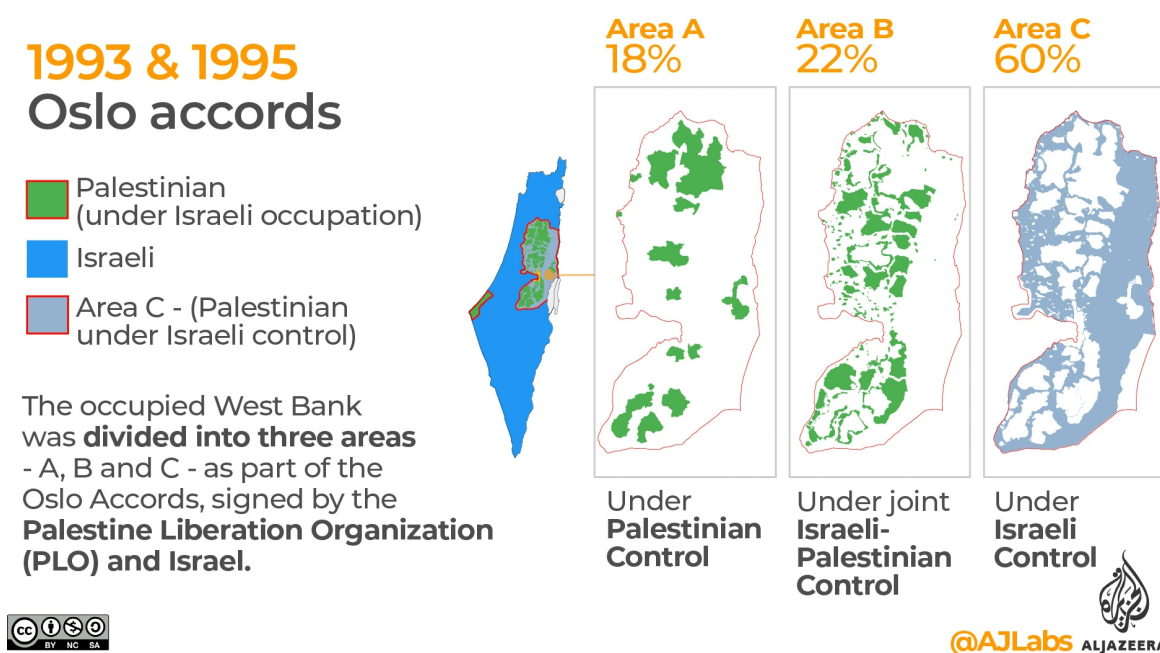


Fonte: Li (2006, p. 42)

O Mapa 7 ilustra o que ficou acordado em termos de controle territorial conforme o Acordo Gaza-Jericho (1994). Na época, Israel controlava cerca de 42% da Faixa de Gaza, mesmo que o número de israelenses fosse menos que 1% da população total. O controle incluía os assentamentos, bases militares, rodovias, fronteiras e as áreas amarelas, nas quais Israel era responsável por assuntos militares e a AP seria responsável por assuntos civis. Israel também controlava a costa marítima e a fronteira com o Egito (Li, 2006, p. 42).

Um dos resultados mais importantes dos Acordos de Oslo e que reverbera até hoje, cristalizando a fragmentação socioespacial palestina, é a divisão da Cisjordânia em três áreas, conforme exposto no Mapa 8. O Acordo Interino de 1995, conhecido como Oslo II (1995), estabeleceu que a Cisjordânia seria dividida em Área A, controlada totalmente pela AP; Área B, com controle civil pela AP e militar por Israel; e Área C, controlada totalmente por Israel. Embora essa configuração fosse teoricamente provisória, ela continua ativa até hoje. Também ficou acordado que a segurança interna das áreas seria dividida entre Israel, em relação aos assentamentos israelenses, e AP, em relação às áreas palestinas. Israel seria o responsável por controlar e supervisionar a circulação de veículos, pessoas e armas nos postos de entrada. Importante ressaltar que a Faixa de Gaza, nesse desenho, não foi atribuída a nenhuma das áreas de classificação (A, B, C), pois tinha uma lógica específica, conforme apontado acima.

**Mapa 8** – Divisão geopolítica da Palestina conforme os Acordos de Oslo



Fonte: Haddad (2020)

Em termos de segurança, os Acordos de Oslo diferenciaram em certa medida a segurança interna e o poder de polícia, que seria atribuição da AP, e a segurança externa e de contrainsurgência, sob responsabilidade de Israel. O poder de polícia e responsabilidades civis da AP incluíam, entre outras questões, educação, saúde, comércio, abastecimento de água e o registro e administração populacional dos palestinos (Hartmann Pacheco, 2020, p. 133). Nesta lógica, haveria uma separação entre a população palestina e o espaço palestino. No entanto, como argumentamos ao longo desta tese, há uma grande limitação na tentativa de separar corpo

e território, visto que o corpo coletivo e individual é indissociável do meio em que vive e das infraestruturas do qual depende.

Argumenta-se que o processo de paz, em vez de oferecer direitos aos palestinos, foi um instrumento para continuar e aumentar os mecanismos de controle israelenses sobre fatores chave da produção palestina, como trabalho, capital, terra e água (Roy, 2007, p. 80-81). A própria criação da Autoridade Nacional Palestina (AP), entidade que seria responsável por representar politicamente os palestinos em geral, se mostrou um instrumento da ocupação, e não uma liderança a favor da libertação e da autodeterminação dos palestinos. Segundo interpretação de Gordon (2008), a Autoridade Palestina é um agente terceirizado de Israel e cuja responsabilidade é administrar a população palestina nos seus assuntos civis, dessa forma eximindo Israel de suas responsabilidades enquanto poder ocupante.

No caso específico da Faixa de Gaza, pode-se afirmar que os Acordos de Oslo não melhoraram em nada a economia da região. Pelo contrário, eles aceleraram o processo de de-desenvolvimento que a região já vinha sofrendo desde o início da Primeira Intifada. Embora houvesse certa expectativa de que Gaza seria a primeira se “libertar” da dominação israelense, na prática nada mudou. Na verdade, como veremos nas seções seguintes, o isolamento socioespacial de Gaza chegou em níveis sem precedentes a partir dos anos 2000. Com os Acordos de Oslo, pouco se poderia esperar em termos de mudanças estruturais, uma vez que as (infra)estruturas da ocupação permaneceram intactas. Segundo Roy (2007, p. 80-81), o processo de paz nada mais fez do que consolidar a manutenção das leis militares israelenses de ocupação, as restrições econômicas e o controle israelense sobre as fronteiras e os fatores-chave da produção e da vida palestinas, notadamente terra, água, trabalho e capital. Portanto, o acordo de paz serviu para tirar de Israel as responsabilidades sobre a população ocupada e transferi-la para a Autoridade Palestina, ao mesmo tempo em que o poder ocupante manteria o controle sobre as infraestruturas de produção e reprodução da vida.

Em artigo publicado em 1994, no meio das assinaturas dos acordos de paz, Roy (1994, p. 85, tradução nossa) afirma que “em Gaza, não há paz, não há processo de paz, não há perspectiva de paz”. Em outras palavras, não era a paz que estava em jogo, mas sim, como veremos nas páginas a seguir, a reorganização das variáveis espaço, população e recursos conforme a *politics* sionista de colonização por povoamento da Palestina, isto é, a aquisição do maior número de terras com menor número de nativos possível. Essa reorganização fixada pelos Acordos de Oslo terá mudanças um tanto significativas para a Faixa de Gaza em específico nos anos 2000, principalmente após o plano de retirada dos assentamentos israelenses da região.

Antes de adentrarmos neste processo, vale ressaltar uma parte fundamental dos Acordos de Oslo que diz respeito às relações econômicas entre Palestina e Israel. Conhecida como Protocolo de Paris – Anexo IV do Acordo Gaza-Jericho (1994), a parte econômica do processo de paz tem como enquadramento a noção de “paz econômica”, ou seja, a ideia de que a esfera da economia é um pilar crucial para atingir a paz entre israelenses e palestinos. As relações econômicas apresentadas no Protocolo eram enquadradas como se AP e Israel fossem atores simetricamente poderosos, mas na verdade elas reproduziam a assimetria de poder entre as partes e cristalizavam as relações de desigualdade criadas pela colonização e ocupação dos TPO (Gordon, 2008, p. 174). Embora a integração econômica fosse o objetivo declarado, o Protocolo de Paris previa o favorecimento de Israel nas medidas acordadas, como a proteção das tarifas israelenses, a não criação de uma moeda palestina, e sim a continuação do uso da moeda israelense nos TPO, a imposição do imposto de valor agregado israelense, e a restrição na exportação de certos produtos agrícolas palestinos. Essas medidas foram adotadas com a justificativa de impedir qualquer comércio ilegal dos palestinos (Tannira, 2020, p. 97).

Ao fim e ao cabo, a economia palestina no imediato pós-Oslo, de acordo com Roy (1999, p. 68, tradução nossa), “nunca esteve tão vulnerável”. Há um abismo entre as promessas do processo de paz e a realidade material. As políticas de fechamento e separação israelenses para a Faixa de Gaza continuaram existindo mesmo após a assinatura dos acordos de paz. Neste cenário, o fechamento do mercado israelense para os trabalhadores de Gaza, as restrições na circulação de pessoas e a dependência econômica de recursos e comércio em relação a Israel são fatores estruturais, históricos e contínuos que impedem qualquer perspectiva de crescimento e desenvolvimento econômico, sem mencionar a possibilidade de paz. Roy (1999, p. 68) afirma que a política de fechamento se sobrepõe à cooperação econômica prometida por Oslo, de forma que a aberta econômica se torna irrelevante e até mesmo ineficaz para a vida cotidiana da população palestina.

O que a abertura econômica desenhada pelo Protocolo de Paris de 1994 possibilitou foi a entrada e maior participação da ajuda internacional, tanto para o financiamento da Autoridade Palestina como para a promoção de projetos de desenvolvimento, encabeçados por exemplo pelo Banco Mundial, para os palestinos da Cisjordânia e, em menor medida, para os habitantes de Gaza. Esses projetos seriam encabeçados pelas instituições financeiras internacionais e postos em prática por ONGs internacionais e locais, com coordenação da AP e de Israel (Huberman, 2020, p. 122).

#### 4.3.1 A terceirização da ocupação e a ajuda internacional

Há duas principais dimensões do que autores como Gordon (2008), Hartmann Pacheco (2020) e Tannira (2020) classificam de “terceirização da ocupação”, um processo instaurado pelos acordos de paz. De um lado, tem-se o papel que foi atribuído à Autoridade Palestina como uma facilitadora e normalizadora da ocupação israelense. De outro, está a ajuda internacional, materializada pelo papel dos doadores de recursos tanto para a AP diretamente quanto para projetos e organizações menores da sociedade civil, palestina e internacional, com destaque para as Organizações Não Governamentais (ONGs). Em ambas as dimensões, a ajuda internacional se prova mantenedora do status quo da ocupação israelense da palestina.

Em relação à AP, o que se afirmou em Oslo foi a transferência de responsabilidades – e não autoridade – de Israel para uma instituição nacional palestina, que por sua vez não tem qualquer exercício de soberania efetiva. Essa transferência de responsabilidade significava que Israel abandonada as responsabilidades enquanto poder ocupante de acordo com as leis internacionais de ocupação. A Autoridade Palestina respondia à reorganização do poder colonial e nunca se mostrou independente de Israel, mas sim um instrumento legal e burocrático, dependente de financiamento externo, que administra a vida cotidiana palestina de acordo com os interesses israelenses. No entanto, essa administração é mais dúbia do que qualquer outra coisa. Afinal, como questiona Gordon (2008, p. 172, tradução nossa): “como pode-se administrar uma população sem controlar o espaço que ela ocupa e os recursos dentro deste espaço”? Neste sentido, a AP é apenas um instrumento que Israel utiliza para se retirar de responsabilidades como provisão de serviços sociais – como saúde e educação – bem como para terceirizar serviços como policiamento. Ao mesmo tempo, como Israel continua controlando o espaço e os recursos palestinos, não é possível afirmar que tenha cessado suas responsabilidades com a população palestina, visto que estas três variáveis são interconectadas e interdependentes.

A AP também representa para a sociedade palestina uma grande fonte de empregos. O setor público palestino criou 65 mil empregos entre 1993 e 1997, ano em que a AP empregava cerca de 18,7% dos trabalhadores palestinos. Isso já representava mais do que os empregos no setor de manufatura (16,6%) e agricultura (11,6%), e ficou atrás apenas do setor de construção (19%), até hoje o que mais emprega palestinos. Na metade de 1998, a AP empregava mais de 48 mil trabalhadores civis e quase 41 mil policiais (Roy, 1999, p. 70). Por conta de seu desenho institucional e necessidade de recursos vindo de doares internacionais e Israel, a AP é fraca, ineficiente e corrupta (Tannira, 2020, p. 110). No limite, a Autoridade Palestina funciona como

um mecanismo de contra insurgência e estabilização do *status quo* desenhado pelos Acordos de Oslo (Dana, 2021, p. 73), e a AP acaba se preocupando mais em seguir as regras de Israel e dos doadores internacionais do que com os problemas cotidianos da população palestina.

A ajuda externa direcionada à AP é condicionada à sua habilidade de cooperação enquanto um “parceiro para a paz”. O enquadramento dos “parceiros pela paz” emergiu como parte do processo de paz de Oslo e significa, em linhas gerais, que os palestinos, representados institucionalmente pela AP, deveriam garantir primeiro a segurança e a paz com Israel como uma condição necessária para o recebimento de recursos para a construção de um Estado palestino (Tannira, 2020, p. 164). Os doadores internacionais conseguem exercer pressão econômica e política na Autoridade Palestina para que ela aceite as demandas de segurança do Estado israelense, influenciando assim as suas ações. Na prática, a ajuda internacional dos doadores constrange qualquer possibilidade de a AP ir contra os ditames de Israel, se tornando, desta forma, um Estado cliente ou um ator terceirizado da ocupação. Ademais, os grupos de resistência nacional palestinos em geral são criminalizados pela comunidade internacional, visto que a AP é considerada a única representante legítima do povo palestino.

Em sua tese de doutorado, Hartmann Pacheco (2020) se debruça sobre os processos de paz e os atores neles envolvidos – governos, instituições financeiras, ONGs – como articuladores das mudanças socioespaciais dos territórios palestinos, bem como as diferentes modalidades de controle e violência. O autor também identifica que, a partir dos anos 1990, há uma forte tendência à terceirização de alguns custos da ocupação, e é nesse momento que a ajuda internacional se torna mais proeminente. A ajuda passou a ser liderada pelas recomendações do Banco Mundial (Hartmann Pacheco, 2020, p. 149), que colocava como prioridades de políticas públicas para os palestinos os investimentos em infraestrutura social, no caso saúde e educação, deixando de lado investimentos para o desenvolvimento de uma economia menos dependente de Israel.

Antes do processo de paz, a ajuda internacional direcionada aos palestinos vinha em grande parte dos países árabes que financiavam projetos econômicos e organizações de caridade que atuavam na resistência palestina nos TPOs, na lógica do *sumud* (Farsakh, 2016). Já no começo dos anos 1990, o perfil dos doadores foi mudando, com países europeus e os EUA se tornando os maiores financiadores de projetos de ajuda e desenvolvimento, principalmente nas áreas de educação e saúde (Tannira, 2020, p. 95). Órgãos da ONU e instituições financeiras como Banco Mundial e FMI se tornaram atores fundamentais na promoção da ajuda ao desenvolvimento não apenas dos palestinos, mas de países do terceiro mundo em geral. Na era do consenso neoliberal, as relações entre democracia, mercado e desenvolvimento se tornaram

os princípios norteadores e critérios de avaliação da boa governança das sociedades (Farsakh, 2016). Entre 1999 e 2008, a ajuda internacional para os TPO aumentou em 600%, com cerca de 3,25 bilhões de dólares por ano (Arda; Banerjee, 2021, p. 1682). Em conjunto, de 1994 a 2020, a ajuda internacional para a Palestina ultrapassou 40 bilhões de dólares, segundo estimativas da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

A ajuda internacional mais perpetua a ocupação do que auxilia no desenvolvimento econômico e social da Palestina (Farsakh, 2016). Em geral, o dinheiro destinado vai para projetos que se relacionam com o fornecimento de eletricidade e água e serviços sociais como saúde e educação, ao passo que projetos voltados para o desenvolvimento da agricultura e indústria palestinas recebem pouquíssimo incentivo financeiro. Nesse cenário, o desenvolvimento palestino não é desafiado pela ajuda internacional. Vale pontuar ainda que a participação palestina no desenho e implementação dos projetos de ajuda sempre foi limitada, pois é Israel quem define para onde vai o dinheiro (Roy, 1996). Logo, a ajuda internacional é mais bem caracterizada como um instrumento de pacificação e contrainsurgência do que uma possibilidade de desenvolvimento e emancipação real dos palestinos.

O fluxo das relações entre Israel, doadores internacionais e AP fragmentaram ainda mais a sociedade e a política palestina. Não é à toa que o Hamas ganhou mais apoio da população em geral nos anos 2000, uma vez que vai enquadrar a AP como um agente da ocupação, e não uma instituição capaz de lutar pela libertação palestina. Tannira (2020, p. 270) classifica esse processo como a securitização e a politização da ajuda externa. Essa prática também reverbera nas condicionalidades atribuídas às organizações da sociedade civil, tanto palestinas quanto internacionais. Em geral, as organizações que solicitam ajuda internacional são categorizadas de acordo com a forma pela qual os doadores as enxergam. A profissionalização das ONGs também significa a sua necessidade de demonstrar expertise em temas como desenvolvimento, empoderamento feminino, saúde e educação (Arda; Banerjee, 2021, p. 1683). Desde Oslo, a tendência é um afastamento das ONGs de suas atribuições anteriores de promotoras da libertação da Palestina. Agora, para conseguirem financiamento, as ONGs devem se mostrar despolitizadas e não ter qualquer envolvimento com grupos considerados terroristas, como é o caso do Hamas e da Jihad Islâmica, tampouco apresentar qualquer “perigo” à segurança nacional israelense. A USAID, por exemplo, exige que as ONGs tenham o certificado antiterrorismo (ATC – *Anti-Terrorism Certificate*) para que consigam o financiamento. Segundo Arda e Banerjee (2021, p. 1684), os termos do certificado são tão rígidos que as ONGs ficam praticamente impossibilitadas de demonstrar ou engajar em qualquer espécie de política nacionalista e de resistência.



Alguns autores chamam este processo de ONGzação da Palestina (Arda; Banerjee, 2021), que significa a abertura da região para a atuação cada vez maior de ONGs profissionais e responsável por “aliviar” os problemas de décadas de ocupação israelense, sem questionar ou problematizar a lógica de dominação colonial. A partir dos anos 1990, as ONGs passam a ser atores terceirizados fundamentais na governança dos TPO, agindo por vezes como intermediadoras dos interesses dos doadores internacionais, por um lado, e das necessidades básicas da população palestina, por outro. As elites locais, como a AP, acabam servindo aos interesses dos doadores internacionais e do poder ocupante, seja por falta de opção, seja por já terem aceitado e normalizado a existência da ocupação.

Em geral, os programas prioritários e que mais recebem financiamento são aqueles voltados para o desenvolvimento da sociedade civil, com foco no empoderamento da juventude e das mulheres (Jamal, 2015). No entanto, com base nos valores neoliberais de individualismo, empreendedorismo e tecnicidade, os programas desenvolvidos pelas ONGs internacionais – inclusive israelenses e palestinas – acabam despolitizando algumas organizações da sociedade civil, que veem seus trabalhos constrangidos pelas condicionalidades impostas pelos doadores. A resistência mais radical é deixada de lado e o foco passa a ser a mera sobrevivência, às vezes com roupagem de empoderamento, daqueles que ainda vivem sob ocupação.

A Faixa de Gaza apresenta algumas particularidades neste processo de “ONGzação” da Palestina, principalmente após o desengajamento de 2005. Como já vimos no Capítulo 3, desde 1950 é a UNRWA que responsável por administrar a vida dos refugiados palestinos, provendo principalmente alimentação e serviços educacionais. Em Gaza, a maioria da população é refugiada, o que faz com que a UNRWA atue como um quase-Estado nesta região, embora não tenha qualquer poder em termos militares. A UNRWA também depende de financiamento externo, portanto as suas ações e programas são limitados e não podem ter qualquer tipo de engajamento político com a resistência e a luta por libertação da Palestina. As suas ações ficaram ainda mais desafiadoras com o desengajamento israelense de Gaza, a partir de quando as condições humanitárias na região pioraram a ponto de a ONU declarar, em 2012, que Gaza seria uma inabitável em 2020, por conta do bloqueio israelense e egípcio da região. Como veremos nos capítulos a seguir, a chegada do Hamas ao poder em 2006 mudou as configurações da política interna palestina nos TPO. A ajuda internacional humanitária continua existindo em Gaza, mesmo com o Hamas sendo considerado um grupo terrorista, uma vez que é por conta dessa ajuda que Gaza ainda não entrou em colapso. Logo, o papel da ajuda internacional é dúbio: por um lado, mantém o *status quo* da ocupação e do bloqueio israelense de Gaza,

enquanto por outro é uma das estruturas de governança responsáveis por impedir o colapso social da região. Essa dinâmica é explicada com mais detalhes nos Capítulos 5 e 6 desta tese.

De modo geral, terceirizar a ocupação, segundo Gordon (2008, p. 169, tradução nossa), foi uma maneira do Estado israelense administrar a população palestina em uma espécie de “dominação neocolonial ou indireta”. Dana (2021) argumenta que a concepção de paz para os israelenses significava uma dominação colonial indireta. A partir de Oslo, os governos israelenses, seja de direita ou esquerda, passam a adotar táticas ou *policies* alternativas para exercer uma governamentalidade colonial sobre os palestinos dos TPO. Essas táticas, segundo Dana (2021, p. 71, tradução nossa), respondem a três objetivos principais: “(1) neutralizar a ameaça demográfica palestina; (2) manter uma posição estratégica defensável; e (3) impor a supremacia judaica quantitativa e qualitativa sobre a Palestina histórica”. Nesse sentido, a articulação entre *politics* e *policies* permanece, com aquela informando estas.

Os Acordos de Oslo selaram uma forma mais sofisticada de Israel exercer a sua dominação ou governamentalidade colonial indireta (Dana, 2021, p. 72), com a AP e a ajuda internacional via doadores sendo as expressões máximas do afastamento das responsabilidades israelenses sobre a população palestina, ao mesmo tempo em que a dominação sobre a terra e os recursos comprova a farsa desta não responsabilidade.

#### **4.4 Os descontentamentos com o processo de paz: a eclosão da Segunda Intifada (2000)**

Os descontentamentos com os resultados do processo de paz não demoraram a surgir. A consolidação do controle israelense sobre a terra e os recursos palestinos, a fragmentação socioespacial dos palestinos, a expansão do número de assentamentos israelenses e a deterioração socioeconômica nos TPO abriram o caminho para a radicalização da resistência. De acordo com Roy (2007, p. 218), a fragmentação socioespacial da Palestina consolidada por Oslo significou também a descentralização forçada de serviços como saúde e educação, sobretudo por conta da enclavização da Cisjordânia e sua separação da Faixa de Gaza. A Autoridade Palestina falhou em representar a causa nacional e se apresentava cada vez mais como uma entidade corrupta que sacrificava os objetivos nacionalistas palestinos em prol de ganhos pessoais (Roy, 2007, p. 219). Em termos demográficos e geográficos, de 1993 a 2000, houve um influxo de 100 mil novos colonos para a Cisjordânia e, em menor medida, para Gaza, e a criação de pelo menos 30 novos assentamentos (Roy, 2007, p. 234). Israel ainda expropriou 200 quilômetros quadrados de terra palestina e ordenou a construção de cerca de 500 quilômetros de estradas que ligavam os assentamentos israelenses na Cisjordânia (Gelvin,

2017, p. 280). Já em termos econômicos, em 1996, três anos após a assinatura de Oslo I, a economia de Gaza sofreu uma perda de cerca de 39,6% de seu PIB, e a Cisjordânia uma perda de 18,2%. O número de palestinos vivendo na pobreza aumentou de 650 mil para 2,1 milhão apenas entre outubro de 2000 e abril de 2001 (Roy, 2007, p. 242-243).

Em julho de 2000, ocorre a Cúpula de Camp David, quando EUA, Israel e AP se encontram para chegar a um acordo final. Foi neste momento que os israelenses supostamente ofereceram um compromisso mais “generoso” com os palestinos, prometendo a devolução da Faixa de Gaza e algumas partes da Cisjordânia, com a possibilidade de construção de um Estado palestino com território descontínuo. Israel anexaria Jerusalém e manteria o controle do Vale do Jordão por mais 12 a 20 anos. O fracasso de Camp David foi atribuído a Arafat, que teria recusado todas as propostas israelenses (Hartmann Pacheco, 2020, p. 168; Roy, 2007, p. 234). Portanto, as conversas fracassadas de julho de 2000 praticamente apontavam para o fim do processo de paz entre palestinos e israelenses.

É neste contexto que ocorre uma nova insurgência nacional palestina. Novamente, assim como aconteceu com a Primeira Intifada, o novo levante que eclode no final de setembro de 2000, a Segunda Intifada, surgiu de um estopim. Figura emblemática da política israelense, Ariel Sharon visitou o Monte do Templo, onde está localizada a Mesquita de Al-Aqsa, em Jerusalém, considerada sagrada pelos muçulmanos, em 28 de setembro de 2000. Acompanhado de mais de mil seguranças, a visita de Sharon foi vista como uma provocação aos palestinos. No dia seguinte, os palestinos se manifestaram contra a ação de Sharon e foram reprimidos pelas forças israelenses, que usaram munição real e acabaram matando quatro manifestantes. A partir de então, os protestos rapidamente se espalharam pelos TPO, no que ficou conhecido como a Intifada de Al-Aqsa ou Segunda Intifada (Gelvin, 2017, p. 284-285).

Muito mais violento que a Primeira Intifada, o novo levante palestino ficou marcado pelo uso extensivo de táticas terroristas por alguns grupos, notadamente o Hamas, e pelas repressões brutais por parte das forças israelenses. Em março de 2001, por exemplo, um ataque de terrorismo suicida matou três mulheres israelenses na cidade de Netanya, e em maio um outro ataque de “homem-bomba” resultou na morte de 10 israelenses e ferimento de 100 pessoas em um shopping. Ao fim da Segunda Intifada, em 2005, o número de mortos ultrapassava os 4 mil, 75% deles palestinos (Gelvin, 2017, p. 285).

A situação ficou ainda pior após os ataques do 11 de setembro de 2001 em Nova York e Washington, D.C., reivindicados pela Al-Qaeda. A partir da declaração de Guerra Global ao Terror, liderada pelos EUA, as relações EUA-Israel ficaram ainda mais estreitas. Israel se consolidou como grande parceiro estratégico dos estadunidenses no Oriente Médio, e a troca

de expertise e tecnologias de segurança e contraterrorismo selaram a aliança especial entre os dois países (Beinin, 2021). Israel inclusive passa a ser visto como um exemplo de técnicas de urbicídio, isto é, a destruição das infraestruturas urbanas. De acordo com Graham e Baker (2016), técnicas utilizadas por Israel em 2002 na repressão ao campo de refugiados de Jenin, na Cisjordânia, durante a Segunda Intifada, foram aplicadas pelos EUA na destruição de Bagdá, em 2003, durante a invasão dos EUA ao Iraque. A este processo os autores chamaram de “palestinização do Iraque” (Graham; Baker, 2016).

A Operação Escudo Defensivo, considerada a maior incursão israelense em território palestino desde os anos 1990, foi uma medida de contrainsurgência para eliminar a “infraestrutura terrorista”, e funcionava com base na demolição de casas, prisão em massa e utilização de helicópteros armados, tanque e escavadeiras para destruir bairros inteiros (Gelvin, 2017, p. 286). Essas e outras medidas adotadas em nome da segurança nacional foram rapidamente colocadas em prática. Talvez a mais conhecida seja a construção do muro da Cisjordânia, chamado pelos palestinos como o muro da vergonha ou muro do apartheid. Anunciada por Ariel Sharon ainda em 2001, ano em que ele assume o posto de primeiro-ministro de Israel, a construção serviria para “evitar que os homens-bomba se infiltrassem em Israel” (Gelvin, 2017, p. 287).

Em artigo de opinião publicado no *The New York Times*, em 27 de fevereiro de 2002, ainda na efervescência da Segunda Intifada, o cientista político e diplomata israelense Dore Gold<sup>21</sup> afirmou logo no título que “Apenas *Buffer Zones* Podem Proteger Israel”. Gold (2002, tradução nossa) culpa Arafat pelo início da Segunda Intifada, a qual considera “uma campanha de puro terrorismo contra civis israelenses”, e argumenta que a única opção diplomática realista seria Israel e AP entrarem em um acordo que deixa Israel no controle de zonas de segurança vitais na Cisjordânia, seguindo o exemplo do que estava sendo feito na Faixa de Gaza. O artigo de Gold (2002) é um claro apoio à construção do muro de separação da Cisjordânia.

Gold (2002) defende que a criação do muro, que ele chama de *buffer zone*, colocaria grandes obstáculos para os “terroristas suicidas” palestinos, impedindo-os de entrar em centros populacionais israelenses. O mesmo argumento havia sido utilizado para defender a construção da barreira de Gaza, que diminuiria as chances de infiltração do Hamas em Israel. O major-general Doron Almog, que atuou como chefe do Comando Sul das FDI, com foco na Faixa de Gaza, entre 2000 e 2003, publicou uma espécie de relatório listando algumas lições da barreira

---

<sup>21</sup> Dore Gold já atuou como representante de Israel na ONU e conselheiro de Ariel Sharon e Benjamin Netanyahu durante os seus períodos como primeiros-ministros de Israel.

de Gaza que poderiam ser aplicadas à Cisjordânia (Almog, 2004). Escrevendo já durante a preparação do desengajamento de Gaza, Almog (2004) aponta que a barreira conseguiu impedir 20% das “ações hostis” perto da fronteira e 70% dentro do território israelense. Sendo assim, tanto a barreira quanto a *buffer zone* são consideradas um elemento-chave de segurança. Nesse cenário, Almog (2004) sugere:

**A experiência adquirida pelo Comando Sul do FDI na Faixa de Gaza é a base de nossos esforços para implementar a nova cerca na Cisjordânia.** Geograficamente, a Cisjordânia é diferente da Faixa de Gaza, mas do ponto de vista profissional apresenta o mesmo problema, embora a Cisjordânia seja montanhosa e dez vezes maior que Gaza. [...] **O que aprendemos com nossa experiência na Faixa de Gaza é que é necessário continuar construindo a cerca ao redor da Cisjordânia.** (Almog, 2004, tradução nossa, grifos nossos).

Tal declaração ilustra precisamente a noção de Gaza como modelo ou laboratório para políticas que são implementadas posteriormente em outros lugares da Palestina ou do mundo (Li, 2006). É justamente a partir do início da Guerra Global ao Terror que Israel e EUA se tornam exportadores do policiamento, trocando entre si não apenas as tecnologias e técnicas de contrainsurgência, mas “lógicas coloniais, legais e biopolíticas” (Graham; Baker, 2016, p. 41, tradução nossa). A partir de então, a Faixa de Gaza se torna um laboratório onde são testadas tecnologias e armas da indústria israelense que serão exportadas. Produtos incluem, por exemplo, drones, cercas elétricas, gases tóxicos, balas expansivas, aparelhos de identificação biométrica, detectores de movimento, entre outros (Stockmarr, 2016).

A construção de muros e *buffer zones* responde à tática histórica sionista de separar e eliminar a população nativa indesejada. Mais do que isso, trata-se de um recrudescimento da política de fechamento, com foco na mobilidade dos palestinos. Segundo Peteet (2017, p. 72), o controle sobre a mobilidade palestina transforma as cartografias e os significados do espaço e funcionam, em última instância, para administrar os corpos palestinos, tanto individuais quanto coletivos. A infraestrutura sempre foi um meio pelo qual se pode controlar o espaço e a população palestina. A partir da Segunda Intifada, porém, torna-se mais claro as formas pelas quais a infraestrutura é tratada tanto como alvo quanto como o meio pelo qual Israel exerce a violência sobre os palestinos.

Foi também durante a Segunda Intifada que a destruição de partes das terras palestinas de Gaza se tornou uma prática comum, com autoridades israelenses argumentando de que se tratava de uma medida de proteção de espaços e instalações militares israelenses (Pereira, 2014, p. 25). Até o final de 2004, 4.885 casas foram parcial ou completamente destruídas e 20% da área agricultável de Gaza foram aplanadas (Pereira, 2014, p. 18). Apenas na cidade de Rafah,

na fronteira com o Egito, 1600 casas foram demolidas, por vezes com pessoas dentro das residências e sem aviso prévio, e 10% da população local foi deslocada à força (B'Tselem, 2002). A justificativa das forças israelenses era a procura e destruição de túneis do Hamas (LI, 2006, p. 45). Segundo relatório da B'Tselem (2002)<sup>22</sup> sobre a política israelense de demolição de casas e de destruição de terras agricultáveis da Faixa de Gaza, os oficiais justificavam com base na “necessidade militar urgente” e argumentavam que os “terroristas palestinos” se escondiam em casas e pomares perto da fronteira e dos assentamentos israelenses para poder atacar. Diante disso, era necessário realizar “ações de limpeza” nesses espaços para prevenir futuros ataques (B'Tselem, 2002, p. 3-4). Com efeito, milhares de palestinos de Gaza perderam suas casas e se tornaram, mais uma vez, refugiados dentro de sua própria terra. Até julho de 2021, 7% da área agrícola de Gaza havia sido destruída (B'Tselem, 2002, p. 7).

O próprio major-general Almog (2004, tradução nossa), que esteve à frente da implementação de tais políticas, declarou que se os israelenses permitissem “que os palestinos cultivem a terra até a cerca sem essa *buffer zone*, permitiremos aos terroristas um local de onde possam lançar futuros ataques”. Em outras palavras, as áreas de produção agrícola deveriam ser destruídas para garantir a segurança de Israel – a economia e as possibilidades de vida dos palestinos, como de praxe, não foram levadas em consideração. Por trás do argumento de segurança, portanto, está o avanço da política de de-desenvolvimento.

Segundo Li (2006, p. 45), o então major-general Almog creditava a eficiência da *buffer zone* a dois elementos-chave: destruição de propriedades em massa e regras de fogo aberto. Isso significa tornar a área livre de habitações e qualquer tipo de instalação – como áreas de cultivo –, para que se transforme em uma zona de “fogo livre”, ou *free fire zone*. Com isso, ficou estabelecido que os palestinos que ousarem circular por tal zona o fariam por seu próprio risco (Li, 2006, p. 46; B'Tselem, 2022). Foi durante a Segunda Intifada que as FDI aplinaram uma faixa de terra de 150 metros de largura ao longo da barreira de Gaza, e tal área se tornou conhecida como uma *no-go area*, especialmente após o desengajamento de 2005 (Gisha, 2018a). Um pouco antes do início do desengajamento, as forças israelenses lançaram panfletos por veículos aéreos anunciando para os moradores de Gaza manterem uma distância de pelo menos 150 metros da cerca (Gisha, 2018a).

Os desdobramentos da Segunda Intifada, principalmente em Gaza, foram os pretextos perfeitos para a apresentação e implementação do plano de desengajamento israelense.

---

<sup>22</sup> Para uma descrição mais detalhada dos efeitos da política de demolição de casas e destruição de propriedades agrícolas na Faixa de Gaza de 2001 a 2002, ver B'Tselem (2002).

Retomando principalmente as preocupações demográficas, a retirada de todos os assentamentos judaicos de Gaza apareceu como uma solução final para lidar com a população indesejada de Gaza, que desde a Primeira Intifada já não servia nem ao menos para a exploração do trabalho. Como veremos na seção a seguir, o plano de desengajamento israelense de Gaza foi uma reorientação tática dos princípios sionistas de conquista de maior quantidade possível de terra com a menor quantidade possível de nativos.

#### **4.5 Resolvendo a equação demográfica: o plano unilateral de desengajamento israelense da Faixa de Gaza (2005)**

A Segunda Intifada trouxe inúmeras consequências para os palestinos, mas para a Faixa de Gaza, em particular, ela marcou o início do **plano de retirada dos assentamentos israelenses** da região. Apresentado em dezembro de 2003 pelo então primeiro-ministro de Israel, Ariel Sharon, o plano visava a evacuação e destruição dos assentamentos em Gaza, de forma que a presença israelense dentro daquele espaço não existiria mais, garantindo a segurança dos cidadãos israelenses, que não estariam mais sujeitos aos perigos do “terrorismo” (Western, 2017, p. 191). O plano também previa a retirada de quatro assentamentos localizados no norte da Cisjordânia – Ganim, Kadim, Sanur e Homesh. Contudo, foi o desengajamento de Gaza que mais significou um ponto de inflexão na história da questão Palestina/Israel.

O argumento principal da retirada era que, com a saída total dos colonos israelenses de Gaza, Israel não seria mais responsável pela população que habitava aquele espaço, colocando um fim na ocupação militar que teve início em 1967. De acordo com a própria resolução publicada pelo Gabinete do Primeiro-Ministro, em 6 de junho de 2004: “A conclusão do plano servirá para dissipar as alegações sobre a responsabilidade de Israel pelos palestinos na Faixa de Gaza” (Israel, 2004, tradução nossa). Naquele momento, havia 1,5 milhão de palestinos e cerca de 8 mil israelenses em Gaza, o que mostrava a alta discrepância populacional. Isso também gerava altos custos para a manutenção da ocupação israelense em Gaza: somada às ações de contrainsurgência em relação ao Hamas, a ocupação consumia parte significativa do orçamento militar de Israel (Rynhold; Maxman, 2008).

A ideia de retirar os assentamentos de Gaza não partiu de Sharon. Como vimos ao longo desta tese, o problema demográfico – i.e, a grande quantidade de árabes palestinos na terra desejada pelos sionistas – sempre foi uma questão importante para a concretização do projeto sionista de criação de um Estado apenas para judeus, ou pelo menos em sua maioria demográfica. Na Introdução desta tese, mencionamos o famoso artigo do demógrafo israelense

Arnon Soffer, que no final da década de 1980 realizou estudos de projeção populacional dos palestinos e dos israelenses. Soffer (1989) apontou que Gaza era uma espécie de ameaça demográfica, embora pouco visível, pois o crescimento populacional é lento e gradual. No entanto, Soffer (1989) argumentava que, até 2000, o número de habitantes palestinos superaria o de judeus israelenses. A população da Faixa de Gaza, por exemplo, era composta em 98% por palestinos. Neste cenário, a demografia era um grande perigo para o objetivo final do projeto de colonialismo por povoamento sionista da Palestina. Além disso, os eventos da Segunda Intifada reviveram as ideias anteriores de retirada dos assentamentos israelenses de Gaza. Inclusive, Soffer foi um dos arquitetos do plano de desengajamento posto em prática em agosto de 2005 e era consultado por Sharon em diversas ocasiões.

O contexto da elaboração e apresentação do plano de desengajamento israelense de Gaza envolveu tentativas da comunidade internacional de cessar os conflitos oriundos da Segunda Intifada. Em 2003, o Quarteto, composto por EUA, Rússia, União Europeia e ONU, esboçou um plano para paz, chamado de Mapa para Paz (*Road Map for Peace*), em que estabelecia um passo a passo para que palestinos e israelenses encerrassem as hostilidades, começando pelo fim do “terrorismo palestino” e a paralisação total da construção de novos assentamentos israelenses (Gelvin, 2017, p. 287). Porém, no contexto da Segunda Intifada e do fracasso total do processo de paz de Oslo, Sharon aproveitou o momento do auge do contraterrorismo para declarar que não negociaria com terroristas e que não “havia ninguém do outro lado para dialogar”, cortando, assim, relações com a Autoridade Palestina (Gelvin, 2017, p. 287; Rynhold; Maxman, 2008, p. 28). O Mapa para a Paz, portanto, não recebeu o apoio de Sharon, que em 2003 também chegou a declarar que a paralisação dos assentamentos seria impossível.

Uma outra questão que impulsionou o desengajamento foram os altos custos de manutenção da ocupação em Gaza, que passaram a ser vistos como um problema. Tendo em vista a grande discrepância entre o número de habitantes palestinos e colonos israelenses em Gaza, bem como a crescente popularidade do Hamas, o Estado de Israel, para “enfrentar o terrorismo”, consumia parte significativa do orçamento total das FDI apenas para manter os colonos seguros em Gaza (Rynhold; Maxman, 2008, p. 30). Segundo Levin (2015, p. 25), para defender um assentamento de apenas 26 famílias israelenses, Israel mantinha uma companhia de infantaria, um pelotão blindado e uma força de engenharia. Ou seja, para defender cerca de 8 mil colonos, eram mobilizados 50 mil soldados (Gelvin, 2017, p. 290).

Neste cenário, era necessário resolver esta equação demográfica, retirando os palestinos de Gaza da conta. Ariel Sharon, sendo um grande estrategista e pensando nos resultados a longo prazo do desengajamento israelense de Gaza, entendia que seria melhor para o “interesse



nacional” de Israel que o caráter “democrático” e de maioria judaica permanecesse, mesmo que isso significasse o abandono de uma região palestina antes ocupada (Rynhold; Maxman, 2008).

As pressões diplomáticas internacionais, por parte do Quarteto, e financeiras, relativas aos custos domésticos de manutenção da ocupação em Gaza, não foram as únicas, nem mesmo as mais significativas, a determinar o plano de desengajamento de Israel. No âmbito doméstico, e mais especificamente dentro do partido Likud, mudanças ideológicas em curso levaram Sharon a recalcular suas estratégias em relação à Palestina (Rynhold; Maxman, 2008). Conhecido popularmente como pai do movimento dos assentamentos, por defender sua expansão, e por mandar destruir inúmeras casas palestinas, o que lhe deu a fama de “*bulldozer*” (Levin, 2014, p. 89-91), pareceu contraditória, em um primeiro momento, a defesa de Sharon da retirada de assentamentos judaicos da Faixa de Gaza.

No entanto, o desengajamento não foi uma atitude vinda somente de Sharon, mas resultado de um processo – longo e contestado – de mudanças dentro do partido Likud, que redesenhou sua orientação fundamentada no Sionismo Revisionista, cujo princípio basilar é o estabelecimento de um Estado democrático constituído por uma maioria judaica em Eretz Israel. O Sionismo Revisionista é a ideologia que norteia as ações da direita não-religiosa em Israel, em geral, e do Likud, em particular (Rynhold; Maxman, 2008, p. 13). De acordo com Rynhold e Maxman (2008), essa mudança começou a ser discutida no contexto da Primeira Intifada, quando parte da opinião pública de Israel não mais concordava acriticamente com o status quo mantido pela ocupação da Cisjordânia e da Faixa de Gaza, o que poderia significar uma perda de popularidade do Likud.

Para Lewin (2015, p. 15-17), assim como para parte da direita secular israelense (Rynhold; Maxman, 2008, p. 12), o desengajamento e o consentimento público que recebeu de algumas parcelas da população era uma antítese do sionismo, pois significava o apagamento total da presença judaica-israelense na Faixa de Gaza e o abandono das aspirações da consolidação da chamada Terra de Israel. Ainda segundo Lewin (2015), o desengajamento da Faixa criou um sentimento de incerteza em relação aos assentamentos israelenses da Cisjordânia. Segundo o autor, “[o]s assentamentos na Cisjordânia não tinham mais nenhuma garantia contra a evacuação, não importa o quão bem-sucedidos e prósperos fossem” (Lewin, 2015, p. 26). Outros autores, por outro lado, entendem que o desengajamento de Gaza foi uma estratégia bem pensada para garantir que os assentamentos na Cisjordânia não só permanecessem como expandissem, o que de fato aconteceu (Mansour, 2011; Vericat, 2020).

Sendo assim, Rynhold e Maxman (2008, p. 34) avaliam que a mudança ideológica dentro do Likud não foi radical, mas conservadora, pois os valores permaneciam os mesmos.

Isso significa que, embora a *policy* do desengajamento israelense de Gaza pudesse parecer contraditória, ela ainda respondia à *politics* israelense sionista de conquista de maior quantidade de terras palestinas com menor número de nativos.

A permanência do princípio norteador do sionismo permitiu, por exemplo, que houvesse certa convergência entre setores da esquerda, que criticavam fortemente Sharon, e a centro-direita da política israelense (Lewin, 2015, p. 380), a qual passou a reconhecer que “o contínuo controle israelense sobre os não cidadãos palestinos poderia, em última análise, constituir uma **ameaça demográfica** à própria essência judaica de Israel” (Levin, 2014, p. 89, tradução nossa, grifo nosso). Assim, embora tenha sido uma surpresa para alguns, Ariel Sharon, por ter tido uma formação e atuação militar, agiu estrategicamente, de maneira que os interesses a longo prazo de Israel fossem garantidos (Levin, 2014, p. 91). O próprio plano de desengajamento apresentada como princípio da necessidade de criar uma melhor “situação de segurança, política, econômica e **demográfica**” (Israel, 2004, tradução nossa, grifo nosso).

Segundo Evans (2016, p. 381), a dispersão da população judaica<sup>23</sup> é um *policy paradigm*, que ele define como uma espécie de enquadramento para os processos de tomadas de decisão, pois ele delimita os objetivos a longo prazo de determinado ator. Em outras palavras, seria uma espécie de grande estratégia, ou *politics*. Em alguns momentos, o plano de desengajamento de Gaza foi apresentado para o público israelense como uma forma de expandir os assentamentos judaicos na região do Naqab/Negev a fim de desenvolvê-lo economicamente, a partir do investimento em infraestrutura e recursos básicos, como água e eletricidade. Inclusive, Ariel Sharon expôs publicamente esse argumento em um discurso em maio de 2005, vários meses antes do desengajamento:

‘Acreditamos que o desengajamento aumentará a segurança de Israel e reduzirá o atrito entre os palestinos e nós. Ele ajudará a **fazer avançar os nossos interesses estratégicos nacionais**, promover a nossa economia e prosperidade e o desenvolvimento do Negev e da Galileia’. (Sharon *apud* Evans, 2016, p. 380, tradução nossa, grifo nosso).

Entendemos que esses interesses se referem ao projeto sionista de colonização da Palestina a partir da expulsão e eliminação da população nativa, que pode ser feita por diversas maneiras, a fim de que haja uma maioria judaica na maior quantidade de terras palestinas possível. Assim, avaliamos que a questão demográfica, portanto, foi a variável que, em grande

---

<sup>23</sup> De acordo com Evans (2016, p. 384), a dispersão da população judaica é uma política que acompanha o Estado de Israel desde sua fundação. Segundo esse *policy paradigm*, a dispersão seria uma maneira de espalhar populações judaicas nos mais diversos locais de Israel e da Palestina, mas tendo como foco aqueles espaços que estão na periferia ou que necessitam de desenvolvimento, como a região do deserto do Naqab/Negev.

medida, orientou o planejamento e execução do desengajamento – ainda que vários outros motivos convergentes também tenham sido uma preocupação.

Nesse sentido, a retirada e o relativo abandono de Sharon de sua imagem de pai dos assentamentos não foi propriamente um desvio de caráter ou mudança de personalidade, mas uma estratégia que levaria não só à continuação da ocupação, ainda que por outros meios (Salamanca, 2011), mas que estava baseada no princípio norteador do sionismo e do colonialismo por povoamento: a aquisição da maior parte de terra com o menor número de população nativa. Como militar, Sharon pensava em termos de tática e estratégia e, portanto, a questão da Faixa de Gaza aparecia mais como uma readequação dos meios, em função das novas circunstâncias, para se alcançar um fim maior: a colonização total da Cisjordânia. O plano de retirada inclusive atestava que era “claro que na Cisjordânia existem áreas que farão parte do Estado de Israel, incluindo os principais centros populacionais israelenses, cidades, vilas e aldeias, áreas de segurança e outros locais de interesse especial para Israel” (Israel, 2004, tradução nossa).

O desengajamento foi uma ação unilateral de Israel que, em nenhum momento, levou em consideração as demandas políticas dos palestinos. Como mencionado anteriormente, Sharon afirmara não haver mais com quem conversar do lado palestino. Olhando a partir de um contexto internacional, essa atitude de Sharon também foi uma maneira de contornar os esforços do Quarteto – EUA, Rússia, UE e ONU – de encerrar de vez a proposta de negociação em torno do Mapa para a Paz. Se os israelenses seguissem a sugestão do Quarteto, teriam que negociar com os palestinos, que de forma alguma aceitariam o desengajamento proposto nos termos de Sharon, pois sabiam que se tratava da continuação da ocupação por outros meios, e certamente demandariam o fim da ocupação na Cisjordânia também. Agindo unilateralmente, porém, Israel não precisaria negociar com os palestinos e a ocupação da Cisjordânia permaneceria intacta (Macintyre, 2018, p. 49).

Isso fica claro nas próprias premissas do plano apresentado em 2004. Embora determinasse que a presença israelense dentro da Faixa cessaria de existir, o plano garantia a permanência de Israel como poder ocupante:

- 1) O Estado de Israel guardará e monitorará o perímetro terrestre externo da Faixa de Gaza, continuará a manter autoridade exclusiva no espaço aéreo de Gaza e continuará a exercer atividades de segurança no mar ao largo da costa da Faixa de Gaza.
- 2) A Faixa de Gaza deve ser desmilitarizada e deve ser desprovida de armamento, cuja presença não está de acordo com os acordos israelense-palestinos.
- 3) O Estado de Israel reserva o seu direito fundamental de legítima defesa, tanto preventiva como reativa, incluindo, quando necessário, o uso da força,

em relação a ameaças provenientes da Faixa de Gaza. (Israel, 2004, tradução nossa).

Para além das questões de território e segurança, Israel também manteria o controle de infraestrutura e da economia de Gaza:

#### 8. Infraestrutura e arranjos civis

As infraestruturas relacionadas a água, eletricidade, esgoto e telecomunicações permanecerão em funcionamento.

Em geral, Israel continuará, a preço integral, a fornecer eletricidade, água, gás e gasolina aos palestinos, de acordo com as disposições atuais.

Outras disposições existentes, como as relativas à água e à esfera eletromagnética, permanecerão em vigor.

[...]

#### 10. Arranjos Econômicos

Em geral, os acordos econômicos atualmente em vigor entre o Estado de Israel e os palestinos permanecerão em vigor. Esses acordos incluem, entre outros: Um. A entrada e saída de mercadorias entre a Faixa de Gaza, a Cisjordânia, o Estado de Israel e o exterior.

Dois. O regime monetário.

Três. Arranjos de envelope fiscal e aduaneiro.

Quatro. Acordos postais e de telecomunicações.

Cinco. A entrada de trabalhadores em Israel, de acordo com os critérios existentes. (Israel, 2004, tradução nossa).

Visões otimistas, como a de Makovsky (2005), acreditavam que o desengajamento abria uma nova oportunidade para a paz entre Palestina e Israel, em um contexto no qual os Acordos de Oslo já se mostravam um total fracasso. A evacuação dos colonos apareceria como uma espécie de rendição dos israelenses<sup>24</sup>, que pela primeira vez desocupariam um dos territórios palestinos ocupados militarmente desde a Guerra dos Seis Dias, em 1967. Ainda, para Makovsky (2005, p. 52), o sucesso do plano colocaria um fim nas ações armadas do Hamas, criando um precedente para a retirada de assentamentos israelenses de outras partes da Palestina, como a Cisjordânia.

Perspectivas mais pessimistas ou realistas, como a de Geoffrey Aronson (2005), previam que o desengajamento levantaria novos problemas, uma vez que o plano não esclarecia três pontos fundamentais: (i) o que constitui um “controle militar efetivo”, (ii) até que ponto a ocupação pode ser divisível e (iii) se um novo ator soberano deve assumir o poder para que a ocupação de fato acabasse (Aronson, 2005, p. 50-51). Essas questões levantadas por Aronson (2005) são cruciais, pois tocam em pontos muitas vezes ignorados por aqueles que abordam Gaza como uma entidade separada do contexto maior de colonização israelense da Palestina.

<sup>24</sup> De fato, a retirada realizada em agosto de 2005 foi acompanhada por diversos veículos midiáticos, nos quais circularam imagens dos colonos sendo retirados à força – mas não de forma violenta – pelos soldados israelenses. Isso foi uma estratégia midiática de mostrar ao mundo que o Estado de Israel e seus colonos estavam realizando um grande e doloroso esforço, que dificilmente se repetiria.

A partir da estratégia de Sharon, a chamada Questão Palestina/Israel, de uma forma geral, foi colocada em outro patamar: se, até 2005, os momentos de rupturas no conflito Israel-Palestina ocorriam devido a guerras ou operações militares, a partir desse momento, Israel utilizou uma estratégia mais elaborada, uma forma de “avançar ao recuar” (Makovsky, 2005). Em outras palavras, ao retirar os assentamentos de Gaza, o processo de colonização por povoamento israelense na Palestina avançou em outras áreas, haja vista a expansão dos assentamentos israelenses na Cisjordânia e em Jerusalém Oriental. Nesse sentido, esses dois eventos, apesar de parecerem opostos, compõem dois espectros de um mesmo projeto de colonialismo por povoamento.

Nesse sentido, é possível inferir que o objetivo final do Estado de Israel ao implementar a retirada não era uma sinalização para avançar nas negociações do processo de paz, já que não resultou, em momento algum, na autonomia palestina. Além disso, tendo sido uma ação unilateral, as demandas palestinas não foram objeto de consultas e não houve qualquer tipo de negociação com os palestinos.

#### 4.5.1 Fechando o cerco: a fragmentação política palestina e o bloqueio de Gaza (2007)

Além do desengajamento de Gaza, a Segunda Intifada também contribuiu para a consolidação da fragmentação da política palestina, que já estava em curso desde Oslo, com o descontentamento da população palestina em geral com a liderança da AP. A desconfiança na liderança palestina e cisão da resistência nacional, representada pelas disputas entre Fatah e Hamas, chegaram ao ápice nas eleições parlamentares de janeiro de 2006. Na ocasião, o Hamas levou a maioria dos assentos: 74 dos 132 assentos parlamentares, contra 45 do Fatah. Essa vitória do grupo de resistência islâmico respondia à sua histórica atuação como organização de caridade e serviço social, bem como à insatisfação popular em relação à AP liderada pelo Fatah, que era cada vez mais acusada de corrupção e conveniência com o poder colonial.

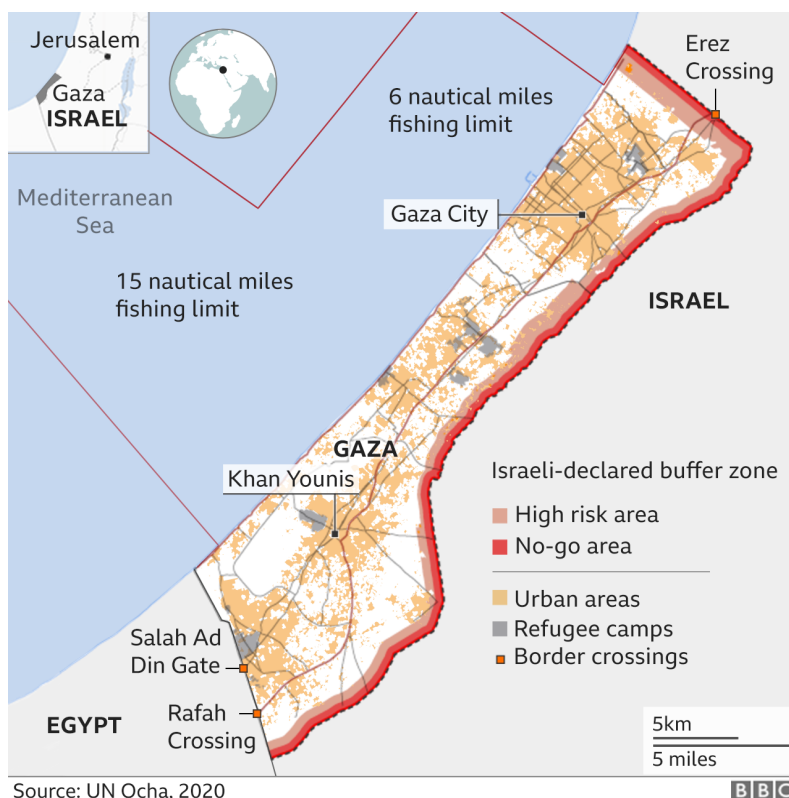
Israel e seus aliados internacionais, em especial EUA e União Europeia, não admitiram que um “grupo terrorista” estivesse no poder. A vitória do Hamas nas eleições legislativas de 2006 também mudou o comportamento dos *players* internacionais, principalmente os doadores e o Quarteto, que passaram a impor sanções econômicas à Autoridade Palestina, em uma tentativa de forçar o Hamas a reconhecer a existência do Estado de Israel e renunciar as suas táticas terroristas (Gelvin, 2017, p. 294). Logo, para evitar perder ainda mais recursos, a AP, liderada pelo Fatah, buscou uma solução para acabar de vez com o novo poder político do

Hamás. Contudo, foi o próprio Hamás que deu início à guerra civil com o Fatah, que resultou na vitória do Hamás e sua tomada de poder na Faixa de Gaza, consolidando a cisão política nacional. A partir desse momento, as sanções à AP acabaram, visto que o Hamás não mais fazia parte dela (Qarmout; Béland, 2012).

Ainda em junho de 2006, Israel lançou a operação militar Chuvas de Verão, na qual destruiu completamente a única usina elétrica de Gaza – que seria parcialmente restaurada no futuro –, causando um prejuízo a mais de 700 mil palestinos que dependiam dela para cozinhar, guardar alimentos em geladeiras, terem acesso a hospitais etc. Essa operação marcou o início do que seria padrão em Gaza: os cortes diários de energia elétrica. A operação também foi responsável por destruir três pontes na região central de Gaza, usadas como infraestrutura de mobilidade (Macintyre, 2018, p. 103).

Em setembro de 2007, Israel declara formalmente que a Faixa de Gaza é uma entidade hostil (Macintyre, 2018, p. 131) e instaura o bloqueio terrestre, marítimo e aéreo da região, com suporte de seus aliados internacionais e também do Egito, que bloqueia a fronteira de Gaza ao sul, na cidade de Rafah (Mapa 9). Veremos no Capítulo 5 como o Egito também contribui para o isolamento de Gaza ao restringir, e por vezes impedir, a circulação das pessoas na fronteira.

**Mapa 9 – Bloqueio da Faixa de Gaza**



Fonte: BBC (2020)

Ainda como resultado da guerra civil palestina e a tomada do Hamas do poder em Gaza, a representação política palestina se dividiu em duas: de um lado, a Autoridade Palestina, reconhecida e financiada internacionalmente, e o Hamas, boicotado pela comunidade internacional e cujas sanções até hoje se estendem a toda a população de Gaza, por conta do bloqueio instaurado à região (Qarmout; Béland, 2012). Os efeitos imediatos, três semanas depois do bloqueio, foram a queda brusca das importações e exportações, bem como o impedimento do funcionamento normal de cerca de 70% das pequenas fábricas de Gaza. Mais de 30% dos trabalhadores industriais estavam à beira de perder seus empregos, o que impactaria as suas famílias – cerca de 210 mil pessoas no total (Macintyre, 2018, p. 131).

A situação em Gaza já estava devastadora. Em relatório publicado em janeiro de 2009, a Human Rights Watch revelou que 80% da população dependia de ajuda humanitária, mais de 50% estava em situação de insegurança alimentar e vivia com menos de 2,6 dólares por dia. Os hospitais da região estavam com falta de equipamentos e medicamentos. O relatório também menciona uma pesquisa feita pelo Banco Mundial em 2008, que apontou que apenas 2% dos estabelecimentos industriais de Gaza estavam funcionando. De 2005 a 2008, o número de trabalhadores do setor industrial caiu de 35 mil para 840, e cerca de 40 mil empregos no setor agrícola foram destruídos (HRW, 2009).

O bloqueio, portanto, não poderia restringir muito a atividade das agências de ajuda humanitária, visto que elas se tornaram as grandes responsáveis por impedir o colapso total de Gaza. Portanto, Israel, na justificativa de impedir uma crise humanitária, permite a entrada de certos tipos de ajuda, embora elas não sejam o suficiente para garantir uma vida digna à população de Gaza, conforme veremos nos capítulos seguintes. No geral, as sanções econômicas e políticas ao Hamas trazem consequências devastadoras à população de Gaza. Até mesmo no serviço público foi atingido – em 2007, a AP ordenou que seus 70 mil trabalhadores presentes em Gaza não servissem ao governo do Hamas, em uma tentativa de garantir a continuação dos recursos vindos dos doadores e de minar a autoridade do Hamas. Esses 70 mil servidores constituíam cerca de 40% dos empregos locais. Com efeito, o Hamas teve de buscar alternativas para empregar essas pessoas, bem como financiamento, que começou a vir pelo Irã e pelo Qatar, por exemplo (Macintyre, 2018, p. 109).

É inegável o quanto o bloqueio piorou uma situação que já estava péssima para os habitantes de Gaza. Com ataques sistemáticos à infraestrutura local e com o controle contínuo da entrada e saída de bens e pessoas, os problemas imediatos de Gaza passam a ser de sobrevivência. Somadas às violências cotidianas, Israel orchestra, de tempos em tempos, operações militares desde 2008. Até 2023, foram seis operações que contaram com o

bombardeio de Gaza, a destruição de infraestrutura, o fechamento total das fronteiras por diversos dias, a interrupção no fornecimento de eletricidade etc. A própria reconstrução de Gaza após essas operações é impossibilitada pelas políticas israelenses de mobilidade, que restringem a entrada de produtos como cimento, cabos de aço e outros produtos necessários para a construção civil – discutimos esse tema com mais detalhes no Capítulo 5.

#### 4.6 Conclusão

Este capítulo buscou identificar, avaliar e compreender as principais mudanças ocorridas entre a eclosão da Primeira Intifada, em 1987, e o desengajamento israelense da Faixa de Gaza, em 2005. Foi dado destaque às políticas de de-desenvolvimento, separação e fechamento que Israel passou a implementar de forma mais assídua em Gaza, que ao cabo levou ao seu atual grau de isolamento socioespacial e à sua corrosão econômica. No decorrer desses quase 30 anos que analisamos no capítulo, buscamos compreender as dinâmicas de insurgência e contrainsurgência, sobretudo as mudanças trazidas pelas duas intifadas e pelos Acordos de Oslo. Vimos que, a partir dos anos 1990, há uma terceirização da ocupação com a entrada e maior presença de atores transnacionais não-estatais, como agências financeiras, de ajuda humanitária e ONGs, que passam a ser as responsáveis por impedir o colapso total de Gaza.

Por fim, chegamos à contradição central que baliza esta tese. Importantíssimo ponto de inflexão na história de Gaza, a retirada dos assentamentos israelenses de Gaza, em 2005, embora seja chamada de desengajamento, na verdade foi um reengajamento, uma inauguração de uma nova forma de controle de espaço, população e recursos por parte do poder colonial, agora feito à distância. Avaliamos que esse controle passa a ser exercido por meio das *policies* de mobilidade – uma continuação do regime inaugurado nos primeiros anos da ocupação, mas agora mais recrudescido – e de controle de infraestrutura e recursos, políticas que analisamos nos próximos dois capítulos desta tese. Argumentamos, ainda, que o desengajamento significou não um abandono dos interesses sionistas em relação às terras palestinas, mas uma reorientação tática que visou resolver a equação demográfica, naquele momento muito desfavorável aos israelenses em Gaza, visto que 98% da população era composta por palestinos. Portanto, o desengajamento foi capaz de retirar de Israel a responsabilidade sobre 1,5 milhão palestinos indesejáveis e que já não serviam nem mesmo para a exploração de trabalho, como é o caso dos palestinos da Cisjordânia. Ao mesmo tempo, mesmo com a ausência física interna de colonos,



o poder colonial continuou e se metamorfoseou, sendo pautado agora pelo controle da mobilidade e da infraestrutura da produção e reprodução da vida em Gaza.

O desengajamento israelense de Gaza foi acompanhado da expansão dos assentamentos israelenses na Cisjordânia. Afinal, como vimos, a estratégia de Sharon era justamente abandonar Gaza para conquistar o espaço que tem mais “valor” para o sionismo, a Cisjordânia. É por isso que defendemos uma análise não essencializada de Gaza, mas sempre levando em consideração o enquadramento do colonialismo por povoamento como princípio ideológico e prática histórica. Ademais, o bloqueio não é uma disrupção na história de Gaza, mas um sintoma de um problema maior e anterior: a expropriação de terras palestinas e a negação constante do direito de retorno dos refugiados palestinos (Erakat, 2019b, p. 800).

Escrevendo logo após o desengajamento israelense, Li (2006, p. 38-39) mobilizara a noção de que Gaza é um laboratório em três sentidos: (i) o de um espaço no qual Israel testa suas técnicas de controle dos palestinos, equilibrando “controle máximo e responsabilidade mínima”; (ii) onde praticas são testadas antes de serem aplicadas na Cisjordânia; e, por fim, (iii) um espaço que, por tamanha segregação territorial e concentração populacional palestina, pode ser visto como tendo “condições puras” da experiência de laboratório.

A Faixa de Gaza tornou-se um laboratório nesse contexto visto que seu *status* de um espaço segregado e sem ocupação física e interna de militares israelenses permite que ela seja um lugar especial para testes de “novas técnicas de controle urbano, pacificação e guerra de contrainsurgência” (Graham, 2011, p. 239, tradução nossa). Os pesquisadores Graham e Baker (2016, p. 46) inclusive afirmam haver evidências de que Israel estaria transformando espaços da Cisjordânia, principalmente da Área C. Um exemplo são os diversos *checkpoints* que dividem cidades e bairros da Cisjordânia, além do muro de separação. Nesse sentido, Gaza seria o laboratório perfeito para experimentar, à distância, novos dispositivos de controle populacional e territorial, tornando possível uma economia de guerra permanente que dá lucros para a indústria israelenses de armas.

Nessa economia, a vida dos palestinos de Gaza, entendida pelos israelenses como uma população excedente, é considerada dispensável e sem valor. Na verdade, paradoxalmente, o único “valor” das vidas de Gaza seria justamente a sua falta de valor, de forma que o controle e a eliminação realizados por Israel é feita sem dispêndios e ainda serve como um modelo de gestão populacional à distância que pode ser exportado e aplicado em outros espaços, palestinos ou não. Nesse sentido, a partir do desengajamento e do bloqueio, a necropolítica israelense passa a operar de forma mais sistemática e brutal, tornando a morte uma paisagem e uma experiência cotidianas na Faixa de Gaza.

## 5 AS POLÍTICAS DE MOBILIDADE

Este capítulo analisa o funcionamento e os efeitos das *policies* implementadas pelo Estado de Israel para a Faixa de Gaza em relação à circulação de pessoas e produtos para dentro e fora da região. No que se refere aos produtos, damos destaque para os alimentos e para os chamados itens de dupla utilização, entendidos por Israel como passíveis de ser utilizados por grupos terroristas em ações contra Israel. As rígidas restrições da entrada desses produtos acabam impactando severamente a vida cotidiana dos palestinos em Gaza, sobretudo em relação ao funcionamento das usinas de energia elétrica, das estações de tratamento de água e esgoto, do sistema de saúde, entre outros. Essas políticas são caracterizadas como um tipo de violência burocrática, parte da governamentalidade colonial exercida à distância e que transforma o cotidiano dos palestinos de Gaza num constante limbo entre vida e morte. A contagem de quantas calorias um palestino de Gaza poderia consumir cotidianamente é um exemplo claro da operação da bio-necropolítica israelense para a região.

Ainda que o COGAT, unidade do Ministério de Defesa, seja o ator proeminente na condução dessas *policies*, identificamos a atuação de organizações internacionais de ajuda humanitária, ONGs e instituições financeiras internacionais na tentativa de diminuir os efeitos brutais da ocupação israelense. No entanto, por conta do enquadramento maior da dominação colonial israelense da Palestina em geral e de Gaza em particular, a ajuda internacional também enfrenta diversos limites quanto à oferta de assistência para tentar, em alguma medida, superar o bloqueio israelense. Da mesma maneira, as manifestações de resistência palestina frente às *policies* israelenses parecem uma medida paliativa, uma tentativa de sobreviver com o pouco que é possível diante do isolamento socioespacial de Gaza.

### 5.1 Política de alimentos

“Para entender Gaza, comece com o que as pessoas estão comendo – e o porquê”. É com este título que a jornalista Miriam Berger (2018b) nos provoca a investigar os aspectos cotidianos e íntimos da dominação israelense sobre a Faixa de Gaza. Esforço semelhante fora feito por Laila el-Haddad e Maggie Schmitt, que no livro “*The Gaza Kitchen: A Palestinian Culinary Journey*” buscaram contar a história de Gaza por meio de suas comidas típicas. Em um primeiro momento, falar de quais alimentos um palestino de Gaza consome parece algo banal, ligado mais às questões privadas e fora do campo da política. No entanto, os próprios

entrevistados pelas autoras compreendiam que conversar sobre alimento e o próprio ato de cozinhar implica falar sobre “a dignidade da vida cotidiana, sobre história e herança, em um lugar onde essas mesmas coisas foram muitas vezes menosprezadas ou ativamente apagadas” (El-Haddad; Schmitt, 2016, p. 25, tradução nossa). Nesse sentido, conversar sobre ingredientes de receitas, embora pareça algo trivial, revela os aspectos políticos e sociais da história, da geografia e da economia política da Faixa de Gaza.

Desde o bloqueio israelense de 2007, passou a faltar na mesa dos palestinos da região alimentos como chocolates, doces, margarina industrial, lentilhas, entre outros, que chegaram a ser considerados “itens de luxo” pelas autoridades israelenses (Blau; Feldman, 2009). O acesso a carnes vermelhas e frango também ficou debilitado, devido ao aumento exorbitante dos preços. Em 2009, um frango chegou a custar 18 dólares, um aumento de 100% desde o início da Operação Chumbo Fundido (2008-2009), que acabou destruindo diversos criadouros de frango na região. Por conta da alta taxa de desemprego na região e da média de renda de dois dólares por dia, um palestino de Gaza teria que trabalhar mais de duas semanas para comprar um frango. Além disso, a falta de combustível para aquecimento dos galinheiros prejudicou drasticamente a produção e venda interna de frango e ovos de galinha (Schmitt, 2009). Em Gaza, o frango é a carne mais barata— cerca de 70% dos habitantes o consomem para suprir a necessidade de proteína animal (Wright; Robinson, 2010, p. 61).

Fatores “externos” como operações militares israelenses e até mesmo guerras, como a recente Guerra Russo-Ucraniana (2022), afetam diretamente as cozinhas dos palestinos de Gaza. Em abril de 2022, dois meses após o início da guerra, o preço do frango aumentou de 6 para 14 dólares, o de farinha de trigo aumentou em 23,6%, óleo de milho em 26,3% e sal de cozinha em 30% (Baroud, 2022b). Diante disso, muitas famílias têm consumido alimentos em menor quantidade e qualidade, e algumas até compram comida a crédito (Oxfam, 2022). Isto, porém, não é novidade. Um estudo conduzido pelo *Gaza Protection Consortium* (GPC), em 2020, com 2,241 famílias de palestinos refugiados em Gaza e que vivem em situação de extrema pobreza – com cerca de 615 dólares por mês – revelou que 90% dos entrevistados têm dívidas acumuladas, adquiridas como uma maneira de suprir necessidades básicas<sup>25</sup>. Algumas famílias

---

<sup>25</sup> Embora intensificada com a pandemia de Covid-19 a partir de 2020, a crise de débito em Gaza ocorre há muitos anos. Em junho 2007, 35% das famílias palestinas que fizeram parte de uma pesquisa conduzida pelo Programa Alimentar Mundial indicaram que compravam cerca de 50% dos alimentos no crédito (WFP, 2007, p. 14), realidade que foi se intensificando nos anos seguintes. Em janeiro de 2018, uma campanha social de perdão de certas dívidas foi conduzida por comerciantes de Gaza, em um ato de solidariedade para minimizar, em certa medida, os efeitos brutais da ocupação israelense na vida cotidiana. Chamada de “*Sameh, Toujar*” – “Perdoe e será recompensado” em árabe – a campanha começou por iniciativa do comerciante de sapatos Osama Adu Dalal, que chegou a perdoar cerca de 30

têm adotado estratégias como reduzir gastos com itens sem ser comida (41%), retirar crianças da escola (5%) e mandar membros da família para comer em outros lugares (29%). Isso ocorre porque cerca de 41% da renda das famílias é destinada à compra de alimentos, 16% ao pagamento de dívidas e 9% a gastos com saúde (OCHA, 2021).

O aumento no preço dos alimentos e o inaccessível a certos tipos de produtos não são parte apenas das consequências de operações militares ou guerras internacionais. A política israelense de controle de alimentos na Faixa de Gaza é um exemplo da dominação colonial por controle remoto, tem sido desenvolvida ao longo do tempo e adquiriu certas especificidades após o desengajamento de 2005 e, principalmente, o bloqueio de 2007.

Em junho de 2009, Uri Blau e Yotam Feldman (2009), jornalistas do *Haaretz*, publicaram uma reportagem investigativa denunciando que o Ministério da Defesa de Israel calculara o número de calorias consumidas por habitantes de Gaza a fim de controlar a quantidade de alimentos na região com base em um “mínimo humanitário”. A reportagem revelou que oficiais israelenses, incluindo o Coronel Moshe Levi, chefe do Escritório de Coordenação do Distrito de Gaza, o Coronel Alex Rosenzweig, chefe da divisão civil do COGAT, e o Coronel Doron Segal, chefe da divisão econômica, eram alguns dos responsáveis por determinar os produtos que teriam permissão ou não de entrar em Gaza. Entre os permitidos, incluía-se bananas e maçãs, enquanto “damascos, ameixas, uvas e abacates eram [considerados] luxos inadmissíveis” (Blau; Feldman, 2009, tradução nossa). Cerejas, kiwis, amêndoas, romãs e chocolate também estiveram na lista de itens proibidos de entrar em Gaza. Quando perguntado sobre a existência de tal documento, o porta-voz do COGAT, Major Guy Inbar, afirmou que “não existe um documento oficial tal qual este que você pede” (COGAT, 2010, p. 4).

O pedido de publicização de tal pesquisa foi feito pela organização de direitos humanos israelense Gisha, com base na lei de liberdade de informação de Israel (*The Freedom of Information Law of 5758 – 1998*). Logo no início do processo legal, o então chefe do COGAT, General Amos Gilad, declarou publicamente que a pesquisa de fato existia, mas que expô-la ao público prejudicaria a política externa israelense e a sua segurança nacional (Gisha, 2012). A Gisha acabou vencendo a ação e conseguiu os documentos solicitados, os quais foram traduzidos para o inglês e disponibilizados online (COGAT, 2008a; 2009a; 2009b).

---

mil dólares de seus devedores. Com o sucesso da iniciativa, médicos e advogados também reduziram algumas taxas de seus serviços para ajudar a população de Gaza. Além disso, para minimizar os efeitos do bloqueio na parcela mais pobre dos habitantes, donos de restaurantes e padarias ofereceram comida gratuita para as famílias em necessidade (Baroud, 2018).

Os documentos oficiais revelam o planejamento e a implementação da **política israelense de controle de alimentos** na Faixa de Gaza. No dia 19 de setembro de 2007, mesmo dia em que declarou a Faixa de Gaza como uma entidade hostil, o gabinete de segurança do Estado de Israel estabeleceu uma política de limitação da entrada de bens – alimentares ou não – para dentro de Gaza (COGAT, 2008a). O então Ministro das Relações Exteriores de Israel, Tzipi Livni, chegou a afirmar que “salvo por necessidades humanitárias, Israel não fornecerá mais nada para os moradores de Gaza” (Issacharoff; Ravid; Shamir, 2007).

Apresentado em 2008, o documento intitulado *Food Consumption in the Gaza Strip – Red Lines* (Consumo Alimentar na Faixa de Gaza – Linhas Vermelhas) detalha a política de restrição da entrada alimentos para a região, pelo menos entre os anos de 2007 e 2010, e resulta da pesquisa feita pelo Ministério da Saúde israelense em cooperação com o COGAT, cujo objetivo era estipular as calorias mínimas que um palestino de Gaza deveria consumir. Um adulto deveria consumir entre 2 mil e 2,5 mil calorias por dia, e uma criança cerca de 1,550 calorias. Tendo estes números como parâmetro, o COGAT e o Ministério da Saúde de Israel produziram diversas tabelas contendo o total diário de gramas de determinado alimento a ser consumido (COGAT, 2008a, p. 6-9). Esses números levaram ao cálculo de quantos quilos de determinado alimento poderiam entrar em Gaza e, conseqüentemente, à quantidade de caminhões com permissão de entrada na região – no caso, 106 caminhões por dia. O documento também deduz dos cálculos a produção interna de Gaza (Gross; Feldman, 2015, p. 395).

A “*red line*”, ou linha vermelha, é definida como um sinal de alerta, um limite que não deve ser ultrapassado, a fim de não deixar os palestinos de Gaza malnutridos ou passando fome. Segundo o COGAT (2008a, p. 3, tradução nossa): “A ‘cesta mínima’ permite nutrição suficiente para a subsistência sem o desenvolvimento de desnutrição”. O documento conclui ainda que essa “nova cesta mínima” seria 20% menor do que a que existia no momento em Gaza (COGAT, 2008a).

Um outro documento do COGAT, também tornado público em 2010, descreve a política dos inventários de produtos básicos vitais na Faixa de Gaza. Intitulado “Procedimento para monitorar e avaliar inventários na Faixa de Gaza”, ele tem como diretriz e missão:

Monitorar produtos básicos da variedade que entra na Faixa de Gaza, incluindo alimentos básicos, combustível, controlar a quantidade desses produtos, detectar faltas, excedentes e estabelecer linhas de alerta, resolver problemas que surjam como resultado, fornecer informações atuais e em tempo real aos tomadores de decisão. (COGAT, 2009b, p. 4, tradução nossa).

A política adota quatro definições básicas para avaliar o inventário de alimentos básicos:

(i) prazo de validade longo – como arroz, açúcar e farinha; (ii) prazo de validade curto – como

carne e leite; (iii) linha de alerta; e (iv) escassez. As duas últimas definições referem-se ao número de dias de inventário dos produtos disponíveis para a população de Gaza. Caso o limite de escassez seja ultrapassado, as autoridades israelenses devem agir para evitar a falta total dos produtos básicos. A fórmula matemática apresentada pelo COGAT (2009b) para calcular o inventário de determinado produto é a seguinte:

$$A * B = C \quad (1)$$

Na fórmula, A é o consumo per capita por produto, de acordo com dados do PCBS; B é o número de habitantes da Faixa de Gaza; e C é o consumo diário total da população de Gaza. A partir do valor C, calcula-se a quantidade de reservas de determinado produto (Z), de acordo com a fórmula abaixo:

$$X + Y - C = Z \quad (2)$$

O Z é resultado da soma da quantidade diária de entrada de determinado produto (X) com as reservas existentes em Gaza (Y) menos a quantidade de reservas totais existentes. Por fim, calcula-se os chamados *breathing spaces*, que seriam os dias restantes antes que a população fique sem os produtos básicos. A fórmula para tal cálculo é a que segue:

$$Z / C = D \quad (3)$$

Logo, três fórmulas matemáticas determinavam o que estaria disponível nas mesas e cozinhas dos palestinos de Gaza. Elas seriam calculadas toda semana às terças-feiras e distribuídas aos responsáveis às quartas-feiras (COGAT, 2009b, p. 5). Contudo, vale lembrar que os cálculos não levavam em conta a distribuição dos alimentos na região, ou seja, não determinavam a distribuição e divisão igualitária, sendo possível o inaccessível de certos produtos por parte da população, principalmente a parcela mais pobre. Comida para animais, produtos derivados de carne e combustíveis eram exceções às fórmulas gerais e tratados com fórmulas específicas, apresentadas nos Apêndices C e D do documento (COGAT, 2009b, p. 9).

Se ao receber o relatório na quarta-feira e houvesse produtos classificados na linha de alerta ou no limite da escassez, as autoridades israelenses do COGAT deveriam tomar as medidas necessárias para aumentar a entrada de tais produtos, “a menos que [fosse] um caso de política de restrição deliberada” (COGAT, 2009b, p. 5, tradução nossa). Em outras palavras, mesmo que houvesse escassez de determinado alimento, isso não necessariamente significaria

que o COGAT liberaria automaticamente a entrada dele em maiores quantidades. A própria autoridade confirma que há a possibilidade de uma restrição deliberada, por vezes sem qualquer justificativa plausível, o que nos confirma a imprevisibilidade da burocracia israelense.

Um terceiro documento, chamado “*Permission to transfer goods into the Gaza Strip*”, define o procedimento, as regras e o método pelos quais a transferência de produtos – de higiene, de infraestrutura, alimentos, medicamentos e outros – da fronteira de Israel para a Faixa de Gaza deve ou não ser permitida (COGAT, 2009a, p. 4). É nele que podemos perceber de maneira mais clara a articulação entre argumentos humanitários e de segurança, que desenvolveremos com mais atenção nos parágrafos seguintes. O que mais chama atenção no documento são as diretrizes que informam a permissão de entrada de determinado produto:

- a. A necessidade do produto para a manutenção das necessidades humanitárias, incluindo consequências para a saúde pública (em Israel e na Faixa de Gaza).
- b. A percepção do produto (**é percebido como um luxo**).
- c. Obrigação legal.
- d. Consequências do uso do produto (será usado para preservação, reconstrução ou desenvolvimento) **com ênfase no impacto de sua transferência no status do governo do Hamas**.
- e. Consequências de segurança (dupla utilização).
- f. Sensibilidade às necessidades da comunidade internacional.
- g. A existência de alternativas. (COGAT, 2009a, p. 5, tradução nossa, ênfase original).

Ficou estabelecido que cada demanda ou necessidade apresentada ao COGAT – que podem ser feitas por uma série de entidades, como a divisão econômica de Gaza, atores internacionais, órgãos da AP, mídia, petições ao sistema judicial, entre outros – será acatada ou não com base em uma política gerada a partir da avaliação das diretrizes expostas acima. Confirmando que a política de restrição de produtos é instável, o COGAT ainda pontua que o Escritório de Coordenação do Distrito de Gaza (DCO) “providenciará [às autoridades da passagem de fronteira] com 24 horas de antecedência a lista diária das coordenações que foram aprovadas” (COGAT, 2009a, p. 6, tradução nossa). Isso, por sua vez, relega a população de Gaza a uma situação de total imprevisibilidade, incerteza e falta de controle sobre as escolhas alimentares (Gross; Feldman, 2015, p. 390).

A política dos alimentos permitidos em Gaza é um tema de segurança para o Estado de Israel, haja vista que a responsabilidade sobre essa questão está vinculada a uma divisão do Ministério da Defesa. A justificativa declarada para a implementação da política de restrição se relaciona com a suposta ameaça do Hamas, embora apareça apenas em um documento (COGAT, 2009a, p. 4). Nos demais documentos não há qualquer menção ao Hamas (COGAT, 2008a; 2009b). Por outro lado, no *Red Lines*, o COGAT afirma que a “situação de segurança

na Faixa de Gaza e, por outro lado, o interesse em prevenir uma crise humanitária criaram a necessidade de uma solução para a questão de trazer bens essenciais para a Faixa de Gaza” (COGAT, 2008a, p. 22, tradução nossa).

Avaliamos que o argumento geral oferecido pelo Estado de Israel à produção e implementação da política de alimentos, embora utilize o Hamas e a questão securitária como justificativa, pode ser mais bem compreendido a partir dos conceitos de biopolítica e necropolítica. Essa política funciona com base no controle de aspectos essenciais da vida cotidiana, notadamente o consumo de alimentos para a própria sobrevivência, e revela a operação da governamentalidade colonial de Israel para a Gaza. Esse talvez seja o exemplo mais claro do entendimento da população enquanto um problema político e da importância dos cálculos estatísticos para o desenvolvimento de políticas que, ao final, mais funcionam como mecanismos de poder para subjugar a população ocupada. Nesse caso, a preocupação não é com a saúde e a nutrição dos palestinos de Gaza, mas com a possibilidade de criar um modelo de governamentalidade onde se poderia testar os limites da sobrevivência humana.

É interessante notar como o humanitarismo aparece como uma postura benevolente de Israel. O controle dos alimentos se justifica por não deixar a população de Gaza malnutrida ou passando fome. Em conferência junto com o Ministério das Relações Exteriores de Israel, a secretária de Estado dos EUA, Condoleezza Rice, comunicara que, embora Israel e aliados passassem a bloquear Gaza, “nós não iremos abandonar os palestinos inocentes de Gaza e de fato iremos fazer todo esforço para lidar com suas necessidades humanitárias” (Issacharoff; Ravid; Shamir, 2007, tradução nossa). Em carta resposta à Gisha, o porta-voz do COGAT, Major Guy Inbar, afirmou que não há uma definição precisa e fixa do que são bens humanitários, que eles variam conforme as necessidades de sobrevivência da população civil de Gaza e que as autoridades avaliam cada pedido de entrada de produto individualmente, pois (COGAT, 2010). Ainda, contrariando as publicações analisadas acima, o porta-voz Inbar enfatiza que “não há restrições quantitativas à entrada de alimentos básicos na Faixa de Gaza” (COGAT, 2010, p. 4).

De acordo com a Gisha (2012, tradução nossa), a política de restrição da entrada de alimentos “não resultou em fome generalizada ou escassez contínua de produtos alimentares básicos na Faixa de Gaza”. Porém, uma avaliação dos efeitos de tal política na vida cotidiana dos palestinos de Gaza revela que não há de fato uma preocupação humanitária de Israel, e sim um sistema rígido de controle do acesso a alimentos. Com uma perspectiva do Direito Internacional, Gross e Feldman (2015, p. 380) argumentam que, ao assegurar um mínimo humanitário, Israel se esquivava da condenação por meio da lei internacional, que não poderá



julgar a política de fechamento de Gaza como ilegal. Como veremos adiante, a garantia de um mínimo humanitário não vem de Israel, mas da ajuda internacional.

Uma pesquisa feita pelo *World Food Program* (WFP) com 422 famílias de palestinos não refugiados de Gaza, em 2007, mostrou que 61% estavam vivendo uma situação de insegurança alimentar, 11% estavam vulneráveis a viver insegurança alimentar, 10% eram marginalmente seguras e 18% tinham segurança alimentar. Todas as famílias entrevistadas, porém, revelaram que seus níveis de consumo de diversos alimentos reduziram significativamente por conta do aumento dos preços e a perda do poder de compra. Alguns pequenos comerciantes diminuíram seus estoques com receio de seus produtos perecíveis estragarem por não serem comprados antes do vencimento – particularmente, alimentos congelados e refrigerados foram os mais reduzidos por conta dos cortes diários no sistema de eletricidade (WFP, 2007, p. 5).

Também como resultado da política de restrição da entrada de alimentos, 57,8 % das famílias entrevistadas reduziram seu consumo de peixe, carne e frango; 52% passaram a consumir menos frutas e 40% consumiram menos vegetais (WFP, 2007, p. 10). Com efeito, 71% das famílias reportaram uma redução na capacidade de produzir e consumir quantidade suficiente de alimento, o que levou muitas famílias a consumirem apenas uma refeição por dia (WFP, 2007, p. 14).

Apesar de o COGAT declarar que os documentos apresentados após o pedido judicial da Gisha eram apenas rascunhos e que nunca serviram de parâmetro para um processo decisório, fato é que as quantidades de caminhões permitidas a entrarem em Gaza corresponderam ao limite exposto pelo *Red Lines* (Gross; Feldman, 2015, p. 395), e às vezes até mesmo menos da quantidade limite (Gisha, 2012).

Essa política de restrição da entrada de alimentos mudou após 31 de maio de 2010, quando a Flotilha da Liberdade, um conjunto de seis embarcações internacionais com cerca de 700 trabalhadores humanitários voluntários de 40 países diferentes, foi atacada brutalmente pelas forças israelenses – nove passageiros morreram ao serem baleados e dezenas ficaram feridos. Organizada pela organização internacional *Gaza Movement* e o grupo turco *Foundation for Human Rights and Freedoms and Humanitarian Aid* (IHH), a Flotilha da Liberdade visava quebrar o bloqueio israelense ao levar dez mil toneladas de ajuda humanitária a Gaza, que incluía equipamentos médicos, materiais de construção, cadeiras de rodas, microscópios e até mesmo geradores de eletricidade (Bayoumi, 2010; BBC, 2016). Em 31 de maio de 2010, as forças israelenses atacaram a flotilha, que estava em águas internacionais do mar Mediterrâneo,

com gás lacrimogêneo, munição real e granadas, o que constituiu mais uma violação do Direito Internacional por parte de Israel (Finkelstein, 2018, p. 144).

Como de praxe, exercendo a *Hasbara*<sup>26</sup>, as relações públicas de Israel inverteram os papéis e passaram a tomar o papel de vítimas do incidente. Eles argumentaram terem agido em legítima defesa e usado a força letal apenas como último recurso (Finkelstein, 2018). Manipulação de imagens, vídeos e relatórios também foram táticas midiática utilizada pelos israelenses para justificar o massacre contra a flotilha (BBC, 2016). Um livro editado por Moustafa Bayoumi (2010) congrega uma série de testemunhos de vítimas do ataque e investigações jornalísticas que provam o uso altamente desproporcional das forças israelenses e a sua violação do direito internacional. Os soldados israelenses chegaram a deter os voluntários da flotilha por 48 horas, deixando-os incomunicáveis durante este período, confiscaram suas câmeras e cortaram a transmissão via satélite, em uma tentativa de controlar toda a narrativa e distorcer os fatos (Greenhouse; Barrows-Friedman, 2010).

Isso, porém, não teve o efeito esperado pelos israelenses. Como reação à brutalidade, diversos protestos eclodiram ao redor do mundo, especialmente na Turquia, que teve suas relações diplomáticas com Israel estremecidas. Grandes organizações internacionais, como a ONU, também condenaram a ação israelense. Com efeito, Israel sofreu grande pressão internacional para encerrar o bloqueio, mas o máximo que fez foi amenizar a política de restrição da entrada de alimentos (Finkelstein, 2018; Gross; Feldman, 2015). Materiais de construção, como cimento, concreto, aço e pedregulho, extremamente necessários para a reconstrução de Gaza após a operação militar Chumbo Fundido (2008-2009), permaneceram proibidos. Com isso, a infraestrutura de Gaza permaneceria precária.

Uma comissão foi formada pelo governo israelense, em junho de 2006, chamada de *Turkel Commission*, para investigar tanto o ataque à flotilha quanto a política israelense de bloqueio de Gaza. A *Turkel Commission* concluiu que o bloqueio e o controle das importações e exportações de certos produtos em Gaza são justificados por razões de segurança e que ambos não violavam o direito internacional. As premissas da comissão eram de que havia um conflito armado entre Israel e Hamas, que o controle efetivo de Israel sobre Gaza acabara com o desengajamento de 2005 e que a lei humanitária não era aplicável ao caso, e sim a lei de bloqueios navais durante conflito armado (Gross; Feldman, 2005, p. 405-410). O relatório da comissão ainda afirmou que a política israelense de controle de alimentos em Gaza era na

---

<sup>26</sup> *Hasbara* é uma palavra em hebraico que designa as relações públicas de Israel que se baseiam nos esforços de passar uma imagem positiva das ações do país para o mundo exterior. Em outras palavras, trata-se de propaganda do Estado de Israel.

verdade “desenhada para prevenir inanição” e que “falta de segurança alimentar é diferente de fome ou inanição” (Gross; Feldman, 2005, p. 408, tradução nossa), em uma clara tentativa de posicionar o Estado israelense como um ator benevolente e que se preocupava com a saúde dos palestinos. Diante disso, autores como Finkelstein (2018) e Gross e Feldman (2015) concluem que a *Turkel Commission* agiu de forma a acobertar os crimes de Israel.

Uma outra comissão, realizada pelo Secretário-Geral da ONU e nomeada de *Palmer Committee*, também acabou praticando *whitewashing*. O relatório da comissão concluiu que o bloqueio naval de Israel era legítimo enquanto medida de segurança para prevenir a entrada de armas na Faixa de Gaza, sem levar em consideração os efeitos brutais do bloqueio terrestre e as inúmeras restrições na importação e exportação de produtos para a região (Gross; Feldman, 2015, p. 417-418). O máximo que o relatório do *Palmer Committee* fez foi dizer que a morte dos nove passageiros da flotilha pelas forças israelenses era inaceitável, mas não caracterizou a ação de Israel como criminosa. Além disso, o comitê não relacionou o bloqueio naval com o bloqueio terrestre de Gaza, como se fossem realidades separadas e distintas (Finkelstein, 2018, p. 180-181). Isso revela a aquiescência de instituições internacionais com o Estado de Israel.

De qualquer maneira, o incidente da flotilha e as reações internacionais de condenação a Israel, o que em alguma medida manchou sua imagem, fez com que o Estado israelense revesse a sua política de restrição da entrada de alimentos. A partir de junho de 2010, a entrada de alguns alimentos antes proibida passou a ser permitida. Especiarias, biscoitos, maionese, ketchup, geleia, refrigerante, entre outros alimentos e bebidas voltariam aos estoques de comerciantes e às mesas dos palestinos de Gaza. Outros produtos, como chocolates e salgadinhos, seriam permitidos apenas para uso de organizações internacionais (Gisha, 2010c). Um oficial israelense afirmara, porém, que a nova lista de produtos permitidos não tinha relação com os eventos de 31 de maio de 2010 (Al-Mughrabi, 2010).

No entanto, a mudança na política de controle de alimento não acabou com a insegurança alimentar em Gaza. De acordo com a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), a insegurança alimentar é definida como “a falta de acesso regular a alimentos seguros e nutritivos suficientes para o crescimento e desenvolvimento normais e uma vida ativa e saudável. Isso pode ser devido à indisponibilidade de alimentos e/ou falta de recursos para obter alimentos” (FAO, 2022, tradução nossa). A fome ou inanição vai além e significa a dor ou sensação físicas desconfortáveis resultantes do consumo insuficiente de energia dietética (FAO, 2022). Israel se utiliza dessas definições para afirmar que os palestinos de Gaza não sofrem inanição devido ao bloqueio, portanto ele não constitui uma violação do direito internacional.

Em 2022, 64% dos palestinos de Gaza estavam em situação de insegurança alimentar, ao passo que na Cisjordânia este número chega a 9% (Oxfam, 2022). A UNRWA traz dados mais alarmantes, afirmando que na verdade são 80% dos palestinos de Gaza que vivem tal situação (Ibrahim, 2022b). No Ramadã de 2022, muitas famílias de Gaza sofreram para comprar alimentos por conta do aumento dos preços, principalmente de carnes e frango. Halima al-Kafarneh, moradora da cidade de Beit Hanoun, no norte de Gaza, contou que não conseguia comprar frango para seus filhos: “Infelizmente, comprei apenas a quantidade mínima de comida para o Ramadã... Isso me impede de diversificar o que posso cozinhar para meus filhos que jejuam mais de 14 horas por dia. [...] Eu não sei o que posso cozinhar para hoje” (Ibrahim, 2022b, tradução nossa). Essa falta de diversificação de alimentos faz com que muitos palestinos de Gaza consumam as mesmas refeições por vários dias seguidos (El-Bilbeisi *et al.*, 2022). Muitos palestinos também se queixam da falta de gás de cozinha, o que os obriga a utilizar fontes alternativas, como querosene e lenha, a consumir alimentos que levam menos tempo para ser cozidos – como arroz e lentilhas, em vez de carnes – ou até mesmo a substituir refeições quentes por comidas prontas e secas (Wright; Robinson, 2010, p. 29).

A insegurança alimentar da Faixa de Gaza é resultado menos da falta de alimentos nos mercados locais e mais da falta de acesso a eles (WFP, 2007; Gross; Feldman, 2015, p. 399). Isso quer dizer que infraestruturas como água, saneamento básico, produção agropecuária e eletricidade, para nomear alguns, têm papel fundamental na garantia de acesso a alimentos. Além disso, emprego e renda são fatores cruciais para o acesso econômico a tais produtos. Logo, trata-se de uma espiral de precariedades politicamente induzidas por Israel e às quais a população de Gaza está cotidianamente submetida.

A combinação das medidas biopolíticas com o de-desenvolvimento econômico impactam severamente o poder de compra dos habitantes. Logo, a liberação do COGAT da entrada de certos alimentos para Gaza, em 2010, não alterou a situação de insegurança alimentar. O longo processo de de-desenvolvimento e violência infraestrutural exercida por Israel no corpo-território de Gaza impede que a população tenha condições de consumir alimentos nutritivos e ter uma dieta equilibrada. Um dos aspectos do de-desenvolvimento é justamente a destruição da capacidade de produção e exportação agrícola, tema que desenvolvemos no Capítulo 6.

Diante de todas as restrições, violências e de-desenvolvimento produzido por Israel, o que a maioria dos palestinos de Gaza atualmente consome vem, em grande parte, por meio da ajuda internacional, em especial da UNRWA, que doa cestas básicas, latas de óleo e sacos farinha branca, arroz, açúcar, leite em pó, grão-de-bico, entre outros (Berger, 2018b). A ajuda

internacional é a que tem mantido os palestinos de Gaza fora do colapso total. Contudo, como observado no ataque à Flotilha da Liberdade, a única ajuda internacional permitida é aquela que os israelenses consideram possível dentro de seus próprios termos. Um exemplo é o sistema de voucher, que seria uma garantia contra a transferência de doações em dinheiro vivo para o Hamas, segundo o governo israelense (Williams, 2021). Desde 2009, o Programa Alimentar Mundial, em parceria com a UNICEF, tem adotado esta estratégia.

Em relatório de 2021 sobre a ajuda oferecida a quase 480 mil palestinos de Gaza e da Cisjordânia – a grande maioria sem *status* de refugiados, pois eles são auxiliados majoritariamente pela UNRWA –, o WFP revelou que forneceu comidas prontas e assistência financeira de emergência de 265 dólares por família por mês (WFP, 2021, p. 3). A maioria da assistência foi fornecida por meio de vouchers eletrônicos, como cartões de débito, com cerca de 10 dólares por mês para cada pessoa das famílias cadastradas no programa, e cerca de 280 mil palestinos de Gaza são beneficiados por este sistema (WFP, 2022). Diversas lojas locais trabalham em conjunto com o WFP no sentido de aceitar pagamentos por meio dos vouchers eletrônicos. Outras organizações internacionais, como Oxfam e o *Ma'an Centre for Development*, também adotam o sistema de voucher para ajudar a diminuir a situação de insegurança alimentar (Oxfam, 2010). Com essa ajuda, as famílias de Gaza podem destinar parte de sua renda para outros setores, como pagamentos de dívidas, roupas, eletricidade etc.

Embora fundamentais para amenizar a crise alimentar em Gaza, as organizações de ajuda internacional enfrentam muitos limites, sobretudo relacionados ao seu financiamento. A UNRWA, por exemplo, principal agência de assistência em Gaza, tem sofrido com os cortes de recursos, principalmente por parte dos EUA, o seu maior doador, que em 2017 fornecera 360 milhões de dólares, cerca de 30% das doações totais. Em 2018, durante a administração do ex-presidente Donald Trump (2017-2020), os EUA encerraram seu financiamento à organização, alegando que ela era irremediavelmente falha, tendenciosa e que apoiava o direito de retorno dos palestinos de 1948, contrariando assim a posição histórica sionista de Israel. A embaixadora dos EUA na ONU, Nikki Haley, chegou a afirmar que a UNRWA exagera no número de palestinos refugiados (BBC, 2018). O então primeiro-ministro de Israel, Netanyahu, comemorou a decisão e alegou que a UNRWA “perpetua a situação dos refugiados em vez de resolver. É preciso acabar com esta situação e utilizar o dinheiro para ajudar realmente na reabilitação dos refugiados” (G1, 2018). Trata-se de uma contradição, pois a situação própria dos refugiados palestinos até hoje não foi resolvida pelo próprio Estado de Israel, que os nega o direito de retorno. A UNRWA, no limite, mantém esses refugiados vivos.

Em abril de 2021, já na administração de Joe Biden, os EUA anunciaram a restauração do financiamento, que agora seria de 235 milhões de dólares (Spetalnick; Farrel, 2021). A UNRWA possui um papel crucial em Gaza – cerca de um milhão dos habitantes visitam os centros de distribuição da organização para coletarem os pacotes e sacos de alimentos básicos pelo menos quatro vezes ao ano (Berger, 2018b). O palestino de Gaza, Abud, descendente de refugiados de 1948, comentou em entrevista para esta tese que, se um dia o programa da UNRWA acabar em Gaza, “muita gente vai morrer de fome, a maioria [das pessoas em Gaza] só consegue viver por causa disso” (Abud, 2023). Embora o retorno do financiamento dos EUA à UNRWA seja positivo, ele ainda não é o suficiente para tirá-la da situação de crise. Em geral, a UNRWA necessita de 1,6 bilhão de dólares para manter suas atividades (UN, 2022).

Como alternativas a todos esses entraves, os palestinos de Gaza adotaram, entre outras estratégias, a chamada “economia dos túneis” para suprir a necessidade de produtos não permitidos por Israel. Um caso curioso e que chamou atenção na mídia foi a importação de produtos de redes de *fast food* não existentes em Gaza, como o famoso frango frito da rede KFC. Em uma trajetória longa e burocrática, os pedidos saem diretamente das lojas do Egito, passam pelos túneis que cruzam a fronteira de Rafah e chegam a Gaza. O que deveria ser uma entrega rápida acaba levando horas, senão dias, para chegar na região. A comida chega fria, murcha, gordurosa, e o preço é altamente elevado – um balde de 12 pedaços de frango frito que custa 11 dólares no Egito passa a custar 27 dólares para os habitantes de Gaza (Akram, 2013). Um único pedido, para sair da cidade egípcia de El Arish e chegar a Gaza, passa por uma viagem de “dois táxis, uma fronteira internacional, um túnel de contrabando e um jovem empresário coordenando tudo de uma pequena loja aqui [Gaza] chamada Yamama – árabe para pombo” (Akram, 2013, tradução nossa).

Os túneis subterrâneos<sup>27</sup>, principalmente os que conectam Gaza ao Egito, passaram a ser cada vez mais utilizados após o bloqueio de 2007 e uma economia complexa se consolidou em torno dele. Passa de tudo nos túneis: comida, armas, celulares, materiais de construção, combustível, carros e cordeiros (Akram, 2013; Blau; Feldman, 2009). Segundo estimativas de 2009 dos serviços veterinários de Israel, cerca de 40 mil cordeiros foram contrabandeados por

---

<sup>27</sup> Os túneis não são um fenômeno novo na Faixa de Gaza. Durante a década de 1980 eles foram utilizados principalmente como forma de transportar armas e fundos para operações financeiras de diversas facções políticas palestinas, principalmente durante as intifadas de 1987 e 2000. Na Segunda Intifada, por exemplo, as forças israelenses chegaram a afirmar ter destruído cerca de 90 entradas de túneis. Na ocasião do plano de desengajamento de Gaza, os israelenses destruíram diversas casas que serviam de entrada para os túneis. Para uma discussão mais detalhada sobre a dinâmica dos túneis na Faixa de Gaza, ver Pelham (2012).

meio dos túneis de Gaza (Blau; Feldman, 2009). Em março de 2010, uma pesquisa do Banco Mundial estimou que cerca de 80% do total de importações da Faixa de Gaza vinha da economia dos túneis. Na época, embora não seja um número oficial, havia aproximadamente mil túneis ativos que empregavam cerca de 25 mil pessoas, especialmente os jovens de Gaza que já sofriam muito com a falta de oportunidades de emprego na região (Wright; Robinson, 2010, p. 45). O comércio dos túneis chegou a mobilizar 700 milhões de dólares anualmente para a economia de Gaza (Pelham, 2011).

Além de aliviar a situação de precariedade de acesso a alimentos nutritivos, e apesar de serem “informais”, os túneis da Faixa de Gaza funcionavam de maneira formal e complexa. O jornalista Nicolas Pelham (2011; 2012) realizou estudo minucioso sobre a dinâmica dos túneis de Gaza, com foco no controle exercido pelo Hamas, ilustrando as dinâmicas de resistência contra a política de fechamento de Gaza. O autor afirma que os túneis passaram de uma operação clandestina para um empreendimento regulado, taxado e burocratizado (Pelham, 2012, p. 6). Vinculada ao Ministério do Interior de Gaza, a Autoridade de Fronteira e Passagens controla o fluxo dos túneis, cobrando taxas de certos produtos, como tabaco, e fazendo a patrulha policial. Parte do Ministério da Economia também esteve envolvido no controle dos túneis, com cerca de 200 oficiais alfandegários supervisionando os pagamentos de tarifas e as cargas nos postos de checagem. Os túneis eram usados para levar não apenas alimentos, mas cimento, materiais de construção e combustível (Pelham, 2011). Além disso, vale ressaltar que os túneis podem ser divididos em três tipos: os que trazem produtos “contrabandeados” do Egito, os que funcionam taticamente dentro de Gaza e os utilizados para ataques estratégicos do Hamas a Israel (Slesinger, 2020, p. 27).

Como resultado da operação de 24 horas por dia, sete dias na semana – em contraposição aos horários regulados dos postos de passagem israelenses –, a economia dos túneis se provou eficiente para minimizar a escassez de diversos produtos na Faixa de Gaza. Além disso, tornou-se uma alternativa para a exportação de lagostas, caranguejos, ovos e sucata metálica para os agricultores e pescadores de Gaza (Pelham, 2011). Isso levou a um crescimento tímido na economia de Gaza e fez com que a taxa de desemprego caísse de 43%, na metade de 2008, para 28%, um ano depois (Pelham, 2011). Segundo Pelham (2012, p. 9), havia uma série de atores envolvidos na dinâmica dos túneis: porteiros dos túneis, oficiais de segurança do Hamas, agricultores, escavadores, entre outros.

Em geral, para a não detecção dos israelenses, as entradas dos túneis eram localizadas dentro de residências comuns dos palestinos de Gaza, uma estratégia utilizada desde os anos

1980 (Pelham, 2012, p. 7). O Hamas também passou a construir<sup>28</sup> túneis mais profundos – além dos 15 metros usuais – e longos para evitar os bombardeios israelenses e até mesmo egípcios. A esse respeito, vale destacar que o Egito, embora nem sempre siga a política israelense de cercamento de Gaza, em muitos momentos se aproxima dela (Wright; Robinson, 2010, p. 47). Alguns exemplos são os constantes fechamentos da fronteira de Rafah, que em momentos como o sequestro do soldado israelense Gilad Shalit em junho de 2007 ficou totalmente fechada; a construção de uma parede de aço subterrânea, iniciada em 2009, para barrar o comércio dos túneis; e a destruição, em 2010, de 600 túneis, por meio de explosivos e inundação com esgoto (Pelham, 2011; Wright; Robinson, 2010, p. 47-48).

Se o Egito já não era um bom “parceiro” para Gaza durante o governo de Hosni Mubarak, a situação do comércio dos túneis sofreria um forte impacto em 2013, após a sua renúncia, durante os eventos da Primavera Árabe e, finalmente, a chegada ao poder de Abdul Fatah al-Sisi por meio de um golpe de Estado que depôs o então presidente Mohamed Morsi, em 2013. Desde então, a economia dos túneis ficou cada vez mais precarizada. Em 2014, o governo al-Sisi promoveu diversas demolições na cidade de Rafah para criar uma *buffer zone* semelhante ao corredor Philadelphia no lado palestino da cidade. Além disso, em parceria com a Autoridade Palestina, os egípcios inundaram dezenas de túneis com água do mar e esgoto (Navone, 2021, p. 248). Com efeito, o combustível que vinha do Egito e era usado na usina elétrica de Gaza parou de ser importado, levando à uma crise de energia, com os palestinos tendo acesso a eletricidade por apenas seis horas ao dia. Tal situação levou os hospitais a racionarem energia para manter os equipamentos de hemodiálise funcionando (Akram; Rudoren, 2013). Também em 2014, durante a Operação Margem Protetora, as forças israelenses detectaram e destruíram 32 túneis (Slesinger, 2020, p. 18).

Como uma maneira de se libertar, em certa medida, do de-desenvolvimento imposto por Israel a Gaza, a economia dos túneis, comandada majoritariamente pelo Hamas, permitiu uma diversidade limitada de produtos vindos do Egito e da Turquia, ao passo que a maioria dos produtos da Cisjordânia vinham de Israel. Isso revela uma dinâmica ativa de estratégias de insurgência e contrainsurgência. De acordo com Pelham (2011), em janeiro de 2011, por exemplo, quando o governo de Salam Fayyad, da Autoridade Palestina, parou de repassar combustível israelense para a usina de Gaza alegando que o Hamas não havia pagado a conta de eletricidade, o Hamas conseguiu importar cerca de 660 mil galões de diesel vindo do Egito

---

<sup>28</sup> O custo médio da construção de um túnel varia de 80 a 200 mil dólares, e parte dessa quantia era arrecadada pelo Hamas em mesquitas e redes de caridade (Pelham, 2012).



por um preço mais barato. Diante disso, o Hamas novamente passou a ter apoio popular menos por suas táticas armadas e mais por sua função de facilitador da “salvação” econômica de Gaza:

A reviravolta para uma economia que os formuladores de políticas ocidentais conspiraram para tornar um caso perdido reviveu dramaticamente as fortunas políticas dos mestres de Gaza, o Hamas. “Eu nunca fui do Hamas, mas eles fizeram um excelente trabalho diante da hostilidade externa”, diz um motorista de táxi que passou 25 anos como diarista em Israel. “Todo mundo está se juntando ao Hamas”. Em seus postos de controle nos portões da zona do túnel, os oficiais de segurança do Hamas se oferecem orgulhosamente para mostrar aos visitantes estrangeiros os frutos de seu empreendedorismo. **“Salvamos Gaza da fome”**, diz Muhammad al-Qutati, comandante e aspirante a guia turístico. “É uma conquista”. (Pelham, 2011, tradução nossa, grifo nosso).

Mais do que “salvar Gaza da fome” – o que é contestável, visto que a insegurança alimentar atinge mais de 60% da população –, os túneis se tornaram uma fonte de renda doméstica para o Hamas. Contudo, a precariedade dos túneis também gerou um alto número de mortes causadas por asfixia e pelos bombardeamentos (Navone, 2021, p. 246; Pelham, 2011).

A resistência ao bloqueio em geral, e à política de restrição de alimentos, em particular, não vem apenas pela economia dos túneis. Diante da insegurança alimentar, causada também pela alta taxa de desemprego, muitas mulheres de Gaza têm adotado táticas cotidianas de enfrentamento ao bloqueio, e isso aparece nas próprias cozinhas de Gaza, das quais falamos na abertura deste subcapítulo. A pesquisa etnográfica de El-Haddad e Schmitt (2014) revelou algumas dessas táticas, como a utilização de argila mineral para manter frutas e vegetais frescos e o uso de forno a lenha durante os momentos de falta de energia elétrica.

Outro exemplo notável é o *Solar Food*, um desidratador de alimentos que funciona a partir de energia solar, criado por Hanadi Abu Harbid, uma engenheira de Gaza (Ouf, 2022). A iniciativa de Harbid veio de uma preocupação com as grandes perdas de agricultores devido ao banimento de exportação por Israel, de forma que desidratar certas frutas e vegetais permitiria o prolongamento de sua validade e, conseqüentemente, melhor aproveitamento. Isso também possibilita o não descarte dos alimentos em uma região em que o acesso a eles é muito precarizado. Em entrevista ao Al-Monitor, Harbid apontou que os produtos desidratados produzidos por seu equipamento são mais baratos do que os importados de Israel, além de preservarem o valor nutricional dos alimentos, visto que não há adição de açúcar ou qualquer tratamento químico (Ouf, 2022). Vale ressaltar, porém, que o projeto de Harbid teve apoio de organizações internacionais como o *Ma'an Development Center* e a *Save the Children*, além de contar com ajuda da *Palestine Agricultural Development Association*, sob o guarda-chuva do projeto WYEEE (*Women and Youth Empowerment, Entrepreneurship and Employment in the*

*north of West Bank and Gaza*), iniciativa voltada ao empoderamento econômico e social de jovens mulheres palestinas. Esse é um claro exemplo do que se consolidou nos Acordos de Oslo: a terceirização da ocupação e a abertura maior para a articulação de diversos atores transnacionais com atores locais nas áreas de empreendedorismo, igualdade de gênero, sustentabilidade, entre outros temas.

É comum a ajuda de organizações internacionais, inclusive da ONU, para iniciativas de mulheres empreendedoras de Gaza. É o caso de cinco palestinas que abriram uma empresa de *catering*, chamada de *Akalat Haya (Foods of Life)*. A história da empresa dessas mulheres, porém, revela os diversos limites impostos à sua resistência empreendedora, oriundos sobretudo dos efeitos do bloqueio israelense a Gaza. Se no começo do empreendimento, em janeiro de 2018, a *Akalat Haya* recebera apoio financeiro e de treinamento da ONU Mulheres, quatro meses após a sua inauguração os problemas ressurgiram. Embora houvesse a perspectiva de o negócio se tornar autossustentável – isto é, não mais contar com a ajuda internacional –, o que ocorreu na realidade foi a precarização e a finalização do projeto devido à retirada dos EUA do apoio financeiro à UNRWA e aos inúmeros impedimentos decorrentes do bloqueio de Gaza, como os altos custos de transporte devido ao preço do combustível e a falta de eletricidade (Berger, 2018a). Uma das sócias do empreendimento declarou: “Estamos restritos em tudo. Mesmo que tenhamos um produto de boa qualidade, não podemos exportá-lo para fora de Gaza [...] Tenho energia para continuar, mas há restrições impostas a nós que podem fazer com que não possamos” (Berger, 2018a, tradução nossa). Isso significa que há diversos limites para a atuação da ajuda internacional, pois Israel continua sendo o ator mais poderoso ao ser aquele que autoriza ou não a circulação de bens e pessoas para dentro e fora de Gaza.

A população da Faixa de Gaza, em geral, não está passando fome, fato que é utilizado pelas autoridades israelenses para se esquivar as responsabilidades do bloqueio (Wright; Robinson, 2010, p. 23). Porém, como este subcapítulo buscou demonstrar, os palestinos de Gaza não passam fome não *por conta* da “benevolência” israelense de permitir a importação de certos alimentos, mas *apesar* desta política. Isto porque a ajuda internacional humanitária, a economia dos túneis – embora atualmente colapsada – e as estratégias de resistência de mulheres palestinas, como o desidratador de alimentos por energia solar, têm sido as responsáveis por impedir o total colapso da situação alimentar em Gaza. Essas medidas, de acordo estudo de Wright e Robinson (2010, p. 30), preveniram a disseminação de problemas na saúde nutricional dos palestinos. Um exemplo foi a adição de certas vitaminas e minerais na farinha distribuída pela UNRWA a fim de suprimir a sua falta por conta da diminuição do

consumo de carne fresca e determinadas frutas e vegetais. No entanto, essas medidas não são suficientes, haja vista o alto número de palestinos de Gaza em insegurança alimentar.

De modo geral, a comida na Faixa de Gaza se tornou politizada e seu acesso se transformou em uma arma de guerra (Berger, 2018b). Como afirmara o então conselheiro sênior do primeiro-ministro israelense Ehud Olmert, Dov Weisglass, em 2006, a política israelense visava “colocar os palestinos em dieta, mas não fazê-los morrer de fome” (IMEU, 2014, tradução nossa). Em outras palavras, é possível inferir que a política de restrição dos alimentos em Gaza não tem como objetivo conter o Hamas. Na realidade, ela funciona como um mecanismo biopolítico e de gestão de pessoas e recursos à distância, em um claro exemplo de governamentalidade colonial. Com isso, Gaza se tornou até mesmo uma espécie de laboratório onde se é possível testar os limites da sobrevivência humana.

## 5.2 Política de itens de dupla utilização

No início de agosto de 2022, em mais um “ciclo” ou “escalada” de violência, a Faixa de Gaza foi palco de bombardeios israelenses, caracterizados pelas FDI como preventivos contra a Jihad Islâmica Palestina (McKernan; Balousha, 2022a). Como de praxe, algumas das consequências foram cortes no fornecimento de eletricidade, fechamento dos postos de passagem e a superlotação dos hospitais. Na ocasião, Asharaf al-Qedra, porta-voz do Ministério da Saúde de Gaza, apontou a dificuldade de os hospitais proverem tratamento adequado aos feridos devido à falta de equipamentos e medicamentos. Segundo al-Qedra (*apud* Hussaini, 2022b), “o sistema de saúde de Gaza sofre de escassez crônica de aproximadamente 40% dos medicamentos essenciais, 32% de produtos médicos descartáveis e 60% dos suprimentos de laboratório e banco de sangue”. Exemplos de produtos em falta são remédios para doenças renais e de sangue, equipamento cirúrgico, aparelhos radiológicos e *scanners*, que são necessários para diagnósticos e tratamentos como quimioterapia – a radioterapia é totalmente indisponível (Al Mezan, 2022; MAP, 2021).

Ainda em 2011, o major Guy Inbar, então coordenador do COGAT, declarou que:

Existem alguns remédios que têm dupla utilização e podem ser usados para atividades terroristas. Estes, só permitiremos a entrada com organizações internacionais. Há também alguns equipamentos médicos, como máquinas de ressonância magnética e raios-X, que podem ser usados para terror. (Inbar *apud* IRIN, 2011, tradução nossa).

Embora intensificada durante os bombardeios, a precariedade dos hospitais de Gaza é cotidiana, duradoura e resultado direto das restrições israelenses no movimento de bens para

dentro e fora da região. Antes mesmo do início dos ataques militares, as autoridades israelenses proibiram a entrada de 14 equipamentos de raio-X e outras peças para aparelhos para diagnóstico e tratamento médicos (Hussaini, 2022b). Como exemplificado acima pela declaração do oficial do COGAT, a justificativa é baseada na chamada política de bens ou itens dupla utilização – *dual-use goods policy* –, que proíbe a entrada de produtos ou partes de produtos que possam ser utilizados tanto por civis quanto por grupos armados, no caso o Hamas. Esta política afeta severamente o cotidiano da população de Gaza, em especial pacientes que necessitam de oxigênio, testes diagnósticos, bem como aqueles internados nas únicas 120 Unidades de Tratamento Intensivo (UTI) de Gaza. Funcionários de emergência também enfrentam dificuldades em operações de resgate por falta de equipamentos (Hussaini, 2022b).

O que mais tem chamado a atenção nos últimos anos é o aumento no número de pacientes com câncer. Em 2013, o câncer se tornou maior causa de morte na Palestina, seguido de doenças cardíacas. Khalid Thabet, chefe do Departamento de Oncologia do maior hospital público de Gaza, Shifa Hospital, comentou que o índice de pacientes diagnosticados com câncer dobraria devido à contaminação por urânio das bombas israelenses utilizadas na Operação Chumbo Fundido, entre 2008 e 2009 (Al-Ghoul, 2013). O câncer de mama é o mais comum nas mulheres palestinas, mas, devido às restrições israelenses do movimento de produtos e pessoas, o diagnóstico e tratamento são insuficientes – radioisótopos usados na biópsia do câncer de mama são um dos produtos proibidos de entrar em Gaza (MAP, 2021). O diagnóstico precoce é crucial para a recuperação do câncer de mama, antes que ele possa se espalhar para outras partes do corpo e se tornar irreversível, mas equipamentos como aparelho de mamografia estão indisponíveis nos hospitais de Gaza. Como resultado, 60% das mortes por câncer de mama em 2016 foram prematuras e poderiam ter sido evitadas pelo diagnóstico precoce. Em termos comparativos, a taxa de sobrevivência de mulheres com câncer de mama em Gaza é 65%, enquanto em Israel é 88% (MAP, 2021).

Informações precisas, completas e transparentes sobre a política israelense de movimento de bens e pessoas não são facilmente encontradas (Gisha, 2021d). A organização israelense Gisha tem sido nos últimos anos a responsável por tornar públicos os procedimentos, diretrizes e políticas israelenses para Gaza. Isto porque a Gisha possui uma atuação jurídica notável: com base na lei de liberdade de informação de Israel (*The Freedom of Information Law of 5758 – 1998*), a organização já travou diversas batalhas legais cujo resultado foi a publicização de documentos israelenses que descrevem as suas políticas para Gaza, como foi o caso da publicização do documento *Red Lines*, que vimos na seção anterior.

De maneira geral, há três dimensões da política: entrada de bens, saída de bens e bens de dupla utilização. Para todas elas, a autoridade central que coordena os procedimentos é o COGAT, embora também exista o envolvimento do Gabinete para a Coordenação de Bens do Comitê de Assuntos Cívicos Palestinos (PCAC) em Gaza, subordinado ao Ministério de Assuntos Cívicos da Autoridade Palestina. O PCAC é responsável por submeter os pedidos de entradas dos produtos, cujos itens e sua logística devem ser detalhadamente descritos. Em outras palavras, é a AP que coordena o lado palestino da entrada ou saída de produtos de Gaza, ou seja, o Hamas não participa deste processo. A Coordenação e Administração de Contato de Gaza (Gaza CLA), uma unidade operacional do COGAT, é a responsável por aprovar ou não as solicitações do PCAC de itens não considerados de dupla utilização, como produtos de higiene, têxteis, alimentos agrícolas e processados e combustível, o qual é vendido por Israel para Gaza. O COGAT também coordena o envio e recebimento de correspondências, cujas embalagens não devem ultrapassar o peso de cinco quilos e são inspecionadas por scanners de segurança e cães farejadores (Gisha, 2021d).

Por sua vez, a exportação de produtos de Gaza para Israel e Cisjordânia passou a ser proibida em 2007, com poucas exceções permitidas, em especial certos produtos agrícolas e alimentos processados – discutimos a política de exportação com mais detalhes na seção 6.1.1, sobre agricultura (Gisha, 2021d). A justificativa oficial do COGAT para o controle absoluto do movimento de produtos para dentro e fora de Gaza é a segurança, embora por diversas vezes apareça o argumento da guerra econômica contra o Hamas, uma das justificativas do bloqueio (Gisha, 2016). No entanto, longe de ser uma alternativa humanitária à guerra, as sanções em Gaza se tornaram a própria produção da morte lenta, como pudemos ver no capítulo anterior.

Antes do bloqueio, havia quatro postos comerciais de passagem entre Gaza e Israel, o que facilitava em parte as trocas econômicas. Desde 2007, porém, o posto de Kerem Shalom é o único operante na região. Ele funciona de segunda a quinta-feira, das seis horas da manhã às três horas da tarde, um período curto para dar conta da alta demanda dos dois milhões de habitantes de Gaza. É interessante notar a localização geográfica de Kerem Shalom: ele está situado a 40 km da cidade de Gaza, para onde vão cerca de 65% de todos os produtos que passam pelo posto. Em comparação, o posto de Karni, que fora fechado em 2007, ficava a apenas 5 km. O posto de Kerem Shalom também se encontra afastado de centros industriais e portos de Israel, o que aumenta os custos logísticos. Além disso, a arquitetura interna de Kerem Shalom foi projetada para operar de forma que não haja contato direto entre os caminhões do lado palestino e os do lado israelense. Em termos de infraestrutura, o posto não possui tanques de armazenamento de combustível, portanto os caminhões israelenses que chegam com

combustível em Gaza devem transferir imediatamente o conteúdo para os caminhões palestinos, o que é feito por meio de uma tubulação subterrânea que passa abaixo do posto de passagem (Gisha, 2020b). Nesse sentido, o controle da infraestrutura e a organização do espaço são feitos de forma a atrasar e dificultar ainda mais a circulação dos produtos.

Como ilustrado no Mapa 10 abaixo, atualmente há apenas três postos de passagem que conectam a Faixa de Gaza com o exterior: o de Kerem Shalom, na fronteira sul com Israel, o qual só permite a passagem de produtos; o de Rafah, também na fronteira sul, que liga Gaza ao Egito; e o posto de Erez, ao norte da Faixa de Gaza, o único que permite a entrada e saída de pessoas entre Gaza e Israel.

**Mapa 10** – Postos de passagem de produtos e pessoas operantes na Faixa de Gaza



Fonte: HRW (2017)

Embora nos postos comerciais da Cisjordânia não haja cobrança de taxas pelos israelenses, em Gaza isso é diferente. O Ministério de Defesa israelense cobra entre 70 e 200 dólares para cada caminhão israelense que entra em Gaza, enquanto os palestinos devem pagar seis dólares por caminhão que entra no posto para coletar as mercadorias. São cobrados também 145 dólares pela empresa israelense que opera o posto de passagem, como taxa de carregamento. Estimativas da ONU indicaram que, em 2019, os palestinos pagaram cerca de 14,5 milhões de dólares em taxas de carga e descarga de mercadorias ao longo do ano no posto

de Kerem Shalom. As autoridades palestinas locais também coletam taxas: o Hamas, por vezes, cobra uma “taxa de solidariedade” de 14 a 58 dólares por tonelada sobre certos produtos – bebidas, salgadinhos de batata e roupas – como uma medida para proteger as indústrias locais de Gaza que produzem as mesmas mercadorias (Gisha, 2020b).

Se a política geral de controle do movimento de produtos para dentro e fora de Gaza já impõe diversos entraves burocráticos e econômicos para os palestinos, uma política mais específica, chamada **política de dupla utilização** – *dual-use policy* – tem sido nos últimos anos uma das grandes responsáveis pelo de-desenvolvimento da Faixa de Gaza e que impacta cotidianamente as possibilidades de reconstrução da infraestrutura região. A designação de dupla utilização significa, em linhas gerais, que um determinado produto, embora seja civil em natureza, pode ser utilizado para fins militares (Gisha, 2017a). Em julho de 2010, após o evento da Flotilha da Liberdade, o Gabinete de Segurança de Israel emitiu um plano de seis pontos para relaxar as restrições, principalmente em relação aos alimentos, e facilitar a entrada de produtos em Gaza, com exceção de uma lista de produtos banidos que deveriam ter uma permissão especial (Gisha, 2010c, tradução nossa). Exemplos de produtos banidos pela lista incluíam tijolos, asfalto, embarcações e veículos pesados. Materiais de construção só seriam permitidos se utilizados para projetos executados e supervisionados pela comunidade internacional (Gisha, 2016). Conforme exposto no site oficial do Estado de Israel, na seção sobre política externa, a política de dupla utilização existe para “proteger os cidadãos do Estado de Israel do terrorismo, tendo em conta que a Faixa de Gaza é controlada pelo Hamas, que é uma organização terrorista” (COGAT, 2012, tradução nossa).

Contudo, desde o bloqueio Israel possui uma lista dos itens considerados de dupla utilização, cuja entrada em Gaza é proibida ou fortemente controlada<sup>29</sup>. O argumento das autoridades israelenses é de que tais produtos podem ser utilizados pelo Hamas e outros grupos militantes da região para construir túneis, fortificações e armamentos (Gisha, 2022c). Foi apenas em 2017, após a batalha legal travada pela Gisha na Corte israelense que o COGAT tornou pública a sua lista de “itens de dupla utilização” (Gisha, 2017a). A lista foi publicada

---

<sup>29</sup> Há cinco vias de entrada dos produtos considerados de dupla utilização na Faixa de Gaza: (i) pelo sistema regular de Israel, em Kerem Shalom; (ii) via Mecanismo de Reconstrução de Gaza, do qual falamos com mais detalhes nas páginas seguintes; (iii) por acordos bilaterais entre Israel e terceiros – organizações internacionais ou instituições palestinas; (iv) pelo portão Salah a-Din, na fronteira com o Egito; (v) e via túneis subterrâneos que conectam Gaza ao Egito e são considerados ilegais. O portão Salah a-Din começou a operar em fevereiro de 2018, é administrado por empresas privadas, com supervisão do Hamas e do governo egípcio, e funciona de dez a quinze dias por mês. Por esta via entram em Gaza poucos produtos, principalmente cimento, combustível e alguns equipamentos eletrônico (Gisha, 2021d; 2022c; Zilber, 2019).

em inglês, árabe e hebraico no site da COGAT e é uma adição aos produtos já listados pelo Acordo de Wassenaar, um acordo internacional sobre controle de exportação de armas convencionais e bens e tecnologias de dupla utilização, embora Israel não seja um Estado-membro signatário.

Com base na Lei de Controle de Exportação 5767, de 2007, o documento intitulado “Ordem de Defesa de Controle de Exportação”, datado de 28 de setembro de 2008 e assinado pelo então Ministro da Defesa, Ehud Barak, é composto de duas listas. A primeira, de 56 itens, aplica-se a todos os territórios palestinos ocupados, enquanto a segunda, de mais 61 itens, aplica-se somente a Gaza (COGAT, 2008b). Os itens listados são definidos como “controlados”, portanto, requerem permissão especial para entrarem em Gaza. Isto significa que não são totalmente proibidos, embora as solicitações para a transferência de tais produtos para Gaza sejam majoritariamente negadas (Gisha, 2021d).

Os itens da primeira lista incluem 25 componentes químicos – ácido nítrico, mercúrio inclusive para propósitos médicos, fósforo, pó de alumínio, pó de magnésio, alguns fertilizantes químicos, pesticidas, glicerina, entre outros –, equipamentos de comunicação, placas de platina, placas de titânio e placas de grafite com espessura inferior a 10 cm, telescópios, skis aquáticos, paraquedas, windsurfs, equipamentos que medem raios gama e raio X, equipamentos e ferramentas para análises químicas e físicas, veículos terrestres motorizados, uniformes, distintivos e símbolos, armas e munições destinadas ao uso civil, como caça, mergulho, pesca e esporte, punhais, espadas e facas dobráveis acima de 10 cm (COGAT, 2008b). Nota-se que alguns elementos são muito específicos – ácido nítrico, fósforo, telescópios, ski aquático etc. – enquanto outros são muito gerais, em especial os equipamentos de comunicação, uniformes, distintivos e símbolos. Não há uma descrição detalhada sobre o que constituem tais produtos, portanto, eles estão sujeitos à interpretação subjetiva e deliberada das autoridades do COGAT.

A segunda lista, complementar à primeira, mas aplicável apenas a Gaza, inclui elementos como: tanques de gasolina; equipamento para produção de água de perfuração, excluindo bombas de água designadas apenas à Autoridade de Águas; concreto preparado; cimento; ferro para fundações e pilares de qualquer circunferência, inclusive malha de aço soldada; cabos de aço de qualquer espessura; formas para elementos de construção de plástico ou aço galvanizado; asfalto e seus componentes; ventiladores elétricos; *scanners*; diversos materiais para a indústria de plásticos, incluindo poliéster, poliuretano e resina epóxi; máquinas de soldar, incluindo eléctrodos de fusão; tábuas de madeira com 1 cm de espessura e 5 cm de largura; entre outros (COGAT, 2008b).



Dentre esses elementos, merecem destaque aqueles que não são essencialmente perigosos, e sim necessários para a reconstrução da infraestrutura local, principalmente concreto, cimento, asfalto, cabos de aço, ferro, equipamentos de perfuração etc. Isso significa que cerca de 70% de materiais técnicos e de construção, necessários para a reconstrução das infraestruturas de água, saneamento e eletricidade de Gaza, danificadas ou destruídas durante operações militares israelenses, estão categorizados como itens de dupla utilização (Martin; Klawitter, 2017). As restrições à entrada de tábuas de madeira, por exemplo, limitam os programas da UNRWA de construção e mobiliação de escolas, além de promover a escassez de itens como portas de madeira (Gisha, 2016). Fertilizantes e pesticidas para o setor agrícola ou ingredientes para cosméticos, usados para atividades cotidianas em Gaza, também estão categorizados como itens de dupla utilização (Gisha, 2022c).

Além de impactar a infraestrutura, a política dos itens de dupla utilização também gera efeitos no mercado de trabalho em Gaza. Em entrevista a esta pesquisa, o palestino de Gaza, Rafat Alnajjar nos contou um pouco da sua vida cotidiana na região. Rafat vem de uma família de classe média que nunca passou grandes necessidades, se compararmos com a grande maioria da população de Gaza que é de classe baixa ou está em situação de extrema pobreza. Ele estudou e trabalhou desde os 14 anos, quando aprendeu o ofício do pai: azulejista e pedreiro. Rafat contou que ficou “famoso” na cidade por conta de seu trabalho e, com isso, conseguiu juntar dinheiro para pagar a própria faculdade. Ele descreve como foi ficar desempregado em Gaza antes de tentar sair da região:

Quando terminei a faculdade, a situação na Faixa de Gaza ficou muito, muito complicada. Eles apertaram muito. Pararam de deixar o material entrar, aí o material de construção ficou muito mais caro, e o pessoal não conseguia mais comprar para reformar e contratar os serviços. Aí eu parei de trabalhar. Fiquei gastando o dinheiro que eu guardava. (Alnajjar, 2023).

Com as restrições na entrada dos materiais de construção, Rafat acabou perdendo o seu emprego que mais lhe gerava renda. Portanto, de maneira geral, pode-se afirmar que a política de restrição na entrada dos itens de dupla utilização acaba perpetuando o de-desenvolvimento de Gaza, além de, evidentemente, prejudicar o funcionamento de hospitais, o que no limite pode levar à morte dos pacientes que necessitam de tratamentos ou diagnósticos específicos e que dependem do uso de equipamentos proibidos por Israel.

No documento “Aprovação e coordenação do transporte de mercadorias para a Faixa de Gaza”, é descrito que o COGAT “tem o poder de emitir diretivas determinando que certos itens não listados na Ordem de Controle requerem licenças individuais para serem transportados para a Faixa de Gaza” (COGAT, 2018a, tradução nossa). A decisão para aprovação ou negação das

solicitações de importação dos itens listados como de dupla utilização dependem de alguns critérios estabelecidos pelo COGAT, tais como a identidade do solicitante e do consumidor final, o tipo do item solicitado e a utilização pretendida do item (Gisha, 2021d). Isso gera um processo lento, inconsistente e com falta de clareza quanto à aceitação de determinado item. O caráter subjetivo e deliberado das decisões do COGAT é explicitado no trecho abaixo:

De acordo com **opiniões fornecidas por oficiais de segurança, por razões de segurança nacional**, há espaço para proibir certas partes de transportar e/ou receber mercadorias para/na Faixa de Gaza, seja diretamente ou por meio de outras partes. Isto aplica-se independentemente de os bens serem de dupla utilização ou não. (COGAT, 2018a, tradução nossa, grifo nosso).

Os oficiais do COGAT também são responsáveis por penalizar, na forma de multas, aqueles que tentarem contrabandear produtos classificados como de dupla utilização. O documento oficial intitulado “Procedimento para aplicação de multas em transferências ilegais de bens de dupla utilização para a Faixa de Gaza” estipula que uma multa “será aplicada nos casos apropriados quando o chefe do DCO de Gaza [Escritório de Coordenação do Distrito de Gaza] for de **opinião** que existe uma gravidade especial que justifique a aplicação de uma multa” (COGAT, 2016, tradução nossa, grifo nosso). Novamente aparece o caráter subjetivo, exemplificado pela decisão baseada na opinião da autoridade. Contudo, o documento indica que o chefe do DCO de Gaza deve indicar alguns critérios – não exaustivos – para avaliar a gravidade cada caso e decidir se haverá cobrança de multa ou não:

- a. A gravidade da **potencial ameaça terrorista** representada pelo equipamento cuja transferência para a Faixa de Gaza foi solicitada, conforme indicado pela natureza do equipamento.
- b. **A quantidade de equipamentos controlados de dupla utilização** cuja transferência para a Faixa de Gaza foi solicitada.
- c. **A extensão da tentativa de enganar** a autoridade administrativa, conforme indicado **pelas circunstâncias da tentativa de transferência para a Faixa de Gaza** – ocultação (ocultação dos bens de dupla utilização de forma que dificulte a sua localização); tentativas de fazer passar equipamentos de dupla utilização como legítimos (colocando bens de dupla utilização juntamente com bens que foram legalmente coordenados, para criar uma “aparência” de legitimidade); etc.
- d. **A extensão da tentativa de ludibriar** a autoridade administrativa, indicada pela discrepância entre o equipamento de dupla utilização que foi coordenado ou homologado e o equipamento de dupla utilização cuja transferência foi efetivamente pretendida – tanto em termos de tipo como de quantidade do equipamento.
- e. **Até que ponto existe “reincidência”** – quando existe informação, aberta ou confidencial, indicando que a parte cedente esteve envolvida no passado em tentativas de transferências proibidas de bens para a Faixa de Gaza. (COGAT, 2016, tradução nossa, ênfase original).

O valor da multa é de mais de um milhão de shekels israelenses, e a parte violadora pode tentar contestar a multa em até 15 dias (COGAT, 2016). Vale ressaltar que a penalização

por transferência de itens de dupla utilização tem respaldo na Lei de Contraterrorismo, a qual estipula que qualquer produto apreendido na fronteira de Gaza com Israel, “que não tenha sido reportada apesar de estar sujeita a um requisito de comunicação, sem a necessária autorização ou onde tenha havido tentativa de ocultá-la e contrabandeá-la está ligada a terrorismo e pode, portanto, ser submetida a uma ordem de apreensão e confisco” (Gisha, 2021d, tradução nossa). Diferentemente do que vimos em relação à política dos alimentos, aqui aparece muito pouco a questão humanitária, e muito mais a de segurança. Usando argumentos de contraterrorismo, as autoridades israelenses acabam impedindo a entrada de itens que são fundamentais para a reconstrução e do próprio funcionamento da infraestrutura básica da Faixa de Gaza.

A comunidade internacional pouco tem se engajado para contestar ou tentar reverter esta política de dupla utilização. No máximo, há recomendações às autoridades de Israel de mudança de conduta. Por exemplo, o Quarteto, composto por EUA, UE, Rússia e ONU, recomenda algumas mudanças na política de dupla utilização que poderiam auxiliar a economia palestina “sem colocar em risco a segurança israelense” (Quartet, 2022, tradução nossa). Exemplos incluem: excluir da lista itens como computadores pessoais, compassos, dispositivos GPS e de celular; tornar as definições dos itens mais precisas e claras, em especial no que se refere à grande categoria de equipamentos de comunicação; garantir que apenas os itens classificados como de dupla utilização necessitem de permissão, isto é, não adicionar outros itens na lista de maneira *ad hoc*; tornar o processo de importação mais transparente, por exemplo implementando um sistema de rastreamento online (Quartet, 2022). O Banco Mundial também expressou preocupações com os impactos da política israelense de dupla utilização na economia palestina, sobretudo em relação à dificuldade na geração de empregos. Em relatório publicado em abril de 2019, o Banco Mundial solicitou uma reforma desta política, que tem afetado severamente os setores de manufatura, agricultura e informação e comunicação, além de precarizar os hospitais (World Bank, 2019).

Essas recomendações, contudo, nunca foram acatadas pelas autoridades israelenses. No máximo há relaxamentos pontuais nas restrições durante acordos de cessar-fogo entre Israel e Hamas. Em abril de 2019, por exemplo, o oficial sênior do Hamas, Khalil al-Hayya declarou que autoridades israelenses haviam concordado em levantar as restrições de 30% dos materiais listados como de dupla utilização, embora o COGAT não tenha confirmado nem negado tal declaração. Al-Hayya ainda afirmou que, caso Israel não cumprisse o acordo, o Hamas voltaria a lançar foguetes e pipas incendiárias na fronteira de Gaza com Israel (Rasgon, 2019). Em outra ocasião de cessar-fogo, após os ataques israelenses a Gaza em maio de 2021, o que observamos não foi o relaxamento das restrições, e sim seu fortalecimento. A Associação Palestina de

Empresas de Tecnologia da Informação (PITA) apontou que equipamentos de Tecnologia da Informação e Computadores (TIC) estimados em 20 milhões de dólares, que deveriam ser exportados da Cisjordânia para Gaza, estavam retidos em Israel, inclusive aqueles que já tinham todas as permissões necessárias para passar por Kerem Shalom. Grande parte destes equipamentos era destinada para instalações educacionais e organizações internacionais que trabalham em Gaza, como agências da ONU e a OMS (Gisha, 2021c).

Na operação militar de maio de 2021, além da destruição de 2,4 mil residências, as FDI atacaram cerca de dois mil edifícios comerciais de Gaza, incluindo, por exemplo, as torres de al-Jalaa, al-Jawhara, al-Shorouk e Hanadi. O ataque às torres foi justificado pelos israelenses com o argumento de que elas abrigavam atividades de grupos armados em diversos andares. Contudo, os edifícios agrupavam uma variedade de atividades, como cafés, lojas, escritórios de advocacia e de jornalismo, consultórios médicos e odontológicos, além de servir de habitação para centenas de famílias. A destruição dos prédios gerou deslocamento forçado e desemprego, uma vez que os empregadores se viram obrigados a parar ou encerrar de vez as suas atividades econômicas. Algumas torres destruídas pelos bombardeiros israelenses abrigavam dezenas de escritórios de meio de comunicação, o que prejudicou a disseminação de informação em Gaza e internacionalmente. A reconstrução de todas essas instalações, de acordo com os proprietários e trabalhadores, será custosa, lenta e complicada por conta das restrições israelenses da importação de diversos materiais listados pela política de dupla utilização (HRW, 2021).

Certos produtos destinados a projetos de infraestrutura podem entrar em Gaza, desde que aprovados pela AP e sujeitos a implementação e supervisão internacionais (COGAT, 2012). Em momentos pós-operações militares, é comum Israel amenizar algumas restrições, mas ainda assim toda importação deve passar pelo crivo e a burocracia do COGAT. Na operação militar de 2014, até o momento a mais letal e destrutiva desde o bloqueio israelense, mais de 18 mil residências palestinas e 111 instalações da ONU – escolas e hospitais principalmente – foram danificadas ou totalmente destruídas (BBC, 2014). Diante deste cenário, Israel, a Autoridade Palestina e a ONU firmaram, em setembro do mesmo ano, um acordo de facilitação da importação dos materiais necessários para a reconstrução de casas e infraestrutura: o chamado Mecanismo de Reconstrução de Gaza (*Gaza Reconstruction Mechanism – GRM*), medida aceita por Israel como a condição necessária para a entrada de materiais na região. Inicialmente temporário, mas também sem um prazo estipulado para o seu encerramento, o GRM foi criado para atender apenas o setor privado de Gaza e organizações internacionais que coordenassem projetos de reconstrução da região, ou seja, não poderia ser acionado para demandas individuais ou “pontuais”, como a importação de equipamentos para funcionamento dos hospitais, que

ainda devem entrar via coordenação bilateral do COGAT com a AP. O GRM é voltado para projetos residenciais, de fornecedores industriais e de grande porte, como a reconstrução da infraestrutura de eletricidade e de água e saneamento básico (Gisha, 2022c).

Em agosto de 2014, ainda nas negociações do GRM, o então chefe das FDI, Benny Gantz, declarou:

Vamos ajudar na reconstrução não só por razões estratégicas, mas também pelo **aspecto humanitário**. Não temos nada contra os moradores de Gaza [...]. A combinação entre a necessidade de ir para a guerra, por um lado, e o esforço para evitar danos e **ajudar o máximo possível**, por outro lado, é algo que é correto do **ponto de vista ético, instrumental e estratégico**. (Gantz *apud* Gisha, 2019b, tradução nossa, grifos nossos).

Interessante notar que foi inclusive Benny Gantz que, durante as eleições israelenses de 2019, chegou a dizer publicamente que, na operação militar de 2014, mandou certas partes de Gaza de volta à idade da pedra (Wootliff, 2019).

O GRM é o exemplo mais recente de um envolvimento concreto da comunidade internacional nos esforços de reconstrução da infraestrutura em Gaza. Idealista do GMR, o diplomata holandês Robert Serry afirmou que a expectativa de doação de cinco bilhões de dólares em ajuda para Gaza na Conferência de Cairo, que ocorreria em outubro de 2014, “não teria feito sentido sem uma espécie de mecanismo para levar os produtos para Gaza” e que “todo mundo começou a procurar na ONU uma solução” (Serry *apud* Rocks; Benmeleh, 2019, tradução nossa). Sendo assim, a ONU atuaria em parceria com o governo israelense e a Autoridade Palestina para monitorar o fluxo de produtos considerados de dupla utilização para Gaza. De acordo com Barakat, Milton e Elkahlout (2018, p. 212), o contexto da negociação do GRM esteve marcado pela fraqueza política e financeira do Hamas, e por conta disso o grupo aceitou que a AP representasse os palestinos na criação e implementação do mecanismo.

O Escritório das Nações Unidas de Serviços para Projetos (UNOPS) operacionaliza a Unidade de Gerenciamento de Projetos (PMU) e os processos técnicos, enquanto o Coordenador Especial das Nações Unidas para o Processo de Paz no Oriente Médio (UNSCO) media o diálogo político e é responsável pela supervisão geral da execução dos projetos. Ambas as unidades da ONU são responsáveis por monitorar os passos dos projetos de reconstrução e assegurar que os materiais de fato cheguem aos utilizador final, isto é, que eles não cheguem nas mãos de grupos armados. A Autoridade Palestina, na figura do Ministério de Assuntos Cívicos (MOCA), é o ponto de contato entre Gaza e o COGAT, recebe as solicitações de importação e é responsável por aprovar os projetos e avaliar os fornecedores e empreiteiros, para depois enviar a solicitação para o COGAT. Por fim, ao governo de Israel cabe aprovar ou vetar os

projetos, mesmo após eles terem passado pelo crivo da AP, e aprovar ou recusar as solicitações de entrada de materiais considerados de dupla utilização (Gisha, 2022c; Martin; Klawitter, 2017). Sendo assim, em essência, o COGAT continua sendo a autoridade que possui o poder de veto baseado em justificativas de segurança nacional (Barakat; Milton; Elkahlout, 2018). Os projetos submetidos à AP e ao COGAT devem conter um plano de ação, a lista dos materiais específicos e onde serão utilizados, a localização exata da implementação do projeto, o responsável por sua implementação e gerenciamento e informações sobre os empreiteiros (Martin; Klawitter, 2017).

Somados às restrições na importação de materiais de construção estão os interesses comerciais de empresas israelenses. É o caso da *Nesher Israel Cement Enterprises*, a maior empresa produtora de cimento em Israel, no controle de cerca de três quartos das vendas aprovadas pelo GRM em Gaza. Um terço da renda da Nesher vem de contratos de construção de casas para colonos judeus na Cisjordânia, além de a empresa já ter vendido cimento para a construção do muro de separação (Rocks; Benmeleh, 2019). Embora dominante em Gaza, a Nesher vem enfrentando, em Israel, uma queda na venda de cimento, que vem sendo substituído por importações de cimento da Grécia e da Turquia. Para recuperar uma parte da fatia do mercado de cimentos, a Nesher voltou seus esforços para impulsionar a venda para Gaza via projetos aprovados pelo GRM. Para Mkhaimar Abusada, professor da Universidade de Al-Azhar, em Gaza, “Israel monopolizou a reconstrução. [...] Não há dúvidas de que a Nesher está ganhando dinheiro com a reconstrução” (Abusada *apud* Rocks; Benmeleh, 2019, tradução nossa). Em outras palavras, a importação de cimento muitas vezes não é permitida em Gaza, mas, quando o é, o lucro vai em grande parte para a companhia israelense. Isso revela que a preocupação com a vida dos palestinos de Gaza fica em segundo plano ou é inexistente.

Até junho de 2022, o GRM facilitou a importação de mais de 2,5 milhões de toneladas de cimento, 500 mil toneladas de vergalhões e mais de 8 mil itens considerados de dupla utilização. Com isso, 956 projetos de reconstrução foram completados, 10 mil casas que foram destruídas foram reconstruídas e 88 mil casas danificadas foram concertadas, abrangendo mais de 178 mil beneficiários (GRM, 2022). O mecanismo conseguiu facilitar a entrada de muitos materiais de construção, visto que, em 2013, apenas 73 mil toneladas de cimento foram importadas para Gaza. Contudo, a reconstrução está longe de ser completada. Um ano após a operação militar israelense em Gaza, em maio de 2021, das mais de 1700 residências destruídas, apenas 200 foram reconstruídas (Humaid, 2022a). Um dos 110 mil deslocados internos pelos ataques israelenses, Imadeldin Abed contou ao Al Jazeera que, apesar da ligação de alerta das FDI 15 minutos antes do início do bombardeio, ele não conseguiu pegar quase nada de sua casa,

que foi completamente destruída. Atualmente ele mora em um pequeno apartamento alugado com sua família, incluindo as esposas dos filhos. Segundo Abed (*apud* Humaid, 2022a, tradução nossa), “No ano passado, recebemos muitas promessas de reconstrução da UNRWA e das Nações Unidas sem sucesso. [...] Equipar meu apartamento me custou cerca de US\$ 80.000 e, em segundos, evaporou na minha frente”.

Desde o bloqueio de 2007, Gaza enfrenta ciclos recorrentes de destruição e reconstrução, haja vista as operações militares de 2008-09, 2012, 2014, 2018, 2021 e 2022. Essa recorrência resulta em danos não apenas físicos na infraestrutura local ou nos próprios dos palestinos, mas também na saúde mental da população. De acordo com a doutora Samah Jabr, psiquiatra, psicoterapeuta e atualmente chefe da Unidade de Saúde Mental do Ministério da Saúde palestino, não há estresse “pós” traumático em Gaza, pois “o trauma é repetitivo e contínuo” (Jabr *apud* VP, 2021, tradução nossa). A experiência diária de “humilhação, objetificação, desesperança forçada e exposição cotidiana a estresse tóxico” (Jabr, 2019, tradução nossa) vivida pelos palestinos tem feito crescer o índice de doenças mentais e reações psicológicas disfuncionais na região, e esta situação é caracterizada por Jabr (2019) como um trauma coletivo que afeta a sociedade como um todo. No entanto, é notável o forte impacto nas crianças de Gaza. Uma pesquisa conduzida pelo Euro-Med Monitor após os ataques de maio de 2021 revelou que, das 530 crianças entrevistadas, 90% sofrem de algum tipo de trauma ou estresse pós-traumático, que incluem sintomas como sono interrompido, flashbacks, pesadelos, entorpecimento emocional, entre outros (Ahmed, 2021; Osman, 2021). Cerca de 40% da população de Gaza é composta por crianças de até 14 anos, crianças que já nasceram sob bloqueio israelense e já viveram pelo menos quatro guerras ou “ciclos” de violência direta, materializados pelas operações militares. Essas crianças possuem três tipos de trauma: (i) crônico, decorrente das consequências do bloqueio, em especial os altos níveis de pobreza e a insegurança alimentar; (ii) intergeracional, relacionado às experiências compartilhadas dos parentes mais velhos; e (iii) agudo, decorrente de eventos individuais extremamente angustiante, como ocorrem durante as operações militares (VP, 2021).

Tais ciclos de violência direta são caracterizados, em parte, como uma política de “aparar a grama”<sup>30</sup>, uma tática que visa, de tempos em tempos, enfraquecer a capacidade militar do Hamas e, conseqüentemente, garantir um período de calma nas relações com Israel após o cessar-fogo (Inbar; Shamir, 2014a; 2014b). “Aparar é grama” é uma analogia usada pelos

---

<sup>30</sup> De acordo com Inbar e Shamir (2014a, p. 67), embora não esteja escrita em nenhum documento oficial, a expressão é comumente utilizada por oficiais das FDI.

pesquisadores do *think tank* israelense *Begin Sadat Center for Strategic Studies* (BESA Center), Efraim Inbar e Eitan Shamir – este também presidente do *Jerusalem Institute for Strategic Studies* (JISS), *think tank* de conservador de segurança de Israel. Segundo os autores, “contra um inimigo não-estatal implacável e bem entrincheirado como o Hamas, Israel simplesmente precisa **‘cortar a grama’ de vez em quando para degradar as capacidades do inimigo**”. (Inbar; Shamir, 2014b, tradução nossa, grifo nosso). Trata-se de uma “estratégia de desgaste de longo prazo projetada principalmente para debilitar as capacidades inimigas”, direcionada a grupos não-estatais hostis, como o Hamas (Inbar; Shamir, 2014b, tradução nossa). O objetivo militar, segundo os pesquisadores, não é tirar o Hamas do poder, mas desestabilizar o grupo ao atacar suas bases infraestruturais. Isto porque as alternativas seriam “o domínio israelense, o domínio de grupos mais radicais ou o caos. Nenhuma é uma boa opção” (Inbar; Shamir, 2014b, tradução nossa).

Em certos aspectos, a Faixa de Gaza continua sendo um entrave aos interesses coloniais israelenses, por constituir um “desafio direto aos mitos fundacionais de Israel” (Sen, 2021, tradução nossa). Como vimos ao longo desta tese, a constituição histórica do espaço de Gaza a torna um caso muito particular dentro da Questão Palestina, seja por sua população composta por mais de 70% de refugiados palestinos e seus descendentes, seu de-desenvolvimento de décadas – mais intenso do que as outras regiões palestinas –, ou por seu caráter *sui generis* de isolamento socioespacial desde o bloqueio de 2007. Diante disso, no pós-desengajamento, uma das maneiras de lidar com este “território hostil” é, de tempos em tempos, “aparar a grama”:

Destruir os túneis de terror ao longo da cerca ao redor de Gaza é um objetivo militar alcançável. No processo, os terroristas podem ser mortos e uma parte da infraestrutura terrorista demolida. [...] Um período de calma pode ser alcançado **destruindo capacidades que são difíceis e caras de reconstruir. Ganhar tempo é um objetivo legítimo.** Além disso, na atual situação estratégica, **o Hamas está isolado, tornando a reconstrução de seus ativos militares um processo mais longo.** (Inbar; Shamir, 2014b, tradução nossa, grifos nossos).

Contudo, o que acaba acontecendo é uma destruição física da infraestrutura econômica e social, que consequentemente gera impactos psicológicos do tecido social de Gaza, por conta de todas as políticas de isolamento socioespacial que Israel implementa na região. Nesse sentido, a política de aparar a grama é mais uma das táticas de dominação e controle remoto. Embora justificada como uma tática de contraterrorismo e que tem como foco o Hamas, as operações militares que ocorrem de tempos em tempos atingem toda a região:

Israel deve se livrar da crença ingênua de que melhorar o padrão de vida dos palestinos em Gaza reduzirá o terror. Na verdade, o oposto é provavelmente verdadeiro. **O sofrimento dos habitantes de Gaza pode induzi-los ao longo**



**do tempo a se rebelar contra o Hamas.** Não faz sentido tornar o governo do Hamas mais tolerável. (Inbar, 2018, tradução nossa, grifo nosso).

A avaliação de Inbar (2018) e Inbar e Shamir (2014a; 2014b) parte do enquadramento da questão de Gaza e Israel enquanto uma pequena guerra, um conflito prolongado e assimétrico, marcado por disputa direta entre um grupo não-estatal e um ator estatal tradicional. No entanto, por mais que a tática tenha mudado, encontramos na política de aparar gramas elementos reveladores da *politics* israelense informada pelo colonialismo por povoamento. Como vimos em Inbar (2018), a tática de aparar a grama permite a perpetuação da violência infraestrutural e do de-desenvolvimento de Gaza e é muito diferente do que o Estado de Israel tentou implementar em Gaza nas duas primeiras décadas da ocupação (Capítulo 3.3), quando entendia que o crescimento e desenvolvimento econômico da população levaria à sua pacificação e normalização da existência do poder ocupante.

A política israelense de itens dupla utilização compõe o *continuum* de violência que Israel exerce em Gaza. Após as operações militares que “aparam a grama”, a população deve lidar com os rastros da destruição e tentar reconstruir as suas casas, os seus comércios e a infraestrutura de água, saneamento, eletricidade, entre outros. No entanto, todo o processo de reconstrução esbarra nas restrições de importação dos materiais necessários, uma vez que são considerados de dupla utilização. Nesse cenário, o GRM aparece como alternativa para trazer certo alívio às necessidades de reconstrução. Porém, desde o início, o mecanismo é alvo de diversas críticas. Os principais problemas envolvidos no desenho, implementação e manutenção do Mecanismo de Reconstrução de Gaza são, segundo Barakat, Milton e Elkahoult (2018, p. 213): (i) ausência de domínio local, no sentido de que a população de Gaza e a autoridade local, Hamas, não têm participação na condução do GRM, que se traduz em um processo conduzido por atores “externos”; (ii) financiamento insuficiente, resultado das doações muito prometidas e pouco entregues; (iii) o fluxo lento de materiais de construção, em parte causado pelos (iv) obstáculos burocráticos impostos pelo COGAT; e, por fim, (v) as estratégias empregadas pelos atores internacionais, que acabam preferindo atuar em projetos de auxílios pontuais e paliativos. Isto porque, devido à burocracia do GRM e as recorrentes operações militares de Israel em Gaza, a ajuda internacional se torna menos presente em projetos de infraestrutura, pois muitos doadores desistem de investir em um espaço fadado à destruição contínua (Barhoum, 2021).

Em que pese a aparência de benevolência de Israel e de engajamento direto da comunidade internacional, o que se testemunha pelo GRM é a aceitação e a institucionalização internacional do bloqueio da Faixa de Gaza (Barakat; Milton; Elkahlout, 2018; Martin;

Klawitter, 2017). O COGAT continua sendo a autoridade quase que soberana, que tem o poder de fato de aprovar ou recusar as solicitações e todo o processo de importação de produtos para Gaza, inclusive os materiais considerados de dupla utilização. O máximo que se vê da parte de grandes organizações internacionais, em especial da ONU, é um pedido de revisão do funcionamento do mecanismo para “melhorar sua funcionalidade, transparência e previsibilidade” e “facilitar a implementação de projetos humanitários e de desenvolvimento” (OCHA, 2019b, tradução nossa). A proposta é de aumentar o número de empreiteiros com permissão de importar os materiais, acelerar o processo de aprovação ou negação das solicitações, maior transparência no monitoramento dos projetos, entre outros. Isso tudo significa que não há uma contestação da autoridade quase absoluta de Israel e seu poder de veto, tampouco um questionamento dos 16 anos de bloqueio de Gaza.

### 5.3 Política de mobilidade humana

*“A pessoa que mora na Faixa de Gaza quando sai da Faixa de Gaza é como fosse uma pessoa saindo de uma prisão” (Abud, 2023).*

A seção anterior ilustrou, entre outros aspectos da política dos itens de dupla utilização, como o sistema de saúde da Faixa de Gaza é altamente precarizado e não dá conta da demanda de tratamento de doenças como câncer, em grande parte por conta da política de restrição da importação de equipamentos médicos e remédios considerados materiais de dupla utilização. Uma alternativa seria buscar tratamento em Jerusalém, na Cisjordânia ou até mesmo em Israel. Mas, para conseguir tratamento adequado fora de Gaza, os pacientes devem solicitar permissão do COGAT, que geralmente demora meses para ser analisada e aprovada. Em 2010, 80% das 18 mil solicitações para tratamento de palestinos de Gaza com câncer em Israel foram aprovadas, e seus acompanhantes não podiam sair do hospital durante o período de tratamento (IRIN, 2011). Em agosto de 2021, apenas 64% das solicitações foram aprovadas, das quais 40% puderam ter acompanhantes, ao passo que 1% dos pedidos foram negados e os 35% restantes foram aprovados com atraso, isto é, após a data da consulta fora de Gaza (MAP, 2021).

Cerca de 1800 novos casos de câncer surgem em Gaza a cada ano, sendo que 15% deles referem-se ao câncer de mama. O chefe do Departamento de Oncologia do Hospital Al-Rantissi, em Gaza, apontou que 50% dos pacientes com câncer precisam de tratamento urgente fora de Gaza, como radioterapia e quimioterapia, mas em muitos casos as solicitações são negadas ou aprovadas com atraso – por exemplo, a aprovação sai depois da data da consulta marcada

(Abuali, 2021). Em 2021, 32% dos pedidos para sair de Gaza em busca de tratamento para câncer foram negados. Entre 2008 e 2021, as restrições israelenses de mobilidade dos palestinos de Gaza levaram 839 pacientes com câncer à morte, isto é, mais de 800 palestinos morreram esperando uma permissão para sair da região em busca de tratamento (Fayyad, 2022). Nesse sentido, o regime de mobilidade humana controlado por Israel se torna, pelo menos para pacientes com câncer, uma questão de vida e morte. O porta-voz do Ministério da Saúde de Gaza, Ashraf al-Qedra, comentou que a crise no sistema de saúde e a política israelense de negação ou de atraso na liberação das permissões significa uma “sentença de morte” para os enfermos (al-Qedra *apud* Hussaini, 2022a, tradução nossa).

Aqueles que de fato conseguem a autorização para sair, muitas vezes devem voltar no mesmo dia, pois a permissão liberada pelo Estado de Israel dura apenas vinte e quatro horas, ou seja, aqueles que precisam de tratamento mais demorado precisam enfrentar constantemente o processo burocrático e imprevisível de solicitação para sair de Gaza ou permanecem “ilegalmente” nos hospitais do exterior (Hajjaj, 2022). Além disso, muitos pacientes não conseguem ser acompanhados por seus parentes mais próximos. Por exemplo, a palestina Gaha Majadle, mãe de um bebê de apenas sete meses, não recebeu autorização dos israelenses para acompanhar a consulta de seu filho fora de Gaza, o qual teve de ser acompanhado pela avó, também debilitada de saúde (Fayyad, 2022, tradução nossa). Curiosamente, no site do COGAT (2020a, tradução nossa), na seção sobre “permissão de entrada humanitária para Israel da Faixa de Gaza por razões médicas”, é indicado que, em relação aos acompanhantes dos pacientes, “será dada preferência automaticamente aos pais de menores”.

O processo de solicitação para sair de Gaza em busca de tratamento é longo e burocrático. Em primeiro lugar, os pacientes devem preencher o formulário com todas as suas informações de saúde, o laudo e a prescrição de tratamento assinados pelo médico responsável e as condições que provam que o tratamento é inviável em Gaza. Em seguida, o alto comitê médico da AP avalia as inscrições e decide se cobrirá ou não os custos financeiros dos tratamentos dos solicitantes nos hospitais da Cisjordânia, os quais devem ser buscados pelos próprios pacientes. Só então os pacientes podem entrar com o pedido no COGAT. Todo esse processo pode durar semanas ou até meses, o que coloca em risco a vida dos palestinos com câncer, podendo gerar até mesmo a sua morte. Foi o caso do jovem de 17 anos, Saleem Nawaty, que faleceu após os funcionários do hospital de Al-Najah, em Nablus, e também do hospital de Ramallah, se recusarem a tratá-lo sob a alegação de que a Autoridade Palestina tinha dívidas com os hospitais. Nawaty morreu na porta do complexo Médico Palestino, em Ramallah, após 13 dias tentando iniciar o seu tratamento (Hajjaj, 2022).

Os casos de pacientes com câncer são apenas um exemplo dos diversos efeitos – por vezes letais – da **política de mobilidade humana** exercida pelo Estado de Israel na Faixa de Gaza. Como vimos no Capítulo 4, a restrição na circulação das pessoas de Gaza data da Primeira Intifada, a partir de quando Israel passou a implementar a política de separação e de fechamento. Com efeito, desde 1991, muitos palestinos de Gaza foram proibidos de entrar em Israel, inclusive para trabalhar – apenas categorias muito restritas de pessoas poderiam circular em Israel e na Cisjordânia. As restrições ficaram mais rígidas com a Segunda Intifada (2000), o desengajamento (2005) e o bloqueio (2007). Por exemplo, antes da eclosão da Segunda Intifada em setembro de 2000, Israel liberava mais de 12 mil permissões por mês para habitantes de Gaza atravessarem a fronteira de Israel e da Cisjordânia. Entre 2001 e 2004, este número caiu 98%, com cerca de 260 permissões liberadas por mês (Lein, 2005, p. 16). Atualmente, os únicos postos de passagem de pessoas em funcionamento é o de Erez, também chamado de Beit Hanoun, localizado ao norte da Faixa de Gaza e por onde coordena-se a passagem para Israel, e o posto de Rafah, ao sul da região, na fronteira com o Egito.

A autoridade israelense responsável pela condução da política de mobilidade humana na Faixa de Gaza é o COGAT. Assim como acontece com a política de itens de dupla utilização, as informações sobre a política de circulação de pessoas não são sempre claras, precisas e completas, o que coloca os palestinos de Gaza em uma espiral de incertezas. Novamente o trabalho conduzido pela organização Gisha é uma fonte importante para suprir algumas dúvidas, uma vez que, com base na lei israelense de acesso à informação, a organização conseguiu algumas respostas das autoridades israelenses em relação a tal política e publicou-as *online* e em inglês. Outros documentos, como o procedimento de autorizações para movimento dentro e fora de Gaza, foram publicados no site do COGAT, em versões hebraica e árabe, após pedidos judiciais da Gisha (Gisha, 2019a, p. 2).

A política de mobilidade humana, também chamada de regime de permissões, tem como base a “Ordem de Entrada em Israel (Isenção de Residentes da Faixa de Gaza) 5765-2005, bem como as prerrogativas do Comandante de Área sob a Lei de Cidadania e Entrada em Israel (Ordem Temporária) 5763-2003” (COGAT, 2022b, tradução nossa), leis elaboradas no contexto da Segunda Intifada e do desengajamento. Nas palavras do próprio COGAT:

Tendo como pano de fundo a situação política/de segurança na Faixa de Gaza, foi decidido a nível do Estado **limitar ao mínimo necessário o movimento de residentes entre a Faixa de Gaza e a área da Judeia e Samaria [Cisjordânia]**, para que, para todos os efeitos práticos, **a entrada de residentes de Gaza para a área da Judeia e Samaria só será permitida nos casos humanitários mais excepcionais.** (COGAT, 2013a, tradução nossa, grifos nossos).

[...] **os critérios** de circulação de pessoas derivam das circunstâncias de mudança mencionadas acima e **são frequentemente revistos pelos funcionários competentes**. [...]. Além dos critérios para analisar os pedidos de entrada em Israel, que são determinados periodicamente, todos os pedidos são analisados em seus méritos, **de acordo com as circunstâncias individuais de cada caso e de acordo com uma verificação de segurança individual relativa ao solicitante e/ou seus parentes, e uma revisão dos interesses de segurança, políticos e estratégicos do Estado de Israel na aprovação dos pedidos**. (COGAT, 2011, tradução nossa, grifos nossos).

Em documento de julho de 2022, o COGAT declara que:

Em consonância com a autoridade atribuída aos escritórios do COGAT, com as decisões no nível político e com os riscos de segurança decorrentes de ações de organizações terroristas que exploram os movimentos de pessoas, **não há como separar a implementação, modelagem e definição da política de movimento de pessoas** entre Israel, Judeia e Samaria, e a Faixa de Gaza, por um lado, **da mudança da situação política e de segurança**, por outro. [...]. Além de precisarem estar cobertos por autorizações atualmente válidas, **os pedidos de entrada também são avaliados de acordo com as verificações de segurança individuais necessárias que os serviços de segurança e a Polícia de Israel precisam e de acordo com os interesses políticos, de segurança e estratégicos do Estado de Israel com relação aos pedidos**. Os pedidos devem ser aprovados nos exames administrativos e processuais exigidos por todas as autoridades administrativas competentes. [...]. Vale lembrar que **um residente palestino não tem direito adquirido de entrar em Israel** e um israelense não tem direito adquirido de sair para a Faixa de Gaza. (COGAT, 2022b, p. 3, tradução nossa, grifos nossos).

Os trechos destacados acima indicam que a justificativa das autoridades israelenses para a restrição na circulação de pessoas para dentro e fora de Gaza é baseada primeiramente na segurança nacional, ao passo que casos “humanitários” são concessões excepcionais. Os interesses políticos e estratégicos de Israel são o guia para a aprovação ou não das solicitações, embora esses objetivos não estejam declarados. No entanto, a separação e fragmentação da sociedade e dos territórios palestinos é o objetivo implícito nestas declarações e do qual o isolamento de Gaza é um meio para atingi-lo. Como vimos ao longo desta tese, o projeto de colonialismo por povoamento tem ambições claras de eliminação da população nativa e conquista de maior quantidade de terra possível. Ao longo de sua história, Gaza foi se tornando um fardo com o qual os israelenses não quiseram lidar diretamente, de forma que o desengajamento foi a solução estratégica encontrada para retirar mais de 1,5 milhão de palestinos da responsabilidade do Estado de Israel, considerado o poder ocupante diante do Direito Internacional.

Contudo, apesar de o Estado de Israel declarar não ter mais responsabilidade sobre os palestinos de Gaza e que as leis da ocupação beligerante não mais se aplicam, ele continua responsável pelo sistema de registro de pessoas na região. Como exposto no site oficial do

COGAT (2020c), a atualização do registro populacional palestino é feito por Israel em coordenação com a Autoridade Palestina. As áreas de responsabilidade e de serviço são:

Atualização do cadastro da população nos sistemas das autoridades israelenses – passaportes, certidões, carteiras de identidade etc.;

Verificação de relações familiares para israelenses que cruzam entre Israel e a Faixa de Gaza;

Tratamento de pedidos de travessia excepcionais para estrangeiros e pessoas diversas que se encontram na Faixa de Gaza sem documentação;

Tratamento de pedidos excepcionais de palestinos que exigem o reconhecimento de seu status em Israel, no âmbito da naturalização, em cooperação com o Ministério do Interior. (COGAT, 2020c, tradução nossa).

Três meses após a ocupação israelense da Faixa de Gaza e da Cisjordânia, em junho de 1967, o Estado israelense conduziu um censo populacional nestas regiões – excluindo Jerusalém Oriental – a fim incluir os palestinos não considerados cidadãos israelenses no Registro Populacional Palestino. No entanto, cerca de 250 mil palestinos que não estavam presentes no momento, pois haviam fugido da guerra, não foram registrados, portanto passaram a ser um grupo sem *status*, sem documento de identidade e sem direito de residência nos territórios ocupados (Adamczyk, 2012, p. 4). Estimativas indicam que de 40 a 50 mil palestinos de Gaza não possuem documentos de identidade, o que os relega a uma posição de pessoas sem *status*. Dentre eles, a maioria se refere às pessoas ausentes durante os censos conduzido em setembro de 1967, em 1981 e em 1988; palestinos que estiveram no exterior por mais de sete anos, incluindo por razões de estudo ou trabalho; crianças não registradas no sistema antes de completarem cinco anos; palestinos que visitaram Gaza, permaneceram lá e não obtiveram aprovação de unificação familiar; entre outros (Adamczyk, 2012, p. 51; B’Tselem, 2013a).

Como resultado, aqueles que desejam entrar ou sair de Gaza, mas não possuem documentos, são impedidos. Mulheres sem carteira de identidade expedida por Israel, que precisam sair de Gaza para tratamento de câncer de mama, não conseguem autorização ou o processo demora meses, o que adiciona mais uma barreira na busca por tratamento e coloca em risco as suas vidas. Este sistema de registro populacional significa que Israel categoriza os palestinos com base em seu local de residência, uma distinção “quase-legal” (Bashi; Diamond, 2015, p. 8). A justificativa das autoridades israelenses é de que esta política de separação “impede que uma ‘infraestrutura terrorista’ seja transferida de Gaza para a Cisjordânia” (Bashi; Diamond, 2015, p. 9, tradução nossa), ou seja, a segurança nacional é o argumento principal.

Para entrar em Israel ou na Cisjordânia, os palestinos de Gaza devem solicitar autorização primeiramente ao Comitê Civil Palestino, ligado do Ministério de Assuntos Cíveis da Autoridade Palestina em Ramallah, que em seguida envia a solicitação para a Coordenação e Administração de Contato para Gaza (Gaza CLA), órgão subordinado ao COGAT. Embora

haja uma política “geral”, cada caso é avaliado individualmente, o que contribui para a lentidão do processo. Além disso, segundo testemunhos coletados pela Gisha (2019a), o COGAT muitas vezes muda o próprio procedimento ao implementar requerimentos não listados, o que gera incerteza e imprevisibilidade para os solicitantes. Isto porque os critérios são reavaliados periodicamente pelo COGAT, que muitas vezes não publica as listas de categorias de pessoas permitidas e os documentos que devem apresentar às autoridades no momento da solicitação.

Alguns exemplos de critérios para sair de Gaza e entrar em Israel via posto de passagem Erez estão elencados no documento publicado pelo COGAT em julho de 2022, intitulado “*Status das autorizações para a entrada de palestinos em Israel; por sua passagem da Judeia e Samaria na Faixa de Gaza; e para sua partida para o exterior*” (COGAT, 2022b, tradução nossa). Atualmente, este é o principal e mais completo documento oficial sobre as regras e procedimentos da política de mobilidade humana. Alguns critérios são: (i) necessidades de saúde; (ii) finanças e emprego; (iii) estrangeiros e organizações internacionais; (iv) viagem por diversas necessidades, o que inclui visitar um prisioneiro, necessidades legais, reunificação familiar, entrevistas em embaixada, jornalistas, comparecimento a funeral ou casamento, entre outros (COGAT, 2022b, p. 12-16). Sob o argumento da permissão por razões humanitárias e de segurança, os critérios são bem restritos e não atendem a grande maioria dos dois milhões de palestinos que vivem em Gaza. Neste sentido, a regra “padrão” é que os palestinos de Gaza não podem viajar para a Cisjordânia ou Israel, mas há exceções, como as listadas pelo COGAT (2022b) e que podem ou não ser aprovadas, sobretudo por conta das incertezas geradas pelo “labirinto burocrático” do COGAT (Gisha, 2022d).

Cada um dos critérios listados pelo COGAT (2022b) tem suas especificidades. Por exemplo, na categoria “finanças e emprego”, comerciantes e homens de negócios sênior, incluindo suas esposas e filhos, podem solicitar permissão para sair de Gaza. Habitantes de Gaza também podem solicitar a saída “para fins financeiros”, embora o COGAT não explique o que isso seria (COGAT, 2022b, p. 13-14). No critério “estrangeiros e organizações internacionais”, é permitida a saída de palestinos empregados por organizações internacionais reconhecidas pelo Ministério do Interior e o Ministério das Relações Exteriores, de palestinos empregados por missões diplomáticas de países que mantêm relações diplomáticas com Israel, e de palestinos temporariamente empregados por organizações internacionais, desde que ele cumpra apenas as funções descritas por sua organização (COGAT, 2022b, p. 14).

O COGAT também é responsável por emitir autorizações de entrada de pessoas na Faixa de Gaza via posto de Erez. De acordo com o documento “Regulamento: Entrada de estrangeiros na Faixa de Gaza pela Passagem de Erez”, desde o desengajamento, cidadãos israelenses e

visitantes estrangeiros com licença para residir em Israel são proibidos de “entrar na Faixa de Gaza sem autorização do comandante militar” (COGAT, 2013b, tradução nossa). Contudo, o COGAT permite a entrada de certas categorias de pessoas, em especial trabalhadores de organizações internacionais<sup>31</sup> reconhecidas por Israel e delegações diplomáticas. A lista de solicitantes passíveis de aprovação para entrar em Gaza inclui diplomatas, trabalhadores estrangeiros da ONU e convidados da Autoridade Palestina. Turistas estrangeiros sem residência nos territórios palestinos que querem entrar em Gaza devem se apresentar ao posto de Erez e preencher a inscrição padrão que será avaliada pelo COGAT (COGAT, 2013b). Jornalistas estrangeiros – sem identidade israelense ou palestina – também podem entrar na Faixa de Gaza, desde que possuam autorização da Assessoria de Imprensa do Governo Israelense (*Government Press Office* – GPO), e cada caso é avaliado individualmente pelo COGAT (COGAT, 2022b, p. 15).

O Estado de Israel é também responsável por emitir as licenças para palestinos de Gaza que desejam fixar residência na Cisjordânia. De acordo com o COGAT (2013a, tradução nossa, grifo nosso), “em todos os casos que envolvam o assentamento de moradores de Gaza na área da Judeia e Samaria deve-se adotar **a política mais restritiva**, que deriva *a fortiori* da política geral de restrição de movimento entre as duas áreas”. Aqui fica explícita a política de separação socioespacial. A relação familiar entre um palestino de Gaza e um palestino da Cisjordânia – o que não é raro, haja vista que 70% da população de Gaza é composta por refugiados palestinos e seus descendentes – não é um critério válido para o COGAT (COGAT, 2013a). Como de praxe, todos os solicitantes passam por uma avaliação de segurança dos israelenses, embora as autoridades não explicitem como essa avaliação é feita.

A lista de quem pode solicitar residência na Cisjordânia é bem restrita, limitada a “casos relacionados a **circunstâncias humanitárias objetivas**, que como consequência [os palestinos de Gaza] não podem continuar vivendo em Gaza, e a solução para suas necessidades humanitárias está exclusivamente na área da Judeia e Samaria” (COGAT, 2013a, tradução nossa, grifo nosso). A lista inclui três critérios: (i) um palestino de Gaza que possui condição médica crônica e que precisa de cuidados por um membro da sua família que reside na Cisjordânia e não tem outro parente em Gaza que possa ajudá-lo; (ii) um jovem palestino com menos de 16 anos cujo pai ou mãe falecera e o pai ou mãe mora na Cisjordânia; e (iii) uma

---

<sup>31</sup> De acordo com pesquisa da *Human Rights Watch*, o COGAT nega a maioria das solicitações de entrada em Gaza de trabalhadores do campo de direitos humanos, que buscam entrar na região a fim de documentar os abusos e as violações de direitos humanos para depois advogar contra elas. O Egito também tem negado a entrada desses trabalhadores (HRW, 2017).



pessoa idosa, acima de 65 anos, que não tem parentes de primeiro grau capazes de ajuda-la em Gaza e, portanto, necessita de cuidados e supervisão de um familiar que vive na Cisjordânia (COGAT, 2013a). Em geral, a autorização expedida pelo COGAT dura três meses e deve ser novamente solicitada, com possibilidade de extensão de seis meses a um ano (COGAT, 2013a). Novamente vemos a relação entre segurança e humanitarismo, na qual a segurança é a variável mais importante para os israelenses.

Caso um palestino da Cisjordânia queira morar na Faixa de Gaza, ele também deve solicitar a permissão do COGAT. Neste caso, o solicitante deve preencher uma inscrição de residência permanente em Gaza “para qualquer finalidade que seja considerada humanitária (geralmente unificação familiar)”, mas é dada prioridade à “necessidade de permitir que a unidade familiar seja mantida na Faixa de Gaza” (COGAT, 2018b, tradução nossa). A solicitação deve ser acompanhada de uma declaração de que “o solicitante não poderá retornar de Gaza para a área da Judeia e Samaria, exceto em casos excepcionalmente raros” (COGAT, 2018b, tradução nossa), ou seja, a pessoa deve renunciar o seu direito de morar na Cisjordânia e de eventualmente voltar para lá. Nesse sentido, é muito mais fácil para um palestino da Cisjordânia se mudar para a Faixa de Gaza do que um palestino de Gaza se mudar para a Cisjordânia. Este procedimento foi criado em 2009 seguido de uma ordem da Corte Suprema israelense, como uma forma de manejar a realocação dos palestinos nos territórios ocupados. De 2009 a 2017, foram aprovadas apenas cinco solicitações de palestinos de Gaza que desejavam se mudar para a Cisjordânia, todas após intervenção legal de organizações de direitos humanos. Das cinco, quatro eram de menores de 16 anos que não tinham parentes para cuidá-los em Gaza. Já no caso de mudança da Cisjordânia para a Faixa de Gaza, 58 solicitações foram aprovadas, sendo 51 de mulheres – é costume na sociedade palestina que a mulher se mude para a casa da família do esposo. O número de palestinos que puderam sair de Gaza e morar na Cisjordânia passou para 2,775, embora as solicitações passassem os 5 mil, após Israel concordar com a sugestão do representante do Quarteto, Tony Blair, de autorizar o deslocamento destas pessoas (Chacar, 2020).

De acordo com a Gisha (2015), é difícil mensurar exatamente todo o impacto que a política de mobilidade humana exerce sobre a vida cotidiana dos palestinos de Gaza, visto que há impactos não apenas materiais e financeiros, mas físicos e emocionais. Contudo, o que não falta são histórias sobre a separação das famílias palestinas (Baumgarten-Sharon, 2014; Bashi; Diamond, 2015; Chacar, 2020; Van Esveld, 2012). Desde o bloqueio, Israel tem como padrão não aceitar solicitações para visitar de familiares que vivem nas diferentes partes da Palestina. Inclusive, um casal em que um tem identidade vinculada Israel e o outro a Gaza é considerado

por Israel como uma “família dividida”. A parte do casal que tem identidade israelense deve pedir permissão para morar em Gaza e renová-la a cada seis meses (Gisha, 2020a). Essa gestão populacional é mais um exemplo da governamentalidade colonial israelense exercida sobre Gaza à distância, cujo objetivo, implícito ou explícito, é garantir a separação e expulsão da população nativa indesejada e considerada excedente.

A separação de famílias tem um impacto mais forte nas mulheres palestinas, as quais geralmente se mudam para as casas da família dos maridos quando se casam. Quando uma palestina da Cisjordânia se casa com um palestino de Gaza, ela deve renunciar seu direito de residência na Cisjordânia, o que vai dificultar ou impedir que visite a sua família quando desejar, causando uma fratura no tecido familiar (Gisha, 2020a). De acordo a Gisha (2020a), os critérios israelenses para um palestino de Gaza visitar um parente na Cisjordânia ou em Israel exclui particularidades dos ciclos de vida das mulheres, uma vez que não reconhece, por exemplo, a gravidez ou o parto como condições médicas específicas, o que coloca a mulher grávida em momentos ainda mais vulneráveis sem a presença de um familiar próximo.

Em 2010, o coronel Uri Mendes, então comandante de coordenação e operações do COGAT, afirmou que cerca de 35 mil palestinos com registro de residência em Gaza estavam vivendo ilegalmente na Cisjordânia, portanto eram considerados criminosos infiltrados (Baumgarten-Sharon, 2014; Chacar, 2020). Casos de expulsão de palestinos que estavam “ilegalmente” na Cisjordânia, de acordo com as autoridades israelenses, foram recorrentes a partir da Segunda Intifada. Segundo relatório das organizações israelenses de direitos humanos B’Tselem e HaMoked, alguns palestinos que eram detidos em *checkpoints* na Cisjordânia eram expulsos para Gaza, com o argumento de que seus cartões de identidade tinham como endereço de residência a Faixa de Gaza. Em outros casos, mesmo que o endereço registrado na identidade do palestino fosse na Cisjordânia, os oficiais israelenses alegavam que aquilo não tinha sido aprovado pela Administração Civil de Registro Populacional. De setembro de 2000 até março de 2005 – meses antes do desengajamento –, os israelenses expulsaram 32 palestinos da Cisjordânia para Gaza.

Essa situação indica que a Faixa de Gaza pode ser um destino sem volta. De acordo com Dani Shenhar, do Departamento de Informações da organização israelense HaMoked, “Gaza é uma passagem só de ida: se você se muda para lá, você não volta mais” (Shenhar *apud* Chacar, 2020, tradução nossa). Com isso, pode-se dizer que Gaza se tornou uma espécie de área de expulsão, para qual os palestinos devem se mudar e permanecer.

O posto de passagem de Erez fica aberto todos os dias da semana, exceto os sábados, por cerca de oito horas por dia (COGAT, 2020a). Quando há operações militares, o posto fica

fechado, o que impede os residentes de saírem para trabalhar ou até mesmo para fugir dos bombardeios. Há diversos testemunhos de palestinos que sofreram abusos e humilhações das autoridades do COGAT no posto de Erez. A palestina de Gaza, Noor Agha (2022), por exemplo, conta que, após descobrir um tumor no cérebro que precisaria ser retirado por meio de cirurgia em um hospital na Cisjordânia, esperou cinco meses para finalmente conseguir a autorização para sair de Gaza. Quando Agha e sua tia chegaram no posto de Erez – a mãe de Agha não conseguiu permissão para acompanhar sua filha –, ainda no lado palestino, elas foram advertidas de que os remédios da tia de Agha, incluindo o creme para a sua psoríase, não poderiam entrar em Israel com elas. Em seguida, os soldados israelenses checaram as bagagens que ambas levavam, e foram barradas por conta de uma pasta de dente. Agha (2022) descreve que uma soldada israelense passou a interrogá-la como se ela fosse uma criminosa:

Mais tarde, uma mulher de uniforme militar veio com uma bolsa transparente com minha pasta de dente como se estivesse segurando provas de crime para investigação.

Ela chamou meu nome e perguntou com sotaque americano: ‘Isto é seu?’

‘Sim’, eu murmurei.

‘Vá jogá-lo em Gaza’, disse ela em claro desgosto.

‘Mas... estamos em Gaza, não estamos?’ Olhei para minha tia.

‘Vá para fora desses corredores. Atravesse os portões. Jogue fora. E volte,’ ela disse como se estivesse dando instruções para alguém que se perdeu.

Ao ouvir isso, imaginei todos os portões intermináveis pelos quais passamos e as longas filas que esperamos para chegar aqui.

Olhei em volta como uma criancinha, assustada e solitária, e perguntei se poderia jogá-la na cesta vazia ao nosso lado.

‘Não. Vá jogar em GAZA’, ela gritou.

Carreguei eu e minha pasta de dente e ‘voltei para Gaza’.

Eu joguei minha pasta de dente na cerca. Virei as costas para a pasta de dente e entrei novamente no labirinto. (Agha, 2022, tradução nossa).

No site da COGAT (2020a) é indicada a proibição de atravessar o posto carregando bagagens duras, produtos eletrônicos exceto um celular e um carregador, produtos de higiene pessoal – shampoos, sabonetes, cremes, pasta de dente –, especiarias e alimentos. Depois de jogar fora sua pasta de dente, Noor Agha conseguiu atravessar a fronteira de Gaza e iniciar sua jornada até Hebron. Com a permissão de apenas um dia, Agha tinha um tempo limitado, mas não deixou de visitar Jerusalém, que ela não acreditou ser tão perto de Gaza, de onde nunca saíra durante os 23 anos de sua vida. Após ficar uma semana em Hebron fazendo exames, Agha e sua tia iniciaram a viagem de volta para Gaza, mas foram barradas no *checkpoint* de Qalandiya, em Jerusalém, pois não poderiam entrar com os sete quilos de queijo branco que queriam levar como presente para seus familiares em Gaza (Agha, 2022).

O labirinto burocrático do posto de passagem também é objeto de reclamações dos palestinos, que denunciam a falta de informações claras, bem como a falta de resposta ou a

resposta em cima da hora das autoridades às solicitações para sair de Gaza. Argumentos de segurança são usados para justificar a negação das solicitações, o que leva a crer que as decisões do COGAT são “arbitrárias e sem base” (Gisha, 2022d, tradução nossa). A professora Yael Berda, da Universidade Hebraica de Jerusalém, afirma que a falta de clareza geradas pela política de mobilidade humana da COGAT é, na verdade, uma “ineficiência efetiva”, uma forma de “desacelerar os movimentos das pessoas, controlá-las e criar medo e suspeita” (Berda *apud* Chacar, 2020, tradução nossa). Em outras palavras, espaço e mobilidade constituem instrumentos de poder e violência que garantem ao Estado israelense o poder de fazer a gestão populacional à distância.

Em julho de 2022, a organização *Breaking the Silence* (BTS), formada por veteranos do exército israelense, publicou uma coleção de testemunhos de ex-soldados da COGAT que trabalharam nas divisões responsáveis pela política de mobilidade humana na Cisjordânia e na Faixa de Gaza entre 2011 e 2021. Para preservar a identidade dos entrevistados, a organização não revelou seus nomes e mudou os locais de trabalho (BTS, 2022, p. 19). Os 59 testemunhos revelam que, apesar da aparência de uma função meramente protocolar, a COGAT na verdade exerce uma violência burocrática e tem envolvimento direto e cotidiano no controle dos palestinos de Gaza (BTS, 2022, p. 6). O funcionamento do regime de permissões é como um sistema vago, sem direções e informações claras, semelhante a um labirinto, e os oficiais da COGAT que trabalham nesta divisão são treinados a verem os palestinos como meros números em um sistema ou como inimigos, como se garantir a permissão para entrar em Israel significasse ajudar o inimigo (McKernan, 2022). Muitos não falam o árabe e a interação que têm com os palestinos se dá por meio de uma pequena janela (BTS, 2022, p. 21-22).

Os excertos abaixo ilustram a visão dos próprios soldados israelenses sobre a política de mobilidade humana em Gaza:

[Testemunho 2] Acho que pode não parecer a violência que estamos acostumados a ouvir, violência no *checkpoint* ou soldados abusando de palestinos. **Mas é um tipo diferente de violência. É violência burocrática. Usamos muita violência contra Gaza.** Durante as rodadas [de luta] em si, usamos muita violência e **semeamos destruição, e faz parte da mesma estratégia.** Agora, eu vejo [essas rodadas de luta] como tendo que ‘cortar a grama’ a cada poucos anos, e no meio, **os habitantes de Gaza têm que ser mantidos em uma coleira muito curta [...].** É uma prisão. (BTS, 2022, p. 28, tradução nossa, grifos nossos).

[Testemunho 10] **Você tem poder absoluto.** Você tem um oficial na janela, mas ele não te observa muito. **Você tem um poder insano.** O selo é do oficial, mas o selo está na sua gaveta. O policial pode dizer não também, mas se você disser não antes, então não há nenhum sistema para realmente verificar se você está fazendo tudo certo. **Se alguém te irrita, você pode dizer a eles para saírem dali.** Não que eu tenha feito isso, mas eu já vi. [...] **há soldados muito**

**cruéis na janela.** Como eu disse, é poder, e é isso que o poder faz com uma pessoa. Agora, é engraçado, porque em outras situações você não tem poder algum. **Quando você chega a um campo, onde os colonos queimaram o campo de alguém, você não tem poder lá. Mas na janela, você tem.** (BTS, 2022, p. 38, tradução nossa, grifos nossos).

[Testemunho 41] Antes de entrar na unidade, eu achava que não tinha como a **ocupação** continuar para sempre, é insustentável. Na prática, **é muito, muito sustentável.** A verdadeira questão é qual é a missão da unidade, qual é a missão da unidade que opera a ocupação. Sua missão é implementar a política de Israel, mas também é administrar a ocupação para que ela possa continuar até que haja uma solução política, se houver. E para isso, **é uma missão política, e a natureza da atividade da unidade não é lutar, não é guerra, é governar.** (BTS, 2022, p. 81-82, tradução nossa, grifos nossos).

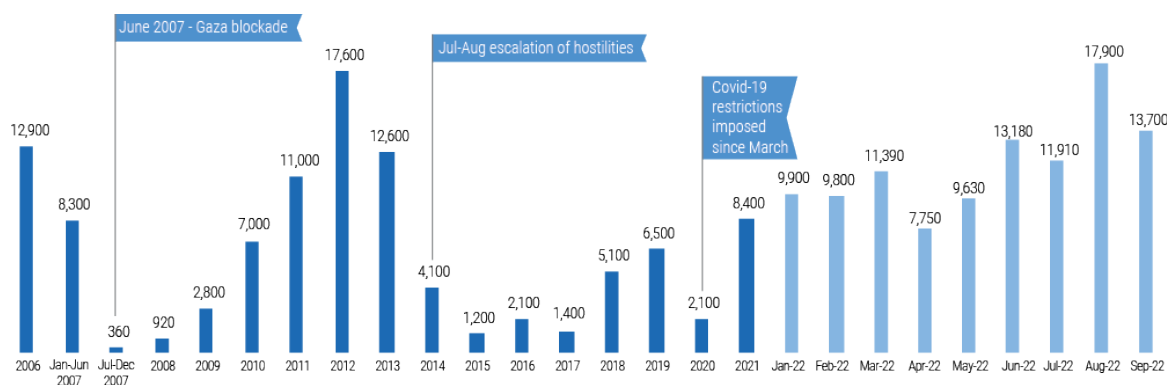
Conforme os trechos acima, fica evidente a forte dimensão de poder exercida pelos soldados do COGAT. Para além das violências diretas, o sistema de autorizações funciona como uma violência burocrática, que por sua vez se soma às outras violências exercidas sobre o corpo-território de Gaza. Logo, a governamentalidade colonial, com foco na população como problema político, consegue fazer a gestão dos habitantes de Gaza de forma a colocá-los em uma espiral de precariedades e em isolamento em relação aos demais TPO.

A única alternativa para sair da região é por meio da fronteira com o Egito, localizada na cidade de Rafah, ao sul da Faixa de Gaza. No entanto, desde o bloqueio de Gaza, do qual o Egito também faz parte, a fronteira de Rafah ficou fechada permanentemente até pelo menos 2009, e foi aberta apenas para casos excepcionais – apenas 3% dos palestinos que solicitaram atravessar a fronteira de fato conseguiram neste período (Kadman, 2009, p. 7). Em janeiro de 2008, em uma tentativa de quebrar o bloqueio egípcio, dezenas de milhares de palestinos cruzaram a fronteira de Rafah após militantes do Hamas terem derrubado uma parte da cerca. Na ocasião, os palestinos lotaram as lojas da cidade egípcia e compraram diversos produtos, desde cigarros até televisões (NBC, 2008). Os israelenses e os estadunidenses não viram com bons olhos tal iniciativa, temerosos de que a passagem permitiria a entrada de materiais que poderiam ser utilizados para atividades terroristas. De acordo com a NBC (2008), o Hamas e os soldados egípcios não interferiram na circulação dos palestinos, e o líder do Egito chegou a dizer que não tinha escolha a não ser deixar os palestinos sitiados entrarem no país. Já os oficiais do Hamas controlaram a multidão na volta para a casa, organizando a passagem pela cerca derrubada (NBC, 2008). A abertura da fronteira foi temporária: após 12 dias da queda de parte da cerca, os egípcios a reconstruíram e selaram a última brecha da fronteira com cerca de arame farpado e barricadas de metal (Al-Mughraibi, 2008).

Embora algumas autoridades israelenses afirmem publicamente que Israel não controla a fronteira de Rafah, um relatório da Gisha esclarece que, em vários documentos israelenses recebidos pela organização, oficiais do governo reconhecem que há sim uma parcela de controle sobre a fronteira de Rafah, sobretudo nas decisões sobre quando a fronteira ficará aberta e quem pode atravessá-la (Kadman, 2009, p. 120). Isso ficou claro na ocasião da captura, pelo Hamas, do soldado israelense Gilad Shalit. Em 18 de junho de 2008, o então diretor do Gabinete para os Assuntos Político-Militares, Amos Gilad, afirmou que “a menos que Gilad Shalit seja libertado, a fronteira de Rafah não será aberta” (Gilad *apud* Kadman, 2009, p. 119, tradução nossa). Isso significa que Israel consegue exercer forte pressão no Egito, sendo capaz, portanto, de determinar aspectos chave da operação da fronteira de Gaza com o país. Em outras palavras, Israel continua exercendo controle “substancial e indireto sobre a possibilidade de abertura da passagem de Rafah e usa esse controle para exercer pressão sobre os residentes de Gaza, como parte da política de punição coletiva” (Kadman, 2009, p. 143, tradução nossa). Logo, Israel é o ator proeminente na fronteira com o Egito, que seria de responsabilidade soberana dos egípcios.

De 2010 a 2013, em especial após o incidente da Flotilha e os eventos da Primavera Árabe no Egito, que levaram à queda de Mubarak, o Egito reabriu a fronteira de Rafah, permitindo que centenas de palestinos a cruzassem no primeiro dia da abertura, em 28 de maio de 2011 (Flower, 2011). A abertura da fronteira, no entanto, durou pouco. Como vimos na seção de alimentos, desde 2013, após a chegada ao poder de Abdul Fatah al-Sisi na presidência do Egito, a passagem de Rafah tem ficado fechada a maior parte do ano, tanto para a circulação de produtos como para a de pessoas. Em 2015, por exemplo, a passagem ficou aberta durante apenas 32 dias no ano, com uma média de 1,200 entradas e saídas por mês (OCHA, 2022b). Foi o período com menor circulação de pessoas desde 2008, conforme exposto no Gráfico 1.

**Gráfico 1 – Média mensal de saídas de Gaza para o Egito (pessoas)**



Fonte: OCHA (2022b)

As humilhações e os abusos que os palestinos sofrem dos israelenses no posto de passagem de Erez não são muito diferentes do que acontece na fronteira de Rafah. A palestina de Gaza, Hebh Jamal, conta que, como a entrada de estrangeiros em Gaza via Egito é proibida – exceto para jornalistas, diplomatas e trabalhadores de organizações de ajuda internacional –, ela é uma das poucas pessoas que o consegue, pois tem uma carteira de identidade palestina. No entanto, isso não garante de forma alguma um tratamento decente por parte das autoridades egípcias. Jamal (2022, tradução nossa) viveu “humilhação consistente, exaustão completa e confusão total” durante dias, parte da política de desumanização dos palestinos conduzida pelos egípcios. Ela aponta que as inspeções de segurança parecem ser arbitrárias – dependendo do oficial que o atenderá, um palestino pode ou não seguir viagem com sua bagagem. Os mais de 15 *checkpoints* da ponte de El Ferdan até a cidade de Al Arish – o caminho que passa pela península do Sinai –, a demora para checar os documentos e inspecionar bagagens são intencionais, feitas para levar os palestinos à exaustão. Jamal descreve o que para ela foi a parte mais aterrorizante da jornada até Gaza:

Enquanto meu filho estava em meus braços, as pessoas empurravam de todos os lados, com medo de perder seus lugares [na fila] que ficaram por horas. As crianças estavam presas debaixo de mim sem ter para onde ir. Uma mulher implorou para que eu segurasse seu filho para que ele não fosse pisoteado sob ela. Minha cunhada teve que segurar meu filho acima da cabeça para que ele não se machucasse. **Eu me senti menos que humana naquele momento. O segurança da fronteira egípcia no balcão nos olhou nos olhos enquanto fumava seu cigarro. “Olhe para eles”, disse ele ao colega. “Eles estão presos como gado”.** (Jamal, 2022, tradução nossa, grifo nosso).

Para outros palestinos, porém, a viagem pode ser um pouco menos dolorosa e caótica, embora não menos difícil. É o caso daqueles que pagam suborno para as autoridades egípcias, o que custa de 700 a 5 mil dólares por pessoa, para atravessar a fronteira de Rafah sem demora e humilhações (Jamal, 2022). O suborno começa ainda em Gaza, onde mediadores chamados de “agentes de viagem” ou “representantes”, ou seja, pessoas com os contatos certos, coletam os pagamentos e os transferem para os oficiais egípcios (Ahmed, 2018). Em árabe, eles são chamados de *tanseeqat* – coordenação –, e divulgam seu trabalho nas redes sociais dizendo que conseguem arranjar viagens imediatas para ou pelo Egito (Younes, 2019). Uma reportagem do *Al Jazeera* revelou que um dos mediadores, Hala, descreveu seu serviço como uma “viagem VIP”. O procedimento é simples: o viajante deve enviar por *WhatsApp* uma foto de seu passaporte e pagar o montante da viagem. Dentro de dois dias, a viagem está garantida e o solicitante conseguirá atravessar a fronteira sem muitos problemas (Younes, 2019).

Os dois palestinos de Gaza entrevistados nesta tese conseguiram sair de Gaza via Egito, mas contam que também tiveram que pagar os policiais egípcios para conseguir entrar na fila

mais rápido. Ambos revelam que sofreram diversas violências e abusos por parte das forças egípcias. Abud (2023) descreveu a sua trajetória ao sair de Gaza pela fronteira com o Egito:

Eu paguei 300 dólares pra um policial para ele colocar meu nome lá [...]. E ele coloca seu nome lá na entrada, ele chama seu nome pra você entrar rápido, sabe, pra ninguém da polícia conversa com você, chama você, fica perguntando as coisas. Você entra, dá seu passaporte e eles falam para você: “pode entrar”. Eu paguei dinheiro pra isso. E eles me levaram num carro, num ônibus pequeno, tipo uma van, com outras pessoas palestinas também, até o aeroporto. E eles não me deixaram entrar no Egito sabe? Eu fiquei lá um dia no aeroporto até chegar meu horário, para se retirar. E eles colocam a gente num quarto, e no quarto a gente fica tipo presos dentro. O quarto parece tipo, nem um cachorro aceita ficar lá, sabe. E aí você quer comer, você tem que chamar o policial, dar dinheiro pra ele, dinheiro pra você comprar cigarro, sabe. Aí eu já tava muito sujo, não deixavam a gente sair pra usar o banheiro do aeroporto. Tinha um banheiro muito sujo dentro, então foi difícil. Mas eu conseguir dar dinheiro para um policial que trabalhava no aeroporto para me deixar fora, na sala de trânsito. Fui lá no restaurante, comi, tomei banho normal porque eu paguei dinheiro, pra ele me deixar sair. Então lá no Egito, você sabe, qualquer coisa que você quer fazer tem que botar dinheiro para os policiais, aqueles policial sujo. É assim no Egito. (Abud, 2023).

Rafat Alnajjar (2023), por sua vez, contou que, mesmo depois de pagar aos funcionários uma quantia de 1800 dólares, foi maltratado pelos policiais do Egito:

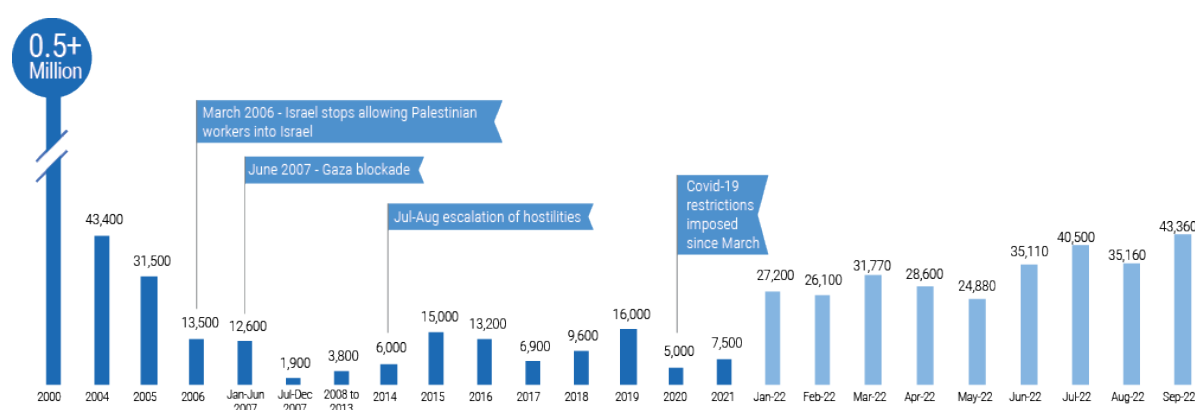
Mesmo pagando eles maltratam a gente. [...] Você entra lá [na sala de espera no posto de passagem] e não pode fazer nada, não pode falar nada, se você falar alguma coisa eles te mandam de volta. Você tem que aceitar tudo. [...] Porque eu sou da Faixa de Gaza, todo mundo tem medo de mim, me tratam de outra forma. (Alnajjar, 2023).

O Egito é o único país fora Israel que faz fronteira com a Faixa de Gaza, portanto é o único ponto de contato com o mundo exterior para os palestinos de Gaza. O país é como um ponto de passagem para aqueles que buscam ir para a Turquia ou para países europeus, uma oportunidade para a situação desesperadora que muitos jovens vivem em Gaza. Em janeiro de 2022, o palestino Yahya Barbakh, único provedor da família composta por sua mulher, seus dois filhos, sua mãe e sua irmã, tentou buscar emprego na Europa, arriscando-se no mar entre a Turquia e a Grécia, onde o barco em que estava afundou e três pessoas morreram afogadas. Barbakh teve a sorte de sobreviver, mas está traumatizado depois desta tentativa desesperada de prover algum alimento para a sua família: “O que nos obrigou a correr esse risco é a prisão em que vivemos [...] Eu vejo a dor em meus filhos e minha mãe quando eles não têm nada para comer. Não tenho emprego e não sei como alimentá-los” (Barbakh *apud* Aufiero, 2022, tradução nossa). Em outubro de 2022, sete migrantes palestinos de Gaza se afogaram na costa da Turquia após a embarcação em que estavam afundar no mar (Ibrahim, 2022a).



Em setembro de 2022, pela primeira vez desde o desengajamento de 2005, o número de pessoas saindo de Gaza e entrando em Israel foi de mais de 43 mil, incluindo pessoas que saíram diversas vezes. Este número, porém, é apenas 9% da média mensal de saídas que ocorriam em 2000, antes da eclosão da Segunda Intifada e a imposição de novas categorias de restrição. Cerca de 89% dos casos de saída em setembro de 2022 estiveram relacionados a categorias de “comerciantes” e “necessidades econômicas”. Por outro lado, apenas 5% dos casos envolveram pessoas com necessidades médicas (OCHA, 2022b).

**Gráfico 2 – Média mensal de saídas de Gaza para/via Israel (pessoas)**



Fonte: OCHA (2022b)

Isso aconteceu em grande parte devido à recente decisão de Israel de aumentar os vistos de trabalho para palestinos de Gaza. Antes da Segunda Intifada, cerca de 230 mil palestinos de Gaza trabalhavam em Israel, número que caiu drasticamente após o desengajamento e o bloqueio (MEMO, 2022a). De acordo com o COGAT (2022b, p. 14, tradução nossa), geralmente “o emprego de residentes da Faixa de Gaza em Israel não é aprovado”. Contudo, cotas para categorias específicas, como empresários<sup>32</sup>, estiveram disponíveis, embora não se refiram especificamente a trabalhadores de Gaza em Israel. Em outubro de 2021, pela primeira vez desde 1991, o COGAT aumentou a quantidade de vistos para palestinos de Gaza

<sup>32</sup> Por exemplo, a categoria “empresários” é aprovada para trabalhar em Israel, desde que a pessoa cumpra alguns critérios, como ser homem, maior de 25 anos e casado, e seu negócio deve gerar um ciclo mínimo de 20 mil shekels israelenses. Há atualmente uma cota de cinco mil permissões para esta categoria. Além disso, é possível conseguir o *status* de *businessman Gaza* (homem de negócio de Gaza – BMG), uma categoria com mais privilégios de viagem para empresários sênior, como donos de fábricas, grandes corporações, banqueiros, e empresários da área de consultoria, tecnologia da informação e publicidade. Essas pessoas devem provar que suas empresas geram um faturamento anual de pelo menos 2 milhões de shekels israelenses – no caso dos bancos, mais de 50 milhões de shekels – , ter pelo menos cinco empregados e provar que possuem contato com uma empresa israelense ou da Cisjordânia e fazer parte de uma associação comercial. Atualmente há uma cota de 500 permissões para BGM, os quais podem andar por Israel com veículos israelenses e viajar pelo Aeroporto Ben Gurion em casos excepcionais (Gisha, 2019a). Essas pessoas, porém, são a exceção.

trabalharem em Israel. As autoridades israelenses abriram sete mil vagas para palestinos de Gaza, duas mil a mais do que o permitido em 2019. No primeiro dia das inscrições, mais de 10 mil pessoas solicitaram a permissão, o que gerou lotação e caos na Câmara de Comércio de Gaza (Hajjaj, 2021b). Desde então, Israel vem aumentando progressivamente os vistos de trabalho: em fevereiro de 2022, a cota foi para 10 mil, seguido de 14 mil em junho e 20 mil em agosto, com mais de 100 mil inscrições para estas posições (Fabian, 2022; Zaken, 2022). O Ministro da Defesa, Benny Gantz, afirmou em fevereiro de 2022:

**Pretendemos expandir nossa política humanitária civil**, incluindo um **aumento imediato na cota de trabalhadores palestinos que podem entrar em Israel**. [...] Desde a Operação Guardiã dos Muros [em maio de 2021], criamos **uma nova equação de dissuasão**. Estamos construindo a força e os planos operacionais, e estamos criando uma **equação civil** – diretamente com os moradores de Gaza. (Gantz *apud* Shoval, 2022, tradução nossa, grifos nossos).

O COGAT tem justificado o aumento das cotas de permissão de trabalho em Israel para os palestinos de Gaza como uma “política civil” para aumentar a estabilidade e a segurança na região por meio da melhora na situação econômica da população, mesmo que apenas uma pequena parcela de fato se beneficie desta política. Para o ministro das Relações Exteriores, Yair Lapid, o objetivo do aumento dos vistos é melhorar a qualidade de vida na Faixa de Gaza, o que levará à calma na região e reduzirá as tensões (Zaken, 2022). De fato, os salários em Israel são maiores do que em Gaza. O palestino de Gaza, Ibrahim Slaieh, comentou que um mês de trabalho em Israel é o mesmo que três anos de trabalho em Gaza, tamanha a discrepância no valor do salário. Em média, um trabalhador em Israel consegue de 300 a 500 shekels por dia, o equivalente a 83 a 139 dólares, enquanto em Gaza os salários geralmente não passam de 60 shekels ou 16 dólares por dia (Joly, 2022). No entanto, a maioria dos empregos são informais, sem garantia de direitos como seguro de compensação de acidentes (Al-Mughrabi, 2022). Para Maher al-Tabaa, um oficial da Câmara do Comércio de Gaza, afirmou que as novas permissões israelenses para trabalho injetaram apenas 1 milhão de dólares em Gaza, o que é muito pouco para mudar a situação de extrema precariedade em que a maioria da população vive (Akram; McNeil, 2022).

A maioria dos postos de trabalho disponíveis são ligados ao setor de agricultura e construção civil, com quase nenhuma garantia trabalhista (Etkes; Adnan, 2022). Em uma pesquisa, a Gisha (2022a) revelou aspectos do cotidiano de trabalhadores de Gaza em Israel: em geral, eles acordam as três horas da manhã para conseguir atravessar o posto de Erez a tempo, devido à burocracia e às inspeções de segurança. De acordo com um entrevistado, as autoridades israelenses deixam os palestinos entrarem em Israel apenas com a roupa com que

estão vestidos, um celular e um pacote de cigarros, pois mochilas e malas de viagem geralmente são proibidas. Chegando em Israel, no caso de um palestino não ter seu emprego já “garantido”, ele fica esperando nos “pontos de coleta”, espaço onde empregadores entram em contato com os trabalhadores e oferecem pelo menos um dia de trabalho. Isso significa que a maioria dos empregos são informais, provisórios e sem qualquer tipo de direito para o trabalhador palestino. Quanto ao pagamento, por exemplo, os acordos entre empregador e empregado são verbais, e o pagamento pode vir no mesmo dia ou ao fim do período de trabalho “contratado”. Ao fim do dia de trabalho, que dura geralmente de 8 a 12 horas, o trabalhador palestino deve escolher entre voltar para Gaza e repetir a jornada no dia seguinte ou ficar em Israel e ganhar tempo, voltando para casa apenas uma vez por semana ou por mês. Alguns empregadores alugam camas em quartos coletivos para os trabalhadores passarem a noite, por cerca de 60 a 90 dólares por mês (Gisha, 2022a). Outros palestinos acabam dormindo nos canteiros de obras onde trabalham, em colchões no próprio chão. Alguns dizem se sentirem mais seguros em Israel do que em relação à Gaza, pois em Israel as sirenes avisam quando uma bomba vai cair, diferentemente de Gaza, onde não há aviso prévio (Shezaf, 2022).

A abertura de novas cotas de trabalho se dá em um contexto após os ataques de maio de 2021, que gerou grande repercussão midiática e revelou mais uma vez a assimetria de poder entre israelenses e palestinos. Segundo o gerente do posto de passagem de Erez, Shlomo Tzaban, a abertura de Gaza é de interesse de Israel: “Gaza deve ser aberta imediatamente, sem vínculos com prisioneiros e pessoas desaparecidas e sem vínculos com o Hamas. [...] Se abirmos [Gaza] hoje, não haverá ataques suicidas e o Hamas ficará severamente enfraquecido” (Tzaban *apud* Rapoport, 2021, tradução nossa). A fala de Tzaban reflete uma mudança de tática em relação ao que vem sendo feito em Gaza, em especial o de-desenvolvimento, de forma que uma política econômica aparece agora como uma forma de pacificar os palestinos de Gaza – como tem sido feito em Jerusalém Oriental, por exemplo, com o incentivo do desenvolvimento neoliberal dos palestinos (Huberman, 2020). Shlomo Tzaban vai além e diz que a política de separação, embora seja boa para a Cisjordânia, é ruim para Gaza, e acabar com ela seria benéfico para Israel:

É do interesse de Israel que 200.000 habitantes de Gaza entrem [em Israel] hoje para nos construir casas e fornecer apoio financeiro aos 2,2 milhões de palestinos [que vivem lá] que não têm nada a ver com o conflito [...]. **Devemos deixá-los [os palestinos] provar** o que eles conheceram entre 1967 e 1987, **as vantagens da economia, emprego, subsistência, e devolver-lhes a dignidade.** [...] **Em cinco anos, haverá 3 milhões de palestinos em Gaza,** vivendo em 365 quilômetros quadrados [...]. **Gaza é um problema israelense, não palestino.** [...] Devemos agir aqui, abrir os portões de Gaza e

dentro de uma década não haverá mais uma organização terrorista. (Shlomo *apud* Rapoport, 2021, tradução nossa, grifos nossos).

A declaração de Shlomo é surpreendente. Um porta-voz do Ministério da Defesa de Israel afirmou que se trata de uma opinião pessoal e que não representa a posição do Ministério (Rapoport, 2021). Contudo, ela é reveladora de uma preocupação com o problema demográfico representado por Gaza e há muito tempo objeto de discussão do poder ocupante israelense.

A calma e a estabilidade na Faixa de Gaza tem sido o argumento central das autoridades do COGAT para a diminuição das restrições na política de mobilidade, apesar de ela afetar uma parcela muito pequena da população. Contudo, há outros fatores que podem estar envolvidos. Um deles é a possibilidade de recrutar palestinos para preencher uma “lacuna de inteligência”, isto é, fornecer informações sobre o Hamas e outros grupos armados. Um oficial do Ministério do Interior de Gaza, Rami Shaqra, apontou que muitos palestinos que foram entrevistados no posto de Erez relataram que as autoridades israelenses tentaram extorqui-los, sendo interrogados sobre seus parentes, amigos ou vizinhos. Segundo Shaqra (*apud* Hussaini, 2022d, tradução nossa), o Ministério do Interior de Gaza está ciente “de que Israel usará este passo para tentar recrutar palestinos para coletar informações sobre os moradores da Faixa, especialmente porque Gaza é agora uma área quase completamente fechada e está ficando mais difícil para a ocupação coletar certos tipos de informação”. Há ainda relatos de que aqueles que não colaboraram tiveram seus vistos negados (Hussaini, 2022d).

No conjunto de testemunhos de ex-soldados do COGAT publicados pela *Breaking the Silence*, há menção às tentativas das autoridades israelenses de recrutar palestinos como fornecedores de informações privilegiadas. Os palestinos que colaboram com o COGAT e a administração civil israelense, seja na Faixa de Gaza ou na Cisjordânia, são chamados de *compradors* e recebem tratamento diferenciado e privilegiado do COGAT. Os *compradors* são geralmente membros da elite econômica, política e social, como empreendedores muito ricos, membros da Autoridade Palestina e de agências de segurança, entre outros (BTS, 2022, p. 23). Isso é mais comum na Cisjordânia, mas o aumento das cotas de trabalho para palestinos de Gaza indica que isso tem acontecido com mais frequência na região.

De todo modo, isso significa que Israel está tentando instaurar uma política de domesticação ao oferecer trabalho em troca de informações para uma população desesperada. Trata-se da clássica política colonial de bastões e cenouras: em 1995, Shlomo Gazit, o primeiro coordenador do COGAT, afirmou que esse tipo de política é eficaz por “criar uma situação em que a população teria algo a perder, uma situação em que a sanção mais efetiva é a revogação dos benefícios” (Gazit *apud* Hussaini, 2022d). Em outras palavras, não se trata de uma

benevolência israelense, mas uma continuação, por outros meios, do controle colonial. Diante disso, o sofrimento dos palestinos de Gaza é usado como moeda de troca. De acordo com a pesquisadora Berda, a política de mobilidade humana e a política de separação que Israel implementa em Gaza é uma maneira colonial e imperial de subjugar populações e que Israel a levou ao extremo, pois “é o **sistema de gestão populacional mais sofisticado do mundo** no momento” (Berda *apud* Chacar, 2020, tradução nossa, grifo nosso).

Neste cenário, a resistência palestina encontra pouco espaço para criação de empregos, visto que a política de restrição da mobilidade humana, combinada com o processo de desenvolvimento, dificulta muito as possibilidades de geração de renda. Apesar de isto atingir a população como um todo, certos nichos da sociedade sofrem consequências mais duras. Como vimos, por exemplo, os jovens de Gaza tem seus direitos à educação superior negados. Em geral, a maioria dos trabalhadores com vistos são homens casados acima de 25 anos, ao passo que as mulheres geralmente não conseguem essas permissões. Em 2017, antes desta nova política israelense de aumento das cotas de trabalho, de 2,438 permissões existentes para comerciantes, 53 eram de mulheres, ou seja, apenas 2% do total (Zinatey; Rabinovich, 2017). Dados de 2022 indicam que 65,6% das mulheres palestinas de Gaza estão desempregadas (OCHA, 2022a), e as poucas que conseguem emprego trabalham no setor de serviços ou profissões “feminizadas”, como enfermagem e educação (Zinatey; Rabinovich, 2017).

Recentemente, o campo da tecnologia de informação e comunicação tem sido o setor que mais recebe financiamento de organizações internacionais. A partir do enquadramento do empoderamento feminino, projetos de empreendedorismo na área da tecnologia têm sido desenvolvidos em Gaza com o financiamento e suporte de atores transnacionais, incluindo grandes corporações, como o Google, e ONGs transnacionais, como a Mercy Corps. Um caso ilustre é a *Gaza Sky Geeks*, uma incubadora e aceleradora de *startups* em Gaza que recebeu 900 mil dólares da Google.org, o braço filantrópico da Google, a fim de impulsionar o setor *high tech* da região, com destaque especial para programas de treinamento e formação de mulheres (GSG, 2021; Stuart, 2016). A maioria das mulheres treinadas pela *Gaza Sky Geeks* acabam virando freelancers na área de codificação e poucas conseguem abrir seus negócios individuais. Embora algumas mulheres tenham adquirido renda e ajudado suas famílias, muitas ainda enfrentam os limites impostos pelo bloqueio israelense (Rachidi, 2018; Webb, 2018). O regime de permissões de mobilidade não permite que elas participem de eventos internacionais de *networking*, o que dificulta a troca de conhecimento e a possibilidade de angariar fundos de investimento para projetos na região.

## 5.4 Conclusão

As políticas relacionadas à mobilidade revelam diversos aspectos da continuação da dominação israelense sobre a Faixa de Gaza no pós-desengajamento. Ao identificarmos a articulação entre a *politics* sionista e as *policies* do governo israelense para Gaza, concluímos que houve apenas uma mudança de táticas, mas o objetivo estratégico do empreendimento colonial continua o mesmo: a eliminação da população nativa – no caso de Gaza, considerada uma população excedente e sem valor até mesmo para exploração do trabalho. Também vimos como a restrição na entrada de produtos relega a população de Gaza a uma vida precária. Em relação aos itens de dupla utilização, observamos que a restrição na importação impede a reconstrução da região e o funcionamento de infraestrutura básica, como eletricidade e água, que veremos com mais detalhes no capítulo seguinte. Já no que diz respeito à restrição na entrada de alimentos, pode-se dizer que esta *policy* é uma tática biopolítica que acaba gerando altos níveis de insegurança alimentar.

As restrições na circulação de pessoas para dentro e fora de Gaza acaba gerando efeitos letais, sobretudo para pacientes com doenças terminais e que precisam de tratamento em hospitais no exterior, visto que o sistema de saúde de Gaza é debilitado. A ajuda internacional, no caso da mobilidade humana, é quase inexistente. Pudemos identificar uma maior atuação das organizações internacionais e transnacionais na política de alimentos e de itens de dupla utilização, mas os limites impostos pela estrutura da ocupação israelense de Gaza acaba dificultando de forma expressiva a chegada dessa ajuda aos palestinos.

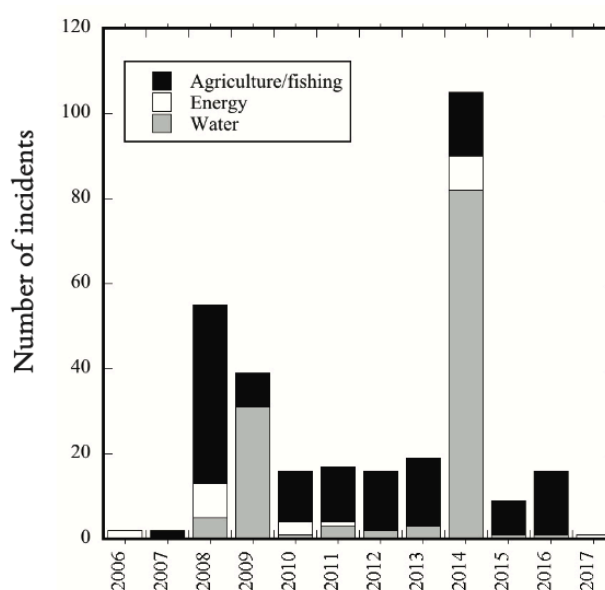
Na condução das políticas foi possível identificar que o COGAT atua praticamente como o poder soberano que define quem pode cruzar ou não as fronteiras de Gaza. Logo, há um limbo entre o interno e o externo, o doméstico e o internacional, de forma que cai por terra as alegações de que Gaza seria uma entidade autônoma. Com isso, pode-se afirmar que o desengajamento nada mais é do que um reengajamento, uma reorientação tática da dominação colonial baseada no controle do espaço e da mobilidade. No entanto, é necessário um olhar mais atento para o entrelaçamento da *policy* de mobilidade com as *policies* relacionadas à dominação de infraestrutura e recursos, o que fazemos a seguir no Capítulo 6.

## 6 AS POLÍTICAS DE CONTROLE DE INFRAESTRUTURA ECONÔMICA E RECURSOS

Diferentemente das políticas apresentadas no capítulo anterior, parte de um regime de mobilidade formalmente institucionalizado, as *policies* investigadas e analisadas neste capítulo não constituem uma política específica documentada oficialmente pelo Estado de Israel. Porém, é possível identificar e compreender o seu funcionamento por meio de uma análise mais detida sobre as relações de dependência palestina dos recursos israelenses, bem como da infraestrutura básica, com destaque para a água e a eletricidade. As *policies* de infraestrutura revelam a conexão intrínseca entre corpo-território, no sentido de que a dependência sobre essas dimensões para a própria sobrevivência dos palestinos de Gaza acaba sendo uma arma, um mecanismo de poder utilizado pelo Estado de Israel e aliados para fazer a gestão populacional.

Uma pesquisa realizada por Weinthal e Sowers (2019) identificou um total de 297 incidentes entre 2006 e 2017. Aqueles relacionados à agricultura representaram 49% do total de incidentes, ao passo que os relacionados a água representaram 43% e, por fim, eletricidade, apenas 8%. O Gráfico 3 ilustra o aumento dos “incidentes” relacionados a infraestrutura na Faixa de Gaza desde 2006. Podemos perceber que, nos momentos de operações militares, como as ocorridas entre 2008 e 2009, 2012 e 2014, a infraestrutura e recursos relacionados aos setores de agricultura, energia e água foram mais recorrentes.

**Gráfico 3** – Incidentes relacionados à infraestrutura de agricultura, energia e água em Gaza



Fonte: Weinthal e Sowers (2019, p. 16)

Contudo, como discutimos ao longo deste capítulo, os efeitos da destruição da infraestrutura e o controle dos recursos não é sentido apenas nos momentos de violência direta. Na vida cotidiana dos palestinos da Faixa de Gaza, enfrentar a precarização dessas duas dimensões tem sido uma realidade contínua, cujos efeitos podem ser letais.

## 6.1 Infraestrutura econômica

### 6.1.1 Agricultura

Assim como a importação de produtos, as exportações são controladas por Israel e têm se tornado um problema cada vez maior para a sobrevivência econômica da Faixa de Gaza. Um olhar mais atento às dinâmicas da produção agrícola da região revela diversos aspectos de controle e violência cotidianos e estruturais infligidos por Israel. Em outubro de 2021, agricultores palestinos denunciaram uma espécie de “securitização” de produtos como tomates e morangos plantados em Gaza e proibidos de serem exportados para Israel, para Cisjordânia e para o resto do mundo (Al-Sammak, 2021a; Israel, 2020). O fazendeiro Nahed Abu Madi denunciou que as autoridades israelenses estavam impedindo a exportação de tomates produzidos em Gaza para a Cisjordânia. Em maio de 2021, os israelenses passaram a demandar que os agricultores retirassem a coroa do tomate e o mantivessem preso ao caule, pois só assim a sua exportação seria permitida. O argumento era de que as coroas do tomate continham bactérias e doenças, o que o Ministro da Agricultura de Gaza, Adham al-Bassiouni, declarou ser uma constatação sem base científica (Al-Sammak, 2021a).

Os agricultores foram prejudicados por essa medida, pois a coroa do tomate garante que seu prazo de validade dure mais, isto é, sem ela o produto tem mais chances de estragar rapidamente por conta das condições ambientais. Além disso, com as restrições do bloqueio, a exportação de vegetais, que duraria apenas algumas horas para chegar à Cisjordânia, chega a levar três dias – em condições otimistas –, o que prejudica a qualidade do produto devido ao armazenamento precário (Sneineh, 2021). Com duração de cerca de 50 dias, essa política causou um prejuízo de aproximadamente 17,8 milhões de dólares aos produtores agrícolas de Gaza (Al-Sammak, 2021a). Com efeito, os agricultores, cuja maior parte da renda vem das exportações, tiveram que contar apenas com a venda interna dos tomates. Um outro agricultor de Gaza, Abu Mohammed, compartilhou as consequências das restrições de exportações:

Quando a exportação de tomates e outros vegetais é permitida, trabalho dezesesseis horas por dia e ganho quarenta shekels (US\$ 12,35) por dia, mas, se não for permitida, trabalho apenas três horas por dia e ganho dez shekels (US\$ 3,03). [...] Quando ganho dez shekels, só posso comprar pão, feijão e lentilha



para meus dez filhos, e não posso dar dinheiro para a escola. Só conseguimos comer bem se for permitido exportar tomates. (Mohammed *apud* Al-Sammak, 2021a, tradução nossa).

O depoimento de Abu Mohammed ilustra a espiral de precariedades a que os palestinos da Faixa de Gaza são submetidos cotidianamente. Da proibição da exportação de tomates ao inaccessível a alimentos nutritivos, a dominação de Israel sobre o corpo-território de Gaza no pós-desengajamento se revela um controle que, ao centralizar nos aspectos cotidianos da vida, impede o desenvolvimento da população.

Não são apenas os tomates que são considerados perigosos. Em dezembro de 2020, o Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural de Israel emitiu um alerta para que os morangos originários de Gaza não fossem consumidos no país, pois eles “podem representar um risco significativo para a saúde pública” (Israel, 2020, tradução nossa). Tais morangos estavam sendo contrabandeados para outras partes da Palestina, como Jerusalém, onde foram encontrados 300 kg de morangos de Gaza, em uma inspeção da Unidade Central de Investigação e Execução do Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural (Israel, 2020). Os argumentos para a apreensão dos morangos eram de que eles deveriam ter passado por um processo rígido de inspeção, que incluiria a verificação de resíduos microbiológicos e pesticidas, a fim de garantir que o produto foi irrigado com água adequada (Israel, 2020).

Essas decisões na restrição de exportação de certos produtos da Faixa de Gaza não são novas. Conforme exposto ao longo desta tese, Gaza vive um longo processo de desenvolvimento desde pelo menos os anos 1980 e, como resultado, a dependência econômica de Gaza sobre Israel mantém a região numa situação precária. Para se ter uma noção do impacto do desengajamento e do bloqueio, Gaza exportava cerca de 10 mil caminhões com diversos produtos anualmente, número que abaixou para 229 por ano, em 2010 (Bryant, 2015). Dados de 2021 indicaram que 82,5% das importações e 55% das exportações de Gaza vêm e vão para Israel, o que mostra a alta dependência econômica da região (Reskallah, 2021).

Essa dependência de Gaza em relação a Israel também é explorada por lobistas – enquanto a exportação de alguns vegetais é proibida, a sua importação é influenciada. Além de ter revelado a política israelense de restrição de alimentos discutida no Capítulo 5.2 desta tese, a reportagem investigativa de Blau e Feldman (2009) mostrou que, devido à imprevisibilidade de tal política, alguns lobistas aproveitavam a oportunidade de influenciar a permissão do COGAT da entrada de seus produtos. Um oficial sênior do COGAT afirmou para Blau e Feldman (2009) que tal política era vaga e obscura, sujeita a influência de grupos de *lobby*, por exemplo os produtores de frutas. Em algumas ocasiões, 20 a 25 caminhões de frutas israelenses

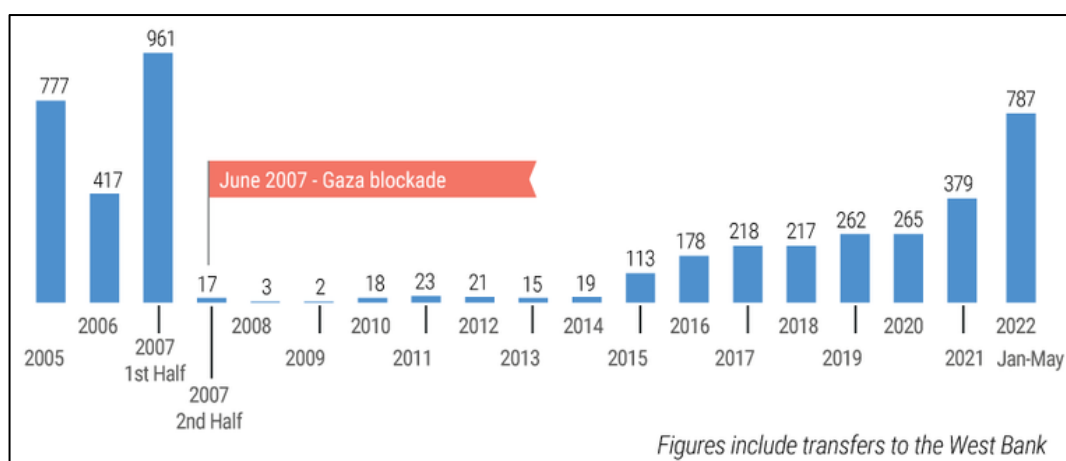
entravam por dia em Gaza, mesmo que a demanda fosse baixa. Certa vez, a secretária da Organização dos Produtores de Vegetais de Israel, Meri Yifrah, confirmou ter exercido influência no COGAT e no Ministério da Agricultura, pois a produção de cebolas não estava sendo suficientemente vendida no país. Diante disso, Yifrah conseguiu que o COGAT aumentasse a cota de importação de cebolas para Gaza (Blau; Feldman, 2009).

Mais uma vez, fica evidente que a restrição e permissão de alimentos se refere menos a uma preocupação com o que os palestinos de Gaza consomem e mais aos interesses israelenses. O agricultor israelense Avshalom Herzog, que afirmou ter conexões com 80% das transportadoras israelenses que entram em Gaza, apontou as consequências do desengajamento e do bloqueio para a sua atividade profissional:

Até três ou quatro anos atrás, em um ano normal eu transportava 30-40% das frutas que entravam em Gaza. [...] Hoje não é mais do que 10-15%, porque **o mercado em Gaza não é um mercado real, mas sim um mercado determinado pelo Ministério da Defesa.** [...] há guerras entre pessoas que nunca foram comerciantes e há suborno e as pessoas começam a pagar grandes somas para o transporte de frutas – coisas irracionais, e então minha parte [no lucro] diminui. Eu sei que é assim que é e não há muito que eu possa fazer sobre isso. (Herzog *apud* Blau; Feldman, 2009, tradução nossa, grifo nosso).

Esta fala de Herzog mostra como o Estado de Israel mantém controle e influência sobre os aspectos mais cotidianos da vida na Faixa de Gaza. Em clara demonstração de que a preocupação com o mercado agrícola israelense era maior do que o mercado de Gaza, o então Ministro da Agricultura de Israel, Yossi Yishai, em uma reunião sobre a política de restrição de alimentos, chegou a dizer que seria necessária a liberação da entrada de pelo menos três caminhões de melões por semana, “para não causar uma falha de mercado em Israel” (Yishai *apud* Blau; Feldman, 2009, tradução nossa).

De 2007 a 2015, a exportação de produtos agrícolas de Gaza para Israel e outras partes da Palestina era quase totalmente proibida. Nos primeiros meses do bloqueio de 2007, cerca de 50% dos agricultores abandonaram as suas atividades por não terem como exportar os seus produtos e 80% das produções ficaram prejudicadas pelo inaccessível a fertilizantes e pesticidas (WAFA, 2007). Em 2014, meses após a finalização da Operação Margem Protetora e suas consequências devastadoras para a região, Israel liberou pela primeira vez a saída de produtos agrícolas de Gaza (Estrin, 2021). Na ocasião, Israel permitiu a exportação de 250 toneladas de tomates e 55 toneladas de berinjelas por semana (OCHA, 2015). Contudo, como ilustra o gráfico abaixo, o número de exportações ainda era baixíssimo se comparado ao de 2005, no período anterior ao desengajamento.

**Gráfico 4** – Médias mensais de cargas saindo de Gaza por Kerem Shalom e Rafah

Fonte: OCHA (2022a)

Um outro exemplo da arbitrariedade israelense dependente dos interesses locais é o fato de uma data especial do calendário judaico de Israel permitir a exportação de alguns produtos devido à baixa na produção israelense (Al-Monitor, 2022; Estrin, 2021). Chamado em hebreu de *shmita*, trata-se de um período sabático, baseado na Torá, que ocorre a cada sete anos e é destinado ao descanso de terras agricultáveis da chamada Terra Santa, de forma que há uma diminuição significativa da produção agrícola em território israelense (Estrin, 2021). O período dura doze meses – de setembro de 2021 a setembro de 2022 – e a tradição é seguida majoritariamente pela comunidade ultra ortodoxa, que compõe cerca de 13% da população israelense. Para suprir a demanda de certos produtos, o Ministério da Agricultura de Israel passou a permitir a importação de pepinos, abobrinhas, pimentas e batatas doces de Gaza – todos passados por teste de qualidade em laboratório israelense. Para os agricultores de Gaza, trata-se de uma grande oportunidade, e alguns até plantaram uma quantidade extra de vegetais no começo de setembro, mas tiveram que descartá-los após a demora na liberação das exportações, que ocorreu apenas em fevereiro de 2022 (Al-Monitor, 2022; Estrin, 2021). Com efeito, a importação de produtos agrícolas de Gaza para Israel aumentou em 140% nos primeiros meses de 2022, em comparação ao mesmo período no ano anterior (COGAT, 2022a).

Apesar do aumento das exportações de janeiro a maio 2022, esse número ainda esteve 30% abaixo da média mensal da primeira metade de 2007, antes da implementação do bloqueio (OCHA, 2022a). Adham al-Basiouni, porta-voz do Ministro da Agricultura de Gaza, comentou ao Al-Monitor (2022) que a decisão do COGAT e do Ministério da Agricultura de Israel de permitir exportações de outros produtos além de tomates e abobrinhas não é resultado de uma boa vontade das autoridades israelenses, mas uma medida que depende do seu “bom-humor”.

Já para o COGAT (2022a), trata-se de uma medida positiva por trazer emprego para muitos habitantes de Gaza, além de melhorar o bem-estar da população civil, e afirma que “a continuação e expansão de tais políticas depende da manutenção contínua da estabilidade e de uma situação de segurança calma na área” (COGAT, 2022, tradução nossa).

A segurança aparece novamente como argumento para a implementação de políticas de controle e isolamento da Faixa de Gaza. Mas, para além das restrições mais econômicas e “burocráticas”, um aspecto central da dominação israelense sobre a produção agrícola de Gaza é a criação de zonas tampão, chamadas de *buffer zones*, *no-go areas* ou, oficialmente, Áreas de Acesso Restrito (*Access Restricted Areas – ARAs*). Acreditamos que esta *policy* merece destaque, uma vez que traz consequências devastadoras e por vezes fatais para os palestinos de Gaza. Embora a *buffer zone* revele inúmeros exemplos de violência direta – como demolição de casas e morte ou ferimento por ataques de armas das forças israelenses –, a sua implementação não se resume à instalação de postos de controle e monitoramento, mas gera consequências diretas para a população de Gaza, notadamente os agricultores. Cerca de 35% da área agricultável de Gaza está localizada nas *buffer zones*, onde 95% da área é arável, de forma que o acesso a ela é praticamente impossibilitado (FAO, 2014, p. 12). Só na cidade de Beit Hanoun, ao nordeste de Gaza, 85% dos residentes são fazendeiros. Em pesquisa de campo com alguns moradores, Pereira (2014, p. 30) constatou que apenas 7% dos entrevistados conseguiam acessar as áreas de produção agrícola. A implementação das ARAs ou *buffer zones* em 17% do território total de Gaza levou à perda anual de 75 mil toneladas métricas de produtos agrícolas, avaliados em 50 milhões de dólares, até novembro de 2012 (Pereira, 2014, p. 30).

A política das *Access Restricted Areas* (ARAs) ou *buffer zones* não é bem definida, tampouco declarada ou detalhada oficialmente pelas autoridades (B’Tselem, 2022; Pereira, 2014, p. 4). Segundo a Gisha (2018a), a resposta mais recente que a organização recebeu das autoridades israelenses sobre a distância precisa da *buffer zone* foi de 300 metros a partir da barreira, e os agricultores podem chegar a até 100 metros de distância. Contudo, as entrevistas com os habitantes da região revelam que, na verdade, há pelo menos três divisões das ARAs. Até 100 metros da barreira, está a chamada *no-go zone*, uma área onde qualquer movimento é estritamente proibido e na qual as FDI entram regularmente para aplainar a terra e destruir qualquer vegetação que cresça ali.

Já no espaço de 100 e 300 metros de distância, alguns agricultores têm permissão de plantar. Inclusive, uma estrada construída pelo Hamas em 2014 e chamada de *Jaker Road* marca os 300 metros de distância da barreira. De acordo com os entrevistados, as autoridades israelenses não têm certeza de quem de fato são os agricultores que trabalham naquele espaço,

então eles buscam utilizar as mesmas roupas todos os dias, uma espécie de uniforme, para serem reconhecidos como trabalhadores e evitarem os tiros israelenses. Uma agricultora afirmou que não deixa seus filhos se aproximarem mais do que 300 metros da barreira por temer as reações violentas e fatais das FDI. Isto porque Israel se utiliza da *open fire policy* – política de fogo aberto –, segundo a qual é permitido atirar em qualquer pessoa que represente uma ameaça, comprovada ou não, aos israelenses (B’Tselem, 2022). Por fim, a mais de 300 metros de distância, os israelenses aparentemente não interferem diretamente, mas há um constante monitoramento remoto por câmeras, sensores, drones e outros equipamentos de vigilância (Gisha, 2018a).

A falta de clareza da política das ARAs gera incertezas em relação à sua extensão e, por consequência, medo para os agricultores palestinos que buscam plantar naquelas zonas. Considerando que o acesso dos palestinos a no máximo 1,5 km da barreira é severamente controlado, o OCHA estimou que 12% da população de Gaza é diretamente afetada pelas políticas das ARAs (Pereira, 2014, p. 4), que se aplicam também às áreas de pesca, conforme veremos na seção 6.1.2 deste capítulo. Durante a Operação Chumbo Fundido (2008-2009), os israelenses novamente soltaram panfletos alertando os agricultores para não entrarem na área a 300 metros da barreira – caso contrário, eles seriam reprimidos com tiros (Pereira, 2014, p. 23). De acordo com o Al-Mezan (2021, p. 5), esse fato é considerado a primeira imposição oficial das ARAs pelas forças israelenses. O aviso era o seguinte:

“Para os moradores da Faixa: As FDI repetem seu aviso sobre chegar a 300m da cerca da fronteira. Qualquer um que se aproxime da cerca se expõe ao perigo, pois as FDI tomarão todas as medidas necessárias para mantê-los afastados, incluindo, quando necessário, o uso de munição real. Quem avisa está perdoado! A liderança das FDI”. (Pereira, 2014, p. 23, tradução nossa).

Entre 2010 e 2017, mais de 160 palestinos de Gaza foram mortos, mais de 3 mil feridos e 350 presos por militares israelenses durante incursões na *buffer zone*. De 2005 a 2022, pelo menos 87 palestinos morreram em momentos que não configuravam “confrontos” ou manifestações, e 41 morreram enquanto estavam praticando suas atividades rotineiras, principalmente relacionadas à agricultura (B’Tselem, 2022). Em algumas ocasiões essas pessoas estavam a mais de 300 metros de distância da barreira de Gaza (Pereira, 2014, p. 23).

Para além das incursões militares, uma prática recorrente desde 2014 de pulverização de herbicidas e pesticidas nessas áreas, que muitas vezes ocorre sem aviso prévio, têm gerado danos econômicos aos agricultores, principalmente a destruição de sua fonte de renda (Al-Mezan, 2021; B’Tselem, 2022; Gisha, 2018a). Por exemplo, a produção de milho e trigo de Mustafa Abu Owda, fazendeiro de Beit Hanoun, sofreu graves danos devido aos herbicidas

químicos lançados por veículos aéreos israelenses – embora eles tenham sido lançados no lado israelense da fronteira, o vento os levou até a plantação de Owda (Namey, 2019). Há também o risco de contaminação dos próprios agricultores, que poderão ter problemas de saúde devido à exposição prolongada aos herbicidas (Smith; Isleem, 2017, p. 2). Isso ilustra um claro exemplo da imbricação corpo-território, uma vez que o dano causado à terra automaticamente se estende ao dano causado ao corpo.

O porta-voz do Ministério da Agricultura de Gaza, Adham al-Basiouni, apontou que mais de 150 hectares de terra são atingidos pelos herbicidas, os quais, inclusive, Israel lança na região durante os períodos mais importantes do cultivo das plantações, impactando diretamente os ganhos econômicos dos agricultores (Namey, 2019). Em geral, as pulverizações são feitas duas vezes ao ano, de dezembro a janeiro e em abril, períodos de colheita de muitas plantações (Al-Mezan, 2021, p. 12). A justificativa das autoridades israelenses, como de praxe, foi a questão da segurança nacional, especialmente o argumento de que os herbicidas são utilizados para limpar a área e torná-la mais visível para as FDI, de forma que possam impedir eventuais insurgências militares do Hamas (Gisha, 2018a; Namey, 2019). Por dez meses, após pedido da Gisha com base na lei de liberdade de informação, o Ministério da Defesa de Israel não quis revelar quem decide, qual é o propósito da pulverização, quais agentes químicos eram utilizados, entre outras questões, alegando que a publicização dessas informações geraria riscos para “a segurança nacional e a segurança pessoal daqueles conduzindo a pulverização” (Gisha, 2018a, tradução nossa). Mais tarde, o Ministério afirmou ao veículo *Haaretz* que pulveriza apenas o lado israelense da barreira e é legalmente aprovado:

“A pulverização aérea é realizada apenas sobre o território do Estado de Israel, ao longo do obstáculo de segurança na fronteira da Faixa de Gaza”, disse o Ministério da Defesa ao *Haaretz*. “É realizada por empresas de pulverização legalmente aprovadas, de acordo com as disposições da Lei de Proteção Vegetal, 5716-1956 e seus regulamentos, e é idêntica à pulverização aérea realizada em todo o Estado de Israel”. O porta-voz da FDI disse: “A pulverização é feita com material padrão usado em Israel e em outros países, o que faz com que a vegetação existente murche e impede o crescimento de ervas daninhas. A pulverização é realizada perto da cerca e não atravessa a Faixa de Gaza”. (Hass, 2018, tradução nossa).

Em julho de 2019, uma pesquisa conduzida e chefiada pelo arquiteto Eyal Weizman, da Universidade de Londres, durante 16 meses, revelou que, desde 2014, as forças israelenses pulverizaram herbicidas mais de 30 vezes nas *buffer zones* (Forensic Architecture, 2019). A investigação contou com análises químicas e biológicas de amostras das plantações da região, que demonstraram que a quantidade de herbicida era muito superior ao padrão estabelecido pela União Europeia (Namey, 2019). A pesquisa também entrevistou os fazendeiros de Gaza e

utilizou imagens de satélite para mapear os efeitos da pulverização – o resultado confirmou que os herbicidas atingiram mais do que 300 metros de distância da barreira (Berger, 2019; Forensic Architecture, 2019).

Outro efeito na vida cotidiana dos agricultores é a mudança climática, intensificada pela destruição de áreas verdes pelas forças israelenses. Isso tem inviabilizado algumas produções, como a de um fazendeiro palestino que afirmou ao *Middle East Eye* em 2021 que, cinco anos antes, conseguia produzir 300 kg de fruta por estação, número que abaixou para 50 kg (Al-Sammak, 2021b). Produtos como ameixas, pêssegos e amêndoas foram substituídos por plantações mais resistentes à falta de chuva e não necessitam tanto de irrigação, como trigo, feijões e cevada (B'Tselem, 2022). Ademais, devido à ação do vento, os herbicidas conseguem alcançar até pouco mais de 2 km da barreira para dentro de Gaza, causando danos às plantações localizadas naquele espaço (Hass, 2018). Segundo o Ministério Palestino da Agricultura, de 2014 a 2018, cerca de 3,4 mil acres de terra foram danificados pelos herbicidas. Conseqüentemente, muitos fazendeiros foram obrigados a abandonarem suas plantações ou deixam de investir naquelas que demandam mais investimento, a fim de evitar os danos causados pela pulverização (Gisha, 2018a). Esse é mais um exemplo das violências perpetradas contra o corpo-território da Faixa de Gaza.

Em dezembro de 2021, Israel anunciou a finalização da construção da mais nova versão da barreira de Gaza, tecnologicamente mais sofisticada (MEE, 2021). A construção custou ao total 1,11 bilhão de dólares e atualmente é composta por um muro de seis metros de altura e 65 km de comprimento a partir da fronteira com o Egito, além de uma série de aparatos tecnológicos, como cercas de arame farpado, torres de vigilância, câmeras, sensores, radares e até mesmo um muro subterrâneo (Kubovitch, 2021; Popoviciu; Masarwa, 2021). Esse muro funciona como uma contramedida para barrar as tentativas do Hamas de atacar Israel por meio dos túneis de Gaza, segundo o Ministro da Defesa de Israel, Benny Gantz (MEE, 2021). Para o Brigadeiro-General Eran Ofir, trata-se de “um dos projetos mais complexos de que o *establishment* de defesa já construiu” (Ofir *apud* Kubovitch, 2021, tradução nossa). Ele acrescenta que a barreira “não permite a construção de mais túneis que entrarão em território israelense. **Estamos em guarda o tempo todo** para vigiar e melhorar e garantir que o outro lado não possa passar” (Ofir *apud* Kubovitch, 2021, tradução nossa, grifo nosso).

Como alternativas às inúmeras restrições cotidianas à agricultura, os palestinos de Gaza têm adotado certas estratégias de resistência que merecem destaque. Abu Ahmed, por exemplo, possui uma fazenda aquapônica na qual cultiva tomates, pimentões e cebolas, em uma tentativa de alimentar a sua família, pois possui empregos esporádicos e não possui terras agricultáveis.

Fazendas aquapônicas são sistemas de cultivo nos quais os vegetais não entram em contato com o solo ou a terra, e sim crescem por meio de irrigação com soluções nutritivas, isto é, uma mistura de água com diversos sais minerais e fertilizantes. De acordo com reportagem de Collard sobre o caso (2013), esses tipos de fazendas aquapônicas teriam o potencial de diminuir a situação de insegurança alimentar em Gaza. Além disso, esse tipo de cultivo utiliza 20% a menos de água do que o cultivo tradicional, o que é uma vantagem diante da situação precária de acesso à água na região. Ainda seguindo Collard (2013), a família de Abu Ahmed recebeu auxílio da *Cooperative Housing Foundation*, uma organização estadunidense que provê ajuda alimentar e assistência imobiliária aos palestinos de Gaza. A organização fornece kits com sementes, tanques de água, sistemas de irrigação e compostos orgânicos, uma forma de produzir uma agricultura de subsistência familiar. Segundo Ahmed, essa ajuda é mais produtiva do que receber os vouchers de alimentação.

Essa é uma alternativa que tem sido usada por alguns palestinos de Gaza. Um outro exemplo é o de Abu Nasser, que instalou na laje de sua casa um sistema hidropônico de cultivo de hortaliças e outros vegetais (Gadzo, 2017a). Isso, porém, não é tão fácil. Como vimos, importar fertilizantes também é muito difícil, pois o COGAT considera alguns fertilizantes e soluções químicas como itens de dupla utilização, e acaba proibindo a sua entrada em Gaza. Nesse sentido, avaliamos que as fazendas hidropônicas são uma medida paliativa que não permite o desenvolvimento de Gaza, inclusive para que a economia consiga se basear na exportação dos produtos. Na verdade, é uma maneira de meramente sobreviver diante de inúmeras impossibilidades orquestradas pelo controle israelense de Gaza.

Os palestinos de Gaza tentam sobreviver e resistir da maneira que podem. Por vezes, até mesmo o empreendedorismo feminino aparece como alternativa. É o caso de Ghaidaa Qudaih, jovem palestina que criou o projeto *Green Girls* como maneira de lutar contra o desemprego e a pobreza em Gaza, que atingem mais as mulheres do que os homens. O projeto é liderado por Qudaih e mais duas colegas mulheres, Nadine Abu Rouk e Aseel Al-Najjar, e consistiu na compra de uma pequena porção de terra – cerca de 3 mil metros quadrados – para cultivo de vegetais como cenouras, ervilhas, alface e rabanetes. A terra das *Green Girls*, porém, fica a 500 metros da barreira que divide Gaza de Israel. O local foi o único que elas conseguiram alugar, pois o preço era muito mais barato por conta da periculosidade do local. Em maio de 2021, quando começou mais uma operação militar israelense em Gaza, as mulheres não puderam entrar na área de plantação, e inclusive os ataques acabaram danificando o seu cultivo e elas tiveram perdas de produtos e do dinheiro que estavam esperando receber com a venda (Arraf, 2021). Isso significa que, embora o empreendedorismo apareça como uma alternativa



para superar o de-desenvolvimento econômico de Gaza, ele ainda está sujeito à dominação israelense do território.

Mesmo assim, como não há tantas alternativas, os palestinos preferem se arriscar para defender qualquer possibilidade de vida digna. O próprio ato de cultivar a terra nas *no-go zones* é uma manifestação de resistência, baseada na ideologia do *sumud*. Um agricultor palestino entrevistado por Smith e Isleem (2017, p. 8) explicou que a importância de plantar nessas áreas não é apenas ganhar alguma renda, mas contribuir também para as necessidades nutricionais da população de Gaza, desafiando a um só tempo a acumulação por despossessão e a política de restrição de alimentos israelense. No entanto, efeitos das *policies* das *no-go zones* não são apenas econômicos. A violência israelense em Gaza também atua com vistas a desafiar e enfraquecer a resistência baseada no *sumud*, além de separar os palestinos de sua conexão com sua própria terra (Smith; Isleem, 2017, p. 3).

A análise das políticas israelenses referentes à produção agrícola em Gaza revela que o problema do acesso aos alimentos vai muito além da limitação de importações – ele envolve também o inaccessível a 35% das áreas agricultáveis e o de-desenvolvimento devido às restrições de exportações do que se é permitido produzir na região. Trata-se, portanto, de uma situação de insegurança alimentar. Mais do que isso, levando em consideração a *politics* israelense, a precarização da agricultura é uma tática do poder colonial de separar os palestinos de suas terras, enfraquecendo-os material, física e psicologicamente (Adalah; AFSC, 2022).

### 6.1.2 Pesca

A Faixa de Gaza é o único território palestino que tem saída para o mar. Para muitos palestinos da região, o mar é um respiro em meio ao bloqueio, uma maneira de ter alguma sensação de liberdade. Em entrevista ao *The Independent*, a palestina de Gaza Raway Thalenty comentou que a praia é “o único lugar para expirar em Gaza” (Thalenty *apud* Mcauley; Balousha, 2019, tradução nossa). Ao mesmo tempo, porém, ou até por isso mesmo, o mar também é objeto de controle israelense. Isso é evidente pelo relato dos inúmeros pescadores que tiveram suas atividades interrompidas ou restritas pelas autoridades israelenses. Antes uma atividade costumeira e lucrativa, a pesca atualmente se tornou um risco de vida para muitos trabalhadores que buscam uma fonte de renda, para escapar da pobreza, no mar de Gaza. Apenas nos primeiros cinco meses de 2022, foram registrados 167 incidentes em que as FDI atiraram contra os pescadores, com base na política de fogo aberto (Gisha, 2022b).

Assim como a agricultura, a atividade pesqueira é limitada pela instauração das *Access Restricted Areas* (ARAs) e *buffer zones*. Como parte dos Acordos de Oslo, o Acordo Gaza-Jericho (1994) definiu que os palestinos teriam acesso a até 20 milhas náuticas ou 37 km a partir da costa de Gaza – 10% das 200 milhas náuticas previstas legalmente pela Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, de 1982, para países soberanos (Smith, 2016). No entanto, Israel nunca cumpriu o acordo. O mais frequente é o acesso de 3, 6 ou 9 milhas náuticas, ou aproximadamente 5,5, 11,11 e 16,6 km, respectivamente. Em raros momentos, o limite chegou a 12 milhas náuticas, ou 22,22 km (B'Tselem, 2022). Fora desses limites fica o que os israelenses chamam de ARAs ou *buffer zone* marítima, nas quais os palestinos não podem adentrar, caso contrário serão detidos, feridos ou mortos.

O Artigo XI do Acordo Gaza-Jericho (1994) estabelece as medidas de segurança ao longo do mar e da costa da Faixa de Gaza. O acordo ainda dividiu a área marítima em três zonas: K, L e M. As Zonas K e M seriam áreas fechadas e restritas à atividade marítima da marinha israelense, ao passo que a zona L ficaria aberta para “pesca, recreação e atividades econômicas”, embora a recreação pudesse ser realizada apenas até 3 milhas náuticas da costa (Gaza-Jericho, 1994, tradução nossa). Todos aqueles que pilotassem barcos deveriam ter uma licença emitida pela AP. As autoridades israelenses, por sua vez, teriam total liberdade e poderiam usar quaisquer medidas necessárias contra barcos suspeitos e que estariam sendo utilizados para atividades terroristas ou contrabandistas (Gaza-Jericho, 1994).

Em 2000, antes da eclosão da Segunda Intifada, havia 10 mil pescadores registrados em Gaza, número que caiu para pouco mais de 3,6 mil até novembro de 2019 (B'Tselem, 2019b). Incluindo a família dos pescadores, cerca de 20 mil pessoas dependem da atividade pesqueira para a sua sobrevivência (OCHA, 2019a). Devido às inúmeras restrições israelenses à pesca, 95% dos pescadores de Gaza vivem abaixo da linha da pobreza, vivendo com cerca de 4,6 dólares por dia, e dependem de assistência humanitária internacional (B'Tselem, 2019b; Pereira, 2014, p. 37). De acordo com dados do *Palestinian Central Bureau of Statistics* (PCBS), 37% dos pescadores de Gaza estão desempregados, 47% vivem insegurança alimentar e 55% das famílias de pescadores vivem em situação de extrema pobreza (MIFTAH, 2021).

O testemunho da palestina de Gaza, Intesar a-Sa'idi, cujo marido é pescador, ilustra as preocupações cotidianas decorrentes das imposições israelenses à pesca:

As coisas mudaram quando o bloqueio começou. A faixa de pesca restrita tornou as coisas muito piores para nós. Agora, **os pescadores têm que arriscar suas vidas para colocar comida na mesa**. Estou apavorada que meu marido e filhos sejam baleados ou presos ou tenham seus equipamentos confiscados. Quatro vezes, os soldados os prenderam e os libertaram no mesmo dia, mas levaram seus equipamentos. Toda vez que eu ouvia que tinha

um tiroteio no mar, eu ficava em pânico até descobrir que meus meninos estavam bem. (A-Sa'idi *apud* B'Tselem, 2020a, tradução nossa, grifo nosso).

A declaração acima demonstra os constantes perigos de vida aos quais os pescadores estão submetidos e, por não terem tantas alternativas em uma região marcada pelo desemprego e o de-desenvolvimento, eles acabam preferindo enfrentar tais perigos para tentar conseguir algum tipo de alimento para as suas famílias.

Abaixo, a Tabela 1 ilustra a relação inversa entre o limite da área de pesca e o número de incidentes: quanto menor o limite, mais casos de palestinos feridos ou mortos por tiros das forças israelenses (Pereira, 2014, p. 35). É evidente o quanto o controle do espaço, até mesmo marítimo, pode significar um risco de vida para quem ousar ultrapassar o limite imposto.

**Tabela 1** – Palestinos mortos, feridos e detidos em incidentes na *buffer zone* marítima

Limite de pesca		Incidentes de tiros	Pescadores		
			mortos	feridos	detidos
20nm	1997	-	-	-	-
	1998	4	-	-	13
	1999	11	-	2	2
20nm - fechado	2000	14	-	1	3
	2001	69	-	2	29
12nm - fechado	2002	-	-	10	65
	2003	5	-	-	24
	2004	1	-	-	10
6nm	2005	1	-	1	5
	2006	4	1	3	-
3nm	2007	11	-	3	22
	2008	12	-	2	19
	2009	21	-	4	42
	2010	52	7	5	26
	2011	61	-	6	43
3nm - 6nm	2012	121	1	2	97
3nm - 6nm	2013 (nov)	135	2	8	22
<b>TOTAL</b>		<b>522</b>	<b>9</b>	<b>47</b>	<b>422</b>

Fonte: Adaptado de Pereira (2014, p. 36)

O plano de desengajamento previa a continuação de atividades de segurança na costa de Gaza (Israel, 2004), de forma que o COGAT continuou sendo a autoridade responsável por determinar a área de pesca permitida. Como comentado anteriormente, em junho 2006, após o desengajamento israelense, o soldado israelense Gilad Shalit foi sequestrado pelo Hamas. Como uma das reações, o COGAT impediu o acesso dos pescadores palestinos à costa de Gaza

por quatro meses (Gisha, 2018a). Na época, o porta-voz do COGAT, Shlomo Dror, declarou: “Nossa preocupação em restringir a pesca é porque não queremos Gilad Shalit contrabandeado para o Egito de barco – e também por outras razões de segurança, incluindo contrabando de armas e munições para Gaza” (Dror *apud* IRIN, 2006, tradução nossa). No final de outubro de 2006, o COGAT permitiu o acesso dos pescadores a uma zona de seis milhas náuticas na costa de Deir al-Balah e da cidade de Gaza, e três milhas náuticas na costa de Khan Younis e Rafah, ao sul da faixa (Gisha, 2018a).

Segundo Tareq Saqer, Diretor Geral dos Recursos Pesqueiros do Ministério da Agricultura palestino: “A política de restrição reduziu significativamente a quantidade, o tamanho e a variedade de peixes que os pescadores podem pescar. [...] O setor pesqueiro [nos TPO] testemunhou uma forte instabilidade nos últimos três anos” (IRIN, 2006, tradução nossa). Antes mesmo do bloqueio de 2007, os pescadores de Gaza já sofriam com as políticas israelenses de restrição da atividade pesqueira. O pescador Shadi Bakr comentou que as forças israelenses destruíram seu barco de 8 mil dólares, com o qual ele conseguia uma renda de 300 dólares por semana – após o incidente, ele passou a conseguir apenas 3 dólares por dia, de forma que ele e sua família passaram a vivenciar uma situação de insegurança alimentar (IRIN, 2006).

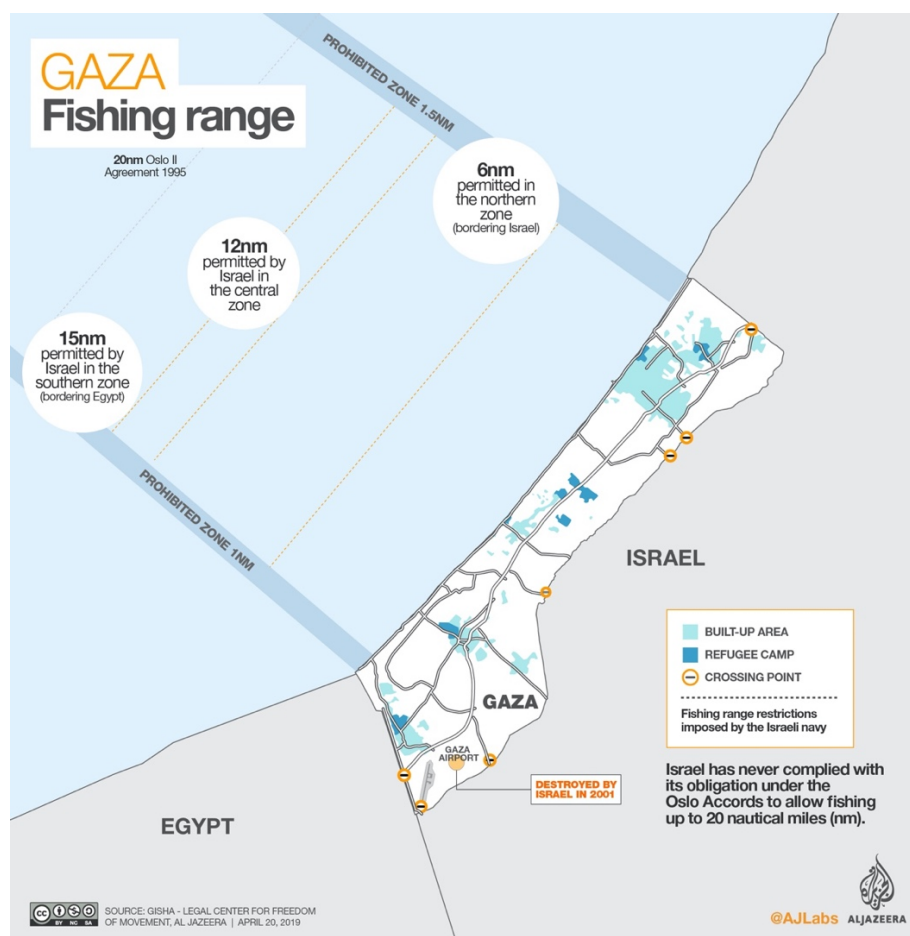
Com bloqueio de 2007, Israel limitou a zona pesqueira a apenas três milhas náuticas (Gisha, 2018a), o que vem mudando constantemente e em diversas épocas do ano, de maneira que há certa imprevisibilidade para os pescadores. Em especial, durante operações militares de Israel em Gaza, os pescadores podem trabalhar numa área de até três milhas náuticas ou até mesmo são proibidos de entrar no mar, correndo risco de vida (B’Tselem, 2019b). Segundo a Gisha (2018a), são as boias israelenses que demarcam as zonas de pesca. Porém, com o movimento das ondas, elas mudam frequentemente de posição, deixando os pescadores incertos quanto ao limite verdadeiro. Com isso, muitos acabam adentrando a chamada *buffer zone* marítima sem saber e são sujeitos aos assédios israelenses, que vão desde tiros para o alto ou para o mar, para “alertar” os pescadores, até ferimentos e mortes.

Em abril de 2019, em uma decisão inédita, o COGAT permitiu o acesso a até 15 milhas náuticas da costa de Gaza, ou 27,78 km, ainda que por um curto período (Kabarati, 2019). Contudo, mesmo com essa permissão, poucos os pescadores de Gaza conseguiram acessar a área, pois apenas os barcos maiores são capazes de chegar até lá (OCHA, 2019a). Há pescadores que nem mesmo têm barco e acabam construindo embarcações com garrafas de plástico, como foi o caso de Muath Abu Zeid, que montou um barco com 700 garrafas PET, o que o permitiu trabalhar e conseguir ao menos sete quilos de sardinha por dia (Zaanoun, 2018). Isso revela a espiral de precariedades que afetam os pescadores, como a falta de acesso a equipamentos

melhores para a pesca. Devido à política de restrição dos itens de dupla utilização, que descrevemos no Capítulo 5.3, o COGAT não permite a importação de equipamentos para a reparação dos barcos que foram danificados pelas forças israelenses (B'Tselem, 2019b). Além disso, as 15 milhas náuticas só se aplicavam à zona sul de Gaza, mais perto da fronteira com o Egito. Na zona norte, próxima ao território israelense, foi mantido o limite de seis milhas náuticas (Mahmoud; Shehada, 2019), conforme ilustrado a seguir no Mapa 11.

A mudança constante do limite de milhas náuticas relega os pescadores a uma situação de incerteza, imprevisibilidade e insegurança, uma tática de manipulação que impacta diretamente a quantidade de peixes que um pescador consegue coletar (Aludaini, 2022). Quanto mais distante da costa, maior a variedade e a disponibilidade de peixes. Aqueles que estão a mais de oito milhas náuticas, nas águas mais profundas, também possuem mais valor. Segundo o Diretor-Geral do Ministério da Agricultura de Gaza, Walid Thabet, 60% da pesca é composta por sardinhas, e os 40% restantes combinam camarões, vieiras e lulas (Aludaini, 2022).

**Mapa 11 – Área de pesca permitida na Faixa de Gaza**



Fonte: Mahmoud e Shehada (2019)

Em entrevista ao *Middle East Eye*, o chefe do Sindicato Palestino de Pescadores, Nizar Ayesh, comentou que eles conseguem pescar geralmente 500 kg de peixe por dia, mas que conseguiriam muito mais se tivessem acesso às áreas mais distantes da costa (Omer, 2015). Logo, a política de restrição da pesca faz parte de um projeto maior de de-desenvolvimento econômico e da guerra econômica em forma de sanção, com a justificativa de punir o Hamas (Gisha, 2018a). Como já mencionado, 70% dos pescadores de Gaza abandonaram suas atividades desde o começo dos anos 2000. Os que ainda mantêm sua profissão, além de arriscarem suas vidas cotidianamente, vivem uma precariedade econômica, pois não podem exportar os peixes coletados devido às restrições israelenses (B'Tselem, 2019b). Dessa forma, Israel dá continuidade à sua política de décadas de de-desenvolvimento da Faixa de Gaza.

Para além de todas essas restrições, os pescadores de Gaza relatam diversas situações de abusos e humilhações que sofreram das forças israelenses. Trata-se de uma prática comum e que data antes do desengajamento e do bloqueio. Ainda no contexto da Segunda Intifada, o jornalista israelense Gideon Levy (2002) entrevistou diversos pescadores de Gaza, que na época podiam acessar apenas 6 milhas náuticas do mar, dentro das quais eles também sofriam abusos das forças navais israelenses. Um pescador relatou que o motor do seu barco foi confiscado, enquanto outro teve sua licença de pesca levada embora pelos israelenses. Alguns relatam terem sido forçados a abandonar os barcos e irem até a patrulha israelense, que depois os levaram até Ashdod, cidade israelense ao norte da Faixa de Gaza, onde foram interrogados, assediados e detidos pelo Shin Belt, que alegava que os pescadores estavam em área proibida (Levy, 2002).

O testemunho do pescador de Gaza, Hisam al-Habil, revela as diversas agressões israelenses. Al-Habil afirma que, em 7 de setembro de 2001, enquanto estava pescando, seu barco quebrou e um oficial israelense de patrulha foi até ele e pediu suas credenciais. O pescador as entregou, pediu uma hora para poder concertar o barco e o soldado disse que ele tinha apenas 10 minutos. Outro oficial se aproximou e o mandou se despir e se jogar no mar:

Eu não queria me jogar no mar. Ele disparou sua arma. Então me joguei no mar e nadei até o barco-patrulha. Eles me pegaram e colocaram seus sapatos na minha cabeça, amarraram minhas mãos e pernas e me vendaram. A cada cinco minutos, ele me batia na cabeça. Então eles levaram o barco para Ashdod. Fiquei sentado lá das oito da noite até as cinco da manhã, amarrado e de roupa íntima. Eles me colocaram na prisão por oito dias e depois me levaram ao tribunal. Disseram que eu estava a 19 quilômetros de distância, mas, no máximo, eu estava a seis quilômetros da costa. Fui condenado a três meses de liberdade condicional e uma multa de 300 shekels israelenses. O advogado me custou 500 shekels israelenses. Eles ficaram com o barco por dois meses. (Al-Habil *apud* Levy, 2002, tradução nossa).

As humilhações, como as sofridas por al-Habil, se tornaram uma prática comum das forças israelenses contra os pescadores de Gaza (Al Mezan, 2016; Almeghari, 2007; Pereira, 2014, p. 50-51; Omer, 2015). Mas, para além delas, um outro problema decorrente do controle israelense de espaço, população e recursos gerou impactos ambientais severos ao mar de Gaza. O problema mais recente que vem afetando a população de Gaza nos últimos anos é o tratamento de esgoto. Por conta do controle israelense do acesso a eletricidade, muitas estações de tratamento de esgoto tiveram que fechar ou operar em capacidade mínima. Em adição ao controle israelense, há a falta do repasse de pagamentos por parte da Autoridade Palestina para a eletricidade consumida em Gaza – como não há pagamento, os israelenses param de fornecer energia para a região (McAuley; Balousha, 2019).

Uma das consequências da inoperação das estações de tratamento de esgoto é o seu despejo nas praias de Gaza. A Autoridade de Qualidade Ambiental em Gaza declarou, em 2018, que 75% das praias da região estavam altamente poluídas e desencorajaram os palestinos de nadarem naquelas águas (OCHA, 2018). Em 2019, estimou-se o despejo diário de cerca de 100 mil m<sup>3</sup> de esgoto não tratado no mar. Com efeito, instaurou-se uma emergência de saúde pública. As crianças têm sido as mais atingidas: em 29 de julho de 2017, ganhou destaque na mídia a morte de Mohammed Salim al-Sayis, criança palestina de Gaza, de 5 anos de idade. O garoto faleceu após contrair a bactéria *Shigella*, que causou a Síndrome Ekiri, uma encefalopatia tóxica que gera sintomas como náuseas, vômitos, diarreias, febre, entre outros, e é mais severa em crianças pequenas. O pai de al-Sayis contou que seu filho estava inconsciente um dia após nadar no mar da região central da Faixa de Gaza, levou-o ao hospital e lá o quadro de saúde da criança foi piorando, levando ao óbito (Abusalim, 2017). Esta foi considerada a primeira morte causada pela poluição do mar de Gaza.

A OMS inclusive chegou a informar que aproximadamente 25% de todas as doenças que acometem os palestinos de Gaza estão ligadas à água, seja ela do aquífero ou do mar (OCHA, 2018). De acordo com Sami Hussein Lubbad, do Escritório de Saúde Ambiental do Ministério da Saúde de Gaza, os hospitais da região receberam diversos casos de crianças com sintomas de diarreia, infecções cutâneas, respiratórias, nos ouvidos e nos olhos, após terem nadado no mar de Gaza (Abdelal; Aldabbour, 2017). A situação estava tão crítica que era possível ver objetos fecais e peixes mortos suspensos na água (Beaumont, 2017). A presença de elementos fecais na água do mar é uma fonte de contaminação e desenvolvimento de doenças como cólera, salmonela, poliomielite e giardíase (Efron; Fischbach; Giordano, 2017, p. 92).

A condição de saúde de Mohammed al-Sayis poderia ter sido salva caso ele conseguisse transferência para um hospital fora de Gaza – o que foi recomendado pelos médicos do hospital

onde estava internado, mas a burocracia e demora para a aprovação da solicitação para sair de Gaza, por parte das autoridades israelenses, contribuíram para a morte da criança (Abdelal; Aldabbour, 2017). Nesse caso, podemos observar uma sobreposição das violências coloniais impostas por Israel, que vão desde o controle da infraestrutura e dos recursos até o regime de mobilidade humana. Os palestinos acabam experimentando, nesse sentido, um *continuum* de violências e uma espiral de precariedades da qual é difícil escapar.

Ao todo há 17 dutos que conectam 70% das residências de Gaza e levam o esgoto para o mar mediterrâneo, esgoto que deveria ser tratado antes de ser despejado. No entanto, embora a região conte com cinco centros de tratamento, eles não funcionam totalmente devido aos cortes de energia elétrica e à falta de combustível (Abusalim, 2017; FES, 2017). O Friedrich Ebert Stiftung (2017) alertou para a possibilidade de uma catástrofe ecológica caso não se revertesse tal situação. De acordo com o instituto, os centros de distribuição de energia elétrica e tratamento de esgoto, danificados pelas forças israelenses na Operação Margem Protetora, em 2014, não conseguem operar devido à falta de materiais para a sua reconstrução. O engenheiro eletroquímico Housam Badawai, supervisor da construção de um centro de tratamento de esgoto de Gaza, que deveria ter sido concluído em 2005, aponta que a demora para a sua finalização ocorre por conta das restrições israelenses da importação de materiais como cimento, considerado um item de dupla utilização pelo COGAT (McAuley; Balousha, 2019). A recuperação de outras estações de tratamento de esgoto também tem sido dificultada por tal política, que impede a importação de itens como produtos químicos desinfetantes, bombas e equipamentos de perfuração (Othman, 2018).

O esgoto no mar também gera consequências para a atividade dos pescadores, uma vez que contaminam as algas das quais os peixes se alimentam e, conseqüentemente, os próprios peixes. Em um efeito cascata, os peixes pequenos contaminam seus predadores, os peixes maiores, e, se consumidos, podem contaminar os humanos (Marlowe, 2015; Tawfiq, 2017). O fundador e diretor israelense da EcoPeace – organização ambientalista de palestinos, israelenses e jordanianos em prol do meio ambiente –, Gidon Bromberg, afirmou que a crise ambiental decorrente do despejo de esgoto não tratado no mar de Gaza é como uma “bomba-relógio” e é um clássico exemplo no qual “a natureza não conhece fronteiras” (Bromberg *apud* Grossman, 2016, tradução nossa). Isso porque o esgoto no mar de Gaza também chegou às praias israelenses, a ponto de a estação de dessalinização da cidade israelense de Ashkelon ter que parar suas operações por um período (McAuley; Balousha, 2019). Ainda em 2009, o Programa Ambiental das Nações Unidas alertou para as mutações na vida marinha decorrentes da contaminação da água, não apenas em Gaza, mas em Israel e no Egito (Abusalim, 2017).



Contudo, a poluição do mar é maior na parte sul de Gaza, pois, ao norte, Israel consegue prevenir o despejo de esgoto direto no mar ao tratá-lo parcialmente em centros de tratamento e depois despejá-lo no solo. Trata-se de uma medida também problemática, uma vez que mesmo o esgoto tratado acaba contaminando o aquífero de Gaza (Gisha, 2017b).

É interessante notar a preocupação dos israelenses com questões ambientais. É evidente que a preocupação decorre das ações que atingem os territórios israelenses, ao passo que as que atingem apenas os palestinos são ignoradas ou, por vezes, incentivadas, como a pulverização de herbicidas em terras agrícolas palestinas. Em junho de 2016, o então primeiro-ministro israelense Benjamin Netanyahu comentou que melhorar a situação da água e da eletricidade em Gaza é de fato um interesse de Israel, mas não por benevolência à população de Gaza:

A escassez de água em Gaza prejudicaria as águas subterrâneas em Israel e a contaminará. Quando a eletricidade é curta, surgem **problemas de saneamento que podem causar doenças que não param na fronteira. É por isso que este é um claro interesse israelense.** (Netanyahu *apud* Gisha, 2019b, tradução nossa).

Um ex-soldado da COGAT revelou à organização *Breaking the Silence* como as autoridades israelenses atuam deliberadamente e de acordo com seus interesses em relação à entrada de materiais em Gaza. Em uma ocasião, em 2017, quando o esgoto palestino já estava atingindo as águas israelenses de Ashkelon, a autorização para entrada de geradores para os centros de tratamento de água de Gaza foi mais rápida do que de costume. O ex-soldado aponta que essa atitude dizia respeito muito mais aos danos que os centros de dessalinização e tratamento de água de Israel estavam tendo do que a uma preocupação com a qualidade de vida da população de Gaza:

[Testemunho 36] Houve o caso dos geradores da Autoridade de Águas, demorou mais de um ano, eu acho, para aprová-los, mesmo que não estivessem necessariamente na lista de itens de dupla utilização [...]. No final, eles foram aprovados e trazidos porque chegou ao ponto em que determinados lugares em Gaza, e também em Israel, foram inundados com esgoto de Gaza, o que é, obviamente, um desastre de saúde pública. [...] O problema de Israel não era que as pessoas em Ashkelon não pudessem ir à praia, **o problema [é] com as instalações de dessalinização do Estado: poderíamos aguentar uma certa quantidade de contaminação antes que eles não funcionem mais.** (BTS, 2022, p. 74-75, tradução nossa, grifo nosso).

A questão da água parece ser a mais urgente para a população de Gaza. Em junho de 2022, alguns centros de tratamento de água e esgoto, financiados por organizações internacionais, como a EcoPeace, conseguiram reduzir a poluição do mar de Gaza (McKernan; Balousha, 2022b). Retomando o argumento da falta de fronteiras na crise climática, o diretor da EcoPeace, Gidon Bromberg, declarou que:

Você nunca pode se desvincular de um ambiente compartilhado, você sempre dependerá da sua capacidade e de seus vizinhos de gerenciá-lo. [...] O processo de paz pode ter perdido toda a urgência, mas enfrentar a crise climática e a segurança hídrica são coisas que trazem benefícios para ambos os lados. Trata-se de criar uma co-independência saudável. (Bromberg *apud* McKernan; Balousha, 2022b, tradução nossa).

O esforço conjunto de fato tornou a água do mar de Gaza menos poluída: até julho de 2022, 65% das praias estavam aptas para banho e pesca, pois 70% esgoto agora estava sendo tratado nos centros. Contudo, como afirmou Omar Shatat, vice-diretor executivo da Companhia de Água dos Municípios Costeiros de Gaza, o avanço pode rapidamente ser revertido caso haja novamente uma crise de energia elétrica que deixe os habitantes de Gaza com pouquíssimas horas com acesso a eletricidade por dia (McKernan; Balousha, 2022b). Isto porque a questão da água e do esgoto está diretamente ligada à política israelense de eletricidade para Gaza. Shatat ainda comentou acreditar que o progresso no tratamento de esgoto não veio por bondade dos israelenses, mas pelo fato de o seu despejo estar afetando as áreas israelenses (McKernan; Balousha, 2022b). Em agosto de 2022, pouco mais de um mês depois das águas limpas finalmente chegarem ao mar de Gaza, elas se tornaram poluídas novamente e atingiram a costa israelense. Os oficiais da COGAT apontaram o Hamas como o culpado pelo ato deliberado de despejar esgoto na área marítima de Israel (TOI Staff, 2022). De acordo com reportagem do *The Times of Israel*, um oficial israelense afirmou que os palestinos de Gaza ameaçaram despejar o esgoto no mar caso não tivessem acesso a combustível e eletricidade para os centros de tratamento (TOI Staff, 2022).

Mais uma vez utilizando o argumento da segurança nacional, Israel iniciou, em maio de 2018, a construção de uma barreira marítima, com custo estimado em 6,7 milhões de dólares, onde as águas do mar de Gaza encontram as águas do território israelense (MEMO, 2018). Trata-se, nas palavras do então ministro da Defesa, Avigdor Lieberman, de um projeto “único de seu tipo [...] que irá bloquear efetivamente qualquer possibilidade de infiltrar Israel pelo mar” (Lieberman *apud* Perper, 2018, tradução nossa). Segundo a versão oficial, o projeto surgiu como reação à tentativa de quatro integrantes do Hamas adentarem Israel por meio da praia de Zikim, no limite de Israel com Gaza, em julho de 2014, durante a Operação Margem Protetora – todos foram mortos pelas forças israelenses. A barreira é composta de três camadas: uma abaixo do nível do mar – cuja profundidade não foi revelada –, outra no nível do mar, feita de pedra e com 50 metros de largura, e outra constituída por cercas de arame farpado de seis metros de altura (MEMO, 2018; Perper, 2018). No total, ela abrange 200 metros de extensão adentro

do mar mediterrâneo (MEMO, 2018). A barreira marítima foi concluída em 2019, com a adição de sistemas de monitoramento, alarme e sensores (MEE STAFF, 2019).

Como alternativas às diversas restrições à atividade pesqueira na costa de Gaza, os palestinos da região vêm desenvolvendo as chamadas pisciculturas (*fishing farms*), instalações constituídas de tanques artificiais onde são criados peixes que depois são comercializados e consumidos. Embora poucas – até 2015, havia sete pisciculturas privadas e duas públicas –, as pisciculturas de Gaza diminuem em certa medida a dependência da importação de peixes de Israel (Jalal, 2015). Os destinos dos peixes dessas instalações são principalmente os restaurantes de Gaza, não a maioria da população de Gaza, pois o volume produzido não dá conta da demanda. De acordo com o diretor de pescarias do Ministério da Agricultura de Gaza, Adel Attallah, o consumo médio anual de peixe em casa é de 17 mil toneladas, mas, devido às restrições israelenses, os pescadores só conseguem 1,7 mil toneladas por ano. Diante disso, os tanques artificiais se tornam uma medida paliativa, produzindo cerca de 150 toneladas de peixe por ano, mas que também têm um custo alto (Balousha, 2022).

Dono de uma das maiores pisciculturas de Gaza, chamada Al-Bahar e cuja construção custou 1,2 milhão de dólares, Yassir al-Haj afirmou que apenas as classes mais altas da região conseguem comprar os peixes. Isto porque o alto custo dos peixes da piscicultura decorre da sua necessidade de manter dois grandes geradores de energia, o qual al-Haj mantém por um custo de 100 mil dólares por ano a fim de evitar problemas de falta de eletricidade – os tanques necessitam de energia 24 horas por dia para manter em funcionamento o sistema de oxigenação e evitar a morte dos peixes (Beaumont, 2016). Há algumas pisciculturas que vendem peixes mais baratos, mas com qualidade inferior (Jalal, 2015). De modo geral, o lucro dos proprietários é bem baixo devido aos altos custos de produção (OCHA, 2019a).

A fim de incentivar a produção em pisciculturas, algumas instituições internacionais criaram projetos voltados aos pescadores de Gaza. Alguns são mais paliativos, como projeto *Supporting Livelihoods for fishermen and their families in the Gaza Strip*, promovido pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) em parceria com o governo do Kuwait, entre 2013 e 2016, com o objetivo de melhorar a capacidade produtiva local e auxiliar na recuperação de algumas pescarias (ILO, 2017). O projeto consistia basicamente na instrução prática e teórica de habilidades técnicas de pesca, incluindo treinamento de reparação de barcos e de seus equipamentos elétricos, como motores. Segundo o representante da OIT em Jerusalém, Mounir Kleibo, o projeto foi implementado em parceria com o sindicato geral dos pescadores de Gaza, com apoio da UNRWA, a qual disponibilizou espaços para os treinamentos (ILO, 2016).

Outros projetos foram mais “ambiciosos”. Em 2014, a DAI, organização privada de desenvolvimento global, fundada em 1970 por ex-alunos da Universidade de Harvard, iniciou em Gaza a implementação de um projeto chamado *The Compete Project*, com financiamento da USAid. O projeto objetivava o desenvolvimento da cadeia de valor da pesca na região, por meio da melhoria no sistema tecnológico, com o fornecimento de geradores e aeradores, e no incentivo à produção de alevinos – peixes recém-eclodidos. Inicialmente, apenas uma piscicultura de Gaza participou do projeto, a *Fish Fresh*, que acabou triplicando a sua produção e venda de peixes – de 140 a 500 toneladas em um ano. Em dezembro de 2016, a DAI anunciou que auxiliaria mais três pisciculturas (Alalul, 2016). Em relação à produção de alevinos, a DAI estabeleceu uma parceria com Suhail Kuhail, dono da piscicultura mais antiga de Gaza. Kuhail recebeu 150 mil dólares para adquirir equipamentos de laboratório e painéis solares, os quais funcionariam como solução alternativa às quedas de energia elétrica (Alalul, 2016).

Em fevereiro de 2020, o Banco Mundial promoveu um *workshop* com trabalhadores ligados à atividade pesqueira da região, com vistas a discutir os desafios do setor e criar possibilidades de melhorar a situação de insegurança alimentar e desemprego (Kondo; Acerbi; Sieghart, 2020). Avaliando o *workshop*, Kond, Acerbi e Sieghart (2020, tradução nossa) caracterizaram o setor de pesca em Gaza como bem-organizado e com “empreendedores emergindo no subsetor da aquacultura”. Embora o Banco Mundial tenha diagnosticado diversos problemas que afetam o setor – poluição dos mares, falta de mobilidade e limites das zonas pesqueiras constantemente mudando –, o seu relatório aparentemente técnico não menciona que todos esses problemas decorrem diretamente do bloqueio israelense (World Bank, 2020a). O resultado do *workshop* foi basicamente um “diálogo” com os *stakeholders* e a crença de que as pisciculturas necessitam de investimento privado para gerar mais empregos em Gaza (Kondo; Acerbi; Sieghart, 2020), sem necessariamente prover mudanças concretas na situação dos pescadores. Portanto, embora atores não-estatais transnacionais tentem ajudar, em alguma medida, a população de Gaza a enfrentar o seu de-desenvolvimento, na prática eles também enfrentam inúmeros limites decorrentes da estrutura do bloqueio da região.

## 6.2 Recursos

### 6.2.1 Água

Como mencionamos na seção sobre a pesca, 25% das doenças que acometem os palestinos de Gaza são relacionadas à água, e as crianças e mulheres grávidas são as mais

afetadas (OCHA, 2018; Rock; Rock, 2022). Contudo, o problema da água não se restringe à área marítima. Segundo o chefe de comunicações do Euro-Med Monitor, Muhammed Shehada, 12% das mortes de crianças estão relacionadas a infecções intestinais por água contaminada (Euro-Med, 2021). Nos hospitais da região têm aumentado os casos de cianose, também conhecida como síndrome do bebê azul, uma condição de baixa oxigenação sanguínea que é causada por intoxicação de nitrato no sangue. Outros casos comuns em crianças são diarreia crônica, febre tifoide, hipertensão, salmonela, desidratação, vômitos, doenças no rim e anemia. Essas doenças decorrem diretamente da contaminação da água por vírus e bactérias, como a *Escherichia coli*, encontrada em elementos fecais. Mais do que os sintomas físicos, a infecção por essa bactéria pode acarretar problemas neurológicos, como o mau desenvolvimento do cérebro (Tolan, 2018a; 2018b). As doenças causadas por consumo de água poluída é a maior causa da mortalidade infantil em Gaza: nas escolas da região há apenas um banheiro para cada 75 crianças e uma pia para cada 80, o que as tornam mais suscetíveis a adquirir doenças gastrointestinais devido à insalubridade. Em geral, os espaços públicos só são lavados quando há água suficiente disponível (Efron *et al.*, 2018; Kubovich, 2018).

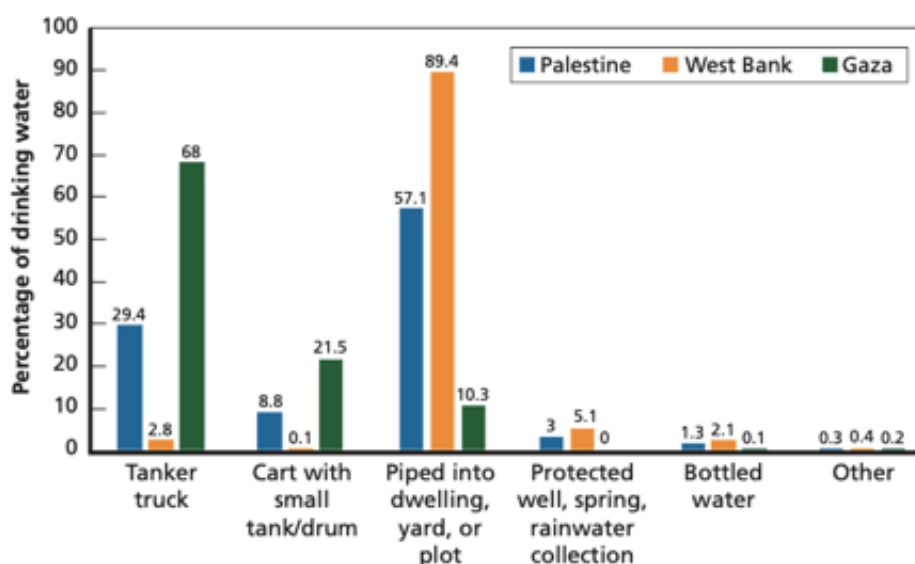
Não são apenas as crianças que sofrem nos hospitais com a falta de água. Os próprios médicos e enfermeiros reclamam da impossibilidade de realizar tarefas simples como lavar as suas mãos ou esterilizarem os equipamentos para realizarem procedimentos cirúrgicos. No pós-operatório há alto risco de infecção, pois os médicos precisam utilizar álcool em gel em vez de água tratada, que geralmente não está disponível, para cuidar dos pacientes. De acordo com Nassir Hammad, enfermeiro-chefe do Departamento Cirúrgico do Al-Shifa, o maior hospital de Gaza, muitas cirurgias já tiveram que ser reagendadas por conta da indisponibilidade de água. Além disso, as ferramentas cirúrgicas que foram limpas com a água da rede municipal acabaram estragando, pois ela contém altos níveis de salinidade tratada (OCHA, 2018b).

Em outubro de 2021, no âmbito da 48ª sessão do Conselho de Direitos Humanos da ONU, as organizações *Euro-Mediterranean Human Rights Monitor* e *Global Institute for Water, Environment and Health* (GIWEH) afirmaram que 97% da água em Gaza é contaminada, intragável e está lentamente envenenando os palestinos (Euro-Med, 2021). Isso coloca a população adulta e infantil de Gaza em alto risco de contaminação e suscetíveis a doenças como disfunção renal, insuficiência cardíaca, sintomas neurológicos, letargia e alta pressão sanguínea (El-Sheikh; Bateh, 2020). A disponibilidade, o acesso e a qualidade da água compõem a tríade do problema, que se agrava diante da alta densidade populacional da região. Apenas 20% da água disponível em Gaza não precisa de dessalinização ou purificação, ou seja, 80% da água precisa ser tratada antes de consumida (Hass, 2022).

Enquanto Israel é reconhecido como um líder global em governança e tecnologia verdes, que adota políticas avançadas para lidar com os efeitos das mudanças climáticas (Agha, 2019), a sua hegemonia sobre os recursos hídricos palestinos não é comumente contestada ou problematizada, principalmente em Gaza. A quantidade mínima diária de água estabelecida pela OMS é de 100 litros, necessários para atividades básicas como beber, tomar banho, lavar coisas e cozinhar. Em Israel, o padrão é 300 litros diários, enquanto na Cisjordânia o padrão é 73 litros e em Gaza é 88 litros (Amnesty International, 2022). Para se ter uma noção da discrepância em relação ao acesso e consumo de água, em Israel – cuja população total é menos da metade das populações da Cisjordânia e de Gaza combinadas –, o consumo de água foi de 2,237 milhões de litros em 2019, cinco vezes maior do que o consumo em todos TPO (B'Tselem, 2020c). Os dados mais recentes indicam que o suprimento anual de água em Gaza é de 21,8 milhões de litros, mas a demanda excede os 130 milhões de litros (Rock; Rock, 2022).

As diferenças se dão também entre a Faixa de Gaza e a Cisjordânia, que sofrem de maneiras distintas com a hidro hegemonia israelense. Abaixo, o Gráfico 5 mostra que, enquanto na Cisjordânia 89,4% da água chega nas casas por meio de encanamento, em Gaza 89,5% da água potável vem de caminhões-pipa ou galões, uma vez que o encanamento só está disponível para 10,3% das casas da região.

**Gráfico 5** – Fontes de água potável para uso doméstico na Cisjordânia e em Gaza (2014)



Fonte: Efron *et al.* (2018, p. 15)

Sendo assim, muitos habitantes de Gaza só conseguem água potável ou dessalinizada comprando garrafas e galões de fornecedores privados, cujo preço chega a ser cinco vezes mais alto do que a água da rede municipal. Neste cenário, 43% da população de Gaza acaba pagando

atrasado ou não pagando a conta de água, e algumas famílias chegam até a se endividar para comprar os galões de água (Efron *et al.*, 2018, p. 17; World Bank, 2018b). Para os habitantes mais pobres, em especial os que vivem nos campos de refugiados, a água utilizada vem principalmente das autoridades municipais, que operam cerca de 100 estações de água que atendem mais de 180 mil palestinos de Gaza (Hass, 2022). O depoimento da palestina de Gaza, Buthaynah Abu Ghaben, que vive no campo de refugiados a-Shati', ilustra as diversas violências resultantes das restrições israelenses ao acesso a água:

No verão, só recebemos água uma vez a cada dois ou três dias. **Por causa das quedas de energia, às vezes não temos água e eletricidade ao mesmo tempo**, então não podemos usar a bomba para levar água para o telhado. Não temos gerador, então às vezes meus filhos e eu temos que encher pequenos recipientes e levá-los até o telhado. **É muito cansativo**. [...] A salinidade é um problema sério: quando você abre a torneira, sai água amarelada e enferrujada. [...] A ferrugem estraga as torneiras e eu as substituo sempre que posso. Mas às vezes eu tenho que me contentar com eles como eles são. Eu compro água potável de caminhões e uso para beber, lavar roupas delicadas e cozinhar. Todo mês eu encho um recipiente de 250 litros na minha cozinha cinco vezes. Custa 15 shekels (~ 5 dólares) todas as vezes. **É um fardo financeiro e, às vezes, quando não tenho dinheiro, peço crédito ao vendedor**. No inverno, se não tiver dinheiro, estoco água da chuva para as necessidades domésticas. **A água salgada causa muitos problemas: danifica nossos cabelos e unhas, deixa nossa pele seca e é ruim para nossos dentes e ouvidos. Nossos olhos e corpos coçam muito depois de tomarmos banho. Meus filhos reclamam da irritação nos olhos e sofrem de erupções cutâneas**. (Ghaben *apud* B'Tselem, 2020c, tradução nossa, grifos nossos).

O testemunho de Ghaben ilustra precisamente a espiral de precariedades decorrentes das políticas israelenses de controle de espaço, população e recursos à distância. Notamos a simultaneidade e inter-relação da violência infraestrutural: falta de energia elétrica, que gera falta de água, que por sua vez gera uma situação de saúde pública debilitada, especialmente para crianças. Em adição, há o endividamento de certos setores da população, marcada pelo alto desemprego, para que consigam comprar água e alimento para a própria sobrevivência. A água, um elemento básico vital para todo e qualquer ser humano, se torna, nesse cenário, um luxo inacessível para grande parte da população de Gaza.

A água fornecida pela autoridade municipal, que vem do aquífero, muitas vezes não chega às casas por conta das constantes interrupções na energia elétrica, o que torna o acesso irregular e imprevisível (B'Tselem, 2020c; Humaid, 2021). Alguns habitantes estocam água em contêineres em seus terraços para poder ter uma alternativa quando há cortes de eletricidade. Contudo, mesmo quando a água chega às torneiras dos habitantes, ela tem um sabor salgado. A palestina Falesteen Abdelkarim, por exemplo, afirmou que a água que chega ao campo de refugiados de Al-Shati, onde vive, tem um sabor específico que faz parecer que ela veio do mar,

a ponto de não poder “usá-la para beber, cozinhar ou até mesmo para tomar banho” (Abdelkarim *apud* Humaid, 2021, tradução nossa). Por vezes, a água chega misturada com esgoto, pois os campos de refugiados não têm a infraestrutura para tratar e purificar a água (Humaid, 2021).

Em Gaza, o aquífero costeiro é a principal, senão a única, fonte de água fresca (Baalousha, 2009; Shomar, 2011b). Este aquífero transfronteiriço se estende pela costa de Israel e de Gaza até chegar à costa do Sinai, no Egito. Apesar de o direito internacional prever a administração coletiva do aquífero, a partir de um princípio de “utilização equitativa e razoável”, o fato é que Israel acaba extraíndo 75% da quantidade água que lhe caberia de acordo com a lei internacional. Durante a ocupação interna de Gaza (1967-2005), Israel cavou uma série de poços para cultivar as suas plantações, extraíndo de cinco a oito milhões de litros de água por ano (El-Sheikh; Bateh, 2020). Mais do que isso, Israel construiu diversas barragens em seu próprio território para controlar e redirecionar o fluxo da água vinda das montanhas de Hebron, na Cisjordânia, para longe de Gaza, levando à degradação do aquífero que ficou sem a sua fonte principal de reabastecimento (Al-Mezan, 2021; Amnesty International, 2009). Ironicamente, essa mesma água “roubada” por Israel dos palestinos é vendida pela Mekorot, companhia nacional israelense, para Gaza (Baroud, 2022a). O Estado israelense consegue desviar e estocar tanta água que, quando há excesso de capacidade e risco de transbordamento, as barragens são abertas sem aviso prévio e as águas invadem as zonas agrícolas palestinas, causando inundação e, por consequência, danos econômicos aos agricultores, além de afetar as casas localizadas nas ARAs (Al-Mezan, 2021, p. 14).

A qualidade da água em Gaza tem ficado cada vez pior. Em 2015, uma pesquisa realizada pela *Palestinian Water Authority* (PWA) revelou que 81% da água continha altos níveis de cloreto, que indicam o nível de salinidade, e 88% continha altos níveis de nitrato, que indicam contaminação por esgoto (FES, 2017; Newton, 2015). De acordo com Yunes Mogheir, professor de engenharia ambiental na Universidade Islâmica de Gaza, o nível de cloreto presente na água de Gaza é quatro vezes maior do que o padrão estipulado pela OMS (Newton, 2015). Cerca de 20% do esgoto não tratado atinge o aquífero, que também sofre com a extração exagerada. Devido ao acesso insuficiente, os palestinos recorrem aos poços para pegar água do aquífero, o que é feito de forma recorrente e intensiva, em especial perto das *buffer zones*. Muitos poços são cavados irregularmente e sem autorização oficial, o que contribui para a super extração (Gostoli, 2016a). Em agosto de 2021, os palestinos de Gaza sofreram ainda mais com o banimento da abertura de poços sem licença oficial por parte do Hamas, que argumentou ser uma medida para evitar a super extração do aquífero (UNHCHR, 2021). Baseada na Lei de Água palestina nº 3, de 2002, a medida prevê a penalização na forma de multa ou até mesmo



prisão – de seis meses a um ano – para aqueles que a descumprirem. Embora a justificativa seja a preocupação com o aquífero, alguns habitantes de Gaza acreditam que o objetivo do Hamas é ganhar mais dinheiro com liberação de licenças oficiais (Jalal, 2021).

Atualmente, a quantidade de água bombeada anualmente do aquífero de Gaza é três vezes maior do que a quantidade de chuva para o seu reabastecimento (Marlowe, 2015). Com efeito, o nível do aquífero costeiro abaixa e a água subterrânea sofre intrusão tanto do mar, que a torna salgada, quanto do esgoto, que contamina a água com inúmeras bactérias que podem ser fatais aos humanos (Hass, 2022). Além disso, a diminuição das chuvas por conta das mudanças climáticas prejudica os aquíferos, a ponto de pesquisadores afirmarem que o aquífero possui menos da metade dos 7,7 bilhões de litros necessários para se reabastecer e abastecer a população de Gaza (Cooke, 2018). Em fevereiro de 2022, o diretor geral da *Water Resources Unit* da *Water and Environment Quality Authority* de Gaza, Mazen al-Banna, apontou que consumo anual do aquífero costeiro em Gaza é de aproximadamente 250 milhões de litros enquanto a média anual de chuva é de 130 milhões de litros, dos quais 40 a 50 milhões conseguem reabastecer o aquífero (Jahal, 2022).

Como já vimos nesta tese, a criação do Estado de Israel resultou na expulsão de 700 mil palestinos, dos quais 200 mil se refugiaram em Gaza, que à época tinha apenas 80 mil habitantes. Neste cenário, a disponibilidade de água para tamanha explosão populacional começou a gerar problemas (Gray, 2007; Tolan, 2018b). Foi também a partir de 1948 que os vales (*wadi*) da região, como Wadi Gaza, Wadi As-Salga e Wadi Beit Hanoun, começaram a se deteriorar devido às atividades israelenses, tanto de guerra quanto de colonização daquele espaço (Shomar, 2011b). Como consequência da superexploração e do reabastecimento insuficiente, os aquíferos se tornaram rasos e suscetíveis à intrusão do mar.

A partir da ocupação de 1967, Israel passou a integrar o fornecimento de água de Gaza à sua rede hídrica nacional, de forma que o aquífero da região passou a ser utilizado ao máximo – de 1967 a 1993 mais de 900 poços foram cavados (Gray, 2007). O controle israelense de infraestrutura e recursos hídricos impactou as comunidades palestinas em todos os aspectos da vida – cotidiano, econômico, agrícola, entre outros. Os palestinos da Cisjordânia e de Gaza deveriam solicitar permissão dos israelenses para explorar os seus próprios recursos, permissões que eram muito difíceis de conseguir (Amnesty International, 2022, p. 188). Por exemplo, as autoridades israelenses restringiram a plantação de árvores frutíferas em escala comercial em Gaza, em 1984. Consequentemente, a diminuição da quantidade de árvores desestabilizou o equilíbrio ecológico e climático e resultou na diminuição do suprimento de água (Roy, 1987, p. 65). As autoridades israelenses transferiram 82% das águas subterrâneas

dos territórios palestinos para Israel e para os assentamentos, ao mesmo tempo em que os palestinos deveriam comprar sua própria água dos israelenses (Amnesty International, 2022, p. 188). Isso configura mais uma dimensão do sistema de *apartheid* israelense na Palestina.

Por meio da empresa estatal de água, a Mekorot, o governo israelense passou a limitar o fornecimento de água aos agricultores e a proibir novas perfurações de poços. A partir da década de 1980, a Mekorot também passou a vender água potável para Gaza, embora uma pequena parcela em relação à demanda da região (Amnesty International, 2022; Efron *et al.*, 2018). Em alguns momentos, este controle rígido do acesso a água foi utilizado como instrumento de contrainsurgência. Durante a Primeira Intifada, por exemplo, as forças israelenses negaram o abastecimento de água para algumas vilas e campos de refugiados, em uma tentativa de enfraquecer e subjugar os “insurgentes” palestinos (Baroud, 2022a). Por outro lado, para os colonos israelenses em Gaza a situação era completamente diferente: de acordo com a *Israeli Water Commission*, em 1985, o consumo per capita de água de um habitante dos assentamentos israelenses em Gaza era de 2,326 litros, ao passo que o consumo per capita de um palestino de Gaza foi de, em média, 123 litros (Roy, 1987, p. 69). Isso revela mais uma dimensão das políticas discriminatórias e de de-desenvolvimento por parte de Israel na Faixa de Gaza, que se baseiam na garantia da vida dos israelenses às custas da produção da morte lenta dos palestinos.

No bojo do processo de paz, em especial no Acordo Gaza-Jericho (2004), não há qualquer menção a como e por quem serão administrados os recursos hídricos de Gaza. Importante mencionar, contudo, que em Oslo II (1995), no Artigo 40, sobre Água e Esgoto, do Anexo III – Protocolo sobre Assuntos Cívicos, foi criado o Comitê Conjunto Israelense-Palestino da Água (JWC, em sua sigla em inglês), com o objetivo de dividir a administração sobre água e esgoto especificamente na Cisjordânia. Em relação à Faixa de Gaza, ficou estabelecido que “os acordos e arranjos existentes entre as partes sobre recursos hídricos e sistemas de água e esgoto na Faixa de Gaza permanecerão inalterados [...]” (Oslo II, 1995, tradução nossa). De maneira geral, os recursos hídricos de Gaza ficariam sob responsabilidade da AP, exceto os sistemas hídricos que abasteciam os assentamentos israelenses e a área militar, que ficariam sob responsabilidade da Mekorot (Oslo II, 1995).

Com o enquadramento neoliberal dos Acordos de Oslo, a ajuda internacional direcionada a projetos de água e saneamento, liderada pelos EUA, se tornou mais proeminente. Em 1997, uma pesquisa do Banco Mundial constatou que a situação do aquífero de Gaza estava em estado de emergência e recomendou a paralisação total do bombeamento das águas subterrâneas, uma demanda impraticável para os palestinos da região (El-Sheikh; Bateh, 2020).

A maioria dos projetos devem passar pelo crivo da JWC e o financiamento vai para a AP, de forma que “o desenvolvimento do setor de água fora do escopo limitado de Oslo é restrito” (Dajani, 2017, tradução nossa), e a ajuda para Gaza precisa passar por processos diferentes, muitas vezes submetidos à aprovação das autoridades militares israelenses representadas pelo COGAT. Nesse cenário, em especial após o desengajamento, e com as restrições em nome da segurança israelense, os projetos desenhados por instituições internacionais, como o Banco Mundial, são parcialmente implementados ou por vezes nem conseguem ser implementados. Em 2009, por exemplo, o Banco Mundial e a USaid lançaram um grande projeto para água e saneamento em Gaza, o *Integrated Coastal Aquifer Management Plan* (CAMP), que chamava atenção para a necessidade de uma série de intervenções no setor. Essas intervenções seriam a diminuição da extração do aquífero, construção de centros de dessalinização e melhorias no tratamento do esgoto. Pouco depois, o próprio Banco Mundial reconheceu que as “condições emergenciais do fechamento”, isto é, do bloqueio de Gaza, tornavam praticamente impossível a implementação do projeto (El-Sheikh; Bateh, 2020, tradução nossa).

Nos anos 1990, a população de Gaza já estava praticamente abandonada pelos israelenses, de forma que os Acordos de Oslo pouco ou nada disseram sobre o que fazer com o problema da água na região. Essa falta de clareza quanto às responsabilidades de cada ator torna a avaliação sobre a política da água um tanto confusa. Atualmente, no pós-desengajamento e bloqueio, os principais atores envolvidos no fornecimento e distribuição de água na Faixa de Gaza são: a Autoridade de Água Palestina (PWA), responsável pela política de água e esgoto<sup>33</sup>; o Serviço de Água dos Municípios Costeiros (CWMU), responsável por bombear e distribuir água, manter e desenvolver a infraestrutura e o tratamento de águas fluviais; a companhia nacional israelense Mekorot, que vende água para Gaza – 15 milhões de litros anualmente (Hass, 2022) e atua sob o Ministério da Energia de Israel –, e entidade privadas, como as pequenas estações de dessalinização (Efron *et al.*, 2018; UNHCHR, 2021). Essas entidades

---

<sup>33</sup> Há duas PWA na Palestina: a PWA Ramallah, que administra todos os projetos internacionais em Gaza e a sua coordenação com os doadores, e a PWA Gaza, responsável por emitir licenças para poços e centros de dessalinização privados (Martin; Klawitter, 2017, p. 17). Nesse sentido, a função da PWA é regulatória, ao passo que as autoridades regionais, como a CWMU em Gaza, são as que de fato fornecem os serviços de abastecimento (Amnesty International, 2009). Embora a PWA tenha assumido as funções do controle da água em Gaza após os Acordos de Oslo, sua atuação na região diminuiu significativamente após a chegada do poder do Hamas. Reportando diretamente à AP, a PWA atua muito mais na Cisjordânia. Segundo a Lei de Água Palestina (*Palestinian Water Law* – Law No. 3/2002), a PWA é a responsável por administrar todos os recursos hídricos e o esgoto da Palestina, bem como por estabelecer a política de água em coordenação com “partes relevantes”, isto é, Israel. Contudo, após o desengajamento e a chegada do Hamas ao poder, a CWMU tem sido o órgão público local que administra a água na região.

privadas têm uma parcela pequena de atuação, pois correspondem a apenas 4% da água potável por conta das restrições elétricas (Efron *et al.*, 2018).

Na realidade pós-desengajamento, Israel continuou controlando direta e indiretamente o acesso dos palestinos de Gaza à água e ao saneamento básico. Não há uma política israelense **específica** para a água, mas uma série de políticas que, combinadas, dificultam o acesso aos recursos hídricos. Vale mencionar duas delas: a política de controle dos itens de dupla utilização (ver Capítulo 5.3) e a política de eletricidade, que descrevemos com mais profundidade e interpretamos na seção subsequente deste capítulo (seção 6.2.2). Analisaremos com mais detalhe a relação destas políticas com a situação da água em Gaza nos parágrafos a seguir. Por ora, vale mencionar que elas revelam que, embora haja uma série de atores envolvidos na infraestrutura hídrica, Israel é o ator mais proeminente, pois, além de exercer uma espécie de “hidro hegemonia” (Al-Shalalfeh; Napier; Scandrett, 2018), já vimos nesta tese que é o COGAT que determina o que poderá entrar ou sair de Gaza, isto é, os equipamentos necessários para o funcionamento das estações de tratamento de água e esgoto devem passar pela aprovação das autoridades militares israelenses. Em outras palavras, Israel possui “poder de veto absoluto” sobre os materiais que podem ou não entrar em Gaza com base nas alegações de segurança nacional (Barhoum, 2021, p. 8, tradução nossa).

Há diversos estudos detalhados sobre a condição da água para os palestinos de Gaza (Efron *et al.*, 2018; El-Sheikh; Bateh, 2020), mas a maioria deles possui uma abordagem “apolítica” da questão, isto é, eles focam mais em questões técnicas do que fundamentalmente políticas. De acordo com Dajani (2017), ao enfatizar o clima seco e semiárido da região, as abordagens apolíticas não tratam a “crise hídrica” como uma crise política, criada por atores políticos, e sim como uma questão natural. Outros autores, como Efron *et al.* (2018, p. xi, tradução nossa), afirmam que “mais do que tudo, a crise de água-energia-saúde em Gaza representa uma falha de governança”, de forma que a solução em primeiro lugar deveria ser maior investimentos em infraestrutura de água, esgoto e eletricidade. Os autores afirmam que esse problema seria facilmente resolvido com tecnologias já existentes, mas reconhecem que isso é impedido por “razões políticas”, embora sem mencionar que o problema central é o bloqueio israelense e suas políticas adjacentes. Dessa forma, Efron *et al.* (2018, p. xvi, tradução nossa) acreditam que a solução para a crise hídrica e elétrica depende “se o Hamas, a AP, Israel e o Egito podem conciliar suas diferenças políticas e se a comunidade internacional pode navegar com sucesso nessas complexidades políticas”. De fato, há uma série de atores envolvidos nessa questão, mas, como demonstramos ao longo deste capítulo, Israel é a força social proeminente e que, ao fim e ao cabo, é a autoridade que decide a quantidade de água que

a Mekorot vai vender para os habitantes de Gaza, a disponibilidade de eletricidade, a entrada dos materiais para a reconstrução das estações de tratamento de água e esgoto, entre outros.

Outros relatórios, em especial os produzidos por organizações internacionais de direitos humanos, reconhecem a política de de-desenvolvimento e o regime de *apartheid* como questões estruturais da dominação israelense sobre os palestinos (Amnesty International, 2009; 2022; Barhoum, 2021; Martin; Klawitter, 2017). Com uma abordagem voltada às questões estruturais do colonialismo por povoamento, a pesquisadora Muna Dajani, doutora em Geografia e Meio Ambiente, aponta que os ataques israelenses à infraestrutura hídrica palestina – seja em Gaza ou na Cisjordânia – fazem parte de uma política sistemática feita para “impedir a existência de comunidades palestinas sustentáveis”, uma campanha para “de-desenvolver comunidades palestinas e fazer a vida cotidiana insuportável” (Dajani, 2014, tradução nossa). Como ramificações de tal política elenca-se a deterioração da saúde pública e degradação ambiental a longo prazo. A autora identifica que essa política se dá em duas frentes: uma direta, cujo exemplo mais claro é a destruição ou danificação de instalações de água e saneamento durante operações militares, e outra indireta, resultado das restrições na importação de materiais para a reparação dos equipamentos da rede de infraestrutura hídrica (Dajani, 2014). Em outras palavras, trata-se de um *continuum* de violência e de morte, rápida e lenta, ao qual os palestinos de Gaza são submetidos cotidianamente.

Isso fica claro quando observamos os resultados das operações militares, que a mídia tende a chamar de “ciclos” ou “escaladas” de violência. Nesses momentos, é muito comum que as forças israelenses atinjam as infraestruturas hídricas e elétricas de Gaza. Foi o que aconteceu na operação de 2014, quando as FDI destruíram parcialmente a única usina elétrica da região – o que diretamente afetou as já precárias estações de tratamento de água e esgoto – e totalmente o reservatório de água de Al Muntar, o maior de Gaza e que estocava água comprada da Mekorot (Martin; Klawitter, 2017). Já nos ataques de maio de 2021, as forças israelenses danificaram 290 instalações de abastecimento de água, 30 poços, 1500 conexões domésticas de água, três reservatórios e a única estação de dessalinização de Gaza, o que reduziu 30% o fornecimento per capita de água (Humaid, 2021; Rock; Rock, 2022). Os materiais necessários para a restauração desses locais, até janeiro de 2022, estavam demorando demais para entrar na região devido às restrições israelenses, baseadas na política dos itens de dupla utilização. Com isso, filtros, equipamentos de bombeamento, cabos elétricos, partes dos sistemas computacionais, entre outros, ficaram em falta, prejudicando o já precário abastecimento de água (Hass, 2022). Além da destruição física da infraestrutura, a radiação química das bombas

atinge o solo e as águas subterrâneas, contaminando-as ainda mais e gerando problemas também para a agricultura, de acordo com a OMS (Marlowe, 2015).

Dando continuidade à deterioração da infraestrutura básica em Gaza, certas políticas israelenses impedem a entrada de materiais para a sua reconstrução. Uma política que tem impactado os centros de dessalinização e tratamento de esgoto é a proibição da importação de canos de aço de mais de 1,5 polegada de diâmetro. Implementada a partir do início de 2021, essa política praticamente impossibilita o funcionamento e a reparação dos centros de tratamento, pois eles necessitam de canos de aço com diâmetro entre dois e dez centímetros. Os oficiais do COGAT recomendam o uso de canos de plástico, mas, de acordo com Maher an-Najar, vice-diretor geral da CMWU, aponta que eles são inadequados por conta da alta pressão da água que corre por eles (Hass, 2022).

Em 2018, o Banco Mundial produziu um diagnóstico detalhado do abastecimento de água, do saneamento e da higiene dos territórios palestinos. O interessante do relatório é a conclusão de que Gaza tem somente “duas opções viáveis: dessalinização e compra de água” (World Bank, 2018b, p. 88, tradução nossa). De fato, diante da crise humanitária e da destruição quase total do aquífero, essas soluções a curto prazo são capazes de gerar alívio para a população, mas, a longo prazo, estão longe de cessarem a dependência de Gaza sobre Israel. Pelo contrário, a compra de água via Mekorot pode deixar os palestinos ainda mais suscetíveis à boa vontade dos israelenses, visto que são eles que decidem a quantidade de água vendida para Gaza e, no limite, podem parar de vender quando bem entenderem. Atualmente, Israel vende por ano 15 milhões de litros de água para Gaza (Hass, 2022) – muito pouco para suprir a demanda local –, embora já tenha disponibilidade e capacidade suficientes para exportar os 55 milhões de litros de água por ano necessários para retirar Gaza da crise (El-Sheikh; Bateh, 2022). Pesquisadores do *think tank* estadunidense *The Century Foundation*, em relatório financiado pelo *Rockefeller Brothers Fund*, consideram a compra de água dos israelenses “uma maneira fácil de começar” a resolver a crise hídrica em Gaza, uma solução que deveria contar com o apoio dos EUA e da comunidade internacional e que resultaria na “diminuição das tensões políticas entre palestinos e israelenses” ao oferecer “uma combinação de benefícios ambientais, hídricos e de segurança humana” (El-Sheikh; Bateh, 2022, tradução nossa). Essa iniciativa humanitária, concluem os autores, mudaria drasticamente a situação da saúde em Gaza, e é mais fácil de ser implementada do que a dessalinização, a qual, como veremos a seguir, esbarra em impedimentos israelenses baseados na política dos bens de dupla utilização.

Outra solução considerada viável é a construção de estações de dessalinização da água, uma saída mais “tecnológica” para a crise hídrica e que não deixaria os palestinos de Gaza

totalmente dependentes da compra de água da Mekorot (Dajani, 2017; El-Sheikh; Bateh, 2022; World Bank, 2018b). Essa é uma opção comumente incentivada por agências e organizações de ajuda internacional, que oferecem financiamento para a implementação de projetos de dessalinização em Gaza. Um exemplo são as 13 pequenas estações de dessalinização providenciadas pela UNICEF com apoio do Japão, as quais possuem capacidade de tratamento de 50 m<sup>3</sup> diários e, juntas, conseguem fornecer água potável para 95 mil pessoas (Weibel; Elughanni, 2014). Vale ressaltar, porém, que essa ajuda não resolve o problema do acesso à água, apenas o adia, pois essas instalações permitem que os palestinos de Gaza consigam encher seus tanques e reservatórios uma vez por semana, ou seja, a água continua não estando disponível 24 horas por dia.

Um segundo exemplo é projeto inicialmente criado pelo Banco Europeu de Investimento (*European Investment Bank – EIB*), intitulado *The Gaza Central Desalination Plant* (GCDP) aprovado em 2019, com o custo aproximado de 580 milhões de euros e previsão de finalização em 2026 (Quartet, 2021). Este projeto visa a criação de um contrato de engenharia, aquisição e construção de um centro de dessalinização com capacidade de fornecer anualmente 55 milhões de litros de água para os palestinos de Gaza, além da construção de um canal de 160km de norte a sul para a distribuição da água. A autoridade contratante é Autoridade Palestina e o projeto possui diversos *stakeholders*, como o EIB, o Banco Mundial, o Banco Islâmico de Desenvolvimento (*Islamic Development Bank – IDB*), a Comissão Europeia e a União para o Mediterrâneo (*Union for the Mediterranean – UfM*)<sup>34</sup>. Em 2018, na Conferência dos Doadores, em Bruxelas, mais de 12 países e organizações internacionais confirmaram a doação de 460 milhões de euros para o projeto – 50% vieram apenas de países árabes, como Arábia Saudita, Kuwait e Qatar, em nome do IDB, que doou 290 milhões de euros. Sendo assim, 80% do financiamento já estava garantido na Conferência dos Doadores (EIB, 2019).

Em relatório de acompanhamento da situação da água e do esgoto na Palestina, o Quarteto informou que o projeto está em progresso lento por conta de atrasos no recebimento dos fundos e na entrada dos materiais necessários, muitos deles classificados como de uso-duplo e, portanto, proibidos de entrarem em Gaza (Quartet, 2021). Mais do que isso, muitas

---

<sup>34</sup> Segundo o EIB (2019, tradução nossa): “A Autoridade Palestina está dirigindo o projeto em todos os níveis. A União para o Mediterrâneo está dando apoio político. O Banco Europeu de Investimento traz a experiência no setor de água e supervisionará a usina de dessalinização. O Banco Mundial também está supervisionando o projeto e fornecendo apoio financeiro e técnico para as obras associadas. A União Europeia e o Banco Islâmico de Desenvolvimento estão mobilizando doações de todo o mundo. O Escritório do Quarteto está coordenando as relações entre palestinos e israelenses para garantir operações tranquilas no terreno”.

instalações menores já construídas operam com capacidade limitada devido aos altos custos de manutenção, à falta de segurança dos recursos financeiros para pagar mão-de-obra e, principalmente, à falta de energia elétrica (Quartet, 2021, p. 5). O centro de dessalinização precisa de 25 MW para funcionar, portanto o projeto também conta com “trabalhos associados”, notadamente a construção de uma usina elétrica capaz de gerar 34 MW a partir de gás e diesel e a instalação de um painel solar de 10 hectares e painéis solares no teto do centro. Isso é necessário para contornar os constantes cortes de energia em Gaza (EIB, 2019, p. 6). No entanto, isso ainda não foi alcançado.

Por mais que o GCDP procure dar certo alívio para a população de Gaza, na realidade ele mantém a situação de dependência em relação a Israel, ou seja, não dá autonomia para a região. Além disso, duas grandes políticas israelenses impedem o seu avanço: a política da eletricidade e a política da restrição de bens de dupla utilização. Como vimos na Capítulo 5.3, sobre os itens de dupla utilização, o Mecanismo de Reconstrução de Gaza (GRM) foi criado em 2014 para facilitar a entrada de certos materiais considerados de dupla utilização. O próprio projeto do GCDP previa o problema da restrição e o Banco Europeu de Investimento afirmou que foi criada uma “força tarefa definir arranjos transparentes e previsíveis para entrada e armazenamento de materiais” (EIB, 2019, tradução nossa). De acordo com o EIB (2019, tradução nossa):

Facilitada pelo Escritório do Quarteto, a Força-Tarefa é a principal plataforma para compartilhar informações, avançar aprovações para a entrada de materiais e discutir quaisquer desafios relacionados. As aprovações de materiais são baseadas em um “modelo de cápsula”, que permite a aprovação única para itens de “dupla utilização”, como materiais de construção, telecomunicações, elétricos e químicos. Todas as partes aprovaram um processo de licitação baseado em um procedimento conhecido como abordagem de aliança. A abordagem de aliança concede a dois licitantes pré-selecionados a oportunidade de enviar listas de materiais a Israel para liberação e permite que a Autoridade Palestina da Água entre em diálogo contínuo e moderado com licitantes e outras partes, incluindo Israel, para garantir que a aquisição flua sem problemas.

Esta força tarefa, contudo, não foi capaz de reverter o problema central: o total poder de veto do COGAT, que no limite impede a reconstrução de Gaza e a adoção de soluções humanitárias urgentes. Um relatório publicado pela Oxfam e que avalia os impactos da implementação do GRM na piora da crise da água revelou que aproximadamente 70% dos materiais de construção e itens técnicos para a infraestrutura hídrica e de esgoto são considerados de dupla utilização e, portanto, impedidos de entrarem em Gaza. O relatório apontou também que somente 64 dos 142 projetos de água, saneamento e higiene que entraram no GRM de fato foram completados. Dos cerca de 5,370 de itens submetidos para aprovação,



apenas 856 foram importados e 2,950 ainda estavam esperando aprovação, em 2017 (Martin; Klawitter, 2017, p. 6). Embora o GRM seja um mecanismo conjunto da AP, da ONU e de Israel, é este que tem o poder final, de forma que a sua criação não contorna o bloqueio, e sim o institucionaliza internacionalmente.

O reservatório de água de Al-Muntar, destruído na operação de 2014, receberia 820 milhões de euros do KfW, o banco de desenvolvimento do governo alemão, para sua reconstrução, mas o financiamento acabou não se concretizando por falta de clareza sobre as regras do GRM e toda a sua burocracia (Martin; Klawitter, 2017, p. 11). Nesse sentido, muitos doadores têm desistido de investir em projetos multimilionários de infraestrutura, pois os atrasos burocráticos e os bombardeios israelenses colocam em risco a viabilidade dos projetos (Brahoum, 2021; El-Sheikh; Bateh, 2020). Mais uma vez vemos os limites da ajuda internacional diante do funcionamento do bloqueio de Gaza, no qual Israel é o ator proeminente.

### 6.2.2 Eletricidade

Todas as *policies* descritas e analisadas até aqui se interconectam e são interdependentes em alguma medida, mas todas dependem altamente de um recurso específico e fundamental: a eletricidade. Desde o desengajamento, o controle da eletricidade na Faixa de Gaza por parte dos israelenses e seus constantes cortes intencionais têm colocado a população em situações insustentáveis, com a eletricidade disponível em uma média de apenas seis a oito horas por dia. Assim como em qualquer lugar do mundo, a energia elétrica é crucial para o funcionamento de diversos aspectos da vida cotidiana, seja em sua dimensão infraestrutural, como o tratamento de água e esgoto, o funcionamento de hospitais e da indústria em geral, seja em dimensão mais doméstica, como o simples uso de lâmpadas, da internet e de eletrodomésticos (Gostoli, 2016b).

Diante disso, muitas pessoas em Gaza acabam mudando sua rotina em função da disponibilidade da eletricidade: há horários estritos para cozinhar, lavar roupas, tomar banho quente etc. (Aljamal, 2021). A situação piora quando o fornecimento de energia vem em horários irregulares. Em certos casos, para ter claridade durante a noite, os moradores usam lâmpadas de querosene e velas, consideradas “alternativas primitivas” que os levam para “tempos antigos”, conforme descrevem a palestina de Gaza, Basma Khalil, e o palestino ‘Abd a-Rahim al-‘Ar’ir, ambos de 61 anos (B’Tselem, 2020b, tradução nossa). A utilização de velas e lamparinas, por não ser totalmente segura, tem gerado incêndios domésticos – um deles, ocorrido em 2016, levou três crianças à morte (B’Tselem, 2020b; Gostoli, 2016b). Entre 2010

e 2018, acidentes domésticos relacionados a incêndios por velas ou explosão de geradores elétricos causaram a morte de 32 pessoas, incluindo 25 crianças (Yasin, 2021).

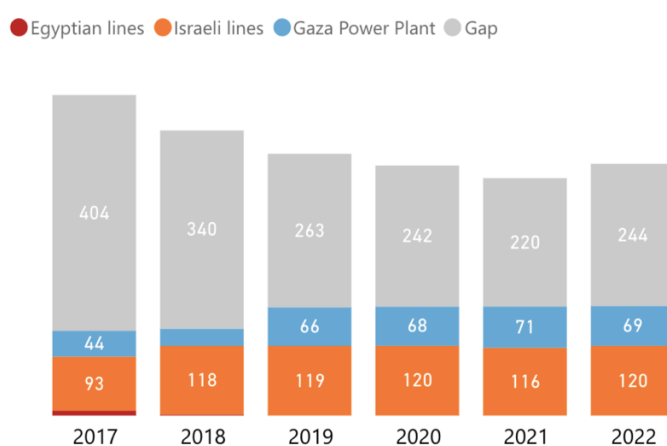
A moradora Basma Khalil, ao descrever os impactos dos cortes de energia, relata que:

“Não há mais vida em Gaza. Meus filhos sempre me dizem: ‘Estamos cansados desta vida. Até quando vamos ficar assim?’. Vivemos em extrema pobreza, e isso é um problema enorme. Além da questão da eletricidade, me sinto sufocada. Não aguento mais esta vida. Eu não tenho mais esperança. Eu sinto que estou morrendo uma morte lenta. (Khalil *apud* B’Tselem, 2020b, tradução nossa).

Mais uma vez, a noção de morte lenta aparece no testemunho dos habitantes de Gaza, resultado de ações deliberadas e sistemáticas, principalmente dos israelenses, mas também, como veremos mais adiante, da AP. A situação piora nos momentos de operações militares ou confrontos diretos entre as FDI e os grupos armados, como Hamas e, mais recentemente, a Jihad Islâmica Palestina. Em agosto de 2022, por exemplo, Israel fechou as fronteiras de Gaza, cessou o fornecimento de eletricidade e impediu a importação de combustível. A justificativa foi de uma “guerra preventiva”, pois os israelenses “previam” que a Jihad Islâmica Palestina localizada em Gaza os atacassem em retaliação à prisão de um dos líderes do movimento, Bassam al-Saadi, na Cisjordânia (Al Gherbawi, 2022). Os bombardeios e os cortes na energia elétrica tornaram a vida em Gaza “paralisada”, o que afetou também a disponibilidade de água e, por consequência, impossibilitou atividades simples e rotineiras como tomar banho, lavar louças e roupas, em uma época de altas temperaturas (Al Gherbawi, 2022).

Segundo dados da *Gaza Electricity Distribution Company* (GEDCO), companhia pertencente à AP, há uma grande lacuna entre a demanda e a oferta de eletricidade em Gaza, conforme exposto no Gráfico 6 (OCHA, 2023).

**Gráfico 6** – Demanda *versus* oferta de eletricidade em Gaza (média diária de megawatts)



Fonte: OCHA (2022)

A energia de Gaza vem de três principais fontes: da *Israel Electric Company*, empresa do governo israelense, do Egito e da única usina de Gaza. Desde 2007, Israel vende cerca de 120 megawatts (MW) de eletricidade, pagos pela AP; o Egito vende de 23 a 28 MW; e a usina de Gaza é capaz de produzir 60 MW quando há combustível suficiente (Greenwald, 2018). Com isso, o total de energia disponível em Gaza é de 208 MW, que consegue oferecer em média 8 horas de eletricidade por dia, enquanto a demanda é de 400 a 500 MW. De junho de 2017 a janeiro de 2018, a oferta de eletricidade em Gaza flutuou de 125 a 148 MW, isto é, suprimindo menos de 50% da demanda (Gisha, 2018b). Quando há operações militares israelenses, a situação piora: Gaza enfrenta blecautes constantes e 80% da população passa a “viver no escuro” (Yasin, 2021, tradução nossa).

A “crise” de eletricidade na Faixa de Gaza, longe de ser um problema pontual, é produzida sistemática e intencionalmente pelo poder ocupante. Em junho de 2019, o major general do COGAT, Kamil Abu Rokon, chegou a declarar que a “culpa” de os palestinos de Gaza não terem mais horas de eletricidade é do terrorismo. Segundo Rokon (*apud* JPS, 2019, tradução nossa), “entre 85 e 75 caminhões-tanque de combustível entram na Faixa de Gaza a cada semana, o que ajuda a aumentar significativamente as horas de eletricidade. O terrorismo impede que você tenha isso”. Esta fala ocorreu após o anúncio do COGAT de que haveria interrupção na importação de combustível em Gaza após o Hamas ter lançado 13 foguetes na fronteira de Gaza com Israel (JPS, 2019).

Desde que foi ocupada por Israel, em 1967, até meados de 2002, Gaza dependia totalmente da eletricidade vendida por Israel e pelo Egito. Foi só em 2002 que a única usina elétrica da região, pertencente à empresa privada *Palestine Electric Company* (PEC), foi inaugurada, com capacidade de fornecer 140 MW para a população da cidade de Gaza. Mas, quatro anos depois, em 28 de junho de 2006, com a justificativa de retaliação ao sequestro do soldado israelense Gilad Shalit por militantes do Hamas, Israel bombardeou oito vezes, com mísseis, os transformadores da usina, e o combustível ficou queimando por cerca de um mês (Li; Lein, 2006, p. 5). Como resultado, a eletricidade ficou disponível por apenas seis a oito horas por dia, impactando serviços de tratamento e distribuição de água e saúde, além do funcionamento do sistema de saúde. O bombardeamento de 2006, logo após o desengajamento, foi apenas o primeiro de uma série de ataques à infraestrutura elétrica e hídrica da região.

Além do bombardeamento, Israel bloqueou a importação de eletricidade, combustível e materiais necessários para a reparação e a reconstrução da usina – prática que se tornou comum após a chegada do Hamas ao poder em 2007. Mesmo após o desengajamento, Israel continuou

sendo o poder ocupante, o que lhe compete não tomar medidas que prejudiquem a população civil. Contudo, o Ministério da Defesa de Israel, em outubro de 2007, emitiu a decisão de cortar o suprimento de combustível de 11 para 5%, argumentando, mais uma vez, que se tratava de retaliação aos foguetes do Hamas e garantindo que isso não prejudicaria o funcionamento já precário da usina (HRW, 2007). Evidentemente isso se provou uma falácia.

Em outubro de 2007, o morador de Beit Hanoun, Ahmed Jaber Al Bassiouni, o diretor da *Coastal Municipalities Water Utility* de Gaza, Najjar Maher, e mais dez ONGs israelenses e palestinas, enviaram uma petição à Suprema Corte Israelense, demandando a suspensão da decisão do gabinete de segurança de bloquear a importação de eletricidade em combustível (PHPCR, 2010). O caso ficou conhecido como *Jaber Al-Bassiouni Ahmed and others v. Prime Minister and Minister of Defence*, e a decisão da corte, emitida em 30 janeiro de 2008, revela o tratamento dado à Gaza como uma região não ocupada e, portanto, fora da responsabilidade israelense em relação à lei internacional de ocupação. Alguns trechos do texto redigido por Dorit Beinisch, presidente da Suprema Corte Israelense de 2006 a 2012, ilustram os argumentos mais utilizados pelas autoridades israelenses para controlar diversos aspectos da infraestrutura e dos recursos da Faixa de Gaza.

No quarto ponto do texto, por exemplo, é dito que parte do combustível que entra em Gaza é “de fato usado para diversos objetivos de organizações terroristas”, logo a redução no fornecimento de combustível, “de forma controlada, pode danificar as infraestruturas terroristas e sua capacidade de operar contra os cidadãos do Estado de Israel” (Supreme Court of Israel, 2008, tradução nossa). A Suprema Corte ainda entende que a redução no fornecimento não viola as necessidades humanitárias básicas da população de Gaza. Em outro momento, no ponto 11 do texto, a Suprema Corte reitera a decisão de 29 de novembro de 2007, que indica a não obrigação do Estado de Israel de “permitir uma quantidade ilimitada de eletricidade e combustível para entrar na Faixa de Gaza em circunstâncias em que algumas dessas commodities estão, na prática, sendo usadas por organizações terroristas para atacar civis israelenses” (Supreme Court of Israel, 2008, tradução nossa). A Corte conclui que:

[...] a Faixa de Gaza é controlada por uma **organização terrorista assassina**, que age implacavelmente para infligir danos ao Estado de Israel e seus habitantes, violando todas as regras possíveis do direito internacional em seus atos violentos, dirigidos indiscriminadamente a civis – homens, mulheres e crianças. (Supreme Court of Israel, 2008, tradução nossa, grifo nosso).

Diante dessas alegações, o pedido para suspender o bloqueio da importação de eletricidade e combustível foi negado.

Entre 2006 e 2009, o combustível para a estação elétrica de Gaza, vendido pela israelense Dor Alon, era comprado pela União Europeia e outros Estados individuais. O montante utilizado para a compra de combustível era cerca de 25% do orçamento total alocado pela UE para o financiamento da Autoridade Palestina via PEGASE, o mecanismo de apoio à população palestina por meio da reforma e desenvolvimento da AP. Essa prática chegou ao fim em novembro de 2009, quando foram feitos cortes no financiamento europeu – de 219 milhões para 158 milhões em 2010 (Gisha, 2010a, p. 4). Desde então, a AP assumiu os pagamentos à Dor Alon referentes à compra de combustível industrial, ou seja, passou a ser a única pagadora dos insumos necessários para a operação da única usina elétrica de Gaza. Em relatório, a Gisha (2010a) apontou que a AP deveria pagar pelo menos 49 milhões de shekels israelenses por mês pela compra do combustível, mas só pagava cerca de 30 milhões, o que impactou na quantidade de combustível importado para Gaza. O argumento da AP era de que o declínio gradual da compra de combustível era resultado dos esforços de transferir para a população de Gaza, em certa medida, a responsabilidade pelos pagamentos, isto é, a população deveria pagar suas contas de luz e, com isso, a importação de combustível. A coleta dos pagamentos, de cerca de 50 milhões de shekels israelenses, deveria ficar sob responsabilidade da GEDCo. Contudo, em 2010, a média mensal de coleta de pagamentos de contas de luz era de 15 a 18 milhões de shekels israelenses.

Essa realidade é compreensível visto que, desde 2007 com o bloqueio de Gaza, e devido às décadas de de-desenvolvimento e políticas de restrição da mobilidade (Capítulo 5), a maioria da população vive em situação de pobreza e insegurança alimentar. Como vimos ao longo desta tese, as políticas de fechamento e separação, que começaram na década de 1980 e recrudesceram nos anos 2000, transformaram a Faixa de Gaza em um enclave. A proibição de residentes de Gaza trabalharem em Israel fez aumentar o nível de desemprego a ponto de a dívida coletiva referente às contas de energia elétrica atingir 2,3 bilhões de shekels israelenses. Entre 1998 e 2000, a média mensal de arrecadação era de 83% do valor total das contas pendentes, mas esse número caiu para 39% de 2000 a 2010 (Gisha, 2010a).

A situação viria a deteriorar durante a Operação Margem Protetora, em julho de 2014, quando as forças israelenses bombardearam a usina de Gaza. A Anistia Internacional chegou a afirmar que o bombardeio da usina era uma punição coletiva à população de Gaza, pois afetaria o já precário sistema elétrico e os que dele dependem, como o sistema de saúde e de tratamento de água e esgoto (Sherwood, 2014). Como vimos na seção 5.3 desta tese, a política israelense de proibição de importação de itens considerados de dupla utilização dificultou a reconstrução da usina, que até hoje não consegue operar em sua total capacidade. Embora a criação do

Mecanismo de Reconstrução de Gaza tenha contribuído um pouco para reestabelecer a operação da usina, ele ainda não é o suficiente para capaz de atender toda a população de Gaza.

Em 2017, a Autoridade Palestina e o Hamas entraram em uma disputa em relação a quem pagaria o combustível necessário para o funcionamento da única usina elétrica de Gaza. Em abril de 2017, a usina foi fechada, o que reduziu o fornecimento de energia em 25%. Dois meses depois, Israel acatou o pedido da AP de cortar a eletricidade em Gaza a fim de “secar” os fundos para o Hamas, a energia a 40%. A usina só voltou a funcionar após o Egito fornecer o combustível necessário para suas operações no final de junho (Almasri, 2017). Contudo, embora uma média mensal de 12,7 milhões de litros de combustível tenham entrado em Gaza, eles foram suficientes para operar apenas 55 MW de eletricidade para a região (Gisha, 2018b). Para a advogada Sari Bashi (2017), a AP utilizou, nesta ocasião, os direitos humanos básicos dos palestinos de Gaza como moeda de barganha em sua disputa de poder com o Hamas.

Além da União Europeia, que financiou parte dos pagamentos de eletricidade nos anos 2000, o Qatar é um dos apoiadores financeiros do acesso à energia elétrica em Gaza. O país do Golfo Pérsico começou a fornecer combustível industrial via Israel para Gaza em 2017, doando 12 milhões de dólares em diesel e pagando mais de 150 milhões de dólares pela produção de energia em 2019. O Qatar é um dos países que mais apoiam projetos de infraestrutura em Gaza, além de promover diversos compromissos humanitários por meio da Qatar Charity. Em 2014, por exemplo, o país ofereceu 1 bilhão de dólares para a reconstrução de Gaza por um período de três anos, e mais 300 milhões de dólares em 2021, após a operação militar israelense em maio do mesmo ano. De 2012 a 2018, o Qatar alocou mais de 1,1 bilhão de dólares em projetos de infraestrutura e energia para a Faixa de Gaza. Por seu lado, Israel considera o país do Golfo um mediador de sua relação com o Hamas e o Irã (Aldardari, 2021).

Impressionantemente, a dependência de Gaza em relação à compra de combustível e energia elétrica de Israel, assim como de outros países como Egito e Qatar, poderia ser superada. Em 1999, foram descobertas reservas de gás natural na costa de Gaza, no que Yasser Arafat classificou como um “presente de Deus para o nosso povo” (Kattan, 2012, tradução nossa). Há duas reservas de gás natural: a maior, chamada de Gaza Marine, com 1,321 km<sup>2</sup> e localizada entre 27 km e 33 km da costa, e a menor, chamada Border Field, localizada na linha internacional que separam as águas marítimas israelenses das palestinas (Akkad, 2015). As reservas foram descobertas pelo *British Gas Group* (BG Group), após a *Consolidated Contractors Company* (CCC), sediada em Atenas, solicitar ao grupo a compra de gás egípcio para a construção de uma usina em Gaza, em parceria com a estadunidense Eron. O BG Group

informou à CCC que havia gás nas águas de Gaza, fato que ficou conhecido após as operações do grupo no Sinai (Kattan, 2012).

O BG Group estudou e confirmou a viabilidade de exploração das reservas para fins econômicos. A Gaza Marine tem um volume de apenas 1,5 trilhão de  $m^3$  – em comparação, por exemplo, as reservas iranianas possuem 991,6 trilhões de  $m^3$  –, o que não a torna apta para exportação, mas este volume é o suficiente para atender a população palestina não só de Gaza, mas também da Cisjordânia (Akkad, 2015; Kattan, 2012). Ainda em 1999, a Autoridade Palestina garantiu ao BG Group o direito de explorar as reservas de gás e de construir a infraestrutura do gasoduto. O projeto de exploração estimava a economia de 8 bilhões de dólares nos custos de energia para os palestinos de Gaza e da Cisjordânia.

**Mapa 12** – Reservas de gás natural nas águas marítimas israelenses e palestinas



Fonte: Knell (2013)

No entanto, desde a descoberta das reservas de Gaza, porém, nenhum gás foi extraído. Isto ocorreu por uma série de motivos. Como já vimos na seção 6.1.2, sobre as políticas de restrição à pesca em Gaza, Israel limita o acesso dos palestinos ao mar, que na maioria das vezes só podem circular na faixa de 10 km até no máximo 22 km a partir da costa. Embora inicialmente o então primeiro-ministro de Israel, Ehud Barak, não tenha contestado a soberania palestina sobre as reservas, o consórcio israelense-estadunidense Yam Thetis entrou com petição na Suprema Corte Israelense demandando a proibição do BG Group de instalar perfurações offshore na Gaza Marine, alegando que a Autoridade Palestina não era uma

autoridade soberana e, portanto, não tinha direitos sobre uma zona econômica exclusiva. A Corte, por sua vez, não deu um veredito (Boersma; Sachs, 2015, p. 7).

Além disso, Israel nunca concordou em ser um comprador do gás palestino ao preço real do recurso. Segundo Kattan (2012), o Estado israelense almejava um contrato em que ele pagaria apenas dois dólares por pé cúbico de gás, enquanto o valor médio no mercado era de 5 a sete dólares por pé cúbico. Anos depois, em 2009, Israel descobriu reservas de gás natural em suas próprias águas, as reservas de Tamar, Leviathan e Dalit, o que acabou caindo por terra qualquer possibilidade de exploração e venda do gás palestino para os israelenses (Kattan, 2012). A descobertas das reservas israelenses, capazes de suprir o consumo da população de Israel por pelo menos 25 anos, fez com que o país não mais dependesse da importação de gás do Egito, e agora se tornou um potencial exportador do recurso, sendo a Jordânia sua principal compradora (Baconi, 2017). Com isso, a realidade da energia elétrica em Gaza ficou mais dura. Sem o interesse dos israelenses, tampouco de empresas que não desejam financiar a exploração das reservas, a Gaza Marine está há muito tempo inexplorada. Enquanto isso, Israel avança seu papel como fornecedor e exportador de energia. Já para os palestinos, um recurso natural que tornaria o setor energético palestino autossuficiente se mostrou, na verdade, uma possibilidade remota. Assim, as diferenças nas descobertas dessas reservas são mais uma dimensão da assimetria de poder entre ocupantes e ocupados, colonizadores e colonizados (Baconi, 2017).

Ao manter a sua posição colonial, Israel acabou controlando os resultados da descoberta de reservas palestinas de gás natural – embora não controle diretamente este recurso, o Estado israelense, com base nas justificativas de segurança, impede não apenas o acesso à faixa de 20 milhas náuticas estabelecidas pelo Direito Internacional marítimo e também pelos Acordos de Oslo. No contexto da Segunda Intifada (2000-2005), as perspectivas de que uma “paz econômica” viria por uma cooperação israelense-palestina na exploração e comercialização da Gaza Marine se mostraram infundadas. Qualquer possibilidade de desenvolvimento da economia palestina vai contra as aspirações coloniais, uma vez que um dos objetivos de Israel é separar os palestinos de sua terra e recursos, mantendo-os economicamente dependentes (Antresyan, 2013; Baconi, 2017). Logo, como conclui Antreasyan (2013, tradução nossa), “em Gaza, a ocupação de Israel e fatores relacionados impediram os palestinos de desenvolverem seus campos, e o gás continua intacto sob as águas palestinas”.

Contudo, recentes esforços da comunidade internacional, encabeçados pelo Quarteto – EUA, UE, Rússia e ONU – parecem gerar esperanças de retomar o projeto de exploração do gás natural de Gaza. Intitulado de *Gas for Gaza* (G4G), o projeto surgiu em 2014, inicialmente visando a importação de 1 bilhão de m<sup>3</sup> de gás, por ano, do deserto do Negev para Gaza, com o



custo de instalação do gasoduto estimada em cerca de 100 milhões de euros. Essa infraestrutura depois seria utilizada para extrair e transportar gás da Gaza Marine (Matalucci, 2020). De acordo com informações disponibilizadas no website do Quarteto, o projeto G4G foi “concebido para facilitar o acordo e a construção de um gasoduto natural para Gaza” e que “um fornecimento de gás natural para Gaza é a solução para a crise contínua de energia” (The Quartet, 2021, tradução nossa). Ainda segundo o Quarteto, o projeto permitiria que a usina elétrica de Gaza se convertesse para o gás natural, isto é, não mais necessitando da importação de combustível diesel, e, com isso, expandisse a sua capacidade para 600 MW. O projeto Gas for Gaza foi apresentado pelo Quarteto à Autoridade Palestina e ao governo de Israel em 2014, e ambos aprovaram a liderança do Quarteto na condução das pesquisas e implementação do projeto. Em 2018, a União Europeia anunciou que apoiaria formalmente e, em 2021, declarou um compromisso financeiro de 20 milhões de euros para a instalação da infraestrutura em Gaza. O Qatar também anunciou a doação de 60 milhões de euros (The Quartet, 2021). Vale lembrar, porém, que o projeto inicialmente se voltará para a construção do gasoduto que liga a reserva de Leviathan, na costa de Israel, a Gaza, e só após ele estar bem desenvolvido e em funcionamento que de fato a Gaza Marine poderá ser explorada. Dessa forma, o projeto G4G mantém Gaza dependente de Israel como seu principal fornecedor de energia (Aldardari, 2021).

Em outubro de 2022, as esperanças de desenvolvimento da plataforma de gás natural de Gaza foram revividas, em um contexto em que a Europa busca alternativas à Rússia para assegurar o fornecimento de gás natural (Balousha; Rubin, 2022). Egito, AP e Israel planejam firmar um acordo em que uma empresa egípcia usaria a infraestrutura israelense para facilitar a extração da produção de gás natural nas reservas de Gaza, afirmou uma fonte próxima às conversas para o veículo *Middle East Eye* (Khalil, 2022). Ao PIF, Fundo de Investimento da Palestina, seriam destinados 27,5% dos lucros, enquanto a CCC contaria com outros 27,5%, e os 45% restantes ficariam com a *Egyptian Natural Gas Holding Company* (EGAS), a operadora do projeto (Khalil, 2022). Um acordo preliminar foi confirmado pelo ministro do Petróleo e Recursos Minerais do Egito, Tarek El Molla, em 25 de outubro de 2022 (Reuters, 2022a). O projeto está avaliado em 1,4 bilhão de dólares e previsto para ser finalizado em fevereiro de 2023, com o gasoduto começando a operar em março de 2024 (Balousha; Rubin, 2022).

Enquanto Israel, AP, Egito e o Quarteto discutem a mera possibilidade de desenvolver a extração de um recurso natural palestino, a população de Gaza continua sofrendo diariamente com os cortes na eletricidade. Um estudo do Comitê Internacional da Cruz Vermelha (ICRC) com 347 palestinos de Gaza revelou que, em 2020, 86,2% da população de Gaza vive a maior parte dos seus dias no escuro, com acesso a uma média de sete horas de eletricidade por dia

(ICRC, 2020). Em janeiro de 2016, no hospital al-Shifa, um médico voluntário canadense, Ben Thomson, atendeu em emergência um adolescente que caiu do terceiro andar de sua casa, após acidentalmente pisar na lateral da casa, que estava sem porta após um bombardeio israelense (Gadzo, 2016). O médico tentou inserir um tubo torácico para drenar o ar e o sangue dos pulmões do adolescente, mas, devido ao corte de energia, Thomson não conseguia enxergar o que estava fazendo:

Eu não conseguia ver. Eu estava tentando colocar isso [dreno torácico], no escuro. O que normalmente levaria cinco minutos ou menos, levou cerca de 25 a 30 minutos, e o menino morreu... por causa de algo que era facilmente evitável. [...] Isso poderia ter sido consertado. Ele poderia ter sobrevivido, se eu pudesse ver o que estava fazendo. As pessoas estão morrendo em Gaza com bastante frequência, regularmente, todos os dias por causa da falta de eletricidade. (Thomson *apud* Gadzo, 2016, tradução nossa).

Algumas pessoas conseguiam contornar a falta de energia usando geradores elétricos, que funcionam a base de diesel importado do Egito via túnel. No entanto, desde 2013, com a destruição dos túneis, a falta de combustível impede o funcionamento de tais geradores. Com isso, poucas pessoas agora têm condições de pagar os altos preços do combustível. Em outros casos, paga-se 50 dólares por mês por um gerador elétrico que permite ligar as luzes de casa e a televisão, mas não a geladeira ou outros eletrodomésticos (Aljamal, 2021). Outras pessoas ainda utilizam baterias, que duram por uma ou duas horas no máximo (ICRC, 2021). O relatório da ICRC (2020) também revelou que 94% das pessoas entrevistadas afirmaram que a falta de eletricidade afeta a sua saúde mental.

Como mencionado anteriormente, o sistema de saúde é um dos mais afetados pelas políticas israelenses de restrição na eletricidade, água e importação de itens considerados de uso duplo, necessários para a reconstrução da infraestrutura elétrica. Em junho de 2017, logo após a AP parar de pagar as contas de eletricidade, o sistema de saúde de Gaza previa diversas mortes de pacientes de cuidado intensivo. Nas UTIs neonatais havia 50 bebês, metade deles prematuros, que precisavam dos aparelhos de oxigênio 24h por dia. Com os cortes, havia o medo de que eles morressem, pois os aparelhos não funcionariam mais e não havia energia suficiente nos geradores elétricos para suportar o cuidado intensivo (Gadzo, 2017b).

A vida de ‘Abd a-Rahim al-‘Ar’ir, de 61 anos, é mais um exemplo de como a política de eletricidade afeta o cotidiano. O palestino de Gaza teve a sua perna direita amputada após as FDI terem lançado um projétil em uma área residencial perto de sua casa, e ele foi atingido enquanto estava a caminho do trabalho. Para se locomover, al-‘Ar’ir conseguiu comprar uma scooter elétrica, mas ela necessita ser recarregada todos os dias por pelo menos cinco horas. Em momentos em que a energia elétrica funciona por apenas quatro horas no dia, a scooter não

é totalmente recarregada, e al-‘Ar’ir pode acabar ficando parado, esperando ajuda de alguém, se ela parar de funcionar no meio de suas atividades (B’Tselem, 2020b). Assim, diversas dimensões da dominação colonial israelense estão inscritas no próprio corpo de al-‘Ar’ir.

A “crise” de eletricidade na Faixa de Gaza, em vez de ser pontual, se tornou um modo de vida. Tendo isso em vista, manifestações de resistência e resiliência dos palestinos de Gaza tem surgido em formas inovadoras. Uma delas é a criação de painéis solares, uma maneira de aproveitar o sol, que é abundante em Gaza, para gerar eletricidade. As inovações vêm menos da preocupação com produzir “energia limpa” do que da necessidade de sobreviver. O único banco de sangue de Gaza, por exemplo, conseguiu continuar funcionando mesmo após os bombardeiros e os bloqueios na eletricidade por parte de Israel, graças à instalação de painéis solares no terraço do edifício. A instalação foi parte de um projeto da ONGs americana Anera, no custo de 46 mil dólares e com capacidade de durar por cerca de 20 anos (Abdelkader, 2022), e só foi possível após a aprovação do COGAT da entrada dos materiais necessários – o que, como vimos em relação à política de dupla utilização, pode demorar meses ou até anos.

Ainda assim, mesmo com as dificuldades, os palestinos de Gaza têm avançado na adoção de energia renovável. Por exemplo, o engenheiro elétrico de Gaza, Khalid Nasman, instalou painéis solares em diversas casas e comércios de seu bairro, após seus vizinhos conseguirem arrecadar 37 mil dólares para comprar os painéis. Segundo Nasman, eles são uma fonte de esperança para a população de Gaza, pois são mais baratos do que as fontes de energia mais convencionais, como diesel e gás natural. Isso é confirmado por Yasser al-Hajj, dono de uma pescaria e um restaurante em Gaza, e que também instalou painéis solares em 2016 para fazer funcionar os tanques de oxigênio para seus peixes. Segundo al-Hajj, com os painéis a conta mensal de eletricidade caiu de 150 mil shekels (aproximadamente 43 mil euros) para 40 mil shekels (11,5 mil euros) (Doboust, 2022). Para Ayman Ismail, diretor do *Palestinian Energy and Environment Research Center*, argumenta que a energia solar não fica sob controle israelense, o que daria um certo grau de autonomia para Gaza. Porém, como já discutimos nesta tese, Israel controla os itens necessários para a instalação dos painéis. De qualquer forma, os projetos voltados à energia solar têm aumentado na região, com organizações internacionais e até mesmo a Autoridade Palestina investindo neles. Em 2017, a AP conectou 82 escolas a painéis solares e pretende construir mais 500 (Abdelhadi, 2018).

Em outubro de 2018, o Banco Mundial anunciou o *Gaza Solar Revolving Fund*, um projeto em parceria com a Autoridade Palestina de Energia e a GEDCO para a instalação de painéis solares na Faixa de Gaza, principalmente para residências, hospitais e comércios locais. O *Gaza Solar Revolving Fund* destinará dois milhões de dólares para mais de mil beneficiários

conseguirem instalar painéis capazes de gerar 1,7 MW de energia elétrica. O dinheiro destinado, porém, é na verdade um empréstimo, e os beneficiários poderão quitá-lo em parcelas mensais, que depois serão reutilizadas para instalar mais painéis na região (World Bank, 2018). Este cenário faz com que alguns digam que Gaza está liderando a sua revolução solar (AFP, 2022; Fischhendler; Herman; David, 2021).

Em pesquisa recente, Fischhendler, Herman e David (2022) investigam a relação entre conflitos armados e a adoção de energia renovável na Faixa de Gaza, buscando identificar se e em que medida a situação de conflito contínuo desencoraja ou, pelo contrário, estimula a criação de alternativas sustentáveis para a segurança energética. Segundo os autores, uma situação de conflito pode desestimular investidores e reprimir o desenvolvimento da infraestrutura, mas, ao mesmo tempo, o cenário faz aumentar a necessidade de adotar sistemas de energia descentralizados e menos vulneráveis (Fischhendler; Herman; David, 2021, p. 3). No caso de Gaza, quando Israel e Egito diminuem ou cessam o fornecimento de diesel, a energia solar aparece como uma alternativa viável e menos custosa. Para se ter noção, em um intervalo de sete anos, houve um aumento significativo de áreas de instalação de painéis solares: de 115 m<sup>2</sup> em 2012 para 200 mil m<sup>2</sup> em 2019 (Fischhendler; Herman; David, 2021, p. 7). Com esses avanços, a produção de energia solar atualmente refere-se a 25% do fornecimento total de eletricidade em Gaza (Fischhendler; Herman; David, 2021, p. 14).

Há também exemplos de empreendedorismo feminino no setor de energia renovável, isto é, de mulheres liderando a tal “revolução solar” de Gaza. Em 2018, Majid al-Mashharawi, uma jovem de 24 anos de Gaza que cresceu sob bloqueio, lançou o projeto SunBox, uma iniciativa de construção de painéis solares para residências. Formada em Engenharia pela Universidade Islâmica de Gaza, Al-Mashhawari conseguiu viajar ao Japão para se encontrar com especialistas, voltou para Gaza e instalou, de graça, painéis em algumas casas. Em seguida, a jovem iniciou uma campanha de arrecadação para a venda subsidiada dos aparelhos, e conseguiu encomendar 200 painéis da China. No dia em que eles entrariam finalmente em Gaza, Netanyahu anunciou o fechamento das fronteiras, e Al-Mashhawari ficou sem receber os equipamentos. Além disso, os cinco trabalhadores que instalariam os painéis não puderam entrar em Gaza, mesmo com a jovem tentando argumentar que eles seriam usados para ajuda humanitária e que pessoas com deficiência e cadeirantes usariam os painéis para recarregar suas cadeiras de rodas motorizadas. Os painéis só entraram em Gaza duas semanas após o anúncio, quando o ministro da Defesa reabriu os postos de passagem (Sadeh, 2018). Isso revela os constantes embates entre a resistência palestina – seja ela de forma armada, violenta, pacífica ou, neste caso, empreendedora – e a dominação israelense sobre a Faixa de Gaza.

Um outro exemplo da resistência empreendedora feminina palestina é o projeto Empower Gaza, da ONG local PEGON. Encabeçado por mulheres, o Empower Gaza foca em mulheres e mães, as quais, devido à estrutura social patriarcal, ainda são as responsáveis pelo cuidado da casa e dos filhos. A falta de eletricidade torna as tarefas domésticas ainda mais difíceis, causando mais estresse e ansiedade. Uma palestina de Gaza, chamada Rida Abu Jazar, contou que seu marido a culpa constantemente por ter feito um empréstimo para comprar um pequeno gerador portátil, pois agora ela tem tido dificuldades em quitar a dívida: “Meu marido me culpa o tempo todo por pegar dinheiro emprestado, e antes disso ele me culpava por não conseguir dar conta das tarefas domésticas [...] Eu gostaria de poder desaparecer para evitar toda essa pressão psicológica” (Jazar *apud* Taweel, 2021, tradução nossa). Diante disso, o Empower Gaza buscou instalar painéis solares, que até fevereiro de 2021 já atendiam 67 famílias (Taweel, 2021).

Diante de toda a separação e o isolamento impostos à Gaza, um recurso específico tem se tornado imprescindível: a internet. É por meio dela que a população de Gaza consegue se conectar com o mundo exterior e contar as atrocidades que vive. De acordo com estatísticas do PCBS (2022) referentes ao no primeiro bimestre de 2022, 90% dos lares de Gaza têm acesso a internet e 56% de indivíduos maiores de 10 anos de idade têm telefones celulares, enquanto na Cisjordânia esta taxa é de 82%. Foi apenas em 2018 que a Cisjordânia passou a ter acesso à rede de conexão 3G, enquanto Gaza ainda possui apenas os serviços 2G, que permitem apenas ligações, sem conexão de internet móvel (ITA, 2022). Israel, por sua vez, já avançou para a conexão 5G em 2020 (Al-Kasim, 2021). Assim, exercendo seu papel de poder colonial, Israel também controla a infraestrutura de comunicação palestina, suas frequências e velocidade da internet móvel (The New Arab Staff, 2022). Somada a isso, portanto, a “crise” da eletricidade e os bombardeiros israelenses afetam o acesso a internet ao atingirem a infraestrutura e os serviços de comunicação (Euro-Med Monitor, 2021).

De acordo com Helga Tawil-Souri (2012), cuja pesquisa tem girado em torno do que ela qualifica como ocupação digital da Palestina, a infraestrutura de telecomunicação dos palestinos é mais uma dimensão da assimetria de poder entre a AP e Israel. Com a ocupação dos territórios palestinos em 1967, Israel passou a possuir, administrar e controlar a infraestrutura de comunicação nos TPO, impondo restrições ao seu uso. Mesmo os Acordos de Oslo II, em 1995, terem prometido linhas domésticas e internacionais de internet e telefone diretas, os palestinos ainda não têm uma rede de comunicação independente. No máximo há companhias telefônicas palestinas, como a Paltel, sua subsidiária Jawwal, a Hadara e a Wataniya, mas todas chamadas locais de Gaza e algumas da Cisjordânia ainda são roteadas por

Israel (Tawil-Souri, 2011; 2012). Para se ter noção do acesso israelense às linhas palestinas, durante a Operação Chumbo Fundido (2008-2009), as FDI hackearam os sinais telefônicos e enviaram centenas de milhares de mensagens de texto e de voz para os habitantes de Gaza, avisando dos bombardeios que viriam a ocorrer. Em agosto de 2011, Gaza foi alvo de um ataque cibernético israelense, no qual uma das linhas de fibra ótica que conectam a região ao resto do mundo foram cortadas por uma escavadeira das FDI, causando a interrupção da conexão internacional de telefone fixo, celular e internet. No entanto, essas disrupções não acontecem apenas durante ações ou operações militares. No dia a dia, um morador de Gaza pode ter o sinal de seu celular bloqueado ou grampeado, bem como a sua conexão de internet monitorada, por um drone que esteja passando por cima (Tawil-Souri, 2011).

Em 2022, o Banco Mundial instou Israel a permitir que os palestinos usem as conexões 4G a fim de desenvolver a economia digital da Palestina (The New Arab Staff, 2022). Devido às altas taxas de desemprego, muitos jovens têm recorrido ao empreendedorismo digital e ao trabalho online de freelancer, às vezes a única saída para gerar renda. Como vimos na seção 5.4, sobre a política de mobilidade humana, recentes incentivos financeiros de organizações ou empresas internacionais, como a Google, têm sido alocados no setor do empreendedorismo digital feminino. Com o enquadramento do empoderamento feminino, ONGs locais e internacionais têm se articulado com financiadores transnacionais para gerar emprego em Gaza como forma de aliviar a pobreza e a diferença de gênero (Ahmed; Marsh-Davies, 2020; Althalathini, 2015; Althalathini; Al-Dajani; Apostolopoulos, 2020).

Apesar de a internet ser capaz de “furar o bloqueio” em certo sentido, a internet nem sempre está disponível para uso, devido aos cortes da energia elétrica ou aos bloqueios intencionais na infraestrutura de comunicação. Portanto, iniciativas do empreendedorismo feminino no campo da internet aparecem mais como uma medida paliativa do que de fato emancipação da mulher ou um desafio às bases materiais da dominação colonial israelense. Assim, embora uma parcela da população consiga ocupar o espaço digital, seja por meio da sua utilização como plataforma de emprego, seja como meio para se comunicar com o mundo exterior e contar as suas histórias, a internet ainda não é o suficiente para superar as imposições materiais do colonialismo israelense (Tawil-Souri, 2012). Ademais, o próprio poder israelense ocupa o espaço digital, principalmente as mídias sociais, construindo as suas próprias narrativas e bloqueando ou silenciando as narrativas palestinas (Gomes, 2022).

Na realidade pós-desengajamento, a Faixa de Gaza continua ocupada, inclusive na dimensão cibernética. Segundo Tawil-Souri (2012), a ocupação digital israelense de Gaza é uma ocupação high-tech, na qual o uso de drones, equipamentos de vigilância e monitoramento,

armamentos por controle remoto, detectores de raio gama, entre outros, são usados cotidianamente para controlar à distância os 2 milhões de palestinos que vivem ali. Com isso, Gaza é considerada um enclave não apenas físico, mas digital (Tawil-Souri, 2012, p. 29).

### 6.3 Conclusão

Neste capítulo, investigamos e analisamos o funcionamento e os efeitos das *policies* israelenses direcionadas ao controle de aspectos-chave da infraestrutura econômica local e dos recursos básicos. No caso da infraestrutura econômica, com destaque para pesca e agricultura, vimos como a instauração de zonas tampão – *buffer zones* – é a principal causa da dificuldade de os palestinos conseguirem cultivar e extrair alimentos próprios da região. Isso acaba aumentando a dependência dos palestinos de Gaza em relação ao mercado israelense e contribuindo para o de-desenvolvimento econômico. Já no que se refere aos recursos, foi possível observar o Estado de Israel continua sendo o ator proeminente no controle do acesso a água e eletricidade ao ser o principal vendedor de tais recursos para a Faixa de Gaza.

O capítulo também revelou a sobreposição das *policies*, que funcionam de maneira ordenada, seja intencionalmente ou não, e colocam a população de Gaza em uma espiral de precariedades de forma contínua. Novamente, a ajuda internacional e as tentativas de resistência palestina a essas precariedades politicamente induzidas se mostram insuficientes e medidas paliativas diante dos inúmeros limites impostos pela estrutura e pelo funcionamento da ocupação israelense em Gaza. Dessa forma, o desengajamento revela-se uma farsa, visto que a dominação sobre espaço, população e recursos, mesmo que a distância, não apenas continua, mas foi sofisticada.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta tese buscou investigar, revelar e compreender a continuação da dominação colonial israelense da Faixa de Gaza após o desengajamento de agosto de 2005. Embora o argumento elaborado pelo então primeiro-ministro israelense Ariel Sharon na apresentação do plano tenha dado a impressão de que Gaza se tornaria autônoma e que Israel não teria mais responsabilidade por aquela população, na verdade uma das consequências foi o recrudescimento do controle sobre as fronteiras de Gaza, seu espaço aéreo e marítimo. Em princípio, o processo de retirada dos colonos israelenses de Gaza representa uma contradição em relação ao funcionamento do colonialismo por povoamento, que entende o território como irredutível, isto é, que nunca seria devolvido aos nativos. A contradição também é vista no sentido de que Gaza passa a ser uma ocupação sem ocupantes (Winter, 2016) e a viver um colonialismo por povoamento sem colonos (Pace; Yacobi, 2021), o que a coloca como um caso *sui generis* dentro do enquadramento maior da Questão Palestina/Israel.

Concluimos que o desengajamento inaugurou uma nova forma de dominação e governamentalidade colonial, agora feita à distância. Não obstante, a distância física dos colonos, isto é, a sua não fricção com os nativos, não impede que o controle que exercem sobre a população colonizada seja sentido na vida cotidiana e no próprio corpo da comunidade palestina. Portanto, demos especial atenção às formas pelas quais as novas formas de controle biopolítico e necropolítico se manifestam e, por vezes, geram efeitos letais no cotidiano do povo de Gaza. Inclusive, esta pesquisa partiu da inquietação provocada pelo aumento das declarações de palestinos de Gaza que dizem viver uma morte lenta, uma morte em vida, uma vida asfixiada, entre tantas outras expressões que remetem à morte como horizonte e paisagem comum e cotidiana na região. Na Faixa de Gaza pós-desengajamento, a morte se tornou a condição normalizada de existência, seja em sua concretude ou iminência. Ecoando o que Fanon (2005, p. 88) qualificara como “violência atmosférica” presente na cidade do colonizado, é possível dizer que a população de Gaza vive uma morte atmosférica, “ela eclode aqui e ali” e, por vezes, é vista como a única saída por dezenas de jovens palestinos de Gaza que nunca souberam o que é viver em liberdade. Em 2022, uma pesquisa da ONG internacional *Save the Children* com 488 crianças e jovens de Gaza revelou que metade deles já pensou alguma vez em suicídio, e 80% vivem com algum tipo de sofrimento emocional (MEE Staff, 2022).

Com base nas discussões levantadas nos Capítulos 5 e 6, parte mais empírica da tese, concluimos que o desengajamento foi, na realidade, um reengajamento, uma reorientação tática do colonialismo por povoamento israelense da Palestina. Entendemos que a reorientação tática



significa uma readequação dos meios pelos quais a dominação colonial é exercida, mas nunca abandonada. Esses meios seriam as *policies* de controle da mobilidade humana e de produtos, isto é, da circulação de tudo que entra e sai de Gaza, bem como do controle da infraestrutura e recursos, elementos-chave de toda e qualquer vida humana. Essas *policies*, embora cada uma delas tenha sua própria lógica de funcionamento, estão interligadas. Por exemplo, os cortes diários na eletricidade fazem com que as estações de tratamento de água não funcionem corretamente, o que, além de prejudicar a logística na distribuição de água, também contribui para que o recurso chegue de forma imprópria para consumo humano.

As *policies* têm sua funcionalidade e geram os efeitos desejados pelo poder colonial justamente porque há uma dependência extrema, construída historicamente, dos palestinos em relação a Israel em termos econômicos. O “de-desenvolvimento” de Gaza, conforme discutido por Roy (1987), é uma política sistemática e deliberada de minar qualquer possibilidade de desenvolvimento da economia da região. Logo, o Estado de Israel consegue continuar controlando o espaço, a população e os recursos de Gaza devido à sua dependência extrema e à sua incapacidade de desenvolver setores-chave da economia – indústria, agricultura e pesca.

A análise das *policies* envolveu, portanto, a necessidade de contextualizar a história recente da Faixa de Gaza dentro dos esforços e da ideologia do movimento político sionista, cujo objetivo declarado, desde o seu surgimento no final do século XIX, é a construção de um Estado de maioria étnica judaica em todo o território da Palestina histórica. Como vimos no Capítulo 3, a fundação da ideologia sionista trouxe como preocupações centrais as variáveis espaço e população, ou ainda geografia e demografia, de forma que o empreendimento da colonização por povoamento deveria se basear na conquista da terra e na eliminação da população nativa. Essa eliminação ocorreu ao longo dos anos de diversas formas: por propostas de transferência populacional, compra de terras, substituição do trabalho nativo pelo trabalho colono, ataques de milícias sionistas e destruição de vilarejos inteiros, entre tantas outras táticas. A expulsão dos palestinos de suas terras não começou nem acabou em 1948, com a fundação do Estado de Israel, mas foi e é um processo contínuo e inacabado. Nesse processo, a Faixa de Gaza foi adquirindo particularidades expressivas que as diferenciam do que acontece na Cisjordânia e em Jerusalém Oriental, embora defendamos uma abordagem não essencializada da região. Portanto, é possível dizer que Gaza expressa, a um só tempo, generalidades e particularidades da dominação colonial israelense sobre o corpo-território palestino.

Para compreender o empreendimento colonial sionista na Palestina, em geral, e em Gaza, em particular, recorreremos a dois procedimentos metodológicos: a genealogia enquanto método de investigação e a articulação entre *politics* e *policies*. De um lado, a genealogia

foucaultiana nos permitiu notar os momentos de emergência do isolamento socioespacial de Gaza, com base na identificação dos fatores políticos, sociais e econômicos que transformaram o corpo-território de Gaza em um problema a ser manejado. O primeiro “problema” identificado foi o influxo populacional dos refugiados palestinos que foram expulsos durante a *Nakba*. Na ocasião, 200 mil palestinos se refugiaram em Gaza, que continha apenas 80 mil habitantes. Isso inaugurou uma característica particular da Faixa de Gaza: a sua sociedade em sua maioria por refugiados. Como consequência da *Nakba*, grandes campos de refugiados foram instalados na região e que existem até hoje, tornando-se a paisagem comum de Gaza e um constante lembrete do direito de retorno dos refugiados, tema até hoje não resolvido. Também identificamos no período imediatamente posterior a 1948 o início da dependência extrema da população em relação às agências internacionais de ajuda humanitária, notadamente a UNRWA, que se tornou, durante a administração egípcia (1948-1967) um “quase-Estado”, haja vista suas responsabilidades nos setores da alimentação e educação dos palestinos cadastrados na organização. Essas características se somam ao papel que Gaza teve como centralidade da resistência armada em alguns momentos, com destaque ao surgimento do Hamas na Primeira Intifada (1987-1993) e a sua crescente popularidade menos por conta das ações armadas e mais por funcionar como um grupo que oferecia assistência social – educação, saúde e alimento – para uma população que já estava sendo cada vez mais abandonada. Todos esses fatores supracitados levaram à consideração de Gaza como um problema e uma ameaça demográfica por parte dos governantes de Israel, ao ponto de o demógrafo israelense Arnon Soffer (1989) publicar um artigo alertando para a necessidade abandonar o território de Gaza, caso contrário o Estado de Israel não teria a tão almejada superioridade demográfica composta por judeus.

O problema demográfico de Gaza e as tentativas de resolvê-lo ficaram mais evidentes nos processos históricos discutidos no Capítulo 4. Começando com a Primeira Intifada como ponto de inflexão importante na história da Faixa de Gaza, identificamos o início das políticas de separação e fechamento como prelúdio material do isolamento socioespacial da região. Vimos como a população de Gaza passa a ser vista como um excedente, um corpo coletivo sem valor até mesmo para a exploração do trabalho – algo que difere do que acontece na Cisjordânia e em Jerusalém Oriental, por exemplo. O Capítulo 4 também explorou as mudanças trazidas pela assinatura dos Acordos de Oslo (1993-1995), os quais, longe de trazerem a paz e alguma resolução para a Questão Palestina/Israel, na verdade consolidaram a fragmentação socioespacial e política da Palestina e dos palestinos. Uma dimensão crucial do processo de paz foi a maior abertura para a atuação de atores transnacionais – instituições financeiras, ONGs, agências de ajuda humanitária – no que ficou conhecido como terceirização da ocupação. Neste

cenário, aumentou-se a dependência palestina em relação aos doadores internacionais, sobretudo a da Autoridade Palestina, governo interino criado por Oslo e que existe até hoje.

Não surpreendentemente, o descontentamento da população palestina com o processo de paz, com a corrupção da AP e sua subordinação ao poder colonial levaram à eclosão da Segunda Intifada nos anos 2000, muito mais violenta do que a primeira por conta da maior utilização de táticas e ações terroristas. Marcado pelo contexto internacional de Guerra ao Terror, esse levante palestino foi brutalmente reprimido pelas forças israelenses e abriu margem para encerrar o processo de paz, aprovar a construção do muro da Cisjordânia e, finalmente, colocar em prática o desejo já expresso nos anos 1970 de retirar os colonos de Gaza. Com isso, o Capítulo 4 chegou à contradição central investigada nesta tese: o desengajamento israelense da Faixa de Gaza em agosto de 2005 e as suas consequências.

Buscamos problematizar o alegado afastamento de responsabilidades de Israel em relação à população de Gaza e o seu argumento de que não mais ocupa aquela região. Em termos de racionalidade e motivação para a implementação do plano de retirada, identificamos que houve uma série de motivos e argumentos, mas a questão sobressalente foi a resolução da equação demográfica há muito tempo desejada por parte do movimento sionista, mesmo que a saída de Gaza possa ter parecido um abandono das pretensões ideológicas de colonizar toda a Palestina histórica. Analisando de forma contextualizada dentro do paradigma do colonialismo por povoamento, observamos que o desengajamento veio acompanhado do aumento da construção de assentamentos na Cisjordânia. Portanto, ele não foi uma forma de avançar qualquer perspectiva de paz e/ou devolução das terras palestinas. O que havia sido prometido pela ideia de “*Gaza First*” na verdade foi a materialização de uma noção de “*Gaza Only*”.

Longe de transformar Gaza em uma entidade política autônoma, o desengajamento na realidade material inaugurou uma nova modalidade de governamentalidade colonial: a gestão de espaço, população e recursos à distância. É a partir deste enquadramento que investigamos as *policies* israelenses para Gaza a partir de 2005, que constituíram os objetos empíricos da pesquisa. Assim, nos Capítulos 5 e 6, avaliamos o funcionamento e os impactos das políticas de (i) mobilidade humana e produtos, bem como as de (ii) controle de infraestrutura e recursos. A análise de tais políticas revelou que elas são mecanismos sofisticados do poder colonial israelense, que age em conjunto com atores transnacionais, estatais e não-estatais. A implementação de tais *policies* não é feita para garantir uma vida básica e digna aos palestinos de Gaza. Pelo contrário, o que se vê é uma manutenção da sobrevivência, a instauração de uma realidade de vida que mais se assemelha a uma morte lenta. Como vimos no Capítulo 5, aos palestinos de Gaza não é permitido comer qualquer alimento, pois alguns são considerados

como luxo; a restrição de importação e exportação de alimentos não apenas afeta a economia de Gaza, perpetuando seu de-desenvolvimento, mas instaura uma situação de insegurança alimentar para a maioria da população; o enquadramento de itens de dupla utilização impede a entrada de muitos equipamentos médicos, bem como materiais essenciais para a reconstrução da infraestrutura de Gaza após bombardeios israelenses, como cimento, placas de madeira, geradores elétricos, cabos de aço, entre outros; e o regime de mobilidade humana impossibilita que os palestinos de Gaza saiam de lá por qualquer motivo, seja para buscar tratamento médico em hospitais no exterior, visto que o sistema de saúde de Gaza está debilitado, seja para conseguir emprego, estudo ou qualquer possibilidade de vida que não seja marcada pelo bloqueio. Portanto, a violência burocrática exercida pelo COGAT coloca a população de Gaza num limbo entre a vida e a morte.

O Capítulo 6 ofereceu uma análise mais detalhada sobre a violência infraestrutural com base na avaliação das *policies* israelenses relacionadas a agricultura e pesca. Vimos que elas estão intimamente ligadas à dominação israelense sobre o espaço de Gaza, especialmente no que se refere às chamadas *buffer zones* e Áreas de Acesso Restrito (ARAs), áreas de segurança nas quais os palestinos não podem circular livremente, tampouco pescar ou cultivar vegetais. Isso tem um impacto fundamental na produção agrícola já debilitada, visto que 35% das terras agricultáveis de Gaza ficam nas ARAs. A estreita faixa de milhas náuticas nas quais os palestinos podem pescar também impede o acesso a peixes mais saudáveis e em quantidades maiores, além de colocar os pescadores em risco de vida, uma vez que, se eles ultrapassarem o limite imposto, as forças israelenses navais podem matá-los ao considerá-los infiltradores e potenciais terroristas.

Ainda no Capítulo 6, discutimos como o acesso a recursos básicos, notadamente eletricidade e água, é extremamente restrito para os palestinos de Gaza. Recurso essencial para toda e qualquer vida humana, 95% da água em Gaza é imprópria para consumo humano, pois os poços de aquíferos já foram super explorados e a água do mar os tem contaminado. Com isso, há uma crise hídrica produzida politicamente. Os cortes no fornecimento de energia elétrica – que só funciona de seis a oito horas por dia – por parte da empresa estatal israelense Mekorot, impedem uma série de atividades, como a refrigeração de alimentos, trabalhos que dependam de acesso a internet, o funcionamento de hospitais e das estações de tratamento de água e esgoto, entre outras. Consequentemente, a violência infraestrutural é combinada ao de-desenvolvimento dos palestinos da Faixa de Gaza, e suas vidas passam a ser marcadas pela mera sobrevivência.

Na avaliação das *policies*, identificamos também dinâmicas de resistência dos palestinos de Gaza, como a criação de painéis solares para produzir energia elétrica, desidratador de alimentos para conservá-los por mais tempo e construção de fazendas hidropônicas ou tanques de piscicultura. Contudo, vimos que as próprias manifestações de resistência ao bloqueio têm seus limites, sobretudo pela dependência extrema em relação a Israel e às restrições na circulação de produtos e pessoas. Neste cenário, a ajuda internacional humanitária tem sido uma das responsáveis por evitar o colapso total de Gaza. Foi dado destaque à importância da UNRWA enquanto fornecedora de alimentos e de serviços como educação e saúde. Contudo, a ajuda internacional também tem seus limites, pois é condicionada à aprovação do poder ocupante para que possa operar em Gaza, e sempre de forma a não desenvolver aquela sociedade, e sim mantê-la dependente e em de-desenvolvimento contínuo. O resultado dessas *policies*, que avaliamos ser a manifestação material da reorientação tática do colonialismo israelense, é a instauração, na Faixa de Gaza, de uma paisagem de morte. Aqui, portanto, morte e vida aparecem como elementos políticos centrais.

Assim, muito embora a questão do de-desenvolvimento econômico seja essencial para a compreensão das novas realidades em Gaza, esta pesquisa tentou ir além dos aspectos essencialmente econômicos, políticos e sociais. No esforço de somar a essa literatura, buscamos mostrar o funcionamento da capilaridade e da microfísica do poder, revelada pelas *policies* e seus impactos cotidianos nos espaços mais íntimos da vida social, como a cozinha, por exemplo. Isso foi possível por meio de algumas abordagens teóricas, tais como a noção de violência estrutural (Galtung, 1969) e/ou infraestrutural (Salamanca, 2011), os conceitos de governamentalidade (Foucault, 2008), biopolítica (Foucault, 1999) e necropolítica (Mbembe, 2003), bem como a noção de corpo-território de Gago (2020). Essas abordagens nos permitiram pensar em termos de pluralização da violência (Gago, 2020, p. 72), no sentido de investigar a simultaneidade e a inter-relação de diversos tipos de violências – físicas, simbólicas, corporais, infraestruturais, sistêmicas, epistêmicas – e compreender as maneiras pelas quais elas operam na vida cotidiana dos palestinos de Gaza. Esses conceitos, desenvolvidos no Capítulo 2, balizaram as lentes analíticas para compreender o funcionamento e efeito das *policies* israelenses para Gaza no pós-desengajamento.

Os estudos sobre colonialismo por povoamento na Palestina tendem a adotar a Cisjordânia e/ou Jerusalém Oriental como o exemplo mais claro das relações entre colonizadores e colonizados, uma vez que eles convivem diariamente no mesmo espaço. Assim, esses estudos geralmente fazem uma avaliação da Palestina a partir do que se passa nesses territórios, o que está absolutamente correto, mas pode incorrer na marginalização da Faixa de

Gaza ou no equívoco de tratá-la como uma experiência muito particular e desconectada do enquadramento maior da Questão Palestina/Israel. A partir do desengajamento, a Questão foi colocada em um novo patamar, principalmente em relação à solução de dois Estados prometida pelos Acordos de Oslo. O desengajamento se revelou uma falsa promessa ou uma expectativa frustrada de oferecer qualquer tipo de autonomia aos palestinos. Qualquer futuro Estado palestino que não tenha autonomia de gestão de seu próprio povo, terra e recursos é apenas uma solução fraudulenta. Portanto, o que a resistência palestina tem reivindicado é uma solução de um único Estado binacional e democrático, algo que parece estar em um horizonte distante.

O que pretendemos, por fim, é mostrar que a Faixa de Gaza revela diversos aspectos do funcionamento do colonialismo contemporâneo que poderá servir de modelo para outros contextos semelhantes. Uma das lacunas da tese foi justamente não ter desenvolvido a noção de Gaza como laboratório de técnicas de dominação que podem ser utilizadas na Cisjordânia. Argumento elaborado por Li (2006), essa noção ainda necessita de pesquisas que comprovem a sua afirmação. Entendemos que o modelo de análise desenvolvido nesta tese – uma combinação de genealogia, contextualização dentro do paradigma do colonialismo por povoamento e a articulação entre *politics* e *policies* – poderá fornecer bases para os desdobramentos do tema aqui estudado, bem como insights produtivos para a investigação da dominação israelense em outros territórios palestinos. Alguns autores já têm articulado a noção de “Gazificação” (Baconi, 2020) para compreender o processo de enclavização cada vez maior de certas partes da Cisjordânia. Em junho de 2023, o campo de refugiados de Jenin, no norte da Cisjordânia, foi cercado pelas forças israelenses e foco de diversos bombardeios aéreos, com destruição da infraestrutura de água e eletricidade, e ambulâncias foram proibidas de circular para auxiliar os feridos. Analistas começaram a usar o termo “gazificação” para qualificar tal ação (Iraqi, 2023; Patel, 2023), que aconteceu como represália à Jihad Islâmica, resistência armada que vem atuando de forma mais proeminente na Cisjordânia. Nesse cenário, o que acontece em Gaza é revelador do que pode ser o futuro das ações israelenses em outros territórios palestinos.

## REFERÊNCIAS

- ABDELAL, Ahmed; ALDABBOUR, Belal. How Gaza's only escape turned deadly. **Al Jazeera**, [s.l.], 22 Sep. 2017. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/features/2017/9/22/how-gazas-only-escape-turned-deadly>. Acesso em: 20 set. 2023.
- ABDELHADI, Ibrahim. Could solar energy solve the Gaza electricity crisis?. **+972 Magazine**, [s.l.], 21 Sep. 2018. Disponível em: <https://www.972mag.com/solar-energy-gaza-electricity-crisis/>. Acesso em: 20 set. 2023.
- ABDELKADER, Rima. Gaza has access to less than 40% of the energy it needs. Locals hope solar power can fill the gap. **NBC News**, [s.l.], 23 Aug. 2022. Disponível em: <https://www.nbcnews.com/news/world/gaza-access-less-40-energy-needs-locals-hope-solar-power-can-fill-gap-rcna43723>. Acesso em: 20 set. 2023.
- ABREEK-ZUBIEDAT, Fatina; NITZAN-SHIFTAN, Alona. “De-Camping” through Development: The Palestinian Refugee Camps in the Gaza Strip under the Israeli Occupation. In: KATZ, Irit; MARTÍN, Diana; MINCA, Claudio (Eds.). **Camps revisited: Multifaceted spatialities of a modern political technology**. London: Rowman & Littlefield, 2018.
- ABUALI, Maya. Israel's siege is halving Gaza patients' survival rates, it's time to act. **Middle East Monitor**, [s.l.], 11 Aug. 2021. Disponível em: <https://www.middleeastmonitor.com/20210811-israels-siege-is-halving-gaza-patients-survival-rates-its-time-to-act/>. Acesso em: 20 set. 2023.
- ABUD, A. **Entrevista com A. Abud – palestino-brasileiro, residente de Khan Yunis, Faixa de Gaza** [08 mar. 2023]. Entrevistadora: Isabela Agostinelli dos Santos. Online, 2023. Áudio digital (ca. 1h19min14s).
- ABUSALIM, Dorgham. First Death Caused by Sea Pollution in Gaza. **Institute for Palestine Studies**, [s.l.], 16 Aug. 2017. Disponível em: <https://www.palestine-studies.org/en/node/232141>. Acesso em: 20 set. 2023.
- ABUSAYMA, Yasmin. Gaza farmers struggle for livelihoods and healthy soil. **The Electronic Intifada**, [s.l.], 04 Feb. 2022. Disponível em: <https://electronicintifada.net/content/gaza-farmers-struggle-livelihoods-and-healthy-soil/34756>. Acesso em: 20 set. 2023.
- ACHARYA, Amitav. Race and racism in the founding of the modern world order. **International Affairs**, v. 98, n. 1, p. 23-43, 2022.
- ADALAH – Adalah Justice Project; AFSC – The American Friends Service Committee. Food sovereignty as a path to liberation and justice. **Mondoweiss**, [s.l.], 20 May 2022. Disponível em: <https://mondoweiss.net/2022/05/food-sovereignty-as-a-path-to-liberation-and-justice/>. Acesso em: 20 set. 2023.
- ADAMCZYK, Sarah. **Undocumented and Stateless: The Palestinian Population Registry and Access to Residency and Identity Documents in the Gaza Strip**. Norwegian Refugee

Council – NRC, 2012. Disponível em: <https://www.nrc.no/globalassets/pdf/reports/undocumented-and-stateless.pdf>. Acesso em: 20 set. 2023.

AFP. Limited in Electricity, the Gaza Strip leads its Solar Revolution. **Energy News**, [s.l.], 03 Oct. 2022. Disponível em: <https://energynews.pro/en/limited-in-electricity-the-gaza-strip-leads-its-solar-revolution/>. Acesso em: 11 nov. 2022.

AGHA, Noor. The hurdles to leaving Gaza for medical care (Or, what can you really hide inside a tube of toothpaste?). **Mondoweiss**, [s.l.], 05 Jan. 2022. Disponível em: <https://mondoweiss.net/2022/01/the-hurdles-to-leaving-gaza-for-medical-care-or-what-can-you-really-hide-inside-a-tube-of-toothpaste/>. Acesso em: 20 set. 2023.

AGHA, Zena. Israel's problematic role in perpetuating water insecurity for Palestine. **Atlantic Council**, [s.l.], 28 Jun. 2019. Disponível em: <https://www.atlanticcouncil.org/blogs/menasource/israel-s-problematic-role-in-perpetuating-water-insecurity-for-palestine/>. Acesso em: 20 set. 2023.

AHMED, Kaamil. 'Leaving hell to live in hell': The bribes and checkpoints from Gaza through Egypt. **Middle East Eye**, Gaza Strip, 21 Nov. 2018. Disponível em: <https://www.middleeasteye.net/news/leaving-hell-live-hell-bribes-and-checkpoints-gaza-through-egypt>. Acesso em: 20 set. 2023.

AHMED, Kamram. Trauma and mental health in Gaza. **Al Jazeera**, [s.l.], 14 Jun. 2021. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/opinions/2021/6/14/trauma-and-mental-health-in-gaza>. Acesso em: 20 set. 2023.

AHMED, Nahed; MARSH-DAVIES, Kathleen. Female Entrepreneurship in the Gaza Strip: Exploring the role of Social Capital. In: **BAM 2020 conference in the cloud proceedings**. British Academy of Management, 2020. Disponível em: <http://shura.shu.ac.uk/27367/>. Acesso em: 20 set. 2023.

AHMED, Nasim. Remembering the Sabra and Shatila massacre. **Middle East Monitor**, [s.l.], 16 Sep. 2019. Disponível em: <https://www.middleeastmonitor.com/20190916-remembering-the-sabra-and-shatila-massacre/>. Acesso em: 20 set. 2023.

AKKAD, Dania. Palestinian gas: The Black Box. **Middle East Eye**, [s.l.], 28 Apr. 2015. Disponível em: <https://www.middleeasteye.net/news/palestinian-gas-black-box>. Acesso em: 20 set. 2023.

AKRAM, Fares. Delivering KFC by Tunnel, Not Too Fast but Satisfying. **The New York Times**, Gaza, 15 May 2013. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2013/05/16/world/middleeast/tunneling-kfc-to-gazans-craving-the-world-outside.html>. Acesso em: 20 set. 2023.

AKRAM, Fares; McNEIL, Sam. Work permits are a lifeline for Gaza, and a lever for Israel. **AP News**, Khan Younis, 26 Aug. 2022. Disponível em: <https://apnews.com/article/middle-east-ap-top-news-israel-blockades-0bbd46d074739dbb8b4a7083f6cd63fb>. Acesso em: 20 set. 2023.



AKRAM, Fares; RUDOREN, Jodi. Raw Sewage and Anger Flood Gaza's Streets as Electricity Runs Low. **The New York Times**, Gaza City, 20 Nov. 2013. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2013/11/21/world/middleeast/raw-sewage-and-anger-floods-gazas-streets-as-electricity-runs-low.html>. Acesso em: 20 set. 2023.

AL GHERBAWI, Hadeel. Power outage adds to 'unbearable' hardships for Palestinians in Gaza. **Al Monitor**, [s.l.], 12 Aug. 2022. Disponível em: <https://www.al-monitor.com/originals/2022/08/power-outage-adds-unbearable-hardships-palestinians-gaza>. Acesso em: 20 set. 2023.

AL-GHOUL, Asmaa. Gaza Cancer Rates on Rise, **Al-Monitor**, [s.l.], 29 Mar. 2013. Disponível em: <https://www.al-monitor.com/originals/2013/03/cancer-rates-soar-gaza-war.html>. Acesso em: 20 set. 2023.

AL-KASIM, Mohamed. Palestinians eagerly await arrival of 4G cellular service. **The Jerusalem Post**, [s.l.], 31 Aug. 2021. Disponível em: <https://www.jpost.com/middle-east/palestinians-eagerly-await-arrival-of-4g-cellular-service-678301>. Acesso em: 20 set. 2023.

AL-MONITOR. Israeli agricultural Sabbath offers Gazan farmers hope. **Al-Monitor**, Gaza City, 01 Mar. 2022. Disponível em: <https://www.al-monitor.com/originals/2022/02/israeli-agricultural-sabbath-offers-gazan-farmers-hope>. Acesso em: 20 set. 2023.

AL MEZAN. **Fact Sheet: The Human and Financial Losses of Fishing Under Occupation**. Al Mezan Center for Human Rights, 15 Oct. 2019. Disponível em: <https://reliefweb.int/report/occupied-palestinian-territory/fact-sheet-human-and-financial-losses-fishing-under-occupation>. Acesso em: 20 set. 2023.

AL MEZAN. **Farming in a Buffer Zone**: the conditions Gaza farmers face under closure (2018-2020). Gaza: Al Mezan Center for Human Rights, 2021.

AL MEZAN. On World Health Day, Al Mezan calls on the international community to ensure accountability and access to reparations for victims denied their right to health. **Al Mezan**, [s.l.], 07 Apr. 2022. Disponível em: <https://reliefweb.int/report/occupied-palestinian-territory/world-health-day-al-mezan-calls-international-community-ensure>. Acesso em: 20 set. 2023.

AL-MUGHRAIBI, Nidal. Egypt seals last breach in Gaza border. **Reuters**, Rafah, 03 Feb. 2008. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/us-palestinians-egypt-border/egypt-seals-last-breach-in-gaza-border-idUSL0357027020080203>. Acesso em: 20 set. 2023.

AL-MUGHRABI, Nidal. Gaza's water shortage worsening, no easy solutions seen. **Reuters**, Gaza, 26 Jan. 2017. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/us-palestinians-gaza-water/gazas-water-shortage-worsening-no-easy-solutions-seen-idUSKBN15A1FC>. Acesso em: 20 set. 2023.

AL-MUGHRABI, Nidal. Gazans caught between hope and mistrust as Israel offers work. **Reuters**, Gaza, 08 Sep. 2022. Disponível em: <https://www.reuters.com/world/middle-east/gazans-caught-between-hope-mistrust-israel-offers-work-2022-09-08/>. Acesso em: 20 set. 2023.

AL-MUGHRABI, Nidal. Israel eases Gaza embargo to allow snack food in. **Reuters**, Gaza, 09 June 2010. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/us-palestinians-israel-gaza-idUSTRE65820E20100609>. Acesso em: 20 set. 2023.

AL-MUGHRABI, Nidal. Palestinians pray for fish as Israel opens deeper waters. **Reuters**, Gaza, 02 Apr. 2019. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/us-israel-palestinians-gaza-idUSKCN1RE1J8>. Acesso em: 20 set. 2023.

AL-SAMMAK, Ahmed. Dangerous tomatoes: Gaza farmers decry Israeli restrictions on export of lucrative crop. **Middle East Eye**, Gaza, 12 Oct. 2021a. Disponível em: <https://www.middleeasteye.net/news/palestine-israel-gaza-tomato-restrictions-export-lucrative-crop>. Acesso em: 20 set. 2023.

AL-SAMMAK, Ahmed. Gaza: Palestinian farmers suffer from climate crisis, occupation. **Middle East Eye**, Gaza, 28 Nov. 2021b. Disponível em: <https://www.middleeasteye.net/news/gaza-palestine-farmers-climate-crisis-occupation-suffer>. Acesso em: 20 set. 2023.

AL-SHALALFEH, Zayneb; NAPIER, Fiona; SCANDRETT, Eurig. Water Nakba in Palestine: sustainable development goal 6 versus Israeli hydro-hegemony. **Local Environment**, v. 23, n. 1, p. 117-124, 2018.

AL WAHEIDI, Majd. Here's what it takes to order KFC in Gaza. **Rest of the World**, [s.l.], Apr. 2020. Disponível em: <https://restofworld.org/2020/gaza-kfc-instagram/>. Acesso em: 20 set. 2023.

ALALUL, Sami. Onshore Fish Farms Flourish in Gaza. **DAI Global Developments**, [s.l.], 06 Dec. 2016. Disponível em: <https://dai-global-developments.com/articles/dreams-come-true-as-onshore-fish-farms-emerge-in-gaza>. Acesso em: 20 set. 2023.

ALDARDARI, Sima. Qatar and Gaza's Electricity: Mediation, Aid, and Expertise. **AGSIW**, [s.l.], 26 May 2021. Disponível em: <https://agsiw.org/qatar-and-gazas-electricity-mediation-aid-and-expertise/>. Acesso em: 20 set. 2023.

ALJAMAL, Yousef M. Adding Fuel to Fire: The Politics of Power Outages in Gaza. **Politics Today**, [s.l.], 20 Aug. 2021. Disponível em: <https://politicstoday.org/gaza-power-electricity-outages-palestine-israel-conflict/>. Acesso em: 20 set. 2023.

ALKAHLUT, Duha. Fotos com a guerra. Tradução de Beatriz Negreiros Gemignani. In: TAYSIR, Muhammad (Org.). **Gaza: terra da poesia**. Rio de Janeiro: Tabla, 2022.

ALLEN, Lori. **A History of False Hope: Investigative Commissions in Palestine**. Stanford: Stanford University Press, 2021.

ALLEN, Lori. Getting by the occupation: How violence became normal during the Second Palestinian Intifada. **Cultural Anthropology**, v. 23, n. 3, p. 453-487, 2008.

ALLEN, Lori. The scales of occupation: 'Operation Cast Lead' and the targeting of the Gaza Strip. **Critique of Anthropology**, v. 32, n. 3, p. 261-284, 2012.

ALMASRI, Abier. In Gaza, We Get Four Hours of Electricity a Day — If We're Lucky. **Human Rights Watch**, [s.l.], 20 Aug. 2017. Disponível em: <https://www.hrw.org/news/2017/08/20/gaza-we-get-four-hours-electricity-day-if-were-lucky>. Acesso em: 20 set. 2023.

ALMEGHARI, Rami. Gaza's fishing industry under siege. **The Electronic Intifada**, Gaza Strip, 05 Mar. 2007. Disponível em: <https://electronicintifada.net/content/gazas-fishing-industry-under-siege/6788>. Acesso em: 20 set. 2023.

ALMOG, Doron. Lessons of the Gaza security fence for the West Bank. **Jerusalem Issue Brief**, v. 4, n. 12, 2004. Disponível em: <https://www.jcpa.org/brief/brief004-12.htm>. Acesso em: 20 set. 2023.

ALNAJJAR, Rafat. **Entrevista com Rafat Alnajjar – palestino, ex-residente de Jabalia, Faixa de Gaza** [01 jun. 2023]. Entrevistadora: Isabela Agostinelli dos Santos. Online, 2023. Áudio digital (ca. 50min49s).

ALPHIN, C.; DEBRIX, F. Introduction. In: ALHPIN, C.; DEBRIX, F. (Eds.). **Necrogeopolitics: On Death and Death-making in International Relations**. Abingdon: Routledge, 2020.

ALTHALATHINI, Doaa. Women entrepreneurs in Gaza strip: obstacles and opportunities. **International Journal of Economics, Commerce & Management**, v. 3, n. 4, p. 1-16, 2015.

ALTHALATHINI, Doaa; AL-DAJANI, Haya; APOSTOLOPOULOS, Nikolaos. Navigating Gaza's conflict through women's entrepreneurship. **International Journal of Gender and Entrepreneurship**, v. 12, n. 4, p. 297-326, 2020.

ALUDAINI, Wafa. Gaza's fishermen struggling for a catch to feed their families. **Middle East Monitor**, [s.l.], 30 Apr. 2022. Disponível em: <https://www.middleeastmonitor.com/20220430-gazas-fishermen-struggling-for-a-catch-to-feed-their-families/>. Acesso em: 20 set. 2023.

AMAYREH, Khalid. Palestinians get ready for pullout. **Al Jazeera**, [s.l.], 02 Aug. 2005. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/news/2005/8/2/palestinians-get-ready-for-pullout>. Acesso em: 07 abr. 2022.

AMER, Ruwaida. Farming in Gaza is a man's job. These green girls are changing that. **Fast Company Middle East**, Gaza, 22 July 2022. Disponível em: <https://www.fastcompany.com/impact/farming-in-gaza-is-a-mans-job-these-green-girls-are-changing-that/>. Acesso em: 20 set. 2023.

AMNESTY INTERNATIONAL. **Israel's apartheid against Palestinians: a cruel system of domination and a crime against humanity**. London: Amnesty International, 2022. Disponível em: <https://www.amnesty.org/en/documents/mde15/5141/2022/en/>. Acesso em: 20 set. 2023.

AMNESTY INTERNATIONAL. **Troubled Waters: Palestinians Denied Fair Access to Water**. London: Amnesty International, 2009.

AMORUSO, F.; PAPPÉ, I.; RICHTER-DEVROE, S. Introduction: Knowledge, power, and the “settler colonial turn” in Palestine studies. **Interventions**, v. 21, n. 4, p. 451-463, 2019.

ANERA. Gaza Women Find Opportunity in Food Co-Op. **Anera**, [s.l.], 26 Sep. 2017. Disponível em: <https://www.anera.org/stories/gaza-women-co-op/>. Acesso em: 20 set. 2023.

ANIEVAS, A.; MANCHANDA, N.; SHILLIAM, R. **Race and racism in international relations**: Confronting the global colour line. Routledge, 2014.

ANTREASYAN, Anaïs. Gas finds in the eastern Mediterranean: Gaza, Israel, and other conflicts. **Journal of Palestine Studies**, v. 42, n. 3, p. 29-47, 2013.

ARDA, Lama; BANERJEE, Subhabrata Bobby. Governance in areas of limited statehood: The NGOization of Palestine. **Business & Society**, v. 60, n. 7, p. 1675-1707, 2021.

ARONSON, Geoffrey. Issues arising from the implementation of Israel's disengagement from the Gaza Strip. **Journal of Palestine Studies**, v. 34, n. 4, p. 49-63, 2005.

ARRAF, Suha. To fight unemployment, these Gaza women are returning to the land. **+972 Magazine**, [s.l.], 5 Aug. 2021. Disponível em: <https://www.972mag.com/gaza-women-agriculture-unemployment/>. Acesso em: 20 set. 2023.

ASAD, Mohammed. Fish farming to meet Gaza's consumption needs. **Middle East Monitor**, [s.l.], 01 Dec. 2021. Disponível em: <https://www.middleeastmonitor.com/20211201-fish-farming-to-meet-gazas-consumption-needs/>. Acesso em: 20 set. 2023.

[ASHKAR, Antigona. Perpetual Limbo: Israel's Freeze on Unification of Palestinian Families in the Occupied Territories. B'Tselem; HaMoked, 2006. Disponível em: https://www.btselem.org/sites/default/files/sites/default/files2/publication/200607\\_perpetual\\_1\\_imbo\\_eng.pdf.](https://www.btselem.org/sites/default/files/sites/default/files2/publication/200607_perpetual_1_imbo_eng.pdf) Acesso em: 20 set. 2023.

ASSI, Seraj. “Just Ask Israel”. **Jacobin**, [s.l.], 01 Oct. 2019. Disponível em: <https://jacobin.com/2019/01/trump-israel-separation-wall-apartheid>. Acesso em: 20 set. 2023.

AUFIERO, Paul. Interview: For Palestinians in Gaza, Freedom is Priceless. **Human Rights Watch**, [s.l.], 14 Jun. 2022. Disponível em: <https://www.hrw.org/news/2022/06/14/interview-palestinians-gaza-freedom-priceless>. Acesso em: 20 set. 2023.

BAALOUSHA, Husam. Water scarcity and environmental problems in the Gaza Strip, Palestine: origin, impacts and prospects for solutions. In: BRIGGS, Andrew C. (Ed.). **Water Shortages: Environmental, Economic and Social Impacts**. Nova Science Publishers, 2009.

BACONI, Tareq. Gaza and the One-State Reality. **Journal of Palestine Studies**, p. 1-14, 2020.

BACONI, Tareq. **Hamas Contained: The Rise and Pacification of Palestinian Resistance**. Stanford, CA: Stanford University Press, 2018.

BACONI, Tareq. How Israel Uses Gas to Enforce Palestinian Dependency and Promote Normalization. **Al-Shabaka Policy Brief**, [s.l.], 12 Mar. 2017. Disponível em: [https://al-](https://al-shabaka.org/policy-briefs/how-israel-uses-gas-to-enforce-palestinian-dependency-and-promote-normalization/)

shabaka.org/briefs/israel-uses-gas-enforce-palestinian-dependency-promote-normalization/. Acesso em: 20 set. 2023.

BALOUSHA, Hazem. Israel urged to lift blockade on struggling Gaza fishing industry. **Arab News**, Gaza City, 26 July 2022. Disponível em: [https://www.arabnews.jp/en/middle-east/article\\_76918/](https://www.arabnews.jp/en/middle-east/article_76918/). Acesso em: 20 set. 2023.

BALOUSHA, Hazem; HOLMES, Oliver. Human waste spills on to Gaza's blacked-out streets as crisis looms. **The Guardian**, Gaza, Jerusalem, 16 May 2021. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2021/may/16/human-waste-spills-on-to-gazas-blacked-out-streets-as-crisis-looms>. Acesso em: 20 set. 2023.

BALOUSHA, Hazem; RUBIN, Shira. Gaza gas deal could make improbable partners out of Israel and Hamas. **The Washington Post**, Gaza City, 25 Nov. 2022. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/world/2022/11/25/gaza-gas-israel-partnership-hamas-egypt/>. Acesso em: 20 set. 2023.

BARAKAT, Rana. Writing/righting Palestine studies: Settler colonialism, indigenous sovereignty and resisting the ghost (s) of history. **Settler Colonial Studies**, v. 8, n. 3, p. 349-363, 2018.

BARAKAT, Sultan; MILTON, Sansom; ELKAHLOUT, Ghassan. The Gaza reconstruction mechanism: Old wine in new bottlenecks. **Journal of Intervention and Statebuilding**, v. 12, n. 2, p. 208-227, 2018.

BARHOUM, Laila. **Still Treading Water**: Reviewing six years of the Gaza Reconstruction Mechanism and the dire water situation in the Gaza Strip. Oxford: Oxfam, 2021. Disponível em: <https://oxfamilibrary.openrepository.com/handle/10546/621165>. Acesso em: 20 set. 2023.

BAROUD, Huda. Why Gaza merchants are forgiving debt. **Al-Monitor**, Gaza Strip, 25 Jan. 2018. Disponível em: <https://www.al-monitor.com/originals/2018/01/gaza-campaign-help-poor-slash-debts-food-aid.html>. Acesso em: 20 set. 2023.

BAROUD, Ramzy. 'Dying to fish': How Israeli piracy destroyed Gaza's once thriving fishing industry. **Middle East Monitor**, [s.l.], 28 Aug. 2020. Disponível em: <https://www.middleeastmonitor.com/20200828-dying-to-fish-how-israeli-piracy-destroyed-gazas-once-thriving-fishing-industry/>. Acesso em: 20 set. 2023.

BAROUD, Ramzy. Gaza's next crisis might be worse than anything we have ever seen. **Middle East Monitor**, [s.l.], 29 Mar. 2022a. Disponível em: <https://www.middleeastmonitor.com/20220329-gazas-next-crisis-might-be-worse-than-anything-we-have-ever-seen/>. Acesso em: 20 set. 2023.

BAROUD, Ramzy. Palestine needs immediate attention to stave off a major food crisis. **Middle East Monitor**, [s.l.], 19 Apr. 2022b. Disponível em: <https://www.middleeastmonitor.com/20220419-palestine-needs-immediate-attention-to-stave-off-a-major-food-crisis/>. Acesso em: 20 set. 2023.

BARON, I. Z. *et al.* Liberal pacification and the phenomenology of violence. **International Studies Quarterly**, v. 63, n. 1, p. 199-212, 2019.

BASHI, Sari. Controlling Perimeters, Controlling Lives: Israel and Gaza. **Law & Ethics of Human Rights**, 7, n. 2, p. 243-282, 2013.

BASHI, Sari. Turn Gaza's Lights Back On. **Middle East Eye**, [s.l.], 23 Jun. 2017. Disponível em: <https://www.middleeasteye.net/opinion/turn-gazas-lights-back>. Acesso em: 20 set. 2023.

BASHI, Sari; DIAMOND, Eitan. **Separating Land, Separating People**: Legal Analysis of Access Restrictions between Gaza and the West Bank. Tel Aviv: Gisha, 2015. Disponível em: <https://gisha.org/en/separating-land-separating-people/>. Acesso em: 20 set. 2023.

BASTER, James. Economic problems in the Gaza Strip. **Middle East Journal**, v. 9, n. 3, p. 323-327, 1955.

BAUER, Yehuda. From cooperation to resistance: the Haganah 1938–1946. **Middle Eastern Studies**, v. 2, n. 3, p. 182-210, 1966.

BAUMGARTEN-SHARON, Naama. **So Near and Yet So Far**: Implications of Israeli-Imposed Seclusion of Gaza Strip on Palestinians' Right to Family Life. Jerusalem: B'Tselem; HaMoked, 2014. Disponível em: [https://www.btselem.org/publications/summaries/201401\\_so\\_near\\_and\\_yet\\_so\\_far](https://www.btselem.org/publications/summaries/201401_so_near_and_yet_so_far). Acesso em: 20 set. 2023.

BBC. Mavi Marmara: Why did Israel stop the Gaza flotilla?. **BBC News**, [s.l.], 27 June 2016. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/10203726>. Acesso em: 20 set. 2023.

BBC. UN brokers agreement to rebuild in Gaza Strip. **BBC**, [s.l.], 17 Sep. 2014. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-middle-east-29232825>. Acesso em: 20 set. 2023.

BBC. US ends aid to Palestinian refugee agency UNRWA. **BBC News**, [s.l.], 01 Sep. 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-us-canada-45377336>. Acesso em: 20 set. 2023.

BEAUMONT, Peter. The fish farmers hoping to end Gaza's reliance on Israeli imports. **The Guardian**, Gaza, 07 Sep. 2016. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2016/sep/07/gaza-fish-farms-are-a-chance-to-end-reliance-on-israeli-imports>. Acesso em: 20 set. 2023.

BEAUMONT, Peter. 'The worst it's been': children continue to swim as raw sewage floods Gaza beach. **The Guardian**, Gaza, 31 Jul. 2017. Disponível em: <https://www.theguardian.com/cities/2017/jul/31/children-swim-sewage-floods-gaza-beach>. Acesso em: 20 set. 2023.

BERG, Kjersti G.; JENSEHAUGEN, Jørgen; TILTNES, Åge A. **UNRWA, funding crisis and the way forward**. Bergen: Chr. Mchelsen Institute, 2022. Disponível em: <https://www.cmi.no/publications/file/8574-unrwa-funding-crisis-and-the-way-forward.pdf>. Acesso em: 20 set. 2023.

BERGER, Miriam. A Kitchen Divided. **Roads and Kingdoms**, [s.l.], 28 Sept. 2018a. Disponível em: <https://roadsandkingdoms.com/2018/a-kitchen-divided/>. Acesso em: 20 set. 2023.

BERGER, Miriam. Israeli spraying of herbicide near Gaza harming Palestinian crops. **The Guardian**, [s.l.], 19 Jul. 2019. Disponível em: [https://www.theguardian.com/world/2019/jul/19/israeli-spraying-of-herbicide-near-gaza-harming-palestinian-crops?CMP=gu\\_com](https://www.theguardian.com/world/2019/jul/19/israeli-spraying-of-herbicide-near-gaza-harming-palestinian-crops?CMP=gu_com). Acesso em: 20 set. 2023.

BERGER, Miriam. To Understand Gaza, Start with What People Are Eating—and Why. **Vice**, [s.l.], 24 Oct. 2018b. Disponível em: <https://www.vice.com/en/article/evw3v4/to-understand-gaza-start-with-what-people-are-eatingand-why>. Acesso em: 20 set. 2023.

BHUNGALIA, Lisa. A liminal territory: Gaza, executive discretion, and sanctions turned humanitarian. **GeoJournal**, v. 75, n. 4, p. 347-357, 2010.

BHUNGALIA, Lisa. Im/mobilities in a 'hostile territory': Managing the red line. **Geopolitics**, v. 17, n. 2, p. 256-275, 2012.

BHUNGALIA, Lisa. Managing violence: Aid, counterinsurgency, and the humanitarian present in Palestine. **Environment and Planning**, v. 47, n. 11, p. 2308-2323, 2015.

BIGER, Gideon. "Gaza Strip" – a Unique political area. **Journal of Geography, Politics and Society**, v. 3, n. 2, p. 5-11, 2013.

BLAU, Uri; FELDMAN, Yotam. Gaza Bonanza. **Haaretz**, [s.l.], 11 June 2009. Disponível em: <https://www.haaretz.com/2009-06-11/ty-article/gaza-bonanza/0000017f-f886-d460-afff-fbe6cf930000>. Acesso em: 20 set. 2023.

BLUM, Ruthie. ONE on ONE: It's the Demography, Stupid. An interview with geographer/demographer Arnon Soffer. **The Jerusalem Post**, [s.l.], 20 May. 2004. Disponível em: [https://www.larevuedesressources.org/IMG/pdf/One\\_on\\_One.pdf](https://www.larevuedesressources.org/IMG/pdf/One_on_One.pdf). Acesso em: 07 abr. 2022.

BOCCO, Riccardo. UNRWA and the Palestinian refugees: a history within history. **Refugee Survey Quarterly**, v. 28, n. 2-3, p. 229-252, 2010.

BOERSMA, Tim; SACHS, Natan. Gaza Marine: Natural Gas Extraction in Tumultuous Times?. **Brookings Institution**, n. 36, 2015.

BRENNER, Bjorn. **Gaza Under Hamas: From Islamic Democracy to Islamist Governance**. London: I.B. Tauris & Co., 2017.

BRYANT, Chirsta Case. In Jerusalem, a taste of forbidden fruit from Gaza. **The Christian Science Monitor**, Jerusalem, 22 Feb. 2015. Disponível em: <https://www.csmonitor.com/World/Middle-East/Olive-Press/2015/0222/In-Jerusalem-a-taste-of-forbidden-fruit-from-Gaza>. Acesso em: 20 set. 2023.

[BTS. Military Rule: Testimonies of Soldiers from the Civil Administration, Gaza DCL and COGAT 2011-2021. Tel Aviv: Breaking the Silence, 2022. Disponível em:](#)

[https://www.breakingthesilence.org.il/inside/wp-content/uploads/2022/07/Military\\_rule\\_testimony\\_booklet.pdf](https://www.breakingthesilence.org.il/inside/wp-content/uploads/2022/07/Military_rule_testimony_booklet.pdf). Acesso em: 20 set. 2023.

B'TSELEM. Abd a-Rahman Abu Rajelah, a farmer from the Gaza Strip, describes the effect of the military's shooting near the perimeter fence on his family's livelihood. **B'Tselem**, [s.l.], 29 Oct. 2013a. Disponível em: [https://www.btselem.org/testimonies/testimonies/20130627\\_gaza\\_fence\\_abu\\_rajelah](https://www.btselem.org/testimonies/testimonies/20130627_gaza_fence_abu_rajelah). Acesso em: 20 set. 2023.

B'TSELEM. Forced unemployment: Palestinian residents of Gaza who worked in Israel until 2000 describe how their lives came crashing down because of the unemployment forced upon them. **B'Tselem**, [s.l.], 06 Jun. 2019a. Disponível em: [https://www.btselem.org/gaza\\_strip/20190606\\_forced\\_unemployment](https://www.btselem.org/gaza_strip/20190606_forced_unemployment). Acesso em: 20 set. 2023.

B'TSELEM. **Israel's Policy of House Demolitions and Destruction of Agricultural Land in the Gaza Strip**. Jerusalem: B'Tselem, February 2002. Disponível em: [https://www.btselem.org/sites/default/files/sites/default/files2/publication/200202\\_policy\\_of\\_destruction\\_eng.pdf](https://www.btselem.org/sites/default/files/sites/default/files2/publication/200202_policy_of_destruction_eng.pdf). Acesso em: 20 set. 2023.

B'TSELEM. Plunged into despair: How Israel's policy affects Gazan families that depend on fishing for a living. **B'Tselem**, [s.l.], 09 Sep. 2020a. Disponível em: [https://www.btselem.org/gaza\\_strip/20200909\\_fishermen\\_families\\_gaza\\_strip](https://www.btselem.org/gaza_strip/20200909_fishermen_families_gaza_strip). Acesso em: 20 set. 2023.

B'TSELEM. Residents without Status. **B'Tselem**, [s.l.], 21 Jul. 2013b. Disponível em: [https://www.btselem.org/gaza\\_strip/stateless](https://www.btselem.org/gaza_strip/stateless). Acesso em: 20 set. 2023.

B'TSELEM. Summer 2020: Gaza's electricity crisis deepens again, with 4 hours of daily supply. **B'Tselem**, [s.l.], 29 Oct. 2020b. Disponível em: [https://www.btselem.org/gaza\\_strip/20201029\\_gaza\\_electricity\\_crisis\\_deepens\\_summer\\_2020](https://www.btselem.org/gaza_strip/20201029_gaza_electricity_crisis_deepens_summer_2020). Acesso em: 20 set. 2023.

B'TSELEM. The Gaza Strip. **B'Tselem**, 21 June 2022. Disponível em: [https://www.btselem.org/gaza\\_strip](https://www.btselem.org/gaza_strip). Acesso em: 20 set. 2023.

B'TSELEM. Water Crisis. **B'Tselem**, [s.l.], 11 Nov. 2017. Disponível em: <https://www.btselem.org/water>. Acesso em: 20 set. 2023.

B'TSELEM. Water in Gaza: Scarce, polluted and mostly unfit for use. **B'Tselem**, [s.l.], 17 Aug. 2020c. Disponível em: [https://www.btselem.org/gaza\\_strip/20200818\\_gaza\\_water\\_scarce\\_polluted\\_mostly\\_unfit\\_for\\_use](https://www.btselem.org/gaza_strip/20200818_gaza_water_scarce_polluted_mostly_unfit_for_use). Acesso em: 20 set. 2023.

B'TSELEM. 2018: Plight of Gaza fishermen after Israel's gradual destruction of their sector. **B'Tselem**, [s.l.], 11 Feb. 2019b. Disponível em: [https://www.btselem.org/gaza\\_strip/20190211\\_gaza\\_fishermen\\_plight\\_due\\_to\\_israeli\\_restrictions](https://www.btselem.org/gaza_strip/20190211_gaza_fishermen_plight_due_to_israeli_restrictions). Acesso em: 20 set. 2023.



BUSSE, Jan. The biopolitics of statistics and census in Palestine. **International Political Sociology**, v. 9, n. 1, p. 70-89, 2015.

BUSSE, Jan. Everyday life in the face of conflict: Sumud as a spatial quotidian practice in Palestine. **Journal of International Relations and Development**, v. 25, n. 3, p. 583-607, 2022.

BUTLER, Judith. **Caminhos divergentes: judaicidade e crítica do sionismo**. São Paulo: Boitempo, 2017.

BUTLER, Judith. **Precarious Life: the powers of mourning and violence**. London/New York: Verso, 2004.

BUTLER, Judith. **Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

BUTT, K. M.; BUTT, A. A. Blockade on Gaza Strip: A Living Hell on Earth. **Journal of Political Studies**, v. 23, n. 1, 2016.

CHACAR, Henriette. 'Gaza is a one-way ticket': How Israel's relocation policy is separating Palestinian communities. **+972 Magazine**, [s.l.], 30 Jun. 2020. Disponível em: <https://www.972mag.com/gaza-movement-separation-policy/>. Acesso em: 20 set. 2023.

CHEAL, Beryl. Refugees in the Gaza Strip, December 1948-May 1950. **Journal of Palestine Studies**, v. 18, n. 1, p. 138-157, 1988.

CHOMSKY, N.; PAPPÉ, I. **Gaza in crisis: reflections on Israel's war against the Palestinians**. Chicago: Haymarket Books, 2010.

CLEMESHA, Arlene. **Marxismo e Judaísmo: História de uma relação difícil**. Boitempo Editorial, 1998.

CLEMESHA, Arlene. Palestina, 1948-2008: 60 anos de desenraizamento e desapropriação. **Tiraz**, v. 5, p. 167-187, 2008.

COLLARD, Rebecca. A hungry Gaza finds sustenance in urban farms. **Global Communities**, Gaza City, 15 May 2013. Disponível em: <https://reliefweb.int/report/occupied-palestinian-territory/hungry-gaza-finds-sustenance-urban-farms>. Acesso em: 20 set. 2023.

COGAT. Apply for a humanitarian entry permit to Israel from the Gaza strip for medical reasons. **COGAT**, [s.l.], 27 Oct. 2020a. Disponível em: <https://www.gov.il/en/service/apply-medical-humanitarian-entry-permit-gaza-strip>. Acesso em: 20 set. 2023.

COGAT. **Approval and coordination of transport of goods into the Gaza Strip**. 02 Aug. 2018. Disponível em: <https://gisha.org/UserFiles/File/LegalDocuments/procedures/general/2.08.18-ENG.pdf>. Acesso em: 20 set. 2023.

COGAT. **Defense Export Control Order (Controlled Dual Use Equipment transferred to Palestinian Civil Jurisdiction Areas)**. Complete and updated version. 28 Sep. 2008a.

Disponível em:

<https://gisha.org/UserFiles/File/LegalDocuments/procedures/merchandise/Dual-use-Eng.pdf>.  
Acesso em: 20 set. 2023.

**COGAT. Food Consumption in the Gaza Strip – Red Lines.** 01 Jan. 2008b. Unofficial translation by Gisha. Disponível em:

<http://www.gisha.org/UserFiles/File/publications/redlines/red-lines-presentation-eng.pdf>.  
Acesso em: 20 set. 2023.

**COGAT. Frequently Asked Questions – Gaza. COGAT, [s.l.]**, 06 May. 2020b. Disponível em:  
[https://www.gov.il/en/departments/faq/faq\\_gaza](https://www.gov.il/en/departments/faq/faq_gaza). Acesso em: 20 set. 2023.

**COGAT. Leap in Gazan exports of agricultural produce.** 01 Mar. 2022a. Disponível em:  
[https://www.gov.il/en/departments/news/gaza\\_growth](https://www.gov.il/en/departments/news/gaza_growth). Acesso em: 20 set. 2023.

**COGAT. Permission to transfer goods into the Gaza Strip.** July 2009a. Unofficial translation by Gisha. Disponível em:

[http://www.gisha.org/UserFiles/File/HiddenMessages/FOIA\\_translation.pdf](http://www.gisha.org/UserFiles/File/HiddenMessages/FOIA_translation.pdf). Acesso em: 20 set. 2023.

**COGAT. Population Registry. COGAT, [s.l.]**, 02 mar. 2020c. Disponível em:

[https://www.gov.il/en/Departments/units/population\\_registrar\\_unit](https://www.gov.il/en/Departments/units/population_registrar_unit). Acesso em: 20 set. 2023.

**COGAT. Procedure for handling Applications by Gaza Strip Residents for settlement in the Judea and Samaria Area.** Unofficial translation by Gisha. Jul. 2013a. Disponível em:

<http://www.gisha.org/UserFiles/File/LegalDocuments/procedures/settlement/33en.pdf>.  
Acesso em: 20 set. 2023.

**COGAT. Procedure for the imposition of fines on unlawful transfers of dual-use good to the Gaza Strip.** Sep. 2016. Disponível em:

[http://www.gisha.org/UserFiles/File/LegalDocuments/procedures/merchandise/190\\_EN.pdf](http://www.gisha.org/UserFiles/File/LegalDocuments/procedures/merchandise/190_EN.pdf).  
Acesso em: 20 set. 2023.

**COGAT. Procedure for monitoring and assessing inventories in the Gaza Strip.** Apr. 2009b. Unofficial translation by Gisha. Disponível em:

<https://www.gisha.org/UserFiles/File/HiddenMessages/DefenseMinistryDocumentsRevealedFOIAPetition.pdf>. Acesso em: 20 set. 2023.

**COGAT. Procedure For Settlement In The Gaza Strip By Residents Of Judea And Samaria Area.** Unofficial translation by Gisha. 2018b. Disponível em:

<http://www.gisha.org/UserFiles/File/LegalDocuments/procedures/settlement/32en.pdf>.  
Acesso em: 20 set. 2023.

**COGAT. Re: Gisha’s Freedom of Information inquiry about directives concerning the marketing of non-agricultural goods between the Gaza Strip and the Judea and Samaria Area – reference.** 24 Mar. 2015. Disponível em:

<http://gisha.org/UserFiles/File/LegalDocuments/procedures/merchandise/106en.pdf>. Acesso em: 20 set. 2023.

COGAT. **Re: Policy on Movement of People between the State of Israel and the Gaza Strip.** Unofficial translation by Gisha. 05 May 2011. Disponível em: [http://www.gisha.org/UserFiles/File/HiddenMessages/Criteria\\_for\\_travel\\_from\\_Erez.pdf](http://www.gisha.org/UserFiles/File/HiddenMessages/Criteria_for_travel_from_Erez.pdf). Acesso em: 20 set. 2023.

COGAT. **RE: Your requests regarding policies on permitting the entry of goods to the Gaza Strip.** 13 Jan. 2010. Unofficial translation by Gisha. Disponível em: [http://gisha.org/UserFiles/File/COGAT\\_response\\_130110English.pdf](http://gisha.org/UserFiles/File/COGAT_response_130110English.pdf). Acesso em: 20 set. 2023.

COGAT. **Regulation: Entry of foreigners into the Gaza Strip via the Erez Crossing.** Sep. 2013b. Disponível em: [http://www.gisha.org/UserFiles/File/LegalDocuments/procedures/foreign\\_nationals/54en.pdf](http://www.gisha.org/UserFiles/File/LegalDocuments/procedures/foreign_nationals/54en.pdf). Acesso em: 20 set. 2023.

COGAT. **Status of Authorizations for entry of Palestinians into Israel; for their passage from Judea and Samaria into the Gaza Strip; and for their departure abroad.** 08 Feb. 2022b. Disponível em: <http://www.gisha.org/UserFiles/File/LegalDocuments/procedures/general/50en.pdf>. Acesso em: 20 set. 2023.

COGAT. **Update concerning list of controlled items to the Gaza Strip.** 01 Nov. 2012. Disponível em: [https://embassies.gov.il/MFA/FOREIGNPOLICY/Peace/HUMANITARIAN/Pages/Update\\_controlled\\_items\\_Gaza\\_Strip\\_1-Nov-2012.aspx](https://embassies.gov.il/MFA/FOREIGNPOLICY/Peace/HUMANITARIAN/Pages/Update_controlled_items_Gaza_Strip_1-Nov-2012.aspx). Acesso em: 20 set. 2023.

COOKE, Kieran. Gaza is sick of sewage and time is running out to contain it. **Middle East Eye**, [s.l.], 07 Sep. 2016. Disponível: <https://www.middleeasteye.net/opinion/gaza-sick-sewage-and-time-running-out-contain-it>. Acesso em: 20 set. 2023.

COOKE, Kieran. 'I feel like I live in a septic tank': Gaza's environmental meltdown. **Middle East Eye**, [s.l.], 13 Aug. 2018. Disponível em: <https://www.middleeasteye.net/opinion/i-feel-i-live-septic-tank-gazas-environmental-meltdown>. Acesso em: 20 set. 2023.

COLLARD, Rebecca. A hungry Gaza finds sustenance in urban farms. **Global Communities**, Gaza City, 15 May 2013. Disponível em: <https://reliefweb.int/report/occupied-palestinian-territory/hungry-gaza-finds-sustenance-urban-farms>. Acesso em: 20 set. 2023.

DAHLAN, Ahmed Said. Housing demolition and refugee resettlement schemes in the Gaza Strip. **GeoJournal**, v. 21, n. 4, p. 385-395, 1990.

DAJANI, Muna. Drying Palestine: Israel's Systemic Water War. **Alshabaka**, [s.l.], 04 Sep. 2014. Disponível em: <https://al-shabaka.org/briefs/drying-palestine-israels-systemic-water-war/>. Acesso em: 20 set. 2023.

DAJANI, Muna. The "Apolitical" Approach to Palestine's Water Crisis. **Alshabaka**, [s.l.], 30 Jul. 2017. Disponível em: <https://al-shabaka.org/briefs/apolitical-approach-palestines-water-crisis/>. Acesso em: 20 set. 2023.

- DANA, Tariq. A Cruel Innovation: Israeli Experiments on Gaza's Great March of Return. **Sociology of Islam**, v. 8, n. 2, p. 175-198, 2020.
- DANA, Tariq. Israeli conception of 'peace' as indirect colonial rule. *In*: MACKERT, J.; WOLF, H.; TURNER, B. S. (Eds.). **The Condition of Democracy: Volume 3: Postcolonial and Settler Colonial Contexts**. Oxon: Routledge, 2021.
- DE CROUSAZ, Pascal. Le facteur démographique dans la détermination par Israël de ses frontières avec les Palestiniens. **a contrario**, b. 3, n. 2, p. 66-98, 2005.
- DOBOUST, Oceane. Tired of power cuts, blockaded Gaza turns to solar panels. **Euronews**, [s.l.], 04 Oct. 2022. Disponível em: <https://www.euronews.com/next/2022/10/04/energy-crisis-renewables-tired-of-power-cuts-blockaded-gaza-turns-to-solar-panels>. Acesso em: 20 set. 2023.
- EFRAT, Elisha. **The West Bank and Gaza Strip: A geography of occupation and disengagement**. Routledge, 2006.
- EFRON, Shira; FISCHBACH, Jordan R.; GIORDANO, Giulia. Gaza's water and sanitation crisis: the implications for public health. *In*: KURZ, Anat; DEKEL, Uri; BERTI, Benedetta (Eds.). **The Crisis of the Gaza Strip: A Way Out**. Tel Aviv: Institute for National Security Studies, 2017. Disponível em: [https://old.ecopeaceme.org/wp-content/uploads/2018/02/GazaCrisis\\_WayOut\\_Full.pdf](https://old.ecopeaceme.org/wp-content/uploads/2018/02/GazaCrisis_WayOut_Full.pdf). Acesso em: 20 set. 2023.
- EFRON, Shira *et al.* **The public health impacts of Gaza's water crisis: Analysis and policy options**. Santa Monica: Rand Corporation, 2018. Disponível em: [https://www.rand.org/pubs/research\\_reports/RR2515.html](https://www.rand.org/pubs/research_reports/RR2515.html). Acesso em: 20 set. 2023.
- EIB. **Bringing Water to Gaza**. Luxembourg: EIB, 2019. Disponível em: [https://www.eib.org/attachments/country/bringing\\_water\\_to\\_gaza\\_en.pdf](https://www.eib.org/attachments/country/bringing_water_to_gaza_en.pdf). Acesso em: 20 set. 2023.
- EL BILBEISI, Abdel Hamid *et al.* Households' Food Insecurity and Its Association with Demographic and Socioeconomic Factors in Gaza Strip, Palestine: A Cross-Sectional Study. **Ethiopian Journal of Health Sciences**, v. 32, n. 2, p. 369-380, 2022.
- ELKAHLOUT, Ghassan. Reviewing the Interactions between Conflict and Demographic Trends in the Occupied Palestinian Territories: The Case of the Gaza Strip. **Journal of Sustainable Development**, v. 11, n. 3, 2018.
- ELNABY, Haneen A. Gaza: the world of the unknown. **We Are Not Numbers**, [s.l.], 22 mai. 2020. Disponível em: [https://wearenotnumbers.org/home/Story/Gaza\\_world\\_of\\_the\\_unknown\\_](https://wearenotnumbers.org/home/Story/Gaza_world_of_the_unknown_). Acesso em: 22 mar. 2022.
- ELTARABESH, Hamza Abu. Life is lived on the edge along Gaza's boundary. **Electronic Intifada**, al-Faraheen – Gaza Strip, 17 Nov. 2016. Disponível em: <https://electronicintifada.net/content/life-lived-edge-along-gazas-boundary/18516>. Acesso em: 20 set. 2023.

EL-HADDAD, Laila; SCHMITT, Maggie. Cooking and eating under siege. **Al Jazeera America**, [s.l.], 27 July 2014. Disponível em: <http://america.aljazeera.com/opinions/2014/7/gaza-food-war-women.html>. Acesso em: 20 set. 2023.

EL-HADDAD, Laila; SCHMITT, Maggie. **The Gaza Kitchen: a Palestinian culinary journey**. Just World Books, 2016.

EL-SHEIKH, Rebhy; BATEH, Fuad. **Saving Gaza Begins with Its Water**. The Century Foundation, 2020. Disponível em: <https://tcf.org/content/report/saving-gaza-begins-water/?session=1>. Acesso em: 20 set. 2023.

ENLOE, Cynthia. **Bananas, Beaches and Bases: Making Feminist Sense of International Politics**. Berkeley: University of California Press, 2000.

ENLOE, Cynthia. The mundane matters. **International Political Sociology**, v. 5, n. 4, p. 447-450, 2011.

ERAKAT, Noura. **Justice for some: Law and the question of Palestine**. Stanford University Press, 2019a.

ERAKAT, Noura. The Sovereign Right to Kill: A Critical Appraisal of Israel's Shoot-to-Kill Policy in Gaza. **International Criminal Law Review**, v. 19, n. 5, p. 783-818, 2019b.

ERAKAT, N.; BARGHOUTI, M. Sheikh Jarrah highlights the violent brazenness of Israel's colonialist project. **The Washington Post**, [s.l.], 10 May 2021. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/opinions/2021/05/10/israel-sheikh-jarrah-palestinians-jerusalem-violence-evictions-settlers/>. Acesso em: 30 jan. 2022.

ERAKAT, N.; RADI, T. Gaza in Context: War and Settler Colonialism. **JADMAG**, 2016.

ESTRIN, Daniel. A biblical rest from farming in Israel could help Gaza's growers. They are waiting. **NPR**, Rafah, 26 Dec. 2021. Disponível em: <https://www.npr.org/2021/12/26/1066377153/israel-gaza-farm-bible-rest>. Acesso em: 20 set. 2023.

ESTRIN, Daniel. 'I Want To Get The Hell Out Of Here': Thousands Of Palestinians Are Leaving Gaza. **NPR**, [s.l.], 04 Jul. 2019. Disponível em: <https://www.npr.org/2019/07/04/733487137/i-want-to-get-the-hell-out-of-here-thousands-of-palestinians-are-leaving-gaza>. Acesso em: 20 set. 2023.

ETKES, Haggay; ADNAN, Wifag. Gazan Workers in Israel: Implications for Employment Regulations. **The Institute for National Security Studies**, n. 1626, Aug. 2022. Disponível em: <https://www.inss.org.il/wp-content/uploads/2022/08/no.-1626.pdf>. Acesso em: 20 set. 2023.

EURO-MED. Euro-Med Monitor at HRC: Gazans are slowly poisoned as 97% of Gaza's water is undrinkable. **Euro-Med Monitor**, Israel-Palestinian Territory, 04 Oct. 2021. Disponível em: <https://www.euromedmonitor.org/en/article/4644/Euro-Med-Monitor-at-HRC:-Gazans-are-slowly-poisoned-as-97%25-of-Gaza%E2%80%99s-water-is-undrinkable>. Acesso em: 20 set. 2023.

EURO-MED MONITOR. Many Gazans cut off from the world as Israel targets communications and internet networks. **EuroMed Monitor**, Geneva, 18 May 2021. Disponível em: <https://euromedmonitor.org/en/article/4398/Many-Gazans-cut-off-from-the-world-as-Israel-targets-communications-and-internet-networks>. Acesso em: 20 set. 2023.

EVANS, Matt. Framing policy paradigms: population dispersal and the Gaza withdrawal. **Israel Affairs**, v. 22, n. 2, p. 379-400, 2016.

FABIAN, Emanuel. Israel to allow 1,500 more Palestinian workers to enter from Gaza on Sunday. **The Times of Israel**, [s.l.], 19 aug. 2022. Disponível em: <https://www.timesofisrael.com/israel-to-allow-1500-more-palestinian-workers-to-enter-from-gaza/>. Acesso em: 20 set. 2023.

FALAH, Ghazi-Walid. The geopolitics of ‘Enclavisation’ and the demise of a two-state solution to the Israeli–Palestinian conflict. **Third World Quarterly**, v. 26, n. 8, p. 1341-1372, 2005.

FANON, Fanon. **Os condenados da terra**. Juiz de Fora: UFJF, 2005.

FANON, Fanon. **Pele Negra, Máscaras Brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

FAO. **Hunger and food insecurity**. FAO, 2022©. Disponível em: <https://www.fao.org/hunger/en/>. Acesso em: 20 set. 2023.

FAO; FSC; WFP. **Report of the Rapid Qualitative Emergency Food Security Assessment (EFSA)**. Gaza Strip, Oct. 2014. Disponível em: <https://reliefweb.int/report/occupied-palestinian-territory/report-rapid-qualitative-emergency-food-security-assessment>. Acesso em: 20 set. 2023.

FARSAKH, Leila. Undermining Democracy in Palestine: The politics of international aid since Oslo. **Journal of Palestine Studies**, v. 45, n. 4, p. 48-63, 2016.

FAYYAD, Huthifa. Israel's medical permit denial for Gaza's children doubles in past year, warns report. **Middle East Eye**, [s.l.], 27 Jul. 2022. Disponível em: <https://www.middleeasteye.net/news/israel-gaza-medical-permit-denial-children-doubles-past-year>. Acesso em: 20 set. 2023.

FELDMAN, Ilana. Ad hoc humanity: UN peacekeeping and the limits of international community in Gaza. **American Anthropologist**, v. 112, n. 3, p. 416-429, 2010.

FELDMAN, Ilana. Difficult distinctions: Refugee law, humanitarian practice, and political identification in Gaza. **Cultural Anthropology**, v. 22, n. 1, p. 129-169, 2007a.

FELDMAN, Ilana. Everyday Government in Extraordinary Times: Persistence and Authority in Gaza's Civil Service, 1917–1967. **Comparative Studies in Society and History**, v. 47, n. 4, p. 863-891, 2005a.

FELDMAN, Ilana. **Governing Gaza: Bureaucracy, authority, and the work of rule, 1917–1967**. Duke University Press, 2007b.

FELDMAN, Ilana. Government without Expertise? Competence, Capacity, and Civil-Service Practice in Gaza, 1917–67. **International Journal of Middle East Studies**, v. 37, n. 4, p. 485-507, 2005b.

FELDMAN, Ilana. Home as a refrain: remembering and living displacement in Gaza. **History & Memory**, v. 18, n. 2, p. 10-47, 2006.

FELDMAN, Ilana. OBSERVING THE EVERYDAY: Policing and the Conditions of Possibility in Gaza (1948–1967). **Interventions**, v. 9, n. 3, p. 414-433, 2007c.

FELDMAN, Ilana. Mercy Trains And Ration Rolls: Between Government And Humanitarianism In Gaza (1948–67). *In*: NAGUIB, Nefissa; OKKENHAUG, Inger Marie (Ed.s). **Interpreting welfare and relief in the Middle East**. Brill, 2008a. p. 175-194.

FELDMAN, Ilana. **Police encounters**: Security and surveillance in Gaza under Egyptian rule. Stanford: Stanford University Press, 2015.

FELDMAN, Ilana. The challenge of categories: UNRWA and the definition of a ‘Palestine refugee’. **Journal of Refugee Studies**, v. 25, n. 3, p. 387-406, 2012.

FELDMAN, Ilana. The Quaker way: Ethical labor and humanitarian relief. **American Ethnologist**, v. 34, n. 4, p. 689-705, 2007d.

FELDMAN, Ilana. Waiting for Palestine: Refracted citizenship and latent sovereignty in Gaza. **Citizenship Studies**, v. 12, n. 5, p. 447-463, 2008b.

FES. Gaza’s Water Crisis puts Region on the verge of an Ecological Catastrophe. **FES**, [s.l.], 29 Sep. 2017. Disponível em: <https://palestine.fes.de/e/gazas-water-crisis-puts-region-on-the-verge-of-an-ecological-catastrophe>. Acesso em: 20 set. 2023.

FILIU, Jean-Pierre. **Gaza: A History**. Oxford University Press, 2014a.

FILIU, Jean-Pierre. The twelve wars on Gaza. **Journal of Palestine Studies**, v. 44, n. 1, p. 52-60, 2014b.

FINKELSTEIN, Norman G. **Gaza: an inquest into its martyrdom**. Univ of California Press, 2018.

FINKELSTEIN, Norman G. **Imagem e realidade do conflito Israel-Palestina**. Editora Record, 2005.

FINKELSTEIN, Norman G. **Method and Madness: The Hidden Story of Israel's Assaults on Gaza**. OR Books, 2015.

FISCHHENDLER, Itay; HERMAN, Lior; DAVID, Lioz. Light at the end of the panel: The Gaza Strip and the interplay between geopolitical conflict and renewable energy transition. **New Political Economy**, v. 27, n. 1, p. 1-18, 2022.

FLOWER, Kevin. Egypt reopens border with Gaza. **CNN**, Jerusalem, 28 May 2011. Disponível em: <http://edition.cnn.com/2011/WORLD/meast/05/28/egypt.gaza.border.crossing/index.html?hpt=T1>. Acesso em: 20 set. 2023.

FORENSIC ARCHITECTURE. **Herbicide Warfare in Gaza**. 19 July 2019. Disponível em: <https://forensic-architecture.org/investigation/herbicide-warfare-in-gaza>. Acesso em: 20 set. 2023.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**: curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, Território e População**: Curso dado no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

G1. EUA cortam contribuição à agência da ONU para refugiados palestinos; Israel apoia. **G1**, [s.l.], 02 set. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2018/09/02/eua-cortam-contribuicao-a-agencia-da-onu-para-refugiados-palestinos-israel-apoia.ghtml>. Acesso em: 20 set. 2023.

GADZO, Mersiha. Alternative farming on the rise in besieged Gaza. **Al Jazeera**, Gaza Strip, 28 Jan. 2017a. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/features/2017/1/28/alternative-farming-on-the-rise-in-besieged-gaza>. Acesso em: 20 set. 2023.

GADZO, Mersiha. Gaza electricity crisis: 'People are dying daily'. **Al Jazeera**, Gaza, 07 Jan. 2016. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/economy/2016/1/7/gaza-electricity-crisis-people-are-dying-daily>. Acesso em: 20 set. 2023.

GADZO, Mersiha. Alternative farming on the rise in besieged Gaza. **Al Jazeera**, Gaza Strip, 28 Jan. 2017a. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/features/2017/1/28/alternative-farming-on-the-rise-in-besieged-gaza>. Acesso em: 20 set. 2023.

GADZO, Mersiha. Gaza power cuts: When fuel runs out, 'babies will die'. **Al Jazeera**, Gaza City, 01 Jun. 2017b. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/features/2017/6/1/gaza-power-cuts-when-fuel-runs-out-babies-will-die>. Acesso em: 20 set. 2023.

GAGO, Veronica. **A potência feminista**: ou o desejo de transformar tudo. São Paulo: Editora Elefante, 2020.

GAZA-JERICHO. **Agreement on the Gaza Strip and the Jericho Area**. Cairo, 4 May 1994. Disponível em: <https://www.un.org/unispal/document/auto-insert-185298/>. Acesso em: 20 set. 2023.

GSG. 2021. Site institucional. Disponível em: <https://gazaskygeeks.com/>. Acesso em: 20 set. 2023.

GISHA. A Day in the Life of a Worker from Gaza in Israel. **Gisha**, [s.l.], 01 Sep. 2022a. Disponível em: <https://gisha.org/en/a-day-in-the-life-of-a-worker-from-gaza-in-israel/>. Acesso em: 20 set. 2023.



GISHA. A Guide to the Gaza Closure: In Israel's Own Words. **Gisha**, Tel Aviv, Sep. 2011. Disponível em: [http://www.gisha.org/UserFiles/File/publications/gisha\\_closure/gisha\\_brief\\_docs\\_eng\\_sep\\_2011.pdf](http://www.gisha.org/UserFiles/File/publications/gisha_closure/gisha_brief_docs_eng_sep_2011.pdf). Acesso em: 20 set. 2023.

GISHA. **Access Kit**: A guide to procedures and protocols that regulate access to and from the Gaza Strip. Tel Aviv: Gisha, 2019a. Disponível em: <https://features.gisha.org/access-kit/>. Acesso em: 20 set. 2023.

GISHA. **Electricity Shortage in Gaza**: Who Turned Out the Lights?. Tel Aviv: Gisha, 2010a. Disponível em: <http://www.gisha.org/UserFiles/File/publications/ElectricityReportEng.pdf>. Acesso em: 20 set. 2023.

GISHA. **Area G**: From Separation to Annexation. Tel Aviv: Gisha, 2020. Disponível em: [https://gisha.org/UserFiles/File/publications/Area\\_G/From\\_Separation\\_to\\_Annexation\\_2020\\_EN.pdf](https://gisha.org/UserFiles/File/publications/Area_G/From_Separation_to_Annexation_2020_EN.pdf). Acesso em: 20 set. 2023.

GISHA. **Closing In**: Life and Death in Gaza's Access Restricted Areas. **Gisha**, August 2018a. Disponível em: <https://features.gisha.org/closing-in/>. Acesso em: 20 set. 2023.

GISHA. **Discrimination by Default**: A gender analysis of Israel's criteria for travel through Erez Crossing. Tel Aviv: Gisha, 2020a. Disponível em: [https://gisha.org/UserFiles/File/publications/Discrimination\\_by\\_Default\\_EN.pdf](https://gisha.org/UserFiles/File/publications/Discrimination_by_Default_EN.pdf). Acesso em: 20 set. 2023.

GISHA. **Distant | Relatives**: A look at the lives of three families, split between the Gaza Strip and the West Bank. Gisha, 2015. Disponível em: [https://features.gisha.org/distant\\_relatives/](https://features.gisha.org/distant_relatives/). Acesso em: 20 set. 2023.

GISHA. Following Gisha's legal battle and advocacy: COGAT has published the "list of dual-use items". **Gisha**, [s.l.], 02 Apr. 2017a. Disponível em: <https://gisha.org/en/following-gishas-legal-battle-and-advocacy-cogat-has-published-the-list-of-dual-use-items/>. Acesso em: 20 set. 2023.

GISHA. Gaza's sewage is overflowing. **Gisha**, [s.l.], 11 July 2017b. Disponível em: <https://gisha.org/en/blogs-gazas-sewage-is-overflowing/>. Acesso em: 20 set. 2023.

GISHA. Gaza unemployment rate soars to 50.2% in months following May escalation. **Gisha**, [s.l.], 13 Dec. 2021a. Disponível em: <https://gisha.org/en/gaza-unemployment-rate-soars-to-50-2-in-months-following-may-escalation/#:~:text=Gaza%20unemployment%20rate%20soars%20to%2050.2%25%20in%20months%20following%20May%20escalation,-The%20unemployment%20rate&text=Construction%20workers%20in%20Gaza.,unemployment%20rate%20stood%20at%2050.2%25>. Acesso em: 20 set. 2023.

GISHA. **Held back**: Students Trapped in Gaza. Gisha, May 2008. Disponível em: <https://gisha.org/en/held-back-students-trapped-in-gaza/>. Acesso em: 20 set. 2023.

GISHA. Human rights organizations to Israel's Defense Minister, COGAT, and Military Advocate General: Remove the draconian restrictions on access to Gaza's sea space and stop the navy's use of force against fishermen and their property. **Gisha**, [s.l.], 03 June 2021b. Disponível em: <https://gisha.org/en/human-rights-organizations-to-israels-defense-minister-cogat-and-military-advocate-general-remove-the-draconian-restrictions-on-access-to-gazas-sea-space-and-stop-the-navys-use-of-force-again/>. Acesso em: 20 set. 2023.

GISHA. Increase in Israeli navy attacks on Gaza fishermen, including children. **Gisha**, [s.l.], 07 July 2022b. Disponível em: <https://gisha.org/en/increase-in-israeli-navy-attacks-on-gaza-fishermen-including-children/>. Acesso em: 20 set. 2023.

GISHA. Information sheet: Dark-gray lists. **Gisha**, [s.l.], 31 Jan. 2016. Disponível em: [https://gisha.org/UserFiles/File/publications/Dark\\_Gray\\_Lists/Dark\\_Gray\\_Lists-en.pdf](https://gisha.org/UserFiles/File/publications/Dark_Gray_Lists/Dark_Gray_Lists-en.pdf). Acesso em: 20 set. 2023.

GISHA. Kerem Shalom Crossing. **Gisha**, Tel Aviv, 03 Mar. 2020b. Disponível em: <https://features.gisha.org/kerem-shalom-crossing/>. Acesso em: 20 set. 2023.

GISHA. **Obstacle Course**: Students Denied Exit from Gaza. Gisha, Jul. 2009. Disponível em: <https://gisha.org/en/obstacle-course-students-denied-exit-from-gaza/>. Acesso em: 20 set. 2023.

GISHA. Partial List of Items Prohibited/Permitted into the Gaza Strip June 2010. **Gisha**, [s.l.], 4 June 2010b. Disponível em: <https://reliefweb.int/report/occupied-palestinian-territory/partial-list-items-prohibitedpermitted-gaza-strip-june-2010>. Acesso em: 20 set. 2023.

GISHA. Quotes by Israeli security and political figures about the connection between reconstruction and economic development in Gaza and Israel's interests. **Gisha**, Tel Aviv, 13 Mar. 2019b. Disponível em: [https://gisha.org/UserFiles/File/publications/Gaza\\_reconstruction\\_quotes.pdf](https://gisha.org/UserFiles/File/publications/Gaza_reconstruction_quotes.pdf). Acesso em: 20 set. 2023.

GISHA. Reader: "Food Consumption in the Gaza Strip – Red Lines". Position Paper. Gisha, Oct. 2012. Disponível em: <http://www.gisha.org/UserFiles/File/publications/redlines/redlines-position-paper-eng.pdf>. Acesso em: 20 set. 2023.

GISHA. Red Lines, Gray Lists: Israel's dual-use policy and the Gaza Reconstruction Mechanism. **Gaza**, [s.l.], 11 Jan. 2022c. Disponível em: <https://features.gisha.org/red-lines-gray-lists/>. Acesso em: 20 set. 2023.

GISHA. The Gaza electricity crisis – FAQs. **Gisha**, [s.l.], 03 Jan. 2018b. Disponível em: [https://gisha.org/UserFiles/File/publications/Electricity\\_FAQ/Electricity\\_FAQ\\_EN.pdf](https://gisha.org/UserFiles/File/publications/Electricity_FAQ/Electricity_FAQ_EN.pdf). Acesso em: 20 set. 2023.

GISHA. The Permit Regime: Testimonies. **Gisha**, [s.l.], 28 Jul 2022d. Disponível em: <https://gisha.org/en/the-permit-regime-testimonies/>. Acesso em: 20 set. 2023.

GISHA. Three-month block on communication equipment harms residents. **Gisha**, [s.l.], 17 Aug. 2021c. Disponível em: <https://gisha.org/en/three-month-block-on-communication-equipment-harms-residents/>. Acesso em: 20 set. 2023.

GISHA. Trading in the Dark: A Guide to Israel's Unknowable Policy on Movement of Goods to and from the Gaza Strip. **Gisha**, [s.l.], 06 Oct. 2021d. Disponível em: <https://features.gisha.org/trading-in-the-dark/>. Acesso em: 20 set. 2023.

GISHA. Unraveling the closure of Gaza: What has and hasn't changed since the Cabinet decision and what are the implications? **Gisha**, [s.l.], 07 July 2010c. Disponível em: <https://gisha.org/UserFiles/File/publications/UnravelingTheClosureEng.pdf>. Acesso em: 20 set. 2023.

GOLD, Dore. Only Buffer Zones Can Protect Israel. **The New York Times**, Opinion, [s.l.], 27 Feb. 2002. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2002/02/27/opinion/only-buffer-zones-can-protect-israel.html>. Acesso em: 20 set. 2023.

GOLDENBERG, Suzanne. Israelis to set up buffer zone in West Bank. **The Guardian**, Jerusalem, 07 Sep. 2001. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2001/sep/07/israel>. Acesso em: 20 set. 2023.

GOMES, Júlia Tibiriçá Diegues. Ocupação e Militarização das Mídias Sociais no Contexto do Conflito Israelo-Palestino. **REI – Revista de Estudos Internacionais**, v. 13, n. 1, p. 63-81, 2022. <https://revista.uepb.edu.br/REI/article/view/1375/1029>. Acesso em: 20 set. 2023.

GORDON, Neve. **Israel's Occupation**. Berkley/Los Angeles: University of California Press, 2008.

GOSTOLI, Ylenia. Gaza headed for 'environmental catastrophe'. **Al Jazeera**, Gaza City, 19 Aug. 2016a. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/news/2016/8/19/gaza-headed-for-environmental-catastrophe>. Acesso em: 20 set. 2023.

GOSTOLI, Ylenia. Israel's blockade keeps Gaza in the dark. **Al Jazeera**, Gaza, 10 May. 2016b. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/news/2016/5/10/israels-blockade-keeps-gaza-in-the-dark>. Acesso em: 20 set. 2023.

GRAHAM, Stephen. **Cities under siege**: The new military urbanism. Verso Books, 2011.

GRAHAM, S.; BAKER, A. Laboratories of pacification and permanent war: Israeli-US collaboration in the global making of policing. *In*: **The Global Making of Policing**: Routledge, 2016.

GRAHAM, S.; MCFARLANE, C. **Infrastructural lives**: Urban infrastructure in context. London: Routledge, 2015.

GRAY, Alice. The Water Crisis in Gaza. **International View Point**, [s.l.], 09 Feb. 2007. Disponível em: <https://internationalviewpoint.org/spip.php?article1211>. Acesso em: 20 set. 2023.

GREENHOUSE, Abraham; BARROWS-FRIEDMAN, Nora. Independent journalists dismantling Israel's hold on media narrative. **The Electronic Intifada**, [s.l.], 15 June 2010. Disponível em: <https://electronicintifada.net/content/independent-journalists-dismantling-israels-hold-media-narrative/8880>. Acesso em: 20 set. 2023.

GREENWALD, Diana B. Who is responsible for solving Gaza's massive electricity crisis?. **The Washington Post**, [s.l.], 05 Feb. 2018. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/news/monkey-cage/wp/2018/02/05/who-is-responsible-for-solving-gazas-massive-electricity-crisis/>. Acesso em: 20 set. 2023.

GREGORY, Derek. **The Colonial Present: Afghanistan, Palestine, Iraq**. Blackwell Pub. Malden, MA, 2004.

GRM. **The Gaza Reconstruction Mechanism (GRM) Report**. June 2022. Disponível em: [https://grm.report/files/220508\\_GRM\\_PMU%20FACT%20SHEET\\_EN.pdf](https://grm.report/files/220508_GRM_PMU%20FACT%20SHEET_EN.pdf). Acesso em: 20 set. 2023.

GROSS, A.; FELDMAN, T. We Didn't Want to Hear the Word Calories: Rethinking Food Security, Food Power, and Food Sovereignty-Lessons from the Gaza Closure. **Berkeley Journal of International Law**, v. 33, n. 2, p. 379-441, 2015.

GROSSMAN, Michelle Malka. 'Gaza sewage crisis is a ticking timebomb for Israel'. **The Jerusalem Post**, [s.l.], 17 Mar. 2016. Disponível em: <https://www.jpost.com/arab-israeli-conflict/gaza-sewage-crisis-is-a-ticking-timebomb-for-israel-448335>. Acesso em: 20 set. 2023.

HADDAD, Mohammed. Mapping Gaza: Schools, hospitals, refugee camps and more. **Al Jazeera**, [s.l.], 21 May 2021. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/news/2021/5/21/mapping-gaza-hospitals-schools-refugee-camps-palestine>. Acesso em: 20 set. 2023.

HADDAD, Mohammed. Palestine and Israel: Mapping an annexation. **Al Jazeera**, [s.l.], 20 Jun. 2020. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/news/2020/6/26/palestine-and-israel-mapping-an-annexation>. Acesso em: 20 set. 2023.

HAJJAJ, Tareq S. Farmers in Gaza struggle to access lands near Israel. **Mondoweiss**, [s.l.], 18 Oct. 2021a. Disponível em: <https://mondoweiss.net/2021/10/farmers-in-gaza-struggle-to-access-lands-near-israel/>. Acesso em: 20 set. 2023.

HAJJAJ, Tareq. For cancer patients in Gaza travel permits become a matter of life or death. **Mondoweiss**, [s.l.], 19 Jul. 2022. Disponível em: <https://mondoweiss.net/2022/07/for-cancer-patients-in-gaza-travel-permits-become-a-matter-of-life-or-death/>. Acesso em: 20 set. 2023.

HAJJAJ, Tareq. Photo reflects devastation of Palestinian economy as Gaza workers struggle for work. **Mondoweiss**, [s.l.], 29 Oct. 2021b. Disponível em: <https://mondoweiss.net/2021/10/photo-reflects-devastation-of-palestinian-economy-as-gaza-workers-struggle-for-work/>. Acesso em: 20 set. 2023.

HANAFI, Sari. Explaining spacio-cide in the Palestinian territory: Colonization, separation, and state of exception. **Current Sociology**, v. 61, n. 2, p. 190-205, 2013.

HALEVY, Dotan. Toward a Palestinian History of Ruins: Interwar Gaza. **Journal of Palestine Studies**, v. 48, n. 1, p. 53-72, 2018.

HARRIS, Emily. Why The U.S. Is Promoting Crops Grown In Gaza. **NPR**, [s.l.], 11 May 2016. Disponível em: <https://www.npr.org/sections/thesalt/2016/05/11/477543786/why-the-u-s-is-promoting-crops-grown-in-gaza>. Acesso em: 20 set. 2023.

HARITAWORN, J.; KUNTSMAN, A.; POSOCCO, S. Introduction. In: HARITAWORN, J.; KUNTSMAN, A.; POSOCCO, S. (Eds.). **Queer Necropolitics**. Routledge, 2014.

HARTMANN, Arturo; HUBERMAN, Bruno; SANTOS, Isabela Agostinelli. 20 anos da Segunda Intifada em Palestina/Israel: conflito, segregação e resistência. In: NASSER, Reginaldo. (Org.). **Revoltas, Conflitos e os Novos Caminhos da Geopolítica: as interconexões entre o Oriente Médio e a América Latina**. São Paulo: Educ, 2021.

HARTMANN PACHECO, A. B. H. **A reformulação globalizada do espaço e da violência na Palestina: o mecanismo político global-local dos Acordos de Oslo**. 2020. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) – UNESP/UNICAMP/PUC-SP, PPG em Relações Internacionais San Tiago Dantas, 2020.

HASAN, Mahdi. Pela culatra: Hamas, de cria a inimigo de Israel. **Intercept Brasil**, [s.l.], 02 mar. 2018. Disponível em: <https://www.intercept.com.br/2018/03/02/israel-criou-hamas-palestina/>. Acesso em: 20 set. 2023.

HASS, Amira. Farm Warfare: How Israel Uses Chemicals to Kill Crops in Gaza. **Haaretz**, [s.l.], 09 July 2018. Disponível em: <https://www.haaretz.com/middle-east-news/palestinians/2018-07-09/ty-article/.premium/farm-warfare-how-israel-uses-chemicals-to-kill-crops-in-gaza/0000017f-e01e-d804-ad7f-f1fef7830000>. Acesso em: 20 set. 2023.

HASS, Amira. Israel Holds Up Vital Spare Parts for Gaza's Water and Sewage Systems. **Haaretz**, [s.l.], 09 Jan. 2022. Disponível em: <https://www.haaretz.com/israel-news/2022-01-09/ty-article/.premium/israel-holds-up-vital-spare-parts-for-gazas-water-and-sewage-systems/0000017f-e7eb-d97e-a37f-f7efd5c50000>. Acesso em: 20 set. 2023.

HASS, Amira. Israel's closure policy: An ineffective strategy of containment and repression. **Journal of Palestine Studies**, v. 31, n. 3, p. 5-20, 2002.

HILAL, Jamil. Rethinking Palestine: settler-colonialism, neo-liberalism and individualism in the West Bank and Gaza Strip. **Contemporary Arab Affairs**, v. 8, n. 3, p. 351-362, 2015.

HRW. Deprived and Endangered: Humanitarian Crisis in the Gaza Strip. **HRW**, [s.l.], 13 Jan. 2009. Disponível em: <https://www.hrw.org/news/2009/01/13/deprived-and-endangered-humanitarian-crisis-gaza-strip>. Acesso em: 20 set. 2023.

HRW. Gaza: Israel's May Airstrikes on High-Rises. **HRW**, [s.l.], 23 Aug. 2021. Disponível em: <https://www.hrw.org/news/2021/08/23/gaza-israels-may-airstrikes-high-rises>. Acesso em: 20 set. 2023.

HUBERMAN, Bruno. **A colonização neoliberal de Jerusalém após Oslo:** desenvolvimento, pacificação e resistência em Palestina/Israel. 2020. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) - UNESP/UNICAMP/PUC-SP, PPG em Relações Internacionais San Tiago Dantas, 2020.

HUBERMAN, Bruno. **Judaização da Palestina ocupada:** colonização, desapropriação e deslocamento em Jerusalém Oriental, Cisjordânia e Faixa de Gaza entre 1967 e 2013. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - UNESP/UNICAMP/PUC-SP, PPG em Relações Internacionais San Tiago Dantas, 2014.

HUBERMAN, B.; NASSER, R. M. Pacification, capital accumulation, and resistance in settler colonial cities: The cases of Jerusalem and Rio de Janeiro. **Latin American Perspectives**, v. 46, n. 3, p. 131-148, 2019.

HUGHES, Sara S. Unbounded territoriality: Territorial control, settler colonialism, and Israel/Palestine. **Settler Colonial Studies**, v. 10, n. 2, p. 216-233, 2020.

HUMAID, Maram. Gaza's undrinkable water 'slowly poisoning' Palestinians. **Al Jazeera**, Gaza City, 12 Oct. 2021. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/news/2021/10/12/gaza-undrinkable-water-slowly-poisoning-people>. Acesso em: 20 set. 2023.

HUMAID, Maram. A year on from war, Gaza frustrated at slow reconstruction. **Al Jazeera**, Gaza City, 10 May 2022a. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/news/2022/5/10/year-on-war-gaza-frustrated-slow-reconstruction>. Acesso em: 20 set. 2023.

HUMAID, Maram. Gaza exit permits: Aisha's lone journey for cancer treatment. **Al Jazeera**, Gaza City, 22 May 2019. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/news/2019/5/22/gaza-exit-permits-aishas-lone-journey-for-cancer-treatment>. Acesso em: 20 set. 2023.

HUMAID, Maram. Impoverished Gaza economy struggles under Israeli blockade. **Al Jazeera**, Gaza City, 24 June 2022b. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/news/2022/6/24/impoverished-gaza-economy-struggles-under-israeli-blockade>. Acesso em: 20 set. 2023.

HUSSAINI, Maha. Israel: How delayed exit permits kill Palestinian patients in besieged Gaza. **Middle East Eye**, Gaza, 04 Sep. 2022a. Disponível em: <https://www.middleeasteye.net/news/israel-delays-exit-permits-kills-gaza-patients>. Acesso em: 20 set. 2023.

HUSSAINI, Maha. Israeli attack: Gaza health sector facing imminent disaster. **Middle East Eye**, [s.l.], 07 Aug. 2022b. Disponível em: <https://www.middleeasteye.net/news/israel-gaza-attack-health-sector-disaster-imminent>. Acesso em: 20 set. 2023.

HUSSAINI, Maha. One year on from Israel's bombardment, Gazans still await help to rebuild. **The New Humanitarian**, Gaza, 02 May 2022c. Disponível em: <https://www.thenewhumanitarian.org/news-feature/2022/05/02/one-year-after-israeli-bombardment-gazans-still-await-help-to-rebuild>. Acesso em: 20 set. 2023.

HUSSAINI, Maha. 'Slow death': Israeli dams flood Gaza crops ahead of harvest. **Middle East Eye**, Gaza Strip, 8 feb. 2020. Disponível em: <https://www.middleeasteye.net/news/slow-death-israeli-dams-flood-gaza-crops-ahead-harvest>. Acesso em: 22 mar. 2022.

HUSSAINI, Maha. Why Israel is suddenly granting Gaza thousands of work permits. **Middle East Eye**, Gaza, 25 Apr. 2022d. Disponível em: <https://www.middleeasteye.net/big-story/israel-palestine-gaza-suddenly-granting-thousands-work-permits-why>. Acesso em: 20 set. 2023.

IBRAHIM, Sally. At least seven Palestinians from Gaza drown in Tunisia sea attempting to reach Europe. **The New Arab**, Gaza, 24 Oct. 2022a. Disponível em: <https://english.alaraby.co.uk/news/least-seven-gazans-drown-tunisia-sea-reach-europe#:~:text=At%20least%20seven%20Palestinian%20migrants,according%20to%20Palestinian%20security%20sources>. Acesso em: 20 set. 2023.

IBRAHIM, Sally. This Ramadan, Gaza's families struggle to eat as food prices soar for a second month in a row. **The New Arab**, Gaza, 04 Apr. 2022b. Disponível em: <https://english.alaraby.co.uk/news/ramadan-2022-gazas-families-struggle-food-prices-soar>. Acesso em: 20 set. 2023.

IBRAHIM, Sally. 35% of Gazans can now drink freshwater at home: official. **The New Arab**, Gaza, 15 Mar. 2022c. Disponível em: <https://english.alaraby.co.uk/news/35-gazans-can-now-drink-freshwater-home-official>. Acesso em: 20 set. 2023.

IBRAHIM, Sarah. From Mansaf to Maqluba: How three sisters from Gaza turned iftar prep into a profitable business during Ramadan. **The New Arab**, [s.l.], 15 Apr. 2022d. Disponível em: <https://english.alaraby.co.uk/features/ward-kitchen-gazan-sisters-turn-entrepreneurs-ramadan>. Acesso em: 20 set. 2023.

ICRC. Gaza: ICRC survey shows heavy toll of chronic power shortages on exhausted families. **ICRC**, Gaza, 29 Jul. 2021. Disponível em: <https://www.icrcnewsroom.org/story/en/1961/gaza-icrc-survey-shows-heavy-toll-of-chronic-power-shortages-on-exhausted-families>. Acesso em: 20 set. 2023.

ICRC. **The Impact of the Electricity Crisis on The Humanitarian & Living Conditions in the Gaza Strip – Survey Study**. ICRC, Nov. 2020. Disponível em: <https://www.icrc.org/en/document/gaza-electricity>. Acesso em: 20 set. 2023.

ILO. New skills and jobs for Gaza fishers. **ILO**, Gaza, 14 Jan. 2016. Disponível em: [https://www.ilo.org/global/about-the-ilo/mission-and-objectives/features/WCMS\\_442968/lang--en/index.htm](https://www.ilo.org/global/about-the-ilo/mission-and-objectives/features/WCMS_442968/lang--en/index.htm). Acesso em: 20 set. 2023.

ILO. Supporting Livelihoods for fishermen and their families in the Gaza strip. **ILO**, [s.l.], 2017. Disponível em: [https://www.ilo.org/beirut/projects/WCMS\\_229144/lang--en/index.htm](https://www.ilo.org/beirut/projects/WCMS_229144/lang--en/index.htm). Acesso em: 20 set. 2023.

IMEU. Putting Palestinians “On a Diet”: Israel’s Siege & Blockade of Gaza. **IMEU**, [s.l.], 14 Aug. 2014. Disponível em: <https://imeu.org/article/putting-palestinians-on-a-diet-israels-siege-blockade-of-gaza>. Acesso em: 20 set. 2023.

INAYATULLAH, N.; BLANEY, D. L. **International Relations and the Problem of Difference**. Routledge, 2004.

INBAR, Efraim. 'Mowing the grass' in Gaza. **Israel Hayom**, [s.l.], 24 Jun. 2018. Disponível em: <https://www.israelhayom.com/opinions/mowing-the-grass/>. Acesso em: 20 set. 2023.

INBAR, Efraim; SHAMIR, Eitan. 'Mowing the Grass': Israel's Strategy for Protracted Intractable Conflict. **Journal of Strategic Studies**, v. 37, n. 1, p. 65-90, 2014a.

INBAR, Efraim; SHAMIR, Eitan. Mowing the grass in Gaza. **The Jerusalem Post**, [s.l.], 22 Jul. 2014b. Disponível em: <https://www.jpost.com/opinion/columnists/mowing-the-grass-in-gaza-368516>. Acesso em: 20 set. 2023.

IRAQI, Amjad. In Jenin, Israel is unveiling the next phase of apartheid. **+972 Magazine**, [s.l.], 30 Jun. 2023. Disponível em: <https://www.972mag.com/israel-apartheid-jenin-gaza/>. Acesso em: 20 set. 2023.

IRIN. Fishermen suffer naval restrictions. **The Electronic Intifada**, [s.l.], 17 Sep. 2006. Disponível em: <https://electronicintifada.net/content/fishermen-suffer-naval-restrictions/2791>. Acesso em: 20 set. 2023.

IRIN. OPT: Cancer care crisis in Gaza. **The New Humanitarian**, Gaza, 09 Mar. 2011. Disponível em: <https://reliefweb.int/report/occupied-palestinian-territory/opt-cancer-care-crisis-gaza>. Acesso em: 20 set. 2023.

ISRAEL blockade on Gaza caused 3,000 cancer deaths. **Middle East Monitor**, [s.l.], 08 Apr. 2022. Disponível em: <https://www.middleeastmonitor.com/20220408-israel-blockade-on-gaza-caused-3000-cancer-deaths/>. Acesso em: 08 abr. 2022.

ISRAEL. Ministry of Agriculture and Rural Development. **The strawberry season has begun, and with it the illegal smuggling from Gaza**: Warning by the Ministry of Agriculture: 'Ramat Hasharon Strawberries' originate from Gaza and should not be consumed. 14 Dec. 2020. Disponível em: <https://www.gov.il/en/departments/news/gaza-strawberry>. Acesso em: 20 set. 2023.

ISRAEL. Ministry of Foreign Affairs. The Cabinet Resolution Regarding the Disengagement Plan. 06 Jun 2004. Disponível em: <https://www.mfa.gov.il/mfa/foreignpolicy/peace/mfadocuments/pages/revised%20disengagement%20plan%206-june-2004.aspx#A>. Acesso em: 22 mar. 2022.

ISSACHAROFF, Avi; RAVID, Barak; SHAMIR, Shlomo. Cabinet Declares Gaza 'Hostile Territory'. **Haaretz**, [s.l.], 20 Sept. 2007. Disponível em: <https://www.haaretz.com/2007-09-20/ty-article/cabinet-declares-gaza-hostile-territory/0000017f-e0cb-d568-ad7f-f3ebb7850000>. Acesso em: 20 set. 2023.

ITA. West Bank and Gaza - Country Commercial Guide: Information and Communication Technology (ICT). **ITA**, [s.l.], 09 Aug. 2022. Disponível em: <https://www.trade.gov/country-commercial-guides/west-bank-and-gaza-information-and-communication-technology-ict>. Acesso em: 20 set. 2023.



JABR, Samah. What Palestinians experience goes beyond the PTSD label. **Middle East Eye**, [s.l.], 07 Feb. 2019. Disponível em: <https://www.middleeasteye.net/opinion/what-palestinians-experience-goes-beyond-ptsd-label>. Acesso em: 20 set. 2023.

JAHAL, Entsar Abu. Israeli wall harms wildlife in Gaza. **Al-Monitor**, Gaza City, 09 Feb. 2022. Disponível em: <https://www.al-monitor.com/originals/2022/02/israeli-wall-harms-wildlife-gaza>. Acesso em: 20 set. 2023.

JALAL, Rasha Abou. Gazans fear worst after Hamas bans water wells. **Al-Monitor**, Gaza City, 31 Aug. 2021. Disponível em: <https://www.al-monitor.com/originals/2021/08/gazans-fear-worst-after-hamas-bans-water-wells>. Acesso em: 20 set. 2023.

JALAL, Rasha Abou. Restricted by Israeli boats, Gaza resorts to fish farms. **Al-Monitor**, Gaza City, 05 May 2015. Disponível em: <https://www.al-monitor.com/originals/2015/05/palestine-gaza-fish-fishermen-israel-restrictions-farm-bream.html>. Acesso em: 20 set. 2023.

JAMAL, Hebh. Feeling less than human: The hell of crossing into Gaza. **+972 Magazine**, [s.l.], 26 Aug. 2022. Disponível em: <https://www.972mag.com/crossing-into-gaza-hell/>. Acesso em: 20 set. 2023.

JAMAL, Manal A. Western donor assistance and gender empowerment in the Palestinian territories and beyond. **International Feminist Journal of Politics**, v. 17, n. 2, p. 232-252, 2015.

JOLY, Josephine. Gaza textile workers seek partnership with Israeli companies to tackle unemployment woes. **Euronews**, [s.l.], 27 Jan. 2022. Disponível em: <https://www.euronews.com/2022/01/27/gaza-textile-workers-seek-partnership-with-israeli-companies-to-tackle-unemployment-woes#:~:text=The%20wages%20of%20a%20worker,are%20determining%20prices%20and%20wages>. Acesso em: 20 set. 2023.

JONG, Anne de. Zionist hegemony, the settler colonial conquest of Palestine and the problem with conflict: a critical genealogy of the notion of binary conflict. **Settler Colonial Studies**, v. 8, n. 3, p. 364-383, 2018.

JOUDEH, Safa. Defying Exception: Gaza after the “Unity Uprising”. **Journal of Palestine Studies**, p. 1-5, 2021.

JPS. COGAT tells Palestinians terrorism is what cuts their electricity short. **The Jerusalem Post**, [s.l.], 26 Jun. 2019. Disponível em: <https://www.jpost.com/Arab-Israeli-Conflict/COGAT-tells-Palestinians-terror-is-what-cuts-their-electricity-short-593734>. Acesso em: 20 set. 2023.

JPS. “Autonomy for the Gaza Strip”. **Journal of Palestine Studies**, v. 9, n. 3, p. 176-180, 1980.

JVL. **Palestinian Public Opinion Polls: Attitudes Toward The Gaza Disengagement Plan**. 2005. Disponível em: <https://www.jewishvirtuallibrary.org/palestinian-attitudes-toward-the-gaza-disengagement-plan>. Acesso em: 07 abr. 2022.

KABARATI, Ahmad. Gaza fishermen still struggle despite Israel's loosening restrictions. **Mondoweiss**, [s.l.], 05 Apr. 2019. Disponível em: <https://mondoweiss.net/2019/04/fishermen-loosening-restrictions/>. Acesso em: 20 set. 2023.

KADMAN, Noga. **Rafah Crossing: Who Holds the Keys?** Tel Aviv: Gisha, 2009.

KATTAN, Victor. The gas fields off Gaza: a gift or a curse?. **Al-Shabaka Policy Brief**, 24 Apr. 2012. Disponível em: <https://al-shabaka.org/briefs/gas-fields-gaza-gift-or-curse/>. Acesso em: 20 set. 2023.

KESGIN, Baris. Uncharacteristic foreign policy behavior: Sharon's decision to withdraw from Gaza. **International Area Studies Review**, v. 22, n. 1, p. 76-92, 2019.

KHALIDI, Rashid. **The Iron Cage: The story of the Palestinian struggle for statehood.** Boston: Beacon Press, 2007.

KHALIL, Adam. Egypt building new wall along Gaza border. **Middle East Eye**, Rafah, 18 Feb. 2020. Disponível em: <https://www.middleeasteye.net/news/egypt-building-new-wall-along-gaza-border>. Acesso em: 20 set. 2023.

KHALIL, Adam. Egypt nears deal with Israel and PA to revive Gaza offshore gas production. **Middle East Eye**, Gaza, 20 Oct. 2022. Disponível em: <https://www.middleeasteye.net/news/egypt-israel-pa-nearing-deal-revive-gaza-offshore-gas-production>. Acesso em: 20 set. 2023.

KHOURY, Jack. Israel to Allow Agricultural Exports From Gaza in First Since Escalation. **Haaretz**, [s.l.], 21 Jun. 2021. Disponível em: <https://www.haaretz.com/israel-news/2021-06-21/ty-article/.premium/israel-to-allow-agricultural-exports-from-gaza-in-first-since-escalation/0000017f-dba3-d856-a37f-ffe38e900000>. Acesso em: 20 set. 2023.

KIMMERLING, Baruch. Academic history caught in the cross-fire: The case of Israeli-Jewish historiography. **History and Memory**, v. 7, n. 1, p. 41-65, 1995.

KNELL, Yolande. Gas finds in east Mediterranean may change strategic balance. **BBC News**, Jerusalem, 13 May 2013. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-middle-east-22509295>. Acesso em: 20 set. 2023.

KONDO, Sachiko; ACERBI, Marcelo; SIEGHART, Lia. In Gaza, the transformation of fisheries can bring jobs and improve livelihoods. **World Bank Blogs**, [s.l.], 19 June 2020. Disponível em: <https://blogs.worldbank.org/arabvoices/gaza-transformation-fisheries-can-bring-jobs-and-improve-livelihoods>. Acesso em: 20 set. 2023.

KUBOVICH, Yaniv. Polluted Water Leading Cause of Child Mortality in Gaza, Study Finds. **Haaretz**, [s.l.], 16 Oct. 2018. Disponível em: <https://www.haaretz.com/middle-east-news/palestinians/2018-10-16/ty-article-magazine/.premium/polluted-water-a-leading-cause-of-gazan-child-mortality-says-rand-corp-study/0000017f-e847-dc7e-adff-f8ef68c50000>. Acesso em: 20 set. 2023.

KRISHNA, Sankaran. Race, amnesia, and the education of international relations. **Alternatives**, v. 26, n. 4, p. 401-424, 2001.

KUMARAKULASINGAM, Narendran. Bloody translations: the politics of international compassion and horror. **Journal of Narrative Politics**, v. 1, n. 1, 2014.

LARUDEE, M. (Ed.). **Gaza – Palestine: Out of the Margins**. Birzeit: Ibrahim Abu-Lughod Institute of International Studies – Birzeit University, 2011.

LEFEBVRE, Henri. **Espaço e política**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

LEIN, Yehezkel. **One Big Prison**: Freedom of Movement to and from the Gaza Strip on the Eve of the Disengagement Plan. Jerusalem: B'Tselem; HaMoked, 2005. Disponível em: [https://www.btselem.org/publications/summaries/200503\\_gaza\\_prison](https://www.btselem.org/publications/summaries/200503_gaza_prison). Acesso em: 20 set. 2023.

LESCH, A. M. Gaza: forgotten corner of Palestine. **Journal of Palestine Studies**, v. 15, n. 1, p. 43-61, 1985.

LESCH, Ann M. Israeli Deportation of Palestinians from the West Bank and the Gaza Strip, 1967-1978. **Journal of Palestine Studies**, v. 8, n. 2, p. 101-131, 1979.

LEVIN, Geoffrey. One step forward or two steps back? Unilateralism and Israel's Gaza disengagement in the eyes of the world. **Israel Affairs**, v. 20, n. 1, p. 87-103, 2014.

LEVY, Gideon. Closing the Sea. **Haaretz**, [s.l.], 13 Feb. 2002. Disponível em: <https://www.haaretz.com/2002-02-13/ty-article/closing-the-sea/0000017f-f7a7-d5bd-a17f-f7bf948b0000>. Acesso em: 20 set. 2023.

LEWIN, Eyal. The Disengagement from Gaza: Understanding the ideological background. **Jewish Political Studies Review**, p. 15-32, 2015.

LI, Darryl. The Gaza Strip as laboratory: Notes in the wake of disengagement. **Journal of Palestine Studies**, v. 35, n. 2, p. 38-55, 2006.

LI, Darryl; LEIN, Yehezkel. **Act of Vengeance**: Israel's Bombing of the Gaza Power Plant and its Effects. B'TSElem, 2006. Disponível em: [https://www.btselem.org/publications/summaries/200609\\_act\\_of\\_vengeance](https://www.btselem.org/publications/summaries/200609_act_of_vengeance). Acesso em: 20 set. 2023.

LLOYD, David. Settler colonialism and the state of exception: The example of Palestine/Israel. **Settler Colonial Studies**, v. 2, n. 1, p. 59-80, 2012.

LOCK, S.; IRVING, S. **Gaza: Beneath the bombs**. Pluto Press, 2010.

LUGONES, Maria. **Colonialidad y Género**. Bogotá: Tabula Rasa, 2008.

MACHOLD, Rhys. Reconsidering the laboratory thesis: Palestine/Israel and the geopolitics of representation. **Political Geography**, v. 65, p. 88-97, 2018.

MACINTYRE, Donald. **Gaza: Preparing for dawn**. London: Oneworld Publications, 2018.

MADDRELL, A. Bereavement, grief, and consolation: Emotional-affective geographies of loss during COVID-19. **Dialogues in Human Geography**, v. 10, n. 2, p. 107-111, 2020.

MAHMOUD, Walid; SHEHADA, Muhammad. Gaza fishermen: Israel extending fishing zone is token gesture. **Al Jazeera**, Gaza Strip, 20 Apr. 2019. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/economy/2019/4/20/gaza-fishermen-israel-extending-fishing-zone-is-token-gesture>. Acesso em: 20 set. 2023.

MAKOVSKY, David. **Engagement Through Disengagement: Gaza and the Potential for Renewed Israeli-Palestinian Peacemaking**. Washington Institute for Near East Policy, 2005.

MAKOVSKY, David. How to build a fence. **Foreign Affairs**, v. 83, n. 2, p. 50-64, 2004.

MANCHANDA, N.; PLONSKI, S. Between mobile corridors and immobilizing borders: race, fixity and friction in Palestine/Israel. **International Affairs**, v. 98, n. 1, p. 183-207, 2022.

MANDELL, Joan. Gaza: Israel's Soweto. **Merip Reports**, n. 136/137, p. 7-58, 1985.

MANSOUR, M. S. Israeli Colonial Contraction: The cases of the Sinai Peninsula and the Gaza Strip. In: LARUDEE, M. (Ed.). **Gaza – Palestine: Out of the Margins**. Birzeit: Ibrahim Abu-Lughod Institute of International Studies – Birzeit University, 2011.

MAP. How restrictions on Gaza are a matter of life and death for breast cancer patients. **MAP**, [s.l.], 20 Oct. 2021. Disponível em: <https://www.map.org.uk/news/archive/post/1302-how-restrictions-on-gaza-are-a-matter-of-life-and-death-for-breast-cancer-patients>. Acesso em: 20 set. 2023.

MARLOWE, Jen. Parting the brown sea: Sewage crisis threatens Gaza's access to water. **Al Jazeera America**, Gaza City, 18 Apr. 2015. Disponível: <http://america.aljazeera.com/articles/2015/4/18/sewage-crisis-threatens-gazas-access-to-water.html>. Acesso em: 20 set. 2023.

MARTIN, Alison; KLAWITTER, Simone. **Treading Water: The worsening water crisis and the Gaza Reconstruction Mechanism**. Oxford: Oxfam, 2017. Disponível em: <https://oxfamilibrary.openrepository.com/handle/10546/620218>. Acesso em: 20 set. 2023.

MARTIN, Endika. Settler Colonial Demographics: Zionist Land Purchases and Immigration During the British Mandate in Palestine. **Interventions**, v. 21, n. 4, p. 486-509, 2019.

MASALHA, Nur. **Expulsão dos Palestinos: O conceito de “transferência” no pensamento político sionista 1882-1936**. São Paulo: Monitor do Oriente, 2021.

MASALHA, Nur. New History, post-Zionism and neo-colonialism: a critique of the Israeli ‘New Historians’. **Holy Land Studies**, v. 10, n. 1, p. 1-53, 2011.

MASALHA, Nur. **The politics of denial: Israel and the Palestinian refugee problem**. London: Pluto Press, 2003.

MASALHA, Nur. The 1956–57 occupation of the Gaza strip: Israeli proposals to resettle the Palestinian refugees. **British Journal of Middle Eastern Studies**, v. 23, n. 1, p. 55-68, 1996.

MATALUCCI, Sergio. Negotiators hope to solve Gaza energy crisis. **DW**, [s.l.], 12 Aug. 2020. Disponível em: <https://www.dw.com/en/negotiators-hope-to-solve-gaza-energy-crisis-by-the-end-of-2022/a-55852868>. Acesso em: 20 set. 2023.

MBEMBE, Achille. Necropolitics. **Public culture**, v. 15, n. 1, p. 11-40, 2003.

MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra**. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MCAULEY, James; BALOUSHA, Hazem. Not even the beaches in Gaza are safe from the threat of conflict. **The Independent**, [s.l.], 08 Sep. 2019. Disponível em: <https://www.independent.co.uk/news/gaza-water-pollution-beaches-health-israel-palestine-a9085676.html>. Acesso em: 20 set. 2023.

MCKERNAN, Bethan. ‘The power we had was astonishing’: ex-soldiers on Israel’s government in the occupied territories. **The Guardian**, Jerusalem, 01 Aug. 2022. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2022/aug/01/israel-soldiers-military-government-occupied-territories-palestinians>. Acesso em: 20 set. 2023.

MCKERNAN, Bethan; BALOUSHA, Hazem. Israel bombs Gaza Strip for second day in ‘pre-emptive operation’. **The Guardian**, Jerusalem and Gaza City, 06 Aug. 2022a. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2022/aug/06/israel-bombs-gaza-strip-second-day-pre-emptive-operation-palestine>. Acesso em: 20 set. 2023.

MCKERNAN, Bethan; BALOUSHA, Hazem. ‘The sea is more blue’: Gazans head to the beach after sewage cleanup. **The Guardian**, Gaza City, 08 July 2022b. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2022/jul/08/the-sea-is-more-blue-gazans-head-to-the-beach-after-sewage-cleanup>. Acesso em: 20 set. 2023.

MEE. Gaza Strip: Israel announces completion of barrier around besieged enclave. **Middle East Eye**, [s.l.], 07 Dec. 2021. Disponível em: <https://www.middleeasteye.net/news/israel-gaza-barrier-completed-announced>. Acesso em: 20 set. 2023.

MEE Correspondent. ‘Abdullah was just catching fish’: Gazan fisherman killed by Egypt laid to rest. **Middle East Eye**, Gaza City, 13 Jan. 2018. Disponível em: <https://www.middleeasteye.net/news/abdullah-was-just-catching-fish-gazan-fisherman-killed-egypt-laid-rest>. Acesso em: 20 set. 2023.

MEE STAFF. Egyptian navy kills two Gaza fishermen for breaching territorial Waters. **Middle East Eye**, [s.l.], 26 Sep. 2020. Disponível em: <https://www.middleeasteye.net/news/gaza-egypt-navy-kills-palestinian-fishermen-territorial-waters>. Acesso em: 20 set. 2023.

MEE STAFF. Gaza: Over half of Palestinian children have contemplated suicide, report finds. **Middle East Eye**, [s.l.], 15 Jun. 2022. Disponível em: <https://www.middleeasteye.net/news/gaza-palestinian-children-over-half-contemplated-suicide-report>. Acesso em: 20 set. 2023.

MEE STAFF. Israel concluding work on Gaza Strip sea barrier. **Middle East Eye**, [s.l.], 03 Jan. 2019. Disponível em: <https://www.middleeasteye.net/news/israel-concluding-work-gaza-strip-sea-barrier>. Acesso em: 20 set. 2023.

MEMO. Israel building industrial zone to provide thousands of jobs for Gaza workers. **Middle East Monitor**, [s.l.], 28 Jun. 2022a. Disponível em: <https://www.middleeastmonitor.com/20220628-israel-building-industrial-zone-to-provide-thousands-of-jobs-for-gaza-workers/>. Acesso em: 20 set. 2023.

MEMO. Palestine engineer uses innovative approach to purify water. **Middle East Monitor**, [s.l.], 28 Jul. 2022b. Disponível em: <https://www.middleeastmonitor.com/20220728-palestine-engineer-uses-innovative-approach-to-purify-water/>. Acesso em: 20 set. 2023.

MEMO. Revealed: first images of Israel's sea barrier blockading Gaza. **Middle East Monitor**, [s.l.], 06 Aug. 2018. Disponível em: <https://www.middleeastmonitor.com/20180806-revealed-first-images-of-israels-sea-barrier-blockading-gaza/>. Acesso em: 20 set. 2023.

MICHAEL, K. The Weight of the Demographic Factor in Israel's Strategic Considerations on the Palestinian Issue. **Israel: The Institute for National Security Studies**, 2014.

MICHAEL, Kobi; HATUEL-RADOSHITZKY, Michal. **Seventy Years to UNRWA: Time for Structural and Functional Reforms**. Tel Aviv: Institute for National Security Studies (INSS), 2020. Disponível em: [https://www.inss.org.il/wp-content/uploads/2020/09/Memo204\\_e.pdf](https://www.inss.org.il/wp-content/uploads/2020/09/Memo204_e.pdf). Acesso em: 20 set. 2023.

MIFTAH. Towards Better Policies for Protecting Gaza's Fishing Sector and Fisheries. Policy Paper. **MIFTAH**, [s.l.], 07 July 2021. Disponível em: [http://www.miftah.org/Doc/Factsheets/Miftah/English/PolicyPaper\\_Towards\\_Better\\_Policies\\_for\\_Protecting\\_Gaza\\_Fishing\\_Sector\\_and\\_Fisheries\\_En.pdf](http://www.miftah.org/Doc/Factsheets/Miftah/English/PolicyPaper_Towards_Better_Policies_for_Protecting_Gaza_Fishing_Sector_and_Fisheries_En.pdf). Acesso em: 20 set. 2023.

MILTON-EDWARDS, B. The ascendance of political Islam: Hamas and consolidation in the Gaza Strip. **Third World Quarterly**, v. 29, n. 8, p. 1585-1599, 2008.

MOFFETT III, G. D. Arabs Will Soon Outnumber Jews. **The Christian Science Monitor**, Haifa, 24 Nov. 1989. Disponível em: <https://www.csmonitor.com/1989/1124/opop.html>. Acesso em: 07 abr. 2022.

MORRIS, Benny. **The Birth of the Palestinian Refugee Problem Revisited**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

MORRIS, Loveday; BALOUSHA, Hazem. The sea was a breath of fresh air for isolated Gaza. Now the water stinks. **The Washington Post**, Gaza City, 28 Sep. 2017. Disponível em: [https://www.washingtonpost.com/world/middle\\_east/the-sea-once-provided-a-breath-of-fresh-air-for-gaza-now-it-stinks/2017/09/27/43049342-98e3-11e7-af6a-6555caeb8dc\\_story.html](https://www.washingtonpost.com/world/middle_east/the-sea-once-provided-a-breath-of-fresh-air-for-gaza-now-it-stinks/2017/09/27/43049342-98e3-11e7-af6a-6555caeb8dc_story.html). Acesso em: 20 set. 2023.

MUSLEH, Ali H. Designing in Real-Time: An Introduction to Weapons Design in the Settler-Colonial Present of Palestine. **Design and Culture**, v. 10, n. 1, p. 33-54, 2018.

NAMEY, Isra. Danger from above: Gaza farmers struggle to save crops from Israeli planes. **Middle East Eye**, Beit Hanoun, 07 Sep. 2019. Disponível em: <https://www.middleeasteye.net/news/danger-above-gaza-farmers-struggle-save-crops-israeli-planes>. Acesso em: 20 set. 2023.

NASHASHIBI, Karim; GAL, Yitzhak. **Gaza: The Water-Energy Governance Nexus**. A Plan of Action for Saving What Has Been Achieved. The Konrad Adenauer Stiftung Palestinian Territories, 2019a. Disponível em: <https://www.kas.de/documents/268421/8457122/Gaza+The+Water-Energy+Governance+Nexus.pdf/43b30628-9635-e74f-a975-a5c3329aac88?version=1.0&t=1583501742254>. Acesso em: 20 set. 2023.

NAVONE, L. The wall and the tunnels: crossings and separation at the border between Egypt, Israel and the Gaza Strip. In: RIBAS-MATEOS, N.; DUNN, T. J. **Handbook on Human Security, Borders and Migration**. Cheltenham: Edward Elgar Publishing Limited, 2021.

NBC. Palestinians breach border, pour into Egypt. **NBC News**, [s.l.], 23 Jan. 2008. Disponível em: <https://www.nbcnews.com/id/wbna22794305>. Acesso em: 20 set. 2023.

NEWTON, Creede. Water crisis deepens in the Gaza Strip. **Al Jazeera**, Gaza City, 08 Nov. 2015. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/news/2015/11/8/water-crisis-deepens-in-the-gaza-strip>. Acesso em: 20 set. 2023.

NORRIS, Jacob. Repression and Rebellion: Britain's Response to the Arab Revolt in Palestine of 1936–39. **The Journal of Imperial and Commonwealth History**, v. 36, n. 1, p. 25-45, 2008.

OCHA. Electricity in the Gaza Strip. **OCHA**, [s.l.], 2023. Disponível em: <https://www.ochaopt.org/page/gaza-strip-electricity-supply>. Acesso em: 20 set. 2023.

OCHA. First exports from Gaza to Israel since 2007. **OCHA**, [s.l.], 31 Mar. 2015. Disponível em: <https://www.ochaopt.org/content/first-exports-gaza-israel-2007>. Acesso em: 20 set. 2023.

OCHA. Gaza's fisheries: record expansion of fishing limit and relative increase in fish catch; shooting and detention incidents at sea continue. **OCHA**, [s.l.], 19 Nov. 2019a. Disponível em: <https://www.ochaopt.org/content/gaza-s-fisheries-record-expansion-fishing-limit-and-relative-increase-fish-catch-shooting>. Acesso em: 20 set. 2023.

OCHA. Gaza Strip | The humanitarian impact of 15 years of the blockade – June 2022. **OCHA**, [s.l.], 30 Jun. 2022a. Disponível em: <https://www.ochaopt.org/content/gaza-strip-humanitarian-impact-15-years-blockade-june-2022>. Acesso em: 20 set. 2023.

OCHA. Improvements to the mechanism for the import of restricted items to Gaza likely to facilitate implementation of humanitarian interventions. **OCHA**, [s.l.], 18 Mar. 2019b. Disponível em: <https://www.ochaopt.org/content/improvements-mechanism-import-restricted-items-gaza-likely-facilitate-implementation>. Acesso em: 20 set. 2023.

OCHA. In the Gaza Strip, owing money is part of day-to-day life. **OCHA**, [s.l.], 13 Jan. 2021. Disponível em: <https://www.ochaopt.org/content/gaza-strip-owing-money-part-day-day-life>. Acesso em: 20 set. 2023.

OCHA. Movement in and out of Gaza: update covering September 2022. **OCHA**, [s.l.], 17 Oct. 2022b. Disponível em: <https://reliefweb.int/report/occupied-palestinian-territory/movement-and-out-gaza-update-covering-january-2022>. Acesso em: 20 set. 2023.

OCHA. Seawater pollution raises concerns of waterborne diseases and environmental hazards in the Gaza Strip. **OCHA**, [s.l.], 09 Aug. 2018a. Disponível em: <https://www.ochaopt.org/content/seawater-pollution-raises-concerns-waterborne-diseases-and-environmental-hazards-gaza-strip>. Acesso em: 20 set. 2023.

OCHA. Study warns water sanitation crisis in Gaza may cause disease outbreak and possible epidemic. **OCHA**, [s.l.], 16 Nov. 2018b. Disponível em: [https://www.ochaopt.org/content/study-warns-water-sanitation-crisis-gaza-may-cause-disease-outbreak-and-possible-epidemic#ftn\\_ref34](https://www.ochaopt.org/content/study-warns-water-sanitation-crisis-gaza-may-cause-disease-outbreak-and-possible-epidemic#ftn_ref34). Acesso em: 20 set. 2023.

OMER, Mohammed. Precarious and dangerous: A day in the life of a Gaza fisherman. **Middle East Eye**, [s.l.], 17 Feb. 2015. Disponível em: <https://www.middleeasteye.net/features/precarious-and-dangerous-day-life-gaza-fisherman>. Acesso em: 20 set. 2023.

OSLO I. **Declaration of Principles on Interim Self-Government Arrangements (a.k.a. “Oslo Accord”)**. Washington DC, 13 Sep. 1993. Disponível em: <https://www.un.org/unispal/document/auto-insert-180015/>. Acesso em: 20 set. 2023.

OSLO II. **Israeli-Palestinian Interim Agreement on the West Bank and the Gaza Strip (“Oslo II”)**. Washington DC, 28 Dec. 1995. Disponível em: <https://www.jewishvirtuallibrary.org/israeli-palestinian-interim-agreement>. Acesso em: 20 set. 2023.

OSMAN, Nadda. Gaza: Nine out of ten children suffering from PTSD after Israel's May offensive. **Middle East Eye**, [s.l.], 04 Jul. 2021. Disponível em: <https://www.middleeasteye.net/news/gaza-palestine-israel-conflict-children-ptsd-trauma-monitor>. Acesso em: 20 set. 2023.

OTHMAN, Ghazal. Leaky cesspits, raw sewage and salty water: Gaza's forgotten water crisis. **Middle East Eye**, Gaza, 08 Oct. 2018. Disponível em: <https://www.middleeasteye.net/news/leaky-cesspits-raw-sewage-and-salty-water-gazas-forgotten-water-crisis>. Acesso em: 20 set. 2023.

OUF, Mervat. Gazan engineer creates solar food dehydrator. **Al-Monitor**, [s.l.], 06 Mar. 2022. Disponível em: <https://www.al-monitor.com/originals/2022/02/gazan-engineer-creates-solar-food-dehydrator#:~:text=Engineer%20Hanadi%20Abu%20Harbid%20from,power%20and%20locally%20available%20resources>. Acesso em: 20 set. 2023.

OXFAM. **Enhancing Market-Oriented Urban Agriculture in the Gaza Strip**: Networking for policy change and resilience. Oxfam Case Study. October 2016. Disponível em: <https://policy-practice.oxfam.org/resources/enhancing-market-oriented-urban-agriculture-in-the-gaza-strip-networking-for-po-620124/>. Acesso em: 20 set. 2023.



OXFAM. Oxfam Video: Food vouchers in the Gaza Strip. **Reliefweb**, [s.l.], 16 Oct. 2010. Disponível em: <https://reliefweb.int/report/occupied-palestinian-territory/oxfam-video-food-vouchers-gaza-strip>. Acesso em: 20 set. 2023.

OXFAM. Press Release. Fears that wheat stocks could run out in the Occupied Palestinian Territory within three weeks. **Oxfam**, [s.l.], 11 Apr. 2022. Disponível em: <https://www.oxfam.org/en/press-releases/fears-wheat-stocks-could-run-out-occupied-palestinian-territory-within-three-weeks>. Acesso em: 20 set. 2023.

PACE, M.; YACOBI, H. Settler Colonialism (Without Settlers) and Slow Violence in the Gaza Strip. **Partecipazione e Conflitto**, v. 14, n. 3, p. 1221-1237, 2021.

PAPPÉ, Ilan. **A history of modern Palestine: One land, two peoples**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

PAPPÉ, Ilan. **A Limpeza Étnica da Palestina**. São Paulo: Sundermann, 2016.

PAPPÉ, Ilan. Clusters of history: US involvement in the Palestine question. **Race & Class**, v. 48, n. 3, p. 1-28, 2007.

PATEL, Yumna. Israel might try to make Jenin the new Gaza. **Mondoweiss**, [s.l.], 05 Jul. 2023. Disponível em: <https://mondoweiss.net/2023/07/israel-might-try-to-make-jenin-the-new-gaza/>. Acesso em: 20 set. 2023.

PCBS. Palestinian Central Bureau of Statistics (PCBS) and the Ministry of Telecom and Information Technology issue a joint press release On the occasion of the World Telecommunication and Information Society Day. **PCBS**, [s.l.], 17 May 2022. Disponível em: <https://www.pcbs.gov.ps/post.aspx?lang=en&ItemID=4239>. Acesso em: 20 set. 2023.

PCBS. Statistical Yearbook of Palestine 2021. Ramallah – Palestine, dez. 2021. Disponível em: <https://www.pcbs.gov.ps/Downloads/book2593.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2022.

PELHAM, Nicolas. Gaza's Tunnel Complex. **Middle East Report**, 261, p. 30-35, Winter 2011. Disponível em: <https://merip.org/2011/11/gazas-tunnel-complex/>. Acesso em: 20 set. 2023.

PELHAM, Nicolas. Gaza's tunnel phenomenon: The unintended dynamics of Israel's siege. **Journal of Palestine Studies**, v. 41, n. 4, p. 6-31, 2012.

PEREIRA, Laura Ribeiro Rodrigues. **Under fire: Israel's enforcement of Access Restricted Areas in the Gaza Strip**. Geneva: Internal Displacement Monitoring Centre, Jan. 2014.

PERPER, Rosie. Israel is building an 'impenetrable' underwater sea border with the Gaza Strip made of armored stone and barbed wire. **Insider**, [s.l.], 29 May 2018. Disponível em: <https://www.businessinsider.com/israel-building-impenetrable-underwater-gaza-border-2018-5>. Acesso em: 20 set. 2023.

PERUGINI, N.; GORDON, N. **The Human Right to Dominate**. New York: Oxford University Press, 2015.

PETEET, Julie. A Fortress Country and a Gated Enclave: Locating the Palestinian Margin. In: LARUDEE, M. (Ed.). **Gaza – Palestine: Out of the Margins**. Birzeit: Ibrahim Abu-Lughod Institute of International Studies – Birzeit University, 2011.

PETEET, Julie. Camps and enclaves: Palestine in the time of closure. **Journal of Refugee Studies**, v. 29, n. 2, p. 208-228, 2016.

PETEET, Julie. **Space and Mobility in Palestine**. Bloomington: Indiana University Press, 2017.

PETERS, Julie. The Gaza disengagement: Five years later. **Israel Journal of Foreign Affairs**, v. 4, n. 3, p. 33-44, 2010.

PETERSEN-OVERTON, Kristofer J. Counting Heads: Israel's Demographic Imperative. **The Interdisciplinary Journal of International Studies**, v. 5, p. 57-81, 2008.

PHPCR. **The Implications of Bassiouni v. Prime Minister for Humanitarian Professionals in Gaza**. Policy Brief, Aug. 2010. Disponível em: <https://hhi.harvard.edu/publications/implications-bassiouni-v-prime-minister-humanitarian>. Acesso em: 20 set. 2023.

PHRI. The Plight of Statusless Women From the Gaza Strip. **PHRI**, [s.l.], 10 Sep. 2019. Disponível em: <https://www.phr.org.il/en/the-plight-of-statusless-women-from-the-gaza-strip/?pr=24>. Acesso em: 20 set. 2023.

POPOVICIU; Andrei; MASARWA; Lubna. Gaza: What the iron wall built by Israel means for besieged Palestinians. **Middle East Eye**, [s.l.], 11 Dec. 2021. Disponível em: <https://www.middleeasteye.net/news/israel-iron-wall-gaza-palestinians-siege>. Acesso em: 20 set. 2023.

PUAR, Jasbir K. The 'Right' to maim: Disablement and inhumanist biopolitics in Palestine. **borderlands**, v. 14, n. 1, p. 1-27, 2015.

PUAR, Jasbir K. Spatial Debilities: Slow Life and Carceral Capitalism in Palestine. **South Atlantic Quarterly**, v. 120, n. 2, p. 393-414, 2021.

QARJOULI, Asmahan. Qatar and Kuwait to aid cancer patients in Gaza. **Doha News**, [s.l.], 16 May. 2022. Disponível em: <https://dohanews.co/qatar-and-kuwait-to-aid-cancer-patients-in-gaza/>. Acesso em: 20 set. 2023.

QARMOUT, Tamer. **Delivering Aid without Government**. Springer, 2017.

QARMOUT, T.; BÉLAND, D. The politics of international aid to the Gaza Strip. **Journal of Palestine Studies**, v. 41, n. 4, p. 32-47, 2012.

QUARTET. **Dual-Use Lists**. 2022. Disponível em: <http://www.quartetoffice.org/page.php?id=5d6873y6121587Y5d6873>. Acesso em: 20 set. 2023.

QUARTET. **Report to the Ad Hoc Liaison Committee**. Middle East Quartet, 17 Nov. 2021. Disponível em: <https://reliefweb.int/report/occupied-palestinian-territory/report-ad-hoc-liaison-committee-17-november-2021>. Acesso em: 20 set. 2023.

RACHIDI, Soukaina. Gaza Startups Strive to Build Economy Despite Blockade. **Inside Arabia**, [s.l.], 31 Jul. 2018. Disponível em: <https://insidearabia.com/gaza-startups-build-economy-blockade/>. Acesso em: 20 set. 2023.

RANKIN, Jennifer. One million face hunger in Gaza after US cut to Palestine aid. **The Guardian**, Brussels, 15 May 2019. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2019/may/15/1-million-face-hunger-in-gaza-after-us-cut-to-palestine-aid>. Acesso em: 20 set. 2023.

RAPOPORT, Meron. ‘Open Gaza immediately,’ says manager of Israel-Gaza crossing. **+972 Magazine**, [s.l.], 21 Jun. 2021. Disponível em: <https://www.972mag.com/gaza-siege-erez-crossing-manager/>. Acesso em: 20 set. 2023.

RASGON, Adam. Hamas: Israel agreed to lift Gaza import restrictions on many ‘dual-use’ goods. **The Times of Israel**, [s.l.], 18 Apr. 2019. Disponível em: <https://www.timesofisrael.com/hamas-israel-agreed-to-lift-gaza-import-restrictions-on-many-dual-use-goods/>. Acesso em: 20 set. 2023.

RESKALLAH, Susanna. Food Insecurity in Palestine: A Future for Farmers. **Wilson Center**, [s.l.], 30 Aug. 2021. Disponível em: <https://www.wilsoncenter.org/article/food-insecurity-palestine-future-farmers#:~:text=In%20Palestine%2C%20the%20working%20class,in%20Gaza%2C%20not%20including%20refugees>. Acesso em: 20 set. 2023.

REUTERS. Egypt oil min says framework agreement in place on Gaza Marine field. **Reuters**, Cairo, 25 Oct. 2022a. Disponível em: <https://www.reuters.com/business/energy/egypt-oil-min-says-framework-agreement-place-gaza-marine-field-2022-10-25/>. Acesso em: 20 set. 2023.

REUTERS. Israel detains four Palestinian fishermen off Gaza coast. **Reuters**, Gaza, 04 June 2022b. Disponível em: <https://www.reuters.com/world/middle-east/israel-arrests-four-palestinian-fishermen-off-gaza-coast-2022-06-04/>. Acesso em: 20 set. 2023.

REUTERS. Qatar signs agreement to ensure gas supply to Gaza power plant. **Reuters**, Cairo, 21 Jan. 2022c. Disponível em: <https://www.reuters.com/world/middle-east/qatar-says-signs-electricity-deal-with-gaza-2022-01-21/>. Acesso em: 20 set. 2023.

ROCK, Anthony; ROCK, David. **Before the Taps Run Dry: Responding to Gaza’s Existential Water Crisis**. Washington, DC: Anera, 2022. Disponível em: <https://www.anera.org/wp-content/uploads/2022/07/Anera-Report-Water-Gaza-Palestine-spreads.pdf>. Acesso em: 20 set. 2023.

ROCKS, David; BENMELEH, Yaacov. Gaza Needs Cement to Rebuild, But Israel Dominates the Market. **Bloomerang**, [s.l.], 15 Aug. 2019. Disponível em: <https://www.bloomberg.com/news/features/2019-08-15/gaza-needs-to-rebuild-yet-israel-controls-the-cement>. Acesso em: 20 set. 2023.

- RODGERS, D.; O'NEILL, B. Infrastructural violence: Introduction to the special issue. **Ethnography**, v. 13, n. 4, p. 401-412, 2012.
- ROTHMAN, Lauren. It's Increasingly Unsafe to Farm or Fish in Gaza. **Vice**, [s.l.], 04 Mar. 2015. Disponível em: <https://www.vice.com/en/article/qkx5n3/its-increasingly-unsafe-to-farm-or-fish-in-gaza>. Acesso em: 20 set. 2023.
- ROY, Sara. De-development revisited: Palestinian economy and society since Oslo. **Journal of Palestine Studies**, v. 28, n. 3, p. 64-82, 1999.
- ROY, Sara. Development under Occupation?: The Political Economy of US Aid to the West Bank and Gaza Strip. **Arab Studies Quarterly**, p. 65-89, 1991.
- ROY, Sara. **Failing Peace: Gaza and the Palestinian-Israeli Conflict**. London: Pluto Press, 2007.
- ROY, Sara. **Hamas and civil society in Gaza**. Princeton University Press, 2013.
- ROY, Sara. Reconceptualizing the Israeli-Palestinian conflict: Key paradigm shifts. **Journal of Palestine Studies**, v. 41, n. 3, p. 71-91, 2012.
- ROY, Sara. The Gaza Strip: A case of economic de-development. **Journal of Palestine Studies**, v. 17, n. 1, p. 56-88, 1987.
- ROY, Sara. The Gaza Strip: Critical Effects of the Occupation. **Arab Studies Quarterly**, v. 10, n. 1, p. 59-103, 1988.
- ROY, Sara. "The Seed of Chaos, and of Night": The Gaza Strip after the Agreement. **Journal of Palestine Studies**, v. 23, n. 3, p. 85-98, 1994.
- ROY, Sara. US economic aid to the West Bank and Gaza Strip: The politics of peace. **Middle East Policy**, v. 4, n. 4, p. 50-76, 1996.
- RYNHOLD, J.; WAXMAN, D. Ideological change and Israel's disengagement from Gaza. **Political science quarterly**, v. 123, n. 1, p. 11-37, 2008.
- SADDIKI, Said. Israel and the fencing policy. In: SADDIKI, Said. **World of Walls: The Structure, Roles and Effectiveness of Separation Barriers**. Cambridge: Open Book Publishers, 2017. p. 9-35.
- SADEH, Shuki. A Palestinian Woman's Fight to Bring Electricity Into Gaza Defies Israeli Moves Against Border Crossings. **Haaretz**, [s.l.], 28 Aug. 2018. Disponível em: <https://www.haaretz.com/middle-east-news/palestinians/2018-08-28/ty-article/.premium/a-young-palestinian-womans-fight-to-bring-electricity-into-gaza/0000017f-f6b9-d47e-a37f-ffb97490000>. Acesso em: 20 set. 2023.
- SAID, Edward. **A Questão da Palestina**. São Paulo: Editora Unesp, 2012.
- SAID, Edward. **Peace and its discontents: Gaza-Jericho, 1993-1995**. Vintage, 1995.

SALAMANCA, Omar Jabary. Unplug and play: Manufacturing collapse in Gaza. **Human Geography**, v. 4, n. 1, p. 22-37, 2011.

SALAMANCA, O. J.; QATO, M.; RABIE, K.; SAMOUR, S. Past is present: Settler colonialism in Palestine. **Settler Colonial Studies**, v. 2, n. 1, p. 1-8, 2012.

NETO, Luiz Salgado. Construção e afirmação da identidade nacional palestina: da consciência de nação à luta pelo Estado. **Revista Aedos**, v. 3, n. 6, 2010.

SAMSON, Elizabeth. Is Gaza Occupied: Redefining the Status of Gaza under International Law. **Am. U. Int'l L. Rev.**, v. 25, 2010.

SAYEGH, Fayez. Zionist colonialism in Palestine (1965). **Settler Colonial Studies**, v. 2, n. 1, p. 206-225, 2012.

SCHMITT, Maggie. Keeping Gaza's Food Traditions Alive. **The Atlantic**, [s.l.], 14 July 2009. Disponível em: <https://www.theatlantic.com/health/archive/2009/07/keeping-gazas-food-traditions-alive/20917/>. Acesso em: 20 set. 2023.

SCOBBIIE, Iain. An intimate disengagement: Israel's withdrawal from Gaza, the law of occupation and of self-determination. **Yearbook of Islamic and Middle Eastern Law Online**, v. 11, n. 1, p. 3-31, 2004.

SEN, Somdeep. **Decolonizing Palestine: Hamas between the Anticolonial and the Postcolonial**. Cornell University Press, 2020.

SEN, Somdeep. Why Israel Hates Gaza. **Foreign Policy**, [s.l.], 26 Dec. 2021. Disponível em: <https://foreignpolicy.com/2021/12/26/why-israel-hates-gaza/>. Acesso em: 20 set. 2023.

SHAFER RAVIV, Omri. Studying an Occupied Society: Social Research, Modernization Theory and the Early Israeli Occupation, 1967–8. **Journal of Contemporary History**, v. 55, n. 1, p. 161-181, 2020.

SHAFER RAVIV, Omri. Israeli emigration policies in the Gaza Strip: crafting demography and forming control in the aftermath of the 1967 War. **Middle Eastern Studies**, p. 1-15, 2021.

SHALHOUB-KEVORKIAN, Nadera. **Security theology, surveillance and the politics of fear**. Cambridge: Cambridge University Press, 2015.

SHERWOOD, Harriet. Gaza's only power plant destroyed in Israel's most intense air strike yet. **The Guardian**, Jerusalem, 30 Jul. 2014. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2014/jul/29/gaza-power-plant-destroyed-israeli-airstrike-100-palestinians-dead>. Acesso em: 20 set. 2023.

SHEZAF, Hagar. Mattresses at Construction Sites: The Lives of Gazans Working in Israel. **Haaretz**, [s.l.], 23 Oct. 2022. Disponível em: <https://www.haaretz.com/israel-news/2022-10-23/ty-article-magazine/.premium/mattresses-at-construction-sites-the-secret-lives-of-gazans-working-in-israel/00000183-f079-d9b9-adbb-ff7f5bec0000>. Acesso em: 20 set. 2023.

- SHLAIM, Avi. **A Muralha de Ferro**: Israel e o mundo árabe. Rio de Janeiro: Fissus, 2004.
- SHOMAR, Basem. The Gaza Strip: politics and environment. **Water Policy**, v. 13, n. 1, p. 28-37, 2011a.
- SHOMAR, Basem. Water scenarios in the Gaza Strip, Palestine: thirst, hunger and disease. **International Journal of Environmental Studies**, v. 68, n. 4, p. 477-493, 2011b.
- SHOVAL, Lilach. Defense minister: Israel to increase number of work permits for Gazans. **Israel Hayom**, [s.l.], 03 Feb. 2022. Disponível em: <https://www.israelhayom.com/2022/03/02/gantz-announces-israel-to-allow-more-gazan-workers-into-israel/>. Acesso em: 20 set. 2023.
- SLESINGER, Ian. A cartography of the unknowable: technology, territory and subterranean agencies in Israel's management of the Gaza tunnels. **Geopolitics**, v. 25, n. 1, p. 17-42, 2020.
- SMITH, Ron J. Isolation through humanitarianism: Subaltern geopolitics of the siege on Gaza. **Antipode**, v. 48, n. 3, p. 750-769, 2016.
- SMITH, Ron J. "New Wars" and Classic Imperialism: The Siege on Gaza and the Occupation of the West Bank. **Human Geography**, v. 4, n. 1, p. 80-99, 2011.
- SMITH, Ron J.; ISLEEM, Martin. Farming the front line: Gaza's activist farmers in the No Go Zones. **City**, v. 21, n. 3-4, 2017.
- SNEINEH, Mustafa Abu. Israel says Gaza farmers must remove crowns from tomatoes if they want to export them. **Middle East Eye**, [s.l.], 23 June 2021. Disponível em: <https://www.middleeasteye.net/news/israel-palestine-gaza-strip-tomato-karm-abu-salem>. Acesso em: 20 set. 2023.
- SOFFER, Arnon. Demography and the shaping of Israel's borders. **Contemporary Jewry**, v. 10, n. 2, p. 91-105, 1989.
- SOURANI, Ahmed. Urban and Peri-urban Agriculture in Gaza: Perspectives. **EcoMENA**, [s.l.], 07 Feb. 2021. Disponível em: <https://www.ecomena.org/urban-agriculture-gaza/>. Acesso em: 20 set. 2023.
- SOUZA, N. M. F. **Crisis and Critique in International Relations Theory**. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Instituto de Relações Internacionais, Rio de Janeiro, 2017.
- SOUZA, N. M. F. When the Body Speaks (to) the Political: Feminist Activism in Latin America and the Quest for Alternative Democratic Futures. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 41, n. 1, p. 89-112, 2019.
- SPETALNICK, Matt; FARREL, Stephen. U.S. restores assistance for Palestinians, to provide \$235 million in aid. **Reuters**, Washington/Jerusalem, 07 Apr. 2021. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/us-palestinians-usa-blinken-idUSKBN2BU2XT>. Acesso em: 20 set. 2023.

STOCKMARR, Leila. Beyond the laboratory thesis: Gaza as transmission belt for war and security technology. *In: The global making of policing*: Routledge, 2016.

STUART, Hunter. Accelerating Startups Under Blockade in the 'Gaza Challenge'. *Vice*, [s.l.], 10 Sep. 2016. Disponível em: <https://www.vice.com/en/article/qkjejdgaze-startups-blockade>. Acesso em: 20 set. 2023.

SUPREME COURT OF ISRAEL. **Jaber Al-Bassiouni Ahmed and others v. Prime Minister and Minister of Defence**. 30 January 2008. Disponível em: <https://versa.cardozo.yu.edu/sites/default/files/upload/opinions/Ahmed%20v.%20Prime%20Minister.pdf>. Acesso em: 20 set. 2023.

TANNIRA, Ahmed. **Foreign Aid to the Gaza Strip between Trusteeship and Development**. London: Anthem Press, 2020.

TAWAHINA, Amani. 'We are more tired than afraid': Finding strength amid darkness in Gaza. *Middle East Eye*, [s.l.], 19 abr. 2019. Opinion: Gaza Siege. Disponível em: <https://www.middleeasteye.net/opinion/we-are-more-tired-afraid-finding-strength-amid-darkness-gaza>. Acesso em: 20 set. 2023.

TAWHEEL, Firas. Female empowerment: Women are helping to generate clean energy in the besieged Gaza Strip. *Maan*, [s.l.], 01 Feb. 2021. Disponível em: <https://www.maan-ctr.org/magazine/article/2818/>. Acesso em: 20 set. 2023.

TAWFIQ, Mousa. Swimming in sewage: World ignores Gaza's waste water crisis. *Middle East Eye*, Gaza Strip, 09 Jun. 2017. Disponível em: <https://www.middleeasteye.net/features/swimming-sewage-world-ignores-gazas-waste-water-crisis>. Acesso em: 20 set. 2023.

TAWIL-SOURI, Helga. Digital occupation: Gaza's high-tech enclosure. *Journal of Palestine Studies*, v. 41, n. 2, p. 27-43, 2012.

TAWIL-SOURI, Helga. Hacking Palestine: A digital occupation. *Al Jazeera*, [s.l.], 09 Nov. 2011. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/opinions/2011/11/9/hacking-palestine-a-digital-occupation>. Acesso em: 20 set. 2023.

TAYEH, Noor. Refugee Camps in Gaza: Between Upgrading and Urbicide. *Journal of Palestine Studies*, v. 51, n. 3, p. 3-22, 2022.

THE NEW ARAB STAFF. World Bank urges Israel to allow Palestinians access to 4G. *The New Arab*, [S.l.], 10 Feb. 2022. Disponível em: <https://www.newarab.com/news/world-bank-urges-israel-allow-palestinians-access-4g>. Acesso em: 20 set. 2023.

THE QUARTET. Energy. *The Office of the Quartet*, [s.l.], 2021. Disponível em: <http://www.quartetoffice.org/page.php?id=5e1e7ay6168186Y5e1e7a>. Acesso em: 20 set. 2023.

THOUSANDS protest Israel's Gaza withdrawal. *NBC News*, [s.l.], 27 June 2005. Disponível em: <https://www.nbcnews.com/id/wbna8379455>. Acesso em: 07 abr. 2022.

TOI STAFF. Israel cries foul, warns of disaster as sewage flows in from across Gaza border. **The Times of Israel**, [s.l.], 05 Aug. 2022. Disponível em: <https://www.timesofisrael.com/israel-cries-foul-warns-of-disaster-as-sewage-flows-across-gaza-border/>. Acesso em: 20 set. 2023.

TOLAN, Sandy. Gaza's drinking water spurs blue baby syndrome, serious illnesses. **Al Jazeera**, Gaza, 29 Oct. 2018a. Disponível em: [https://www.aljazeera.com/features/2018/10/29/gazas-drinking-water-spurs-blue-baby-syndrome-serious-illnesses#:~:text=They%20show%20a%20%E2%80%9Cdoubling%E2%80%9D%20of,of%20stunting%20among%20Gaza's%20children](https://www.aljazeera.com/features/2018/10/29/gazas-drinking-water-spurs-blue-baby-syndrome-serious-illnesses#:~:text=They%20show%20a%20%E2%80%9Cdoubling%E2%80%9D%20of,of%20stunting%20among%20Gaza's%20children.). Acesso em: 20 set. 2023.

TOLAN, Sandy. How can Gaza's contaminated water catastrophe be solved? **Al Jazeera**, Gaza, 30 Oct. 2018b. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/features/2018/10/30/how-can-gazas-contaminated-water-catastrophe-be-solved/>. Acesso em: 20 set. 2023.

UfM. **Gaza Desalination Project**: "The Largest Single Facility to be built in Gaza". Fact Sheet. 14 May 2011. Disponível em: <https://www.un.org/unispal/document/auto-insert-202217/>. Acesso em: 20 set. 2023.

UN. UNRWA seeks \$1.6 billion to support Palestinian refugees in 2022. **UN**, [s.l.], 18 Jan. 2022. Disponível em: <https://news.un.org/en/story/2022/01/1110002>. Acesso em: 20 set. 2023.

UNCT. **Gaza in 2020: A livable place?** [s.l.], 27 ago. 2012. Disponível em: <https://www.unrwa.org/userfiles/file/publications/gaza/Gaza%20in%202020.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2022.

UNHCHR. **The allocation of water resources in the Occupied Palestinian Territory, including East Jerusalem**. A/HRC/48/43. 23 Sep. 2021. Disponível em: [https://www.un.org/unispal/wp-content/uploads/2021/10/A.HRC\\_.48.43\\_230921.pdf](https://www.un.org/unispal/wp-content/uploads/2021/10/A.HRC_.48.43_230921.pdf). Acesso em: 20 set. 2023.

UNRWA. Gaza fisherman: restricted livelihoods. **UNRWA**, [s.l.], 19 July 2016. Disponível em: <https://www.unrwa.org/newsroom/features/gaza-fishermen-restricted-livelihoods>. Acesso em: 20 set. 2023.

UNRWA. Palestine Refugees. **UNRWA**, [s.l.], 18 Sep. 2013. Disponível em: <https://www.unrwa.org/palestine-refugees>. Acesso em: 20 set. 2023.

UNRWA. Qatar charity support to UNRWA emergency food assistance in Gaza. **UNRWA**, [s.l.], 13 Apr. 2022. Disponível em: <https://www.unrwa.org/newsroom/press-releases/qatar-charity-support-unrwa-emergency-food-assistance-gaza>. Acesso em: 20 set. 2023.

UNRWA. Registered Population Dashboard. 2023. <https://www.unrwa.org/what-we-do/relief-and-social-services/unrwa-registered-population-dashboard>. Acesso em: 20 set. 2023.



UNRWA. **UNRWA in figures**. 2021.

[https://www.unrwa.org/sites/default/files/content/resources/unrwa\\_in\\_figures\\_2021\\_eng.pdf](https://www.unrwa.org/sites/default/files/content/resources/unrwa_in_figures_2021_eng.pdf). Acesso em: 20 set. 2023.

UNSC. **Security Council Resolution 242**: The Situation in the Middle East. 22 Nov. 1967.

Disponível em: <https://peacemaker.un.org/middle-east-resolution242>. Acesso em: 20 set. 2023.

URQUHART, Conal. Gaza on brink of implosion as aid cut. **The Guardian**, [s.l.], 16 Apr.

2006. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2006/apr/16/israel>. Acesso em: 20 set. 2023.

URQUART, Conal. Israel to seal off Gaza with underwater wall. **The Guardian**, Jerusalem,

18 June 2005. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2005/jun/18/israel>. Acesso em: 20 set. 2023.

USHER, Graham. Closures, cantons and the Palestinian covenant. **MERIP**, v. 199, 1996.

Disponível em: <https://merip.org/1996/06/closures-cantons-and-the-palestinian-covenant/>. Acesso em: 20 set. 2023.

VAN ESVELD, Bill. **“Forget About Him, He’s Not Here”**: Israel’s Control of Palestinian

Residency in the West Bank and Gaza. USA: Human Rights Watch, 2012. Disponível em: <https://www.hrw.org/report/2012/02/05/forget-about-him-hes-not-here/israels-control-palestinian-residency-west-bank-and>. Acesso em: 20 set. 2023.

VERACINI, Lorenzo. Introducing: Settler colonial studies. **Settler colonial studies**, v. 1, n. 1, p. 1-12, 2011.

VERACINI, Lorenzo. The other shift: Settler colonialism, Israel, and the occupation. **Journal of Palestine Studies**, v. 42, n. 2, p. 26-42, 2013.

VERICAT, José S. A Palestinian Statelet in Gaza. **Journal of Palestine Studies**, 49, n. 4, p. 109-126, 2020.

VP. Four wars old: fourteen years of childhood in Gaza. **Visualizing Palestine**, June 2021.

Disponível em: <https://visualizingpalestine.org/visuals/four-wars-old>. Acesso em: 20 set. 2023.

Wafa. Al-Farra: Up to 50% of Farmers Abandoned Agriculture because of Grave Loss.

**Wafa**, Gaza, 31 Dec. 2007. Disponível em: <https://english.wafa.ps/Pages/Details/106385>. Acesso em: 20 set. 2023.

WALKER, R. B. J. **Inside/Outside**: Relações Internacionais como teoria política. Rio de Janeiro: Editora Apicuri, 2013.

WEBB, Rebecca. Who are Gaza Sky Geeks? How are they bypassing the blockade? **Institute of Development Studies**, 21 Dec. 2018. Disponível em: <https://www.ids.ac.uk/opinions/who-are-gaza-sky-geeks-how-are-they-bypassing-the-blockade/>. Acesso em: 20 set. 2023.

WEIBEL, Catherine; ELUGHANNI, Sajy. A fresh solution to Gaza's water crisis. **UNICEF**, Gaza, 14 Jan. 2014. Disponível em: <https://www.unicef.org/sop/stories/fresh-solution-gazas-water-crisis>. Acesso em: 20 set. 2023.

WEIZMAN, Eyal. **The least of all possible evils**: Humanitarian violence from Arendt to Gaza. Verso Books, 2011.

WEIZMAN, Eyal. **Hollow land**: Israel's architecture of occupation. London: Verso Books, 2007.

WESTERN, Wilda. Algunas consideraciones sobre Gaza. **Estudios de Asia y Africa**, v. 44, n. 2, p. 295-315, 2009.

WESTERN, Wilda. Gaza: Territorios y Colonialismo. In: GARDUÑO GARCÍA, M.; PAPPÉ, I., *et al.* (Ed.). **Pensar Palestina desde el Sur Global**: Universidad Autónoma de México, Facultad de Ciencias Políticas y Sociales, 2017.

WFP. **Rapid Food Security Needs Assessment in Gaza Strip**: Effect of Import Restrictions and Freeze on Exports on the Food Security in Gaza Strip. Survey Report. WFP, Dec. 2007. Disponível em: <https://reliefweb.int/report/occupied-palestinian-territory/opt-rapid-food-security-needs-assessment-gaza-strip-effect>. Acesso em: 20 set. 2023.

WFP. **Secondary Impact of WFP Palestine**: Cash-Based Transfers-Voucher. WFP, Apr. 2022. Disponível em: [https://docs.wfp.org/api/documents/WFP-0000139420/download/?\\_ga=2.232863454.1139621590.1656079308-664002855.1655225348&\\_gac=1.85139819.1656080106.CjwKCAjwwdWVBhA4EiwAjcYJEIPhM8VRp48bdkOVxCFGecuh--R6a\\_PdH5BN-rdezGd7IH7gd-UBBoCWRgQAvD\\_BwE](https://docs.wfp.org/api/documents/WFP-0000139420/download/?_ga=2.232863454.1139621590.1656079308-664002855.1655225348&_gac=1.85139819.1656080106.CjwKCAjwwdWVBhA4EiwAjcYJEIPhM8VRp48bdkOVxCFGecuh--R6a_PdH5BN-rdezGd7IH7gd-UBBoCWRgQAvD_BwE). Acesso em: 20 set. 2023.

WILCOX, Lauren B. **Bodies of violence**: Theorizing Embodied Subjects in International Relations. Oxford University Press, 2015.

WILLIAMS, Dan. Israel wants voucher system for foreign aid to Gaza – minister. **Reuters**, Jerusalem, 13 July 2021. Disponível em: <https://www.reuters.com/world/middle-east/israel-wants-voucher-system-foreign-aid-gaza-minister-2021-07-13/>. Acesso em: 20 set. 2023.

WINTER, Yves. The siege of Gaza: Spatial violence, humanitarian strategies, and the biopolitics of punishment. **Constellations**, v. 23, n. 2, p. 308-319, 2016.

WOLFE, Patrick. Purchase by other means: The Palestine Nakba and Zionism's conquest of economics. **Settler Colonial Studies**, v. 2, n. 1, p. 133-171, 2012.

WOLFE, Patrick. Settler Colonialism and the Elimination of the Native. **Journal of Genocide Research**, v. 8, n. 4, p. 387-409, 2006.

WOOTLIFF, Raoul. 'Parts of Gaza sent back to Stone Age': Gantz videos laud his IDF bona fides. **The Times of Israel**, [s.l.], 20 Jan. 2019. Disponível em: <https://www.timesofisrael.com/only-the-strong-survive-gantzs-new-campaign-videos-laud-his-idf-bona-fides/>. Acesso em: 20 set. 2023.

WORLD BANK. Improving Energy Security In Gaza Through Solar Energy. **The World Bank**, Gaza, 10 Oct. 2018. Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/news/press-release/2018/10/10/improving-energy-security-in-gaza-through-solar-energy>. Acesso em: 20 set. 2023.

WORLD BANK. **Rapid Fishery and Aquaculture Sector Diagnosis Using Fishery Performance Indicators in the Gaza Strip**. Washington, DC: World Bank, May 2020a. Disponível em: <https://openknowledge.worldbank.org/bitstream/handle/10986/33839/Rapid-Fishery-and-Aquaculture-Sector-Diagnosis-Using-Fishery-Performance-Indicators-in-the-Gaza-Strip.pdf?sequence=1>. Acesso em: 20 set. 2023.

WORLD BANK. World Bank and Partners Invest US\$117 million in Water for Palestinians in Gaza. **The World Bank**, Washington, 10 Feb. 2020b. Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/news/press-release/2020/02/10/world-bank-and-partners-invest-us117-million-in-water-for-palestinians-in-gaza>. Acesso em: 20 set. 2023.

WORLD BANK. World Bank Calls for Reform to the Dual Use Goods System to Revive a Stagnant Palestinian Economy. **World Bank**, Jerusalem, 17 Apr. 2019. Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/news/press-release/2019/04/17/world-bank-calls-for-reform-to-the-dual-use-goods-system-to-revive-a-stagnant-palestinian-economy>. Acesso em: 20 set. 2023.

WORLD BANK GROUP. **Securing Water for Development in West Bank and Gaza**. Washington, DC: The World Bank, 2018a. Disponível em: <https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/30252>. Acesso em: 20 set. 2023.

WORLD BANK GROUP. **Toward Water Security for Palestinians: West Bank and Gaza Water Supply, Sanitation, and Hygiene Poverty Diagnostic**. World Bank, 2018b. Disponível em: <https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/30316>. Acesso em: 20 set. 2023.

WRIGHT, Fiona; ROBINSON, Sara. **“Humanitarian Minimum”**: Israel’s Role in Creating Food and Water Insecurity in the Gaza Strip. Physicians for Human Rights Israel, Dec. 2010. Disponível em: <https://reliefweb.int/report/occupied-palestinian-territory/%E2%80%9Chumanitarian-minimum%E2%80%9D-israel%E2%80%99s-role-creating-food-and-water>. Acesso em: 20 set. 2023.

YAHIA, K. A.; WESTHEIMER, N.; GILBOA, M. Gaza’s race against climate breakdown. **+972 Magazine**, [s.l.], 13 Jan. 2022. Disponível em: <https://www.972mag.com/gaza-climate-breakdown-siege/>. Acesso em: 22 mar. 2022.

YASIN, Belal. Israel denies electricity to Palestinians in the Gaza Strip. **Middle East Monitor**, [s.l.], 05 Oct. 2021. Disponível em: <https://www.middleeastmonitor.com/20211005-israel-denies-electricity-to-palestinians-in-the-gaza-strip/>. Acesso em: 20 set. 2023.

YOUNES, Ali. Palestinians paying thousands of dollars in bribes to leave Gaza. **Al Jazeera**, Gaza City, 23 Dec. 2019. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/news/2019/12/23/palestinians-paying-thousands-of-dollars-in-bribes-to-leave-gaza>. Acesso em: 20 set. 2023.

YOUNG, Robert J. C. **Postcolonialism**: An historical introduction. Massachusetts: Blackwell, 2008.

ZAANOUN, Adel. Gaza fisherman battles poverty with plastic bottle boat. **The Times of Israel**, Gaza City, 16 Aug. 2018. Disponível em: <https://www.timesofisrael.com/gaza-fisherman-battles-poverty-with-plastic-bottle-boat/>. Acesso em: 20 set. 2023.

ZAKEN, Danny. Israel adds 2,000 work permits for Gaza Palestinians. **Al Monitor**, [s.l.], 17 Jun. 2022. Disponível em: <https://www.al-monitor.com/originals/2022/06/israel-adds-2000-work-permits-gaza-palestinians>. Acesso em: 20 set. 2023.

ZALEWSKI, Marysia. “All these theories and the bodies keep piling up”: theories, theorists, theorizing. In: SMITH, S.; BOOTH, K.; ZALEWSKI, M. **International Theory**: positivism & beyond. Cambridge: University Press, 1996, p. 340-353.

ZILBER, Neri. New Gaza Crossing Raises Questions About Blockade Policies. **The Washington Institute for Near East Policy**, [s.l.], 23 Oct. 2019. Disponível em: <https://www.washingtoninstitute.org/policy-analysis/new-gaza-crossing-raises-questions-about-blockade-policies>. Acesso em: 20 set. 2023.

ZINATEY, Aya; RABINOVICH, Noam. **The Concrete Ceiling**: Women in Gaza on the impact of the closure on women in the workforce. Gisha, 2017. Disponível em: <https://gisha.org/en/the-concrete-ceiling-women-in-gaza-on-the-impact-of-the-closure-on-women-in-the-workforce/>. Acesso em: 20 set. 2023.